

Eduarda Pires Valente da Silva Marques da Costa

CIDADES MÉDIAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O CASO DA BEIRA INTERIOR



Lisboa
2000



EDUARDA PIRES VALENTE DA SILVA MARQUES DA COSTA

CIDADES MÉDIAS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O CASO DA BEIRA INTERIOR

**Dissertação apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa
para a Obtenção do Grau de Doutor em
Geografia – Planeamento Regional e Local**

Orientação Científica:

Professor Doutor Jorge Gaspar

Apoio na recolha e tratamento de informação: Projecto "Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um país periférico", PRAXIS/2.1./CSH/745/95, coord. Prof. Carminda Cavaco e Projecto "Serviços e Desenvolvimento: Que oportunidades para as áreas rurais?", PRAXIS/PCSH/C/GEO/52/96, coord. Prof. Teresa Alves

Faculdade de Letras de Lisboa

Dezembro de 2000

ÍNDICE

RESUMO	ix
ABSTRACT	x
PREÂMBULO	xi
INTRODUÇÃO	1
Introdução	3
1. Um modelo de análise das cidades médias	5
2. Estrutura do trabalho e metodologia seguida	9
PARTE I	
CAPÍTULO I - AS CIDADES MÉDIAS – CONTRIBUTOS PARA A SUA DEFINIÇÃO	13
1.1. Das origens do conceito de cidade média	13
1.2. A insuficiência do critério quantitativo para a definição de cidade média	15
1.2.1. A diversidade de valores à escala mundial e europeia	15
1.2.2. Os países não europeus	20
1.2.3. Limitações para a definição de um critério	23
a) A diversidade do conceito de urbano	24
b) A diversidade de formas de organização político-administrativa	26
c) A relatividade do conceito no espaço	28
d) A temporalidade do conceito	29
1.3. A importância dos critérios qualitativos para a definição de cidade média	30
1.4. Da cidade média à cidade intermédia – a resposta à globalização	32
1.5. O paradigma das cidades sustentáveis – O novo enquadramento conceptual para a definição da cidade média	34
CAPÍTULO II – AS CIDADES MÉDIAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA PRODUTIVO E TERRITORIAL EUROPEU	39
2.1. Dinâmicas de mudança do sistema produtivo desde o pós-guerra à actualidade	40
2.1.1. Factores determinantes no processo de reestruturação produtiva	40
2.1.2. Os Sistemas Produtivos Locais - A dimensão local da reestruturação produtiva	43
2.1.3. A globalização e a reorganização do sistema produtivo nos anos noventa	45
2.2. Efeitos territoriais do processo de reestruturação económica	51
2.2.1. <i>Desurbanização, Contraurbanização</i> e o crescimento das cidades médias	52
2.2.2. <i>Reurbanização e Metropolização</i> , a expressão da retoma das cidades	58
2.2.3. Do "Território-Hierárquico ao Território-Rede"	63

CAPÍTULO III - AS CIDADES MÉDIAS NO SISTEMA URBANO EUROPEU	69
3.1. Características do Sistema Urbano Europeu	71
3.1.1. As pequenas e médias cidades – Uma herança da Europa Industrial	71
3.1.2. Urbanização e envelhecimento da população - Duas características do sistema urbano europeu do pós-guerra	74
3.1.3. O sistema de povoamento nos países da Comunidade Europeia	77
3.2. Dinâmicas recentes de crescimento das cidades médias na Europa	81
3.3. Dinâmicas de crescimento intra-urbano das cidades médias	92
3.4. Uma tipologia de cidades médias na Europa Ocidental	95
CAPÍTULO IV - AS CIDADES MÉDIAS E AS POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS DO PÓS-GUERRA NA EUROPA OCIDENTAL	101
4.1. As Cidades nas Políticas Regionais e Urbanas	101
4.1.1. O período pós-guerra	101
4.1.2. O território como suporte das políticas regionais e locais - a perspectiva territorialista	102
4.2. As políticas regionais e urbanas na Europa nas últimas duas décadas - um reflexo das políticas comunitárias	107
4.2.1. Competitividade, Sustentabilidade e Coesão Económica e Social – o triângulo de objectivos em que assenta o ordenamento do território europeu	107
4.2.2. Competitividade, Sustentabilidade e Coesão Económica e Social – um triângulo de objectivos que exige o reforço das políticas urbanas	113
4.3. As cidades médias nas Políticas Regionais e Urbanas na Europa	119
4.3.1. As Políticas das Cidades Médias em França	119
a) Antecedentes	119
b) Do relatório de LAJUGIE aos Contratos de Cidades Médias	123
4.3.2. A promoção das cidades não metropolitanas em outros países da Europa - a influência dos pólos de crescimento	130
4.4. A retoma das cidades médias num contexto de afirmação das políticas de base territorial	137
4.4.1. Forças e oportunidades das cidades médias – a componente territorial do desenvolvimento	138
4.4.2. A necessidade de contornar as fragilidades e prever as ameaças das cidades médias	141
4.4.3. Do planeamento estratégico à integração em rede – aproveitar as potencialidades e contornar as fragilidades	146
4.5. As políticas de outros países não europeus	152
4.6. As cidades médias no quadro da futura política de ordenamento na Europa	155
a) As Cidades Médias como um vector fundamental no processo de ordenamento do território europeu	156
b) As Cidades Médias nas políticas regionais	160
c) As Cidades Médias - uma via para atingir a sustentabilidade à escala urbana	161
UMA SÍNTESE	163

PARTE II

CAPÍTULO V - AS CIDADES MÉDIAS NO SISTEMA URBANO NACIONAL	167
5.1. A configuração da rede urbana portuguesa	167
5.2. A cidades médias em Portugal – critérios e definições	172
5.2.1. Do “centro urbano” ao “concelho urbano” – a necessária evolução do conceito	172
5.2.2. As cidades médias em Portugal – conceito e significados	182
5.3. A posição das cidades médias nas várias visões do sistema urbano do território continental	187
5.4. As cidades médias nas políticas regionais e urbanas em Portugal	192
5.4.1. As cidades médias nas políticas regionais e urbanas dos anos sessenta aos anos oitenta	192
5.4.2. A influência da Comunidade Europeia	194
5.4.3. As iniciativas de base nacional desenvolvidas nos anos noventa	196
5.4.4. As Cidades Médias no Sistema Urbano Nacional - a visão dos Planos Nacionais e Regionais	202
CAPÍTULO VI - AS CIDADES MÉDIAS EM PORTUGAL	205
6.1. Metodologia de trabalho	205
a) O quadro conceptual de análise – O binómio cidade intermédia-cidade sustentável	205
b) A rede de aglomerações urbanas estudadas	207
c) Modelo de análise	209
d) As dimensões em análise	210
6.2. Dinâmica demográfica e de crescimento urbano	214
6.3. Centralidade, pendularização e a configuração de sistemas urbanos e regionais	219
6.4. Estrutura produtiva e competitividade económica das cidades	226
6.5. A Integração Económica das Cidades	236
6.5.1. O Investimento Directo Estrangeiro como factor de competitividade das Cidades Portuguesas	237
6.5.2. Outros indicadores do nível de integração económica das Cidades Médias Portuguesas	244
6.6. Alguns indicadores de coesão social das cidades	248
a) Desemprego e o desajustamento na estrutura de qualificações	248
b) A migração para as cidades médias	249
c) A problemática dos idosos	250
d) As desigualdades regionais nos sectores da saúde e educação	253
e) Cultura, recreio e lazer nas cidades médias	255
f) O consumo e as novas sociabilidades nas cidades médias	258
6.7. O Ambiente Urbano	261
6.8. As cidades médias em Portugal	266
6.8.1. Intermediação e Sustentabilidade. Princípios para a definição das cidades médias	266
a) A insuficiência da análise à escala urbana	266
b) Dinâmica populacional, produtiva e social - um triângulo de relações	267

c) Intermediação - uma característica independente da dimensão da cidade	267
d) O ambiente - um vector pouco discriminante na caracterização das cidades portuguesas	268
e) A sustentabilidade do ponto de vista económico, social e ambiental exige capacidade de intermediação mas a intermediação pode ocorrer sem sustentabilidade ambiental e social	269
6.8.2. As cidades médias portuguesas	270
UMA SÍNTESE	279

PARTE III

CAPÍTULO VII - A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS NA BEIRA INTERIOR 285

7.1. O Eixo Urbano da Beira Interior – justificação para a sua escolha	285
7.2. Metodologia de trabalho	288
7.3. O Sistema Urbano Regional da Beira Interior	295
7.3.1. As cidades na Beira Interior	295
7.3.2. Urbanização <i>versus</i> despovoamento rural	298
7.3.3. Estrutura demográfica e social da população das cidades	304
7.4. A capacidade de atracção das cidades médias como factor de urbanização da região	307
7.5. A importância das cidades na evolução do emprego e da base económica regional	319
7.6. A importância da indústria na base económica da Região	323
7.6.1. A estrutura sectorial da indústria transformadora	324
7.6.2. A indústria em meio rural e urbano - estruturas, dinâmicas e competitividades diferenciadas	327
a) Alguns aspectos da génese e cultura empresarial da região	328
b) Os mercados e a internacionalização da produção	331
c) A mão-de-obra feminina - uma componente importante do sistema de produção da região	334
d) O predomínio de formas tradicionais de gestão e de organização	336
7.7. A importância das cidades como centros de serviços	340
7.8. O crescimento do desemprego de longa duração na região	342
7.9. As acessibilidades - a posição favorável das cidades num contexto regional periférico	346
7.10. Educação, saúde e acção social - factores da qualidade de vida das populações	349
7.11. Ambiente e Saneamento Básico	350
7.12. Novos consumos e quotidianos das famílias na região	351

CAPÍTULO VIII - COMPLEMENTARIDADES TERRITORIAIS: A FORMAÇÃO DO EIXO URBANO DA BEIRA INTERIOR 361

8.1. O alargamento das bacias de emprego e a reconfiguração dos sistemas urbanos e regionais da Beira Interior	362
a) O período de 1981 a 1991	362

b) Tendência recentes na configuração do Eixo Urbano	369
c) A importância do transporte individual na configuração do Eixo Urbano	375
8.2. Complementaridades na aquisição de bens e na prestação de serviços	378
8.3. Complementaridades territoriais entre empresas	381
CAPÍTULO IX - ACTORES E POLÍTICAS – COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA BEIRA INTERIOR	387
9.1. As Políticas Regionais e Locais na Beira Interior	388
9.2. Os actores e o seu envolvimento nos processos de desenvolvimento local e regional	392
a) Castelo Branco	392
b) Covilhã	396
c) Guarda	398
d) Fundão	399
e) Os restantes concelhos da região	400
9.3. Novas características da intervenção pública no desenvolvimento local	400
9.4. Potencialidades e Estrangulamentos da Beira Interior: os domínios estratégicos de intervenção política	403
9.4.1. Demografia e recursos humanos	403
9.4.2. Economia, inovação e conhecimento	406
9.4.3. Ambiente, turismo, património e cultura	408
9.4.4. O modelo territorial e as acessibilidades da Região	409
9.4.5. O Quadro Institucional Local	411
9.5. O Eixo Urbano como base da política de desenvolvimento regional	411
a) O desenvolvimento sustentável das cidades	414
b) A consolidação do Eixo Urbano e das complementaridades entre as cidades que o estruturam	414
c) A integração dos territórios envolventes, diminuindo o efeito de marginalização induzido pelo crescimento das cidades, através do estabelecimento de novas parcerias com as cidades	415
d) A integração da região à escala nacional e global	415
UMA SÍNTESE	417
REFLEXÕES FINAIS	423
BIBLIOGRAFIA	437
FONTES ESTATÍSTICAS	458
ÍNDICE DE FIGURAS	459
ÍNDICE DE QUADROS	463
ANEXOS	469

RESUMO

Ao elaborarmos este trabalho, tivemos como objectivo central identificar o papel das cidades médias no ordenamento do território e na condução dos processos de desenvolvimento regional e local, em particular, nas regiões periféricas. A presente dissertação estrutura-se em três partes e compõe-se de nove capítulos e conclusão. Na primeira parte, tendo como pano de fundo as principais transformações económicas e sociais e a forma como se repercutiram na evolução do sistema urbano europeu, discute-se o conceito de cidade média. Na segunda parte, identificam-se as principais transformações ocorridas no sistema urbano nacional, verificando-se qual o posicionamento das cidades não metropolitanas. Simultaneamente, reflecte-se sobre a evolução do conceito de urbano e avança-se para uma tipologia baseada nos princípios de “sustentabilidade” e “intermediação” entre os níveis local e global, que procura identificar e caracterizar as cidades médias em Portugal. Na terceira parte, a análise centra-se no estudo de caso, o Eixo Urbano da Beira Interior definido pelas cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco. O seu estudo atende ao tipo de relações que estas estabelecem com os territórios envolventes e com as restantes cidades da região, ao papel dos factores locais e à malha de relações institucionais que servem de base à definição de políticas locais e regionais.

Nos últimos anos, as cidades médias afirmam-se como pólos alternativos às grandes cidades, constituindo-se como elementos fundamentais nos processos de desenvolvimento regional e urbano. Nas regiões menos desenvolvidas a sua importância reforça-se, porque além de serem reconhecidas como pólos de atracção regional, assumem um papel privilegiado na interligação entre as redes locais e globais. No caso nacional, nos últimos vinte anos, as cidades não metropolitanas registaram dinâmicas de crescimento demográfico superiores às áreas metropolitanas, enquanto nos domínios económico, social, cultural e ambiental desenvolveram estratégias próprias, que sustentaram o seu desenvolvimento e o dos territórios envolventes. Por outro lado, o aumento da mobilidade, conduziu a uma reorganização das bacias de emprego e ao estabelecimento de um novo quadro de relações entre as cidades médias e os territórios rurais envolventes.

Palavras-Chave: Cidades Médias; Eixo Urbano; Sustentabilidade; Intermediação; Desenvolvimento Local e Regional; Ordenamento do Território; Acessibilidade

ABSTRACT

Throughout the elaboration of this study, the central objective was to identify the role of medium-sized cities in town planning and in the guidance of processes of regional and local development, particularly in peripheral regions. This dissertation develops over three parts, being composed of nine chapters and a conclusion. The first section, with a background of the main economic and social transformations and an analysis of how these have shaped the evolution of the European urban system, discusses the concept of "medium sized city" and the difficulties of finding a definition. In the second section, the main transformations that have taken place in the national urban system and the position of non-metropolitan cities within it are identified. A reflection on the evolution of the concept of "urban" is simultaneously made and a typology based on the principles of sustainability and intermediate between local and global levels is advanced, seeking to identify and characterise medium-sized cities in Portugal. The third section centres its analysis on the Urban Axis of the Beira Interior, defined by the cities of Guarda, Covilhã, Fundão and Castelo Branco. This study allows for an evaluation of the role of medium-sized cities at the demographic, economic, social and cultural level to be made, taking into account the type of relations that these establish with surrounding territories and with the remaining cities of the region, the role of local factors in the process of urban and regional development and the network of institutional relations which serve as a base for the definition of local and regional policies.

In recent years, medium-sized cities have affirmed themselves as alternative poles to large cities, establishing themselves as fundamental elements in the processes of urban and regional development of non-metropolitan territories. In less developed regions their importance is strengthened, because, aside from being recognised as poles of regional attraction, they assume a privileged role in the interchange between local and global networks, contributing to the integration of peripheral territories in the global system. In the national case, during the last twenty years, non-metropolitan cities have registered dynamics of demographic growth superior to metropolitan areas, while in economic, social, cultural and environmental domains, they have developed their own strategies, based on their resources and potentials, supporting their development and that of their surrounding territories.

Key Word: Medium-sized cities; Urban Axe; Sustainability; Intermediate; Local and Regional Development; Management; Accessibility

PREÂMBULO

A actualidade dos estudos sobre cidades, nomeadamente sobre as cidades de média dimensão, prende-se com o facto de estas terem registado capacidade de responder aos desafios que se impuseram com a reorganização do sistema produtivo e territorial. Cabe à Geografia um papel relevante no estudo destes processos, pois a componente locativa e as características específicas inerentes a cada território são fundamentais para a explicação dos processos e dinâmicas em curso.

É neste contexto que se desenvolve este trabalho, que sendo um projecto individual não deixa de ser um "trabalho colectivo" pela colaboração e orientação escolar recebida e pela dedicação e compreensão que familiares e amigos expressaram ao longo destes anos. A todos os que o tornaram possível, o meu agradecimento.

Em primeiro lugar um agradecimento ao Professor Jorge Gaspar, orientador desta dissertação, pelos constantes incentivos, sugestões e conselhos dados para este trabalho e pela relevante contribuição para a minha formação científica e académica. Foi ainda responsável pela consolidação do meu interesse pela Geografia e pelo despertar da minha atenção pela Beira Interior, área onde incidiu também a dissertação de mestrado.

Ao Centro de Estudos Geográficos, com quem colaboro desde 1987, em particular, à Professora Carminda Cavaco, coordenadora do Projecto PRAXIS XXI "Repensar Portugal na Europa. Perspectivas de um País Periférico" e à Professora Teresa Alves, coordenadora do Projecto PRAXIS XXI "Serviços e Desenvolvimento: Que oportunidades para as áreas rurais?" pelos incentivos e apoios concedidos à realização do trabalho de campo. Lembro ainda, quão importante foi a minha participação no projecto "Cidades Médias: Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades", projecto coordenado pelo Professor Jorge Gaspar, onde foram lançadas várias pistas que desenvolvi durante a dissertação. Agradeço aos muitos membros do Centro de Estudos Geográficos, nomeadamente ao Eduardo Brito Henriques, pela troca de ideias e leituras atentas e ao José Rafael, o apoio na recta final. A Ana, Gonçalo, Francisco e Sofia, e a todos os que participaram na realização e codificação dos inquéritos à população, agradeço o entusiasmo com que o fizeram, e a Joaquim Seixas, as sugestões na cartografia.

Refiro também a colaboração prestada pelas autarquias da Beira Interior, em particular as da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco bem como, a colaboração

das associações de desenvolvimento rural e local, dos núcleos empresariais das Regiões de Castelo Branco e Guarda e de outras entidades públicas contactadas, designadamente o Instituto de Emprego e Formação Profissional, as Direcções-Regionais do Ambiente e Recursos Naturais, os Institutos Politécnicos da Guarda e Castelo Branco e a Universidade da Beira Interior.

Aos meus amigos Sérgio Barroso e José Manuel Simões, com quem tenho partilhado horas de trabalho e boa disposição, agradeço as sugestões, leituras e a amizade manifestada, em especial no Verão decisivo para a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais agradeço o apoio dado e para a Mariana, um grande obrigada pelos anos de dedicação.

À Catarina, minha filha, agradeço o carinho e compreensão de alguém tão pequeno mas que afinal, se mostrou tão grande na sua capacidade de sentir e de colaborar. Ao Nuno, agradeço a colaboração na cartografia, leituras e edição deste trabalho mas agradeço sobretudo, o grande apoio dado nos momentos de cansaço e incerteza, a companhia, a dedicação e a tolerância manifestadas ao longo destes anos e que foram tão importantes para a minha estabilidade profissional e emocional. A ele dedico este trabalho.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Em Portugal só muito recentemente é que o tema das cidades médias entrou no discurso de políticos, técnicos e investigadores. País com um fraco nível de urbanização e uma estrutura urbana marcada pelas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, as cidades médias afiguram-se fundamentais na condução dos processos de desenvolvimento regional e local, bem como na configuração de um sistema urbano mais equilibrado.

As leituras que evidenciam as desigualdades Litoral-Interior ou a dicotomia Norte-Sul, perderam peso à medida que as relações entre o rural e o urbano se modificaram e as cidades não metropolitanas ganharam importância económica e demográfica.

O desenvolvimento de uma política de cidades médias em Portugal, expressa no Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais (genericamente designado por PROSIURB), programa que tinha como objectivo o reordenamento do sistema urbano nacional, veio demonstrar o aumento da importância das cidades médias, ao mesmo tempo que contribuiu para reforçar o interesse no estudo do tema. Por outro lado, a realização de seminários e outros encontros nacionais e estrangeiros sobre esta temática¹, onde

1

- Seminário *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, org. Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, 24 de Junho de 1994, Coimbra.
- Workshop *Cidades Europeias Sustentáveis*, org. DGOTDU, Grupo de Peritos de Ambiente Urbano/DGXI/UE e Academia de Ambiente Urbano de Berlim, 8 de Março 1996, Lisboa.
- Colóquio Internacional *Cidades Médias e Desenvolvimento Sustentável*, org. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, 29 de Abril 1996, Coimbra.
- *Encontro sobre a Dinâmica das Cidades Médias*, org. DGOTDU, 5 de Novembro de 1996, Lisboa.
- Colóquio *A Política das Cidades*, org. Conselho Económico e Social, 24 e 25 de Fevereiro de 1997, LNEC, Lisboa.
- *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, org. Inst. Ciências Sociais da UL-GREMI-CCR Alentejo, 23 de Novembro de 1995, Évora.
- *Intermediate Cities in Search of Sustainability*, Workshop, org. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 4-6 Outubro de 1995, Lavrion.
- VII Setmana d'Estudis Urbans, subordinada ao tema *Ciutats Intermèdies i urbanització mundial*, org. Departament de Geografia i Sociologia e o Col.legi Oficial d'Aparelladors i Arquitectes Tècnics de Lleida, Universitat de Lleida, colab. Col.legi d'Arquitectes de Catalunya e do Ajuntament de Lleida, Lleida, 30 de Março a 3 de Abril de 1998.

foram apresentadas comunicações, o desenvolvimento de projectos de investigação nacionais e internacionais², a edição de diferentes trabalhos³, passando por outras iniciativas com envolvimento político ao nível da União Europeia, tais como a Assinatura da Carta de Aalborg por parte de alguns municípios e cidades portuguesas, a sua integração em redes de cidades no âmbito do Programa RECITE da União Europeia e a participação em projectos piloto ao abrigo do Artigo 10º do FEDER, são iniciativas que vêm, também, comprovar a pertinência e actualidade do tema em Portugal.

O contexto político-institucional actual é favorável às cidades, tal como demonstram os planos e programas comunitários, nacionais e regionais para os próximos anos, mas há algumas questões relativas à dinâmica das cidades médias e à sua relação com a evolução económica e social do país, sobre as quais importa reflectir. É neste contexto que surge o interesse pela temática e se desenvolve esta dissertação.

Ao elaborarmos este trabalho, tivemos como objectivo central identificar o papel das cidades médias no ordenamento do território e na condução dos processos de desenvolvimento regional e local, em particular, das regiões periféricas.

Paralelamente colocámos três hipóteses de trabalho que irão ajudar a compreender o papel das cidades médias e a possibilidade de estas se constituírem como elementos estratégicos na condução de políticas regionais e urbanas.

-
- *I Congresso de Sociologia Económica*, 4 a 6 de Março de 1998, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
 - Encontro *Cidades Médias*, no âmbito do Ciclo de Encontros subordinados ao tema "Ordenamento do Território e Política das Cidades", org. DGOTDU, com o apoio da CCRC, 14 de Abril de 1998, Coimbra.
 - ²
 - 1994-97, CEG da Universidade de Lisboa, Fundação da Universidade de Lisboa, *As Cidades Médias em Portugal: imagem, quotidiano e novas urbanidades*, coord. Jorge Gaspar, JNICT-DGOTDU.
 - 1994-97, CEG da Universidade de Coimbra, *Dinâmicas dos espaços produtivos e reprodutivos locais. A mobilidade dos investimentos e o desenvolvimento das cidades médias*, coord. Lucília Caetano, JNICT-DGOTDU.
 - 1994-97, Universidade de Évora, *O desenvolvimento urbano das cidades médias e a articulação territorial com o mundo rural - o caso de Évora*, coord. M. Filomena Mendes, JNICT-DGOTDU.
 - 1994-97, FCT da Universidade Nova de Lisboa, *Um quadro de desenvolvimento para as cidades médias - a percepção dos protagonistas*, coord. João Farinha, JNICT-DGOTDU.
 - ³ FERRÃO, J.; BRITO HENRIQUES, E; NEVES, O (1994); MEPAT, 1996; FONSECA, L. (1996); CAETANO, L (1996); DELGADO, A. (1997); DGOTDU (1997), GASPAR, J. *et al* (1998); AVELINO (1998); GASPAR, J. (2000a); entre outros.

A primeira relaciona-se com o papel das cidades médias no contexto regional. Procurar-se-á identificar se estas se tornaram uma alternativa de vida às populações locais, contribuindo para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento local.

A segunda hipótese, procura verificar se a melhoria das acessibilidades e o aumento da utilização do transporte individual tem contribuído para reforçar a importância das cidades médias ao nível regional, favorecendo a constituição de eixos urbanos e a integração dos territórios rurais envolventes, dando lugar a novas formas de organização do território.

A terceira e última hipótese, prende-se com a avaliação dos efeitos da globalização nas cidades médias. Enquanto nos domínios social, cultural e ambiental, parece ter havido uma uniformização dos valores, comportamentos e consumos, no campo produtivo os desafios aumentaram, exigindo respostas locais activas e empreendedoras, nomeadamente a constituição de eixos urbanos onde as cidades estabelecessem relações de complementaridade.

1. Um modelo de análise das cidades médias

Durante a crise que afectou as grandes cidades durante a década de setenta e a primeira metade da década de oitenta, as cidades médias demonstraram um dinamismo associado aos processos de crescimento e desenvolvimento de base local. É neste contexto que a *Terceira Itália* foi apontada não só como o paradigma produtivo dos anos oitenta mas também, como paradigma dos novos modelos de desenvolvimento local.

Contudo, a partir da segunda metade da década de oitenta, o reforço da internacionalização e da competitividade económica veio favorecer fundamentalmente as grandes cidades, que se assumiram como centros de decisão política, económica e financeira, bem como pólos de difusão de conhecimento e inovação.

As pequenas e médias cidades e os restantes territórios não metropolitanos enfrentam, assim, grandes desafios de afirmação e integração no sistema global, que passam, naturalmente, pela sua capacidade de internacionalização e integração nas redes económicas e sociais de natureza local e global, aspectos que importa aqui analisar.

Os pressupostos fundados nas teorias económicas clássicas são insuficientes para compreender estes processos, pois não contemplam as especificidades locais dos territórios e as relações sociais e institucionais que se estabelecem dentro destes e sobre as quais assentam as estratégias de desenvolvimento territorial. Assim, a análise terá como enquadramento conceptual a abordagem da regulação, perspectiva que reconhece a heterogeneidade dos modelos de desenvolvimento económico e de diferentes modos de regulação e a sua influência na organização do território (BENKO e LIPIETZ, 1994, BOYER, 1995a, 1995b, BOYER e LIPIETZ, 1995).

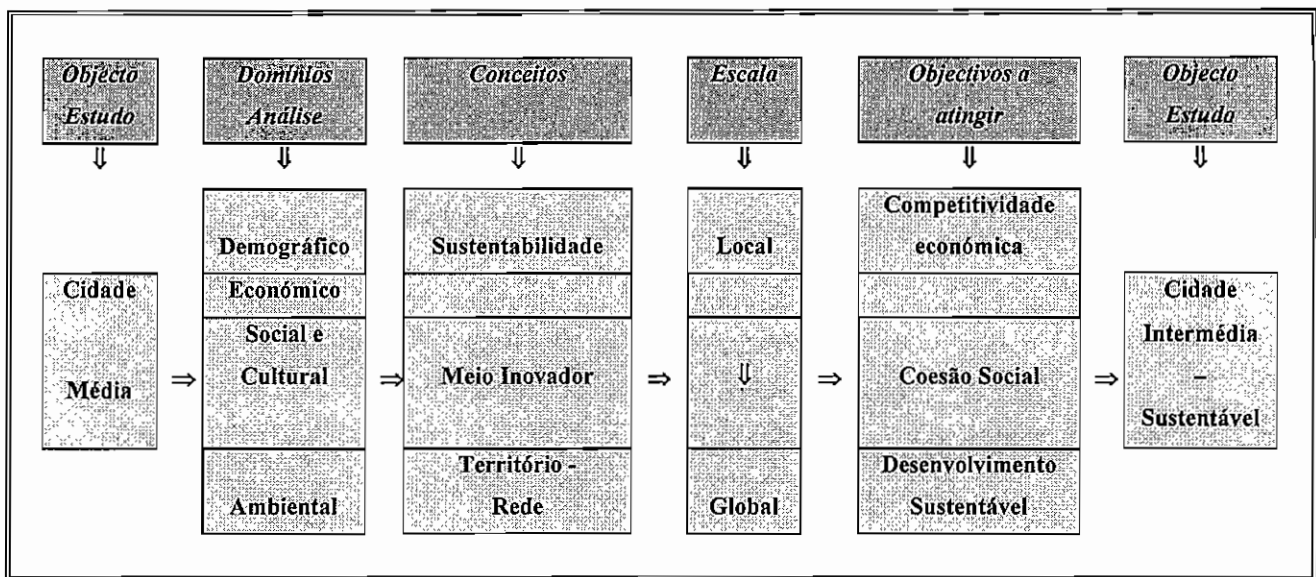
Num quadro de globalização, a análise da cidade média passa pela identificação das dinâmicas fundadas em recursos locais em consonância com o meio social, cultural e ambiental. A regulação está presente quando interagem de forma equilibrada as esferas económica, social, política e cultural da sociedade, combinando a dinâmica funcional e o comportamento individual.

Nesta base, é fundamental conhecer as formas institucionais que ajudam os agentes a responder às mudanças da estrutura. Estas formas variam consoante os territórios e os períodos da história ou seja, “este conjunto de regras e de procedimentos varia no tempo e no espaço, havendo estruturas que podem funcionar de diferentes maneiras, relativamente estáveis de crise para crise” (BENKO, 1999, pp. 102).

Assim, parte-se do pressuposto que as cidades médias devem ser capazes de se afirmar como entidades com dinâmicas próprias, mobilizadoras de recursos e agentes locais, concertando actores e desenvolvendo formas de regulação económica e social que lhes garantam a sustentabilidade do seu processo de desenvolvimento. A dinâmica das cidades médias depende igualmente do seu grau de inserção nos sistemas regional, nacional e global, justificando-se a necessidade da sua integração nas redes de cooperação.

Conceptualmente estas noções remetem-nos para os conceitos de “sustentabilidade”, “meio inovador” e “território-rede”, cujos significados serão descritos e relidos ao longo deste trabalho. A relação entre estes três conceitos permite-nos desenvolver uma abordagem conciliadora entre os níveis local e global, ao mesmo tempo que responde à necessidade de se atingirem os objectivos explicitados e delineados ao nível europeu, isto é, a competitividade equilibrada do território europeu, a coesão social e o desenvolvimento sustentável.

Figura 1. – Quadro Conceptual de Análise da Cidade Média



O conceito de sustentabilidade urbana fundamenta-se na Carta de Aalborg, a *Carta das Cidades Sustentáveis*, que as define como cidades capazes de gerar economias sustentáveis (princípio da eficiência económica), justiça social (princípio da equidade social) e sustentabilidade ambiental (princípio do equilíbrio do património construído, cultural e ambiental), princípios que estão interligados. Por outro lado, reconhece-se a sustentabilidade como um processo criativo e equilibrado onde os agentes locais de desenvolvimento possuem um papel fundamental na sua condução. Segundo a carta, cada uma das cidades "deve encontrar o seu próprio caminho para alcançar a sustentabilidade". Para tal, "devem integrar-se os princípios de sustentabilidade em todas as políticas e fazer das especificidades de cidade a base de estratégias locais adequadas" (ICLEI, 1995a, 1995b).

A cidade média deve também ser vista como um *meio inovador*, conceito desenvolvido pelo *Groupe de Recherche Européen sur les Milieux Innovateurs* (GREMI) que defende a emergência de novas formas de produção e o desenvolvimento do território como um fruto do processo de inovação.

O *meio inovador* associa o processo de desenvolvimento local ao território e define-se por várias características que podem também encontrar-se nas cidades:

- um espaço geográfico constituído por recursos materiais (infra-estruturas) e imateriais (*saber-fazer*, relações, ...) relacionados por actores individuais e colectivos;

- uma lógica organizativa, enquadrada pela inovação, que permite aos actores utilizarem os recursos do meio;
- uma capacidade de aprendizagem específica que permite modificar o comportamento em função das mudanças do ambiente.

O *meio inovador* é, assim, uma rede de relações sociais informais num espaço geográfico limitado, onde existe uma capacidade de inovação local e um processo de aprendizagem colectiva (CAMAGNI, 1991), leituras que podem ser aplicadas à cidade média. Para tal, pressupõe-se a sua análise em várias dimensões:

- económica, onde se caracteriza o sistema económico e se avalia a diversificação do tecido produtivo;
- social, evidenciando as características sociais do sistema local;
- educacional onde, para além da importância da ciência e investigação, se analisam as formas de reprodução das competências técnicas;
- mercado de trabalho, onde se evidenciam as estratégias das empresas, o grau de formação e outras características qualitativas dos recursos humanos;
- ambiente cultural e a qualidade de vida.

Estas dimensões foram analisadas ao longo deste trabalho, nomeadamente no caso de estudo, o que ajudou a compreender os mecanismos inerentes aos processos de desenvolvimento local.

A análise da cidade média aponta ainda para o conceito de *território-rede*, noção que se foi afirmando durante os anos noventa e é fundamental para compreender as relações entre os sistemas local e global (CAMAGNI, 1991).

A este conceito associa-se a noção de *cidade intermédia* (GAULT, 1989), cuja definição ultrapassa critérios demográfico-funcionais e incorpora outros que a relacionam com a sua posição nas redes de nível regional, nacional e global. Essa função toma o nome de *intermediação* e servirá também de enquadramento conceptual ao presente trabalho.

É tendo como enquadramento os conceitos anteriores, que se procurará verificar o papel das cidades médias e a capacidade de se desenvolverem como meios inovadores, ao nível produtivo, social, ambiental e institucional, conciliando as estratégias definidas para as escalas local, regional, nacional e global.

Neste contexto, as cidades médias podem constituir elementos estruturantes dos processos de desenvolvimento regional e local, em particular nas regiões periféricas, onde a escassez de recursos físicos, humanos e financeiros retarda os processos de convergência regional e de sustentabilidade do desenvolvimento.

2. Estrutura do trabalho e metodologia seguida

A presente dissertação estrutura-se em três partes onde se desenvolvem nove capítulos e a conclusão. Na primeira parte, privilegia-se a análise à escala europeia, na segunda, a análise incide no território continental e na terceira, e última parte, desenvolve-se o caso de estudo.

Antes de passar à apresentação dos capítulos, é fundamental fazer um esclarecimento metodológico e conceptual. Ao longo da dissertação optou-se pela designação *cidade média*, muito embora o conceito não se restrinja ao significado que este detinha na década de setenta, fundamentalmente ligado a pressupostos demográfico-funcionais.

Figura 2. – Evolução dos critérios de definição de Cidade Média



Assim, nos capítulos I a IV, utiliza-se o vocábulo *cidades médias*, enquanto nos capítulos seguintes estas são por vezes, designadas *cidades intermédias*. Ou seja, a partir do capítulo V, a referência às *cidades médias*, não tem uma conotação

demográfico-funcional mas refere-se às cidades que respondem aos conceitos e pressupostos teóricos considerados.

A primeira parte da dissertação desenvolve-se em quatro capítulos, sendo o primeiro de discussão do conceito de cidade média e das dificuldades inerentes à sua definição.

No segundo capítulo, descrevem-se as principais transformações económicas e sociais e a forma como se repercutiram na organização espacial, nomeadamente na evolução do sistema urbano europeu.

No terceiro, apresenta-se a rede urbana europeia de cidades, destacando-se a evolução das cidades médias. Para tal, considerou-se o universo das cidades europeias com mais de 100 000 habitantes e seleccionaram-se, como cidades médias, as cidades com 100 a 250 000 habitantes (critério da CE, 1992, EFILWC, 1997).

No capítulo IV, com o intuito de identificar os mecanismos de desenvolvimento associados às cidades médias, faz-se uma abordagem às políticas de desenvolvimento regional, local e urbano implementadas desde meados de sessenta e que tiveram incidência, directa ou indirecta, nestas cidades.

A segunda parte, é composta pelos capítulos quinto e sexto, e corresponde a um estudo da situação nacional. No capítulo quinto, analisa-se a evolução do conceito de urbano, procurando relacioná-lo com as cidades médias e apresentam-se também várias visões do sistema urbano nacional, salientando o posicionamento das cidades não metropolitanas nessas várias perspectivas. No capítulo sexto, avança-se para uma tipologia de cidades que, em conformidade com os pressupostos anteriormente explanados, procura identificar as cidades médias em Portugal.

Na terceira parte, a análise centra-se no Eixo Urbano da Beira Interior -, eixo estruturado ao longo do Itinerário Principal nº 2 e da Estrada Nacional N°18, onde se enquadram as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco. O estudo permite avaliar a importância das cidades médias ao nível demográfico, económico, social e cultural, atendendo ao tipo de relações que estas estabelecem entre si e com os territórios envolventes, ao papel dos factores locais no processo de desenvolvimento urbano e regional, bem como à malha de relações institucionais que servem de base à definição de políticas locais e regionais.

No final de cada uma das partes é feita uma pequena síntese e a dissertação termina com a apresentação das principais conclusões.

CAPÍTULO I - AS CIDADES MÉDIAS - CONTRIBUTOS PARA A SUA DEFINIÇÃO

"De facto, tal como a de qualquer coisa - animais, plantas, instrumentos -, a grandeza das cidades tem também o seu limite. Um excesso de pequenez ou de grandeza retira-lhe a capacidade própria: ou ficará totalmente privada da sua natureza ou será defeituosa"

Aristóteles (330-325 a.c.), *Tratado da Política*

1.1. Das origens do conceito de cidade média

O conceito de cidade média tem vindo a ser associado a duas abordagens conceptuais distintas: uma diz respeito à cidade média na sua dimensão urbana, a segunda relaciona-a com as políticas de ordenamento e desenvolvimento regional.

A interpretação da cidade média segundo a perspectiva urbana remete para a dimensão óptima da cidade, económica e socialmente equilibrada, sempre presente ao longo dos tempos nas várias culturas e estados. Neste âmbito, a cidade média pode ser relida na cidade de Aristóteles (384 a. C.-322 a.C.), na "cidade-jardim" de Ebenezer Howard¹ (1850-1928) ou na "cidade radiosa " de Le Corbusier (1887-1965).

A segunda perspectiva associa a cidade média às funções e ao papel que desempenha no sistema urbano e regional, enquadrando-a numa perspectiva de ordenamento e de desenvolvimento regional, vertente que só se afirmou muito recentemente.

¹ Ebenezer Howard (1902) - *Tomorrow: a peaceful path to real reform*, posteriormente reintitulado *Garden Cities of Tomorrow*, Swan Sonnenschein, Londres.

Considerando a cidade média como uma aglomeração com uma dimensão física, económica e social que permite a sua auto-sustentação, podemos afirmar que primeiras alusões à cidade média surgem com Aristóteles. Para este "a primeira condição para uma cidade é, portanto, ter uma massa de habitantes² tal que possa bastar para todas as suas funções e procurar-se todas as comodidades da vida civil (...). A própria natureza das funções civis indica o limite do crescimento" (ARISTÓTELES, 330-325 a.C., *Tratado da Política*, pp. 66). "A sociedade que se formou da junção de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si própria, sendo organizada não somente para conservar a existência, mas também para procurar o bem-estar" (*op. cit* pp. 7).

A sua concepção reflecte, sobretudo, o equilíbrio entre a sua dimensão física, humana e a sua autonomia funcional, sendo nesse equilíbrio que residia o sucesso da governabilidade do estado. Segundo Aristóteles, "É difícil (...) que um Estado, ou mesmo uma cidade, demasiado povoado seja bem governado. Entre aqueles que se consideram muito civilizados, não encontramos nenhum cuja população seja excessiva". Aristóteles, a propósito da dimensão, afirma ainda que se uma cidade "...tem demasiados habitantes, poderá muito bem, se tiver provida das coisas necessárias, subsistir como nação, mas não será uma Cidade..." (ARISTÓTELES, 330-325 a.C., pp.66). Esta última afirmação parece indiciar que uma cidade que excede um determinado número de habitantes, perde algum equilíbrio, aumentando as dificuldades na sua administração.

Com E. Howard e Le Corbusier retoma-se a concepção de equilíbrio entre o crescimento, as funções e os quotidianos dos seus habitantes e é neste âmbito que surgem as cidades novas ou as cidades planeadas para um determinado número de habitantes. O estabelecimento de um limiar populacional máximo indiciava, mais uma vez, que a dimensão física e demográfica das cidades estava associada ao seu equilíbrio e à sua governabilidade.

Nos anos cinquenta e sessenta, com a emergência das preocupações com o desenvolvimento regional e com a correcção dos desequilíbrios regionais, as cidades médias surgem aos olhos dos planeadores como uma "solução". Neste período, a cidade média não existia enquanto conceito mas como parte integrante de uma política regional que considerava as aglomerações urbano-industriais, designadas "pólos de crescimento"

² Refira-se a distinção entre cidadãos e habitantes. Os habitantes, incluem os escravos, os estrangeiros e os domiciliados. Cidadãos são os que são parte integrante do Estado, exercendo o seu direito de participação no processo de governação.

de F. PERROUX (1955)³, como a base para a correcção dos desequilíbrios populacionais e económicos que se delinearão após a Segunda Grande Guerra.

O conceito de "cidade média" surgiu uns anos mais tarde, pela primeira vez em França, associado às políticas de desconcentração de população e actividades implementadas pelo VI Plano de Desenvolvimento Económico e Social francês (1971-1975), assunto que se desenvolverá adiante.

1.2. A insuficiência do critério quantitativo para a definição de cidade média

A designação cidade média coloca a questão da sua definição. Esta, muito embora tenha implícito um conceito de dimensão física e populacional, enferma das mesmas dificuldades que a definição de "cidade". A diversidade de valores propostos pelas várias organizações internacionais e nos estudos levados a cabo em vários países, demonstram a insuficiência de um critério que assente exclusivamente na dimensão populacional. Contudo, mesmo reconhecendo a existência de limitações na utilização de um critério quantitativo, é importante identificar esses valores e os factores subjacentes a essa diversidade.

1.2.1. A diversidade de valores à escala mundial e europeia

Um dos factores que explica a dificuldade de encontrar um valor quantitativo que designe uma cidade média é o facto de a dimensão variar com a escala de análise. À escala mundial os valores apresentados são bastante heterogéneos e enquadram-se num intervalo bastante alargado, obviamente necessário para cobrir as diferentes e específicas situações das redes urbanas dos diferentes países.

Algumas organizações internacionais consideram o limiar dos 100 000 habitantes, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU) que publica informação para as

³ PERROUX, F. (1955) – "Note sur la notion de pôle de croissance", *Économie Appliquée* 7, pp. 307-320.

idades com mais de 100 000 habitantes e que numa comunicação apresentada na Conferência "Habitat II", realizada em Istambul em 1996, considerou cidades médias as que possuíam entre 100 mil e 2 a 3 milhões de habitantes (UIA, 1998).

Outros estudos realizados apontam para valores um pouco diferentes mas igualmente elevados. No VII Congresso Ibero-Americano de Urbanismo, decorrido em Pamplona, em 1996, consideraram-se médias todas as cidades com 20 000 a 500 000 habitantes, enquanto em estudos mais recentes desenvolvidos no âmbito do Programa de Trabalho da União Internacional dos Arquitectos intitulado "Cidades Intermédias e Urbanização Mundial" considera-se que as "cidades médias estão entre os núcleos pequenos (menos de 20 000 habitantes) e as grandes megalópoles do mundo (cidades com mais de 8 milhões de habitantes)" (UIA, 1998, pp. 2).

À escala europeia, os valores apresentados são inferiores aos anteriores. Uma classificação de centros urbanos da Comissão Europeia define como "grandes cidades" as que possuem mais de 250 000 habitantes, "médias" as que possuem entre os 100 e os 250 mil habitantes e "pequenas" cidades as que possuem menos de 100 000 habitantes (CHESHIRE *et al*, 1988; DATAR, 1989) mas PARKINSON *et al*, em trabalho para a CE (1992), consideraram como cidades médias centros com uma dimensão superior a 250 000 habitantes. No relatório *EUROPA 2000+* o intervalo de análise alargou-se, encontrando-se as cidades médias entre os 20 000 e os 500 000 habitantes (CE, 1994b).

Os limiares populacionais tão elevados propostos pela Comissão Europeia e outras organizações internacionais justificam-se num contexto de estudos sobre a rede urbana europeia. No entanto, à escala nacional e regional, os valores são mais baixos, nomeadamente para países como Portugal e a Grécia (ambos com um baixo grau de urbanização) ou a Bélgica e a Dinamarca, cujos elevados níveis de urbanização estão associados à existência de uma densa rede de cidades de dimensão inferior a 100 000 habitantes. Em ambas as situações, o número de cidades com dimensão compreendida entre os 100 000 e os 250 000 habitantes é reduzido, não significando que nesses países não existam cidades com as funções e as características comumente atribuídas às cidades médias.

Neste contexto, quando as análises se reportam à rede urbana de um país ou especificamente às cidades médias de um país ou de uma região, os valores populacionais considerados são inferiores aos praticados em estudos sobre o sistema urbano europeu, ou seja muito inferiores aos 100 000 habitantes.

Quadro 1.1. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das cidades e aglomerações, 1991 (%)

País	População urbana segundo o escalão de dimensão				Taxa de Urbanização
	<100 000 hab.	100 000-250 000 hab.	>250 000 hab.	Total	1995
Áustria	38,4	6,9	54,7	100,0	55.5
Bélgica	59,8	7,8	32,4	100,0	97.0
Dinamarca	55,7	7,6	36,7	100,0	85.2
Finlândia	47,8	20,4	31,8	100,0	63.2
França	35,2	14,8	50,0	100,0	72.8
RDA*	50,0	9,6	40,4	100,0	86.6
RFA*	62,3	12,4	25,3	100,0	
Grécia***	29,8	6,9	63,3	100,0	65.2
Irlanda	45,8	8,7	45,5	100,0	57.5
Itália*	63,4	11,8	24,8	100,0	66.6
Holanda	52,8	15,1	32,1	100,0	89.0
Noruega	67,2	10,4	22,4	100,0	73.2
Portugal**	20,1	2,4	77,5	100,0	35.6
Espanha*	45,1	19,8	35,1	100,0	76.5
Suécia	47,6	12,7	39,7	100,0	83.1
Suiça	47,5	32,1	20,4	100,0	60.8
R.Unido	11,8	42,5	45,7	100,0	89.5

Fonte. ONU, *Anuário Demográfico Internacional (vários anos)*

- * Os valores disponíveis correspondem à população urbana residente nas cidades e não nas aglomerações
- ** Valores divulgados pela ONU. Apenas são considerados centros com mais de 100 000 habitantes; o Funchal, a AML e a AMP. O total da população urbana corresponde ao total de habitantes em centros urbanos com mais de 10 000 habitantes, o que remete para uma taxa de urbanização de 35,6%. Embora sabendo do desajustamento destes valores relativamente à realidade portuguesa, são estes os valores que constam internacionalmente.
- *** No caso da Grécia, a partir de 1991, incluem-se os valores da população semi-urbana.

Procurando adaptar o conceito às realidades dos países da Comunidade Europeia, RODRIGUEZ-AVIAL (1989) aponta para valores compreendidos entre os 50 000 e os 200 000 habitantes.

A França é dos países da Europa onde existe maior número de referências às cidades médias e aos seus valores quantitativos. O “Système d’Etude du Schéma d’Aménagement de la France” (SESAME) (SESAME-DATAR, 1972), classificou como cidades médias todos os aglomerados que possuíam entre 30 000 e 200 000 habitantes. A “Direction de L’Aménagement Foncier e de l’Urbanisme” (DAFU) (DAFU, 1972) classifica-as entre os 20 000 e os 100 000 habitantes, intervalo que é igualmente considerado pelo “Institut National de la Statistique et des Etudes Économiques” (INSEE) francês e por vários autores franceses como LAJUGIE (1974) e COMMERÇON (1996).

O trabalho apresentado pela European Foundation Improvement for Living and Working Conditions, "Medium-Sized Cities and Socio-Economic and Environmental Improvements in the regions of the EU" (EFILWC, 1994), aponta valores diversos para os casos grego, italiano e espanhol. No caso da Grécia, consideram-se cidades médias, para além de Patras, Heraklion, Larisa e Volos, outras cidades com dimensão inferior aos 100 000 habitantes que se destacam pelas funções desempenhadas ao nível nacional e regional: Alexandroupolos, 39 213 habitantes, Veria, 38 871 habitantes, Xanthi, 37 462 habitantes e Kerkyra, 36 875 habitantes (valores registados em 1991, EFILWC, 1994).

No mesmo estudo, consideram-se cidades médias em Itália todas aquelas que possuem uma posição intermédia na rede urbana. Quer isto dizer, que as cidades médias italianas possuem entre 140 000 habitantes (Perugia) e 270 000 habitantes (Messina).

Quanto à Espanha, o estudo classifica as onze primeiras cidades do *ranking* urbano (de Madrid a Córdoba, esta última com cerca de 300 000 habitantes) como grandes cidades, o que coloca as cidades médias abaixo dos 300 000 habitantes. O trabalho não refere o limite máximo, referindo-se apenas a algumas cidades como Alicante e Oviedo (que registavam em 1991, respectivamente, 267 421 habitantes e 195 651 habitantes). Segundo trabalho apresentado pela UIA (1998), Lérida, cidade com 112 461 habitantes é considerada uma cidade média espanhola, o que se insere dentro do escalão apontado por IBARZ (1996), 20 000 a 200 000 habitantes. Contudo, o autor comenta a existência de pequenos sistemas urbanos, de cidades ou sistemas economicamente muito especializados (como os eixos turísticos do litoral) que individualmente podem ter uma dimensão inferior a 20 000 habitantes e em conjunto, ultrapassarem os 200 000 habitantes (IBARZ, 1996).

Relativamente aos países do Norte da Europa, os valores encontrados não são muito distintos, muito embora estas cidades tenham uma importância assinalável nos sistemas urbanos e de povoamento destes países. WILBERG (1991) num estudo sobre as cidades médias na Suécia, considera como limiar os 50 000 habitantes e como máximo, dimensões populacionais imediatamente inferiores às das áreas metropolitanas. Sendo Malmö a menor cidade metropolitana (a Área Metropolitana possuía 502 874 habitantes, em 1995) e Uppsala a maior cidade não metropolitana (183 472 habitantes, em 1995), então o limite máximo das cidades médias na Suécia são os 200 000 habitantes. No entanto, o critério assumido pelo autor é consideravelmente diferente do decretado pelo parlamento sueco, que exige um mínimo de 50 000 habitantes residentes na cidade e

60 000 empregos no município para que se considere uma cidade como média. Seguindo este critério, existem 36 cidades médias na Suécia, que albergam mais de 2,7 milhões de habitantes, o equivalente a um terço da população sueca.

A situação dos países da Europa de Leste não é muito diferente da Europa Ocidental. DZIEWONSKI (1986) num pequeno artigo sobre as principais transformações ocorridas no sistema urbano polaco, refere que as cidades médias polacas surgem no intervalo dos 30 000 a 100 000 habitantes. O seu crescimento durante a década de setenta surgiu associado à reforma administrativa que deu lugar às novas pequenas unidades administrativas - *voivodships* -, cujas capitais eram as pequenas e médias cidades que reforçaram a sua importância na rede urbana polaca.

Quadro 1.2. - Cidades Médias em Portugal – Alguns exemplos de trabalhos realizados

Estudos/Trabalhos		Escala de Dimensão – Casos Estudados	
Sistema Urbano Nacional	DGOTDU (1997)	Todas as cidades não metropolitanas	
	PROSIURB (1994, Desp. 6/94)	Cidades com dimensão compreendida entre os 10 000 habitantes (Mirandela) e os 115 000 habitantes (Braga)	
	EFILWC (1994)	<ul style="list-style-type: none"> • Aglomerados de Nível 3, segundo a classificação funcional dos centros urbanos do MPAT 	
Cidades Médias	J. GASPARG <i>et al.</i> (1998)	<ul style="list-style-type: none"> • AVEIRO (32 847 habitantes) • VISEU (20 659 habitantes) • Eixo Urbano formado por ENTRONCAMENTO-TORRES NOVAS, (13 925 e 10 498 habitantes) • Eixo Urbano formado por SANTARÉM-CARTAXO-ALMEIRIM (23 678, 8 151 E 10 038 habitantes) • BEJA (19 212 habitantes) 	
	J. FERRÃO (1997a)	<ul style="list-style-type: none"> • ÉVORA (38 005 habitantes) 	
	L. FONSECA (1996)	<ul style="list-style-type: none"> • C. RAINHA (21 070 habitantes) 	
	L. CAETANO (1996)	<ul style="list-style-type: none"> • COIMBRA (89 639 habitantes) 	

Em Portugal, os valores apontados por vários autores e instituições são distintos. Efectivamente, se considerarmos o critério europeu, relativo à dimensão populacional

(100 000- 250 000 habitantes), Portugal não tem cidades de dimensão média.

No entanto, os casos estudados centram-se sobre cidades ou sistemas urbanos não metropolitanos tais como Viseu, Aveiro, Coimbra, Torres Novas-Entroncamento, Santarém-Cartaxo-Almeirim, Caldas da Rainha, Évora e Beja.

No estudo anteriormente referido (EFILWC, 1994), classificam-se como centros de dimensão média todos os aglomerados até ao Nível 3⁴, segundo a classificação funcional dos centros urbanos elaborada pelo Ministério do Planeamento e Administração do Território, no entanto o PROSIURB elege como cidades médias, cidades com dimensão inferior (caso de Mirandela que ronda os 10 000 habitantes). O critério de escolha ultrapassa a lógica funcional, atendendo sobretudo à sua importância regional e ao contributo para a organização de sistemas urbanos regionais.

A discussão sobre os valores considerados à escala nacional será retomada mais tarde, a propósito da evolução da cidade média em Portugal e do seu posicionamento no sistema urbano nacional.

1.2.2. Os países não europeus

As realidades americana, asiática e africana são consideravelmente diferentes da europeia. Num grande número destes países os sistemas urbanos estão longe de ser equilibrados e as cidades médias não têm a expressão que adquirem na Europa. Trabalhos desenvolvidos no âmbito da temática das cidades médias na América, Ásia e África, reportam-se a cidades com dimensões inferiores às apresentadas anteriormente. Nos países mais urbanizados e economicamente mais fortes da Ásia, América Latina e Médio Oriente as cidades médias atingem dimensões que oscilam entre os 100 000 e os 2,5 milhões de habitantes (estes últimos ocorrem em redes urbanas cujas maiores cidades possuem mais de 6 milhões de habitantes) (RONDINELLI, 1982).

No caso do Japão, durante os anos oitenta deu-se particular atenção às cidades não metropolitanas que possuíam entre 300 e 500 mil habitantes, de que são exemplos

⁴ Consideram-se cinco níveis de centros: de âmbito macro-regional (nível 1); de âmbito regional (nível 2); de âmbito sub-regional (nível 3); de âmbito supra-concelhio (nível 4); e de âmbito concelhio (nível 5) (MPAT).

Sapporo, Sendai, Okayame, Hiroshima, Fukuoka, Kumamoto e Kagoshima, cidades afastadas das três maiores áreas metropolitanas de Tokio, Osaka e Nagoya⁵ (TANIFUGI e ITO, 1982, pp.73).

Quadro 1.3. - As Cidades Médias em alguns países não europeus

Países	Taxa de Urbanização 1990	Maior Cidade (1995)	Cidade Média (1995)
Países com grandes metrópoles			100 000 - 2 500 000
Brasil	74	São Paulo – 16 417 000	Curitiba - 1 400 000 Porto Alegre - 1 126 000
Argentina	86	Buenos Aires – 10 990 000	La Plata - 455 000
México	72	Cidade México– 15 643 000	280 000
Japão	77	Tóquio – 26 836 000	300 000 - 500 000
Índia	27	Bombaim- 15 093 000	500 000 – 2 500 000
Outros			40 000 - 120 a 150 000
Quênia	23	Nairobi – 2 079 000	25 000 - 100 000
Tanzânia	31	Dar es Salaam - 757 346	10 000 - 85 000
Etiópia	13	Addis Ababa- 2 209 000	25 000 - 100 000
Indonésia	30	Jakarta – 9 250 000	120 000
Egipto	46	Cairo - 6 500 000	50 000 - 100 000

Fonte: BAKER (2000); MATHUR (1982); PESCI (2000); RONDINELLI (1982); WOU DEN (1997) VALLICELLI (2000)

Na América Central e do Sul apesar de existir uma densa rede de cidades, cuja origem remonta à ocupação colonial, o acelerado processo de urbanização tem-se expressado numa concentração metropolitana (casos da Cidade do México, Bogotá, Santiago, Caracas, Lima e Buenos Aires) e não numa distribuição equilibrada, contribuindo para acentuar a histórica macrocefalia das redes destes países. As cidades do México e de Buenos Aires encontram-se entre as maiores aglomerações mundiais, registando valores populacionais que ultrapassam os 10 milhões de habitantes, Lima e Bogotá, rondam os 6 milhões de habitantes e Santiago, os 4 milhões de habitantes. Contudo, PESCI (2000) e VALLICELLI (2000) consideram que embora as taxas de crescimento populacional sejam mais elevadas nas grandes cidades, nas restantes cidades tem-se revelado uma dinâmica económica e social positiva, sendo a exclusão e as disparidades sociais menos gritantes que nas grandes metrópoles: casos de La Plata, na Argentina e de Curitiba e Porto Alegre, no Brasil.

⁵ No início dos anos sessenta, estas cidades representavam 4,5% da população, valor que ascendeu a 10,7% em 1975. Também os lugares com população compreendida entre os 100 e os 200 mil habitantes, durante o mesmo período de análise, cresceram de 5,7% para 8,6%. No que diz respeito à população residente nos lugares com menos de 100 000 habitantes esta decresceu .

PESCI (2000) afirma que, no contexto da América do Sul, as cidades médias compreendem 100 000 a mais de 1 milhão de habitantes, sendo que destas, as maiores possuem dinâmicas culturais e económicas assinaláveis, enquanto as cidades com cerca de 100 000 habitantes desempenham funções de estruturação dos espaços regionais e de interface com os espaços rurais.

Nos países menos desenvolvidos da América Central e do Sul, África, Ásia e do Médio Oriente, para além das grandes cidades, as cidades que possuem características e funções urbanas têm uma dimensão física inferior à das suas congéneres mais ricas. Estas cifram-se entre 40 000-50 000 e os 150 000 habitantes (RONDINELLI, 1982). Para além do baixo nível de urbanização, a macrocefalia das suas redes leva a que as cidades médias tenham uma reduzida expressão, sendo as redes dominadas por um elevado número de pequenas cidades (cidades com dimensão inferior a 50 000 habitantes).

Ainda nos anos oitenta, a propósito da realidade da África sub-sahariana, HARDOY e SATTERTHWAITTE (1986, *in* BAKER, 2000) consideravam as cidades com 5 000 a 20 000 habitantes como pequenos centros e os de 20 000 a 100 000 habitantes, centros médios. BLITZER *et al* (1988, *in* BAKER, 2000) reduzem o mínimo de população para 1 000 habitantes, valor que se adapta mais à realidade urbana de África.

No caso da Índia, país cuja taxa de urbanização permanece baixa, os valores são mais elevados sendo que as cidades médias possuem entre 500 000 a 750 000 habitantes, podendo registar até 2,5 milhões de habitantes. Esta diferença deve-se à dimensão demográfica indiana e, naturalmente, ao facto das suas cidades possuírem uma dimensão elevada quando comparadas com a de outros países mais pequenos. Contudo, a dimensão depende da região em que se insere, nomeadamente se as cidades médias se localizam em regiões menos desenvolvidas onde têm a função de capitais regionais, possuem mais de 1 milhão de habitantes (KEWALRAMANI, 2000). Apesar da sua dimensão, as cidades médias têm um peso muito reduzido no contexto da rede urbana (RONDINELLI, 1982).

Nestes países, o êxodo rural para as cidades médias tem muito menor expressão que na Europa ou nos Estados Unidos da América. Uma razão que explica o fraco poder de atracção das pequenas e médias cidades nestes países, relaciona-se com o grau de urbanização e de desenvolvimento económico. A estrutura produtiva destas cidades mantém-se ligada à comercialização de produtos primários produzidos nas regiões envolventes, estabelecendo-se uma grande complementaridade entre o território urbano

(de pequenas e médias cidades) e a envolvente de carácter rural. Perante este quadro, o êxodo rural dirige-se fundamentalmente para as grandes metrópoles, onde há expectativas de encontrar emprego na indústria ou nos serviços.

A comparação das realidades dos países desenvolvidos e dos menos desenvolvidos mostra que as cidades médias têm maior peso nos primeiros, apesar do esforço de implementação de políticas de desenvolvimento regional nos países menos desenvolvidos.

1.2.3. Limitações para a definição de um critério

A heterogeneidade de valores apontados anteriormente demonstra a dificuldade em sustentar a definição de cidade média em critérios que se relacionam com a sua dimensão física e demográfica e em efectuar estudos comparativos entre países e evolutivos no tempo.

Segundo MICHEL (1977), “sabe-se muito bem o que é que a cidade média não é, mas dificilmente podemos saber o que é. O conceito é tão vago que nos questionamos se a cidade média não é uma ilusão ou (...) uma noção com um interesse medíocre” (pp. 642). Este autor propôs-se a determinar a média aritmética da população dos centros urbanos mas este método enfermava de erros importantes. Seguindo este método, no caso de países cujas redes eram macrocéfalas ou bicéfalas, o cálculo da média daria lugar a valores que não encontrariam correspondência na existência de cidades nesse escalão.

Outros autores propuseram a definição de cidade média a partir das funções desempenhadas. As cidades médias eram assim designadas, não só pela sua dimensão, mas porque se encontravam em níveis intermédios da hierarquia urbana e, como tal, desempenhavam funções compatíveis com a sua posição na rede urbana dos países. Esta correspondeu à perspectiva funcionalista de cidade média, importante nos anos sessenta e setenta, período em que as cidades médias começaram a ser encaradas como elementos estratégicos no estabelecimento de redes urbanas equilibradas e motores do processo de desenvolvimento regional.

A definição destas cidades baseava-se nos critérios demográfico e funcional (posição que ocupava no sistema urbano nacional), critérios estes que têm sido desde

sempre criticados por vários autores, nomeadamente nos anos noventa, quando se assiste a uma retoma das cidades médias e, como tal, se voltam a discutir os conceitos que poderão estar na base da sua definição. Citando FERRÃO (1995a), "é justamente esta relação determinista, este fatalismo dimensional, que hoje é criticado, confirmando que a visão actual da realidade *cidade média* é diferente da que prevaleceu nas décadas anteriores."(pp. 12).

As dificuldades de definir as cidades médias com base em critérios demográficos e funcionais estão associadas a vários factores sobre os quais importa reflectir. Por um lado, depende do grau de urbanização e do sistema de povoamento, por outro, depende do próprio conceito de urbano. Factores como as diferenças na organização político-administrativa e o nível de desenvolvimento económico e social de cada país ou região são igualmente importantes, permitindo relevar a necessidade de compreender as diferenças e os contextos regionais em que se inserem as cidades. Procuremos analisar esses factores com maior detalhe.

a) A diversidade do conceito de urbano

Um factor que condiciona a definição de cidade média com base em critérios de ordem quantitativa, decorre da própria heterogeneidade na definição de aglomerado urbano. Alguns países consideram "urbanos" todos os aglomerados com mais de 200 habitantes (caso da Dinamarca) enquanto outros consideram valores bastante mais elevados, caso de Portugal que, nas estatísticas internacionais aponta como limiar mínimo para um aglomerado ser considerado "centro urbano", os 10 000 habitantes. Esse facto reduz claramente a taxa de urbanização e o número de aglomerados classificados como urbanos.

Outro aspecto a assinalar é o diferencial populacional existente entre a maior cidade e a cidade média de maior dimensão. No caso da Alemanha, as cidades médias de maior dimensão possuem cerca de 600 000 habitantes, ou seja, têm cerca de 1/5 da dimensão da grande cidade. Em situação muito distinta está a Grécia, cuja cidade média de maior dimensão (100 000 habitantes) é cerca de 33 vezes mais pequena que a aglomeração de Atenas.

Quadro 1. 4. – A diversidade do conceito de "urbano" e a sua relação com as "cidades médias" em alguns países da União Europeia

Paises	Taxa de Urbanização (%)	Cidade Média – Escalão de dimensão (Hab.)	Critério Urbano
Alemanha	86	150 000-600 000 (EFILWC, 1994)	Aglomeracões com + 2 000 hab.
Espanha	76	30 000-300 000	Municípios com + 2 000 hab.*
França	73	20 000-100 000 (COMMERÇON, 1996)	<ul style="list-style-type: none"> Comunas que possuam uma aglomeraçao com + 2 000 hab, que vivam em habitaçoes contiguas que não distem mais de 200 m; comunas em que a maior parte da populaçao vive numa aglomeraçao multicomunal com as outras caracteristicas
Grécia	64	50 000-100 000 (EFILWC, 1994) ou 10 000-50 000 (GAULT, 1989)	<ul style="list-style-type: none"> Regiões urbanas: Municípios e comunas com + 10 000 habitantes no primeiro centro principal mais 13 aglomeraçoes urbanas classificadas no censo de 1981⁶. Regiões semi-urbanas: municipios e comunas que na aglomeraçao principal possuam entre 2 e 10 000 hab.
Holanda	89	-	<ul style="list-style-type: none"> Regiões Urbanas: Municípios com mais de 2 000 hab. Regiões Semi-urbanas: municipios com menos de 2 000 hab., mas onde menos de 20% da populaçao activa trabalha no sector primário e alguns municipios de carácter residencial.
Portugal	35	10 000-100 000	Aglomerados + 10 000 hab.
Irlanda		50 000-100 000	Aglomerados (e subúrbios) + 1 500 hab.
Escócia	89	150 000-600 000	Aglomeracões + 1 000 hab. num mínimo de 20 ha
Suécia	83	50 000-200 000	Localidades com + de 200 hab.
U. Europeia	60	10 000-400 000 20 000-500 000 (CE, 1994b) ou 100 000-250 000 (CE, 1992; EFILWC, 1994)	

Fonte: COMMERÇON (1996); EFILWC (1994); GAULT (1989); WILBERG (1991) e ONU (1987) - *Anuário Demográfico Internacional*

* O valor de 2 000 habitantes reporta-se ao critério definido no *Anuário Demográfico Internacional* de 1987. Contudo deve-se confrontar com outras fontes, nomeadamente SALGUEIRO (1992).

Esta disparidade de valores traduz-se em diferentes funcionalidades desempenhadas nos sistemas urbanos e regionais e torna inoperativos os critérios que relacionam a dimensão das cidades com as funções desempenhadas. Estas diferenças de critérios ainda são mais evidentes nos países em vias de desenvolvimento, onde o

conceito de urbano aparece associado a indicadores como a densidade populacional, a percentagem de população activa em actividades não primárias e a presença de determinadas infra-estruturas e equipamentos (FANCHETTE, 1994; LAVERGNE, 1994; WOUDEN, 1997)⁷.

Quadro 1.5. - Relação entre a dimensão da cidade média e a maior cidade/aglomeração em alguns países da União Europeia

Países	Cidade Média Escala de dimensão (Habitantes)	Maior Aglomeração (Habitantes)
Alemanha	150 000 - 600 000	3 437 290
Dinamarca	<100 000	1 336 855
Espanha	30 000 - 300 000	2 976 064
França	20 000 - 100 000	9 319 367
Grécia	50 000 - 100 000 e 10 000 - 50 000	3 072 922
Itália	50 000 - 200 000 e 100 000 - 300 000	2 693 383
Portugal	20 000 - 100 000	2 561 225
Irlanda	50 000 - 100 000	915 516
R. Unido	150 000 - 600 000	6 393 568
Suécia	50 000 - 200 000	1 570 320

* O valor refere-se à ex-RDA

Fonte: EFILWC (1994); COMMERÇON (1996); GAULT (1989); WILBERG (1991) e ONU (1987) - *Anuário Demográfico Internacional*

b) A diversidade de formas de organização político-administrativa

Os valores e a importância das cidades médias dependem igualmente da forma de organização político-administrativa de cada país e do contexto regional em que se inserem. Tomando como base de trabalho os países da União Europeia, podemos verificar que a organização administrativa de cada país é bastante diversificada e tem associados diferentes modelos de desenvolvimento urbano.

A *kommuner* na Dinamarca, o *município* em Espanha, o *concelho* em Portugal e a *commune* francesa, são bastante distintas em dimensão física e populacional. Enquanto em Portugal os concelhos têm uma área média de 302 Km², onde residem cerca de

⁶ Grande Atenas, Salónica, Patras, Volos, Iraklion, la Canée, Calamata, Katerini, Agrinion, Chio, Aegion, Ermoupolis, Sparta.

⁷

- Indonésia: >5 000hab/km² e <25% activos no primário e presença de 8 equipamentos fundamentais, nomeadamente hospital, banco, escolas do ensino básico e secundário.
- Egipto: >15 000hab. ou ter uma localização turística ou estratégica, ou ainda a existência de uma actividade económica capaz de sedentarizar a população
- Jordânia:>10 000 hab. ou 5-10 000.hab. onde a agricultura ocupa <30% dos activos

33 000 habitantes, em Espanha a dimensão é muito mais reduzida, sendo de 55 Km² e de 3 900 habitantes a área e a população médias.

Quadro 1.6. - Dimensão média das unidades administrativas de nível local nos países da União Europeia, em 1991

País	Autoridade Local	Nº Unidades	Área (Km ²)	População	Dimensão Média	
					Área (Km ²)	Hab.
Alemanha	Gemeinden e kreisfreie Städte	16 040	356 980	81 538 000	22,3	5 084
Austria	Gemeinden	2 333	83 853	7 795 786	35,9	3 342
Bélgica	Gemeente/Communes	589	30 513	9 860 000	51,8	16 740
Dinamarca	Kommuner	276	43 007	5 251 017	155,6	19 025
Espanha	Municipios	8 077	504 782	39 433 942	62,5	4 882
Finlândia	Kunnat/Kommuner	455	338 145	5 116 826	743,2	11 246
França	Communes	36 558	551 500	56 615 155	15,8	1 549
Grécia	Demos	5 921	131 990	10 259 900	22,3	1 733
Holanda	Gemeentes	647	40 844	1 555 2661	63,1	24 038
Irlanda	Districts	88	70 283	3 630 000	798,7	41 250
Itália	Comuni	8 102	301 268	56 778 031	37,8	7 008
Luxemburgo	Communes	118	2 586	367 400	21,9	3 114
Portugal	Câmaras Municipais	305	92 082	9 862 540	301,9	32 336
Reino Unido	Districts	483	244 100	53 366 643	505,4	11 0490
Suécia	Kommuner	288	449 964	8 840 681	1562,4	30 697

Fonte: A partir de CE (1997a) - *The EU Compendium of Spatial Planning Systems and Policies*, pp. 64; ONU (1994) - *Anuário Demográfico Internacional*; CATTAN et al (1994), pp. 172

Considerando que em vários países, estas unidades são a base da organização urbana e, como tal, da configuração da rede de cidades médias, as dificuldades em encontrar paralelismo entre o que são as cidades médias em cada país aumenta. Veja-se o caso espanhol, que considera urbanos os municípios com mais de 2 000 habitantes e a França que elege como urbanas as comunas que possuam aglomerações com mais de 2 000 habitantes, em habitações contíguas que não distem mais de 200 m ou em comunas em que a maior parte da população vive numa aglomeração multicomunal com as características anteriores. Como se pode verificar, apesar da relação entre o critério de "urbano" e o nível de desagregação político-administrativo local, as diferenças entre os países são claras, não contribuindo para encontrar um critério que permita definir cidade média.

Outro aspecto a ter em conta é a diversidade de sistemas políticos e de orgânicas do funcionamento da administração central, regional e local de cada país. Assim, para

além das diferenças nas dimensões físicas e populacionais das unidades administrativas, existem diferentes formas de exercício do poder regional e local

Efectivamente, países com uma estrutura federal têm associadas cidades de média e grande dimensão onde estão localizadas entidades descentralizadas do Estado. Ao contrário, em países com estruturas político-administrativas centralizadas, existe uma menor capacidade de decisão, retirando-lhes funcionalidade e influência regional, o que confere diferenças claras à base económica e política das cidades.

Quadro 1.7. - Sistemas de organização político-administrativa nos Países da União Europeia

Sistema	País
Unitário (com diferentes níveis de descentralização)	Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Suécia, Reino Unido
Regionalizado	Itália, Espanha
Federal	Áustria, Bélgica, Alemanha

Fonte: CE (1997a) - *The EU Compendium of Spatial Planning Systems and Policies*, pp. 39

A presença de um elevado número de entidades descentralizadas, que desempenham funções com um determinado nível de decisão política e financeira, só por si constitui o suporte da base económica destas cidades, conferindo-lhes vantagens relativamente a outras cujo emprego, produto e sinergias geradas pelo sector público é menor. Por outro lado, a presença destas funções é também um factor de atracção para o surgimento de funções de nível hierárquico superior do foro produtivo e social.

Destes factores decorrem algumas limitações quando se procura definir a cidade média com base nas funções desempenhadas pois embora estas sigam uma lógica suportada na hierarquia, dependem também dos sistemas políticos e administrativos de cada país.

c) A relatividade do conceito no espaço

Outro aspecto que reforça a inoperacionalidade dos critérios demográfico e funcional decorre da posição da cidade no sistema urbano nacional e regional. As políticas implementadas em França e noutros países mostravam que nem sempre existia correspondência entre o tamanho da cidade e as funções por estas desempenhadas mas que a importância e o papel desempenhado pelas cidades médias dependia de outros

factores, nomeadamente o contexto regional em que as cidades se inseriam, o tipo de povoamento e o nível de desenvolvimento económico de cada país (LAJUGIE *et al*, 1979).

Uma cidade média localizada numa região despovoada não teria o mesmo papel que outra localizada numa região densamente povoada. Ou seja, uma cidade com cerca de 20 000 habitantes numa região despovoada, pelas funções que desempenha, poderá ser considerada uma cidade média, ao contrário, uma cidade com três vezes mais essa população, se inserida numa região fortemente urbanizada, pode desempenhar menos funções que cidades de dimensão inferior inseridas em contextos regionais, demográficos e económicos desfavorecidos. Daqui decorre que o número de habitantes e as funções desempenhadas por uma cidade média não têm o mesmo valor absoluto, mas devem ser apreciados em função da densidade do tecido urbano e regional, ou seja do território que envolve a cidade (LAJUGIE, 1974), aspectos que reflectem a abordagem de Christaller.

O critério funcional é válido consoante a escala de análise e não apenas a sua integração na escala nacional, ou seja, considerava-se importante considerar critérios que traduzissem não só o tipo de funções consideradas relevantes no sistema urbano nacional, mas igualmente, o desempenho de funções à escala regional. A mesma ideia era partilhada por GUICHARD em 1973 (*in* MICHEL, 1977) que considera “cidade média, não a aglomeração com um quantitativo populacional preciso, mas uma cidade que tenha um peso demográfico notável no total da população da região” (pp. 646) e, como tal, que desempenha funções de nível hierárquico superior ao seu nível populacional.

d) A temporalidade do conceito

O contínuo e crescente movimento de urbanização reflecte-se não só num aumento do número de cidades como da sua dimensão e assim, as cidades que possuíam entre 30 000 e 100 000 habitantes na década de sessenta, eram cidades com funções e características distintas das que encontramos hoje com a mesma dimensão uma vez que, em termos relativos, as cidades com 30 000 a 100 000 habitantes serão hoje cidades mais pequenas do que há algumas décadas atrás (MICHEL, 1977).

Por outro lado, mostra a evolução do conceito de cidade média que qualquer critério proposto está necessariamente datado, reflectindo as diferentes perspectivas de desenvolvimento regional e os modelos de desenvolvimento económico dominantes em

cada período. A cidade média no período de crescimento económico correspondia a um centro capaz de prestar funções correspondentes aos níveis intermédios da hierarquia urbana, reportando-se ao sistema urbano de cada país.

Mas, o conceito evoluiu. Ao mesmo tempo que emergiu a perspectiva regionalista, a cidade média como que "se diluiu" no conceito de região, este sinónimo de um território activo, cujas dinâmicas dependiam da mobilização dos recursos de natureza endógena. Mais recentemente, com a globalização, a cidade média é parte de um sistema aberto, onde a sua integração não se faz somente com a região ou o país a que pertence, mas compreende também a escala internacional.

Este tipo de argumentação tinha já sido utilizado por vários autores em meados de setenta, a propósito da avaliação dos efeitos das políticas de desconcentração de população e actividades numa base hierárquica. A busca de novos critérios para definir cidade média não se limitou a uma releitura da funcionalidade em relação ao sistema urbano regional mas alargou-se a outros domínios como o cultural e social, de modo a responder aos problemas sociais que emergiram com a falência do modelo baseado nas economias de escala e de aglomeração (desemprego, pobreza e outras questões sociais decorrentes da crise), exigindo novos critérios para a definição de cidade média.

1.3. A importância dos critérios qualitativos para a definição de cidade média

O conceito de cidade média foi, assim, sofrendo evoluções sucessivas no sentido de se aproximar das realidades económicas e sociais dos países. Em meados de setenta, enquadradas numa lógica de crise económica e de afirmação das preocupações sociais, emergem as primeiras definições baseadas em critérios que ultrapassavam a funcionalidade económica. LAJUGIE (1974) refere que ao critério estatístico e funcional há que acrescentar critérios qualitativos relacionados com o estilo de vida. Segundo o autor, "é bem evidente que o volume de população é um elemento importante na identificação da cidade média. Há um valor mínimo abaixo do qual um centro urbano não pode desempenhar o papel de uma cidade média, mas constitui uma pequena cidade, uma grande vila, e tem como tal, um papel a desempenhar no sistema urbano regional. (...) Com efeito, ao critério quantitativo convém juntar critérios qualitativos. A cidade média,

para a maioria dos que usam o termo, evoca sobretudo uma ideia de um certo quadro de vida, de certas condições de existência, pode-se dizer um estilo de vida que não é o das vilas rurais, privadas de equipamentos característicos da vida urbana e que estão longe do das grandes aglomerações, onde a escala não permite a existência de relações pessoais que fazem da cidade média uma comunidade de habitantes" (pp. 11-12).

Também para MICHEL (1977) a definição de cidade média ultrapassava o carácter estatístico e funcional retratando-se por palavras-chave como "acolhimento, charme, descrição, modéstia, humanidade, harmonia e equilíbrio. O epíteto cidade média não designa mais uma categoria; sugere uma atmosfera e confere uma dignidade" (pp.657). Outro autor, MONOD (1974, *in* MICHEL, 1977) definiu cidade média como o "lugar onde as relações sociais são outras".

Para TOINARD (1996), as cidades médias propõem-se como uma alternativa de vida às populações pois pela sua dimensão usufruem das vantagens da urbanização não sofrendo consequências negativas decorrentes da grande dimensão (deseconomias de escala económicas, sociais, ...). Assim, devem considerar-se variáveis que ilustrem o seu nível cultural e social, ou seja, que demonstrem o "modo de vida" de forma a poder distingui-las das grandes cidades, que sofrem de problemas como a poluição, o desemprego e a crescente extensão das deslocações casa-trabalho.

Contudo, é reconhecida a dificuldade em basear a identificação de cidades médias em elementos subjectivos como o modo de vida, a qualidade de vida e a menor incidência dos problemas sociais que afectam as grandes cidades (poluição, insegurança, congestionamento e outros problemas de circulação rodoviária, entre outros). Esta dificuldade passa pelo facto de a definição ter por base a posição da cidade média em relação à grande cidade, baseando-se em padrões e comportamentos destas e não em características próprias destas cidades.

Outra proposta é a apresentada pela Federação dos Presidentes das Comunas-Sede de Cidades Médias em França, que reúne mais de 190 presidentes que representam mais de sete milhões de habitantes. Estes, consideram cidades médias, cidades «autónomas», independentes das grandes aglomerações, no centro de uma bacia de emprego ou de uma região. A estas podem juntar-se, sedes de departamento com menos de 20 000 habitantes e um certo número de pequenas cidades dinâmicas ao nível regional (TOINARD, 1996). O conceito de «autónoma» é igualmente subjectivo e traduz a visão parcial de um dos

actores da cidade - o poder local, estando a "autonomia" associada a uma limitação administrativa.

Não negando a importância destas cidades no exercício do poder local, afirma-se que foi criada a ideia de que as cidades médias podem constituir elementos fundamentais no processo de reestruturação territorial do país.

Estas definições transparecem sobretudo as expectativas criadas à volta das cidades intermédias, quer no que podiam representar como alternativa de vida para as famílias, quer como entidades, *per se*, mobilizadoras do processo de desenvolvimento regional, facto que foi particularmente reconhecido pelos políticos locais.

As reflexões anteriores mostram que, muito embora as políticas regionais continuassem a transparecer uma forte componente hierárquico-funcional, as cidades médias se definiam não só pela sua dimensão demográfica e funcional em relação aos sistemas urbanos nacionais mas também pela sua dimensão demográfica e funcional à escala regional, ao mesmo tempo que, incorporavam outros critérios mais subjectivos, relacionados com o modo de vida das famílias e os seus quotidianos e valores.

1.4. Da cidade média à cidade intermédia – a resposta à globalização

O processo de desconcentração da população e das actividades beneficiou particularmente as cidades médias, que pela sua dimensão demográfica e económica, se apresentaram como alternativas à localização de actividades e pessoas. A cidade média, surgiu como uma entidade em redor da qual se organizou o sistema produtivo e social, parte fundamental dos processos de desenvolvimento de base endógena.

Nos anos oitenta, e no seguimento das discussões tidas na década anterior a propósito das cidades médias, simbolizando a capacidade de estabelecer relações e integrar redes, aparece um novo conceito o de «cidade intermédia» (GAULT, 1989). Segundo o autor, as diferenças entre a cidade média e a cidade intermédia são fundamentalmente diferenças que se prendem com aspectos de natureza qualitativa e não quantitativa.

"Com efeito, a noção de cidade média remete para aspectos estáticos: poder, população, *média*, em suma, valores estatísticos (...). Insistir sobre a noção de cidade

intermédia é, ao contrário, sublinhar a importância de aspectos dinâmicos, a noção de estratégia, de posição a conquistar, de espaço a construir, de posição a ocupar, de mediações a criar entre os homens, os capitais, as sinergias a desenvolver..." (LAVIGNE citado por GAULT, 1989, pp. 77).

Este conceito impôs-se com a internacionalização da economia e a alteração das condições de competitividade que ocorreram na última década e meia. A cidade média não se define pela sua posição em relação ao sistema urbano regional e nacional (estrutura funcional do tipo hierárquica e uma estrutura espacial fechada) mas pela forma como estabelece relações com as diversas componentes desses sistemas. Por um lado, a cidade intermédia, estabelece a ligação entre os níveis superiores e inferiores da hierarquia, por outro, a cidade intermédia é também a cidade que estabelece relações com outros territórios/cidades do mesmo nível hierárquico, que desenvolvem funções complementares ou similares, no espaço nacional ou internacional, desenvolvendo o conceito de rede e de integração num espaço mais abrangente (integração à escala nacional e internacional).

Esta modificação do conceito mostra a sua readaptação aos novos objectivos da política regional e aos novos desafios impostos pela globalização. Assim, enquanto, a cidade média dos anos sessenta e meados de setenta se enquadrava numa lógica de sistema urbano fechado, ou seja, em relação ao sistema urbano de cada país, a cidade intermédia enquadra-se nas novas leituras que se podem fazer dos sistemas urbanos, que segundo FERRÃO (1995b) assumem três características fundamentais: a internacionalização decorrente da globalização dos sistemas produtivos e sociais, o que permite que algumas cidades de média dimensão desempenhem funções que não se limitam as correspondentes a sua posição na hierarquia no sistema urbano nacional, mas possuam funções ou especializações que lhes permitem afirmarem-se internacionalmente; a sobreposição das visões hierárquica e em rede, a integração da cidade média numa lógica de rede, modifica o seu papel, que deixa de se reduzir ao de capital regional ou sub-regional; a transformação do espaço geográfico em espaço de fluxos.

Neste âmbito, os critérios para a sua definição alargam-se e introduzem novas leituras do sistema de organização económico e territorial. GAULT (1989), citando AGNÈS DESMAREST-PARREIL, afirma que a cidade intermédia, impulsionada por novas estratégias de relacionamento e concertação dos poderes públicos, dos sectores

económicos, das instituições de formação, das associações e da população, apresenta-se como um excelente palco para a conciliação entre os processos globais e locais.

A definição proposta pela União Europeia reforça a ideia da cidade intermédia como uma entidade local, capaz de gerar inovação e promover o desenvolvimento sustentável (CE, 1994a, 1997b) e os estudos da European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (1994) designam a cidade média como "uma pequena grande cidade, que possui capacidade de combinar as vantagens de ambas, sem absorver as suas desvantagens" (pp.7). Pelo aproveitamento das potencialidades locais, estas cidades oferecem assim, condições para a implementação de projectos de desenvolvimento e de promoção da sustentabilidade urbana.

1.5. O paradigma das cidades sustentáveis – O novo enquadramento conceptual para a definição da cidade média

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, referenciado pela primeira vez no Relatório de Brundtland da World Commission on Environment and Development, "Our Common Future" (1987), define-se como "um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais se enquadrem tanto nas exigências do futuro como nas do presente".

Estando uma parte significativa da população mundial a viver em cidades e mantendo-se a tendência de urbanização, parece necessário que o conceito e princípios de desenvolvimento sustentável se apliquem às cidades, pois estas são por excelência os territórios onde essas mudanças terão mais impactos.

A cidade sustentável tem assim como objectivo prioritário, o bem estar da população a longo prazo, o que compreende a satisfação das necessidades económicas e materiais mas também, as de ordem cultural, social e ambiental como apontado na Carta das Cidades Europeias Sustentáveis (ICLEI, 1995a).

O desenvolvimento urbano sustentável tem implícito a aprendizagem colectiva, onde se gerem conflitos e vontades, a abordagem conjunta dos diferentes sistemas que compõem a cidade (sistema económico, social, físico–construído, cultural e ambiental), a

sua evolução e as interações dinâmicas (externalidades, *feed-backs*, sinergias), evidenciando a participação de todos os agentes nesses processos.

A “Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade”, assinada em Aalborg a 27 de Maio de 1994, durante a “1ª Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis”, constituiu o primeiro passo para a aplicação dos princípios de sustentabilidade às cidades, locais onde reside cerca de 80% da população europeia.

O primeiro aspecto a sublinhar é que cada cidade signatária da Carta assumia a sua responsabilidade na degradação da qualidade de vida e ambiental e como tal, seguindo o princípio do poluidor-pagador, comprometia-se a desenvolver novos modos de vida e novas práticas de sustentabilidade urbana.

Assim, a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável às cidades pressupõe a incorporação dos princípios de justiça social, de produção de economias estáveis e de sustentabilidade ambiental. Estes três princípios estão interligados de forma clara; a justiça social assenta na sustentabilidade económica e na equidade, que por sua vez requerem sustentabilidade ambiental.

Para se atingir a sustentabilidade urbana as cidades signatárias inventariaram um conjunto de prioridades a seguir:

- Reconhecer a *Importância das estratégias de natureza local*, baseadas em agentes, recursos e meios de natureza endógena, para fazer face aos problemas das cidades, ao mesmo tempo que determinam o aproveitamento das suas potencialidades;
- Encarar o desenvolvimento urbano como um *processo criativo, local e equilibrado*, onde a negociação entre actores, políticos e habitantes é parte integrante desse processo;
- *Economia urbana para sustentabilidade*, é fundamental que as cidades assumam que o capital natural é um factor limitativo para o seu desenvolvimento;
- *Equidade social para a sustentabilidade*, é fundamental que as cidades reconheçam que as populações com menor rendimento são as mais afectadas pelos problemas sociais e ambientais. Sendo as desigualdades a primeira barreira à sustentabilidade, então as cidades devem combatê-la. Deve privilegiar-se a criação de emprego que não choque com os princípios de sustentabilidade, melhore o nível de vida e diminua o desemprego.

- *Padrões de uso sustentável do solo*, as cidades devem privilegiar políticas de ordenamento, avaliando iniciativas e impactes ambientais. Deve tirar-se partido das possibilidades oferecidas pelas grandes aglomerações, no que diz respeito à prestação de serviços, em particular dos transportes e energia. É neste âmbito que se inserem os programas de renovação urbana e planeamento de novas áreas urbanas, articulados com novas modalidades de transporte público e de energias alternativas que reduzam a mobilidade e que contribuam para o equilíbrio entre a cidade e o campo.
- *Mobilidade Urbana Sustentável*, as cidades reconhecem a importância de desenvolver estratégias de diminuição do uso de transporte individual, que controlem o tráfego, a poluição e o ordenamento territorial. Deverão privilegiar-se formas de “mobilidade ecológica”, nomeadamente pela inovação nas formas de gestão e em novas modalidades de transporte público;
- *Responsabilidade pelo clima mundial*, as cidades compreendem a necessidade de encontrar respostas no sentido de controlar possíveis contaminações dos ecossistemas (rios, floresta, ...) e de desenvolver fontes de energia renováveis;
- *Prevenção da Intoxicação dos Ecossistemas*, as cidades estão conscientes do crescente número de substâncias perigosas que se envolvem no sistema e reconhecem a importância de controlar a sua emissão;
- *A auto gestão no plano local, condição necessária da sustentabilidade*, as cidades têm capacidade para criar e gerir cidades sustentáveis. Assim, é indispensável terem poderes legais e financeiros sólidos;
- *Os cidadãos como protagonistas da sustentabilidade e o envolvimento da comunidade*, ou seja, as cidades de acordo com a Agenda 21, comprometem-se a elaborar Planos Locais da Agenda 21 e a seguir os princípios de participação da sociedade civil (conforme o Quinto Programa de Acção Ambiental da Comunidade Europeia).

Após a assinatura da Carta iniciou-se a “Campanha das Cidades Europeias Sustentáveis”, cuja primeira fase durou dois anos. Neste período sensibilizaram-se as autoridades locais para a assinatura da Carta⁸, bem como a necessidade de se

⁸ Assinaram a Carta 80 municípios europeus, mas no final da primeira fase da Campanha, tinham aderido 250 autoridade locais e regionais. A segunda fase da Campanha arrancou com a segunda Conferência,

desenvolverem iniciativas enquadradas no âmbito da "Agenda 21". A campanha teve ainda como objectivos promover a organização do Prémio "Cidade Sustentável", formular recomendações à Comunidade Europeia e fornecer uma contribuição ao Grupo de Peritos do Ambiente Urbano, sobre a sustentabilidade urbana.

Inventariados estes princípios e considerando o quadro de objectivos a atingir em matéria de ordenamento territorial e desenvolvimento económico e social, parece pertinente considerar a cidade média como uma cidade sustentável. Esta analogia permite responder às questões relativas à identificação e definição da cidade média, ao mesmo tempo que serve de enquadramento para a definição de políticas de desenvolvimento regional, onde as cidades médias são uma âncora para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

realizada em 1996, em Lisboa, onde foi aprovado um documento denominado "Da Carta à Acção" que, como o nome indicia procura apontar acções para as cidades.

CAPÍTULO II – AS CIDADES MÉDIAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA PRODUTIVO E TERRITORIAL EUROPEU

O nosso território mudou de escala. O automóvel, os transportes encurtaram as distâncias. Só o tempo entre os diversos elementos urbanos conta ... A partir daí, tudo muda. Todas as cidades, todos os lugares estão ao alcance de qualquer um. Podemos escolher onde fazer as compras, a escola dos filhos, onde fazer desporto, ... tudo se torna possível.... A cidade da «escolha» representa verdadeiramente uma evolução irreversível na representação urbana.

Genevieve Dubois-Taine (1997), *La Ville Émergente*, pp. 15

Este capítulo tem como objectivo compreender os factores e as dinâmicas que condicionaram a evolução do sistema urbano europeu, atendendo naturalmente aos seus efeitos nas cidades médias. Para tal estrutura-se o capítulo em duas partes; na primeira identificam-se as transformações no sistema produtivo e na segunda, os impactos espaciais dessas mesmas transformações.

Assim, na primeira parte sintetizam-se as principais mudanças do sistema produtivo desde o pós-guerra, dividindo-as em três períodos: o período do pós-guerra até ao início da década de setenta; o segundo, que inclui o período pós-crise até meados da década de oitenta e o terceiro período, com início na segunda metade da década de oitenta e que se estende até ao presente.

A estes períodos de dinâmica e mudança económica corresponderam iguais períodos de transformação espacial, que serão estudados na segunda parte deste capítulo. Para tal, subdividiu-se a sua análise em três etapas; na primeira, retrata-se a relação entre o modelo de concentração económica vigente no período pós-guerra e o processo de

concentração urbana, que beneficiou particularmente as grandes cidades; na segunda procura-se explicar de que forma a desconcentração produtiva e territorial teve expressão nas cidades médias; na terceira alínea, procura-se associar a emergência de novas formas de organização expressas no “território rede” a um novo período de desafios para as cidades médias.

2.1. Dinâmicas de mudança do sistema produtivo desde o pós-guerra à actualidade

2.1.1. Factores determinantes no processo de reestruturação produtiva

O modelo de crescimento económico do pós-guerra favoreceu as grandes aglomerações que constituíam os principais centros de produção de bens e serviços. As cidades, onde se concentrava o emprego e o capital, atraíram fluxos de população das áreas rurais, repetindo-se o movimento que caracterizou a Europa industrial do século XIX. Nos anos cinquenta, esse movimento foi particularmente intenso nos países da Europa Ocidental, como a França, o Reino Unido e a Alemanha, enquanto na década de sessenta assumiu maior expressão nos países da Europa do Norte e do Sul. No caso dos países da Europa do Sul (Portugal, Itália e Grécia) a emigração não se fez somente em direcção à capital ou às maiores cidades do país, mas tomou direcções bastante distintas, como as cidades francesas, alemãs e belgas, onde a população migrante encontrava emprego em funções de baixo nível de remuneração e com fraca exigência de qualificações, contribuindo para sustentar o modelo de crescimento económico destes países e das suas cidades.

À escala intra-urbana, as transformações também foram importantes. As cidades cresceram para além dos seus limites tradicionais, para uma periferia onde se desenvolveram as funções residencial e industrial, enquanto nas áreas centrais da cidade, não só por razões de prestígio mas pelas vantagens próprias da cidade (maior facilidade de ligação a outras cidades, a proximidade de serviços, acessibilidades e presença de infra-estruturas de comunicações, etc.) se concentravam as funções de nível hierárquico superior (VAN DEN BERG *et al.*, 1982).

Quadro 2.1. - Evolução da População Urbana e Rural nas Regiões da Europa, 1960-70

Regiões ¹	Variação da População 1960-70 (%)			Taxa Urbanização
	Urbana	Rural	Total	1960
Europa Norte	22,6	-17,4	6,8	60,5
Europa Ocidental	16,6	-9,2	8,6	69,2
Europa Sul	41,2	-15,9	7,6	41,2
Europa Oriental (exc. Rússia)	26,1	-4,7	8,3	42,3
Total	24,5	-11,1	8,1	54,0
<i>União Europeia</i>	<i>19,1</i>	<i>-12,4</i>	<i>7,3</i>	<i>62,6</i>

Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional (vários anos)*

Os impactes territoriais do modelo de produção estenderam-se também à escala regional, nacional e internacional. A tentativa de diminuir os custos de produção condicionou a transferência de algumas fases do processo produtivo para regiões onde existia mão-de-obra disponível com custos salariais mais baixos, contexto em que se enquadravam as pequenas e médias cidades localizadas em áreas fora da influência das áreas metropolitanas, onde surgiram empresas filiais intensivas em trabalho que absorviam a mão-de-obra de origem rural. O processo de deslocalização de fases intensivas em trabalho para as pequenas e médias cidades, e até para algumas áreas rurais, foi incentivado pelas políticas de desconcentração demográfica e de actividades que emergiram durante a década de sessenta, e que promoviam a concessão de vantagens fiscais às empresas que se localizassem em regiões menos desenvolvidas, seguindo os princípios desenvolvidos na teoria dos pólos de crescimento.

Contudo, a organização do sistema económico iria alterar-se no início da década de setenta. A recessão motivada pelo aumento do preço do petróleo não constituiu mais do que um factor de agravamento da crise estrutural cujos indícios se tinham começado a configurar nos finais da década de sessenta.

COOKE (1988) enumerou três factores que considerou determinantes para o falência do modelo fordista: a necessidade de realizar constantes investimentos em capital fixo como forma de contrabalançar o declínio da produtividade e a diminuição dos ciclos do produto; as alterações nos factores de competitividade (afirmação de novos valores como a qualidade e o *design*, entre outros); e a constante diminuição das taxas de lucro (consequência da diminuição da produtividade e do aumento do peso de capital constante, decorrente dos custos com o equipamentos e matérias primas). Para além dos

¹ *Europa do Norte*: Suécia, Noruega, Islândia, Finlândia, Dinamarca.

Europa Ocidental: Reino Unido, Áustria, Bélgica, França, Holanda, Luxemburgo, Alemanha, Suíça

Europa do Sul: Espanha, Grécia, Itália, Portugal, Jugoslávia

Europa Oriental: Polónia, Roménia, Bulgária, Checoslováquia, Hungria

factores apontados por Cooke, identificaram-se outros que de igual modo, contribuíram para o declínio do modelo de organização da produção do tipo fordista: as deseconomias de aglomeração e o crescimento dos custos da força de trabalho (que também condicionaram a evolução das taxas de lucro). O modelo parecia esgotado e reproduzia-se em estruturas progressivamente mais pesadas e inflexíveis, incapazes de manterem os níveis de lucro.

A resposta à crise passaria então pelo desenvolvimento de formas de organização e de produção flexível às oscilações do mercado, capazes de jogarem de forma diferenciada com os factores de produção (como o custo da força de trabalho, matérias primas, tecnologia). SAYER e WALKER (1992, *in* HOLLY, B. 1996, pp.26) identificaram sete aspectos fundamentais para a adaptação e sobrevivência às novas regras do mercado: flexibilidade na produção; flexibilidade na resposta às mudanças no mercado; flexibilidade nas práticas laborais; flexibilidade na utilização de equipamento e formas automáticas de produção; flexibilidade na reestruturação da produção; e flexibilidade nas formas de organização (casos das redes de produtores especializados).

Estes sete aspectos configuram o modelo de produção flexível, cujo aparecimento traduz mais do que uma adaptação à procura. A inovação e o progresso tecnológico, permitiram a produção de produtos diferenciados e de ciclos de vida mais curtos, uma forma de se adaptar à procura, mas ela própria também uma forma de gerar novos consumos, alimentando a procura no sistema produtivo. Por outro lado, a necessidade de inovar e de colocar novos produtos no mercado catalisa a expansão de serviços de apoio a montante e a jusante do sistema produtivo (casos da concepção e *design*, a montante da fase de produção, e o *marketing*, a jusante da fase de produção). Estas novas funções dão lugar a uma expansão das actividades terciárias, nomeadamente de um conjunto de serviços interligados com o sistema produtivo, o que demonstra que a terciarização não traduz apenas a expansão de actividades terciárias, como referem autores como Colin Clark (1951)², mas é resultado de um processo mais complexo, estreitamente relacionado com a reestruturação do sistema, tal como o desenvolvimento tecnológico, a segmentação do processo produtivo e a externalização de funções, anteriormente consideradas parte integrante do sector secundário.

² CLARK, C. (1951) - *The Condition of Economic Progress*, Londres, McMillan.

2.1.2. Os Sistemas Produtivos Locais - A dimensão local da reestruturação produtiva

A reestruturação do processo produtivo deu lugar a novas áreas produtivas com formas próprias de organização basicamente opostas às do modelo anterior e cujo primeiro exemplo apontado foi a *Terceira Itália*, região que num contexto de crise económica, viu emergir um conjunto de cidades com formas de organização própria, que produziam para o mercado mundial. BAGNASCO (1977), BECATINNI (1979) e GAROFOLI (1981 e 1983) observaram que estas áreas eram dominadas por pequenas empresas que desenvolviam relações de concorrência e cooperação, semelhantes aos distritos industriais de Alfred Marshall³ (BENKO e LIPIETZ, 1994). O modelo da *Terceira Itália*, assentava assim em pequenas e médias empresas que recorriam a uma mão-de-obra mais qualificada, virada para a produção de produtos diferenciados e de ciclo mais curto, estrutura esta que exige das empresas uma grande flexibilidade, quer em termos de adaptação à procura e às novas formas de organização, quer na inovação de produtos e de processos de produção.

Mas a afirmação da *Terceira Itália*, não se explica apenas por características ao nível da organização produtiva (PME's, especialização da produção, ...) mas sobretudo por um conjunto de características de natureza socio-territorial, que configuraram segundo PIORE e SABEL (1984, *in* BENKO e LIPIETZ, 1994 e HOLLY, 1996) o “modelo de especialização flexível”. Este assenta na coesão entre o sistema produtivo e o meio local, entendendo-se este último, como um conjunto de factores histórico e sócio-culturais locais. Os estudos sobre o caso italiano permitiram a afirmação de uma nova perspectiva, que ao contrário da Teoria de Rostow (1961)⁴ considerava o desenvolvimento como um processo de natureza endógena, de raiz eminentemente territorial.

GAROFOLI (1994, citando trabalho de 1983), tomando por base critérios como as características sociais locais, a dinâmica produtiva e as transformações na estrutura organizacional das empresas, apresentou uma tipologia de sistemas de produção: as “áreas de especialização produtiva”, os “sistemas produtivos locais” e as “áreas sistema”. As primeiras, correspondem a áreas com forte especialização produtiva, onde as relações

³ MARSHALL, A. (1900) - *Elements of Economics of Industry*, Londres, MacMillan.

⁴ ROSTOW, W. (1961) - *Etapas do desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

entre as empresas são de concorrência, e têm uma génese eminentemente exógena. Quanto aos “sistemas produtivos locais”, estes caracterizam-se igualmente por PME’s especializadas num determinado sector mas com um forte grau de interrelação entre elas (caso da subcontratação) e uma forte ligação à cultura técnico-profissional local (o saber-fazer). Estas características “apuram-se” nas “áreas sistema” que, segundo o autor, correspondem ao tipo mais evoluído das áreas de especialização produtiva e de pequenas empresas (*op. cit.* pp. 38). O elemento que as caracteriza é a forte interrelação entre empresas decorrente da divisão do trabalho entre estas, o que introduz a possibilidade de diversificar o sistema produtivo; para além de aparecem empresas ligadas a sub-ramos distintos, essas mesmas empresas poderão produzir produtos que sirvam igualmente de *inputs* para outros sectores ou poderão dar lugar ao aparecimento de outras especializações. Este sistema tem por base fortes relações intra-sectoriais e inter-sectoriais. Segundo GAROFOLI (1994), o desenvolvimento destas áreas tem uma base eminentemente local, dependendo de factores como o dinamismo e cultura empresarial, a existência de recursos e tradições locais, a disponibilidade de mão-de-obra com um saber fazer específico e, como pano de fundo, uma forte coesão institucional, traduzida no papel das instituições e das autoridades locais, que configuram políticas de natureza local. O elevado nível de especialização, a inovação técnica e as características técnico-profissionais da mão-de-obra permitem a formação de economias de escala locais, enquanto as relações entre empresas (caso da subcontratação como resposta às oscilações na procura) garantem a flexibilidade produtiva e a capacidade de adaptação às mudanças no sistema económico mundial.

As pequenas e médias cidades constituíram um excelente palco para o desenvolvimento deste modelo de produção. Em primeiro lugar porque a estrutura económica e empresarial destas pequenas e médias cidades é dominada por pequenas e médias empresas de origem predominantemente local, a maioria dos casos ligadas à presença de recursos materiais e imateriais da região.

Por outro lado, nas pequenas e médias cidades, concentrou-se uma mão-de-obra com um “saber-fazer” específico, que sustentou o desenvolvimento de especializações sectoriais.

O terceiro aspecto, relaciona-se com o papel dos agentes institucionais. Para além das autoridades municipais, existe um diversificado número de agentes institucionais que intervêm directa e indirectamente no processo de desenvolvimento económico local que inclui associações empresariais, económicas e de desenvolvimento local, a universidade

como centro de formação, os centros tecnológicos e de investigação como centros de apoio à inovação e, em alguns casos, organizações que conjugam os poderes central e local, públicos e privado (caso das agências de desenvolvimento regional). Esta conjugação de elementos, formas de actuação e de concertação, têm maior possibilidade de sucesso em cidades de média dimensão, onde existe massa crítica para a presença de tão elevado número de agentes institucionais. Assim, em vários estudos realizados sobre os sistemas produtivos locais, as pequenas e médias cidades surgem frequentemente apontadas como uma característica chave para a sua formação (VÁZQUEZ BARQUERO, 1993).

Outro conceito que aparece associado à emergência de formas locais de produção desenvolvidas nas cidades médias é o conceito de “meio inovador”, desenvolvido pela escola francesa, nos anos oitenta. MAILLAT (1995, *in* HALLIN e MALMBERG, 1996) identifica 4 características fundamentais para que se esteja perante um meio inovador:

- Grupos de actores (firmas, instituições) que são relativamente autónomos em termos de decisão;
- Elementos materiais (firmas, infra-estruturas), imateriais (conhecimento, *know how*) e institucionais (autoridades locais, quadro legal);
- Interação entre actores locais baseadas na cooperação;
- Dinâmica de auto-regulação que leva à aprendizagem.

Considerando que um meio inovador é uma rede de actores, produtores e decisores, as cidades médias foram e são, mais uma vez, cenários privilegiados para o desenvolvimento deste tipo de relações, constituindo-se como sistemas produtivos locais ou como meios inovadores.

2.1.3. A globalização e a reorganização do sistema produtivo nos anos noventa

Em meados dos anos oitenta, a internacionalização do capital e da produção e as transformações tecnológicas tiveram impactes territoriais importantes na organização do sistema mundo, que assumiu um carácter progressivamente global.

O sistema global desenvolveu-se paralelamente ao sistema região e ao sistema local, estabelecendo-se novas formas de organização produtiva e territorial. As

transformações tecnológicas, nomeadamente ao nível dos transportes e comunicações, reforçaram a internacionalização da economia e a reconcentração do capital.

Já não é mais possível encarar a organização económica de uma forma simplista, dividida em dois períodos distintos; o modelo de organização fordista que caracterizou o período de cinquenta a setenta e o modelo de produção flexível, emergente após a crise de setenta, pois, como afirmam STORPER e HARRISON (1991, *in* HOLLY, 1996), esta leitura não permite explicar a emergência de novas formas de organização da produção e o surgimento das redes à volta das quais se organizam os sistemas de produção.

Efectivamente, o sistema industrial é composto quer por pequenas empresas flexíveis de produção especializada, quer por grandes empresas de produção de massa, com diferentes níveis de imbricação no sistema de produção e no território. A dispersão das actividades não está apenas associada a pequenas empresas que caracterizam o modelo de produção flexível, mas igualmente a grandes empresas, tal como se verifica com a produção de material electrónico e informático, localizadas em pequenas e médias cidades. Por outro lado, as economias de aglomeração estão igualmente associadas a duas formas de organização da produção: a primeira assenta em pequenas e médias empresas do tipo da *Terceira Itália*, enquanto a segunda corresponde à aglomeração de grandes empresas em domínios produtivos específicos, como dos semicondutores em *Silicon Valley*, a aeroespacial na Califórnia e o automóvel (Toyota) em Toyota City (STORPER e HARRISON, 1991, *in* HOLLY, 1996, pp. 30).

Quadro 2.2. - Formas de organização do sistema produtivo (STORPER e HARRISON, 1991)

Dimensão empresas	Forma	
	Pequenas empresas	Aglomeração
	Dispersão	Desconcentração
Grandes empresas	Aglomeração	Semi condutores <i>Silicon Valley</i>
	Dispersão	Fases do processo/Componentes

Fonte: Extraído de HOLLY, 1996, pp. 30

Esta coexistência de formas de organização produtiva e territorial, mostra que paralelamente às cidades médias que se conseguiram afirmar como sistemas produtivos locais ou como meios inovadores, existem outras cidades médias onde se localizam empresas multinacionais ou grandes empresas, de base exógena, maioritariamente intensivas em trabalho. Esta é uma situação comum nas cidades médias localizadas em regiões menos desenvolvidas.

Em meados de oitenta, a reconfiguração do sistema económico mundial beneficiou as cidades, que conseguiram ultrapassar muitos dos seus problemas de desemprego e declínio económico, justificando a expressão de “ressurgência da cidade” (BAILLY, JENSEN-BUTLER e LEONTIDOU, 1996).

HALL (1995), aponta um conjunto de factores que contribuíram para a retoma das cidades e para a "re-hierarquização" dos sistemas urbanos e regionais na Europa Ocidental:

- a globalização da economia que explica a afirmação das "global cities" ou "eurocities";
- o desenvolvimento da economia assente na informação, fenómeno que CASTELLS (1989) designou como “a passagem para uma economia informacional”;
- o impacto da revolução tecnológica nos sistemas de transporte (o papel dos comboios de alta velocidade e do automóvel como elementos estruturantes do território) e no surgimento de novas áreas industriais, os chamados centros tecnológicos;
- a desregulamentação e privatização de mercados e empresas;
- o aumento da concorrência entre os lugares;
- os novos fluxos migratórios verificados na Europa Ocidental, com origem nos países do sul;
- o aparecimento de uma nova classe social urbana;
- e a procura de maior sustentabilidade ambiental, objectivo que ganhou expressão após a Conferência do Rio.

Em obra mais recente, HALL (2000) acrescenta dois outros factores que foram importantes para a reorganização do espaço europeu: caso das transformações no Leste da Europa e o desenvolvimento de novas formas de intervenção política e estratégica como o reforço do poder local, a introdução do *marketing* urbano e do planeamento estratégico. Segundo o autor, todos estes factores contribuíram para que as cidades adquirissem uma função estratégica na actual etapa da economia mundial, pois embora a actividade económica esteja espacialmente dispersa, a sua organização e controle foi-se progressivamente concentrando, evoluindo para o que o autor chamou de «globalmente integrada».

A globalização relaciona-se fundamentalmente com os mercados, os custos, a competição e os modelos de regulação adoptados pelos governos. Efectivamente, durante a década de noventa, enquanto a economia mundial cresceu 3% ao ano, os fluxos de comércio internacional aumentaram 8% ao ano (DANIELS e LEVER, 1996). Por outro lado, a globalização expressou-se por um aumento do investimento estrangeiro e por um aumento no número e na força económica das multinacionais, contribuindo para diluir a força dos governos nacionais (DANIELS, 1996).

SWYNGEDOUW (1996) privilegia a análise dos fluxos financeiros como factor explicativo da globalização (importância expressa nos centros financeiros de Londres, Nova Iorque e Tóquio), enquanto HAYTER (1996) destaca o papel da investigação e inovação no desenvolvimento de vantagens comparativas das empresas, contribuindo para a sua afirmação em termos internacionais e como tal para a globalização do sistema produtivo.

No seguimento de HAYTER (1996), CHARLES (1996) relaciona a globalização com o crescimento das novas tecnologias de informação verificado durante os anos oitenta, enquanto CASTELLS (1989) estudou a sua relação com a dinâmica das cidades e o seu impacto nas dimensões económica e social. Para este autor, a formação de uma economia global e "informacional" veio alterar não só a lógica de organização económica e empresarial mas, também, a velocidade dos processos de troca de pessoas e bens. Os novos meios de comunicação, encurtaram as distâncias físicas e os mercados de matérias primas, financeiros e de emprego, globalizaram-se.

Este processo teve consequências para as empresas, que tiveram necessariamente de inovar para se adaptarem mais rapidamente às mudanças do mercado, transformações que assentam não só na tecnologia empregue mas, sobretudo na utilização de serviços de apoio, que garantam a qualidade, a manutenção técnica, a assistência pós venda, a promoção do produto, etc..

Neste âmbito, um certo número de cidades surgem como lugares transnacionais para o estabelecimento de empresas, de serviços e gestão das finanças para os diversos mercados internacionais. FRIEDMAN e WOLF (1982) designaram-nas como "cidades mundo", outros autores como SOLDATOS (1989, *in* CONSEIL ECONOMIQUE ET SOCIAL, 1991), atribuíram-lhes o título de "cidades internacionais" ou SASSEN (1991) que as intitulou "cidades globais" (título atribuído a Londres, Nova Iorque, Tóquio).

Quadro 2.3. - As maiores aglomerações urbanas mundiais em 1990

Ordem	Cidade	Pop. (10 ³)		Taxa de Cresc. Anual (%)		Ordem	Cidade	Pop. (10 ³)		Taxa de Cresc. Anual (%)	
		1990	1980-90	1990	1980-90			1990	1980-90		
1	Tóquio	25 013	1,4	16	Jakarta	9 250	4,4	17	Moscovo	9 048	1,1
2	Nova Iorque	16 065	0,3	18	Cairo	8 633	2,3	19	Deli	8 171	3,9
3	C. México	15 085	0,8	20	Manila	7 968	3,0	21	Carachi	7 965	4,7
4	São Paulo	14 847	2,1	22	Lagos	7 742	5,8	23	Londres	7 335	-0,5
5	Xangai	13 452	1,4	24	Chicago	6 792	0,0	25	Istambul	6 507	4,0
6	Bombaim	12 223	4,2	26	Lima	6 475	3,9	27	Teerão	6 351	2,3
7	Los Angeles	11 456	1,9	28	Banguécoque	5 894	2,2	29	Dhaka	5 877	6,2
8	Pequim	10 872	1,9								
9	Calcutá	10 741	1,8								
10	Buenos Aires	10 623	0,7								
11	Seoul	10 558	2,5								
12	Osaka	10 482	0,5								
13	Rio Janeiro	9 515	0,8								
14	Paris	9 334	0,4								
15	Tianjin	9 253	2,4								

Fonte: ONU (1996), *An Urbanizing World*, pp. 59

Segundo a ONU (1996) em 27º lugar surge “Essen” com 6 353 000 habitantes. Estes não se correspondem à cidade de Essen mas sim à conurbação do Ruhr onde se insere. Assim, no quadro anterior, optou-se pela sua exclusão.

Para SASSEN (1991), por detrás da sua longa história de centros de comércio e finanças internacionais, as cidades adquiriram novas funções e assumiram-se como centros de comando e controle da organização da economia mundial. As cidades, ao mesmo tempo que são localizações chave para o mundo financeiro e para os serviços altamente especializados, desenvolveram-se como centros de produção e de inovação associados a sectores específicos que, ao mesmo tempo, são mercados para novos produtos e inovações.

Segundo a mesma autora, para caracterizar uma cidade global não chega considerar a sua dimensão demográfica, pois esta não é suficiente para explicar o nível e poderio económico da cidade na economia mundial (SASSEN, 1994). Veja-se que em algumas das maiores cidades do mundo, não existem sedes de grandes empresas industriais ou de bancos mundiais, enquanto Londres, Nova Iorque e Tóquio, concentram um elevado número de sedes das maiores empresas de serviços financeiros, industriais e comerciais e, por isso, são consideradas pela autora como “cidades globais”. Outros indicadores que identificam as cidades globais são os grandes centros bancários e de bolsa, que estão marcadamente concentrados num reduzido número de cidades, e a existência de serviços especializados, que evidentemente estão associados à presença de

empresas multinacionais e de empresas resultantes da segmentação do processo produtivo.

Quadro 2.4. – Indicadores de algumas bolsas em 1990

Cidades	Sociedades Nacionais Cotadas em Bolsa	Sociedades Estrangeiras Cotadas em Bolsa
Nova Iorque	1 678	96
Tóquio	1 627	125
R. Unido *	1 946	613
Frankfurt	389	354
Paris	443	226
Zurique	182	240
Toronto	1 127	66
Amesterdão	260	238
Milão	220	-
Países		
Austrália	1 085	37
Hong Kong	284	15
Singapura	150	22
Taiwan	199	-
Coreia	699	-

* Maioritariamente Londres

Fonte: Tokyo Stock Exchange 1992 fact Book, Bolsa de Tokyo, Abril 1992, in SASSEN (1994), pp. 65

A necessidade de economias de escala explica o recente aumento do número de fusões e aquisições que consolidam a posição de poucas empresas que assim, podem controlar uma parte importante dos mercados nacionais e internacionais (caso da publicidade ou das transportadoras aéreas). Para além dos serviços de nível hierárquico superior, as cidades globais possuem infra-estruturas como os grandes aeroportos internacionais, cuja presença determina a posição económica e social da cidade em que se instalam.

SASSEN (1991) identifica três efeitos da globalização sobre os sistemas urbanos na Europa: a formação de sistemas regionais; a afirmação de cidades no espaço comunitário e em territórios adjacentes; e a alteração na posição na hierarquia do sistema urbano global de algumas cidades emergentes. Assim, as redes urbanas dos países alteraram-se, havendo cidades que perderam a posição de destaque, enquanto outras, por estarem localizadas junto a territórios fronteiriços ou servidas por grandes infra-estruturas de transporte, adquiriram importância. Contudo, a reafirmação das cidades não está apenas associada a factores económicos e tecnológicos, mas também a factores de natureza demográfica e social (HALL, 1995). Passados os efeitos da crise de setenta, as grandes cidades europeias retomaram o seu papel de receptoras de imigrantes, provindos tanto de países comunitários como não comunitários (Leste, África e América Latina),

fenómeno que induziu transformações na estrutura social e espacial das cidades.

Algumas cidades da Europa, nomeadamente as capitais, assumem a função de “cidades porta” (CE, 1992), constituindo-se como pontos de entrada de emigrantes não comunitários, nomeadamente do Norte de África e da Europa de Leste. São cidades com grandes aeroportos internacionais (como Frankfurt, Londres, Paris, Amesterdão e Munique) e portos com tradição na recepção de imigrantes (Marselha e Hamburgo).

Neste contexto, países e cidades alteraram a sua posição no quadro das migrações internacionais. Portugal e, em particular, Lisboa, é um exemplo de um país que alterou a sua posição, passando da situação de país de emigração, a receptor de imigrantes dos países africanos, da América do Sul, nomeadamente o Brasil, e da Europa de Leste, podendo assim, Lisboa ser encarada como uma “cidade porta”.

Neste contexto, segundo SASSEN (1991) as cidades «globais» ou «capitais», afirmam-se como espaços duais; por um lado transformam-se em centros de mão-de-obra altamente qualificada associada ao desempenho de funções de nível hierárquico superior, por outro, assumem-se como centros de emprego de mão-de-obra de baixo custo e desqualificada, necessária à construção de infra-estruturas e equipamentos próprios das grandes metrópoles. Este fenómeno ocorre também em Barcelona, Lisboa e outras cidades de importância nacional e regional ao nível europeu (GASPAR, J.; BRITO HENRIQUES, E. ; VALE, M, 1998).

2.2. Efeitos territoriais do processo de reestruturação económica

As transformações no modelo produtivo anteriormente apontadas, induziram modificações estruturais na organização do território europeu, nomeadamente nas cidades médias que nas últimas três décadas, foram respondendo de forma mais ou menos bem sucedida aos desafios impostos pelas transformações económicas. Se nos anos setenta e oitenta a desconcentração produtiva veio favorecer as cidades não metropolitanas, a globalização e a proliferação de relações em rede veio favorecer as grandes cidades. Neste contexto, a importância das cidades médias passa pela sua função no reequilíbrio do sistema urbano e regional europeu.

2.2.1. Desurbanização, Contraurbanização e o crescimento das cidades médias

A evolução dos sistemas urbanos reflecte as transformações na estrutura sócio-económica das regiões. Partindo deste princípio VAN DEN BERG *et al* (1982) assumem que, na ausência de intervenção na evolução urbana, cada estágio de desenvolvimento das cidades estará relacionado com o desenvolvimento económico. Considerando esta relação, os autores apresentam três fases no processo de desenvolvimento urbano:

- a primeira, que correspondeu à passagem de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial;
- a segunda, que considerou como a fase de transição de uma economia industrial para uma economia de serviços;
- e a terceira, que correspondeu à passagem de uma fase de crescimento do terciário para uma fase, que o autor designou, de maturidade do processo de terciarização.

Estas fases assumem, respectivamente, a designação de "Urbanização", "Suburbanização", "Desurbanização e Descentralização inter-urbana". Temporalmente datado, o estudo aponta uma possível nova fase de desenvolvimento urbano - "Reurbanização" - e cuja tendência se foi afirmando na segunda metade da década de oitenta em algumas das principais cidades da Europa Ocidental.

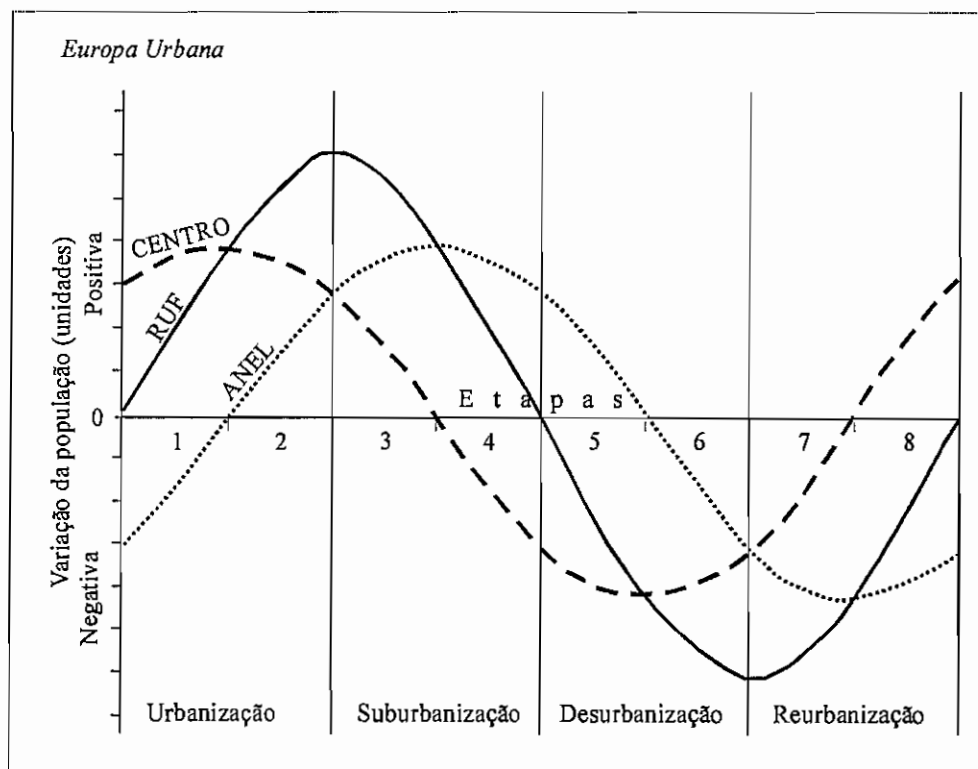
A crise económica que afectou as grandes cidades, nomeadamente as cidades cuja base produtiva era eminentemente industrial, tornaram estas aglomerações pouco atractivas, levando a que, durante a primeira metade da década de oitenta, entrassem em declínio.

VAN DEN BERG *et al* (1982), designaram por desurbanização o fenómeno que se caracteriza por um declínio populacional simultâneo no centro e na periferia das cidades. O declínio na taxa de crescimento populacional deve-se não só à saída da população para os espaços não metropolitanos mas, sobretudo devido ao decréscimo da taxa de emigração do mundo rural para as grandes cidades.

A saída de residentes do centro das cidades arrastou algumas funções como o comércio e algumas funções sociais, como escolas e estabelecimentos de saúde, entre outras para a periferia, o que teve como consequência uma diminuição dos rendimentos provenientes de impostos e de taxas e um decréscimo da procura de bens e serviços

(VAN DEN BERG *et al*, 1982, pp. 35). Por outro lado, com a banalização do transporte automóvel, o volume de tráfego aumentou bastante e as cidades tornaram-se centros de poluição e de congestionamento. O aumento da mobilidade contribuiu igualmente, para a deslocalização de actividades para outros territórios fora da influência metropolitana.

Figura 2.1. - Estádios de desenvolvimento urbano



Fonte: VAN DEN BERG, L. *et al* (1982), pp. 38

Tal como afirmam os autores, este conjunto de factores não afectou de igual modo, nem simultaneamente, todas as cidades mas, fundamentalmente, as grandes aglomerações do Centro da Europa (da Bélgica, Reino Unido, França, Holanda, Alemanha Federal) que, durante os anos setenta, perderam população ou registaram taxas de crescimento populacional muito baixas.

As maiores cidades ibéricas e gregas e do sul da Itália registavam dinâmicas de crescimento positivas, correspondentes ao estágio de suburbanização (PARKINSON *et al. in CE*, 1992). Vejam-se os casos de Sevilha, Valência e Lisboa.

Naturalmente que estas leituras devem ser contextualizadas nas realidades económicas e sociais de cada país. O caso de Lisboa, que segundo o estudo realizado apresenta taxas de crescimento positivas durante a primeira e segunda metade da década

de setenta, é bem ilustrativo. Portugal e, em particular a cidade de Lisboa, recebeu um largo número de indivíduos provenientes das ex-colónias (cerca de 250 000 do meio milhão que entrou no país) que vieram alterar as dinâmicas de crescimento urbano e populacional.

Outra evidência apontada pelos autores é que quanto maior a cidade, mais visível seria o processo de descentralização. Assim se explica que as cidades que se encontravam nos primeiros níveis da hierarquia urbana fossem as mais afectadas com a crise, ao contrário das pequenas e médias cidades, bem como de alguns territórios de cariz eminentemente rural.

Este modelo explicativo dá uma leitura das transformações à escala urbana. Contudo, à desurbanização das grandes cidades contrapõe-se uma vitalidade demográfica e económica das pequenas e médias cidades, que não é só explicada pela desconcentração produtiva mas também, pelo redireccionamento da emigração e pela emergência de formas locais de produção.

BEALE (em 1975) e BERRY (em 1976) citados por CHAMPION (1989a), constataram que, pela primeira vez após a Segunda Grande Guerra, nos Estados Unidos da América, as dinâmicas de crescimento dos territórios não metropolitanos foram superiores às dos metropolitanos que, em alguns casos, apresentavam taxas de crescimento negativas. A este fenómeno BERRY designou por “contraurbanização”. Para o autor, a contraurbanização correspondia a um processo de desconcentração das grandes cidades, uma antítese da urbanização, esta sinónimo de concentração (BERRY, 1976, pp. 17, *in* CHAMPION, 1989b, pp. 20). O que BERRY identificou como um movimento de desconcentração das grandes cidades, foi sendo apontado por outros autores como um fenómeno mais complexo, estreitamente relacionado com o processo de desconcentração produtiva e com a dispersão da função residencial, associada ao automóvel, para territórios mais distantes.

Em finais da década de setenta, inícios de oitenta, são publicados outros trabalhos sobre a temática. Enquanto VINING e KONTULY, em 1978 e HALL e HAY, em 1980, fazem estudos comparativos do processo de dispersão da população das grandes áreas metropolitanas, enquanto CHAMPION, em 1981, e FIELDING, em 1982, procuraram descrever o fenómeno da contraurbanização na Europa, reconhecendo a sua relação com o processo de transformação produtiva (CHAMPION, 1998).

Uma definição que parece adequar-se ao fenómeno é a de FIELDING (1994), que define a contraurbanização não só como uma "redistribuição populacional em que as

populações dos grandes aglomerados entram em declínio (ou estagnam) devido às perdas líquidas resultantes da migração, ao passo que os aglomerados mais pequenos - caso das pequenas ou médias cidades "independentes" - veem as suas populações aumentar graças aos ganhos líquidos resultantes dessas mesmas migrações" (*op. cit.* pp. 297) mas igualmente como um processo que traduz uma transformação da estrutura produtiva das regiões rurais (declínio da agricultura e o crescimento da indústria e dos serviços).

Efectivamente, durante a década de setenta, com a crise económica e com o desemprego a subir, as grandes cidades deixaram de ser atractivas para a população rural ou para os imigrantes de outros países, nomeadamente dos países da Europa do Sul. Este contexto explica que o êxodo rural para as grandes cidades se tenha redireccionado para as pequenas e médias cidades, enquanto uma parte da população permaneceu nas áreas rurais, dando lugar a saldos migratórios nulos ou positivos. Assim, a contraurbanização parece relacionar-se não só com o crescimento das cidades médias nos países do sul mas parece explicar também o atenuar do decréscimo da população rural.

FIELDING (1994), em trabalho apresentado em 1982, assentou a análise do movimento de contraurbanização na relação entre a taxa migratória e a dimensão dos aglomerados populacionais. Quando a relação é positiva (taxa migratória positiva mais elevada nos aglomerados de maior dimensão), significaria que se estaria na presença de crescimento urbano e, portanto, numa fase de urbanização. Quando a relação é negativa, (taxas migratórias mais baixas ou negativas nas aglomerações de maior dimensão), traduziriam a diminuição da população da área urbana, estando-se na presença de um processo de contraurbanização.

Assim, enquanto nos anos cinquenta, na Europa Ocidental, a relação era positiva, demonstrando que as grandes cidades eram as maiores beneficiadoras do movimento migratório, na década seguinte, em alguns países do Centro da Europa, verificou-se uma alteração na relação entre a taxa migratória e a dimensão do aglomerado, correspondente à emergência de uma tendência de dispersão, ou descentralização das áreas metropolitanas. Esta evolução explica que, no início dos anos setenta, a relação entre a taxa de migração e a dimensão do aglomerado fosse negativa em alguns países da Europa Ocidental, havendo outros que se mantinham na fase anterior, correspondente à suburbanização.

De acordo com FIELDING (1994), "os países e regiões situados fora da zona "central" e que ainda conservavam uma considerável proporção das suas forças laborais na agricultura mantiveram uma relação positiva entre a migração líquida e o tamanho dos

aglomerados durante toda a década de sessenta e, em alguns casos, na seguinte; porém se considerarmos a totalidade da década de setenta só houve um país, a Espanha em que predominou a urbanização. Em seis outros países (Áustria, Irlanda, Itália, Noruega, Portugal e Suíça), o relacionamento marcado pela urbanização desapareceu (...) . Nos restantes sete países (Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Suécia, Reino Unido e Alemanha Ocidental), a relação foi inequivocamente negativa; foi nestes países que a urbanização cedeu lugar à contraurbanização como forma predominante de redistribuição das populações" (FIELDING, 1994, pp.299).

Quadro 2.5. - Tendência de Urbanização e Contraurbanização nos anos 70 e 80

<i>País</i>	<i>1960 - 70</i>	<i>1970 - 80</i>	<i>Shift</i>	<i>1980 - 84</i>	<i>1984 - 89</i>	<i>Shift</i>
Austria	0.38	0.01	-	-0.25	0.47	+
Bélgica	-0.36	-0.44	-	-0.49	0.33	+
Dinamarca	-0.79	-0.01	+	-0.04	-0.16	-
Finlândia		0.69		0.51	0.80	+
França	-0.26	-0.36	-	-0.33	-0.31	Não-muda
R.F.A.	-0.29			-0.63	-0.08	+
Irlanda	0.43	-0.35	-			
Itália	0.12	-0.21	-	-0.16	-0.33	-
Holanda	-0.83	0.12	+	-0.24	0.46	+
Noruega	0.21	0.69	+			
Portugal	0.36	0.52	+	+0.39	0.53	+
Suécia	-0.26	0.35	+	+0.14	0.53	+
Suíça	-0.49			-0.51	-0.06	+

Nota: Os dados são resultado de uma correlação entre a taxa migratória e a densidade populacional sendo que o sinal positivo (+) significa tendência para a *urbanização* enquanto o sinal negativo (-) significa tendência para a *contraurbanização*.

Fonte: ONU (1996), pp 56, extraído de CHAMPION (1992), compilado a partir de FIELDING (1982, 1986, 1990) e outros dados fornecidos ao autor pelos institutos nacionais de estatística, pp. 471

As tendências identificadas por Fielding, foram confirmadas por outros autores, de entre os quais se citam LICHTENBERGER que em 1976 destacou a importância do crescimento populacional nas cidades médias na ex- RFA e DREWETT, GODDARD E SPENCE, que num estudo sobre a Grã-Bretanha, reconheceram às pequenas e médias cidades, dinâmicas de crescimento mais acentuadas que as verificadas nos aglomerados de maior dimensão (CHAMPION, 1989b). No caso da França, LAJUGIE (1974) reforçava também a ideia que os aglomerados que ocupavam os lugares intermédios na hierarquia urbana apresentavam dinâmicas de crescimento mais elevadas.

Contudo, o ciclo descrito por estes autores foi contestado por outros, que consideravam a não existência do fenómeno em alguns países (interpretando-o antes como uma nova forma de ocupação do território associada às novas acessibilidades e

modos de transporte) ou rejeitando o seu significado tendo em atenção a sua circunscrição a um período reduzido de tempo (década de setenta e princípios de oitenta).

Para ROBERT e RANDOLPH em 1983 (*in* HUIGEN e VOLKERS, 1991) a contraurbanização envolve dois processos; o crescimento do *hinterland* assente numa extensão das migrações pendulares, que designaram de descentralização, e o movimento da população para centros de menor dimensão, considerado pelos autores, desconcentração. Outros consideram a descentralização e a desconcentração como sendo equivalentes ao processo de desurbanização da cidade a favor de um *hinterland* que assentou o seu crescimento na melhoria das acessibilidades e no aumento do uso do transporte próprio (HUIGEN e VOLKERS, 1991).

Outro aspecto, é a dificuldade em identificar a contraurbanização como um fenómeno à escala europeia. Enquanto HALL e HAY (1980, *in* CHAMPION, 1998) afirmam que existiam áreas metropolitanas que não foram afectadas pelo processo de desconcentração, continuando a demonstrar sinais de crescimento, visíveis na suburbanização dos seus territórios limítrofes, DEAN *et al* (1986, *in* HUIGEN e VOLKERS, 1991) sublinhavam a importância de distinguir a ocorrência do processo em aglomerados que se encontram na área de influência das grandes cidades dos que não se encontram. Para estes autores, o fenómeno da contraurbanização reporta-se a duas realidades distintas: ao crescimento dos aglomerados e das áreas rurais na continuidade das áreas metropolitanas e a desconcentração da população para áreas periféricas. O primeiro caso, configura o processo de metropolitização, como veremos adiante.

Outros autores questionavam-se se a contraurbanização correspondia a uma mudança efectiva no padrão de distribuição da população ou se, pelo contrário, não passava de uma fase de transição na organização e estruturação do povoamento. Em 1992, CHAMPION reconhece que durante a década de oitenta, o quadro de evolução dos países é bastante diversificado havendo no entanto um aspecto comum; "a última década não viu a intensificação da tendência de contraurbanização antecipada por Fielding mas antes, houve uma redução no grau de desconcentração ou uma inversão deste padrão em muitos países" (pp. 472 e 473).

Também FIELDING (1994), reconhece que em princípios da década de oitenta a situação se modificou, tendo-se registado um atenuar da tendência de contraurbanização verificada na década anterior. Com excepção da Áustria, França, Portugal e Espanha, países para os quais o autor não possuía informação, nos restantes países verificou-se uma diminuição da tendência de contraurbanização da década anterior, sendo que nos

casos da Noruega e Suécia, a inversão foi total, tendo-se verificado uma reconcentração nas grandes cidades.

CATTAN *et al* (1994) consideram que a evolução recente demonstra a temporalidade do fenómeno da contraurbanização, em particular se atendermos à retoma das grandes cidades (pp. 132).

2.2.2. Reurbanização e Metropolização, a expressão da retoma das cidades

A partir da segunda metade da década de oitenta, a expansão das actividades financeiras e dos serviços de apoio à produção de nível hierárquico superior, tendo uma localização eminentemente urbana, o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas de revitalização e reabilitação urbana, associadas a uma valorização do vector cultural (crescimento das iniciativas culturais), atraíram população e trouxeram de novo o dinamismo ao centro e periferia de algumas grandes aglomerações europeias, iniciando uma nova etapa no ciclo de urbanização que se designou por reurbanização (VAN DEN BERG *et al*, 1982).

Durante a segunda metade da década de oitenta, Amesterdão, Londres, Paris e outras cidades do Centro da Europa mas também Madrid e Lyon, entre outras, registaram dinâmicas positivas de crescimento urbano indiciando o início do movimento de reurbanização (CE, 1992).

Este conjunto de mudanças resultam numa nova geografia da Europa. Paralelamente à "Europa da Banana Azul" (definida pelas regiões que se estendem desde as Midlands, passando por Londres, Bruxelas, o Ruhr, Frankfurt, Munique, até Milão) emerge um novo eixo de desenvolvimento conhecido como a "Europa da Banana Verde" (também designada "sun belt"), eixo que se estende desde Milão, passando por Marselha, Lyon até Barcelona. No seu conjunto, os dois eixos englobam as maiores aglomerações urbanas europeias mas igualmente um conjunto de médias cidades que beneficiam deste processo em que também se encontram inseridas.

Quadro 2.6. - Taxa de crescimento médio anual da população de algumas cidades europeias

	Cidade	A.M.	Cidade	A.M.	Cidade	A.M.	Cidade	A.M.
	1970-75		1975-80		1980-85		1985-90	
<i>Centro da Europa</i>								
Amesterdão	-1,8	1,5	-1,1	0,8	-1,2	0,6	0,3	0,5
Bruxelas	-2,0	0,5	-1,4	0,2	-1,0	0,0	-0,2	0,0
Copenhaga	-2,3	2,0	-1,5	0,5	-0,6	-0,1	-0,8	0,1
Frankfurt	-	-	-	-	-1,0	0,0	1,6	0,1
Hamburgo	-0,8	0,9	-0,9	0,4	-0,8	0,1	0,2	0,1
Dortmund	-0,4	0,1	-0,8	-0,3	-1,2	-0,6	0,5	0,4
Londres	-1,9	-0,4	-1,6	-0,1	-0,4	-0,1	0,6	-0,3
Paris	-1,5	1,9	-0,7	0,7	-1,0	0,8	1,0	2,1
<i>Novo Centro da Europa</i>								
Madrid	0,5	8,3	-0,2	8,2	-0,6	3,2	0,3	0,1
Barcelona	-0,1	3,4	0,1	2,3	-0,6	0,7	0,1	-0,1
Lyon	-1,8	4,3	-1,2	1,2	0,1	0,0	0,1	2,1
Milão	-0,1	1,1	-1,2	1,1	-2,0	0,6	-1,0	0,4
Marselha	0,3	4,5	-0,5	2,9	-1,1	1,6	-1,1	2,8
<i>Regiões periféricas</i>								
Atenas	1,1	-	-0,2	-	-1,4	1,5	-	-
Dublin	-0,4	-	-0,4	-	-1,6	-	-	-
Valência	1,4	1,5	1,1	1,7	-0,4	1,3	0,6	-0,5
Sevilha	1,2	0,0	1,8	1,2	0,2	1,2	0,8	0,5
Nápoles	-0,2	-	-0,2	-	0,2	-	-	-

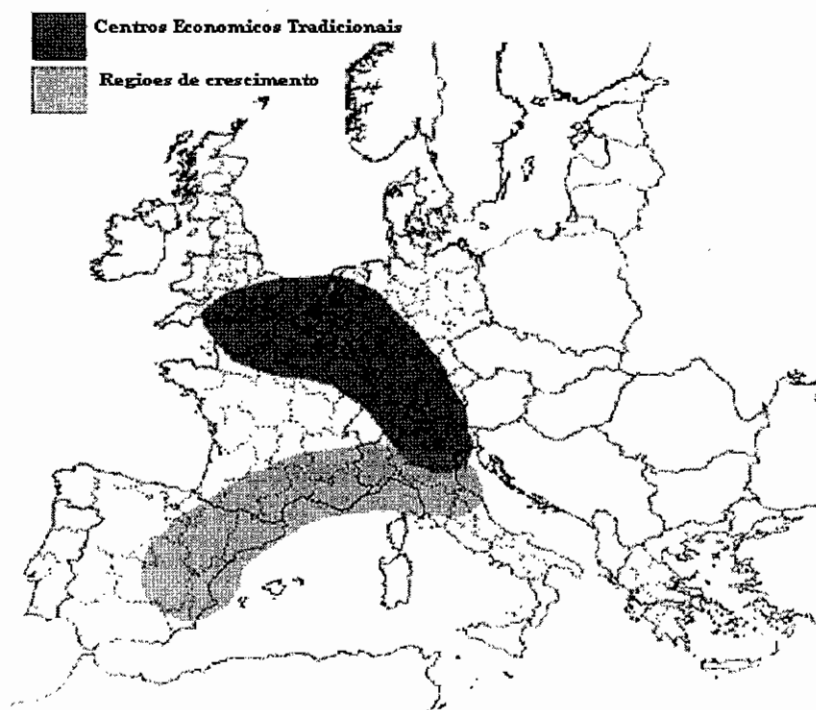
Fonte: Adaptado CE (1992), pp. 90

Paralelamente ao processo de reurbanização das grandes cidades, formaram-se núcleos de densa actividade económica nas áreas envolventes à cidade, configurando extensas "regiões urbanas" que vão muito para além do perímetro tradicional. Esta reorientação geográfica relaciona-se com as decisões das empresas nacionais e transnacionais que, em face do congestionamento do tráfego e dos elevados preços do solo, se instalaram na periferia urbana.

Outro factor marcante no processo de ordenamento do espaço europeu relaciona-se com a melhoria das acessibilidades, nomeadamente pela expansão de vias rápidas e de redes ferroviárias de alta velocidade e do incremento no uso de transporte individual. Estes reforçaram a dispersão da população e das actividades, dando lugar à urbanização de territórios cada vez mais distantes, contribuindo igualmente para a configuração das anteriormente referidas "regiões urbanas".

As metrópoles aumentam a sua área de influência tendo por base uma malha urbana difusa, menos densa, no interior da qual surgem alguns centros. Alguns autores designaram este processo de "metropolização" (CORADE e LACOUR, 1995).

Figura 2.2 - Centros económicos tradicionais e regiões de crescimento na Comunidade Europeia



Fonte: in CE, 1991 pp.14

O termo “metropolização”, tal como a “contraurbanização”, tem sido alvo de reflexões e diversas interpretações. Para alguns autores a metropolização relaciona-se com a concentração dos fluxos económicos e financeiros e, portanto, surge associada ao processo de globalização (VELTZ, 1993; SAVY, 1993; BONNEVILLE, 1994 *in* CORADE e LACOUR, 1995) enquanto para outros, a metropolização é um processo mais amplo, com uma base eminentemente territorial, relacionado com o alargamento das bacias de emprego e migrações pendulares, assente no desenvolvimento dos transportes e na realocação de população e actividades (ASCHER, 1998).

No primeiro caso as metrópoles caracterizam-se por indicadores que retratam sobretudo o dinamismo económico das metrópoles; enumerem-se os indicadores escolhidos pela RECLUS e citados por CORADE e LACOUR (1995).

Quadro 2.7. - Indicadores de “metropolização” segundo a RECLUS

<i>Domínio</i>	<i>Indicador</i>
Demográfico	Concentração populacional
	Taxa de crescimento da população
Infra-estrutural	Presença de infra-estruturas de nível hierárquico superior
Económico	Firmas multinacionais
	Centros de investigação de reputação internacional
	Centros de finanças (bolsa, sedes sociais de empresas ligadas ao sector)
	Aeroportos com elevada densidade de tráfego
	Portos
	Realização de feiras e congressos internacionais
	Presença de funções universitárias
	Concentração de serviços de comunicação (imprensa e edição)
Social	Concentração e desenvolvimento de telecomunicações
	Mão-de-obra altamente qualificada
	Importância cultural (lugar de criação artística e cultural, onde o cinema, teatro e outras manifestações culturais de renome internacional

Fonte: A partir de CORADE e LACOUR, 1995

Segundo os dois autores, a estrutura hierárquica do território alterou-se, dando lugar a um novo tipo de território – poliurbano - constituído por várias grandes cidades, cada uma com uma certa especialização, que coexiste com a funcionalidade própria de grandes e médias cidades de carácter metropolitano. “O modelo desta fase corresponderia, globalmente, ao que se poderá designar por policentrismo monofuncional, em que cada centro (universitário, residencial, comercial) estaria geograficamente localizado e organizaria o seu território” (CORADE e LACOUR, 1995; pp14). Introduce-se assim, o conceito de desenvolvimento metropolitano segundo um modelo policêntrico e monofuncional, em que cada centro desenvolveria funções de acordo com as relações estabelecidas com o restante território metropolitano.

Quadro 2.8. - Estrutura das metrópoles - comparação entre os anos 60 e 90

Período	Estrutura espacial	Funcionalidade	Localização das funções ao nível urbano
Anos 60-70	Mononucleada	Polifuncional	O centro das cidades concentravam as funções metropolitanas (comércio, grandes superfícies, universidades, laboratórios de investigação)
Anos 90	Polinucleada	Especialização	As funções distribuem se por vários centros

Fonte: A partir de CORADE e LACOUR, 1995

ASCHER (1998) refere-se ao conceito de “metápole” ou “metapolis”. Para o autor, “uma metápole é o conjunto de espaços em que a totalidade ou parte dos habitantes, das actividades económicas ou do territórios, está integrada no funcionamento quotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápole constitui geralmente uma única

bacia de emprego, de residência e de actividades, e os espaços que a compõem são profundamente heterogéneos e não necessariamente contíguos. Uma metápole compreende, pelo menos, algumas centenas de milhares de habitantes” (ASCHER, 1998; pp. 16).

Neste contexto, a evolução das cidades europeias tem sido alvo de vários estudos com vista à sua caracterização e hierarquização. O estudo da DATAR (1989) hierarquizou as cidades em função de variáveis económicas transcritas na presença de transnacionais, infra-estruturas e na qualificação da força de trabalho. Esta hierarquia separa as cidades de Paris e Londres de outras, que ficam num segundo nível, como Milão, Madrid, Munique, Frankfurt, Roma, Bruxelas, Barcelona e Amesterdão.

Os estudos de CHESHIRE (CHESHIRE *et al*, 1986, CHESHIRE e HAY, 1989, CHESHIRE, 1990) consideraram outro tipo de variáveis, incluindo o desemprego, o produto interno bruto *per capita* e um indicador de desenvolvimento, para ordenar 117 cidades europeias. Cidades como Frankfurt (em 1º lugar), Amesterdão (em 5º lugar) e Estugarda (em 9º lugar) surgem bem posicionadas enquanto as cidades classificadas como “cidades globais” surgem em posições mais modestas; casos de Paris, em 23º lugar e Londres, em 35º lugar. Esta inversão de posições explica-se pelo tipo de variáveis consideradas, que permitiram identificar um vector explicativo associado aos problemas urbanos.

ROZENBLAT e PUMAIN (1993) usaram igualmente variáveis que retratam o grau de internacionalização das cidades tais como, a localização das sedes e filiais de empresas multinacionais, relacionando-as com o número de congressos e feiras internacionais e as ligações aéreas internacionais. Paris e Londres destacavam-se das restantes mas em segundo nível, surgiram Bruxelas, Amesterdão, Essen, Dusseldorf, Frankfurt, Hamburgo, Munique, Madrid, Roma, Milão e Turim.

KUNZMANN e WEGENER (1991, *in* WEGENER, 1995), a partir de 16 indicadores⁵ classificaram as cidades com mais de 250 000 habitantes em quatro níveis: no primeiro nível estão as metrópoles globais (Paris e Londres); no segundo nível estão as conurbações de importância europeia (Liverpool/Manchester/Leeds, Randstad, Ruhr, Reno-Meno, Copenhaga/Malmo) e as “eurometropoles” (como Atenas, Bruxelas, Birmingham, Viena, Lyon, Milão, Roma, Madrid, Barcelona, Hamburgo, Munique e

⁵ Indicadores como a população e variação da população, presença de multinacionais, infra-estruturas, instituições de investigação, desenvolvimento, estabelecimentos de ensino superior, serviços financeiros,

Zurique). Estas são cidades com funções económicas, financeiras, políticas e culturais de relevância europeia. A terceira categoria compreende cidades capitais e outras cidades de importância similar como Dublin, Glasgow, Lisboa, Estrasburgo, Estugarda, Palermo e Nápoles.

Em qualquer destas tipologias, para além das grandes cidades (o que inclui capitais) apenas se destacam cidades médias que tenham uma posição favorável face às grandes metrópoles, grandes infra-estruturas de transporte rodo e ferroviário ou uma localização estratégica no quadro das relações económicas globais.

2.2.3. Do “Território-Hierárquico” ao “Território-Rede”

A evolução dos transportes e comunicações introduziu maior homogeneização e uniformidade no acesso aos mercados e à informação, condicionando a configuração do território europeu através de novas relações entre os lugares. Por outro lado, a reorganização do sistema produtivo assentou no maior desenvolvimento de relações transversais e verticais, configurando-se sistemas reticulares, tanto a nível das empresas como das cidades.

Em trabalho para a DATAR (DEGERMANN, 1991), apresentaram cinco redes de cidades: Randstad holandês, a conurbação do Ruhr, Baden Wurtemberg, Veneto e a Emilia Romana, a partir das quais foi possível identificar os princípios do funcionamento em rede. Para além das características históricas, económicas, geográficas e demográficas, identificaram-se outras razões relacionadas com as teorias das redes que fazem emergir a “importância das funções de regulação, de interface, de diferenciação, de complementaridade, de trocas”, ao mesmo tempo que emergiam outros critérios como “a qualidade do serviço, o equilíbrio dos fluxos ou ainda a necessidade de responder a solicitações em tempo real” (pp. 25).

As “cidades-região” ou as “regiões metropolitanas” (na R.F.A.)⁶, são sistemas formados por vários centros que definem relações de complementaridade assentes numa

nº de aeroportos, portos, infra-estruturas e iniciativas culturais, feiras e congressos internacionais, entre outros.

⁶ D. Pumain e T. Saint-Julien apresentam uma classificação hierárquica em quatro níveis: a *unidade urbana local*, o equivalente ao centro da cidade; a *aglomeração pluri-comunal*, que engloba várias comunas em

proximidade geográfica, remetem-nos necessariamente para o processo de “metropolização”.

Quadro 2.9. - Três lógicas de organização espacial (CAMAGNI, 1993)

		<i>Lógica de organização espacial</i>		
		<i>Territorial</i>	<i>Concorrencial</i>	<i>Rede</i>
<i>Empresa</i>	Natureza ⇒	Empresas de mercado local	Empresas de exportação	Empresas em rede
	Função principal ⇒	Produção	Marketing	Inovação
	Estratégia ⇒	Controle das zonas de mercado	Controle de partes do mercado	Controle recursos de inovação
	Estrutura Interna ⇒	Uma só unidade	Unid.especializ.	Unid. Integradas
	Barreiras à entrada ⇒	Distância	Concorrência	Inovação
<i>Sistema Urbano</i>	Princípios ⇒	Dominação	Concorrência	Cooperação
	Forma ⇒	Hierarquia Christaller	Especialização	Redes de cidades
	Sectores ⇒	Agricultura, administração e terciário tradicional	Distritos industriais e fileira de especialização	Actividades terciárias avançadas
	Eficácia ⇒	Economias de escala	Integração horizontal	Economias externas de redes
	Estratégia ⇒	O tamanho determina a função	Exportação	Cooperação interurbana
Objectivos da cooperação interurbana ⇒	Nenhuma	Redes de complementaridade	Redes de sinergia e redes de inovação	
<i>Cidade</i>	Natureza ⇒	Cidade tradicional	Cidade fordista	Cidade informacional
	Forma ⇒	Homogeneidade interna relativa	Zonamento monofuncional	Zona/ multifuncional policêntrico
	Objectivos ⇒	Poder e imagem	Eficácia interna	Eficácia externa
	Política de símbolos ⇒	Palácios, mercado, ...	Fábricas	Aeroportos, feiras, ...

Fonte: CAMAGNI (1993), pp.67

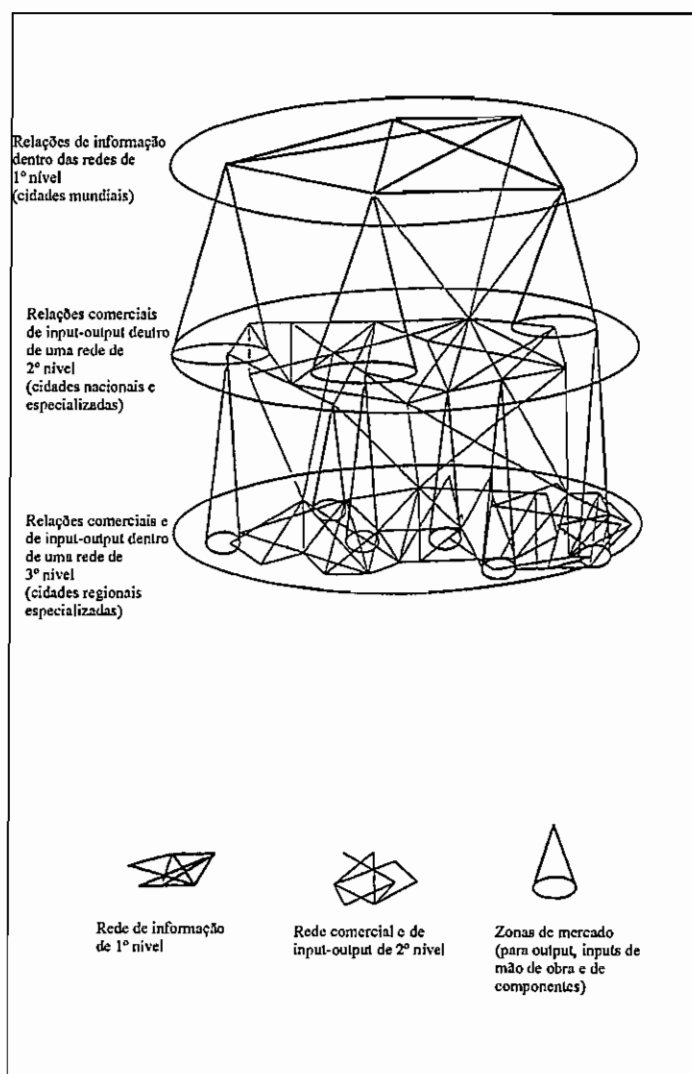
Mas o conceito de rede de cidades não aparece apenas associado a conjuntos de cidades onde há contiguidade geográfica. A globalização da economia, o avanço das

contínuo urbano; a *região urbana*, que corresponde ao espaço quotidiano das pessoas e das empresas; e a *conurbação*, noção inais globalizante da anterior (ASCHER, 1998, pp.191 e 192)

comunicações e a melhoria nas infra-estruturas de transporte rápido, permitem que as cidades se associem consoante as suas especificidades e vocações, em relações de complementaridade e/ou de concorrência, tendo como objectivo principal o aumento da competitividade.

Para CAMAGNI (1993), as redes de cidades correspondem a um sistema de relações e de fluxos de natureza horizontal, não hierárquica, que podem ser de três tipos: de complementaridade, de sinergia e de inovação.

Figura 2.3. - Redes de cidades



Fonte: CAMAGNI, 1993

As redes de complementaridade são definidas por centros especializados com funções complementares, que estabelecem trocas ao nível dos mercados de emprego e de produção. As cidades especializadas do Randstad holandês constituem bons exemplos.

As redes de sinergia são compostas por centros que cooperam entre si, atingindo

as economias de escala necessárias. O autor aponta como exemplo as cidades turísticas ligadas por "itinerários" culturais ou históricos.

O terceiro tipo de redes, as de inovação, correspondem a um sub-grupo das segundas. Estas são definidas por centros que cooperam em torno de projectos específicos no sentido de conseguirem obter economias de aglomeração em domínios específicos. São exemplo as redes de cooperação entre cidades francesas para utilização de grandes infra-estruturas (aeroportos, ...) e serviços tecnológicos.

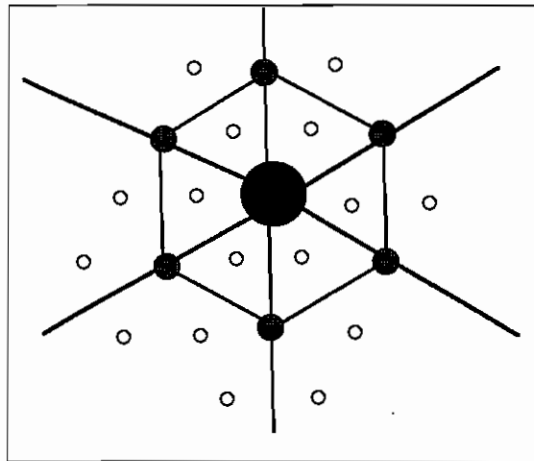
Segundo o autor, a hierarquia urbana tradicional deu lugar a uma "hierarquia de redes de cidades", cada uma destas com um determinado nível de integração territorial (CAMAGNI, 1993):

- à escala global (a rede de cidades globais) que desenvolvem relações de concorrência e complementaridade baseadas nas redes de informação e comunicações;
- à escala nacional, a rede de cidades nacionais especializadas, cujas relações assentam basicamente nas trocas comerciais e de mão-de-obra;
- à escala regional, cidades especializadas, ligadas pelo tipo de relações anteriores.

Enquanto as segundas e terceiras, definem redes de especialização ou complementaridade, as primeiras estabelecem redes de sinergia, suportadas pelas telecomunicações, transportes rápidos, serviços de alto nível hierárquico, que se configuram desde o mundo financeiro ao mundo cultural.

Estas relações configuram um território em rede, por vezes descontínuo, mas onde podem coexistir diversas organizações reticulares. A expansão das redes de comunicação de grande velocidade (os transportes aéreos e o comboio de grande velocidade), permitiram a ligação dos nós de uma rede mas, marginalizam os espaços inter-nós, causando efeitos "perturbantes do ponto de vista da continuidade territorial" (VELTZ, 1996, pp. 61) ou fragmentação do território (DEMATTEIS, 1988 citado por GRAHAM e MARVIN, 1996). A título de exemplo, ASCHER (1998) refere que estar perto de um aeroporto ou de uma estação de comboio de grande velocidade é estar perto de uma metrópole internacional, ou seja, estar integrado no sistema global, enquanto estar afastado, limita os processos de integração económica (ASCHER, 1998).

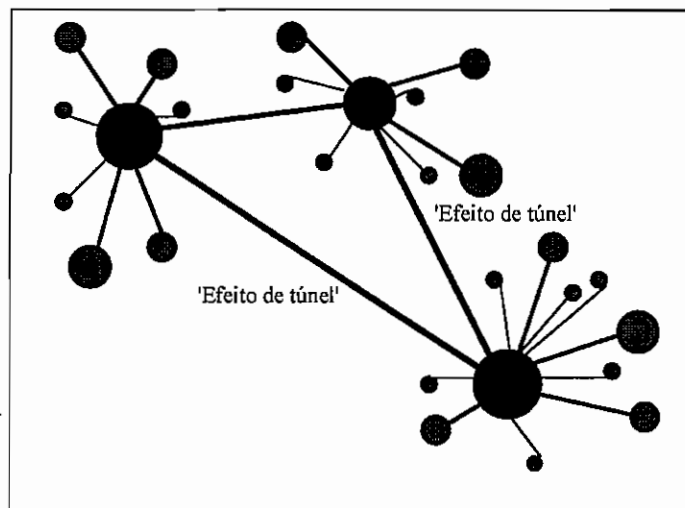
Figura 2.4. - Hierarquia urbana segundo Christaller



Fonte: GRAHAM e MARVIN (1996), pp. 57
CHRISTALLER (1966)

A concentração de fluxos em grandes plataformas ("hubs" e "spokes", traduzindo para centros e raios) alteram a organização christaleriana e induzem novos princípios de organização espacial e novas hierarquias urbanas (ASCHER, 1998, DE ROO, 1994 *in* GRAHAM e MARVIN, 1996). Apenas as cidades maiores (*hubs*) mantêm relações directas com várias outras, enquanto as restantes cidades de menor dimensão estão ligadas a uma cidade principal

Figura 2.5. - Rede urbana em *hubs* e *spokes*



Fonte: GRAHAM e MARVIN (1996), pp. 59

Os fluxos de tráfego aéreo na Europa, são um indicador de funcionamento destas redes globais. Estes cresceram em volume e em destinos, não só para responder a novas

formas de consumo e turismo mas, especialmente, associados às transformações no sistema económico mundial (a terciarização da economia, o crescimento das multinacionais, as trocas de mercadorias e a segmentação territorial de diversas fases do processo produtivo).

Quando analisamos quais foram os territórios onde se verificaram maiores acréscimos no número de voos constatamos que estes se encontram no topo da hierarquia urbana. A localização de sedes de empresas multinacionais, centros de finança e sedes de organizações internacionais, são responsáveis por uma parcela muito significativa do tráfego de passageiros e, assim se justifica que a intensidade de tráfego seja superior na área central da Europa (o que inclui a Suíça, o nordeste da França, o leste da RFA, o Benelux, Reino Unido e o noroeste de Itália), com destaque para os aeroportos de Londres, Paris, Frankfurt e Amesterdão, onde se registam maiores volumes de tráfego aéreo, nomeadamente gerado entre estes aeroportos. Tal facto, demonstra que as relações estabelecidas privilegiam cidades do mesmo nível hierárquico em detrimento das relações com cidades de nível hierárquico inferior, traduzindo uma afirmação das relações horizontais face às relações de carácter vertical.

CATTAN (1993, *in* VELTZ, 1996) num estudo mais recente sobre fluxos de transportes entre cidades europeias, confirmou que a rede internacional tem por base cidades capitais e que os fluxos aéreos estabelecidos entre Paris, Londres, Frankfurt e Amesterdão cresceu mais rapidamente que as trocas entre outras cidades. As cidades médias que se encontram próximas destas infra-estruturas globais, detêm por isso uma posição muito favorável na hierarquia urbana e regional. Ao contrário, as que se encontram longe, perdem “vantagens competitivas” e o seu processo de afirmação terá necessariamente de passar pela valorização de outras especificidades locais.

CAPÍTULO III - AS CIDADES MÉDIAS NO SISTEMA URBANO EUROPEU

"Recent economic, technological and social developments have tendend to work against many small and medium-sized cities. They have lost population and jobs to larger cities which offer benefits of agglomerations economies. (...) Nevertheless, considerable numbers of medium-sized cities have experienced substancial growth of population over the past decades and have enjoyes an expanding local economy and employment"

EFILWC (1997), *Medium-sized cities in Europe*, pp. 11

No presente capítulo procurar-se-á analisar a evolução das cidades médias no território europeu, de meados de sessenta até ao passado recente. Há contudo que sublinhar algumas questões metodológicas e as opções tomadas, que resultam sobretudo da ausência de informação estatística coerente e sistemática acerca das cidades europeias. Estudar a evolução demográfica das cidades médias na Europa e a sua posição no contexto europeu, exigia conhecer a rede de cidades europeia e enquadrar as suas dinâmicas populacionais no conjunto do sistema urbano. Contudo, a informação estatística disponível não permite realizar essa leitura de forma directa, tendo-se por isso seguido a metodologia que em seguida explicitamos.

Em primeiro lugar foi recolhida informação relativa às cidades e aglomerações com uma dimensão superior a 100 000 habitantes¹ e à semelhança de estudos realizados no âmbito da União Europeia, consideraram-se cidades/aglomerações de média dimensão, unidades com dimensão compreendida entre os 100 000 e os 250 000 habitantes. Como foi discutido no primeiro capítulo, o critério demográfico não é de

¹ O *Anuário Demográfico Internacional*, ONU apenas tem disponível informação para as cidades/aglomerações com mais de 100 000 habitantes.

forma alguma suficiente para definir uma cidade média (podendo ser consideradas como tal, cidades com uma dimensão inferior a 100 000 habitantes) mas face à impossibilidade de obter informação sobre as cidades com dimensão inferior a 100 000 habitantes, privilegiou-se o grupo de cidades com 100 000 a 250 000 habitantes.

Paralelamente, recolheu-se informação sobre a população urbana e total dos vários países estudados, valores que permitiram não só calcular as taxas de urbanização mas também, determinar a população residente em cidades de dimensão inferior a 100 000 habitantes² (contudo não é possível conhecer o número de cidades, mas apenas o seu peso relativo em termos populacionais). Assim, enquanto o primeiro conjunto de informação permite conhecer a rede urbana das cidades ou aglomerações com mais de 100 000 habitantes, o segundo permite conhecer a distribuição da população urbana por escalão de dimensão. Os dados anteriores foram complementados com a recolha de informação que caracterizasse a estrutura de povoamento na Europa Ocidental (número de unidades e população residente nas unidades administrativas de nível local³).

Apesar do esforço de eliminar as lacunas estatísticas, a presente análise possui limitações resultantes dos diferentes critérios utilizados pelos países. Por exemplo, em 1960, a Áustria não dispõe de informação relativa à aglomeração de Viena e portanto, o valor utilizado apenas se reporta à cidade. Por outro lado, a Espanha, a Itália e as duas Alemanhas não apresentam os valores populacionais das suas "aglomerações" mas apenas das "cidades". Perante este facto, há que acautelar algumas leituras, nomeadamente sobre a evolução das grandes aglomerações, para as quais efectivamente não há informação para alguns países, existindo apenas para a unidade administrativa correspondente à cidade.

É de referir igualmente a dificuldade em encontrar informação compatível e actualizada. A maioria das análises efectuadas termina em inícios da década de noventa e só em poucos casos é que foi possível encontrar dados mais recentes, raramente utilizados face à sua inexistência para vários outros países. Mesmo recorrendo a fontes complementares, a informação mais actualizada reporta-se a 1994-1996, mas para países como a França e a Inglaterra os valores reportam-se a 1991. Nas análises sobre as cidades/aglomerações não foram utilizadas estimativas, pois de facto estas não medem as

² A "população residente em cidades com menos de 100 000 habitantes" foi determinada através da diferença entre a "população urbana total" e a "população residente em cidades com mais de 100 000 habitantes".

³ Esta informação foi recolhida nos Anuários Estatísticos e Recenseamentos da População dos diferentes países europeus.

evoluções verificadas e podem dar uma leitura desadequada da evolução real e, para além de estas também serem raras para o período da década de noventa.

Tendo por base este conjunto de limitações, de natureza estatística e de critérios metodológicos, proceder-se-á à análise da evolução das cidades médias no sistema urbano europeu.

3.1. Características do Sistema Urbano Europeu

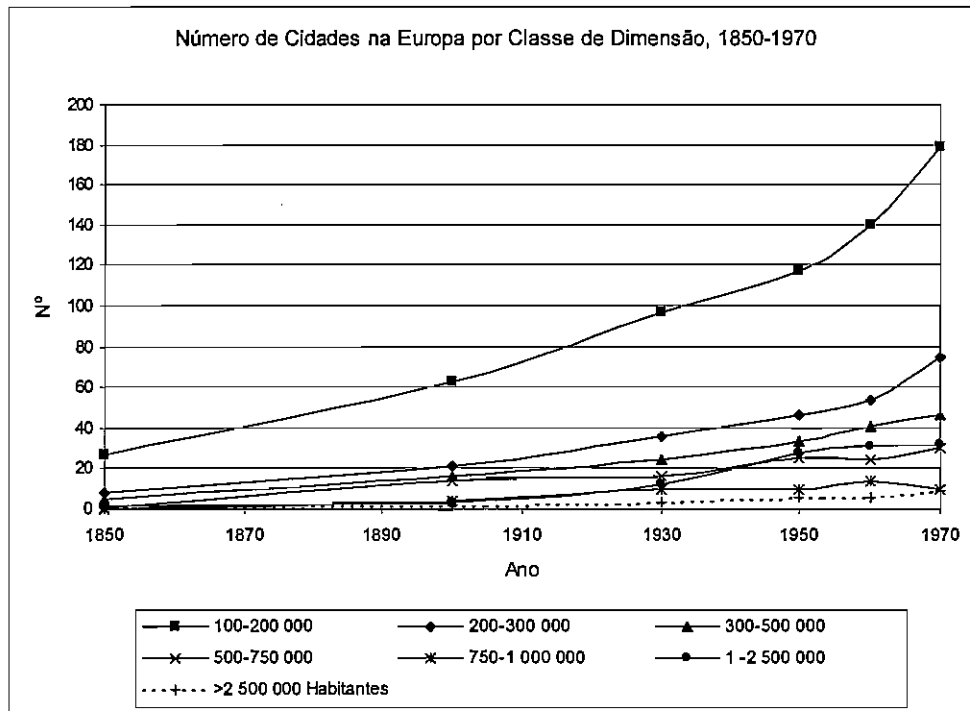
3.1.1. As pequenas e médias cidades – Uma herança da Europa Industrial

O crescimento do capitalismo mercantil e a ascensão do estado absolutista no período de 1600-1750 realinou a Europa urbana e alterou a geografia das regiões prósperas do Mediterrâneo para o Atlântico (BAIROCH, 1977). Tal movimento reforçou o crescimento de algumas das cidades já existentes, como Londres, Paris e Amesterdão, e impulsionou o aparecimento de novas cidades de pequena e média dimensão.

Mas, é após a Revolução Industrial que se desenvolve a rede de pequenas e médias cidades europeias. Paralelamente, ao crescimento das cidades de Londres, Paris, Milão e outras, que se industrializavam e reforçavam a sua capitalidade, emergiram várias novas cidades, cujo desenvolvimento se relacionou com a exploração mineira, que atraíram população para áreas outrora eminentemente agrícolas e florestais. O desenvolvimento das vias de comunicação e dos modos de transporte também permitiu que novas cidades se afirmassem como centros de produção industrial, como interfaces ou como centros de comércio de produtos agrícolas.

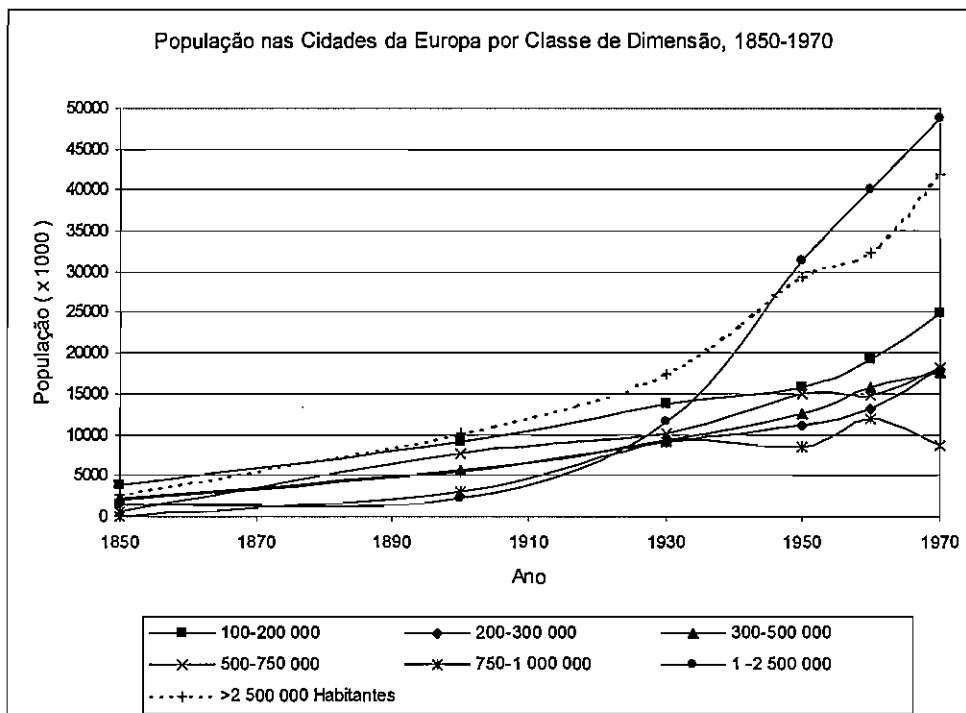
Para além de Londres, que cresceu de aproximadamente um milhão de habitantes em finais do século XVIII, para cinco milhões em finais do século XIX, as pequenas cidades da época pré-industrial das regiões Norte e os Midlands, cresceram também. Se em 1800, à excepção de Londres, não havia cidades com mais de 100 000 habitantes, em 1891, já existiam 23 cidades (BARRAS, 1987, pp. 7, citando BRIGGS, 1968). Numa fase inicial este movimento teve maior expressão em Inglaterra, o coração da Revolução Industrial, mas em meados do século XIX este crescimento era igualmente visível no norte da França, no leste da Bélgica e na região do Ruhr.

Figura 3.1. – Evolução do número de cidades na Europa Ocidental, por escalão de dimensão, 1850-1970



Fonte: Elaborado por BAIROCH (1977), pp.43

Figura 3.2. – Evolução da população nas cidades da Europa Ocidental, por escalão de dimensão, 1850-1970



Fonte: Elaborado a partir de BAIROCH (1977), pp.43

No início do século, a taxa de urbanização do Reino Unido ascendia a 72%, valor muito superior ao da França (41,1%), da Itália (40,1%) e da Alemanha (54,3%) diferenças que se mantiveram acentuadas até meados dos anos quarenta (em 1920, a Alemanha registava 64,4% e na Itália e na França a população urbana não ultrapassava os 45% da população total, enquanto no início dos anos quarenta, a taxa de urbanização do Reino Unido rondava os 80%, a Alemanha subia aos 70% e a França e a Itália, ficavam-se pelos 50%) (DONNE, 1979, pp. 55). Estavam delineadas as diferenças de urbanização e dos sistemas urbanos dos vários países europeus.

Entre 1850 e 1970, houve um aumento significativo do número e da população residente em cidades com 100 000 a 200 000 habitantes mas, em termos relativos, o seu peso diminuiu. Em 1850, 30,1% da população residia em cidades com 100 000 a 200 000 habitantes, em 1930 eram apenas 17,2% e em 1950 desceu para 12,8%. A partir de 1950, a situação começa a dar indícios de inversão, tendo-se verificado o aumento do peso relativo das cidades desta dimensão, tanto em termos de número de unidades como em população.

Quadro 3.1. - Número de cidades e população urbana na Europa ^{a)}, 1850-1970

Classe de Dimensão (10 ³)	1850		1900		1930		1950		1960		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
100-200	27	62,8	63	52,1	97	49,7	117	45,2	140	46,1	179	47,0
200-300	8	18,6	21	17,4	36	18,5	46	17,8	54	17,8	75	19,7
300-500	5	11,6	16	13,2	24	12,3	33	12,7	41	13,5	46	12,1
500-750	1	2,3	14	11,6	16	8,2	25	9,7	24	7,9	30	7,9
750-1 000			4	3,3	10	5,1	10	3,9	14	4,6	10	2,6
1 000-2 500	1	2,3	1	0,8	9	4,6	22	8,5	25	8,2	32	8,4
2 500-5 000	1	2,3	1	0,8	2	1,0	4	1,5	3	1,0	6	1,6
+ 5 000			1	0,8	1	0,5	2	0,8	3	1,0	3	0,8
Total	43	100,0	121	100,0	195	100,0	259	100,0	304	100,0	381	100,0

Classe de Dimensão (10 ³)	1850		1900		1930		1950		1960		1970	
	Pop. (10 ³)	%	Pop. (10 ³)	%	Pop. (10 ³)	%	Pop. (10 ³)	%	Pop. (10 ³)	%	Pop. (10 ³)	%
100-200	3 760	30,1	9 050	20,9	13 860	17,2	15 780	12,8	19 330	13,1	24 960	14,0
200-300	2 010	16,1	5 520	12,7	9 160	11,4	11 130	9,0	13 170	8,9	18 090	10,2
300-500	2 190	17,5	5 640	13,0	9 400	11,7	12 490	10,1	15 710	10,7	17 580	9,9
500-750	510	4,1	7 690	17,7	10 190	12,7	14 950	12,1	14 790	10,0	18 130	10,2
750-1 000		0,0	3 100	7,1	9 030	11,2	8 550	6,9	12 010	8,1	8 640	4,9
1 000-2 500	1 420	11,4	2 200	5,1	11 500	14,3	31 290	25,3	39 990	27,1	48 730	27,4
2 500-5 000	2 600	20,8	3 600	8,3	9 220	11,5	13 030	10,5	8 570	5,8	16 940	9,5
+ 5 000		0,0	6 580	15,2	8 130	10,1	16 390	13,3	23 830	16,2	24 990	14,0
Total	12 490	100,0	43 380	100,0	80 490	100,0	123 610	100,0	147 390	100,0	178 060	100,0
P. Urbana ^{b)}	25 600	12,6	78 000	27,3	131 800	37,2	159 500	40,8	188 100	44,2	230 000	50,1
Pop. Total	202 800	-	285 400	-	353 900	-	392 000	-	425 200	-	459 100	-

a) Excluindo a URSS

b) População em cidades com mais de 20 000 habitantes

Fonte: BAIROCH (1977), pp.43

3.1.2. Urbanização e envelhecimento da população - Duas características do sistema urbano europeu do pós-guerra

Após a Segunda Grande Guerra, teve lugar um novo movimento de urbanização, que beneficiou particularmente as cidades com mais de 500 mil habitantes. Contudo, ao contrário do período que precedeu a Revolução Industrial, a urbanização deu-se num quadro de estabilidade demográfica, explicado pelo contínuo decréscimo das taxas de mortalidade e de fecundidade.

Quadro 3.2. – Evolução da Taxa de Urbanização na Europa Ocidental, 1960-95, (%)

Países	1960	1970	1975	1980	1985	1990	1995*
<i>União Europeia (15)</i>							
Austria	50,0	51,9	53,2	55,1	55,2	55,4	55,5
Bélgica	66,4	88,4	94,6	95,0	96,3	96,5	97,0
Dinamarca	74,1	79,9	82,6	83,9	84,7	84,8	85,2
Espanha	42,9	54,7	61,3	64,2	69,3	75,4	76,5
Finlândia	38,4	50,9	58,8	59,9	59,8	61,6	63,2
França	63,0	70,0	73,0	73,4	74,1	74,0	72,8
Grécia	43,4	53,2	55,3	58,0	58,9	58,9	65,2
Holanda	75,5	77,0	82,9	88,4	88,5	88,7	89,0
Irlanda	46,1	52,2	53,6	55,6	56,4	57,0	57,5
Itália	47,7	64,0	65,6	67,0	67,7	66,7	66,6
Luxemburgo	62,2	68,4	67,9	77,8	83,8	86,3	89,1
Portugal **	22,7	26,3	27,7	29,7	31,8	33,9	35,6
R. Unido	80,0	78,4	77,7	87,7	83,3	89,1	89,5
RDA	72,0	73,8	75,4	76,4	76,6		
RFA	77,0	80,0	82,7	85,0	85,7	85,3	86,6
Suécia	72,8	81,4	82,7	83,1	84,3	83,4	83,1
<i>União Europeia (UE15)</i>	62,5	69,5	71,9	73,4	75,3	75,6	
<i>Outros da Europa Ocidental</i>							
Noruega	57,1	65,7	68,2	70,7	71,5	72,0	73,2
Islândia	45,2	84,9	86,8	88,2	89,4	90,6	
Suíça	51,3	54,6	55,6	57,1	59,9	59,8	60,8

Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

* Estimativas

** Valores divulgados pela ONU. Apenas são considerados centros com mais de 100 000 habitantes; o Funchal, a AML e a AMP. O total da população urbana corresponde ao total de habitantes em centros urbanos com mais de 10 000 habitantes, o que remete para uma taxa de urbanização de 35,6%. Embora sabendo do desajustamento destes valores relativamente à realidade portuguesa, são estes os valores que constam internacionalmente. Considerando o critério do GEPAT as taxas de urbanização seriam: 1960, 40,1%; 1970, 53,0%; 1981, 52,3%; 1991, 54,5%. O critério do GEPAT, agrega aos “centros urbanos” tradicionais todas as freguesias situadas num raio de 5km – o que as aproxima frequentemente das fronteiras concelhias” (INE, 1994, pp. 4).

Países como a Holanda, Alemanha Federal, França, Luxemburgo, Bélgica, Dinamarca e Suécia têm registado as taxas de urbanização mais elevadas, contrastando com Portugal, Grécia, Áustria e Irlanda, que permanecem até hoje com níveis de urbanização mais baixos, semelhantes aos verificados nos países do Leste europeu.

Quadro 3.3. - Taxa de Crescimento da População Urbana e Rural na Europa Ocidental, 1960-90 (%)

	Variação da população 60-70			Variação da população 70-80			Variação da população 80-90		
	Total	Urb.	Rural	Total	Urb.	Rural	Total	Urba.	Rural
<i>Países UE (15)</i>									
Áustria	5,4	9,4	1,5	1,3	7,6	-5,4	3,2	3,8	3,4
Bélgica	4,7	36,8	-58,8	2,4	12,1	-61,3	1,4	3,0	-29,0
Dinamarca	7,7	16,2	-16,5	3,8	8,9	-16,6	0,4	1,6	-5,4
Espanha	11,5	42,3	-11,6	7,8	26,4	-14,7	7,5	26,2	-26,2
Finlândia	3,4	37,1	-17,6	4,4	22,8	-14,7	3,9	6,9	-0,7
França	6,9	18,7	-13,2	9,4	14,7	-3,0	4,2	5,1	1,7
Grécia	4,5	28,2	-13,6	11,1	21,2	-0,4	5,3	6,8	3,3
Holanda	14,2	16,6	7,1	7,2	23,1	-45,8	5,7	6,1	2,5
Irlanda	5,7	19,7	-6,4	15,6	23,1	7,4	2,4	5,0	-0,9
Itália	6,5	42,7	-26,7	4,9	9,8	-3,8	4,5	4,0	5,5
Luxemburgo	7,9	18,7	-9,8	7,0	21,7	-24,8	5,8	17,3	-34,7
Portugal**	-2,5	13,4	-7,2	13,5	28,2	8,3	0,2	14,5	-5,8
R. Unido	5,6	3,4	14,1	3,4	15,8	-41,1	11,9	13,7	-1,0
RDA	-0,7	1,8	-7,2	-2,1	1,4	-12,0	-2,7	-2,9	-2,4
RFA	12,4	16,7	-2,3	1,6	7,9	-23,8	-0,8	-0,5	-2,8
Suécia	7,8	20,6	-26,4	3,0	5,1	-6,3	3,2	3,6	1,1
UE (15)	7,3	19,1	-12,4	4,5	12,5	-13,7	2,7	5,3	-5,1
<i>Outros Países da Europa Ocidental</i>									
Noruega	8,3	24,6	-13,5	5,2	13,2	-10,2	3,8	5,6	-0,5
Islândia	16,2	118,2	-67,9	11,8	16,1	-12,6	11,7	14,8	-11,6
Suíça	15,5	22,9	7,7	1,5	6,1	-4,0	8,0	13,2	1,0

Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

** Valores divulgados pela ONU. Considerando o critério do GEPAT as taxas de variação da população total, urbana e rural seriam:

- 1960-70, total, -3,1%, urbana, 13,0, rural, -13,9%;
- 1970-81, total, 14,2%, urbana, 27,6%, rural, 2,4%;
- 1981-91, total, 0,3%, urbana, 4,5%; rural, -4,3%.

Durante a década de sessenta, entre os países onde houve maior decréscimo da população rural estão a Bélgica, Itália, Grécia, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Noruega, França e Espanha. Estes países registaram igualmente um grande acréscimo da população urbana que no caso da Bélgica, Itália e Dinamarca se verificou em pequenas e médias cidades com menos de 100 000 habitantes.

De 1960 para 1970, paralelamente ao aumento da taxa de urbanização verificou-se um acréscimo na percentagem de população em cidades com mais de 100 000

habitantes, ao mesmo tempo que se reduz o peso da maior cidade no total da população urbana.

Nos casos da Suécia, Finlândia e Noruega, no mesmo período, registou-se uma diminuição do peso da maior cidade ao mesmo tempo que se reforçaram as aglomerações de 100 000 a 250 000 habitantes, de importância regional como Trondheim (112 103 habitantes), Helsingborg (100 305 habitantes), Örebro (115 454 habitantes), Uppsala (126 390 habitantes) e Tampere (222 739 habitantes).

Nos casos da Grécia, França e Espanha, as migrações fizeram-se a favor das cidades de maior dimensão. Numa situação semelhante estão Portugal, a RDA, a Irlanda e o Luxemburgo.

Outro fenómeno que tem caracterizado o território europeu é o envelhecimento da população, processo associado ao declínio da fecundidade. O envelhecimento da população influenciou de igual modo, as estruturas demográficas das áreas urbanas e rurais, muito embora o envelhecimento das estruturas demográficas das áreas urbanas fosse mais tardio que o das áreas rurais (estas primariamente afectadas pelo êxodo rural). A diminuição de jovens acentuou os efeitos no declínio da fecundidade, mais evidente em alguns países do centro da Europa.

Em 1960, em países como a Áustria, Dinamarca, Holanda, Portugal, Reino Unido, Suíça e Grécia, o índice de envelhecimento da população rural era inferior ao da população urbana, demonstrando a influência do modo de vida urbano no decréscimo da fecundidade e conseqüente envelhecimento bem como pelo facto de os grandes movimentos migratórios só se terem vindo a verificar durante a década de sessenta. Vejam-se os casos da Grécia e da Espanha.

Em 1970, são os países da periferia europeia que registam índices de envelhecimento da população urbana menos elevados, contrastando com os valores da população rural, cujo envelhecimento se tem vindo a acentuar desde então.

Este quadro diversificado de envelhecimento nas áreas rurais, ressalta a dificuldade em aplicar políticas de desenvolvimento regional e de desenvolvimento rural, transpostas de outros países, nomeadamente de países com a estrutura etária da população rural mais jovem. Por outro lado, o envelhecimento das áreas rurais vem reafirmar a importância das cidades médias em contextos regionais desfavorecidos, onde as políticas de desenvolvimento regional e local têm, naturalmente, mais possibilidades de serem bem sucedidas.

Quadro 3.4. - Índice de envelhecimento nas áreas urbanas e rurais nos países da Europa Ocidental, 1960-90 (%)

País	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
	1960			1970			1981			1991		
Austria	56,9	30,7	41,6				97,7	55,7	75,9	101,1	64,5	86,0
Dinamarca	46,8	32,1	42,4	^{e)} 71,9	38,4	51,3	71,2	65,6	70,3			
Espanha	29,5	31,7	30,8	29,9	41,1	34,8	[*] ^{h)} 34,4	51,4	40,2			
Finlândia	23,6	26,0	24,8	36,1	40,3	38,2	57,4	64,9	60,5	71,4	68,9	70,4
França	^{b)} 47,4	55,7	50,6	^{d)} 51,7	67,5	56,5	^{h)} 62,2	79,8	66,9	73,8	87,3	77,4
Grécia	^{a)} 31,9	30,1	30,8	^{d)} 41,2	50,2	44,8	44,0	75,1	53,7	60,3	87,4	71,1
Holanda	[*] 33,9	[*] 27,5	[*] 30,3	[*] ^{h)} 52,0	[*] 33,0	[*] 41,3	[*] 66,7	[*] 42,8	[*] 53,3	^{h)} 82,7	59,1	71,0
Irlanda	^{a)} 28,7	42,3	35,9	27,9	44,3	35,4	29,8	42,3	35,3	^{k)} 33,1	42,9	37,5
Luxemburgo	46,7	56,2	50,5	^{e)} 50,1	55,1	52,0						
Portugal	34,8	25,7	27,3				46,4	44,3	44,9	64,7	70,9	68,1
R. Unido	^{a)} 52,4	50,3	51,9	^{b)} 59,4	54,1	58,2	65,4	69,9	65,9			
RDA				67,5	65,6	67,0	74,8	87,8	77,8	67,6	100,0	75,5
Suécia	48,7	69,9	54,4	58,1	106,5	66,0	82,0	113,2	87,0	101,9	95,1	100,6
UE	44,2	39,4	41,9	51,1	52,2	51,0	57,0	62,6	58,2	74,1	79,9	75,2
<i>Outros</i>												
Suiça	50,8	37,7	43,5	53,8	43,3	48,7	83,3	60,9	72,2	100,3	69,8	85,9
Noruega	44,0	49,2	46,9	61,6	47,6	53,0	51,1	65,9	55,5	83,8	98,4	87,9
<i>Europa Ocidental</i>	47,9	42,5	44,5	56,3	45,2	50,4	66,5	62,5	64,8	92,4	78,1	86,7

a)1961; b)1962; c)1966; d)1968; e)1969; f)1971; g)1973; h)1974; i)1978; j)1982; k)1986; l)1992

*Estimativas

Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

3.1.3. O sistema de povoamento nos países da Comunidade Europeia

Cruzando a informação relativa ao grau de urbanização com a estrutura do povoamento de cada país, encontramos um quadro bastante diversificado de situações.

Em primeiro lugar, salientam-se países com um baixo nível de urbanização e onde a população apresenta um elevado nível de concentração. No caso da Áustria, na comuna que corresponde à aglomeração metropolitana de Viena, residiam, em 1991, cerca de 20% dos habitantes austríacos, um quarto da população residia nas comunas com 2 000 a 5 000 habitantes e cerca de 16% em comunas com 1 000-2 000 habitantes, demonstrando que as comunas de dimensão média não possuem uma grande importância populacional.

No caso da Grécia, verifica-se igualmente uma concentração da população nas comunas de maior dimensão populacional. Segundo dados de 1991, das seis mil comunas, só trinta e uma possuíam mais de 50 000 habitantes e nestas concentrava-se

34% da população residente. O nível de concentração ainda é maior se considerarmos que das trinta e uma comunas, apenas oito possuíam mais de 100 000 habitantes, sendo aí que residia 20% da população residente. Paralelamente às grandes comunas, cerca de 20% da população grega residia em comunas com dimensão inferior a 1 000 habitantes (quatro mil e noventa comunas) e 10% em comunas com 1 000 a 2 000 habitantes. O exposto mostra que 30% da população habitava em unidades administrativas com uma dimensão inferior a 2 000 habitantes, reflectindo a fraca importância das aglomerações de dimensão intermédia na rede urbana grega.

Em Portugal, o baixo grau de urbanização é acompanhado por uma concentração da população nos concelhos com mais de 100 000 habitantes, revelando que a população urbana está concentrada nas unidades de maior dimensão populacional. O caso português será tratado posteriormente com alguma atenção.

Quadro 3.5 (1) - Distribuição da população, segundo o escalão de dimensão das unidades administrativas (%)

Escalão de dimensão	Itália		França		Áustria		Portugal		Grécia	
	Comuni	Pop.	Communes	Pop.	Gemeinden	Pop.	Concelhos	Pop.	Demos	Pop.
	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1996	1996	1991	1991
>= 500 000	0,1	13,3	0,01	5,22	0,04	19,75	0,33	6,73	0,02	7,53
100 000 – 499 999	0,5	12,2	0,10	9,98	0,17	9,02	7,21	35,39	0,12	11,70
50 000 – 100 000	1,1	10,5	0,17	7,27	0,17	3,16	7,87	15,80	0,39	14,91
20 000 - 50 000	3,9	16,8	0,81	16,08	0,64	5,20	24,26	23,53	0,90	16,69
10 000 - 20 000	7,2	14,0	1,18	10,57	1,93	7,15	26,56	11,71	0,74	6,18
5 000 -- 10 000	14,3	14,18	2,45	10,74	5,57	10,87	25,25	5,86	1,30	5,40
2 000 - 5 000	27,6	12,7	7,25	14,03	26,83	23,30	7,87	0,97	4,64	8,87
<2000	45,3	6,3	88,03	26,13	64,64	21,55	0,66	0,02	91,89	28,73
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
(Nº)	8100	56778,0	36013	56615,2	2333	7795,8	305	9862,5	5921	10259,9
Dimensão média	Km ²	Pop.	Km ²	Pop.	Km ²	Pop.	Km ²	Pop.	Km ²	Pop.
	37,8	7008	15,8	1549	35,9	3342	301,9	32336	22,3	1733

Fonte: *Censos dos países*, 1990, 1991; *Anuário Estatístico*, 1996

Em Espanha, em 1991, nos seis municípios com mais de 500 000 habitantes residia cerca de 20% da população enquanto os municípios de 100 000 a 500 000 habitantes albergavam 25% dos habitantes. A restante população estava concentrada em municípios com pequenas e médias cidades, que no seu conjunto absorviam a quase totalidade da população não metropolitana (cerca de 20% da população vivia em municípios com 20 000 a 100 000 habitantes, enquanto 10% da população espanhola residia em municípios com 10 000 a 20 000 habitantes).

O sistema de povoamento explica parcialmente a importância das cidades médias em Espanha, embora hajam outros factores de natureza histórico-política que devem igualmente ser levados em linha de conta. O padrão de concentração remonta ao período bárbaro e medieval onde foi necessário desenvolver postos de defesa mas, já na actualidade, a política de crescimento económico e de desenvolvimento regional franquista, por analogia aos pólos de crescimento de Perroux, favoreceu igualmente a consolidação de um conjunto de centros urbanos de dimensão média geograficamente dispersos no território.

Outro exemplo é o caso do Reino Unido, cuja importância de Londres como capital política e financeira não impediu o desenvolvimento de outras cidades no restante território. Em 1990, cerca de 45% dos *districts* possuíam mais de 100 000 habitantes e nestes residia 65% da população, enquanto nos *districts* com uma dimensão compreendida entre os 2 000 habitantes e 100 000 habitantes (54% do total de *districts*) residia um terço da população. Assim, apenas uma pequena percentagem de indivíduos residia em unidades locais com menos de 2 000 habitantes, situação que se explica pelo facto de a dimensão média, em superfície e população, dos *districts* ser elevada (mais de 110 000 habitantes e 505 km² respectivamente).

Um terceiro grupo, inclui países com uma rede de pequenas e médias cidades que configuram um padrão de povoamento mais disperso que o da Espanha ou do Reino Unido. É o caso da França, onde, em 1991, as comunas com mais de 100 000 habitantes, alojavam apenas 15% da população. Nos escalões dos 2 000 aos 100 000 habitantes concentrava-se cerca de 1/4 da população francesa e nas comunas de menor dimensão, residia cerca de 40% da população (comunas com 5 000 a 20 000 habitantes, alojam cerca de 22% da população e nas de 2 000-5 000 habitantes encontrava-se mais de 14% da população). Apesar da dispersão, o território francês é dominado por Paris, que tem reforçado o seu papel de centro administrativo desde a revolução jacobina.

A actual estrutura do povoamento na Itália reflecte a herança do período anterior à unificação ao qual se associou a proliferação de cidades que, nos últimos anos, se têm afirmado pela sua especificidade produtiva e cultural. As comunas com mais de 100 000 habitantes congregavam 25% dos habitantes, contudo a maioria (cerca de 60% dos habitantes) residiam em comunas de 2 000 a 50 000 habitantes.

Quadro 3.5 (2) - Distribuição da população, segundo o escalão de dimensão das unidades administrativas (%)

Escalão de dimensão	Alemanha		Espanha		Reino Unido		Bélgica		Holanda	
	Gemeiden	Pop.	Municípios	Pop.	Districts	Pop.)	Commune	Pop.	Gemeentem	Pop.
	1995	1995	1991	1991	1991	1991	1991	1991	1995	1995
>= 500 000	0,1	14,8	0,1	18,8	0,7	4,2	0,0	0,0	0,3	8,5
100 000 – 499 999	0,5	17,1	0,6	24,1	44,9	64,0	1,4	15,7	3,2	19,8
50 000 – 100 000	0,7	8,9	0,7	9,6	44,0	28,9	3,2	13,4	5,7	16,6
20 000 - 50 000	3,1	17,1	2,1	12,6	8,5	2,7	17,3	28,7	21,3	25,8
10 000 - 20 000	5,6	14,1	3,7	10,4	1,5	0,2	31,8	26,1	34,1	19,9
5 000 - 10 000	8,1	10,4	6,1	8,6	0,0	0,0	29,0	12,8	26,1	8,0
2 000 - 5 000	16,4	9,5	12,6	8,1	0,4	0,0	15,3	3,2	8,1	1,3
<2000	65,4	8,3	74,1	7,8	0,0	0,0	2,0	0,2	1,3	0,1
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(Nº)	16040	81538,8	8077	39433,9	483	53366,6	589	9987,0	633	15552,7
Dimensão média	Km²	Pop.	Km²	Pop.	Km²	Pop.	Km²	Pop.	Km²	Pop.
	22,3	5084	62,5	4882	505,4	110490	51,8	16740	63,1	24038

Fonte: Censos dos países, 1990, 1991; Anuário Estatístico, 1995

A estrutura urbana dos países do Benelux é mais equilibrada. Importantes nós de comunicações decorrentes da presença do Mar do Norte, estes países tornaram-se densamente povoados e altamente urbanizados. O contínuo urbano que caracteriza o Randstad, estende-se ao norte da Bélgica, densamente povoado. No caso da Holanda, o aproveitamento das jazidas de gás natural de Groningen favoreceu a industrialização e a urbanização a nordeste, contrabalançando a concentração junto da costa que é banhada pelo Mar do Norte.

Quadro 3.5 (3) - Distribuição da população, segundo o escalão de dimensão das unidades administrativas (%)

Escalão de dimensão	Dinamarca		Noruega		Suécia	
	Kommuner	Pop.	Kommuner	Pop.	Kommuner	Pop.
	1996	1996	1996	1996	1996	1996
>= 500 000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,35	8,13
100 000 - 499 999	1,45	20,95	0,92	21,97	3,47	19,41
50 000 - 100 000	4,35	14,26	1,15	7,82	10,76	24,22
20 000 - 50 000	14,13	24,18	7,13	22,13	27,43	27,22
10 000 - 20 000	30,43	22,60	13,56	18,99	35,76	15,90
5 000 - 10 000	42,75	16,63	20,46	14,40	19,10	4,73
2 000 - 5 000	6,52	1,38	35,86	11,94	3,13	0,39
<2000	0,36	0,00	20,92	2,76	0,00	0,00
Total (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
(Nº)	276	5251,0	435	4367,7	288	8840,7
Dimensão média	Km²	Pop.	Km²	Pop.	Km²	Pop.
	155,6	19025	745,3	10041	1562,4	30697

Fonte: Anuário Estatístico, 1996

Quanto aos países da Europa do Norte, a dispersão do povoamento associada a elevados níveis de urbanização, reflecte-se na pulverização de pequenas unidades administrativas à qual se associam pequenas cidades, de dimensão inferior a 100 000 habitantes.

O quadro de povoamento e urbanização do território europeu é bastante distinto, embora este denote uma tendência para a concentração urbana e para a diminuição da importância dos lugares de pequena dimensão. Este quadro diversificado, reflecte-se, naturalmente, em diferentes perfis económicos e territoriais das cidades e consequentemente em diferentes papéis no ordenamento e desenvolvimento do sistema urbano europeu. São estes perfis que de seguida se procuram identificar.

3.2. Dinâmicas recentes de crescimento das cidades médias na Europa

Na contexto da rede urbana europeia, enquanto algumas pequenas e médias cidades cresceram, outras declinaram, outras conseguiram recuperar, e outras parecem estar a afirmar-se (EFILWC, 1994).

Entre 1950 e 1960, as cidades com 100 000 a 200 000 habitantes cresceram, em média, 1,7% ao ano, valor ligeiramente superior aos 1,6% das cidades com 1 a 2,5 milhões de habitantes, ou 1,2% das cidades com mais de 5 milhões de habitantes.

Quadro 3.6. - Taxas médias anuais de crescimento da população das cidades da Europa (excluindo URSS) entre 1950-60 (%)

Escalão de dimensão (10 ³ habitantes)	1950 - 60
100 a 200	1,70
200 a 500	1,42
500 a 1000	1,32
1000 a 2500	1,59
2500 a 5000	1,17
+5000	1,21
Total	1,42

Fonte: BAIROCH (1977), pp.47

Em 1960, cerca de metade da população urbana dos quinze países que compõem a actual União Europeia residia em cidades com menos de 100 000 habitantes. Se consideramos que mais de 11% residia em cidades ou aglomerações com 100 000 a

250 000 habitantes, constatamos que cerca de 40% da população residia em grandes cidades, ou seja em aglomerados com mais de 250 000 habitantes. Naturalmente que existem diferenças. Estas transparecem num maior peso das pequenas cidades nos países do norte⁴, uma rede mais equilibrada nos países do centro⁵ e uma concentração populacional nas grandes cidades dos países da periferia⁶.

Nos países da Europa do Norte, 60% da população residia em cidades de dimensão inferior a 100 000 habitantes, enquanto a população residente em aglomerações com 100 000 a 250 000 habitantes atingia os 8%. Por outro lado, nos países da Europa do Sul, as cidades ou aglomerações de maior dimensão concentravam 30% da população urbana. Vejam-se os casos de Portugal e da Grécia.

Quadro 3.7. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das aglomerações e cidades, em 1960 (%)⁷

1960	Escalão de dimensão (10 ³)							População Urbana
	<100	100-250	250-500	500-1000	1000-2500	2500-5000	> 5000	
Eur. Central	48,4	11,6	7,9	8,8	11,9	0,0	11,9	149 175 360
Eur. Norte	59,7	8,2	3,9	9,1	19,1	0,0	0,0	12 608 009
E. Periferia	41,5	13,0	9,5	7,1	29,0	0,0	0,0	44 216 277
UE (15)	47,5	11,6	8,1	8,1	16,4	0,0	8,9	201 164 658
Total	47,6	11,7	8,0	8,4	16,0	0,0	8,7	205 999 646

Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

Em 1960, em países como a Dinamarca, Finlândia, Noruega, França, Inglaterra, Luxemburgo, Bélgica, Holanda, Alemanha Federal e também a Itália, cerca de 50% da população urbana residia em cidades com dimensão inferior a 100 000 habitantes. Nessa mesma data, a população residente em cidades ou aglomerações com dimensão compreendida entre os 100 000 e os 250 000 habitantes oscilava entre os 12% e os 18%.

Entre 1960 e 1970, reflectindo o processo de concentração económica e de urbanização, verificou-se um reforço da importância das cidades de maior dimensão, nomeadamente as cidades com 100 000 a 250 000 habitantes, decrescendo a população residente em cidades com menos de 100 000 habitantes. No caso dos países do Norte da

⁴ Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia

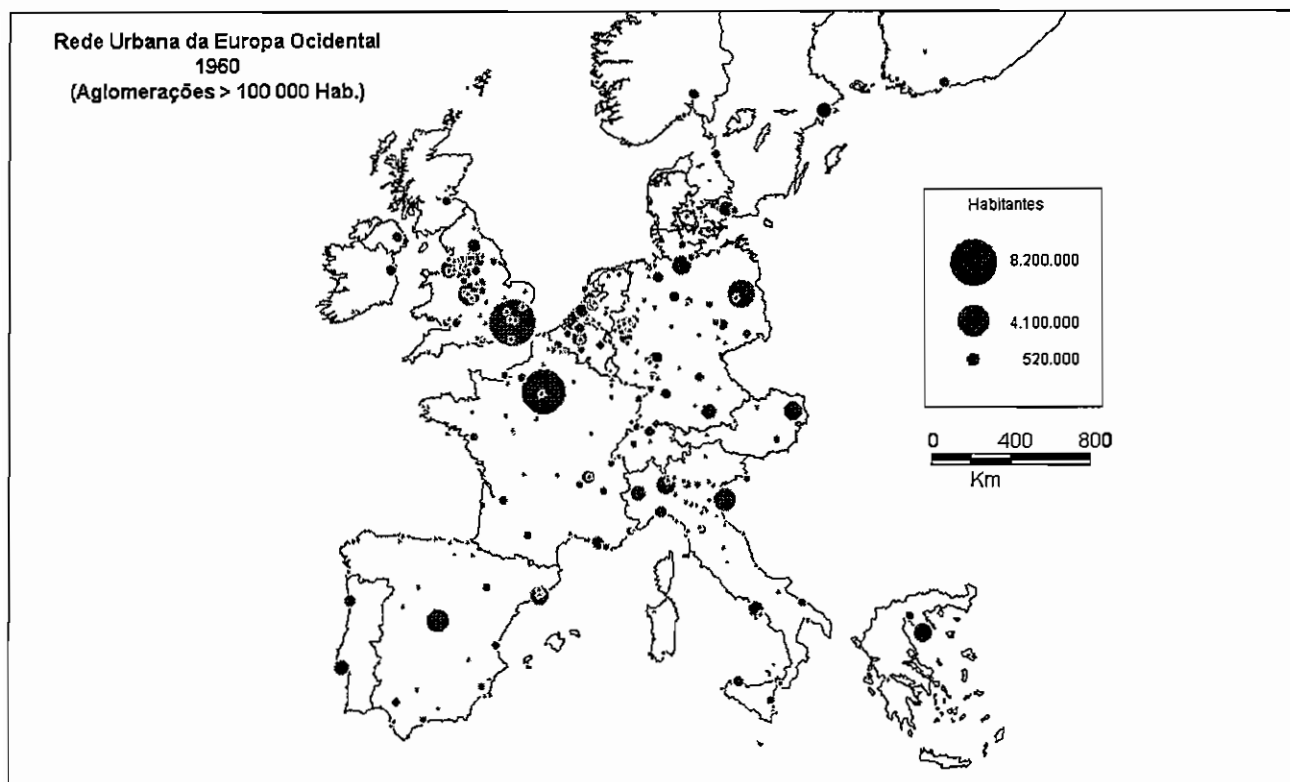
⁵ Áustria, França, Holanda, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça

⁶ Portugal, Espanha, Irlanda, Grécia e Itália

⁷ Para a ex-RFA, ex-RDA, Itália e Espanha a informação refere-se à população residente nas cidades e não nas aglomerações. No caso de Portugal, a informação disponível no *Anuário Demográfico Internacional* da ONU, corresponde à população residente em cidades/aglomerações com mais de 10000 habitantes, valor mínimo considerado pelo INE português para ser "centro urbano". Embora este critério esteja

Europa, a situação não é tão clara, pois reforçou-se ligeiramente a percentagem de população urbana residente em cidades de 100 000 a 250 000 habitantes, perdendo população as grandes cidades.

Figura 3.3. – Rede Urbana da Europa Ocidental em 1960 (Aglomerações com mais de 100 000 Habitantes)



Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

Em todo o caso, registou-se um acréscimo no número e importância relativa das cidades médias, mais evidente em Espanha, França, Itália e Reino Unido.

Nos anos setenta, nos países do Centro da Europa mantém-se a tendência de urbanização, reforçando-se as cidades com escalões de dimensão superiores a 100 000 habitantes.

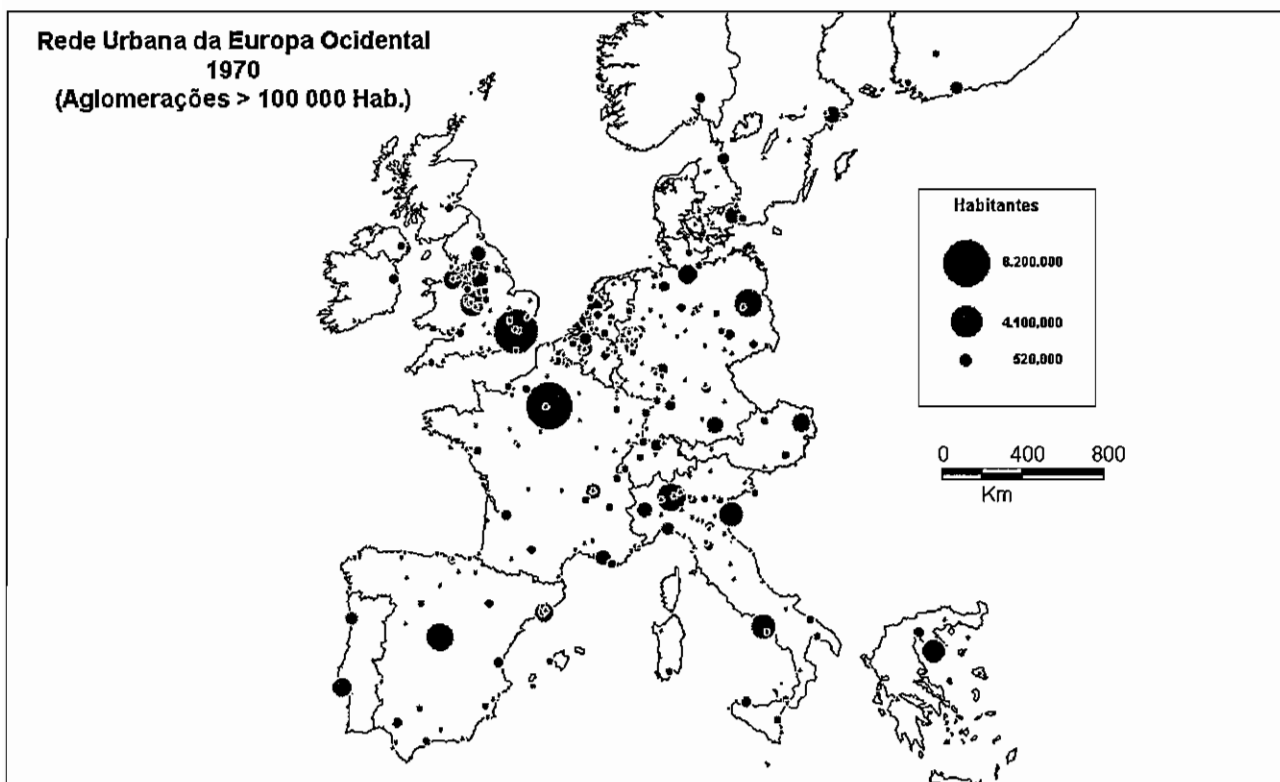
desajustado da realidade portuguesa, ele foi aqui considerado para que se mantivessem os critérios de compatibilidade considerados pela ONU.

Quadro 3.8. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das aglomerações e cidades, em 1970 (%)

1970	Escalão de dimensão (10 ³)							População Urbana
	<100	100-250	250-500	500-1000	1000-2500	2500-5000	> 5000	
Eur. Central	45,9	13,1	8,8	6,9	12,4	3,4	9,5	164 501 745
Eur. Norte	53,7	12,7	2,4	13,8	17,4	0,0	0,0	15 416 398
E. Periferia	43,6	15,4	7,8	6,2	17,5	9,5	0,0	62 455 922
UE (15)	45,8	13,7	7,9	6,8	14,4	4,9	6,6	236 396 203
Total	45,8	13,7	8,2	7,2	14,0	4,7	6,5	242 374 065

Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

Figura 3.4. - Rede Urbana da Europa Ocidental em 1970 (Aglomerações com mais de 100 000 Habitantes)



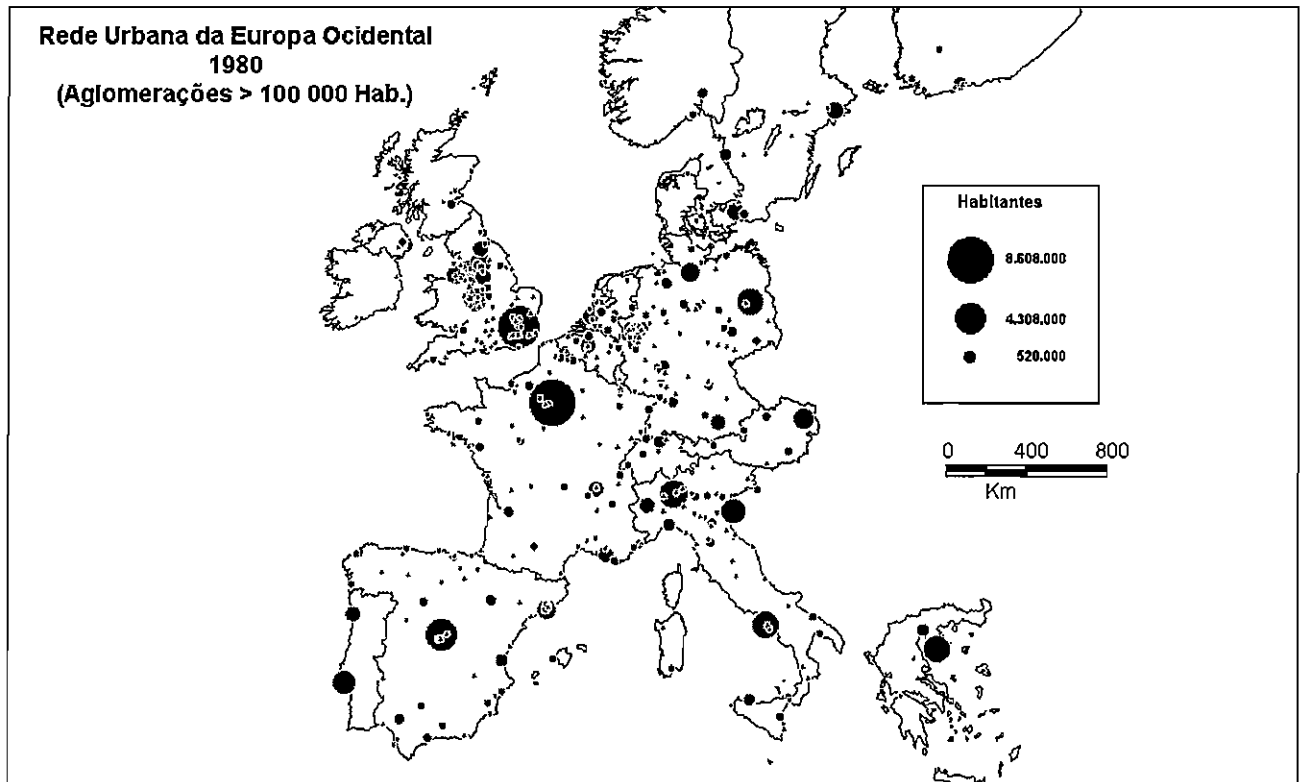
Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

Quadro 3.9. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das aglomerações e cidades, em 1980(%)

1981	Escalão de dimensão (10 ³)							População Urbana
	<100	100-250	250-500	500-1000	1000-2500	2500-5000	> 5000	
Eur. Central	43,5	18,0	10,2	7,5	9,5	2,9	8,4	182 393 884
Eur. Norte	54,4	13,5	2,7	13,1	16,4	0,0	0,0	16 977 490
E. Periferia	44,5	14,3	8,3	6,4	10,8	15,7	0,0	73 349 691
UE (15)	44,2	16,8	9,1	7,2	10,5	6,3	5,8	266 195 282
Total	44,4	16,7	9,3	7,5	10,3	6,2	5,6	272 721 065

Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

Figura 3.5. - Rede Urbana da Europa Ocidental em 1980 (Aglomerações com mais de 100 000 Habitantes)



Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

Durante os anos oitenta, mantiveram-se as tendências identificadas na década anterior nos países do Centro da Europa, a urbanização privilegiou as cidades com mais

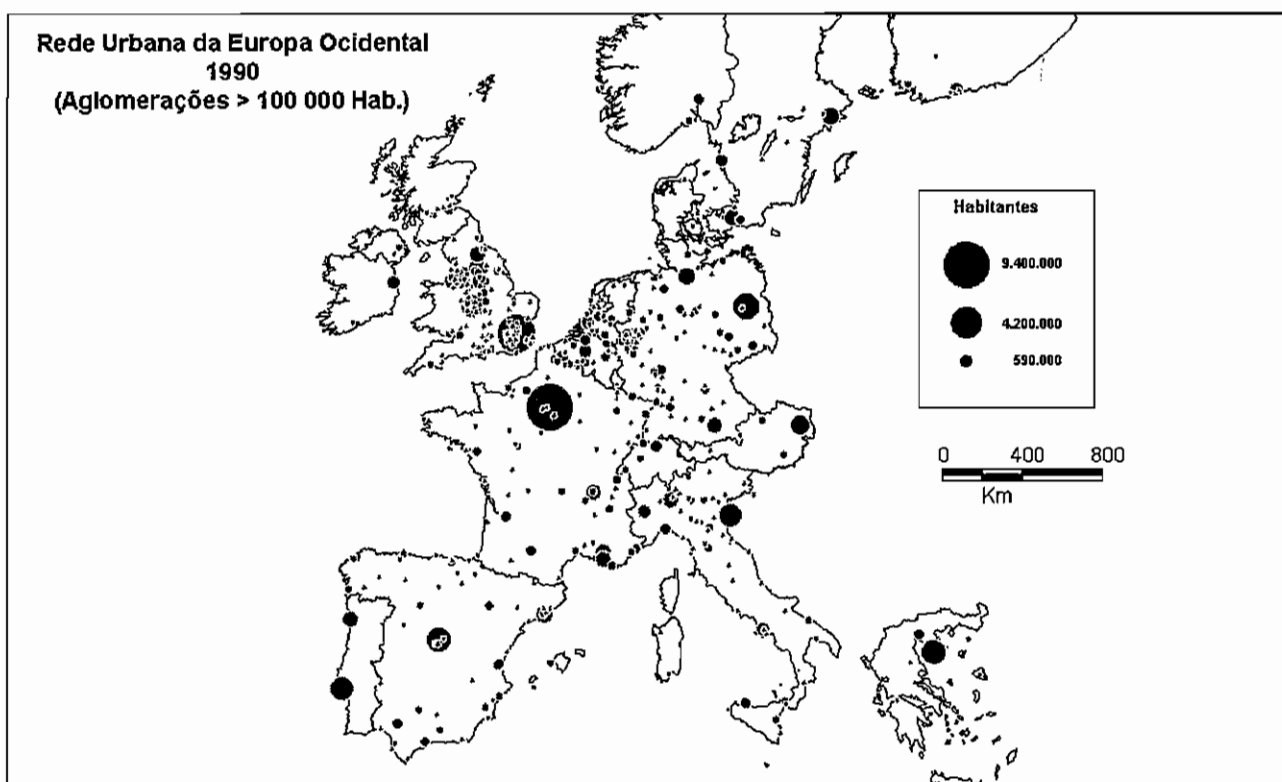
de 100 000 habitantes, enquanto nos países da periferia europeia se reforça a percentagem de habitantes residentes em cidades com menos de 100 000 habitantes.

Quadro 3.10. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das aglomerações e cidades, em 1990 (%)

1981	Escalão de dimensão (10 ³)							População Urbana
	<100	100-250	250-500	500-1000	1000-2500	2500-5000	> 5000	
Eur. Central	38,4	21,3	10,7	7,0	11,1	3,2	8,4	187 970 350
Eur. Norte	53,0	12,4	1,5	16,6	16,5	0,0	0,0	17 658 557
E. Periferia	51,3	13,7	6,9	8,0	6,3	13,8	0,0	82 027 173
UE (15)	42,6	18,5	9,3	7,5	10,3	6,2	5,6	2 804 862 005
Total	43,0	18,6	9,1	7,9	10,1	6,0	5,5	287 656 081

Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

Figura 3.6. - Rede Urbana da Europa Ocidental em 1990 (Aglomerações com mais de 100 000 Habitantes)

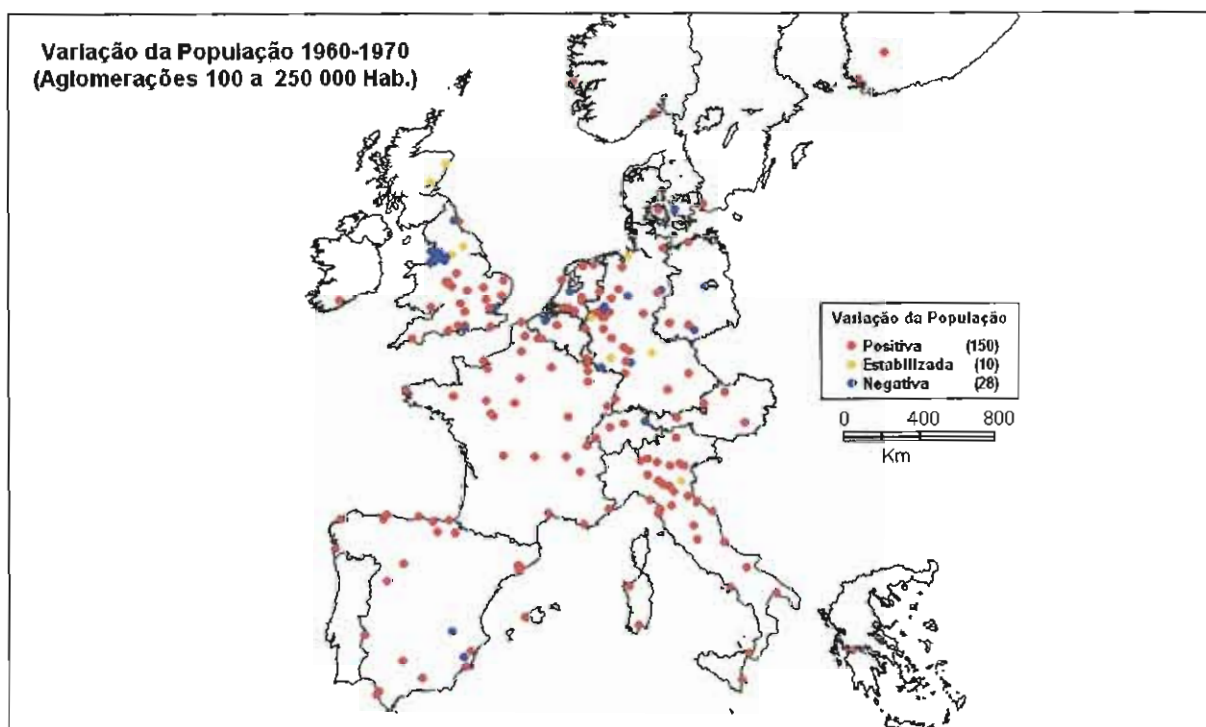


Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

Ao contrário, nos países do Norte e da periferia europeia, reforça-se a percentagem de população residente em cidades com menos de 100 000 habitantes, ao mesmo tempo que decresce a importância da população urbana residente em cidades de grande dimensão, designadamente com mais de 2,5 milhões de habitantes.

Vejamos contudo como se processou esta evolução à escala do país, tomando como exemplos algumas cidades dos países considerados. Durante a década de sessenta, as cidades de dimensão inferior a 250 000 habitantes que registaram dinâmicas de crescimento positivas tinham associada uma base produtiva industrial ou de prestação de serviços: casos de Caen, Clermont-Ferrand e Limoges em França, Freiburg, Rostock e Maência na Alemanha, Ferrara, Modena, Monza, Ravena em Itália e Vigo em Espanha.

Figura 3.7. - Variação da População 1960-1970 nas Aglomerações com 100 000 a 250 000 Habitantes



Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

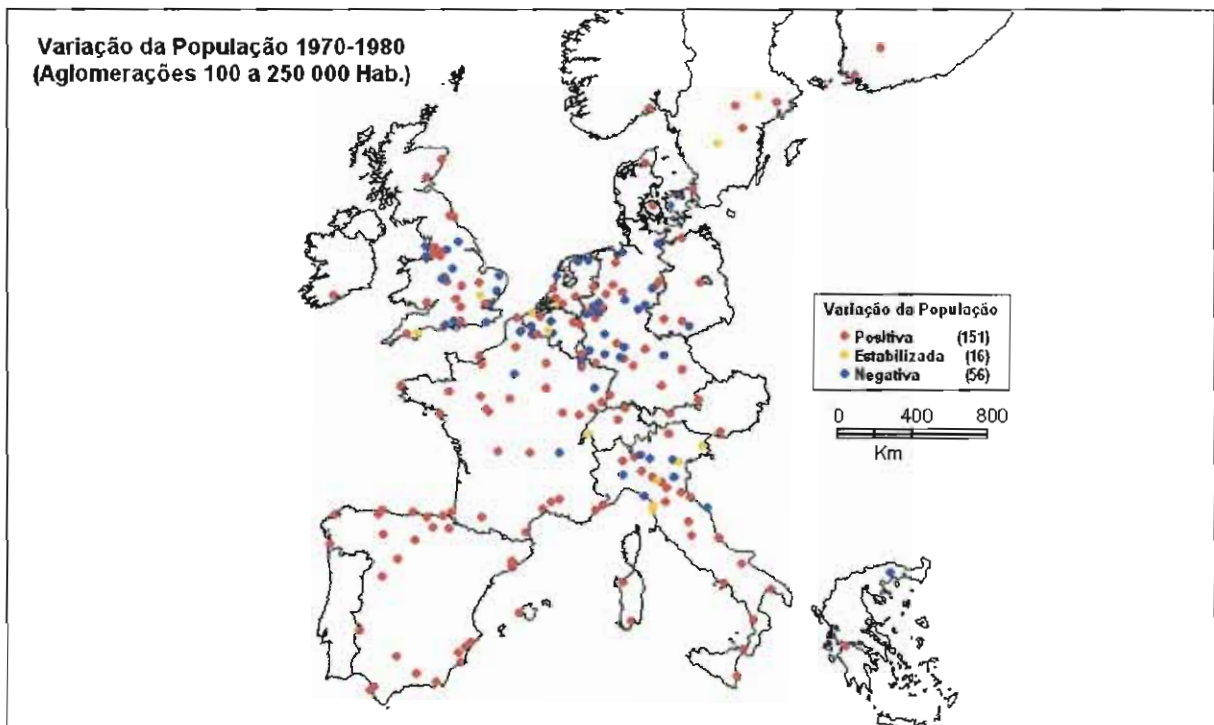
As cidades com menor dinâmica ou com dinâmica de crescimento populacional negativa, eram cidades dependentes de algumas especializações industriais tradicionais, como são os casos do têxtil em Cholet, Wuppertal e Murcia ou no sector pesado, Bochum, Bottrop, Duisburg e Essen.

No caso francês, em 1972, a "Direction de L'Aménagement Foncier e de l'Urbanisme" (DAFU) propôs uma tipologia das cidades médias francesas, que correlacionava variáveis de crescimento demográfico com fluxos migratórios, emprego e condições de vida (LAJUGIE *et al*, 1979). Para além de reconhecer que as cidades médias com maior dinamismo de crescimento localizavam-se em regiões onde existiam "metrópoles de equilíbrio", este estudo identificou cinco grupos de cidades médias com dimensão compreendida entre os 20 000 e os 100 000 habitante, aos quais LAJUGIE *et al* juntaram um sexto grupo:

- 1) As cidades englobadas numa conurbação, quer se tratem de subúrbios como Versailles ou outras cidades como Armentières;
- 2) As cidades satélites de uma grande aglomeração como Melun, Vienne, Givors, Elbeulf, cujos problemas se definem pelas relações com Paris, Lyon e Rouen;
- 3) As cidades isoladas, fora de qualquer influência metropolitana. A sua razão de ser é assegurar os serviços de toda a ordem. Estas correspondem a áreas menos urbanizadas (Rodez, Auch, Tulle, Draguignan);
- 4) Entre os dois extremos encontram-se as cidades fortemente marcadas pela ambiguidade da sua situação em relação às metrópoles de equilíbrio. Embora autónomas estas possuem ligações pendulares que não são de ignorar. São os casos de Roanne em relação a Lyon, d'Arras em relação a Lille, de Chartes em relação a Paris, Haguenau em relação a Estrasburgo;
- 5) As cidades médias cuja existência não se pode explicar apenas pelas relações com a envolvente. Na origem destas cidades encontramos uma vocação económica: turística (Royan, Les Sables d'Olonne), balnear (Vichy), militar (Rochefort), portuária (Sète) e industrial (Longwy, Cluses, Carmaux, ...);
- 6) As cidades que repartem funções urbanas entre si e se encontram afastadas, sensivelmente, 20 a 30 quilómetros. Na Bretanha, Vales do Loire e Garonne encontramos numerosos exemplos de pequenos centros urbanos que no seu conjunto podem ser considerados uma cidade média.

Funcionalidade e dimensão demográfica são os critérios que estiveram na base da tipologia apresentada pela DAFU mas a identificação do último grupo veio evidenciar a existência de sistemas de cidades onde se estabeleciam relações de complementaridade funcional. Outro aspecto que se evidencia na tipologia apresentada é a existência ou não de relações de dependência das cidades médias em relação à capital ou às capitais regionais, que influenciaram o seu desenvolvimento e papel regional.

Figura 3.8. - Variação da População 1970-1980 nas Aglomerações com 100 000 a 250 000 Habitantes



Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

Posteriormente à crise, algumas cidades aproveitaram a existência de dinamismo empresarial próprio, de um “saber-fazer” e de um quadro sócio-institucional coeso e forte e desenvolveram especializações industriais (caso da *Terceira Itália*) enquanto outras se afirmaram pelo desenvolvimento do comércio e dos serviços.

Outras cidades aproveitaram os recursos naturais, paisagísticos e patrimoniais locais e desenvolveram as actividades relacionadas com o turismo. O turismo balnear proporcionou o crescimento das cidades costeiras do mediterrâneo durante a década de setenta (casos de Faro, Tenerife, Las Palmas, Palma de Maiorca) enquanto o turismo termal, rural e cultural (vertentes natural, histórica, patrimonial e cultural) foi igualmente importante no desenvolvimento de outras cidades médias, nomeadamente em regiões pouco industrializadas e numa posição periférica.

Outra mudança estrutural que permitiu o crescimento de algumas cidades médias prendeu-se com a terciarização da economia e a especialização na prestação de serviços, nomeadamente serviços de saúde, educação e cultura. Avignon, tradicionalmente associada aos produtos agrícolas, desenvolveu as funções de ensino (ligadas à universidade) e culturais (Festival de Avignon).

Outros exemplos a citar são Angers e Angoulême, que desenvolveram especializações que asseguraram a sua afirmação no panorama nacional e internacional. Angers possui o Centro Nacional de Dança e Angoulême desenvolveu uma especialização associada à banda desenhada, no âmbito da qual foi criado o “Centro Nacional de Banda Desenhada e da Imagem” (em finais de oitenta) e se realiza anualmente o Salão Internacional da Banda Desenhada. Por outro lado, em Angoulême realiza-se ainda o Festival de Jazz, evento que em conjugação com os restantes, assegura a imagem cultural de cidade e o seu crescimento económico (HELLIER-RENAUD, 1996).

Paralelamente às cidades que se afirmaram por desenvolverem dinâmicas próprias, existem outras cidades médias cujas dinâmicas resultaram das políticas regionais de descentralização e desconcentração, nomeadamente no domínio do conhecimento, inovação e desenvolvimento tecnológico ou nos domínios do desenvolvimento rural (GAULT, 1989; PEYON, 1996). Enquanto as primeiras deram lugar à criação de parques tecnológicos e de centros de investigação associados ao ensino superior em várias cidades (a França é o país onde esta política foi mais visível), as políticas de desenvolvimento de áreas rurais fomentavam o turismo e o artesanato, beneficiando igualmente as pequenas e médias cidades dessas regiões (caso da Andaluzia em Espanha).

O Relatório *EUROPA 2000+*, de 1994, sublinha como factores de desenvolvimento das cidades médias aspectos relacionados com a sua especificidade produtiva e territorial ou com a sua posição geográfica (CE, 1994b). Surgem assim:

- cidades com uma dimensão relativamente elevada que lhes permite desenvolver funções semelhantes às desempenhadas pelas cidades com mais de 500 000 habitantes⁸ (serviços, equipamentos colectivos e actividades económicas com um elevado grau de internacionalização);
- cidades localizadas junto de grandes aglomerações populacionais; esta situação geográfica permite-lhes tirar proveito da deslocalização de actividades das grandes aglomerações, ao mesmo tempo que lhes permite utilizar os equipamentos e serviços localizados nas grandes cidades;
- cidades que se encontram em regiões atractivas e que podem oferecer qualidade de vida a uma população reformada. Estas condições favoráveis podem ainda atrair empresas para as quais a acessibilidade a mercados ou a mão-de-obra não são factores decisivos na sua implantação;
- cidades inseridas em territórios rurais, que ganharam população pela polarização dos territórios rurais envolventes;
- cidades que desenvolveram uma especialização particular;
- cidades que estão integradas em redes de cidades de dimensão semelhante.

Segundo Relatório de 1994, as cidades bem sucedidas, são cidades que conjugam pelo menos duas das situações anteriores (CE, 1994b).

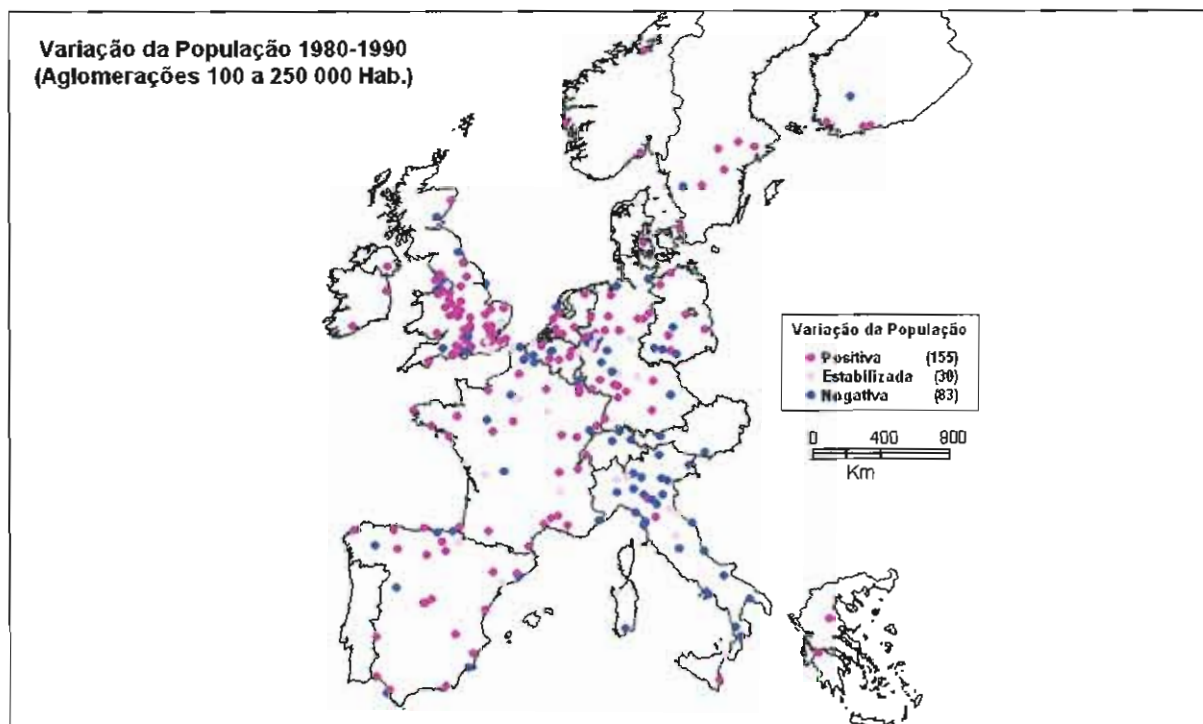
Esta tipologia parece não valorizar as acessibilidades e o aumento do transporte individual na configuração de novas formas de organização territorial. HALL (2000) constatou o desenvolvimento de cidades médias junto das grandes infra-estruturas de transporte rápido mas é o aumento da acessibilidade rodoviária que mais alterações introduziu no território. Nas regiões não metropolitanas, a acessibilidade permitiu o alargamento da área de influência das cidades e contribuiu para o reforço das relações de interdependência entre cidades com alguma proximidade geográfica. Esse aspecto é referido por PEYON (1996) a propósito do crescimento de La Roche Sur Yon, cidade francesa com cerca de 50 000 habitantes, para as coroas periurbanas como resultado do aumento da acessibilidade e do uso de transporte individual.

Outro efeito da dispersão do povoamento ao longo das vias de comunicação para as cidades médias, prende-se com o desenvolvimento de eixos urbanos. BOUHIER (1996) sublinha o desenvolvimento de eixos urbanizados no norte litoral de Portugal, com continuidade em Espanha, de La Corunha a Vigo, onde as cidades médias são nós

⁸ Relembre-se que no relatório em questão, consideram-se cidades médias todas as cidades com uma

estratégicos na sua configuração. Outro exemplo citado pelo autor é a Emilia Romana, onde o modelo de desenvolvimento concentrado é substituído pelo modelo linear de urbanização.

Figura 3.9. - Variação da População 1980-1990 das Aglomerações com 100 000 a 250 000 Habitantes



Fonte: ONU, *Anuário Demográfico Internacional*

3.3. Dinâmicas de crescimento intra-urbano das cidades médias

À escala urbana as mutações foram igualmente significativas. A aplicação do modelo de desenvolvimento urbano proposto por VAN DEN BERG *et al.* (1982), onde se identificam quatro fases é, segundo os autores, particularmente visível nas cidades de grande dimensão. Contudo, os processos em questão decorrem já em várias pequenas e

população entre 20 000 e os 500 000 habitantes.

médias cidades, em muitos casos impulsionados por factores distintos dos que explicaram a suburbanização, desurbanização ou reurbanização das grandes cidades em décadas anteriores. Estas fases não traduzem o processo de desconcentração produtiva ocorrido pós-crise mas explicam-se pela introdução de novos modos de transporte e pela melhoria da acessibilidade.

Assim, procurou-se aplicar este modelo ao maior número possível de cidades mas uma vez mais as limitações de ordem estatística dificultaram a análise que se reduziu a 83 cidades de alguns países da Europa Comunitária (França, República Federal da Alemanha, Suíça, Portugal, Finlândia, Suécia, Holanda, Grécia, Itália, Reino Unido) para as quais foi possível encontrar informação relativa à população residente na cidade e na aglomeração, nos anos de 1960, 1970, 1981 e 1991.

A informação relativa às cidades mostra que até 1970, apenas um reduzido número de cidades com menos de 250 000 habitantes se encontrava em estágio de suburbanização, estando a maioria em fase de acentuada concentração.

Quadro 3.11. - Variação da população residente na cidade e aglomeração entre 1960 e 1970, em algumas cidades da Europa Ocidental^{a)}

População em 1970	Urbanização	Suburbanização	Desurbanização
100 000-250 000 habitantes	Amiens, Angers, Brest, Caen, Clermont Ferrand, Cork, Dijon, Douai, Haarlem, Lausanne, Le Havre, Le Mans, Limoges, Luzerna, Metz, Montpellier, Mulhouse, Nijmegen, Orleans, Reims, Rennes, Tampere, Tilburg, Toulon, Tours, Turku	Bruay en Artois, Dunkerque	
250000-500000 habitantes	Arnhem, Bâle, Basel, Eindhoven, Estrasburgo, Graz, Grenoble, Linz, Malmö, Nantes, Nice, Saint Etienne, Toulon, Toulouse, Utrech	Berna, Geneve, Lens, Nancy, Rouen	Liege

Fonte: ONU (1960, 1961, 1962, 1971, 1972, 1974), Anuário Demográfico Internacional

a) Fase 1 – Urbanização - Crescimento populacional da cidade e do resto da aglomeração

Fase 2 – Suburbanização - Decréscimo populacional na cidade e crescimento no resto da aglomeração

Fase 3 – Desurbanização – Decréscimo populacional na cidade e no resto da aglomeração

Fase 4 – Reurbanização – Retoma do crescimento populacional na cidade

A informação relativa à década de setenta mostra as mudanças verificadas no sistema territorial e urbano europeu, nomeadamente, o reforço das funções terciárias no centro das cidades (em detrimento da função residencial), fenómeno que deixou de ser uma característica apenas das grandes cidades, mas que se foi verificando igualmente nas pequenas e médias cidades.

Durante os anos oitenta, o quadro de evolução das cidades é bastante heterogéneo. Cidades médias como Haarlen, Douai ou Dunquerque, afectadas pela crise económica, perdem população (na cidade e no conjunto da aglomeração), enquadrando-se no estágio de desurbanização.

Quadro 3.12. - Variação da população residente na cidade e aglomeração entre 1970 e 1980, em algumas cidades da Europa Ocidental ^{a)}

População em 1980	Urbanização	Suburbanização	Desurbanização
100000-250000 habitantes	Perpignan, Klagenfurt, Amiens, Limoges, Leiden, Caen, Metz, Brest, Le Mans, Angers, Reims, Orleães, Montpellier, Rennes, Innsbruck, Turku, Tampere, Cork, Douai	Maastricht, Luzerna, Dijon, Tilburg, Mulhouse, Nijmegen, Lausanne	Haarlen
250000-500000 habitantes	Tours, Salsburgo, Eindhoven, Toulon, Nice, Salónica,	Le Havre, Clermont Ferrand, Nancy, Berna, Arnhem, Geneve, Estrasburgo, Rouen, Grenoble, Graz, Linz, Malmo, Nantes, Utrecht, Bale-Basel	Saint Etienne

Fonte: ONU (1960, 1961, 1962, 1971, 1972, 1974), Anuário Demográfico Internacional

a) Fase 1 – Urbanização - Crescimento populacional da cidade e do resto da aglomeração

Fase 2 – Suburbanização - Decréscimo populacional na cidade e crescimento no resto da aglomeração

Fase 3 – Desurbanização – Decrecimo populacional na cidade e resto da aglomeração

Fase 4 – Reurbanização – Retoma do crescimento populacional na cidade

Contudo, há outras cidades e aglomerações que perdem população devido à modificação do padrão de mobilidades e às alterações nas acessibilidades e comunicações. Veja-se o caso de Le Mans que, com a melhoria da acessibilidade a Nantes, viu crescer as relações de dependência (emprego e funções) em relação à capital regional (JEANNEAU, 1996).

Outro aspecto a salientar na evolução das cidades a partir da segunda metade da década de oitenta decorre de democratização dos países da Europa de Leste e do aumento dos fluxos de imigrantes com origem fora da Europa, que imprimiram uma nova dinâmica nos sistemas urbanos e regionais da Europa Ocidental. Estes movimentos de imigrantes destinaram-se maioritariamente às grandes cidades, no entanto, algumas outras (como Marselha) desenvolveram-se como cidades receptoras de imigrantes, em especial não europeus (CE, 1992).

Quadro 3.13. - Variação da população residente na cidade e aglomeração entre 1980 e 1990, em algumas cidades da Europa Ocidental ^{a)}

População em 1991	Urbanização	Suburbanização	Desurbanização	Reurbanização	
				Retoma crescimento cidade	Retoma crescimento cidade e aglomeração
100000-250000 habitantes	Leiden, Metz, Reims, Angers, Orleans, Rennes, Montpellier, Mulhouse, Amiens	Nijmegen, Turku, Caen, Brest, Perpignan, Clermond-Ferrand, Limoges	Haarlem (=), Le Mans, Douai, Dunkerque	Tampere, Salzburgo, Innsbruck,	Tilburg, Maastricht, Dijon, Mulhouse
250000-500000 habitantes		Bâle B., Lausanne, Berna, Eindhoven, Grenoble, Tours, Toulon	Saint-Etienne, Graz	Linz, Rouen	Geneve, Nantes, Arnhem, Estrasburgo

Fonte: ONU (1960, 1961, 1962, 1971, 1972, 1974), Anuário Demográfico Internacional

- a) Fase 1 – Urbanização - Crescimento populacional da cidade e do resto da aglomeração
 Fase 2 – Suburbanização - Decréscimo populacional na cidade e crescimento no resto da aglomeração
 Fase 3 – Desurbanização – Decréscimo populacional na cidade e resto da aglomeração
 Fase 4 – Reurbanização – Retoma do crescimento populacional na cidade (Processo 1) e Retoma do crescimento da cidade e do resto da aglomeração (Processo 2).

3.4. Uma tipologia de cidades médias na Europa Ocidental

Perante o diversificado quadro de situações parece importante o esforço de apresentar uma tipologia de cidades médias na Europa, que integre os critérios demográfico-funcional mas também os novos elementos estruturantes do território (a melhoria nas acessibilidades e nas comunicações e a globalização das relações económicas, sociais e culturais).

Assim, tendo em conta o quadro económico, social e territorial europeu, propõe-se que a apresentação de uma tipologia de cidades médias deve reflectir quatro tipos de factores: a posição absoluta e relativa no sistema urbano regional e nacional; o modelo de desenvolvimento económico; o papel dos agentes locais de desenvolvimento; e o seu nível de integração nas redes.

Conjugando estes factores, encontramos um primeiro conjunto, que corresponde às cidades médias localizadas na envolvente das grandes áreas metropolitanas. Os resultados são, de facto, diferenciados. Alguns autores consideram que num contexto de metropolização, estas cidades ganharam alguma autonomia, sem que no entanto

deixassem de fazer parte da “polpa metropolitana” (WOLLEB, 1994). TORRICELLI (1999) aponta o exemplo de Lucerna, cidade a cerca de 65 km da capital como um exemplo positivo dessa proximidade mas em outras cidades, este tipo de mudança veio reforçar a dependência destas cidades em relação à cidade capital (caso de Le Mans, cidade com alguma proximidade a Nantes) e onde as relações de dependência (emprego e funções) em relação à capital regional aumentaram (PIHET, 1996). Outros exemplos referem-se a cidades que se encontram na envolvente de nós da rede que definem a Europa das Bananas Azul e Verde: cidades na envolvente de Bruxelas, Barcelona, Lyon ou Milão.

Quadro 3.14. - Tipologia de Cidades Médias

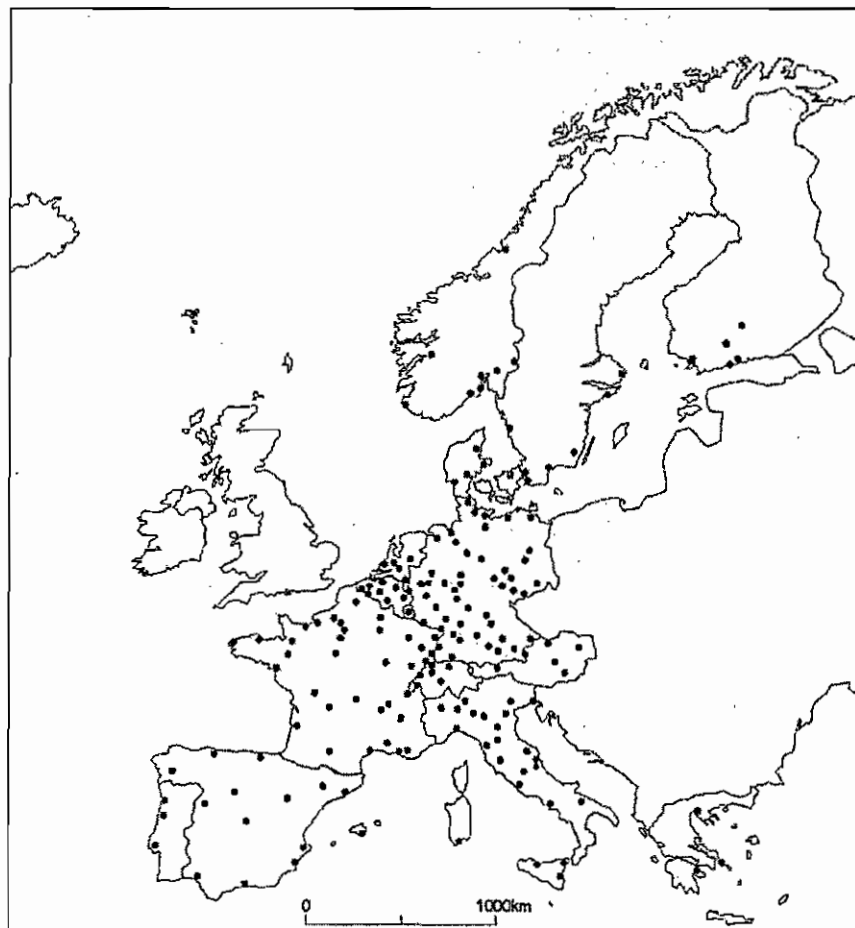
Tipologia de cidades médias		Principal Potencialidade	Principal Estrangulamento
Cidades Médias na envolvente das áreas metropolitanas – Metropolização		- Acesso à informação - Possibilidade de tirar vantagens dos efeitos de aglomeração	- Na definição da sua própria identidade, centralidade e complementaridade de funções
Cidades Médias como parte de um sistema polinucleado		- A complementaridade permite aumentar a diversidade de funções, garante mercados e aumenta a capacidade de afirmação no exterior	- O funcionamento em concorrência e não em rede/complementaridade
Cidades médias independentes das áreas metropolitanas	Crescimento de base exógena: <ul style="list-style-type: none"> • Prestação de serviços públicos • Cidades fruto das políticas de desconcentração • Investimento estrangeiro 	-Polarização de um território envolvente	- Efeito de ilha -Dependência de investimentos exógenos
	Crescimento de base endógena: <ul style="list-style-type: none"> • Especialização na indústria • e/ou serviços, nomeadamente o turismo 	-Capacidade de integração económica -Saber-fazer no domínio produtivo e empresarial	-Dinamismo dos actores limitado
	• Em crise	-Saber-fazer no domínio produtivo e empresarial	- Dificuldades de investimento e de reconversão

O segundo grupo corresponde às cidades que fazem parte de um sistema polinucleado. É exemplo a *Terceira Itália*, que envolve um conjunto de pequenas e médias cidades das regiões de Piemonte, Lombardia, Veneto, Emilia Romana, Toscana, cidades com uma autonomia económica e cultural muito forte, com um quadro social e

institucional coeso e interdependente, que permitiu a sua afirmação no contexto europeu, como sejam as cidades de Bergamo e Bolzano.

Tal como no primeiro tipo, os sistemas polinucleados organizam-se em função de um grande eixo e comunicação. No caso da Emilia Romana, ao longo do eixo principal de 250 km encontram-se várias cidades com mais de 100 000 habitantes (Parma, Reggio Nell'Emilia, Modène, Bolonha, Ravenne e Forli). Paralelamente a este eixo existem outros centros onde se difundem serviços urbanos, que apoiam um tecido empresarial que se adapta rapidamente à inovação tecnológica e à internacionalização dos mercados (DEGERMANN, 1991).

Figura 3.10. - Universidades na Europa Ocidental*, 1950



Fonte: COSTA, E. *et al* (1996), pp. 86

* Excluindo o Reino Unido e a Irlanda

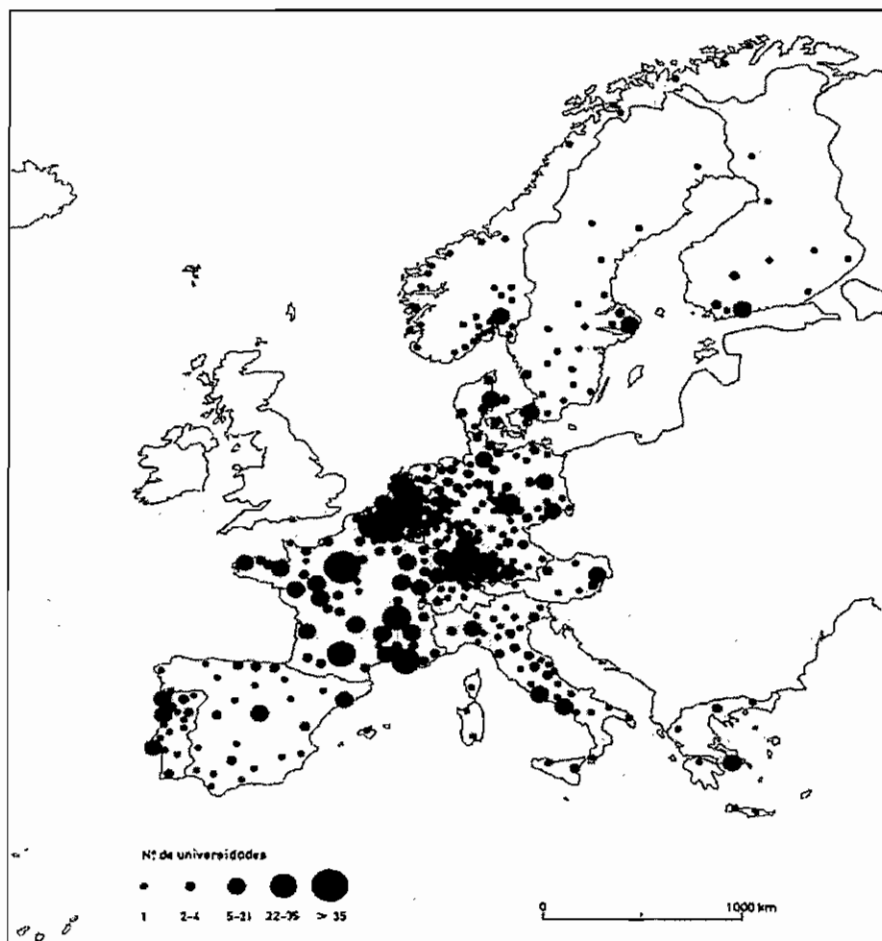
O terceiro grupo é composto por cidades médias independentes das grandes metrópoles, que conseguiram explorar o potencial de alguns mercados específicos, com

graus de sucesso diferenciados. Neste grupo de cidades podemos encontrar vários sub-tipos de cidades.

O primeiro sub-tipo corresponde a cidades cuja base de desenvolvimento é de base exógena. Estão nesta situação cidades que, pela sua importância regional, possuem um conjunto de funções administrativas e sociais próprias das capitais regionais ou sub-regionais (saúde, ensino, nomeadamente o ensino superior, entre outras), sendo algumas delas um produto das políticas de desconcentração e desenvolvimento regional (ex. criação de universidades durante os anos sessenta e setenta).

A evolução da rede de universidades da Europa Ocidental entre 1950 e 1986, evidencia o aspecto anteriormente referido. Amiens, é exemplo de uma cidade onde a Universidade, fundada em 1962, veio dar dinamismo. Algumas destas cidades localizam-se frequentemente em áreas rurais escassamente povoadas, tendo por isso, uma grande importância na polarização e organização dos territórios envolventes.

Figura 3.11. - Universidades na Europa Ocidental*, 1986



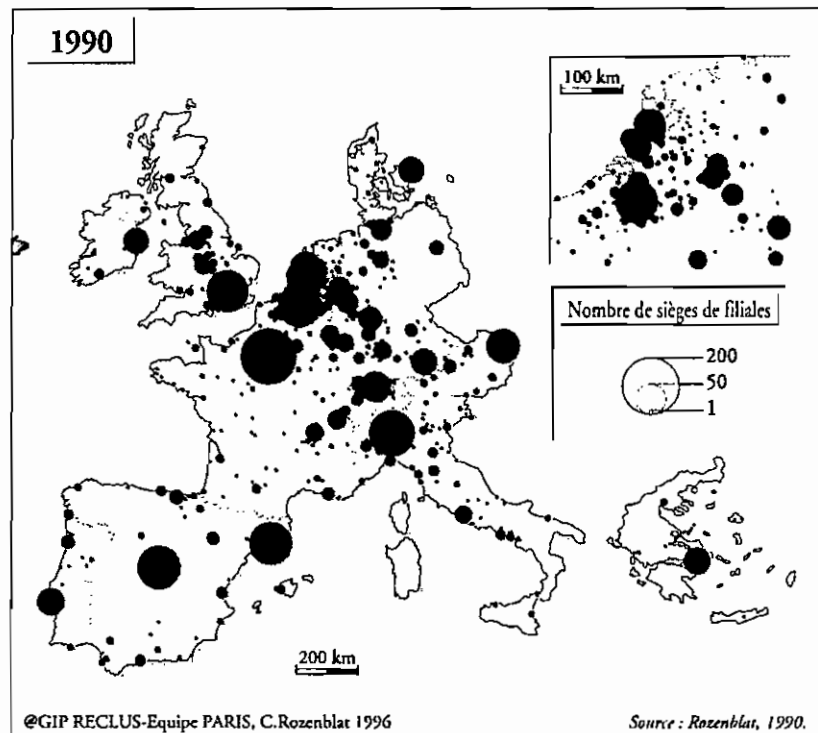
Fonte: COSTA, E. *et al* (1996), pp. 90

* Excluindo o Reino Unido e a Irlanda

Outro tipo de cidades cujo crescimento é de natureza exógena, são cidades onde se localizam filiais de empresas estrangeiras, nomeadamente empresas industriais. Contudo, como o estudo de Rozenblat em 1996, o padrão recente aponta para a realocação destas unidades nas cidades de maior dimensão (ROZENBLAT, 1998).

O segundo sub-tipo de cidades corresponde a cidades que pela sua posição geográfica ou por tradição se afirmaram como entrepostos comerciais, mantendo até hoje essa função. Algumas destas cidades estão localizadas junto das fronteiras ou em portos (Parma no comércio; Le Havre, Mannheim, Calais e Dunquerque como portos).

Figura 3.12. –Número de Filiais de Empresas Estrangeiras na Europa Ocidental- 1990



Fonte: ROZENBLAT (1998), pp. 349

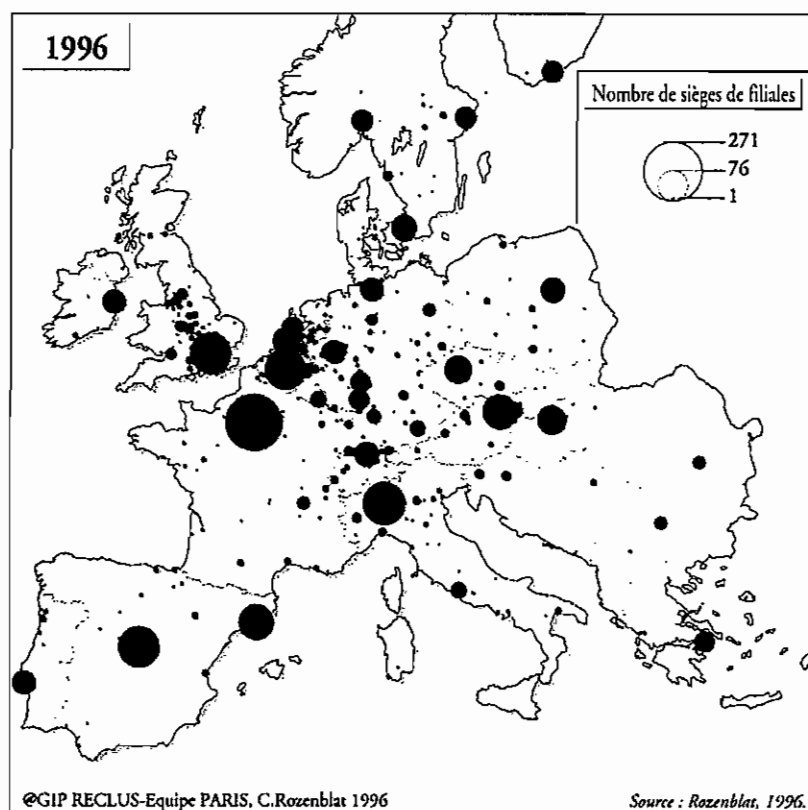
O terceiro sub-tipo inclui cidades que:

- possuem uma vocação industrial (ex. tradição alimentar, têxtil e madeiras ou a afirmação recente em domínios como o equipamento eléctrico e electrónico, a metalomecânica, entre outros). Associada à função industrial surge um conjunto de serviços de apoio que contribuem para a diversificação e consolidação da base económica destas cidades. Bayonne e Odense, com

tradição na indústria alimentar, bem como, Norrköping, Toulon, entre outras, relacionadas com outros campos da actividade industrial;

- possuem uma vocação de prestação de serviços, nomeadamente no domínio turístico e cultural. Este grupo engloba cidades balneares, de montanha, passando por cidades históricas, centros culturais (Avignon, com o Festival de Teatro a que se junta a vocação comercial e turística, e Aix en Provence, com a famoso Festival da Música) e de prestação de serviços, como a realização de feiras nacionais e internacionais (Lausana).

Figura 3.13. – Número de Filiais de Empresas Estrangeiras na Europa Ocidental – 1996



Fonte: ROZENBLAT (1998), pp. 349

O último sub-tipo corresponde a cidades médias que evidenciam sinais de crise demográfica e económica. São cidades cuja base produtiva assentava em sectores tradicionais, que não suportaram as transformações do processo produtivo, o que se reflectiu nas suas dinâmicas de crescimento populacional e urbano.

CAPÍTULO IV - AS CIDADES MÉDIAS E AS POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS DO PÓS-GUERRA NA EUROPA OCIDENTAL

As vantagens e as desvantagens das cidades médias são conhecidas. Muito frequentemente têm uma escala mais humana e oferecem um melhor ambiente físico e social mas, estas têm menos possibilidades económicas e parecem menos competitivas, especialmente nas regiões periféricas.

Voula Mega in EFILWC (1996b), *Intermediate Cities in Search of Sustainability*, pp. 20

4.1. As Cidades nas Políticas Regionais e Urbanas

4.1.1. O período pós-guerra

As cidades têm desde sempre desempenhado um papel importante na definição e implementação de políticas de ordenamento e desenvolvimento regional e urbano.

As políticas do pós-guerra, sendo políticas de reconstrução económica, privilegiavam o crescimento da indústria e a concentração urbana, onde o crescimento da actividade industrial e das actividades terciárias garantiam emprego a uma população atraída também pelos valores e hábitos de vida urbana.

Estes movimentos populacionais, reforçados pelas correntes migratórias provindas dos países ou regiões menos desenvolvidos da Europa (casos de Portugal,

Itália, Polónia, entre outras) vieram criar fortes desigualdades regionais entre as regiões urbanas densamente urbanizadas e economicamente fortes e o resto do território, fracamente povoado e dependente da actividade agrícola.

Foi neste contexto que emergiram as políticas de desconcentração de pessoas e actividades por forma a diminuir os desequilíbrios regionais. As medidas tomadas iam no sentido de criar condições para o crescimento e para a transformação das regiões periféricas, através da concentração de investimento público em áreas que fossem atractivas para o capital privado. Esta fazia-se quer pela concessão de incentivos, quer pela construção de infra-estruturas, traduzindo-se no aumento e na melhoria das vias de comunicação, da habitação e pelo desenvolvimento industrial. Em muitas situações a política industrial articulava-se com a política regional, pois ambas procuravam o crescimento do emprego, reflectindo a influência da teoria dos pólos de crescimento de Perroux.

Para além da concepção assente nos pólos de crescimento, a articulação entre a política regional e a política industrial assumiu expressão noutras regiões, nomeadamente naquelas cuja estrutura económica dependia apenas de um só sector. Estavam nessa situação regiões cuja estrutura económica dependia do carvão e que durante a década de sessenta, com a ascensão do consumo de petróleo, vêem diminuir os seus quantitativos de emprego e assistiam a um declínio da sua base produtiva. Neste período, as pequenas e médias cidades eram parte integrante de uma política regional que considerava a criação de pólos (associados a cidades) como a base para a correcção dos desequilíbrios populacionais e económicos que se delinearam após a Segunda Grande Guerra.

4.1.2. O território como suporte das políticas regionais e locais - a perspectiva territorialista

A crise económica de setenta, a realocização de sectores intensivos em mão-de-obra e a crescente tendência para a mundialização das trocas, colocaram novos desafios às economias nacionais, levando a uma reorientação dos objectivos da política regional até aí delineada. Os problemas das regiões economicamente mais débeis acentuaram-se e regiões outrora economicamente dinâmicas como as West Midlands ou o Ruhr, com a

crise dos sectores da indústria pesada, registaram elevado desemprego e declínio urbano. As políticas deveriam assim, responder ao aumento do desemprego, à crise de alguns sectores da economia e ao aumento dos problemas ambientais, desviando-se das preocupações com o ordenamento territorial e desenvolvimento equilibrado do território.

MADIOT (1996) questiona a pertinência de desenvolver políticas de repartição de actividades económicas e de apoio às regiões mais desfavorecidas em tempo de crise e, nesse contexto, a focalização das atenções sobre os “pontos fortes” do território parecia ser mais coerente.

Num contexto de fraca intervenção das entidades nacionais e regionais, as respostas à crise tiveram uma base eminentemente territorial e local. Como anteriormente discutido, o processo de desconcentração produtiva e territorial beneficiou os territórios não metropolitanos, nomeadamente as pequenas e médias cidades, que encontraram e desenvolveram vocações próprias, respondendo à crise de economia e de emprego em que viviam as grandes cidades. Esta nova conjuntura económica colocou um novo consenso: a necessidade de descentralização regional e de aumento dos poderes e responsabilidades das regiões.

Após a década, evidenciam-se as análises territorializadas da inovação e da organização económica e social. As cidades médias, não estando explicitamente presentes nos objectivos e acções de política regional e urbana dos vários países da Europa dos anos setenta e oitenta, foram importantes para o processo de desenvolvimento regional dos vários países, pois não só concentravam uma parte significativa das potencialidades e dos poderes dessas mesmas regiões como dos agentes e recursos locais, como ainda beneficiavam das políticas que atribuíam às regiões o papel de espaços inovadores, capazes de mobilizar os seus recursos endógenos e, como tal, destacarem-se como entidades únicas.

Embora a incidência das políticas fosse ao nível da região, em muitas destas o processo de desenvolvimento era potenciado pelas cidades médias que se desenvolviam como sistemas produtivos locais ou ligadas a tecnopólos, estes últimos fundamentalmente resultado de uma política de descentralização industrial e de inovação e conhecimento. Neste contexto, as cidades médias faziam necessariamente parte das políticas de desenvolvimento regional de base endógena.

A partir da segunda metade da década de oitenta, com a globalização e o aumento da competitividade económica, assiste-se a uma revalorização do papel das cidades, que

surgem como um elemento importante não só nas políticas de ordenamento e desenvolvimento regional mas também nas políticas ambientais e de desenvolvimento económico e social. Reconhecem-se as cidades como centros económicos, políticos, de conhecimento e inovação e como tal, possuidoras de um conjunto de forças e oportunidades que deveriam ser aproveitadas e potenciadas.

No entanto, a expansão do movimento urbano enquadrada por condições desiguais de competitividade e inovação, repercutiu-se em problemas de desemprego, exclusão social, bem como de poluição, congestionamento de tráfego, delapidação e pressão sobre os recursos ambientais, espelhando a insustentabilidade do desenvolvimento. Este conjunto de potencialidades e estrangulamentos irão enquadrar o desenvolvimento das políticas regionais e urbanas dos anos noventa.

O primeiro aspecto a salientar nas políticas dos anos noventa é a renovação da importância do ordenamento do território. A definição de uma rede de cidades globais, a afirmação da inovação e da competitividade como factores de integração no sistema produtivo global e a valorização das redes transnacionais de transporte e comunicações, condicionaram uma evolução desigual dos territórios, reafirmando-se a importância do ordenamento do território como forma de corrigir esses desequilíbrios. Vários autores o referem, ao mesmo tempo que as políticas dos países se adaptam ou ajustam aos problemas emergentes (MADIOT, 1996).

Outro aspecto que caracteriza as políticas dos anos noventa relaciona-se com o conceito de "rede". O repto da inovação, da competitividade e da globalização "exige" às cidades e aos territórios a sua integração económica, social e cultural em redes de cidades com vocações funcionais iguais ou complementares, geograficamente próximas ou não.

Um terceiro aspecto importante das políticas dos anos noventa decorre do reenfatizar dos factores imateriais, nomeadamente os factores humanos (papel dos actores) sobre os quais assentam a valorização das especificidades regionais e as respostas ou políticas locais.

O quarto aspecto que caracteriza as políticas regionais e urbanas dos anos noventa é a incorporação do conceito de "desenvolvimento sustentável", introduzido depois da Conferência do Rio realizada em 1992¹ e que depois disso passou a estar presente de

¹ Uma das primeiras iniciativas realizadas foi a assinatura da Declaração de Toronto em 1991 por 130 cidades. Mais que o reconhecimento da insustentabilidade do desenvolvimento, esta primeira declaração constituiu um compromisso de inversão da situação, através da elaboração de planos de desenvolvimento sustentável.

forma transversal nas políticas sectoriais e territoriais dos vários países. É durante esta Conferência que é aprovada a Agenda 21, documento composto por 40 capítulos, cada um dos quais contendo uma declaração de objectivos, um esboço de acções necessárias e linhas de orientação para a definição de um quadro de acção, condições institucionais de actuação e os meios de implementação de acções. Esse documento preconiza que o papel de execução é atribuído aos governos dos países, que devem assim conciliar os objectivos dos seus países e regiões com os preconizados na Agenda 21 através da introdução de formas inovadoras de gestão e implementação das políticas (nomeadamente parcerias entre governos locais e outros sectores) capazes de responder às crescentes exigências em matéria de qualidade de vida, cultura, consumo e de competitividade económica.

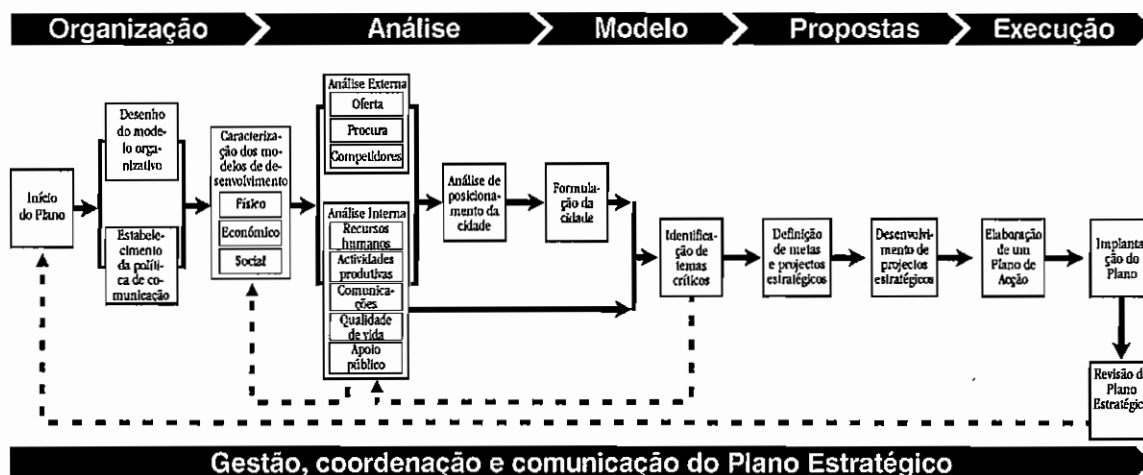
Os aspectos anteriormente focados exigiram uma resposta do sistema de planeamento no sentido de este se tornar mais flexível, integrado e com um carácter estratégico, sustentado em potencialidades locais, sem esquecer os estrangulamentos e os condicionalismos externos, que conta com a participação de todos os agentes locais de forma concertada e integradora. Aplicado às cidades o planeamento estratégico, identifica as vantagens competitivas com base nos pontos fortes e atenua os pontos fracos, no sentido de melhorar a competitividade económica das cidades e aumentar a qualidade de vida das populações (GUELL, 1997).

Outro aspecto que caracteriza o planeamento dos anos noventa relaciona-se com as novas formas de contractualização. O reforço da acção local e o planeamento estratégico têm caminhado a par com as novas formas de contractualização entre diferentes tipos de autoridades e instituições (públicas e privadas) – o *partenariado*. Estas novas formas de contractualização surgem como uma resposta à crise dos serviços públicos, crise esta que forçou os vários agentes a encontrar novas formas de entendimento e financiamento onde se concentram os esforços dos agentes e dos recursos locais, públicos e privados (BASSETT, 1996).

No caso do Reino Unido, paralelamente à política de privatização e de declínio da intervenção pública, criaram-se novas formas de contractualização que contrabalançaram essa diminuição dos poderes e dos financiamentos públicos. Durante os anos oitenta, com a ajuda de subsídios públicos, foram criadas as “Urban Development Corporations”, agências que permitiram o estabelecimento de relações privilegiadas entre as autoridades públicas e uma elite local, com interesses económicos que procurava inverter o declínio económico local e a desregulação dos mercados fundiários locais. Veja-se o grupo

“Business Leadership Team”, uma rede de organizações que trabalham em parceria e desenvolvem iniciativas que mobilizam recursos e agentes das cidades (BASSETT, 1996).

Figura 4.1. - Planeamento Estratégico de Cidades - Metodologia de trabalho



Fonte: GUELL, J. (1997), pp. 69

HARDING (1997) apresenta o exemplo de cinco cidades que tendo estado em crise, desenvolvendo diferentes modelos de gestão local, ilustram a importância da cooperação entre os sectores público e privado e da inter-governamental. Nos casos de Manchester e Edimburgo, a associação formal de instituições e a formação informal de redes, ou ambas, estão na base do desenvolvimento de projectos de modernização e crescimento económico. Em Manchester encontra-se um largo número de instituições de parceria, incluindo algumas como as "Urban Development Corporations" e "Training and Enterprise Councils", impostas e dirigidas pelo estado central. No caso de Hamburgo, os processos de recuperação foram encetados pela cidade assentes numa forte cooperação interdepartamental, mas noutros casos as iniciativas decorrem da conciliação de iniciativas locais ("bottom-up") e centrais ("top-down"), como no caso de Amesterdão.

Um último aspecto que tem vindo a caracterizar as políticas dos anos noventa é o assumir de importância do "marketing territorial", outro conceito importado do mundo económico-financeiro, que tem estado subjacente ao desenvolvimento de inúmeras políticas de desenvolvimento urbano e regional (HEALEY, 1998). As grandes cidades têm realizado projectos ligados à cultura e ao desporto, que ao mesmo tempo que constituem a oportunidade de se realizarem grandes investimentos de infra-estruturação e

reabilitação urbana sendo excelentes promocionais destas mesmas cidades (casos de Barcelona, Lisboa, Bilbao, entre outras). Estratégias idênticas seguem as cidades médias, nomeadamente cidades com património cultural e histórico ou com um elevado potencial turístico (estratégias para a elevação de cidades a património mundial, realização de provas desportivas de relevância internacional, entre outras).

4.2. As políticas regionais e urbanas na Europa nas últimas duas décadas - um reflexo das políticas comunitárias

4.2.1. Competitividade, Sustentabilidade e Coesão Económica e Social – o triângulo de objectivos em que assenta o ordenamento do território europeu

As primeiras iniciativas da Comunidade Europeia a favor da política regional datam de 1965, primeira comunicação acerca da problemática regional e 1968, data em que é criada a Direcção Geral das Políticas Regionais. Mas é em 1975 que é criado um instrumento fundamental de uma política regional, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). O objectivo principal do FEDER era, "de acordo com o artigo 1º do Regulamento (CEE) nº724/75, a correcção dos principais desequilíbrios regionais na Comunidade resultantes, nomeadamente, de uma predominância agrícola, de transformações industriais e de um desemprego estrutural; para esse efeito, o FEDER financiava projectos de investimento seleccionados pelos Estados-membros, no quadro das respectivas políticas regionais" (MADUREIRA PIRES, 1998, pp. 22).

A partir dessa data as questões relacionadas com o ordenamento do território e o desenvolvimento regional vão ganhar peso nas políticas da Comunidade Europeia, nomeadamente a partir de meados dos anos oitenta, período em que se alteram as condições de competitividade e se evidenciam diferenças de desenvolvimento entre as várias regiões.

Assim, uma primeira razão que explica a crescente intervenção da Comunidade Europeia nas questões do ordenamento do território tem que ver com a crise económica

dos países que restringiram os investimentos destinados a promover o desenvolvimento e o ordenamento territorial e encontram na política regional comunitária uma fonte de financiamento, ao mesmo tempo que constituiu uma base de orientação para o processo de convergência (entre as várias regiões do país e as várias regiões da comunidade).

A segunda razão que explica a afirmação da política regional comunitária decorre da própria situação da Comunidade em matéria de crescimento económico e ordenamento do território. Vários estudos apontavam o aumento das desigualdades intra-comunitárias e para a concentração económica numa faixa central da Europa, demonstrando a necessidade de contrariar a dispersão de fundos e de conseguir um desenvolvimento equilibrado do território europeu. Nos anos noventa, a globalização e o Mercado Único, vieram agudizar as diferenças de crescimento económico e desenvolvimento social entre as várias regiões.

Para além destes fenómenos, a democratização e a abertura à economia de mercado da Europa de Leste, a entrada de novos países na UE e a conclusão das negociações do GATT, contribuíram igualmente para o aumento das desigualdades ao nível europeu, o que veio reforçar a importância das orientações regionais e do ordenamento territorial como um elemento estratégico para ultrapassar essas diferenças.

Outro aspecto que explica o reforço da intervenção da Comunidade Europeia, decorre do tratado de Maastricht e prende-se com o próprio conceito de Comunidade Europeia e estabelecimento de um Mercado Único. Este facto, vem reconhecer maior importância à Comunidade de Estados, contribuindo para que se entenda que as políticas europeias estejam a um nível superior das políticas nacionais e regionais, que devem assim reger-se pelas orientações e objectivos da política comunitária. A política regional, sendo ela própria uma promotora das regiões na Europa, devia contribuir para afirmar a região como a base territorial do processo de desenvolvimento (HARDING, 1997).

Entre as várias medidas tomadas pela Comunidade Europeia enumeram-se algumas que, pela sua relevância, foram determinantes na evolução da política regional europeia. Os primeiros indícios de mudança datam de 1984, ano em que se efectua uma reforma do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e de 1988, ano em que se procede à reforma dos Fundos Estruturais.

Outra medida foi a adopção da “Carta Europeia de Ordenamento do Território” em Torremolinos, em 20 de Maio 1983. Também importante, em matéria de política regional europeia, foi a criação do “Conselho Consultivo das Colectividades Regionais e

Locais" (88/487/CE), composto por 42 membros, em Junho de 1988, Conselho que em 1992, foi substituído pelo "Comité das Regiões", este alargado a 189 membros.

Após o tratado de Maastricht há uma redefinição de objectivos; paralelamente à intensificação da cooperação com os países da Europa Central e Oriental e os países mediterrânicos, reforçou-se a "Coesão Económica e Social", ela própria uma forma de reduzir os efeitos negativos a nível regional do processo de convergência e, a par deste, surgiram a protecção ambiental e o desenvolvimento das redes transeuropeias de transportes, telecomunicações e energia. A redefinição de objectivos é acompanhada pela criação de um novo fundo – o Fundo de Coesão - destinado aos estados membros menos favorecidos (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) por forma a contribuir para que se atingisse a coesão económica e social.

Nos anos noventa, os documentos *EUROPA 2000: As perspectivas de desenvolvimento do território comunitário* (CE, 1991) e o *Europa 2000+: Cooperação para o Ordenamento do Território* (CE, 1994b), marcam o novo contexto no processo de ordenamento europeu e de execução dos objectivos de coesão económica e social e do desenvolvimento equilibrado do território europeu.

Por outro lado, a passagem de uma Comunidade de Estados para a Europa das Regiões, veio sublinhar a importância de definir uma política de ordenamento para o território europeu no seu todo, sem contudo deixar de contemplar as necessidades e prioridades de convergência e desenvolvimento de cada um dos estados membros. Neste âmbito, a abordagem *top-down* deve ser conciliada com a participação dos vários estados, por forma a delinear uma política que responda a questões de relevância europeia, sem contudo prejudicar a coesão económica e social das regiões.

O *EUROPA 2000* (CE, 1991) propunha-se contribuir para atingir os objectivos da "Coesão Económica e Social" e de "Instituição do Mercado Único", sendo o ordenamento do território ao nível europeu uma condição fundamental para a integração dos territórios periféricos e, como tal, para que se atinja um desenvolvimento equilibrado da UE. O documento continha as directrizes da política comunitária em matéria de ordenamento, ambiente e redes transeuropeias e apresentava uma hipótese de articulação do território europeu em oito macro-regiões.

É neste contexto que no *EUROPA 2000+* (CE, 1994b) se reconhece a crescente interdependência entre as regiões da UE e, como tal, alerta-se para a necessidade de essa interrelação existir igualmente na definição de políticas de ordenamento. Por outro lado,

sublinhava-se a necessidade da transversabilidade do ordenamento do território às várias políticas sectoriais (casos do ambiente e das infra-estruturas transnacionais).

As macro-regiões propostas têm um carácter transnacional e uma dimensão suficientemente grande para suportar a malha europeia de países de pequena dimensão e poderiam contrariar os efeitos de concentração em algumas regiões do centro da Europa.

Paralelamente aos trabalhos do *EUROPA 2000+*, o Conselho de Ministros do Ordenamento do Território dos vários países propôs, em 1993, a criação de uma rede de institutos de investigação a que deu o nome de *European Spatial Planning Observatory Network* - (ESPON)², cuja função é o de esboçar a política espacial que seguirá à delineada nos documentos em curso. No seguimento dos trabalhos, o ESPON elaborou um documento estratégico, publicado em 1997, intitulado *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (EDEC), documento que se assumiu como sendo o prolongamento político do *EUROPA 2000+* (CE, 1997c).

Este tem como pano de fundo três objectivos fundamentais: a coesão económica e social, o desenvolvimento sustentável e a competitividade equilibrada do território europeu, com “naturezas e significados políticos diferentes” (CE, 1997c).

O longo período que mediou entre 1993 e 1997, ano da publicação do primeiro projecto oficial do EDEC, demonstra as dificuldades de conciliar as prioridades dos vários estados membros, ao mesmo tempo que demonstra a clara tensão entre os objectivos da coesão económica e social e a competitividade. Contudo, o EDEC pretende ser inovador pelo facto de as estratégias a delinear considerarem estes três objectivos em simultâneo; a competitividade deverá assentar em estratégias de desenvolvimento sustentável e, simultaneamente, promover a coesão económica e social.

Outro aspecto a salientar no EDEC é que a futura política regional deve incorporar as tendências de desenvolvimento económico, social e territorial da União Europeia ou seja, deve contemplar o aumento da cooperação política entre os Estados-Membros, o aumento da participação das autoridades locais e regionais e o possível alargamento da UE. Para se atingirem os objectivos delineados, o EDEC considera importante conseguir:

- “um sistema urbano equilibrado e policêntrico e o estabelecimento de um novo quadro de relações entre a cidade e o campo;
- igualdade de acesso às infra-estruturas e ao conhecimento;

- e a gestão e desenvolvimento prudentes do património natural e cultural” (pp. 53).

Quadro 4.1. - Algumas iniciativas da União Europeia no domínio do ordenamento do território nas últimas duas décadas

Data	Iniciativas
1983	Assinatura da <i>Carta de Ordenamento do Território Europeu</i> , Torremolinos
1988	Reforma dos Fundos Estruturais
1988	Criação do <i>Conselho Consultivo das Colectividades Regionais e Locais (88/487/CE)</i> , composto por 42 Membros.
1991	Publicação do <i>Europa 2000</i>
1991	Criação do <i>Comité para o Desenvolvimento Espacial</i>
1992	Criação do <i>Comité das Regiões</i> , órgão que substituiu o <i>Conselho Consultivo das Colectividades Regionais</i>
1993	<i>ESPON</i>
1994	Publicação do <i>Europa 2000+</i>
1994	Publicação do documento que constitui a base do <i>Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)</i> . onde se definem os princípios para uma política de ordenamento do território e as orientações políticas dos vários estados membros, conhecido como o documento de Leipzig
1997-...	<i>Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário</i>

Conseguir um "sistema urbano equilibrado e policêntrico e uma nova relação cidade-campo" é um objectivo fundamental no processo de ordenamento do território europeu. Por um lado, trata-se de identificar e promover o desenvolvimento de novas áreas urbanas, equilibrando a distribuição de recursos e população. Por outro lado, trata-se de definir um novo quadro de relações territoriais, que contrarie a tendência de marginalização a que ficaram sujeitos alguns territórios, criando novas áreas centrais. Através do estabelecimento de um novo quadro de relações entre as aglomerações urbanas e as áreas rurais pode cenarizar-se territórios mais coesos, capazes de conseguir a convergência regional, pela diminuição das desigualdades intra-regiões.

Relativamente aos segundo e terceiro objectivos, a “igualdade de acesso a infra-estruturas e ao conhecimento” e a “gestão e o desenvolvimento prudentes do património natural e cultural”, são factores indispensáveis para conseguir atingir um sistema de urbano equilibrado e policêntrico e para o estabelecimento de uma nova relação cidade-campo, pois a dotação de infra-estruturas e acesso ao conhecimento configuram novas oportunidades aos territórios, contribuindo para a emergência de novas áreas

² Em francês ORATE, “Observatoire Réseau d' Aménagement du Territoire Européenne”.

competitivas e para a afirmação das relações de complementaridade e cooperação entre cidades.

Por outro lado, a configuração de novas relações de parceria entre a cidade e o campo, depende, em larga medida, da gestão e desenvolvimento prudentes do património natural e cultural.

Quadro 4.2. - Programa de Estudos do EDEC

Estudos	Temas
Análise das componentes do território europeu	Definição de indicadores que reflectam critérios de diferenciação territorial Elaboração de mapas relativos a estes critérios
Estudo Estratégico “Para uma nova parceria cidade-campo”	Principais tendências da configuração do território europeu Funções territoriais e potencial económico do sistema urbano europeu (uma tipologia de cidades) Seleccção de assuntos relevantes para uma parceria em matéria de desenvolvimento rural e urbano Domínios possíveis de implicações políticas e parceria cidade-campo
Ilustrações cartográficas de opções transnacionais seleccionadas	

Fonte: CE, 1999

O documento de 1997, avança, de forma muito linear, algumas orientações em termos de políticas. Segundo o EDEC, conseguir um sistema urbano mais equilibrado terá como pano de fundo o reforço das políticas que promovam o desenvolvimento de cidades competitivas mas também a complementaridade e a cooperação entre cidades. Quanto às políticas de promoção de parcerias entre as cidades e o mundo rural, estas terão, necessariamente, de passar por políticas de desenvolvimento urbano sustentável, por parcerias que envolvam as cidades e promovam a diversificação produtiva do mundo rural, no sentido de este desenvolver actividades que possam beneficiar simultaneamente a cidade e a sua envolvente rural.

É tendo como pano de fundo as intenções de políticas explicitadas no documento orientador de Noordjwick (1997) que se desenvolvem os estudos que em 2001 conduzirão ao EDEC. Os estudos decorrem em três frentes:

- a análise das componentes do território europeu, suportada por indicadores, que permitam a monitorização e avaliação dos efeitos das transformações económicas e sociais, mas também que permitam a avaliação das políticas implementadas em sete domínios;

- a realização de um "Estudo Estratégico" que permita identificar uma nova estrutura de relações entre os espaços urbanos e rurais. Este compreende a elaboração dos quatro sub-estudos apontados no quadro. Enquanto o primeiro procura identificar os factores que influenciam o território europeu, o segundo procura caracterizar o sistema urbano europeu e as potencialidades económicas e sociais a este associadas. O terceiro estudo pretende identificar novas formas de gestão e de cooperação que beneficiem os territórios rurais e urbanos, no sentido de eliminar situações de marginalização e perifericidade, dando assim maior coesão ao território. O último estudo, são orientações em matéria de política regional, nomeadamente a apresentação de acções inovadoras no campo das parcerias urbano-rural;
- o desenvolvimento de representações cartográficas com as opções seleccionadas.

4.2.2. Competitividade, Sustentabilidade e Coesão Económica e Social – um triângulo de objectivos que exige o reforço das políticas urbanas

Até meados dos anos noventa, a política de ordenamento tinha como âmbito de intervenção as regiões, mas atendendo ao facto de uma parte significativa da população viver em cidades, as acções regionais tiveram naturalmente uma incidência urbana. Este aspecto foi simultaneamente positivo e negativo, pois se, por um lado, as políticas tiveram efeitos sobre as cidades, por outro, estas não estavam directamente dirigidas para os seus problemas e para os necessários ajustamentos aos processos de globalização. Este aspecto é reconhecido pela CE que numa Comunicação apresentada em Bruxelas em 1997, referia: "os esforços das políticas europeias dirigem-se já para muitos dos problemas que afectam as cidades da Europa; esses esforços têm, no entanto, sido pontuais, reactivos e carecentes de visão. Está claro que são necessários novos esforços para consolidar ou restaurar o papel das cidades da Europa como lugares de integração social e cultural, fontes de prosperidade económica e de desenvolvimento sustentável e bases da democracia" (CE, 1997b, pp. 3).

Embora se reconheça que as políticas urbanas eram um domínio menos trabalhado, desde o início da década de oitenta que se têm desenvolvido iniciativas com incidência nas aglomerações urbanas, cujos resultados contribuíram para o conhecimento dos seus problemas.

Em 1980, foi lançada uma campanha intitulada "Renascimento Urbano Europeu", campanha que mais tarde deu lugar ao documento que contem os princípios básicos da gestão urbana local, a "Carta Urbana Europeia" (1992).

Em 1990, foi publicado o "Livro Verde sobre o Ambiente Urbano", documento que destaca a necessidade de reduzir a mobilidade diária não descurando a vitalidade e a revitalização do modo de vida urbano.

Um ano mais tarde, é criado o "Grupo de Peritos em Ambiente Urbano", que entre as suas principais atribuições está o "estudar o modo de incorporar os objectivos ambientais nas futuras estratégias de planeamento urbano e de ordenamento do território; aconselhar a Comissão sobre os modos de desenvolver a dimensão do ambiente urbano no âmbito da Política Comunitária de Ambiente; e estudar os meios para intensificar a contribuição da Comunidade no melhoramento do ambiente urbano" (CE, 1994a). Outra iniciativa foi a criação do "Comité para o Desenvolvimento Espacial".

Em 1992, com a assinatura do Tratado de Maastricht, inaugura-se um novo período no domínio da sustentabilidade e das políticas urbanas e de ordenamento territorial. A sustentabilidade surge a par com o crescimento económico e a competitividade (CE, 1994a) e o Projecto "Cidades Sustentáveis" (1993-95), lançado em 1993 pelo "Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano" surge como um marco para a formulação de políticas de sustentabilidade das cidades.

Entre os objectivos principais do projecto contavam-se: "o desenvolvimento de ideias de sustentabilidade em ambientes urbanos europeus, promover uma troca de experiências alargada, difundir melhores práticas em matéria de sustentabilidade a nível local e, a longo prazo, formular recomendações destinadas a influenciar as políticas ao nível da União Europeia e dos Estados-Membros, bem como aos níveis regional e local, tal como se estipula na Resolução do Conselhos de 1991" (CE, 1994a).

Quadro 4.3. - Principais iniciativas em matéria de política urbana

Data	Iniciativa	
1989	Projectos - Piloto	Ao abrigo do Artigo 10º do Reg. 4254/88 (FEDER)
1990	Programa RECITE	Programa da Comunidade Europeia que fomenta a cooperação entre cidades e regiões através da formação de redes.
1990	"Livro Verde sobre o Ambiente Urbano"	Primeiro diagnóstico dos problemas ambientais
1991	Declaração de Toronto sobre as Cidades e o seu Ambiente	Declaração assinada por 130 cidades que se comprometeram a elaborar planos de desenvolvimento sustentável para as suas cidades
1991	"Grupo de Peritos em Ambiente Urbano"	Entre as suas atribuições está incorporar o domínio ambiental e a qualidade de vida nas políticas urbanas
1992	Forúm Urbano Mundial	45 cidades assinaram o compromisso do desenvolvimento urbano sustentável
1992	Carta Urbana Europeia	Carta contendo os princípios da gestão urbana local
1992	Conferência do Rio	Iniciativa que demonstrou a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável
1992	Agenda 21	Aprovado na Conferência do Rio, constitui um plano de intervenção a favor do desenvolvimento sustentável
1993	Projecto das Cidades Sustentáveis (1993-95)	Projecto lançado pelo Grupo de Peritos em Ambiente Urbano
1993	European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions	Desenvolvimento de projectos de investigação para a melhoria do Ambiente Urbano (110 projectos inovadores) Desenvolvimento de um projecto de investigação sobre Cidades Médias Sustentáveis intitulado "Medium-sized cities and socio-economic and environmental developments in the regions of the EU", cujo relatório final foi publicado em 1997 - "Medium-sized Cities in Europe".
1994	Programa URBAN	Programa de Revitalização e Requalificação Urbana
1994	I Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis	Encontro realizado a 27 de Maio de 1994 em Aalborg
1994	Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis	Iniciativa lançada na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de Maio de 1994.
1994	Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade	Aprovada na Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Aalborg, Dinamarca, a 27 de Maio de 1994
	Quinto Programa de Acção Ambiental - "Rumo à Sustentabilidade"	A Comissão Europeia incita a partilha de responsabilidade entre os membros da comunidade
1996	As Cidades Europeias Sustentáveis	Relatório do Grupo de Peritos em Ambiente Urbano
1996	II Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis	Encontro realizado entre 6 e 8 de Outubro de 1996, em Lisboa
1996	Conferência Habitat II	Conferência realizada em 1996 em Istambul
1997	"Rumo à Agenda Urbana na União Europeia"	Publicação da Comunidade Europeia em matéria de Política Urbana
1998	Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: um quadro de acção	Comunicação apresentada ao Conselho e ao Parlamento Europeu
1999	Quadro Comunitário de Cooperação para o desenvolvimento urbano sustentável	Proposta para a criação de um quadro de apoios às cidades que pretendem envolverem-se em acções de cooperação, avaliação e controlo.

Durante a Primeira Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis, realizada em Maio de 1994, em Aalborg, iniciou-se a "Campanha Europeia das Cidades

Sustentáveis" e foi assinada a "Carta Europeia das Cidades Sustentáveis", conhecida como a Carta de Aalborg. Este projecto incide não só sobre os maiores centros urbanos, onde os problemas económicos e sociais e a degradação do ambiente atingem níveis mais preocupantes mas alarga-se também a centros de média dimensão, periferias, vilas, regiões ou sistemas urbanos (CE, 1994a)³.

Outro passo importante em matéria de política urbana foi a criação de Projectos-Piloto, projectos com incidência nas cidades e cujos objectivos eram a modernização das infra-estruturas económicas das cidades onde se verificavam situações de crise económica, tensão social e degradação da qualidade de vida e ambiental. Os projectos incidiram em três vertentes: o desenvolvimento económico, a recuperação económica e ambiental e a renovação e reabilitação de centros históricos. Os projectos piloto são a resposta da Comunidade Europeia ao aumento dos problemas de poluição, exclusão social e declínio industrial que afectaram as cidades. Na primeira fase, foram desenvolvidos 33 projectos urbanos piloto, em parte financiados ao abrigo do Artigo 10º do FEDER, cujos objectivos eram promover a inovação e a reabilitação urbana de forma a que estas contribuam para a coesão económica e social.

Quadro 4.4. - Projectos Urbanos Piloto – Fase I (1989-93)

Dimensão da cidade/aglomeração	Cidade	Nº Projectos
<100 000 habitantes	Neunkirchen, Paisley, Pobra de Lillet	3
100 000-250 000 habitantes	Cork, Aalborg, Groningen, Liège	4
250 000-1 000 000 habitantes	Antuerpia, Belfast, Bremen, Dresden, Montpellier, Salónica, Stoke-on-Trent, Toulouse, Veneza, Valladolid, Bruxelas, Bordéus, Bilbao, Dublin, Genova	15
>1 000 000 habitantes	Atenas, Berlim, Roterdão, Copenhaga, Lisboa, Lyon, Londres, Madrid, Porto, Marselha	10
Total projectos		33

Fonte: CE

Aalborg, Bremen, Bruxelas, Copenhaga, Groningen, Londres, Lyon, Marselha, Paisley e Roterdão foram alvo de projectos de desenvolvimento económico. Atenas, Belfast, Gibraltar, Madrid, Neunkirchen e Stoke desenvolveram acções que visavam a recuperação económica e ambiental, enquanto Lisboa, Berlim, Dublin, Génova e

³ O primeiro relatório do Projecto "Cidades Europeias Sustentáveis" data de Outubro de 1994. Para além do Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano também colaboraram na elaboração do relatório, a Comissão Europeia, através da DG XI e outros especialistas nas temáticas.

Salónica, desenvolveram iniciativas que permitiram a recuperação e reabilitação dos centros históricos.

A experiência positiva da primeira fase levou à criação em 1994, no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, da iniciativa comunitária URBAN. Em 1995, teve início a segunda fase do programa de projectos urbanos piloto e das 503 candidaturas a concurso, foram aprovadas 26 iniciativas para o período de 1997-99. O âmbito de intervenção da segunda fase é um pouco diferente do anterior, privilegiando-se áreas como o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida dos seus habitantes (problemas de tráfego, poluição e declínio económico).

Quadro 4.5. - Projectos Urbanos Piloto – Fase II (1996-99)

Dimensão da cidade/aglomeração	Cidade	Nº Projectos
<100 000 habitantes	Alexandroupolis, Brindisi, Falun (Borlange), Friedrichshain, Gran Canaria, Randers, Vila do Conde, Huddersfield	8
100 000-250 000 habitantes	Besançon, Bremenhaven, Léon	3
250 000-1 000 000 habitantes	Leicester, Utrecht, Graz, Granada, Helsínquia, Leipzig, Dortmund, Turim, Bruxelas, Bordéus, Bilbao, Dublin	12
>1 000 000 habitantes	Atenas, Nápoles, Milão	3
Total projectos		26

Fonte: CE

Da observação dos quadros anteriores podemos concluir que na segunda fase dos projectos-piloto foram privilegiadas as cidades e aglomerações com dimensão inferior a um milhão de habitantes, ao contrário da primeira fase, onde um terço das cidades eleitas possuía uma dimensão superior a um milhão de habitantes e cerca de metade correspondiam a cidades ou aglomerações com dimensão compreendida entre os 250 000 e o milhão de habitantes. A iniciativa comunitária EMPLOI e mais tarde o INTEGRA surgiram igualmente para responder aos problemas urbanos de desemprego e exclusão social, enquanto a economia e a tecnologia beneficiaram de outras acções⁴.

⁴ O programa “Aplicações telemáticas”, entre 1994-98 financiou mais de 90 projectos no domínio do ambiente e dos transportes (gestão dos transportes de mercadorias, gestão de redes, desenvolvimento de modos de transporte não motorizados, entre outros). A título de exemplo refira-se o “Quartet Plus”, projecto desenvolvido em parceria com as cidades de Atenas, Birmingham, Turim, Gotemburgo, Estugarda e Toulouse, que visa o desenvolvimento e experimentação de sistemas de transportes integrados, através da utilização de aplicações telemáticas. Este integra a gestão de veículos de prioritários e transportes públicos, gestão de tráfego (assegurando prioridade aos veículos de emergência), gestão de estacionamento, de informação ao automobilista e utilizadores de transportes colectivos e um sistema de controlo do ambiente.

Do conjunto de programas que envolveram directa ou indirectamente as cidades destaca-se o RECITE, iniciativa que promoveu a constituição de redes de cidades. Este programa tem origem em 1989, data em que a Comissão Europeia lançou um projecto piloto, ao abrigo do Artigo 10º do Reg. 4254/88, que englobava desde a formação de redes regionais e locais a projectos de cooperação transfronteiriça e transnacional, projectos que mais tarde deram origem ao RECITE.

Na primeira fase do RECITE (1990-1994) foram financiados 40 projectos de cooperação entre cidades e regiões que incidiram em variados domínios de intervenção, desde o património cultural aos transportes e ambiente mas, em 1995, quando arranca a segunda fase, foi dada maior ênfase a projectos que:

- promoviam a troca de conhecimentos técnicos das regiões mais favorecidas para as menos favorecidas (nomeadamente projectos de cooperação entre agentes públicos e privados);
- a valorização do potencial endógeno com vista à criação de emprego e à melhoria no acesso das pequenas empresas ao mercado Europeu;
- a promoção da internacionalização de pequenas e médias empresas e contribuir para a preservação do ambiente, nomeadamente através do desenvolvimento de formas de complementaridade entre as várias políticas comunitárias.

Enquanto na primeira fase só podiam concorrer municípios com mais de 50 000 habitantes, na segunda fase do RECITE, podiam concorrer entidades públicas e privadas que pretendessem participar em parcerias transnacionais em diferentes áreas que envolvessem pelo menos três estados membros⁵.

Outra entidade que tem desenvolvido estudos que contribuíram para a definição de políticas urbanas e para a melhoria da qualidade de vida das cidades é a "Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho"⁶ (fundada em 1975 pelo Conselho de Ministros da Comissão Europeia). Esta tem desenvolvido estudos sobre os aspectos sociais e económicos das cidades e mais recentemente sobre inovações em meio urbano.

⁵ Áreas: Desenvolvimento local com vista à criação de emprego; melhorar as condições de integração das PME's no mercado europeu; melhorar a oferta de serviços às PME's; criação de centros de valorização do trabalho e integração das mulheres na vida económica; e a preservação e melhoria do ambiente.

⁶ European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions

Para além destas iniciativas, contavam-se outros programas que embora de natureza regional tiveram uma forte incidência urbana, contribuindo também para a resolução de problemas de emprego, carências infra-estruturais e reconversão de bases económicas, qualificação e formação, entre outros objectivos.

4.3. As Cidades Médias nas Políticas Regionais e Urbanas na Europa

Durante os anos sessenta, as pequenas e médias cidades foram beneficiadas por uma política regional que considerava a criação de pólos de crescimento como a base para a correcção dos desequilíbrios populacionais e económicos que se delinearão após a Segunda Grande Guerra. Essas políticas foram particularmente importantes na RFA, na Espanha ou na Holanda que desenvolveram políticas de apoio à construção de uma rede urbana equilibrada e de apoio à indústria e serviços em áreas designadas de “especiais”, “assistidas” ou “desfavorecidas”, mas foi a França o primeiro país a implementar uma política que assentava especificamente nas cidades médias.

4.3.1. As Políticas das Cidades Médias em França

a) Antecedentes

A preocupação com a excessiva concentração de população e de actividades em Paris apareceu, pela primeira vez, expressa no Relatório de Gravier de 1947 intitulado «Paris et le désert Français» mas nos dez anos imediatos à Guerra, a correcção dos desequilíbrios territoriais e o ordenamento do território eram objectivos secundários face às necessidades de crescimento e reconstrução económica.

No entanto, em 1950 é apresentado o primeiro Plano de Desenvolvimento Regional, documento que espelhava as prioridades de intervenção: por um lado, a necessidade de introduzir princípios de planeamento urbano compatíveis com os vários níveis da hierarquia urbana; por outro lado, a importância do desenvolvimento industrial

de áreas menos favorecidas, objectivo que levou à criação no mesmo ano do Fundo Nacional de Ordenamento do Território.

A partir da segunda metade da década de cinquenta, os desequilíbrios regionais acentuaram-se, forçando a uma nova resposta por parte da administração central. As políticas deixaram de ter um carácter isolado e parcelar e a descentralização passou a ser encarada no quadro da política de expansão económica e o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas, surgia em paralelo com a necessidade de reconversão do tecido económico e empresarial. Neste sentido, o conceito de desconcentração alarga-se do âmbito industrial (tendência seguida na década anterior) para o âmbito multi-sectorial e regional.

Entre as várias medidas tomadas, destacam-se os Comités de Expansão Regional⁷, os Programas de Acção Regional⁸, a criação de entidades privadas e semi-públicas com vista ao desenvolvimento regional⁹, a atribuição de fundos de desenvolvimento económico e social¹⁰, a atribuição de fundos e incentivos de apoio à descentralização de

⁷ Decreto de 11 Dezembro de 1954. Estes eram compostos por representantes das principais actividades económicas (comércio, agricultura, indústria, entre outras), pelos sindicatos e pelas associações locais, reunindo as «forças vivas» da região. Mais tarde, foram remodelados no quadro das regiões programa e reagrupados no seio do Conselho Nacional das Economias Regionais (LAJUGIE *et al.*, 1979).

⁸ Decreto de 30 de Junho de 1955. Estes programas procuravam conciliar as iniciativas públicas e privadas, com vista ao desenvolvimento económico da região ao mesmo tempo que ditavam prioridades na execução dos projectos. Até à criação das «Regiões Programa», os programas eram elaborados ao nível departamental, mas mais tarde, deram origem ao «Plano Regional de Desenvolvimento Económico e Social e de Ordenamento do Território» (decreto de 31 de Dezembro de 1958). Este plano resultou da fusão de dois tipos de planos: o «Programa de Acção Regional» e o «Plano de Ordenamento Regional», criado em 7 de Agosto de 1957.

⁹ Nestas contavam-se: as «Sociedades de Desenvolvimento Regional», as «Sociedades de Equipamento» e a «Sociedade Central de Equipamento do Território». As primeiras tinham como objectivos fomentar o investimento nas regiões menos desenvolvidas, reforçando as possibilidades de financiamento conseguidas pelas vias tradicionais (os bancos). São sociedades anónimas que financiavam empresas sob a forma de participação no capital social ou sob a forma de empréstimos. Entre 1956 e 1960 foram criadas 15 sociedades de desenvolvimento regional.

As «Sociedades de Equipamento», eram sociedades de economia mista que executavam dois grandes tipos de projectos: grandes projectos de ordenamento e desenvolvimento territorial (irrigação de uma área, florestação, ...) ou construção de equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade produtiva (caso dos parques industriais) bem como habitação e infra-estruturas de apoio à população. As «Sociedades de Equipamentos» saldaram-se como um dos melhores instrumentos da política regional e urbana francesa. Para além das «Sociedades de Desenvolvimento regional» e das «Sociedades de Equipamentos», a Caixa de Depósitos e outras instituições de crédito criaram, em 1955, a «Sociedade Central de Equipamento do Território», que para além de prestar assistência técnica à elaboração dos projectos dava assistência financeira às entidades e associações locais que pretendessem construir infra-estruturas e equipamentos de apoio à população e à actividade produtiva.

¹⁰ Os «Fundos de Desenvolvimento Económico e Social», inicialmente em número de três e mais tarde fundidos num só, constituíram fundos de financiamento para projectos definidos nos planos nacionais e regionais. Os «Prémios de Equipamento», eram incentivos à reconversão ou criação de empresas, enquadradas no âmbito dos objectivos da política regional cuja atribuição respeitava critérios: exclusividade para empresas industriais, em áreas eleitas como «zonas críticas», zonas de fraco

actividades, o condicionamento à criação de empresas na região parisiense¹¹ e a descentralização administrativa (caso de descentralização do ensino levada a cabo pela criação de novas universidades) (LAJUGIE *et al*, 1979).

No entanto, apesar do conjunto de medidas e instrumentos criados a ausência de uma política integrada de apoio ao meio rural e de desenvolvimento de infra-estruturas rodoviárias condicionou os seus resultados e as desigualdades territoriais mantiveram-se. A sua correcção passou a ser o fulcro da política de ordenamento delineada na década de sessenta e o primeiro sinal deste reforço de atenções foi a delimitação de 21 novas regiões de planeamento, instituídas pelo decreto de 2 de junho de 1960 que assim, deveriam substituir as «Regiões Programa» de 1956. Para tal foi fundamental o decreto de 1959, que referia que o âmbito geográfico dos «Programas de Acção Regional» deveria coincidir com regiões de planeamento definidas por lei, com atribuições e competências específicas, que em 1960 viram aprovada uma nova legislação.

O segundo sinal que traduziu o aumento da importância das preocupações regionais foi a criação em 1963 da *Delegação para o Ordenamento do Território e Acção Regional* (DATAR), instituição que tinha como função a coordenação das acções sectoriais no âmbito da execução dos planos nacionais. Um outro aspecto importante da política de ordenamento e desenvolvimento territorial foi, a partir de 1964, a participação das regiões na elaboração dos Planos Nacionais.

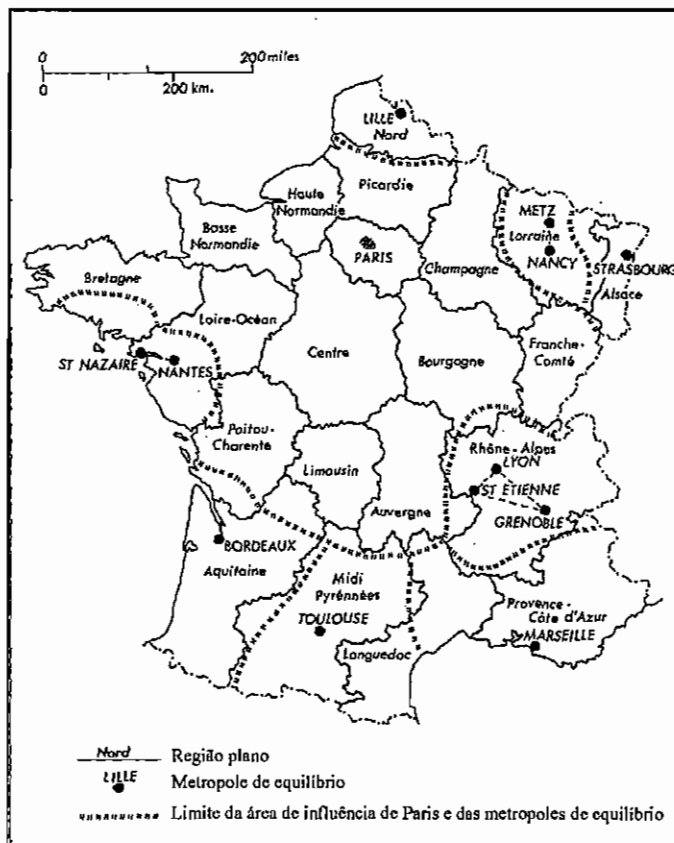
Mas o marco mais importante na política francesa de correcção de desequilíbrios foi a criação das *Metrópoles de Equilíbrio* (definidas em 1964), postas em curso com o V Plano (1965-70), plano que tinha como objectivo principal inverter a concentração populacional e de actividades na região de Paris e dotar outras regiões dos meios necessários ao seu desenvolvimento. Este objectivo era complementado com a promoção da descentralização da actividade industrial da região de Paris, nomeadamente para a região oeste do país. Para tal foram criadas oito *metrópoles de equilíbrio*, alguns sistemas de cidades, geograficamente distribuídas pelo território sob a forma hexagonal que deveriam funcionar como «contra-ímãs» à atracção exercida por Paris: Lille-Roubaix-

desenvolvimento económico e empresarial ou áreas com elevado desemprego. Segundo LAJUGIE *et al* (1979) estes foram um dos instrumentos chave da política de desenvolvimento regional.

¹¹ Comumente conhecido como «Autorização para a criação de empresas na região parisiense» (decreto 5 de Janeiro de 1955) este decreto determinava que a criação ou ampliação de empresas com mais de 50 pessoas ao serviço ou mais de 500 m² estivesse subordinada à aprovação do Ministério da Reconstrução e Habitação, após a emissão de pareceres dos ministérios com competência no seio da actividade económica (indústria, comércio entre outros).

Tourcoing, Nancy-Metz, Strasbourg, Lyon-St. Etienne-Grenoble, Marseille, Toulouse, Bordeaux, Nantes-St. Nazaire (ASHWORTH, BURTENSHAW, BATEMAN, 1991, pp. 232 e LAJUGIE *et al*, 1979).

Figura 4.2. - Regiões de Planeamento e as “Metrópoles de Equilíbrio” em França



Fonte: HALL (1975), pp. 209

Para tal foram efectuados investimentos que incentivassem a descentralização do emprego e o redireccionamento do movimento migratório da população para a capital. A criação das *metrópoles de equilíbrio* tinha uma base funcional, que se organizava segundo princípios hierárquicos. Os estudos preliminares que serviram de base à escolha das *metrópoles de equilíbrio* mostraram que das quarenta e duas cidades identificadas como tendo um papel regional (funções hierarquicamente elevadas), só oito se encontravam na categoria de verdadeiras «metrópoles regionais». Das restantes, dez funcionavam como «centros regionais» enquanto as outras vinte e quatro, apenas desempenhavam algumas funções de carácter regional (ROCHFORT, 1993).

Em finais dos anos sessenta, os primeiros balanços mostravam a pouca eficácia de tal política, o que levou os políticos e técnicos a questionarem-se sobre a sua continuidade. As *metrópoles de equilíbrio* tinham falhado um dos objectivos mais importantes da sua criação, constituírem-se como pólos de emprego alternativos às grandes cidades e assim, contrariarem o êxodo rural para a capital (HALL, 1975 e ASHWORTH, BURTENSHAW, BATEMAN, 1991, pp. 232).

Os defensores das cidades médias referem que a política das metrópoles de equilíbrio não funcionaria se não houvesse uma política de apoio às cidades que se encontravam no nível hierárquico inferior. Estas cidades, poderiam promover a ligação entre o espaço rural e as metrópoles de equilíbrio, estas últimas planeadas para serem grandes cidades, dotadas de poderes, recursos e infra-estruturas de nível hierárquico superior, verdadeiramente alternativas a Paris.

É neste contexto que vai surgir a política de cidades médias.

b) Do relatório de LAJUGIE aos Contratos de Cidades Médias

A pertinência da criação de uma política de cidades médias surge explicitada pela primeira vez nos documentos preparatórios do VI Plano e em 1971 surge a política das cidades médias. Entre os principais objectivos do VI Plano, contam-se a distribuição mais equilibrada do emprego, a continuação do desenvolvimento da região oeste e o reforço das regiões de fronteira. O suporte territorial para se atingirem estes objectivos dependia da existência de uma rede urbana equilibrada e para a qual era fundamental o reforço das cidades médias.

É neste contexto que se promovem as cidades médias, cuja importância na rede urbana francesa não era de negligenciar. Segundo os dados dos censos, entre 1962 e 1968, as cidades com dimensão compreendida entre os 20 000 e os 200 000 habitantes atingiram taxas de crescimento semelhantes às das cidades de dimensão superior, sendo que em 1968, cerca de 1/3 dos habitantes franceses viviam nestas cidades.

Para além da menção das cidades médias no VI Plano, vários outros organismos como a “Délégation à l’Aménagement du Territoire et à l’Action Régionale” (DATAR, 1971), a “Direction de l’Aménagement Foncier et de l’Urbanisme” do Ministério do Equipamento (DAFU, 1972), o “Système d’Etude du Schéma d’Aménagement de la France (SESAME, 1971 e SESAME-DATAR, 1972) e ainda o “Conseil National des

Economies Régionales et de la Productivité”, que em Outubro de 1972 organizou em Nice o seu XXI Congresso, desenvolveram relatórios de diagnóstico e de avaliação que frisavam a importância das cidades médias .

Quadro 4.6. - Evolução demográfica das cidades francesas com mais de 30 000 habitantes entre 1954 e 1968

Dimensão das cidades em 1968	Nº de cidades	Taxa de crescimento anual 1954-62 (%)	Taxa de crescimento anual 1962-68 (%)
> 400 000 hab. (incluindo Paris)	6	1,8	2,0
200 000 a 400 000 hab.	15	2,0	2,3
100 000 a 200 000 hab.	28	2,3	2,3
50 000 a 100 000 hab.	46	2,2	2,0
40 000 a 50 000 hab.	26	2,6	2,4
30 000 a 40 000 hab.	28	2,3	2,7

Fonte: ONU (1983), pp. 7

O relatório apresentado pelo Ministério do Ordenamento do Território, do Equipamento, do Alojamento e do Turismo reconhecia que as “cidades médias” se inscreviam na continuidade das políticas das “metrópoles de equilíbrio” cujo aparecimento não se podia conceber num contexto isolado quer no plano da produção, quer no consumo, nos serviços e em outros aspectos (SESAME, 1971 in LAJUGIE, 1973).

O trabalho preliminar apresentado em 1972 pela “Direction de L’Aménagement Foncier e de l’Urbanisme” (DAFU, 1972), procedia a uma análise das cidades médias nos seus vários aspectos, como as questões do crescimento demográfico, fluxos migratórios, emprego e condições de vida. O estudo demonstrou que as cidades médias com maior dinamismo de crescimento se localizavam em regiões onde existiam metrópoles de equilíbrio, conclusão que parecia bastante favorável à definição de uma política de cidades médias na continuidade das metrópoles de equilíbrio.

Em 1971, o Livro Branco do “Comité d’Etudes et de Liaison des Intérêts Bretons” reforça os pareceres apresentados ressaltando a importância de uma rede de cidades médias, no sentido de controlar o seu crescimento, de ordenar os seus espaços e de acentuar a complementaridade de funções. O estabelecimento das relações dependem da existência de vias de comunicação e do reconhecimento de que o espaço urbano e rural serão encarados como complementares e não como unidades opostas (LAJUGIE *et al*, 1979).

Outro estudo analítico e prospectivo elaborado pelo SESAME, datado de 1972, avaliava os argumentos que eram comumente apontados a favor da criação de uma política de cidades médias (SESAME-DATAR, 1972). Metodologicamente o estudo é inovador, pois avalia de forma objectiva um conjunto de argumentos que eram habitualmente apontados a favor de uma política de cidades médias.

O primeiro argumento que foi avaliado, prendia-se com a afirmação de que as cidades médias apresentavam taxas de crescimento demográfico mais elevadas que as verificadas nas restantes cidades. Este primeiro argumento é rebatido pelo estudo que concluiu que o crescimento não tinha que ver somente com a dimensão da cidade, mas sim com o facto de esta estar inserida, ou não, numa região com uma dinâmica económica favorável. Tal conclusão baseou-se no facto de entre as cidades mais dinâmicas, se encontrarem cidades médias localizadas na bacia de Paris o que denota uma visão menos utópica das cidades médias até então descritas como pólos de crescimento económico e atractividade populacional. Esta posição é igualmente adoptada no trabalho realizado pelo “Groupe d’Etudes et de Recherche du Ministère de L’Equipement”, num estudo de 1972, designado de “Elementos de Reflexão sobre as Cidades Médias”, em que se afirma que o crescimento demográfico das cidades médias se relaciona com o dinamismo da região e não com a presença de uma metrópole regional.

Contudo, apesar de se reconhecer que o comportamento das cidades dependia da dinâmica da região em que se inseriam, o estudo destacava o papel das cidades médias localizadas em territórios rurais menos dinâmicos. Estas cidades, embora não apresentassem taxas de crescimento populacional muito elevadas, funcionavam como primeiras plataformas de recepção da população que emigrava do meio rural e portanto desempenhavam um importante papel como “distribuidoras” e “controladoras” do êxodo rural.

O segundo argumento a favor das cidades médias que foi alvo de avaliação no relatório da SESAME-DATAR assentava na afirmação que, num contexto de desconcentração produtiva, estas manifestavam grande capacidade de atrair a actividade industrial.

Procedendo a uma avaliação objectiva, o estudo permitiu levantar questões sobre o tipo de emprego e actividades que era atraído ou seja, questionava o tipo de indústrias e o nível de qualificação médio do emprego criado nas cidades médias.

O terceiro argumento apresentado a favor das cidades médias consistia na consideração que os custos de infra-estruturação, de equipamentos e de funcionamento desses equipamentos eram inferiores nas cidades de dimensão média. O relatório aponta que, em termos económicos, essa teoria não era válida, diminuindo os custos quando aumenta a dimensão (caso das despesas ligadas aos transportes, estacionamento, vias e modos de transporte). Todavia, o SESAME-DATAR manifesta-se a favor das cidades médias, afirmando que nas grandes aglomerações se fazem também sentir os custos marginais de uma dimensão excessiva e como tal as opções de investimento devem ser ponderadas.

A qualidade de vida foi apontada como um outro argumento a favor das cidades médias. Esta foi avaliada de forma muito objectiva e concluiu-se que o cenário nas cidades médias não era diferente das grandes cidades. Efectivamente, os critérios de apreciação dependem dos grupos sociais, das necessidades da população e do tipo de oportunidades que cada um busca. Daqui resulta que a prática de um modo de vida urbano, as possibilidades de trocas, a inovação, a reabilitação urbana, a difusão da cultura, entre outros aspectos que afectam os quotidianos das famílias, devem ser cuidadosamente ponderados e as exigências dos habitantes das cidades médias podem ser bastante diversificadas consoante os grupos sociais.

O último aspecto avaliado no relatório do SESAME dizia respeito ao contributo das cidades médias para o ordenamento territorial e regional. Segundo os políticos, a política de redistribuição da população e das actividades baseada nas metrópoles de equilíbrio criadas com o V Plano assumia continuidade nas cidades médias, e como tal as cidades médias deveriam criar emprego, nomeadamente por pequenas e médias empresas inovadoras.

Contudo, o estudo apontava para a necessidade de reconhecer as limitações das políticas e a importância das dinâmicas locais para o desenvolvimento das cidades médias. Ou seja, “o seu desenvolvimento poderá, sem dúvida, ser concebido tendo em conta a organização das cidades vizinhas que possuam preocupações semelhantes ou complementares” (SESAME-DATAR, 1972, pp. II-2). Reconhecia-se a importância da formação de associações de entidades locais que promovam o desenvolvimento de cidades geograficamente próximas ou economicamente semelhantes, ou seja, contemplavam-se já novas perspectivas onde se incluía a valorização e a participação dos valores locais.

Este estudo foi importante, pois através do rebater dos argumentos apontados a favor das cidade médias, foi possível identificar as suas reais possibilidades de desenvolvimento.

Outro estudo relevante para a criação de uma política de cidades médias, foi o relatório de LAJUGIE apresentado ao Conselho Económico e Social (CES) e por este aprovado em 1973¹². O relatório dividia-se em duas partes distintas: na primeira demonstrava-se a importância das cidades médias na rede urbana francesa e como estas poderiam oferecer uma qualidade de vida superior aos seus habitantes; na segunda parte questionava-se a viabilidade de uma política de cidades médias. Para tal foram definidos os objectivos, os procedimentos e os meios necessários à execução dessa política.

Segundo o relatório apresentado ao CES, as cidades médias deveriam (LAJUGIE, 1974):

- constituir centros de emprego industrial e terciário alternativo às grandes cidades para a população que migre dos territórios rurais envolventes;
- oferecer alojamento e equipamentos colectivos à população que chega e reside na cidade;
- dispor de serviços públicos (educação, saúde, cultura, desporto, lazer) capazes de oferecer aos seus habitantes qualidade de vida urbana;
- possuir meios de comunicação que não só assegurem a sua ligação aos níveis mais elevados da hierarquia urbana, como também ao espaço rural envolvente;
- assegurar a coesão regional, no sentido da não exclusão do espaço rural envolvente.

A política das cidades médias era enformada por um conjunto de instrumentos jurídicos, institucionais e financeiros propostos pelo Estado, que possibilitavam a estas cidades desenvolver a sua política de ordenamento. Esta, assentava ainda num conjunto de propostas de ordenamento directamente relacionadas com a melhoria da qualidade de vida urbana. Assim, a política das cidades médias traduziu-se num conjunto de regulamentos relativos a formas de urbanismo específicas para as cidades médias, explicitados numa circular de 30 de Novembro de 1971 do Ministério do Equipamento e da Habitação.

¹² LAJUGIE, J. (1973) – *Les Villes Moyennes. Rapport au Conseil Économique e Social*, 30 Maio de 1973. Depois de reformulado, este documento seria editado nas «Editions Cujas», em 1974 com o mesmo título.

Foi ainda criado um novo regime de ajudas ao desenvolvimento regional no qual as cidades médias tinham mais facilidades (Dec. nº72-270 e 72-272, relativos à descentralização industrial e à localização de actividades terciárias) (ONU, 1983). A título de exemplo refira-se que, no sistema de ajuda à localização de actividades terciárias onde foram aprovados 74 projectos em 53 cidades médias, promoveram a criação de 4 500 empregos (ASSOCIATION BUREAUX-PROVINCES, 1979).

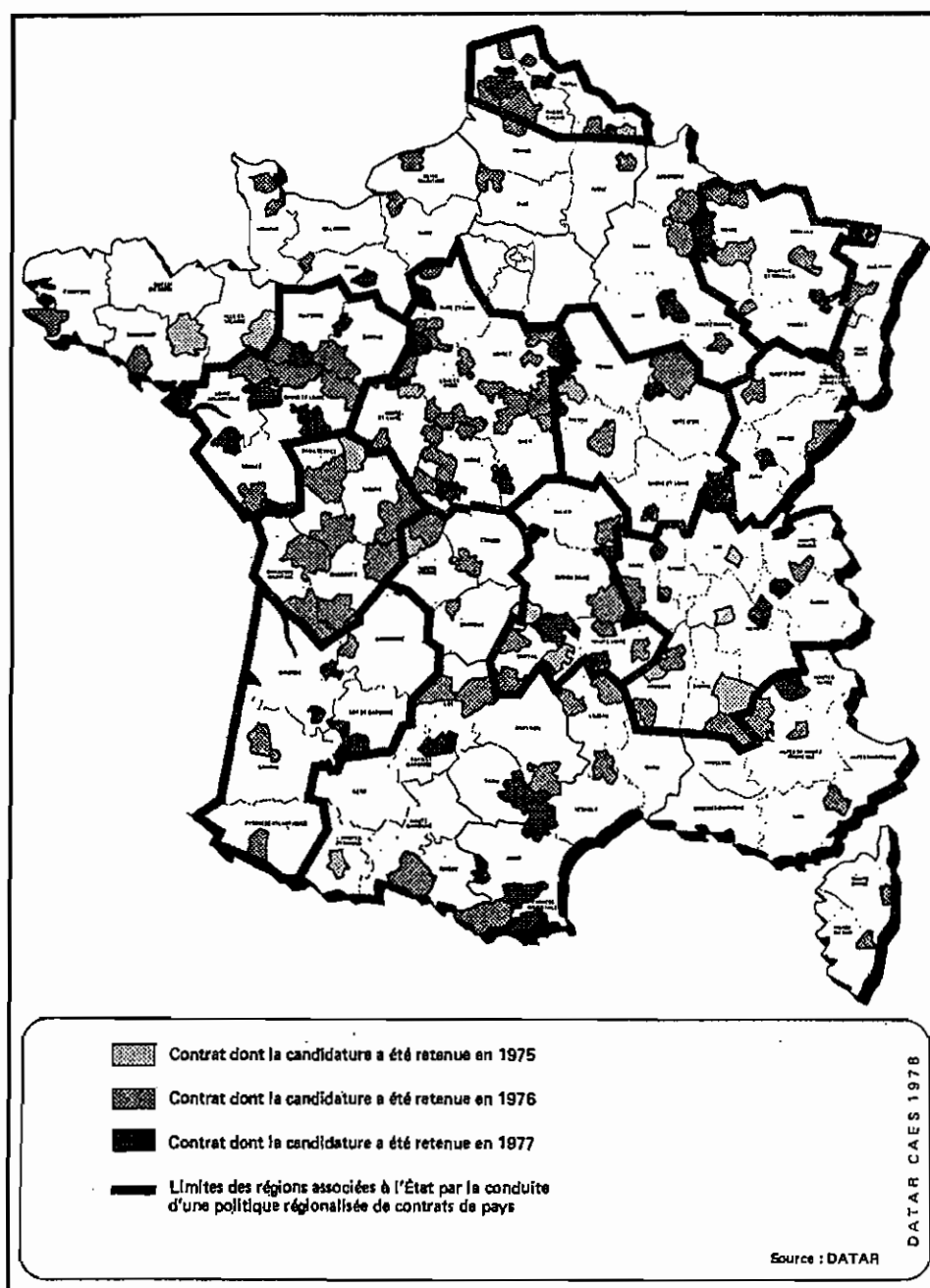
Paralelamente, era exigido à cidade a definição de uma política urbana, que contemplasse o crescimento económico e a melhoria da qualidade de vida que, pela primeira vez, não seria a justaposição de políticas sectoriais mas uma política global, integradora, capaz de aproveitar os incentivos especialmente criados.

A operacionalização da política das cidades médias passou pelo estabelecimento de “contrats d’aménagement” estabelecidos entre o Estado e as cidades médias, que assim ganharam novas atribuições. As normas para o estabelecimento dos contratos foram estabelecidas no Dec. nº 74-112 de 4 de Julho de 1974 mas mais tarde, quando a administração central acaba com os contratos nacionais, estes passaram a ser estabelecidos entre as autoridades regionais e as locais. Entre 1972 e 1978 estabeleceram-se contratos com 82 cidades de 20 000 a 100 000 habitantes.

Embora o estabelecimento dos contratos tenha favorecido o desenvolvimento de redes de cidades, o estabelecimento de novas práticas de urbanismo e o aumento das relações entre a administração central e os organismos locais, alguns políticos e técnicos consideraram que os contratos concebidos centravam-se quase exclusivamente no ordenamento do espaço intra-urbano (LAJUGIE *et al*, 1979).

No entanto, a situação foi mudando. Entre 1973 e 1977, os projectos de ocupação de espaços livres, as vias pedonais e o embelezamento perderam peso (de 47% para 30%) a favor de acções de animação cultural, socio-educativa e de lazer, que passaram de 20% para 40% do investimento. Por outro lado, as acções com vista à retoma da habitação no centro da cidade, à recuperação dos grandes edifícios, à política de transportes, às políticas para os idosos, foram ganhando importância, nomeadamente dando lugar ao “Fonds d’Aménagement Urbain” e ao “Groupe Habitat et Vie Sociale”, que continuaram as iniciativas começadas no âmbito dos Contratos Nacionais das Cidades Médias (LAJUGIE *et al*, 1979).

Figura 4.3. - Política das Cidades Médias em França. Os contratos de Região-Estado em 1 de Janeiro de 1978



Fonte: LAJUGIE, J. et al (1979), pp. 478

Mas, tal como a política das «cidades médias» não se pode dissociar da política das *metrópoles de equilíbrio*, a política das «pequenas cidades» não pode deixar de ser referida, pois constituiu a última etapa da estratégia de reforço da rede urbana francesa. As «pequenas cidades» constituíram um universo de pequenos aglomerados cuja dimensão oscilava entre os 5 000 e os 15 000 habitantes que, à semelhança das cidades médias, estabeleceram contratos.

Os contratos nacionais foram em número reduzido pois o distanciamento entre a administração central e as pequenas cidades era grande e deste modo, a partir de 1977, passam a ser estabelecidos «contratos de região», estes de incumbência das entidades públicas de âmbito regional, tal como tinha acontecido anteriormente com as cidades médias. Entre 1975 e 1978, foram estabelecidos 198 contratos, que envolviam mais de seis mil comunas e as entidades regionais. No âmbito da administração central, apenas se tinham efectuado 12 contratos em 1975 e 51 em 1976 (LAJUGIE *et al*, 1979, pp. 437).

Os contratos estabelecidos tinham como objectivos promover a criação de emprego, o desenvolvimento dos serviços públicos e privados e outros de carácter social e cultural. Estes objectivos são consideravelmente diferentes dos que presidiram à promoção das cidades médias, onde o desenvolvimento da actividade industrial, era uma privilegiada fonte de criação de emprego não público.

As pequenas cidades seriam pequenas âncoras que organizavam o espaço rural envolvente e cuja função principal era a prestação de bens e serviços de nível hierárquico inferior, enquanto as cidades médias tinham o papel de catalizador do desenvolvimento regional. Estas deviam assim possuir uma base produtiva diversificada e simultaneamente, servir de pontos de ligação entre as pequenas cidades dispersas pelo meio rural e os níveis mais altos da hierarquia urbana (as *metrópoles de equilíbrio* e Paris). Após 1991 foi lançada uma segunda geração de contratos de cidades médias com vista à recuperação e ordenamento dos centros das cidades.

4.3.2. A promoção das cidades não metropolitanas em outros países da Europa - a influência dos pólos de crescimento

Em vários países da Europa, os Planos Nacionais e os Planos de Desenvolvimento Regional da década de sessenta e inícios de setenta tinham um objectivo comum; a desconcentração de pessoas e actividades das grandes cidades para outras regiões de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do território. Este objectivo é apontado pela primeira vez em 1940 pelo Comité Barlow, num relatório onde se caracterizava a situação económica e o estado do ordenamento do território inglês. No caso inglês a resposta não se fez tardar e, em 1944, foi apresentado o Plano de Abercrombie, o *Greater*

London Plan onde se propunha a construção de dez cidades a 40 quilómetros de Londres e desta separadas por uma cintura verde (*green belt*) e dois anos mais tarde, foi aprovada a lei sobre as cidades novas (*New Towns Act*) que, embora tivessem como objectivo principal a desconcentração dos grandes centros urbanos, funcionaram como âncoras do desenvolvimento regional das áreas em que se inseriram.

A política de descentralização teve continuidade nas *Expanded Towns*, que surgem a partir de 1952, cuja existência se deve ao estabelecimento de um acordo entre as grandes aglomerações e as pequenas cidades que propunha a fixação de residência de um conjunto de habitantes nas pequenas cidades, diminuindo a pressão sobre as grandes aglomerações (LAJUGIE *et al.*, 1979).

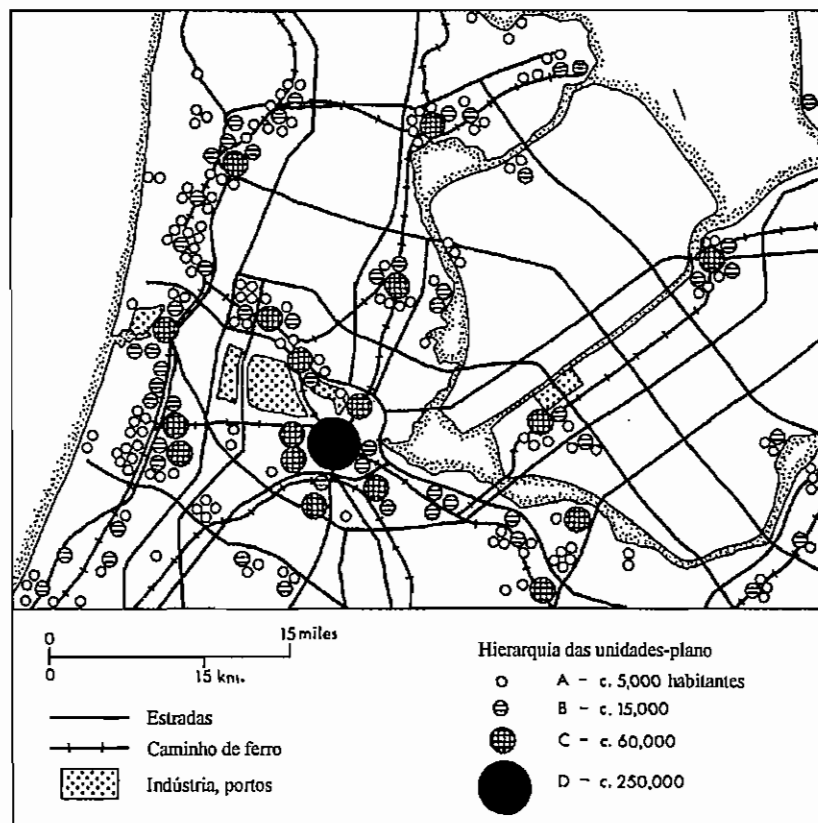
Na Holanda, os centros urbanos não metropolitanos foram não só a base de uma política de desenvolvimento regional de áreas mais desfavorecidas (promoção de centros alternativos às grandes cidades) mas também permitiram o ordenamento de espaços com dinamismo económico e populacional, cujo elevado nível de dispersão era preciso contrariar. As medidas de planeamento regional foram em larga medida definidas e implementadas pela administração central segundo o apoio de uma agência para o planeamento e ordenamento a - *Rijks Planologische Dienst* (RPD) - criada em 1941. Inicialmente tinham como função elaborar os planos nacionais de ordenamento e desenvolvimento, mas posteriormente limitou-se à coordenação das políticas sectoriais, quando as questões do tráfego e dos transportes, do ambiente e do bem-estar passam definitivamente a ser questões fundamentais em termos de ordenamento do território.

O primeiro documento relativo ao planeamento regional (1960) apontava dois objectivos que se complementavam: reconhecia o papel de força motriz do *Randstad* e, simultaneamente, alertava para a necessidade de promover a distribuição da população e actividades nas regiões periféricas, tais como as províncias de Friesland, Drenth e Groningen, a norte e Limburg a sul, regiões que perdiam população que migrava para a região oeste mais desenvolvida.

Os efeitos das políticas não foram exactamente os que se previam: a desconcentração de população e actividades fez-se para as áreas limítrofes ao *Randstad*, o que não lhe retirou força populacional e económica, mas antes traduziu-se no crescimento de pequenos aglomerados rurais dispersos e, conseqüentemente, num aumento do tráfego e num crescer da degradação ambiental e uma excessiva dispersão da população.

O segundo documento, publicado em 1966, tinha como objectivo prioritário controlar esta tendência de dispersão, objectivo que impunha a desconcentração de população e actividades da região central do *Randstad*, bem como o estímulo ao desenvolvimento das regiões periféricas localizadas a nordeste e sudeste do país. A estratégia, designada de “desconcentração concentrada” (HALL, 1975, pp. 238) assentava numa estrutura urbana hierarquizada do ponto de vista demográfico e funcional, sendo o nível superior encabeçado pelas cidades de Dordrecht, Roterdão, Haia, Amesterdão, Utrecht e Arnhem.

Figura 4.4. - O Princípio da “Desconcentração Concentrada” - Segundo Relatório de Planeamento Holandês



Fonte: HALL, P. (1975), pp. 239

Para o futuro desenvolvimento do *Randstad*, o governo sugeriu a concentração da população em aglomerados urbanos que permitissem implementar uma política de descentralização ao mesmo tempo que melhoraria a qualidade de vida das áreas urbanas, suburbanas e semi-rurais.

O terceiro documento sobre o planeamento holandês é um documento publicado em três relatórios, temporalmente desfasados, onde se diagnosticavam e propunham a resolução dos três grandes problemas do território holandês: o desequilíbrio na distribuição da população e das actividades, a urbanização e a problemática das áreas rurais. O primeiro relatório, designado *Relatório de Orientação*, foi publicado em Abril 1975 e apontava como objectivo principal a distribuição equilibrada de pessoas e emprego, sem esquecer a protecção das áreas naturais e rurais. Para resolver os problemas inventariados, o governo concentrou os incentivos ao investimento em algumas áreas e em alguns sectores e promoveu a saída de alguns serviços públicos da área do *Randstad* para outras regiões (VOOGD, 1982).

A segunda parte do relatório foi publicada como política governamental em 1977¹³ e referia-se ao estado da urbanização no país, nomeadamente da região oeste, onde se faziam sentir os problemas da concentração urbana com maior intensidade. A política a seguir não deveria assentar na desconcentração mas sim no ordenamento da região do *Randstad*. Neste segundo relatório, a questão do desenvolvimento das regiões periféricas foi defendida com mais moderação. A estratégia assentava no reforço funcional das pequenas cidades, no sentido de contrariar a tendência para o seu abandono a favor das grandes cidades. Em relação à região do *Randstad* e áreas limítrofes, o controle da difusão da população e urbanização assente na concentração em centros hierarquicamente organizados, foi substituída por uma outra, mais polarizadora, composta por um menor número de centros mas possuidores de maiores dimensões. Estes situam-se fundamentalmente na área central do país; Utrecht, Noord-Brabant, Overijssel e Gelderland.

As estratégias de desenvolvimento assentes na rede urbana e nos pólos de crescimento ocuparam também um lugar importante nas políticas de desenvolvimento regional da República Federal da Alemanha. Durante os anos sessenta, os contrastes entre as grandes cidades e o resto do território eram assinaláveis e o espaço rural na Alemanha Ocidental seguiu um percurso semelhante ao dos restantes países da Europa; o declínio da agricultura e a perda populacional a favor das grandes cidades. A necessidade de contrariar a concentração económica e demográfica nas regiões oeste e norte do país

¹³ A terceira parte do III Relatório do Planeamento, é o Relatório das Áreas Rurais de 1977. Considerava-se nesse relatório que as áreas rurais não eram somente áreas de produção agrícola, mas sim territórios com valores naturais, paisagísticos e patrimoniais a preservar.

motivou vários tipos de medidas por parte do governo federal onde, de uma maneira ou outra, as “cidades” tiveram um papel importante.

A primeira foi a atribuição de competências, em matéria de ordenamento do território, aos *Länder*, situação que ficou regulamentada com a aprovação da lei de 8 de Abril de 1965 (*Bundesraumordnungsgesetz*). Os *Länder* possuíam autonomia para delinear as suas políticas e aprovar os respectivos instrumentos. No âmbito dos *Länder* foram criadas regiões de planeamento que, salvo raras exceções, coincidiam com os limites administrativos do *Kreise* e das cidades independentes, *Kreisfreistadt*. Outro caso que beneficiou com esta reforma foi a região urbana do Ruhr que corresponde, em larga medida, ao *Länder* Renânia do Norte Vestefália (North-Rhine Westphalia).

Esta aproximação ao território não excluía a preocupação de que os vários *Länder* deveriam reger-se por princípios e métodos comparáveis, de modo a que as políticas fossem convergentes. Neste âmbito, seguindo os princípios de Christaller, foram considerados quatro tipos de centros (os pequenos, os inferiores, os médios e os superiores) para os quais eram definidos os tipos de serviços a fornecer à população na sua área de influência. Na década de setenta, privilegiaram-se os centros de média dimensão enquanto nos anos oitenta, a maior aposta foi para os centros superiores.

Para além da clara política de apoio à construção de uma rede urbana equilibrada, os centros urbanos foram igualmente alvo de tratamento privilegiado em outras acções da política regional. É o caso da política de apoio a áreas desfavorecidas, cuja legislação foi aprovada em 1969 (*Gemeinschaftsaufgabe Verbesserung der Regionalen Wirtschaftsstruktur*), onde os centros urbanos tiveram um lugar de destaque. Inicialmente foram consideradas três tipos de áreas: os “centros a desenvolver” (*Bundesausbauorte*), as “áreas a desenvolver” (*Bundesausbaugebiete*) e as “zonas de fronteira” (*Zonenrandgebiet*)¹⁴ para as quais foram aprovados incentivos especiais para a criação de emprego, nomeadamente na indústria e no turismo e desenvolvimento de infra-estruturas com vista ao aumento da acessibilidade (HALL, 1975).

Segundo HALL (1975), a criação destes pólos urbanos tinha por base o mesmo princípio das *metrópoles de equilíbrio* francesas mas o seu impacte foi muito distinto pois, enquanto em França se promoveram oito centros, na República Federal da Alemanha, o seu número ascendia a oitenta e um. Outra diferença apontada por HALL

¹⁴ Para além destas três áreas foram ainda consideradas mais quatro áreas periféricas que seriam alvo de planos especiais de desenvolvimento (três localizadas a norte e uma nos Alpes, a sul) (HALL, P. 1975).

(1975) é a dimensão dos centros e o facto dos centros se localizarem maioritariamente em regiões periféricas ao contrário da França, cujas *metrópoles de equilíbrio* se localizavam em territórios com dinâmicas de crescimento muito distintas. De facto, os centros não eram de grande dimensão e portanto a gestão do tráfego e dos transportes fazia-se com alguma facilidade e as exigências sociais e culturais da população satisfaziam-se mais facilmente.

A Itália é outro país onde os pólos de crescimento estiveram na base de uma política de correcção de desigualdades entre o norte industrial e o sul, de base agrícola, despovoado e menos desenvolvido. As primeiras medidas tomadas a favor do Mezzogiorno remontam a 1950, data em que foi criada a *Cassa per il Mezzogiorno*, entidade que encabeçou várias iniciativas de desenvolvimento regional. As primeiras medidas (1950-57) concentraram-se na reforma do sector agrícola mas mais tarde, as atenções viraram-se para a actividade industrial (1957-71), considerada fundamental para a criação de emprego e para a diversificação da base produtiva.

A política de industrialização integrava-se numa política mais vasta de promoção de pólos de crescimento que se reflectiram no crescimento dos pólos de Taranto e Bari. Segundo LAJUGIE *et al* (1979) a convergência não se verificou, muito embora o sul tivesse conseguido atingir taxas de crescimento iguais às verificadas no resto do país.

Paralelamente às diferenças estruturais entre o norte e o sul, o território italiano estava fortemente polarizado por quatro cidades que absorviam os emigrantes do mundo rural. Nos anos cinquenta, Milão, Roma, Turim e Nápoles absorviam os emigrantes do meio rural, mas em meados dos anos sessenta, o poder de atracção destas grandes cidades estendeu-se até cidades de média dimensão (100 000 – 200 000 habitantes) cujos habitantes migravam para as grandes cidades. O controle do crescimento das grandes cidades era um objectivo prioritário ao qual o Primeiro Plano Nacional, datado de 1965, se propunha dar resposta. O início dos anos setenta marca um nova etapa na política regional italiana; a área de intervenção da *Cassa do Mezzogiorno* alargou-se às zonas montanhosas do norte e outras áreas deprimidas e instituiu-se um novo regime de incentivos industriais.

A definição de uma política de cidades distribuídas pelo território e com a função de promover o crescimento económico das regiões em que se inserem também tomou forma em Espanha. O Primeiro Plano Nacional defendia claramente uma política de pólos de crescimento na perspectiva de Perroux ou seja, a promoção do desenvolvimento

industrial assente em algumas áreas. No III Plano Nacional a política regional reflecte as preocupações dos restantes países; desconcentração de população e actividades para fora das grandes cidades. Propunha-se o controle do crescimento de Madrid e a desconcentração da população e actividades através da promoção de um conjunto de *metrópoles de equilíbrio* (TEIXIDOR e HEBBERT, 1982) e o alargamento dos incentivos anteriormente destinados aos pólos de crescimento às regiões classificadas como *áreas de expansão industrial*.

No caso da Dinamarca, a problemática das regiões periféricas e o desemprego são os problemas dominantes nas políticas regionais desde meados de sessenta. A lei de desenvolvimento regional (*Lov om Egnsudvikling*) data de 1958, mas é em 1973 que é aprovada a lei que regulamenta o planeamento nacional e regional dinamarquês (*Lov om Lands og Regionplan*). Esta última incide sobre todo o território com excepção da Área Metropolitana de Copenhaga, que seria alvo de legislação específica criada um ano mais tarde (JENSEN, 1982). No caso dinamarquês, a política de desconcentração de actividades assente no desenvolvimento de pólos é menos vincada, podendo ser revista nas iniciativas que levaram à promoção de três pólos já existentes e que funcionariam como uma alternativa a Copenhaga: são eles Aalborg, Aarhus e Odense, cidades que durante as décadas de sessenta e setenta cresceram a um ritmo assinalável (ASHWORTH, BURTENSHAW, BATEMAN, 1991).

A diminuição das desigualdades passava pela promoção da indústria e dos serviços em cidades com uma população inferior a 5 000 habitantes, o que permitiria a racionalização dos recursos, dos incentivos, dos investimentos públicos e a definição de áreas especiais (JENSEN, 1982). Estes pequenos centros absorviam o êxodo dos campos envolventes e assim contribuía para a diminuição das diferenças entre a região de Copenhaga e as regiões periféricas. Este conceito de eficiência estava presente nos vários sectores da economia.

A Irlanda contemplou nas suas políticas regionais opções semelhantes aos restantes países da Europa. O *Relatório Buchanan*, em 1969, propunha que nos vinte anos seguintes, 75% do emprego industrial estivesse concentrado em nove centros urbanos. Para além deste objectivo, propunha-se ainda o desenvolvimento de dois centros (Cork e Limerick) que deveriam ser capazes de competir com a capital, que sózinha representava 40% do emprego industrial (BREATHNACH, 1982). Para além destes, previa-se o reforço dos investimentos em seis centros de carácter regional e o

desenvolvimento industrial das regiões em que estes se inserem. A política de desenvolvimento completava-se com a promoção de mais quatro centros de carácter local, que deveriam ser centros de serviços.

As cidades médias embora não sendo o alvo directo destas políticas, reflectiam a aplicação. Quanto à questão da sua efectividade, os vários autores citados apontaram os seus efeitos e, sobretudo, as suas falhas.

Na segunda metade da década de setenta e durante oitenta, o contexto económico e social que caracterizou a Europa e o Mundo favoreceu a desconcentração produtiva e territorial e nesse contexto, algumas cidades médias, enquadradas ou não por políticas de natureza regional, beneficiaram e afirmaram-se nos contextos regionais e nacionais em que se inseriam.

4.4. A retoma das cidades médias num contexto de afirmação das políticas de base territorial

Os relatórios *EUROPA 2000* (1991) e *EUROPA 2000+* (1994b), enfatizam o papel das cidades médias para o desenvolvimento de um sistema urbano equilibrado e reconhecem as suas potencialidades do ponto de vista demográfico, económico, social e ambiental, como condições necessárias para a condução de processos de desenvolvimento sustentável.

Paralelamente a *European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions*¹⁵ iniciou um projecto em 1993 cujo principal objectivo era a análise do papel das cidades médias no processo de desenvolvimento socio-económico e ambiental das regiões, em particular nos países periféricos da Europa, onde os problemas de desenvolvimento se põem com maior acuidade. Para além desse objectivo, o projecto procurava identificar acções e projectos inovadores, formas de cooperação e mecanismos

¹⁵ O projecto intitulado "Medium-sized Cities and Socio-Economic and Environmental Improvements in the regions of the EU" deu lugar à realização de vários workshops: Alicante, 16-17 Dezembro de 1993, Volos, 16-17 Junho de 1994, Oviedo, 19-20 Setembro de 1994 e Lavrion, 4-6 Outubro de 1995. No workshop de Lavrion, subordinado ao tema "Intermediate Cities in Search of Sustainability" sublinhou-se a importância dos sectores dos transportes, emprego e habitação como positivos para a sustentabilidade e sucesso das cidades médias na Europa.

e instrumentos da administração local que potenciem a melhoria das condições vida e de trabalho das populações¹⁶.

Parece então que a retoma das cidades médias exigiu um novo olhar sobre estas, sobre as suas potencialidades e estrangulamentos, elementos fundamentais para a implementação de políticas de base territorial.

4.4.1. Forças e oportunidades das cidades médias – a componente territorial do desenvolvimento

As cidades médias, fora da influência das áreas metropolitanas, apresentam um conjunto de potencialidades ao nível económico, social, ambiental e político-institucional que deve ser sublinhado e utilizado como um recurso para a implementação de políticas.

Do ponto de vista *demográfico*, LAJUGIE *et al* (1979) considerava que as cidades médias possuíam a dimensão demográfica necessária para viabilizar a utilização de equipamentos e infra-estruturas de nível regional, ao mesmo tempo que possuem potencial para gerar um conjunto de funções produtivas de nível hierárquico intermédio.

A nível *económico-produtivo*, estas cidades beneficiaram do processo de desconcentração produtiva e territorial, tendo sido um dos locais onde as pequenas e médias empresas tiveram e têm maior expressão. De facto, algumas cidades afirmaram-se como centros de produção industrial e de prestação de serviços especializados, uma forma de reforçar a sua capacidade competitiva. O aproveitamento das potencialidades locais e a presença de uma mão-de-obra que em vez de migrar para as grandes cidades se foi localizar nas pequenas e médias cidades, permitiu o desenvolvimento de limiares mínimos de consumo e de sinergias para a criação de empresas locais (EFILWC, 1994, 1997).

Para VAZQUEZ BARQUERO (1993), os sistemas produtivos locais surgem frequentemente associados a cidades médias não metropolitanas que possuem funções e infra-estruturas urbanas que impulsionam o desenvolvimento económico e empresarial,

¹⁶ A rede, ao início constituída por cinco cidades de três países (Kavala na Grécia, Perugia e Parma em Itália, Oviedo e Alicante em Espanha) alargou-se a 38, que no seu conjunto representam o quadro europeu diversificado. Évora e Rhodes, juntaram-se à rede ainda em 1993.

enquanto MAILLAT (1995, citado por HALLIN e MALMBERG, 1996) reconhece que, paralelamente às grandes cidades, os territórios que revelaram uma dinâmica positiva foram cidades ou regiões que assumiram as características de “meios inovadores”, ou sejam reuniram a existência de um conjunto de actores com iniciativa, a presença de elementos materiais, imateriais e institucionais e conseguiram a interação de actores baseada na cooperação.

Por outro lado, as cidades médias beneficiaram das políticas dos anos sessenta a inícios de setenta. De facto, as políticas de desenvolvimento regional desse período fomentaram o crescimento de um conjunto de funções de nível hierárquico médio e superior e obviamente que as funções ligadas à administração central cresceram significativamente, criando emprego e qualificando as cidades dos níveis intermédios da hierarquia. Tal facto teve dois efeitos: atraiu uma população das áreas rurais ao mesmo tempo que motivou alguns residentes das grandes áreas urbanas a mudarem-se para estas cidades.

Por outro lado ainda, o processo de desconcentração produtiva assentou no reforço das pequenas e médias empresas, onde o auto-emprego assumiu uma posição muito forte. Esta foi uma forma de regulação importante nas cidades de média dimensão, pois o auto emprego não só conferiu maior flexibilidade ao mercado de trabalho, como se traduziu numa melhor adaptação às qualificações da população, como ainda contribuiu para manter baixos níveis de desemprego.

LAJUGIE (1974) e SESAME-DATAR (1972) referem que a estrutura de qualificações da mão-de-obra residente nas cidades médias, é ela também média, o que sustenta actividades industriais, serviços sociais e serviços pessoais, sem que se gerem grandes conflitos entre a procura e a oferta de emprego.

Do ponto de vista ambiental e da qualidade de vida das populações, o *EUROPA 2000+* (1994b) enfatiza as potencialidades das cidades médias em relação às grandes cidades onde estas se degradaram. HALL (1993) refere também que as cidades médias não só apresentam maior flexibilidade para a resolução de problemas ambientais como apresentam um padrão de qualidade de vida mais elevado e um património cultural, histórico e natural mais rico.

Um aspecto que permite valorizar a qualidade de vida das populações residentes nas cidades médias relaciona-se com os seus quotidianos face às grandes cidades. Nestas, a suburbanização estende-se a territórios cada vez mais longínquos, aumentando a

amplitude dos movimentos pendulares, estes com custos muito elevados para a qualidade de vida da populações urbanas. Por outro lado, a grande separação entre o local de trabalho e de residência associadas a uma menor disponibilidade de tempo livre, levaram a um degradar das relações e práticas de sociabilidade, situação que não se verifica nas cidades médias, propiciando às cidades médias maior proximidade à vivência local (TOINARD, 1996).

Outro aspecto importante dos quotidianos das famílias, é que as cidades médias ao mesmo tempo que possuem equipamentos públicos iguais aos das grandes cidades (caso das universidades e dos hospitais), utilizam igualmente as novas formas de comércio a retalho (franquia) que permitem às famílias encontrar os mesmos bens e serviços que se podem encontrar nas grandes cidades (GASPAR *et al*, 1998).

Outra razão comumente apontada na valorização da qualidade de vida das cidades médias é a preservação de relações pessoais e de solidariedades sociais. Nas grandes cidades, os locais de residência e de trabalho, bem como, os horários são cada vez menos coincidentes, o que limita o tempo livre e as oportunidades de estabelecer relações, situação que é menos marcante nas cidades médias. Por outro lado, e apesar da tendência de redução da dimensão média das famílias, as exigências em termos de espaço aumentam, os alojamentos tem uma dimensão mais elevada, há um retorno à habitação unifamiliar e aumenta a necessidade de espaço associado às novas práticas culturais e recreativas. Conseguir isso na grande cidade tem grandes custos financeiros (habitação a preços mais elevados) e temporais (implica viver mais longe), situação que na cidade média é de mais fácil resolução.

Conclui-se que, no seu conjunto, as cidades médias beneficiam de localizações favoráveis, da existência de um relevante património arquitectónico e histórico, menos trânsito e agitação e outras possibilidades de evasão ao fim de semana para o campo em redor. Como referem BAILLY, BUTLER e LEONTIDOU (1996), a propósito das tendências de evolução do espaço urbano europeu, a atracção por lugares com elevado nível de qualidade social, cultural, histórica e ambiental oferece novas possibilidades às áreas rurais, às pequenas e médias cidades e às áreas centrais das cidades abandonadas, dando lugar a um novo quadro de relações territoriais.

Em termos sociais, as cidades médias têm menores problemas de desemprego e exclusão social do que as grandes metrópoles (EFILWC, 1996a). A dualidade em termos de funções, de qualificações e de estruturação social que caracteriza as grandes cidades é

menos expressiva nas cidades médias, que possuem funções e segmentos “intermédios” do mercado de trabalho, acompanhadas por estruturas sociais mais equilibradas.

Por outro lado, a expansão de pequenas e médias empresas e o auto-emprego, constituíram formas de regulação importantes nas cidades médias. As cidades médias funcionaram ainda como um filtro social pois absorveram as populações rurais pouco qualificadas (DODIER, 1996).

Em termos territoriais, as cidades médias apresentam menores conflitos com os territórios envolventes que as grandes cidades e portanto funcionam como “filtros” entre as grandes e as pequenas cidades (EFILWC, 1996a). As cidades médias não são apenas o ponto de transição dos rurais para o mundo urbano das grandes cidades, mas possuem novos papéis; o de animação do espaço rural e de motor do desenvolvimento local e regional.

Embora se reconheçam este conjunto de potencialidade às cidades médias, estas debatem-se com alguns problemas, que se acentuaram particularmente com a globalização e a crescente integração económica, financeira e geo-estratégica das maiores cidades europeias.

4.4.2. A necessidade de contornar as fragilidades e prever as ameaças das cidades médias

A globalização, o aumento da competitividade, a constituição do Mercado Único e a construção de redes transeuropeias vieram colocar novos desafios às cidades médias. A concentração de serviços, a inovação, o conhecimento e o saber favoreceu o “centro” em detrimento da “periferia”, acentuando-se as diferenças entre as grandes aglomerações e as pequenas e médias cidades. CHESHIRE e HAY (1989) designam este efeito de “periferização da periferia” enquanto HALL (1993) fala numa “rehierarquização” dos sistemas urbanos, fenómeno desfavorável para as pequenas e médias cidades que, durante os anos noventa, perderam população, rendimento e emprego a favor das grandes aglomerações.

Por outro lado, a globalização e o crescimento das multinacionais reflecte uma diminuição da autonomia urbana e regional no controle dos mercados ou seja, aumenta o

poder supranacional e, ao mesmo tempo, diminui a importância do nível local/nacional (AMIN, 1992, HARDING, 1997). Da posição destes autores podemos deduzir que a situação é desfavorável para pequenas e médias cidades, particularmente as localizadas em regiões periféricas.

Outro aspecto menos positivo das cidades médias prende-se com a carência de funções de nível hierárquico superior, estas naturalmente concentradas nas grandes aglomerações. As cidades médias assumem-se como espaços de produção especializada ou como centros regionais, com as vantagens e desvantagens que essa situação acarreta. No entanto, afastadas das funções de nível hierárquico superior e impossibilitadas de participar nas redes globais, as cidades médias têm como alternativa desenvolver as suas potencialidades e contornar os seus estrangulamentos, através da mobilização dos recursos endógenos e da sua inserção em redes de regionais ou internacionais. Esta é a perspectiva mais favorável da sua inserção no quadro global.

Contudo, nem todas as cidades possuem a mesma capacidade de se integrarem ou desenvolverem meios favoráveis à sua afirmação e, neste caso, as cidades médias assentam a sua competitividade em factores tradicionais como a mão-de-obra barata ou a presença de fontes de matérias-primas, desenvolvendo-se como espaços de produção industrial estandardizada.

DODIER (1996), a propósito da realidade francesa, aponta as cidades médias como sistemas de "funções incompletas", com uma predominância da produção industrial e um tecido social relativamente homogéneo, onde os sectores secundário e terciário inferior estão sobre-representados. Isto levanta a questão da posição das cidades médias na divisão territorial do trabalho e se as cidades médias estarão ou não "numa fase de transição para as formas flexíveis de produção ou serão ainda fordistas" em termos de organização da produção.

Em cidades de dimensão média inferior, fora da influência das grandes metrópoles, colocam-se também problemas de viabilização económica de serviços e equipamentos de nível superior. As leis do mercado afastam em primeiro lugar os serviços privados mas progressivamente os serviços públicos vão alargando a sua área geográfica de intervenção, o que necessariamente se traduz numa redução do número e diversidade de serviços prestados. Este é um dos grandes estrangulamentos das cidades médias, pois afecta sectores vitais como a saúde, a educação e os transportes, sectores com elevado impacte social.

Outro aspecto a sublinhar decorre do quadro de competitividade a que as cidades e as regiões estão sujeitas e que incentiva o desenvolvimento de políticas de promoção da actividade económica em detrimento das actividades sociais (JESSOP, 1992, pp. 12 citado por HARDING, 1997, pp. 294). A intensidade das pressões e as formas que estas assumem variam de país para país e de cidade para cidade, e neste contexto as cidade médias debatem-se necessariamente com mais dificuldades.

Em termos ambientais e qualidade de vida das populações, as cidades médias possuem já alguns problemas e dificuldades que se relacionam com a poluição, com o congestionamento de tráfego e com a gestão e conservação dos recursos naturais.

Embora as cidades médias, pela sua dimensão, reflectam menos os fenómenos de poluição industrial e urbana que as grandes aglomerações onde os efeitos são potenciados, é nas cidades médias que encontramos algumas das indústrias mais poluentes. São os casos dos lanifícios, das agro-alimentares, do papel e das celulosas ou, ainda, das indústrias pesadas, como as localizadas no País Basco.

Outro fenómeno que começa a ganhar importância é o congestionamento de tráfego motivado por crescimento do transporte individual, que tem conduzido não só a uma diminuição da qualidade ambiental, como da qualidade de vida dos seus habitantes. No estudo realizado pela EFILWC (1994, 1997) este problema é levantado nas cidades de Coimbra, Toledo, Kavala, Alicante, Siena e Galway, entre outras.

Cerca de 48% das deslocações diárias efectuadas na cidade de Siena, faziam-se em automóvel próprio, valores que em Galway, Perugia e Évora, ascendiam a 63%, 69% e 73%, respectivamente (EFILWC, 1997). No caso de cidades com um centro histórico importante este problema coloca-se com maior acuidade, pois não só as vias não estão preparadas para o aumento do tráfego, como também a poluição provocada por este é nefasta para a conservação do património.

O terceiro aspecto a ter em conta em termos ambientais relaciona-se com a dotação de infra-estruturas e equipamentos de abastecimento de água e de recolha e tratamento de resíduos. Em algumas cidades médias, nomeadamente nas localizadas nas áreas rurais ou periféricas, o nível de dotação de equipamentos e infra-estruturas não garante uma resposta adequada ao crescimento urbano e produtivo dessas cidades, constituindo-se como mais um factor de insustentabilidade. É ainda de referir, que algumas cidades médias foram centros de indústrias pesadas e poluentes e sofrem hoje os

efeitos dessa concentração industrial, com graves problemas de descontaminação de solos, por exemplo, condicionando as alterações do seu uso.

No domínio demográfico, emerge o problema dos idosos. Algumas cidades médias são cidades com estruturas demográficas envelhecidas e onde se colocam as mesmas interrogações quanto ao isolamento, carência de equipamentos de apoio e do acompanhamento familiar em caso de doença. Os quotidianos das famílias nas cidades médias beneficiam das vantagens das grandes cidades mas, por outro lado, parecem estar a reproduzir com grande facilidade os problemas das grandes cidades (EFILWC, 1997).

Atendendo ao futuro, parece importante reflectir sobre o papel dos idosos no processo de desenvolvimento das cidades médias. O ambiente e a qualidade de vida proporcionada pelas cidades médias permite levantar a questão da sua atractibilidade para residência de idosos e como tal, importa repensar as respostas à possibilidade de expansão de um novo mercado (CE, 1994d). Contudo, em estudo recente, GERVAIS (1999) levanta algumas reservas ao futuro de algumas cidades médias francesas. Bem equipadas e com uma oferta de habitação mais barata, continuam a não atrair a população mais jovem, atraindo antes uma população de reformados com níveis de rendimento e de mobilidade mais elevados, não contribuindo para a alteração da estrutura demográfica.

Quadro 4.7. - Percentagem de população com mais de 60 anos em algumas cidades médias europeias

Ano	Lamia	Ravena	Roskilde	Speyer	Thermi	Zwolle
1981	14,0	20,0	17,5	22,0	17,0	-
1991	15,0	24,0	19,5	21,8	35,0	21,3
2000*	17,0	-	19,6	-	-	-
País (1990)	19,3	20,0	20,0	20,7	19,3	17,2

*Estimativas

Fonte: CE (1994d)

Em termos sociais, é referido que as cidades médias são menos afectadas por fenómenos de desemprego e exclusão social. Contudo, a globalização e a competitividade económica introduziram novas formas de segregação social e urbana, cujos efeitos não se limitam à grandes cidades mas são já visíveis nos pequenos e médios aglomerados. Cidades ou regiões que baseiem a sua competitividade em factores materiais como o baixo custo da mão-de-obra, privilegiam a mão-de-obra mais jovem cujo grau de instrução é superior e, como tal, oferece à entidade empregadora maior possibilidade de mecanizar funções. No entanto, essa mão-de-obra não auferirá salários elevados, o que

condiciona a ascensão social e as práticas quotidianas e culturais. Por outro lado, algumas cidades médias afectadas pela crise manifestaram dificuldades de reconversão e de combate ao desemprego, apresentando-se com os mesmos problemas de exclusão social que outras cidades de maior dimensão.

Outra questão que se coloca é o efeito das tecnologias de imagem e de informação ao nível do comportamento das famílias. O seu efeito é uniforme nas grandes, médias e pequenas cidades, verificando-se que estas contribuíram para um «fechar das famílias em casa» fragilizando o que constituía um ponto forte das cidades de médias e pequena dimensão; a maior proximidade à vivência local e a maior facilidade no exercício da cidadania. O estudo de algumas práticas culturais das famílias residentes em algumas cidades médias portuguesas mostra que o vídeo substituiu o cinema, o computador o clube recreativo ou desportivo e a *internet* substituiu o papel social da ida ao café (GASPAR *et al*, 1998).

Do ponto de vista da coesão territorial, um aspecto negativo associado às cidades médias é o efeito de esvaziamento que estas induzem nos territórios envolventes. Este aspecto é particularmente válido em áreas menos desenvolvidas ou menos povoadas, onde o protagonismo da cidade é fruto do continuado efeito de polarização de população e actividades dos territórios rurais envolventes. Frequentemente apontada como uma potencialidade, alguns autores reconhecem também alguns dos efeitos negativos desta polarização, nomeadamente o despovoamento e a marginalização económica dando lugar ao que foi identificado como efeito de "ilha" (CE, 1994d).

Contudo, mais recentemente, os resultados de investigações apontam para uma nova leitura sobre o efeito de polarização das cidades médias. O aumento do nível de vida das populações e o aumento da mobilidade proporcionado pela expansão do transporte privada explica um movimento de "retorno às origens" por parte da população que emigrou das áreas rurais para as cidades de média dimensão.

Neste âmbito, há que rever a perspectiva de análise no sentido de incorporar outros critérios como a preservação e herança de um património natural, paisagístico e cultural, configurando-se naturalmente um novo quadro de relações cidade-campo, como parecem apontar as perspectivas de ordenamento do espaço europeu futuro.

4.4.3. Do planeamento estratégico à integração em rede - aproveitar as potencialidades e contornar as fragilidades

As potencialidades e estrangulamentos anteriormente enumerados, e sintetizados no quadro 4.8., sublinham o papel do planeamento estratégico como um instrumento de acção municipal particularmente adaptado às cidades médias.

O planeamento estratégico permite enumerar as forças e as fragilidades actuais das cidades médias ao mesmo tempo que identifica as oportunidades e ameaças com que estas se debaterão no futuro. Este aspecto foi sublinhado pela rede formada pelas cidades de Évora (Portugal), Charleroi (Bélgica), Lamia (Grécia), Roskilde (Dinamarca), Speyer (Alemanha), Tarragona (Espanha), Zwolle (Holanda) e a Associação ETAAEP (associação de cinco municípios dos subúrbios de Salónica) que desenvolveu uma metodologia de elaboração de planos estratégicos em cidades médias (CE, 1994d) sintetizada no quadro seguinte.

Outro aspecto a sublinhar nas estratégias desenvolvidas pelas cidades médias é a sua inserção em redes, estratégia que lhes conferiu novas oportunidades e propiciou o aproveitamento de vantagens competitivas destas cidades. Do conjunto de redes formadas salientam-se cinco redes transnacionais enquadradas no Programa RECITE:

- a *Comissão das Cidades Médias*, que enquadra cinco temas de cooperação: desenvolvimento do potencial endógeno e integração urbana, inovação urbana, potencial científico e tecnológico, renovação urbana e desenvolvimento das cidades médias;
- o *Polis*, projecto de introdução de novas tecnologias no domínio dos transportes e mobilidade em meio urbano;
- a *Câmara de Comércio e Indústria*, rede constituída com o objectivo de recolher e trocar informação no domínio das pequenas e médias empresas, concessão de formação profissional em áreas específicas e a constituição de um observatório económico local;

Quadro 4.8. - Síntese das "Forças e Oportunidades" e das "Fragilidades e Estrangulamentos" das cidades médias

Domínio	Forças	Oportunidades	Fragilidades	Ameaças
Demográfico	<ul style="list-style-type: none"> • Concentração Populacional • Em áreas de baixa densidade populacional e econ. Exercem o efeito de polarização 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar novos serviços para os quais haverá procura 	<ul style="list-style-type: none"> • Em áreas marginais e de baixa densidade populacional e econ.: Estruturas demográficas envelhecidas 	<ul style="list-style-type: none"> • Fora das regiões metropolitanas: Estagnação da base económica e social de cidade
Económico	<ul style="list-style-type: none"> • Base económica assente em pequenas e médias empresas • Auto-emprego • Mão-de-obra abundante • Base econ. Diversificada • Base econ. Especializada em sectores de exportação 	<ul style="list-style-type: none"> • Especialização em sectores - Inovação em alguns sectores - Aproveitar o saber-fazer 	<ul style="list-style-type: none"> • Pequena dimensão das empresas como um obstáculo à internacionalização e à inovação • Predominância de empresas / estruturas fordistas 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de adaptação às oscilações do mercado • Desemprego
Ambiental e da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos naturais e patrimoniais • Menor pressão sobre os recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento dos recursos naturais e patrimoniais para fins económicos • Melhor padrão habitacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemas de poluição • Ordenamento do centro das cidades (caso cidades com uma importante zona histórica) • Carências de habitação social • Carência ou ausência de transportes públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Em regiões que sofrem grande pressão urbana: falta de qualificação urbana • Em cidades crise/base ec. Pouco diversificada: emergência de sinais de exclusão social e espacial • Congestionamento e falta de estacionamento
Institucionais e Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura Local • Grande diversidade de actores 	<ul style="list-style-type: none"> • Tirar vantagens da descentralização • Maximizar o papel da Universidade • Desenvolver novas formas de parceria 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraco protagonismo de alguns actores • Posição geográfica e uma base económica débil, não favorecem a acção dos actores 	

- a rede *Eurocities*, formada por cerca de setenta cidades que desenvolvem cooperação internacional em vários domínios de interesse comum;
- e a rede *Estratégias das Cidades Médias*, criada com o objectivo de identificar estratégias e potencialidades de desenvolvimento, e na qual se integrou a cidade de Évora (BONAVERO e DANSERO, 1998, pp. 278-279).

Para além das redes transnacionais enquadradas por programas e financiamentos comunitários, formaram-se redes de cidades com base na sua proximidade geográfica em domínio muito especializados. No caso italiano destacam-se as sociedades regionais na Emilia-Romana, os centros de investigação científica em Veneza, Pádua e Bolonha e a realização de feiras na Emilia Romana (Bolonha, Ferrara e Modena).

O sucesso da região de Baden-Württemberg¹⁷, considerada como um dos principais centros da indústria alemã (mecânica, automóvel, equipamento eléctrico e electrónico), assenta na articulação entre quatro sectores importantes: a investigação-desenvolvimento, a qualificação, a vertente dos grandes grupos industriais e as pequenas e médias cidades. Estes quatro grupos formam o "Polígono de Recuperação Industrial".

De entre as várias redes que se podem encontrar na região refiram-se a Sociedade Fraunhofer, a Fundação Steinbeis e a V.K.U. (União das empresas industriais municipais). A Sociedade Fraunhofer, é uma associação de industriais, sindicatos, uniões patronais e representantes do estado, que ocupa 5 700 funcionários (35% são investigadores e engenheiros) e cujo objectivo é a prestação de serviços de investigação e desenvolvimento às PME's. Outro exemplo é a formação da Fundação Steinbeis (constituída por 1 000 professores e engenheiros) é uma rede que envolve 80 centros de transferência de informação e 23 institutos de investigação. A V.K.U. (União das empresas industriais municipais) é uma rede de empresas que fornecem serviços do domínio urbano como os transportes e a energia (CONSEIL ECONOMIQUE ET SOCIAL, 1991).

Enquanto em Itália as redes têm uma génese espontânea, no caso alemã estas são promovidas ou impulsionadas pelo governo federal, que para tal concede ajudas financeiras (CONSEIL ECONOMIQUE ET SOCIAL, 1991). No caso francês, encontramos dois tipos de redes:

¹⁷ Envolve 9.4 milhões de habitantes e inclui cidades como Estugarda, Karlsruhe, Mannheim, Heidelberg, Pforzheim, Friburgo e Ulm.

- as redes encabeçadas por uma metrópole (Lille e as principais cidades da região Nord-Pas de Calais, de Toulouse e principais cidades do Midi-Pyrénées e o Languedoc-Roussillon com o múltiplo tecnológico regional)
- e as redes de associação, redes de cidades em que nenhuma é líder. As redes das cidades de Reims-Chalons-Troyes, de Poitiers-Niort-La Rochelle-Angoulême e Alençon-Le Mans-Tours.

As primeiras integram-se numa estratégia da administração central que visava criar uma rede de cidades de nível europeu (a formação de grandes regiões urbanas encabeçadas por uma capital regional), mas as segundas nasceram por iniciativa das próprias cidades. Para além da génese, outro aspecto que as distingue são as formas de cooperação que estas desenvolvem; enquanto as primeiras assentam na cooperação metrópole-região as segundas resultam da cooperação intercomunal.

Contudo, o aproveitamento das potencialidades, o contornar dos estrangulamentos dependem do comportamento dos actores e da forma como estes se entrosam nas políticas regionais e urbanas. No trabalho realizado pela Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e do Trabalho reconhece-se que as cidades médias apresentam vantagens em relação às grandes cidades, pois possuem maior “capacidade institucional” de responderem e captarem novas actividades económicas e oportunidades (EFILWC, 1994, pp. 12).

Por outro lado, os estudos sobre os sistemas produtivos locais ou sobre os meios inovadores, demonstraram que as cidades médias que têm um elevado grau de participação em redes ou onde se verifica uma forte interrelação entre os vários agentes, aproximam-se dos objectivos da competitividade, qualidade ambiental e coesão social. Efectivamente, um quadro económico favorável resulta numa forte coesão entre os agentes institucionais, a estrutura social e a cultura local, situação que tem sido conseguida de forma mais eficaz nas cidades médias.

As autoridades locais são um dos principais agentes de desenvolvimento, quer pela capacidade política de intervenção, quer pelo papel que podem desempenhar no estímulo de práticas inovadoras. A dinâmica das cidades médias está fortemente associada à dinâmica das autarquias e à sua capacidade de concertação de objectivos, envolvimentos e financiamentos.

A "Universidade" é outro agente que tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento de algumas cidades médias, não só porque constitui uma entidade

geradora de emprego como contribui para a integração da cidade em redes de conhecimento. Para além das redes que se formam no âmbito do programa Sócrates, existem outros programas europeus que financiam a troca de conhecimentos entre instituições de ensino e investigação de vários países e regiões.

Paralelamente a estes efeitos, reconhece-se o seu papel no enriquecimento da vida cultural e social das cidades e, quando utilizam edifícios de elevado valor patrimonial reconhece-se ainda o seu contributo para a manutenção e valorização do património local (reabilitação e reutilização de edifícios com elevado valor patrimonial).

Outra dimensão da capacidade institucional são as associações empresariais e económicas que para além de encetarem acções de promoção da base económica da cidade, fornecem informação e apoio aos empresários, organizam eventos de promoção e divulgação (como feiras, mostras, seminários) e prestam assistência técnico-jurídica.

Os parceiros sociais são outro agente a assinalar. A sua acção reivindicativa esteve durante muito tempo circunscrita às grandes cidades mas, no início dos anos noventa, a situação alterou-se, quer pelo desenvolvimento de novas actividades, quer pelas novas exigências e dificuldades que se puseram às cidades e aos trabalhadores, e os sindicatos locais ou as representações locais dos sindicatos nacionais, ganharam protagonismo. No trabalho da EFILWC (1997), referenciam-se alguns casos onde se verifica um crescente grau de consenso entre empresários e sindicatos que partilham uma visão integrada do desenvolvimento da sua cidade, nomeadamente na melhoria da qualidade ambiental, que quando conseguida contribui para a sustentabilidade da cidade. Outra área onde se podem encontrar interesses comuns é a área do emprego e da formação profissional, que não tendo impacte directo no desenvolvimento da cidade, contraria os efeitos negativos do desemprego estrutural e da exclusão social.

As cidades médias que registam performances de desenvolvimento positivas são cidades com uma “cultura local de colaboração e cooperação” mas nem todas as cidades reúnem este conjunto de potencialidades e de agentes activos, sendo os processos de concertação e valorização das suas potencialidades mais difíceis de conseguir.

Enquadradas numa lógica de cooperação inter-actores têm-se desenvolvido vários projectos com incidência urbana ou local, que constituem experiências muito positivas para o desenvolvimento e para a melhoria da qualidade de vida das populações das pequenas e médias cidades.

No domínio dos transportes e das acessibilidades, a predominância de utilização de transporte privado e os problemas de tráfego exigiram a implementação de medidas que se podem agrupar em três grandes tipos:

- a limitação do uso de transporte individual no centro das cidades;
- reforço ou introdução de novas modalidades de transporte público;
- e o condicionamento ao estacionamento no centro das cidades.

De entre vários exemplos, cite-se o caso de Perugia, cidade que, em 1975, criou uma zona pedonal no centro de cidade. As medidas tomadas foram evoluindo e hoje existem restrições ao tráfego automóvel durante o dia, enquanto na periferia da cidade se desenvolveu um sistema de "park and ride".

No campo social, algumas cidades encetaram projectos de combate ao desemprego e à exclusão social. Citem-se as *Local Employment and Trading* (LETS) existentes no Reino Unido, instituições que permitem a troca de bens e serviços através de uma moeda local. O objectivo é "permitir às pessoas fornecer e receber serviços socialmente úteis quer tenham ou não um emprego convencional ou tenham rendimentos disponíveis" (CE, 1994a, pp. 93). A LET de Cardiff é formada por associações locais não lucrativas que angariam recursos para posteriormente fornecerem crédito aos seus membros. Em Cardiff existem também comunidades empresariais que reparam e revendem mobília abandonada ou oferecida e prestam serviços de jardinagem a pessoas idosas.

Em Maastricht, tomaram-se medidas de combate aos *graffitis*, veiculadas num programa que incluía desde medidas de controle e punição para agressores, a programas educacionais de remoção de *graffitis* e, nos casos dos mais talentosos, de formação no domínio do desenho. Os resultados alcançados foram positivos pois num espaço de dois anos, as pinturas efectuadas na zona da estação, decresceram 80% a 90% (EFILWC, 1997).

No domínio do ambiente desenvolveram-se várias iniciativas inovadoras quer no que diz respeito às entidades envolvidas, quer nas formas de implementação do projecto. Entre as iniciativas contam-se a formação de organizações não lucrativas, maiormente associadas ao poder local, cuja função é fornecer apoio e formação às empresas no sentido de estas utilizarem técnicas e formas de gestão não poluentes.

Uma iniciativa de interesse foi a construção do *Parque Urbano de Huelva*, iniciativa que envolveu vários parceiros sociais, que reabilitou um depósito de lixo industrial que totalizava uma área de 400 ha.

Outro exemplo a citar é o *Programa Estruturado para a Região de Emscher* no vale do Ruhr, cujo principal objectivo foi o desenvolvimento urbano e a renovação ecológica da região. Inclui projectos para o desenvolvimento de parques industriais e científicos, que incentivem actividades que se especializem em tecnologias do ambiente (CE, 1994a)

Em Rimini teve lugar um projecto de gestão de lixo e espaços verdes. Para tal foi constituída uma empresa pública, que geria simultaneamente os sectores do lixo e dos espaços verdes e que lançou duas campanhas: uma campanha de recolha de papel de uso doméstico e outra de recolha de lixo orgânico em hotéis. No primeiro caso, a empresa, na entrega de papel oferecia uma planta, no segundo caso era produzido um composto orgânico que alimentava os espaços verdes dos hotéis e da cidade. Para tratar este lixo foram criadas duas ecoestações, uma de reciclagem de papel e outra de queima orgânica.

Em Stockley, o partenariado entre uma empresa, as autoridades locais e a universidade deu lugar a um parque de negócios internacional e um parque público de recreio. Como contrapartida da construção do parque de negócios de 36 ha, a empresa deveria assegurar a manutenção da paisagem e do ambiente dos restantes 140 ha.

Outro projecto integrado que merece destaque é o desenvolvido por Leicester, primeira cidade britânica a implementar políticas ambientais no domínio urbano. O programa da *Cidade Ambiental*, desenvolveu-se em oito temas onde se contam a energia, construção, património natural, ambiente social, economia e trabalho, transportes, resíduos e poluição, agricultura e alimentação, que incluem iniciativas diversas.

Este conjunto de iniciativas aqui apresentadas não esgotam de forma alguma o universo de projecto desenvolvidos, mas constituem apenas alguns casos de estudo divulgados a nível europeu e considerados bem sucedidos.

4.5. As políticas de outros países não europeus

As políticas adoptadas pelos países em vias de desenvolvimento entre os anos 50 e 80 incidiram, sobretudo, na economia dos países, muito embora algumas das estratégias

assentassem na promoção de pequenas e médias cidades. Considerando o contexto de fraco desenvolvimento económico, grande dependência da agricultura e baixo nível de urbanização, a aposta nas médias e, sobretudo, nas pequenas cidades parecia ser a melhor opção para reorganizar territórios, promover a diversificação da base produtiva, «mercantilizar» a produção agrícola através da sua introdução nos mercados regionais e melhorar a oferta de infra-estruturas e equipamentos sociais (escolas, hospitais, serviços públicos). A localização de serviços, incluindo serviços de apoio ao sector agrícola e ao escoamento da produção, conferiam aos pequenos centros o papel de integradoras das áreas rurais na economia nacional. No entanto, verificou-se que estas jogaram um fraco papel na absorção do êxodo, comprometendo o objectivo de promover sistemas urbanos mais equilibrados (RONDINELLI, 1982).

Quadro 4.9. - Número, população e taxa de crescimento das Cidades Médias* nos países da periferia e semi-periferia, 1950, 1970 e 1980

	Nº de cidades			População (10 ³)		Varição
	1950	1970	1980	1970	1980	1970-80
África	22	74	81	18 203	30 024	64,9
Médio Oriente	19	56	66	14 068	24 617	74,9
América Central	13	36	37	10 153	16 847	65,9
América do Sul	34	105	110	32 263	51 988	61,1
Sudeste Asiático	213	335	350	150 397	204 079	35,7
Total	301	606	644	225 084	327 555	45,5

* Neste estudo, a ONU, considerou cidades médias, todas as cidades com mais de 100 000 habitantes excepto a capital
 Fonte: RONDINELLI, 1982, pp. 258, Compilado de ONU, *Patterns of urban and rural population growth* (Population Study; nº68), Nova Iorque, Quadro 48.

Várias razões explicam essa evolução. Em primeiro lugar, as políticas dos países em vias de desenvolvimento foram pensadas numa lógica *top-down* de carácter fortemente sectorial, centradas na expansão industrial e na construção de infra-estruturas de transporte, relegando para segundo plano a construção de habitação, infra-estruturas e equipamentos de apoio à população. Por outro lado, não foi definida nenhuma política de carácter territorial ou seja, a evolução do território reflectiu a ausência de políticas que incidissem directamente na organização do território, ao contrário do que se verificou nos países industrializados onde a política regional foi conquistando posições. Em terceiro lugar, nos países em vias de desenvolvimento as estratégias de promoção das pequenas e médias cidades não podiam inspirar-se nas estratégias de pólos de crescimento. As estratégias delineadas para os pequenos centros não se baseavam na atracção de grandes

indústrias para determinados pólos mas, baseavam-se no desenvolvimento de pequenas indústrias e de um conjunto de actividades normalmente ligadas ao sector dos serviços básicos. O papel das pequenas cidades foi o de organizar e integrar os territórios rurais através da promoção de agro-indústrias ou de pequenas indústrias para o mercado local, objectivos que não cabiam dentro da política de desenvolvimento industrial encetada pela administração central e que estava vocacionada para a grande indústria.

Refira-se o exemplo da Indonésia cujas políticas de desenvolvimento procuravam controlar o crescimento das grandes cidades motivado pelo êxodo rural, atribuindo um novo papel às pequenas e médias cidades¹⁸. Estas eram encaradas como pontos de interacção entre o mundo rural e urbano, nomeadamente como centros de comércio, serviços, indústria, fluxos de capitais públicos e privados, focos de difusão de inovações e trocas de informação. No entanto, não foram definidas políticas específicas para as pequenas e médias cidades; as iniciativas eram sectoriais e esperavam-se que estas beneficiassem do efeito de «trickle down» e conduzissem o meio rural envolvente (WOUDEN, 1997).

RICHARDSON (1982) aponta que a falha das políticas se deve antes de mais ao fraco carácter social e redistributivo que estas assumiam; obviamente que é prioritário desenvolver a grande indústria e atrair investimento estrangeiro, mas os efeitos difusores da sua concentração nas grandes cidades só se farão sentir se as restantes políticas (infra-estruturas e equipamentos) tiverem uma componente social e redistributiva muito forte. Conclusões semelhantes se tiram das cidades médias do sudeste e este asiático.

No Japão, o decréscimo das áreas metropolitanas resultou numa revitalização das cidades não metropolitanas designadas «hub», cidades com dimensões aproximadas aos 300 000 habitantes. O III Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-85) centralizava as atenções no desenvolvimento das áreas não metropolitanas, nomeadamente nas cidades «hub», de forma a promover uma distribuição mais equilibrada dos recursos (ITO e TANIFUJI, 1982). A atenção especial dada às cidades não metropolitanas com mais de 300 000 habitantes decorre do facto de desde 1950 serem estas que apresentavam maiores

¹⁸ Segundo WOUDEN (1997), as pequenas cidades são cidades com dimensões na ordem dos 40-100 000 habitantes e as cidades médias rondam os 120000 habitantes, num país onde a capital da província norte de Java, Semarang, possui 1 milhão de habitantes e onde a capital do país, Jacarta, atinge os 6.5 milhões de pessoas. Apesar da dimensão média das cidades ser bastante elevada a taxa de urbanização é muito baixa (27%) e a estrutura urbana é bastante desequilibrada.

dinâmicas de crescimento e como tal reforçaram a sua importância na rede urbana japonesa¹⁹.

4.6. As cidades médias no quadro da futura política de ordenamento na Europa

A crescente urbanização do espaço europeu e as diferentes formas que essa urbanização tem assumido, introduz uma nova leitura sobre as políticas urbanas e regionais, alertando para a sua interrelação, por outro lado, não se traduz apenas numa retoma das grandes cidades mas igualmente na densificação da rede de pequenas e médias cidades.

Estes dois aspectos, realçam o papel que as pequenas e médias cidades detêm no processo de ordenamento dos espaços europeu, regional e local, consignadas ou não em políticas regionais e locais. Por outro lado ainda, as cidades médias pelas potencialidades que detêm e pelas oportunidades que encerram, podem ser atraentes do ponto de vista económico, social e ambiental, constituindo-se como excelentes palcos para a aplicação de políticas de sustentabilidade urbana.

Assim, as políticas futuras devem reconhecer a importância das cidades médias como:

- um vector importante no processo de ordenamento do território europeu
- uma necessidade na definição das políticas regionais;
- para atingir a sustentabilidade à escala urbana,

escalas de intervenção distintas, em que as cidades médias desempenham papéis distintos mas igualmente importantes. Vejamos com pormenor que papéis e processos envolvem as cidades médias.

¹⁹ As cidades com 300 000-500 000 habitantes em 1960 representavam 4,5% da população enquanto em 1975 o seu peso ascendia a 10,7% e as de 500 000-1 000 000 que, no mesmo período, duplicaram o seu

a) As cidades médias como um vector fundamental no processo de ordenamento do território europeu

À escala europeia, as cidades médias são uma componente a considerar no modelo de desenvolvimento territorial perspectivado para o espaço comunitário. As cidades médias localizadas nas regiões mais dinâmicas, beneficiaram naturalmente desse contexto, ao inverso das cidades localizadas em regiões em dificuldades e às quais se impunha o desenvolvimento de estratégias inovadoras com uma forte componente territorial (CE, 1994b).

Os trabalhos preparatórios que inspiram a nova política de ordenamento do território europeu (CE, 1997c e 1999) assentam no conceito de desenvolvimento policêntrico, ou seja a criação de várias regiões metropolitanas dinâmicas com capacidade de integração à escala global, equitativamente distribuídas ao longo do território da União Europeia e que desempenharão um papel fundamental no equilíbrio espacial europeu.

As cidades médias que integram essas regiões metropolitanas beneficiarão dessa localização geográfica e integrar-se-ão em sistemas de complementaridades territoriais e beneficiarão da trama de infra-estruturas de transporte, comunicações, energia e de conhecimento de carácter transnacional. Estarão nessa situação cidades médias na envolvente de Paris e Bruxelas mas também cidades médias nas envolventes de Madrid, de Lisboa e de outras cidades periféricas da Europa, que no quadro futuro poderão ser novos nós da rede policêntrica europeia.

As cidades médias localizadas em regiões urbanizadas, ou seja as cidades que se localizam nos interstícios das regiões metropolitanas, são cidades cujos destinos dependerão da sua capacidade de mobilizar agentes e recursos. As opções políticas desenhadas no EDEC (1999) para estas regiões apontam para um reforço das infra-estruturas e para uma diversificação da base económica, acções particularmente importantes para as regiões menos favorecidas. Contudo, o aumento da concentração no "Centro Europeu" e nas cidades-capitais, relega-lhes um papel regional sobre o qual importa reflectir.

peso (em 1975 representavam 4,0%). As cidades com mais de 1 milhão ultrapassavam os 20% da população japonesa (ITO e TANIFUGI, 1982).

Quadro 4.10. - Objectivos e Opções políticas directamente relacionadas com as cidades médias, propostas no "Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário" (1999)

Objectivos principais	Objectivos específicos	Opções políticas directamente relacionadas com as cidades médias	Impacte nas cidades médias
Modelo de desenvolvimento policêntrico e o estabelecimento de uma nova relação cidade-campo	Complementaridade e cooperação entre cidades	-	<ul style="list-style-type: none"> • Potencia o papel das cidades médias inseridas nas regiões metropolitanas
	Dinâmica, atractividade e competitividade das cidades em regiões urbanizadas	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço do papel estratégico das cidades metropolitanas e das cidades portas, nomeadamente nas regiões periféricas da Europa 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencia o papel das cidades médias localizadas em regiões urbanizadas
	Desenvolvimento endógeno e diversidade das áreas rurais	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as pequenas e médias cidade em áreas rurais como focos de desenvolvimento regional e de integração em rede 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencia o papel das cidades localizadas em regiões periféricas ou menos urbanizadas
	Partenariado rural-urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção de uma oferta de serviços básicos e de transporte público, em pequenas e médias cidades, particularmente nas cidades médias localizadas em regiões periféricas ou em declínio económico; • Cooperação cidade-campo no sentido de reforçar as regiões funcionais; • Redes de PME's rurais e urbanas; • Partenariado entre as pequenas e médias cidades ao nível nacional e transnacional, através do desenvolvimento de projectos que possibilitem a troca de experiências. 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencia o papel das cidades localizadas em regiões periféricas ou menos urbanizadas
Paridade no acesso às infraestruturas e conhecimento	Melhorar as ligações e o acesso ao conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de novas infra-estruturas 	<ul style="list-style-type: none"> • Potencia o papel das cidades médias localizadas em regiões urbanizadas
	Melhoria da acessibilidade com base no modelo espacial policêntrico	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da rede secundária de transportes e sua ligação à trans-europeias, incluindo o desenvolvimento de sistemas de transporte público eficientes • Distribuição equilibrada dos portos e aeroportos ("gateways") e melhoria das ligações com o seu <i>hinterland</i> • Melhoria das ligações às regiões periféricas e ultra-periféricas 	<p>Potencializa o papel das cidades médias inseridas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nas regiões metropolitanas; • em regiões urbanizadas; • e em regiões periféricas ou menos urbanizadas

Quadro 4.10.(Cont.) - Objectivos e Opções políticas directamente relacionadas com as cidades médias propostas no "Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário"

Objectivos principais	Objectivos específicos	Opções políticas directamente relacionadas com as cidades médias	Impacte nas cidades médias
Paridade no acesso às Infraestruturas e conhecimento	Utilização eficiente e sustentável das infra-estruturas	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o sistema de transporte público nas pequenas e médias cidades 	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade de vida nas cidades médias
	Difusão da inovação e conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar a formação de centros de inovação e de cooperação entre as instituições de investigação e ensino superior e o sector privado, particularmente nas regiões menos desfavorecidas 	<ul style="list-style-type: none"> Potencia o papel das cidades localizadas em regiões periféricas ou menos urbanizadas Configuração em rede
Gestão do Património Natural e Cultural	Património natural e cultural como um factor de desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> O património natural e cultural como factores económicos 	<ul style="list-style-type: none"> Potencia o papel das cidades localizadas em regiões periféricas ou menos urbanizadas
	Preservação e desenvolvimento do património natural	-	<ul style="list-style-type: none"> Potencia o papel das cidades localizadas em regiões periféricas ou menos urbanizadas
	Gestão do recurso água	-	<ul style="list-style-type: none"> Potencia o papel das cidades localizadas em regiões periféricas ou menos urbanizadas
	Gestão das paisagens culturais	-	<ul style="list-style-type: none"> Potencia o papel das cidades localizadas em regiões periféricas ou menos urbanizadas
	Gestão do património cultural urbano	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de estratégias integradas de protecção do património cultural em perigo Manutenção e recuperação dos conjuntos urbanos Promoção de edifícios contemporâneos com elevado valor arquitectónico 	<ul style="list-style-type: none"> Potencia o papel das cidades médias inseridas: <ul style="list-style-type: none"> Nas regiões metropolitanas; Em regiões urbanizadas; e em regiões periféricas ou menos urbanizadas

Fonte: Elaborado a partir de CE (1999)

Quanto às pequenas e médias cidades localizadas em áreas rurais, o EDEC (CE, 1999) reconhece-lhe o papel de "centros de recepção, ligação e distribuição" ao nível regional. Citando o documento, num sistema urbano policêntrico, as pequenas e médias cidades são centros de recepção e distribuição e estabelecem as ligações no território.

Em áreas rurais mais marginais, só estas cidades são capazes de oferecer infra-estruturas e serviços e se constituem como mercados de trabalho (CE, 1999, pp. 24). As opções políticas propostas visam o seu como focos de desenvolvimento regional das áreas rurais e da sua integração em redes.

Neste contexto, parece importante reajustar os programas de financiamento a essa necessidade de reforçar as redes de cidades e de regiões à escala europeia. O novo INTERREG, indicia já uma melhor adaptação das políticas às necessidades de desenvolvimento das regiões periféricas, reforçando o papel das pequenas e médias cidades como nós das redes a estabelecer.

Outro objectivo chave proposto no EDEC é o estabelecimento de um novo quadro de relações cidade-campo. Neste domínio, entre as várias opções políticas propostas conta-se algumas que envolvem directamente as cidades médias e para elas perspectivam um futuro diferente: "a manutenção da oferta de serviços básicos e de transportes públicos nas pequenas e médias cidades localizadas em áreas rurais, particularmente nas áreas em declínio", "a promoção da cooperação entre cidades e o território rural envolvente", "a promoção do partenariado entre as pequenas e médias cidades e os níveis nacional e transnacional, através de projectos que permitam a troca de experiências" e a "promoção de redes de pequenas e médias empresas localizadas na cidades e no campo" (CE, 1999, pp. 25-26).

Outra área que pode beneficiar a posição das cidades médias é a área dos transportes e comunicações. Na continuidade das políticas dos anos noventa, o EDEC prevê a construção de redes transeuropeias de transportes, comunicações e energia, que liguem as grandes regiões metropolitanas a configurar. No nível inferior desenvolver-se-ão redes secundárias de transportes que estabelecerão a ligação à transeuropeias, redes estas que poderão beneficiar particularmente as cidades médias localizadas em áreas mais urbanizadas.

Um aspecto que parece particularmente importante para a sustentabilidade urbana das cidades médias é a intenção de melhorar os sistemas de transporte público. Por outro lado, o desenvolvimento de estratégias integradas de protecção do património cultural e natural preconizadas no EDEC permitirá uma melhor gestão do património natural e cultural das cidades médias, segundo abordagens que conciliem a vertente preservação-valorização, sendo que valorização, significa promoção económica do valor patrimonial.

As políticas preconizadas visam igualmente o aumento da competitividade económica. Esta poderá ser incrementada através da adopção de políticas de difusão da inovação e conhecimento, bem como pela introdução de novas formas de gestão do património natural e cultural, que poderão potenciar o papel de intermediação das cidades médias, nomeadamente das cidades médias localizadas em regiões periféricas e menos urbanizadas.

Neste contexto, as cidades médias farão necessariamente parte de uma política de ordenamento do território europeu, contribuindo para que se atinjam os objectivos inicialmente ajustados: competitividade económica, coesão económica e social e desenvolvimento sustentável.

b) As Cidades Médias nas políticas regionais

As cidades médias poderão desempenhar também um papel importante no desenvolvimento regional de cada um dos estados membros, pois para além de contribuírem para a configuração de sistemas urbanos mais equilibrados, afirmam-se como âncoras dos territórios envolventes e, como tal, como instrumentos de desenvolvimento regional. Para além disso, são elos de redes (sectoriais e transnacionais) que permitem a integração territorial dos sistemas locais no sistema global.

Para a União Internacional de Arquitectos (UIA, 1998) as políticas urbanas e regionais devem reconhecer o papel das cidades médias:

- para o equilíbrio territorial e regional. O desenvolvimento das cidades médias deve ter em conta a organização de cidades vizinhas com preocupações comuns e complementares. O desenvolvimento de associações de cidades ou a organização de responsáveis decididos a promover um desenvolvimento concertado das cidades médias geograficamente próximas ou economicamente solidárias, deve ser levado em linha de conta. O desenvolvimento de “constelações de cidades” deve ser visto sob numerosos pontos de vista: económico, cultural;
- como motor económico, social, cultural e regional;
- e como entidades com potencialidades e recursos endógenos próprios.

Estes vectores poderão ser potenciados se incorporarem as estratégias ao nível europeu (que atribuem às cidades um papel relevante no processo de ordenamento), ao

mesmo tempo que contemplem a implementação de formas de gestão participativa, directa e eficaz que inclua as aspirações das populações locais com a realização de planos que garantam o desenvolvimento sustentável. As cidades médias afirmam-se assim, como importantes elementos na definição das políticas de desenvolvimento regional e de conciliação dos nível urbano, regional e europeu (UIA,1998).

c) Cidades Médias - uma via para atingir a sustentabilidade à escala urbana

As cidades médias são igualmente importantes na definição de políticas à escala urbana. As cidades médias pelas suas características constituem unidades com capacidade de desenvolver estratégias que lhes permitam atingir os objectivos de desenvolvimento sustentável, de competitividade económica e de coesão económica e social, objectivos que têm, como vimos anteriormente, vindo a assumir um peso crescente nas políticas da UE e dos vários estados membros.

As potencialidades e as forças das cidades devem ser enquadradas nas políticas regionais de nível europeu e nacional (de cada estado membro) e também à escala urbana. A sustentabilidade económica, ambiental e social depende em larga medida da qualidade de vida, relacionando-se com sectores como a habitação, o ambiente, o consumo, a saúde, a educação, a cultura e os quotidianos das famílias, justificando a pertinência de reforçar as intervenções urbanísticas e estratégicas nas cidades médias.

UMA SÍNTESE

O quadro seguinte procura sintetizar alguns aspectos anteriormente referidos. Até meados de cinquenta, o conceito de cidades médias não existe muito embora alguns dos seus princípios estivessem estado presentes no pensamento e nas intervenções urbanísticas até então desenvolvidas. Foram citados os exemplos da Cidade Aristotélica, a Cidade Jardim e a Cidade Radiosa, salientado a incidência à escala urbana.

Durante os anos cinquenta, o conceito permanece diluído no contexto de intervenção económica e regional que contextualizou os países industrializados após a Segunda Guerra Mundial. As políticas de reconstrução económica tinham uma base industrial-urbana muito forte, que privilegiava as grandes cidades. As cidades médias são parte integrante da rede urbana e não eram alvo de atenção especial.

As primeiras referências ao conceito surgem em finais do anos sessenta, num contexto de implementação de políticas de correcção dos desequilíbrios regionais mas é França, com a Políticas das Cidades Médias (a base do Plano de Desenvolvimento Económico e Social francês) que as cidades médias se afirmam.

Os anos oitenta constituem outro marco para as cidades médias. A crescente internacionalização da economia e o aumento da competitividade deram lugar a um novo quadro de relações, onde as cidades médias desempenham papeis distintos dos anteriores. Surge o conceito de cidade intermédia, conceito que tem por base os pressupostos que regem outros conceitos como "meio inovador" e "territórios rede".

Com os anos noventa, acentuam-se aspectos que condicionaram a estrutura económica e de relações entre os vários territórios. A exacerbação da globalização e da competitividade, embora permita valorizar as especificidades e potencialidades das cidades, deu igualmente lugar a novas formas de exclusão económica, social e cultural, particularmente visíveis nas cidades médias localizadas em contextos regionais periféricos. Por outro lado, o fenómeno da urbanização associado à necessidade de ser competitivo, teve efeitos negativos na qualidade de vida das populações e na preservação do ambiente natural. A poluição, a exclusão social, a marginalidade e a degradação da qualidade devida, são aspectos que caracterizam as grandes cidades mas também as pequenas e médias cidades.

Quadro 4.11. - Conceito de cidade média – evolução e significados

Período	Modelo urbano-territorial	Conceito	Modelo de intervenção	
			Escala Regional	Escala Urbana
Anterior a 1950	Crescimento urbano	O conceito não existe. Difundem-se os conceitos de “cidade jardim”, “cidade radiosa” ou outras concepções de cidade planeada.	-	<ul style="list-style-type: none"> • A Cidade, segundo Aristóteles • A Cidade Jardim • A Cidade Radiosa • Várias intervenções ao nível urbano
Anos 50	Crescimento urbano	O conceito não existe. A cidade média é um elemento da rede urbana	Lógica Funcional, com o objectivo de promover o crescimento económico	-
Finais dos Anos 60 - Inícios de 70	Crescimento urbano	Primeiras referências ao conceito em França	Lógica funcional, com objectivos de promover o ordenamento território e correcção dos desequilíbrios regionais	-
Meados de 70-a meados de 80	Desconcentração territorial - Contraurbanização e desurbanização	A cidade média dilui-se no conceito de região, o paradigma do desenvolvimento local	Desenvolvimento Endógeno na base do Desenvolvimento regional	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção nos domínios social • Desenvolvimento de formas de contractualização. No caso francês os contratos das cidades médias eram também projectos de urbanismo
Meados de 80 a 90	Urbanização dos territórios e reurbanização das grandes cidades	Emergem os conceitos de Cidade Intermédia e Cidade Sustentável	Conjugação de dois objectivos: -Revalorização do ordenamento do território no sentido de aproveitar as potencialidades do território -Promoção do desenvolvimento sustentável	Conjugação de dois objectivos: -Introdução do conceito de planeamento estratégico -Promoção da sustentabilidade urbana

Neste quadro, parece importante identificar quais os factores de insustentabilidade urbana e apontar caminhos para a sua correcção, situação que é igualmente válida para as cidades médias. Esta perspectiva concilia as abordagens regional e urbana, casamento que é fundamental na definição das novas políticas de desenvolvimento.

CAPÍTULO V - AS CIDADES MÉDIAS NO SISTEMA URBANO NACIONAL

Em Portugal, desde o final dos anos 50 que existe entre políticos e planeadores a preocupação de faltarem cidades de dimensão intermédia, entre Lisboa e Porto e a generalidade das capitais de distrito, Nos anos 60, com as discussões em torno da dimensão óptima para a cidade, consolidou-se a ideia de que uma das traduções do subdesenvolvimento do país residia na falta de cidades com 100 000 habitantes

Mas será só nos anos 90, ..., que a questão das cidades médias é inscrita nas agendas das políticas de ordenamento.

J. Gaspar (2000a), *Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal*, pp. 130

5.1. A configuração da rede urbana portuguesa

Ao longo dos séculos, a estrutura do povoamento nacional tem sido marcada por uma forte concentração no litoral, particularmente acentuada nas cidades de Lisboa e Porto. A ocupação humana no interior foi sempre débil e concentrada, calcando as vias de comunicação fluviais ou terrestres, caso extremo nas áreas raianas onde o povoamento urbano era ainda mais concentrado em aglomerados com uma função eminentemente defensiva face ao inimigo que representava a Espanha.

O repovoamento e a constituição de uma linha de defesa explicam a criação das “vilas novas” como a Guarda e Pinhel mas outras cidades como Lisboa, Porto, Braga, Lamego, Coimbra, Évora e Silves, marcavam já o povoamento desde o período romano.

No século XVI, segundo o Numeramento de 1527, estavam registadas 14 cidades, estatuto conferido a Braga, Porto, Bragança, Lamego, Viseu, Guarda, Coimbra, Egítânia (Idanha-a-Nova), Elvas, Évora, Beja, Tavira, Silves e Lisboa. Esta cidade representava já 5% da população do país e 31,8% da população das cidades.

No período setecentista e oitocentista, a expansão ultramarina foi acompanhada por um aumento do poder económico-político do Estado, situação que veio reforçar o papel de Lisboa, acentuando-se a macrocefalia da rede urbana portuguesa; em 1801, Lisboa albergava 5,6% da população do país e 38% da população urbana, o Porto reforçava ligeiramente a sua importância, mas o terceiro centro mais importante - Braga-, registava um peso relativo inferior ao atingido em 1527 por Évora, então terceira cidade (0,6% dos habitantes de Braga em 1801 contra 1,1% de Évora em 1527).

Quadro 5.1. - População dos três maiores centros urbanos, desde o séc. XVI

Posição	Cidade	1527	Cidade	1801	Cidade	1911
1ª	Lisboa	52.040 hab- 4,9%	Lisboa	164.731 hab- 5,6%	Lisboa	435.359 hab- 7,3%
2ª	Porto	12.024 hab- 1,1%	Porto	43.218 hab- 1,5%	Porto	194.009 hab- 3,2%
3ª	Évora	11.252 hab- 1,1%	Braga	16.266 hab- 0,6%	Setúbal	26.904 hab- 0,5%
Menor	Braga	3.392 hab- 0,3%	Chaves	4.593 hab- 0,2%	Montijo	7.085 hab- 0,1%
País		1.070.000 hab.		2.931.392 hab.		5.999.146 hab.
Posição	Cidade	1940	Cidade	1960	Cidade	1970
1ª	Lisboa	709.179 hab-9,1%	Lisboa	802.230 hab- 9,0%	Lisboa	769.044 hab- 8,9%
2ª	Porto	262.309 hab-3,4%	Porto	303.424 hab- 3,4%	Porto	306.176 hab- 3,6%
3ª	Setúbal	47.285 hab- 0,5%	Coimbra	46.313 hab- 0,5%	Amadora	66.189 hab- 0,9%
Menor	Portalegre	10.016 hab- 0,1%	Vila Real	10.263 hab- 0,1%	Leiria	7.982 hab- 0,1%
País		7.755.423 hab.		8.889.392 hab.		8.611.110 hab.
Posição	Cidade	1981	Cidade	1991		
1ª	Lisboa	807.167 hab-8,2%	Lisboa	663.315 hab- 6,7%		
2ª	Porto	327.368 hab-3,3%	Porto	302.467 hab- 3,1%		
3ª	Amadora	95.518 hab- 1,0%	Amadora	122.106 hab- 1,2%		
Menor	Buraca	10.081 hab- 0,1%	V. Castelo	9.007 hab- 0,1%		
País		9.833.014 hab.		9.862.540 hab.		

Fonte: SALGUEIRO, T. (1992) e INE (1940-1991)

Durante o século XIX, para além de Lisboa que se expandiu significativamente, o Porto registou uma dinâmica de crescimento acentuada, associada à sua industrialização e à continuada exportação de vinhos. Num século, o Porto duplicou o seu peso relativo

no contexto nacional (1,5% em 1801 e 3,2% da população em 1911). Nesse período, reforçou-se ainda a importância das cidades localizadas próximo de Lisboa como sejam os casos de Setúbal que, em 1911, atingiu a terceira posição do *ranking* e da Aldeia Galega (Montijo) que, na mesma data, ascende a centro urbano.

A institucionalização dos distritos em 1835 e das respectivas capitais não pode deixar de ser referenciada como um marco importante para a configuração da rede urbana portuguesa e, em particular, para a constituição de um grupo de cidades que poderíamos designar de "cidades de média dimensão". Contudo, verificou-se que a importância administrativa em termos de infra-estruturas e equipamentos não teve correspondência nos campos económico e demográfico e as capitais de distrito, possuidoras de bases produtivas pouco diversificadas, estruturalmente dependentes da agricultura e do terciário administrativo, viam o seu papel de centros de emprego, ensino e de difusão da cultura muito limitado, não se constituindo como uma alternativa à população rural que emigrava para Lisboa ou para o estrangeiro.

Quadro 5.2. - Distribuição da População Urbana (1801-1940) (%)

Ano	Peso no Continente		Distribuição da População Urbana (%)				
	> 5.000	Lisboa	<10.000	10-40.000	Porto	Lisboa	Total
1801	12,1	6,6	21	12	12	55	100
1864	11,8	5,3	27	9	19	45	100
1890	14,7	6,4	21	14	21	44	100
1911	17,7	7,8	24	12	20	44	100
1940	24,0	9,9	19	24	15	41	100

Fonte: Tábuas Topográficas e Estatísticas (1801) e Recenseamentos da População (1864-1940), in SILVA, A. F. (1997), pp. 787

Quando em 1960, a taxa de urbanização do País era apenas de 23%¹, os centros urbanos (lugares com mais de 10 000 habitantes) localizados nas Áreas Metropolitanas de Lisboa (AML) e Porto (AMP) representavam 17,4% da população do país², relegando os restantes centros para uma posição secundária.

¹ Considerando o critério do INE, valores apresentados a nível internacional (ONU).

² Centros Urbanos com mais de 10 000 habitantes:

AML:

- Grande Lisboa: Algés, Amadora, Cascais, Lisboa, Moscavide e Queluz;
- Península de Setúbal: Almada, Baixa da Banheira, Barreiro, Cova da Piedade, Moita, Setúbal

AMP:

- Grande Porto: Ermesinde, Espinho, Gondomar, Matosinhos, Porto, Póvoa do Varzim, Rio Tinto, Valbom, Vila do Conde, V. N. Gaia

A situação ir-se-ia modificar durante a década de setenta, período em que ocorreram profundas transformações políticas, económicas e sociais ao nível nacional e internacional. A crise internacional, a desintegração do sistema político após Abril de 74, o retorno de mais de meio milhão de portugueses das ex-colónias e as novas limitações europeias à imigração, foram factores apontados por GASPAR e JENSEN-BUTLER (1992) como determinantes para a evolução das áreas metropolitanas, e também das pequenas e médias cidades portuguesas.

Quadro 5.3. - Evolução da População Urbana, segundo o critério do INE, 1960 a 1991

Centros Urbanos	1960		1970		1981		1991	
	Nº	Pop.	Nº	Pop.	Nº	Pop.	Nº	Pop.
<i>CONTINENTE</i>								
AML NORTE	6	10,1	17	12,5	21	13,4	28	13,3
AML SUL	6	1,7	6	2,4	12	3,4	16	3,6
AMP	10	5,5	11	5,7	13	5,9	16	6,4
<i>TOTAL C.U. METROPOLITANOS</i>	22	17,4	34	20,6	46	22,7	60	23,3
> 100 000	-	-	-	-	-	-	-	-
75 - 100 000	-	-	-	-	-	-	2	1,8
50 - 75 000	-	-	1	0,7	2	1,4	0	0,0
30 - 50 000	2	1,0	1	0,6	1	0,4	4	2,8
20 - 30 000	3	0,8	5	1,4	7	1,6	9	2,2
10 - 20 000	17	2,6	19	2,8	21	3,1	21	3,0
< 10 000 *	3	0,3	2	0,2	0	0,0	0	0,0
<i>TOTAL C.U. NÃO METROPOLITANOS</i>	25	4,7	28	5,6	31	6,5	36	9,7
<i>R. A. ACORES</i>								
20 - 30 000	1	0,3	1	0,2	1	0,2	-	-
10 - 20 000	1	0,2	1	0,2	1	0,1	2	0,3
<i>R. A. MADEIRA</i>								
75 - 100 000	-	-	-	-	-	-	1	1,0
30 - 50 000	1	0,5	1	0,5	1	0,4	-	-
<i>CONTINENTE</i>								
	47	22,0	62	26,2	77	29,2	96	33,0
<i>PAÍS</i>								
	50	22,9	65	27,1	80	29,9	99	34,3

Fonte: INE

1960* Capitais de Distrito (Leiria, Bragança e Guarda)

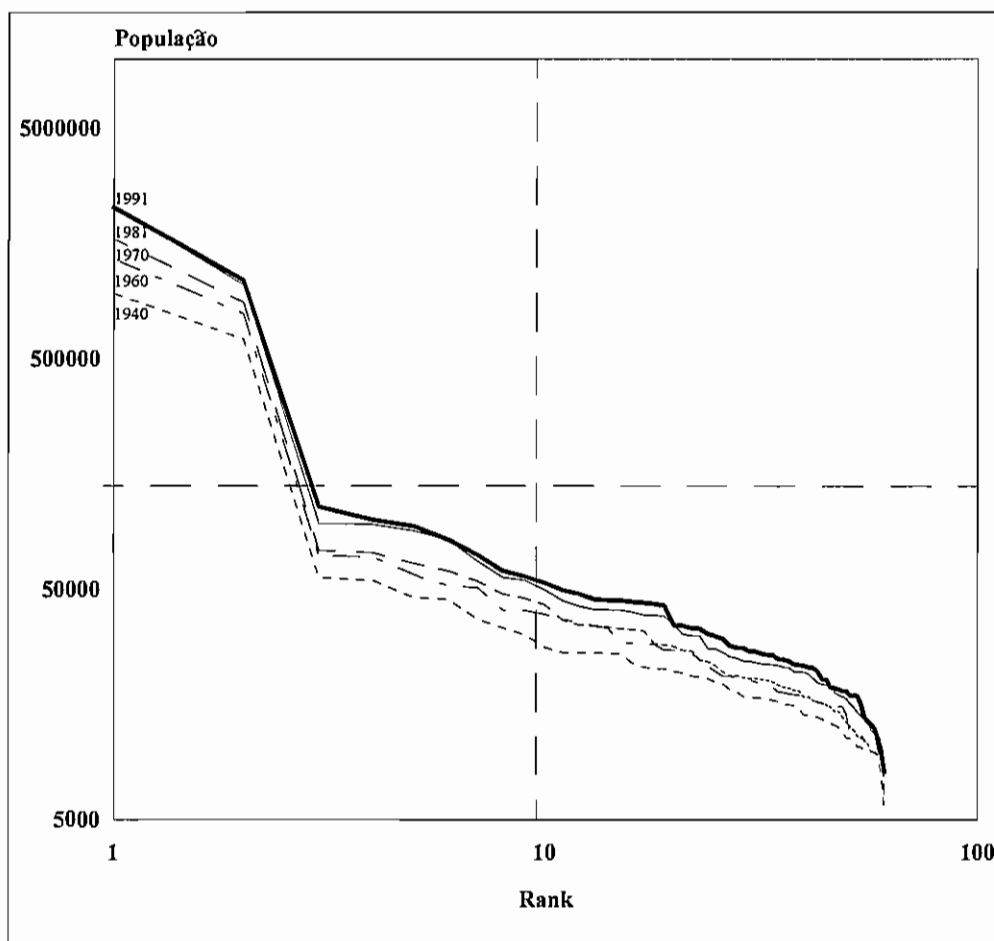
1970* Capitais de Distrito (Vila Real e Leiria)

Alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa foram afectados pela crise do sector industrial metalúrgico e naval. Contudo, a própria evolução da conjuntura interna de crescimento, a expansão de serviços de nível hierárquico superior e de indústrias de elevado valor acrescentado, permitiram a sua recuperação no contexto nacional e internacional. Quanto ao Porto e à sua envolvente metropolitana, continuou a crescer durante a década de setenta, baseando nas indústrias exportadoras do têxtil, calçado e

cortiça, ao mesmo tempo que se verificava o desenvolvimento dos novos grupos financeiros nacionais.

Durante a década de oitenta afirmaram-se novas tendências de evolução do sistema urbano, claramente marcadas pela estabilização das áreas metropolitanas (diminuiu o ritmo de crescimento da Área Metropolitana do Porto, 4,5% estabiliza a população da Área Metropolitana de Lisboa, que cresce apenas 1,3%) e pelo crescimento dos centros de pequena e média dimensão. Seguindo o modelo proposto por de VAN DEN BERG *et al* (1982), em 1991, Lisboa estaria a entrar em processo de desurbanização, pois paralelamente ao decréscimo populacional da cidade, a população da AML cresceu pouco mais de 1% em dez anos. Quanto à Área Metropolitana do Porto, e seguindo o mesmo modelo, esta estaria na segunda fase, correspondente ao processo de suburbanização, fase em que a cidade e a envolvente revelam um comportamento expansivo.

Figura 5.1 - Rank-Size dos Centros Urbanos (segundo o critério do GEPAT) -
Evolução 1940-91



Fonte: GEPAT (1991)

A situação de Lisboa explica-se, por um lado pelo alargamento da área de influência desta cidade (uma parte significativa da população que trabalha em Lisboa vem de concelhos de fora da AML) para além dos 18 concelhos, por outro, pela desconcentração produtiva e territorial para concelhos adjacentes à AML, o que veio reforçar a importância produtiva e residencial de uma coroa de concelhos e cidades na envolvente da AML.

Segundo GASPAR (1993c), o processo de urbanização seguiu duas “normas” principais (pp.54), a do Litoral e a do Interior. No Litoral, a estabilização das áreas metropolitanas foi acompanhada pelo crescimento dos centros de pequena e média dimensão e dos territórios com melhor acessibilidade. Este crescimento, fez-se por “condensação” ou atracção de outros centros com proximidade, formando o que se designou por “pequenas conurbações” (sendo apontados os casos de Braga, Coimbra, Aveiro, Leiria e Faro) (MEPAT, 1996). No Interior, as cidades de pequena e média dimensão cresceram por “sucção” do espaço rural envolvente.

Outra tendência de evolução do sistema urbano, surge associada à dispersão da actividade industrial nas áreas rurais e semi-rurais do Norte e Centro Litoral, fenómeno designado por “industrialização difusa” (FERRÃO e JENSEN-BUTLER, 1986) e que surge associado a formas de “urbanização difusa” (GASPAR, J., 1984). Uma outra tendência a salientar é o processo de urbanização *in situ*, processo que não se fez pela mobilidade da população do meio rural para o meio urbano mas pela introdução de actividades e valores urbanos em meio rural. Salientem-se os casos do Cávado, Ave, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga e Pinhal Litoral (MEPAT, 1996).

5.2. A cidades médias em Portugal – critérios e definições

5.2.1. Do “centro urbano” ao “concelho urbano” – a necessária evolução do conceito

A dificuldade em encontrar um critério que permita identificar e definir as cidades médias transparece igualmente no caso português. A maioria das análises efectuadas centraram-se sobretudo sobre o sistema urbano nacional, cabendo às cidades médias uma posição intermédia na hierarquia urbana maioritariamente associada aos critérios demográficos e funcionais. Contudo, existe um largo número de estudos locais e

regionais, onde foi possível evidenciar as características e as potencialidades das cidades em estudo, e como tal, compreender o seu papel e o seu território de influência e intermediação.

Apesar de, em 1997, encontrarmos 91 cidades³ não metropolitanas (85 no Continente e 6 nas Ilhas) apenas são identificados 70 centros urbanos pelo Instituto Nacional de Estatística, uma vez que o critério utilizado por este organismo apenas reconhece como tal, somente as aglomerações com mais de 10 000 habitantes e as sedes de distritos que não atinjam esse valor (casos de Vila Real e Leiria em 1970 e Leiria, Bragança e Guarda em 1960). Este critério apresenta alguns problemas, pois "ao mesmo tempo que naquele grupo se engloba uma série de subúrbios de Lisboa ou do Porto, alguns sem qualquer tipo de vida autónoma, deixa-se de fora aglomerações que são autênticos corpos urbanos, tais como Barcelos, Abrantes, Tomar, Entroncamento, Torres Novas, Torres Vedras, Estremoz e muitas outras" (OLIVEIRA, 1975, pp.114).

Obedecendo apenas a critérios demográficos, o universo das cidades médias estaria confinado aos centros urbanos não metropolitanos com dimensão populacional entre os 10 000 habitantes e os 100 000 habitantes (aproximadamente o valor registado pelo Funchal, 99 244 em 1991). De um total de 99 centros urbanos, apenas 39 eram centros não metropolitanos e totalizavam apenas 11% da população do país. Os restantes 60 centros urbanos localizam-se nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e representavam *per si* 23,3% da população nacional.

Segundo o critério do INE, a taxa de urbanização de Portugal, em 1991, era apenas de 34,3%, valor muito aquém do registado pelos seus congéneres europeus. Embora se reconheça o fraco grau de urbanização do país, devemos considerar que este critério penaliza a imagem da situação urbana portuguesa. Como explicitado anteriormente, países como a França, consideram como limiar mínimo os 2 000 habitantes.

³ A atribuição do estatuto de cidade tinha por critério ao desempenho de funções, inicialmente defensivas e religiosas e, posteriormente, a presença de património (Viana do Castelo e Tomar) ou o desempenho económico das cidades (na indústria, Tomar, Guimarães e Covilhã, e no comércio, Viana, Setúbal e Guimarães) (SALGUEIRO, 1992). Actualmente este estatuto é conferido pelas Assembleia da República e pelas Assembleias Regionais dos Açores e da Madeira, segundo a Lei 11/82 de 2 de Junho, onde estão explicitados os critérios para a elevação de cidade, vila e à delimitação de novas freguesias. Em 1997, estavam registadas cento e doze cidades, das quais 21 estão localizadas em concelhos das áreas metropolitanas e 91 são cidades não metropolitanas (85 localizavam-se no Continente, 1 na Região Autónoma da Madeira e 5 na Região Autónoma dos Açores).

Figura 5.2 - Cidades não metropolitanas no território continental

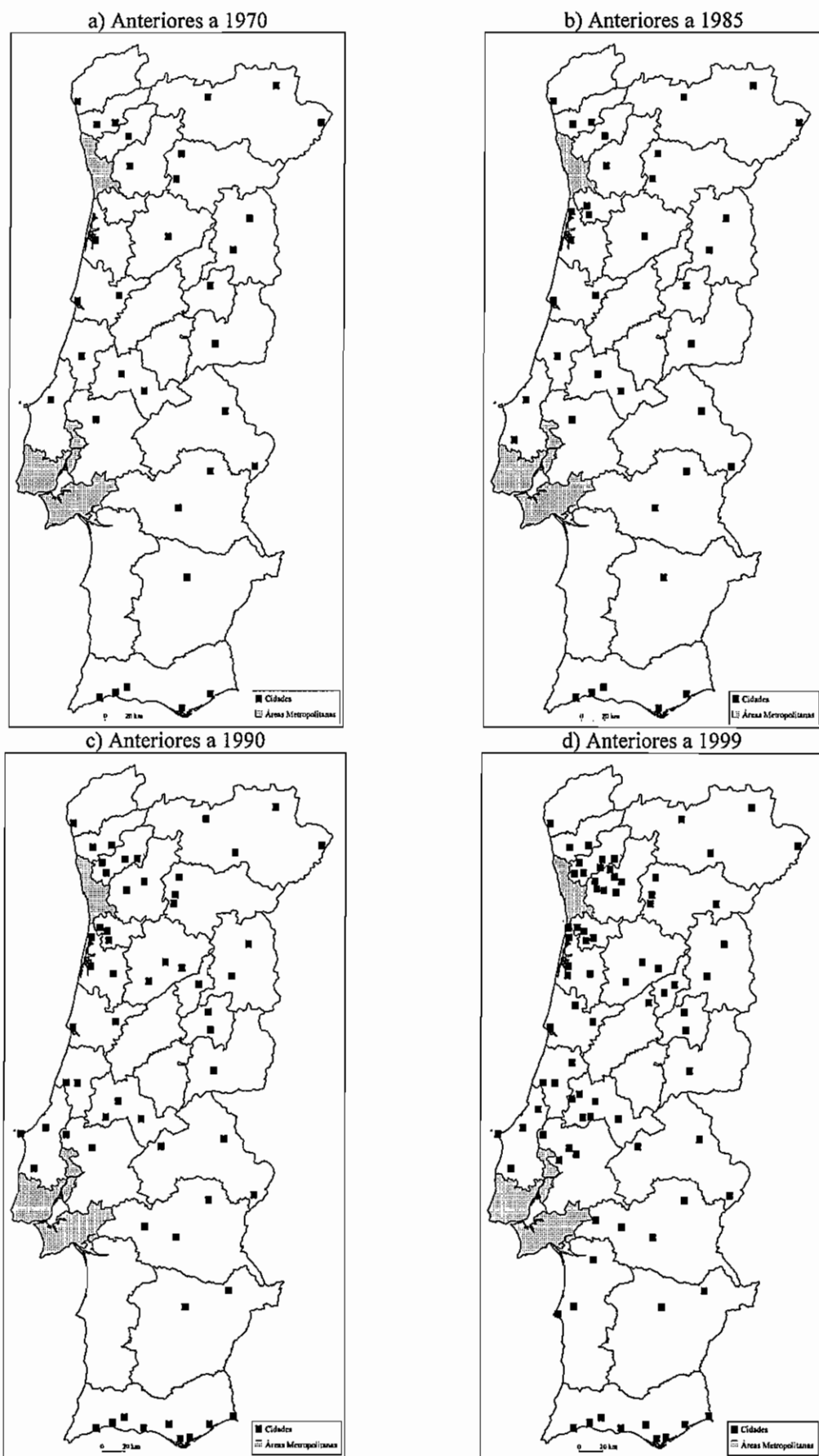
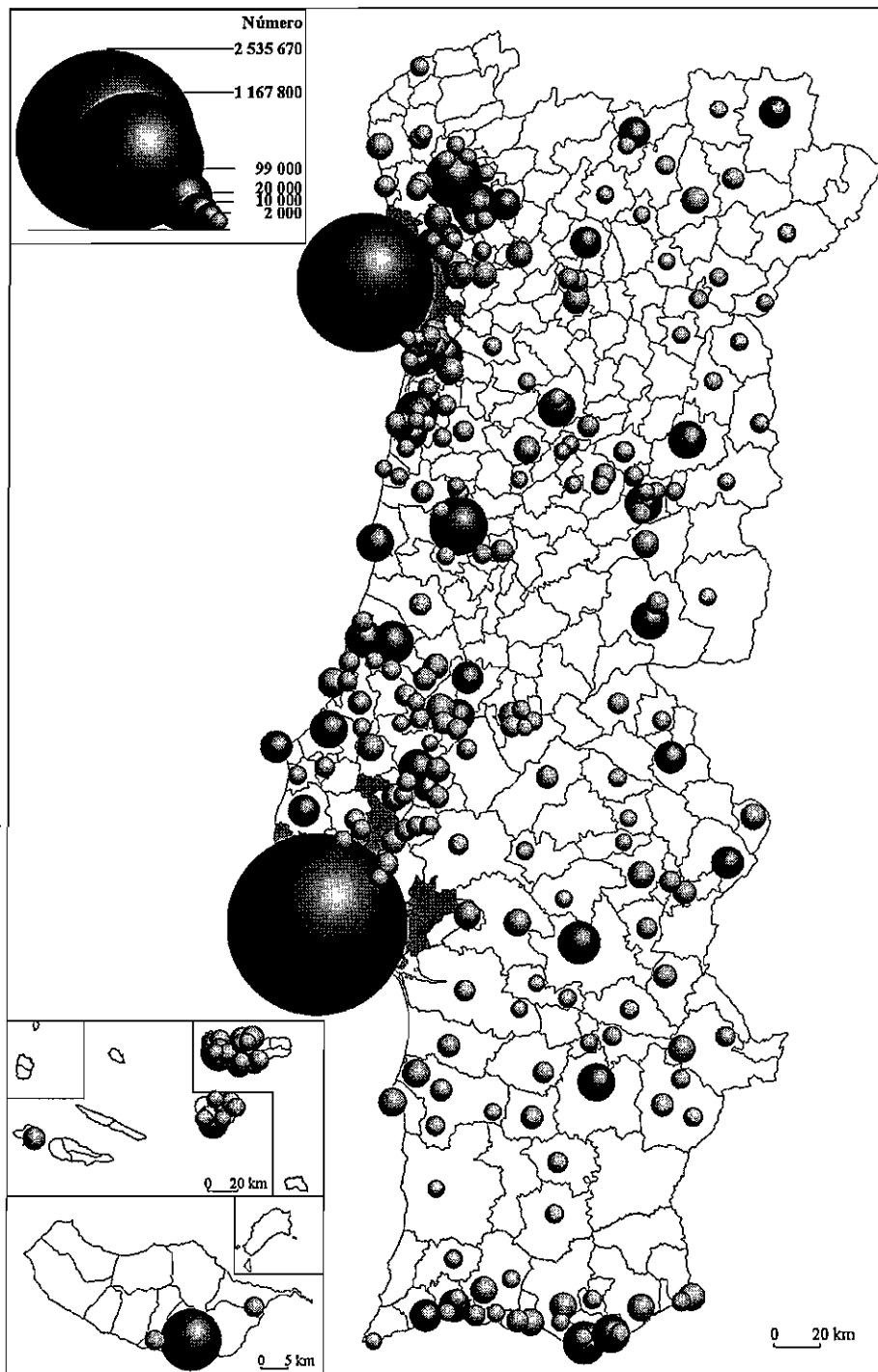


Figura 5.3 - População Residente em lugares com mais de 2 000 habitantes, INE, 1991



Fonte: INE (1991)

Outro aspecto do critério do INE que é igualmente “penalizante” para a avaliação do grau de urbanização do país, prende-se com a limitação administrativa do centro urbano. Em muito dos países da Europa, este coincide com o limite administrativo das unidades de base local, a comuna ou o município, entidades de certa maneira equivalentes, enquanto a definição do Instituto Nacional de Estatística assenta no lugar e na contiguidade física de ocupação humana.

Com a expansão da urbanização, a melhoria das acessibilidades e o aumento da mobilidade conferida pelo transporte próprio, a área urbana expandiu-se e mesmo os pequenos centros, urbanizaram-se para além dos limites tradicionalmente traçados.

O critério de classificação de áreas urbanas proposto pelo GEPAT (BRUXELAS, 1987), ao considerar um valor mínimo de 10 000 habitantes residentes nas freguesias que se encontravam num raio de 5 quilómetros do aglomerado⁴, permitiu a definição de um critério mais adequado a estas transformações no povoamento e nas acessibilidades do país. Para além da Grande Lisboa e do Grande Porto, foram identificados 59 centros urbanos com uma localização não metropolitana, atingindo-se segundo este critério um grau de urbanização próximo dos 58%⁵.

Este critério, para além de dar lugar a valores de urbanização mais elevados, reforça a posição dos aglomerados não metropolitanos, nomeadamente os que se encontram no escalão dos 10 000 aos 50 000 habitantes localizados em áreas marcadas por um povoamento disperso. Em 1960, seguindo o critério do GEPAT, a taxa de urbanização seria de 42,7% e, em 1991, aproximava-se dos 60%, valores mais próximos dos verificados nos países europeus.

Os aglomerados do norte e centro litoral como Santo Tirso, Viana do Castelo, Barcelos e S. J. Madeira são exemplos de centros que mais que duplicam a sua população, pelo facto de se incluir os residentes nas freguesias que se encontram num raio de 5 quilómetros da aglomeração.

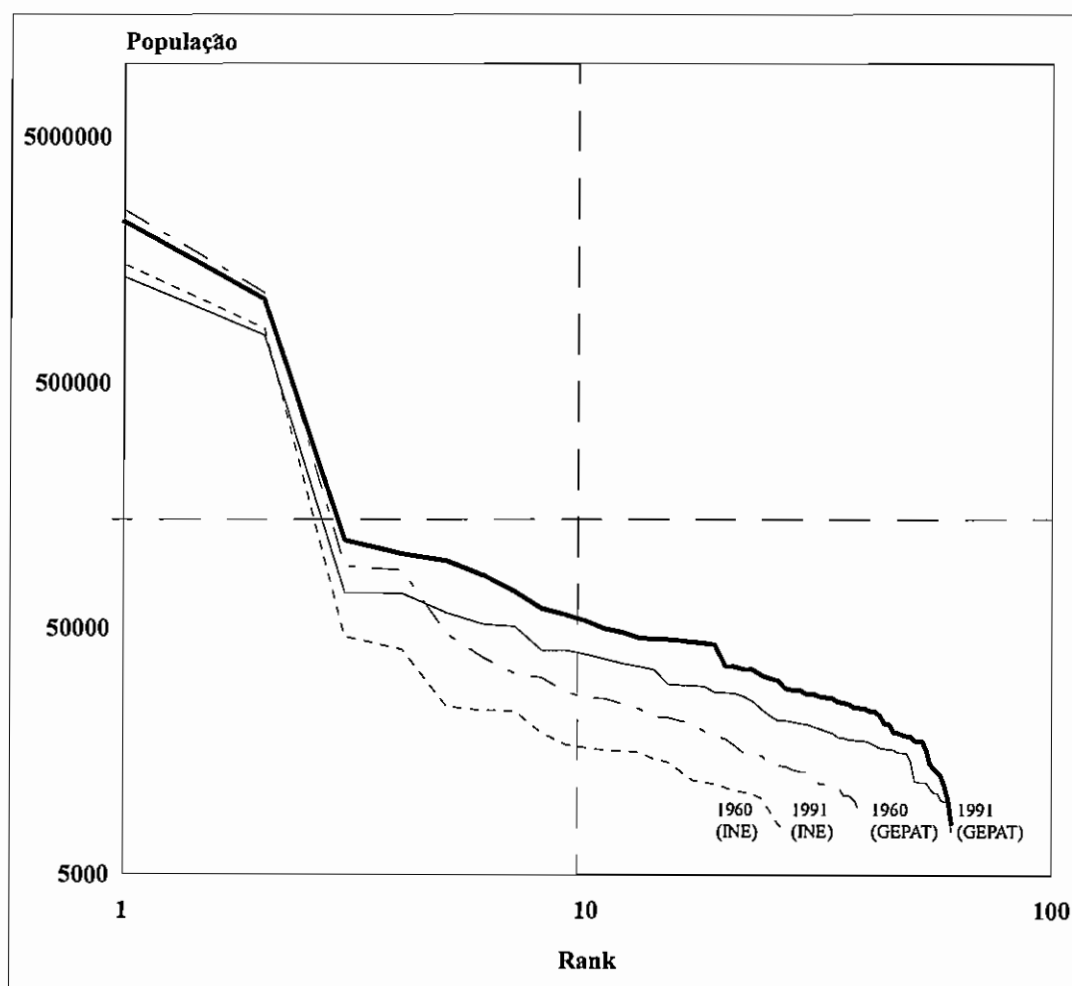
Ao contrário, nos centros consolidados (como as sedes de distrito) ou nos centros que se encontram em áreas de povoamento mais concentrado, os acréscimos resultantes da aplicação do critério da população residente num raio de 5 quilómetros, não deixando de ser significativos, são inferiores ao contabilizados em áreas de povoamento disperso. Vejam-se os casos de Évora, Leiria e Aveiro que, segundo o critério do GEPAT,

⁴ “Agrega aos “centros urbanos” tradicionais todas as freguesias situadas num raio de 5km – o que as aproxima frequentemente das fronteiras concelhias” (INE, 1994, pp. 4)

⁵ Apenas para o Continente

polarizam mais de 40 000 habitantes mas apesar disso, perdem posições na hierarquia urbana para outras cidades situadas em territórios caracterizados por um povoamento disperso.

Figura 5.4. - Rank-Size dos Centros Urbanos - Comparação dos critérios do INE e do GEPAT, 1960 e 1991



Fonte: GEPAT (1991)

Com a aplicação do critério do GEPAT ressalta ainda a perspectiva de eixo ou sistema, situação em que se enquadram os aglomerados de Penafiel e Paredes que, definido um raio de 5 quilómetros, coalescem. Neste contexto, há um conjunto de cidades que ganham dimensão populacional e funcional e que podem desempenhar funções de intermediação.

Quadro 5.4. - Rank-Size dos maiores centros urbanos do Continente, comparando os critérios do INE e do GEPAT, 1991

Unidades	INE		GEPAT	
	Posição no Rank	População	Posição no Rank	População
AML	1º	2.535.669	1º	-
AMP	2º	1.167.800	2º	-
C. U. não metropolitanos				
Braga	4º	86.316	3º	114.414
Coimbra	3º	89.639	4º	100.673
Guimarães	6º	47.435	5º	70.924
Penafiel/Paredes	-	-	6º	60.614
São João da Madeira	19º	18.452	7º	57.195
Santo Tirso	31º	12.321	8º	53.709
Portimão	21º	16.786	9º	49.998
Aveiro	7º	32.487	10º	48.158
V.N. Famalicão	-	-	11º	45.825
Viana do Castelo	39º	9.007	12º	45.293
Évora	6º	38.005	13º	45.177
Barcelos	-	-	14º	44.670
Viseu	17º	20.659	15º	44.164
Faro	8º	31.619	16º	43.733
Leiria	9º	27.758	17º	42.872
Figueira da Foz	11º	25.929	18º	35.299

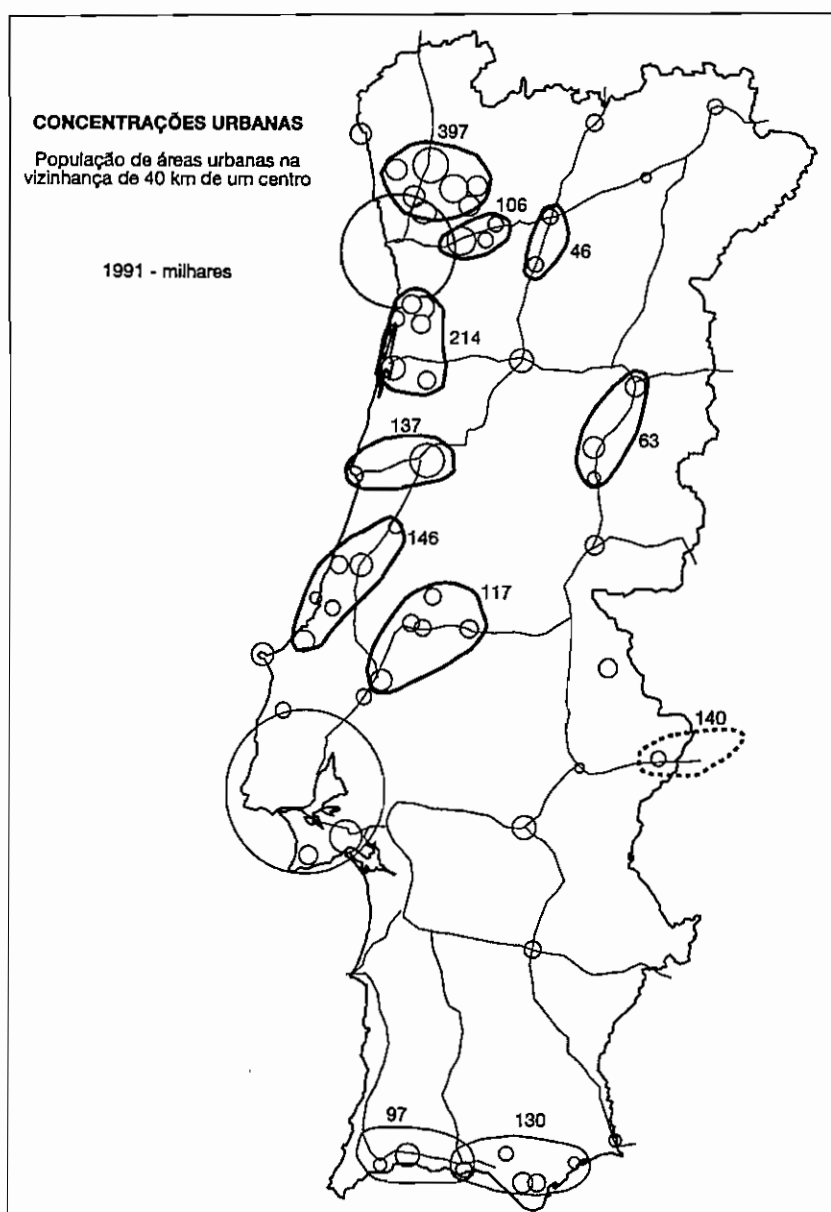
Fonte: INE (1991) e GEPAT (1991)

Na ordenação foram considerados os seguintes critérios: a população das AM's corresponde ao total da população residente nos concelhos que as compõem; os restantes aglomerados são centros urbanos não metropolitanos que foram ordenados segundo os critérios do INE e GEPAT respectivamente.

BAPTISTA (1995a), exercita um alargamento do raio de 5 quilómetros para 40 quilómetros, com base na melhoria nas condições de acessibilidade e no aumento da utilização do transporte privado, factores que permitiram o aumento da amplitude das migrações pendulares, e contribuíram para a formação de sistemas ou eixos urbanos.

GASPAR *et al* (1986), retomado por GASPAR e JENSEN-BUTLER (1992), propõem outro critério que, para além de conjugar as dimensões demográfica e funcional, procura espelhar o novo quadro de relações que se desenvolvem na área de influência das cidades: o “concelho urbano”. Assim, consideram como “concelhos urbanos”, para além dos concelhos que compõem as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, todos os concelhos que possuam um centro urbano com mais de 10 000 habitantes⁶, ou que possuam simultaneamente menos de 20% da população activa a trabalhar no sector primário, e uma densidade populacional superior a 100 hab/km².

Figura 5.5 - Concentrações Urbanas

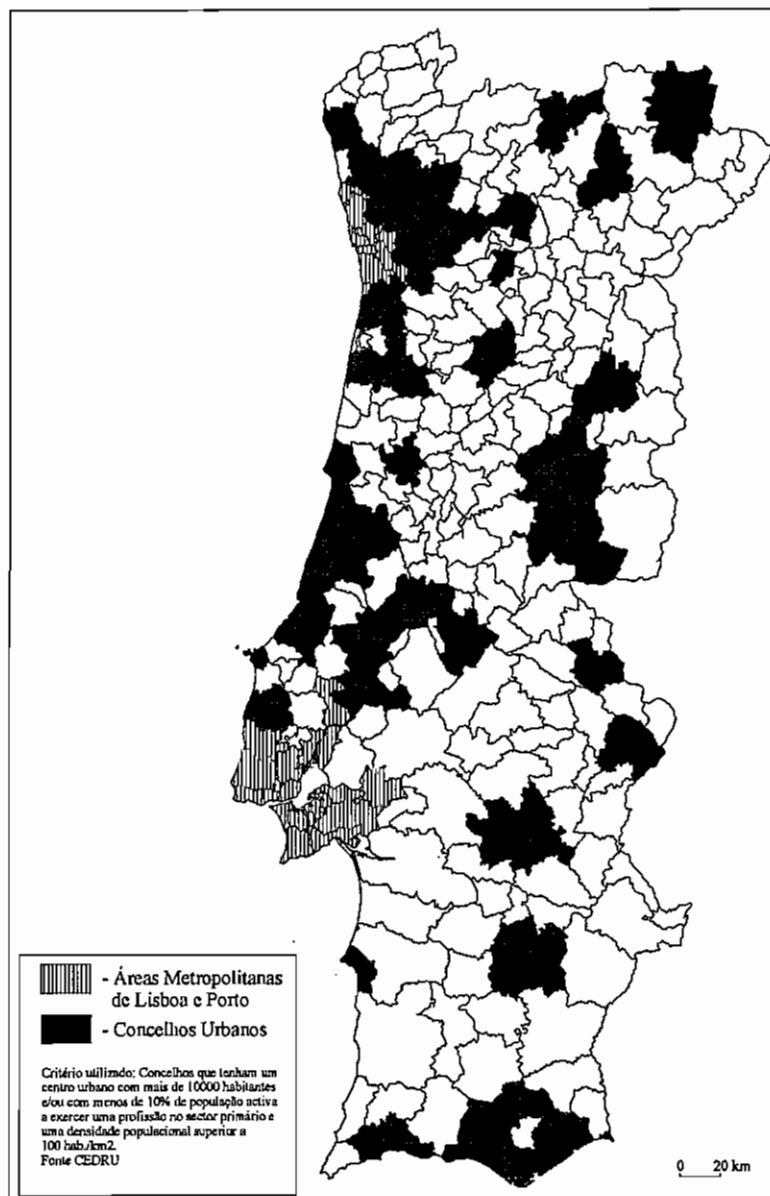


Fonte: BAPTISTA (1995a)

No Relatório Nacional do Habitat II (MEPAT, 1996), onde se considera igualmente este critério, é revista uma das condições; o limiar de população activa a trabalhar no sector primário desce para 10%, por forma a se adaptar às transformações ocorridas na economia nacional no passado recente (entre 1981 e 1991, a percentagem de população activa no sector primário reduziu-se de cerca de 19% para aproximadamente 10% da população activa).

⁶ Critério do Instituto Nacional de Estatística

Figura 5.6. - Concelhos Urbanos segundo o relatório Habitat II

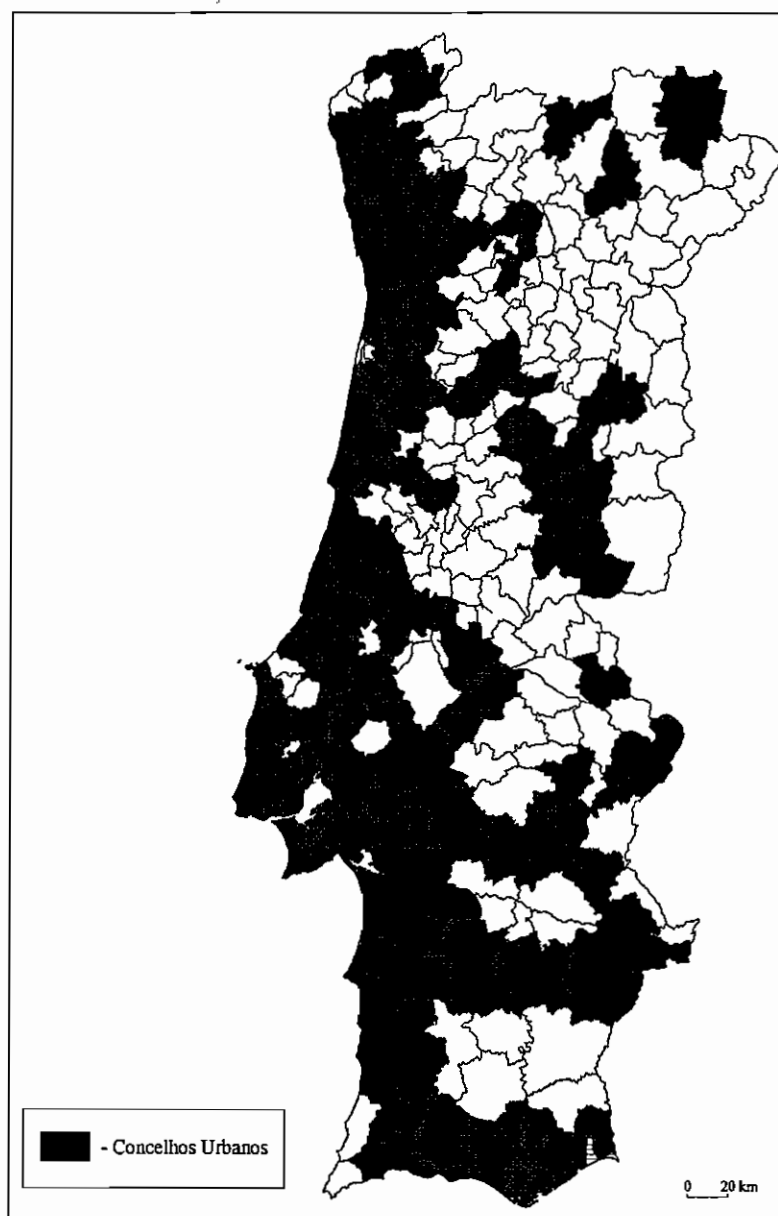


Fonte: MEPAT (1996)

A aplicação deste critério não altera o número e a dimensão das cidades de escalões intermédios mas permite compreender a novas realidades que modelam o sistema urbano. A conjugação das condições de densidade e ocupação funcional dos activos foi a forma encontrada pelos autores para “medir” a dispersão das funções produtiva e residencial ao longo dos eixos viários e ferroviários e neste contexto, este critério permitiu, não só, encontrar um maior número de aglomerados com características urbanas como, também, encontrar “regiões urbanas polinucleadas” e “eixos urbanos” (caso do eixo urbano do centro interior composto por Castelo Branco-Fundão-Covilhã-Guarda).

Num trabalho de 1994, o Instituto Nacional de Estatística introduz uma nova leitura sobre os conceitos de “Urbano” e “Rural” em Portugal, que, em 1996, deu lugar às classificações de “concelhos urbanos”, “concelhos semi-urbanos” e “concelhos rurais” (INE, 1996a) bem como, de “freguesias urbanas”, “freguesias semi-urbanas” e “freguesias rurais” (INE, 1996b).

Figura 5.7. - Concelhos Urbanos segundo o INE-DGOTDU, 1997



Fonte: MEPAT (1997)

“Concelhos urbanos”, são os “concelhos integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto ou que possuam um lugar com população residente igual ou superior a

10 000 habitantes, desde que, em ambos os casos, tenham uma população activa empregada no sector secundário igual ou superior a 38% ou no sector terciário igual ou superior a 51%”. São “concelhos semi-urbanos”, os “concelhos não urbanos que possuam um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes ou uma população activa empregada no sector primário igual ou inferior a 22% (INE, 1996a, pp.3). Os restantes são “concelhos rurais”.

Posteriormente, foi constituído um grupo de trabalho do INE e da DGOTDU, que procurou conciliar os critérios de ambas as instituições. Foi assim apresentado o conceito de “concelho urbano”, delimitado a partir dos resultados do trabalho realizado pelo INE em 1996. São “concelhos urbanos todos os que detinham, em 1991, pelo menos, um centro urbano com 5 000 ou mais habitantes (definição com base no total de população das freguesias que foram admitidas como urbanas e semi-urbanas, no projecto referido)” (MEPAT, 1997, pp. 104). Este grupo apresentou, em 1998, uma Tipologia de Áreas Urbanas, tendo como base as unidades espaciais correspondente às freguesias: *áreas predominantemente urbanas, áreas mediantemente urbanas e áreas predominantemente rurais*, considerando que, para fins estatísticos, a população urbana será a residente nas *áreas predominantemente urbanas* (INE-DGOTDU, 1998, pp. 7)⁷.

Qual a posição das cidades médias neste quadro diferenciado de critérios?

5.2.2. As cidades médias em Portugal– conceito e significados

Considerando simultaneamente os critérios da Comunidade Europeia (1991) que considerava como médias as cidades com 100 000 a 250 000 habitantes e o critério do

⁷ São consideradas *áreas predominantemente urbanas*:

- freguesias urbanas;
- freguesias semi-urbanas contíguas às freguesias urbanas, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento;
- freguesias semi-urbanas assim consideradas segundo critérios de funcionalidade/planeamento;
- freguesias sedes de concelho com mais de 5 000 habitantes.

Entendam-se como:

- *freguesias urbanas*, freguesias que possuam uma densidade populacional superior a 500 hab/Km² ou que integrem um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes;
- *freguesias semi-urbanas*, freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 e inferior ou a 500 hab/Km² ou que integrem um lugar com população residente igual ou superior a 2 000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes (INE-DGODU, 1998, pp.8 e 9).

INE português, apenas o Funchal poderia ser considerado como tal. Tomando o critério do GEPAT, Portugal Continental contava apenas com as cidades médias não metropolitanas de Braga e Coimbra (cidades com mais de 100 000 habitantes), dados que contextualizam as afirmações de que Portugal não possui, ou possui uma fraca rede de cidades médias (BAPTISTA, 1995a, FERRÃO, 1995b, LOBO, 1997).

Contudo, se adoptarmos os limiares propostos no *Relatório 2000+* (1994), onde se aponta para o conceito de cidade “intermédia” (cidades que possuem entre os 20 000 e os 500 000 habitantes), então o número de centros intermédios em Portugal Continental sobe para 43 (apenas 15 se considerado o critério do INE).

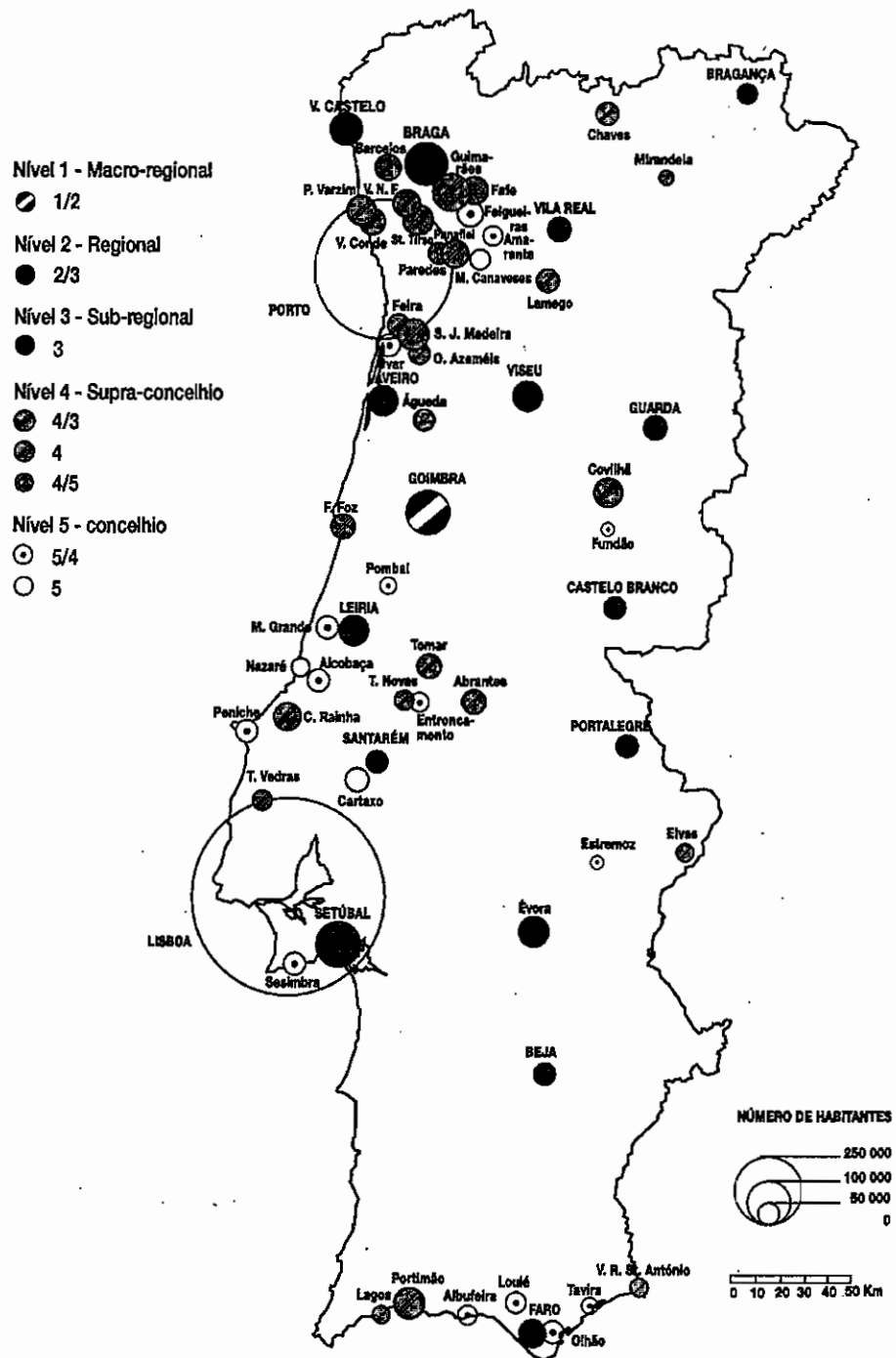
Outra perspectiva sobre o que podem ser as cidades médias em Portugal é a que decorre do escalonamento dos centros urbanos⁸ com base nos critérios demográfico e funcional (relativo à rede de equipamentos e infra-estruturas) desenvolvido pelo Ministério do Planeamento e Administração do Território. Assim, excluindo Lisboa e Porto, foram definidos cinco níveis de centros: de âmbito macro-regional (nível 1); de âmbito regional (nível 2); de âmbito sub-regional (nível 3); de âmbito supra-concelhio (nível 4); e de âmbito concelhio (nível 5).

Neste contexto parece pertinente considerar como “médios” os centros de nível 1, 2 e 3, onde se incluem cidades como Coimbra (nível 1), Braga, Évora e Faro (nível 2); Aveiro, Setúbal, Viseu, Castelo Branco, Santarém, V. Castelo, Leiria, Vila Real, Bragança, Portalegre, Guarda e Beja (Nível 3) e ainda Guimarães, Covilhã e Caldas da Rainha (Nível 4/3) (MEPAT, 1995).

No entanto, esse critério parece insuficiente pois exclui outros que desenvolvem funções que ultrapassam em muito a sua dimensão populacional. Existem cidades de nível concelhio e supra-concelhio que desenvolvem um papel de atracção e organização dos territórios envolventes (casos de Mirandela, Elvas e Estremoz) enquanto outras que pela sua proximidade a outros centros, estabelecem com estes relações (caso do Cartaxo em relação a Santarém e da Nazaré em relação a Alcobaça) e, portanto, funcionam como cidades ou sistemas urbanos de dimensão média. Assim, parece evidente que a hipótese aqui avançada de considerar como cidades médias as cidades integradas nos níveis 1, 2, e 3 exclui cidades que detêm um papel importante nos contextos locais e regionais em que se inserem, não devendo por isso ser considerada válida.

⁸ São seleccionadas as áreas urbanas cuja população residente num raio de 5 km é superior a 10 000 habitantes, conforme critério enumerado no estudo “Indicadores de Caracterização e Evolução do Sistema Urbano”, Estudo N° 4/DSOT/GEPAT, Julho de 1987.

Figura 5.8. Níveis de equipamentos, 1994



Fonte: MEPAT (1995)

É reconhecendo a fraqueza das cidades médias⁹ no contexto da rede urbana portuguesa que, em 1994, é criado o PROSIURB, programa cujo principal objectivo era promover o crescimento e consolidação de centros urbanos que desempenhassem um papel estratégico no sistema urbano. Sub-dividido em duas linhas de acção distintas (a primeira visando a “Valorização das cidades médias” e a segunda a “Complementaridade da rede urbana”), foi no âmbito do Sub-Programa 1 que se apresentaram 40 cidades médias que deveriam constituir-se como:

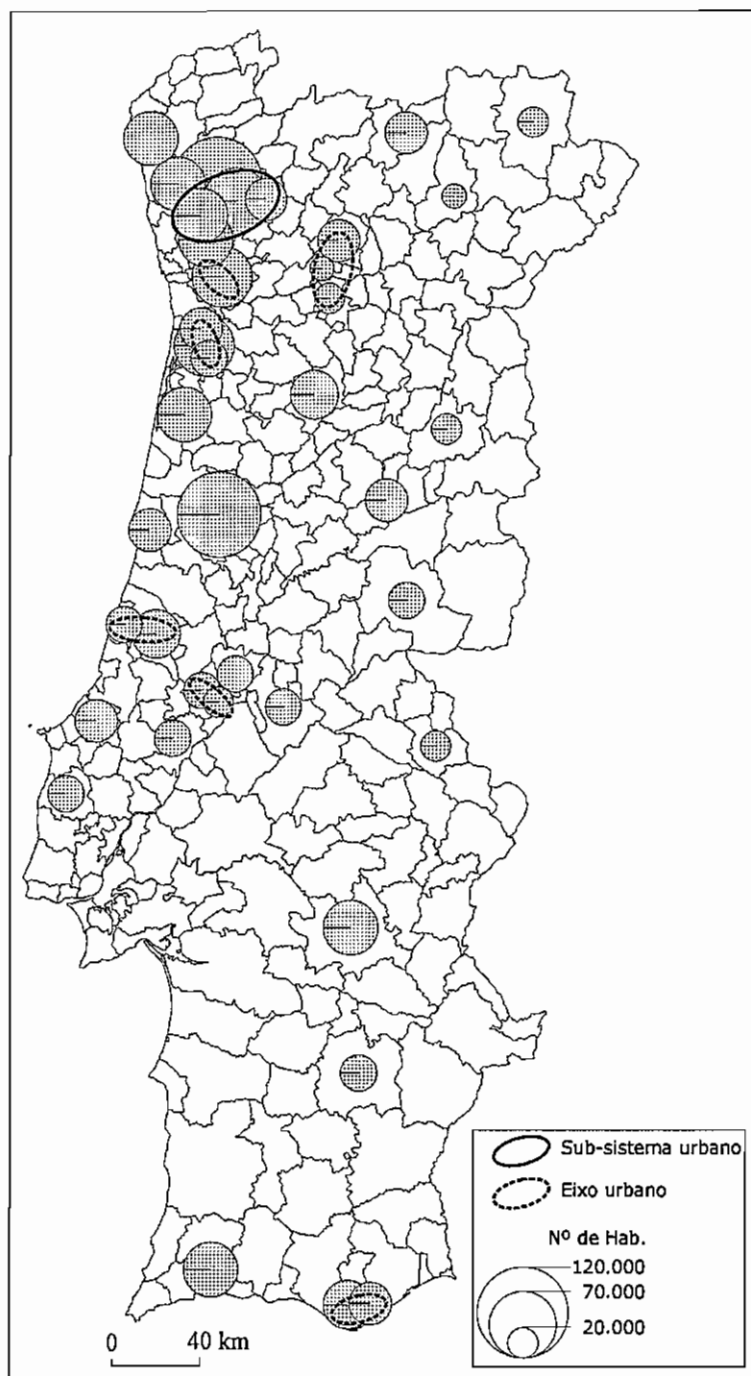
- “Centros efectivamente alternativos às áreas metropolitanas, com as consequências que daí advêm em termos de capacidade de atracção e retenção de iniciativas e recursos qualificados;
- Centros susceptíveis de actuar como catalizadores do desenvolvimento das suas áreas envolventes;
- Centros estruturantes, de espaços sub-regionais com graus apreciáveis de coesão (interacção/complementaridade) e de autonomia;
- Centros com capacidade para desempenhar um papel significativo no âmbito das redes internacionais de cooperação e intercâmbio” (Disp. 6/94 do MPAT).

Na escolha das cidades, estiveram em jogo critérios que ultrapassavam a hierarquia e a funcionalidade mas que se aproximavam do que, na realidade, correspondem as “cidades intermédias”. É neste contexto que:

- em paralelo a Chaves e Bragança, se escolheu Mirandela, centro de âmbito supra-concelhio fundamental na estruturação do sistema urbano regional transmontano;
- se consideraram Barcelos, Tomar e Abrantes, que sendo centros de pequena dimensão, estabelecem fortes relações de complementaridade com outros centros regionais e, como tal, são importantes na sustentação dos sistemas urbanos regionais em que se inserem;
- se definiram “sistemas” e “eixos urbanos” em áreas onde existem ou poderão vir a existir relações de interdependência/complementaridade importantes (casos do Sistema Urbano do Vale do Ave e do Eixo Urbano Leiria-Marinha Grande).

⁹ Atenda-se que as cidades são referenciadas como “cidades médias” e não “cidades intermédias”.

Figura 5.9. - Cidades elegíveis no PROSIURB



Fonte: MPAT (1994) in LOBO, 1997

Existem outros centros que pelas suas especificidades territoriais se impõem como centros organizadores e reguladores do ponto de vista económico, social e cultural, dos territórios em que se inserem.

5.3. A posição das cidades médias nas várias visões do sistema urbano do território continental

Várias leituras acerca do sistema urbano nacional têm sido apresentadas, mas destacamos três pela sua actualidade:

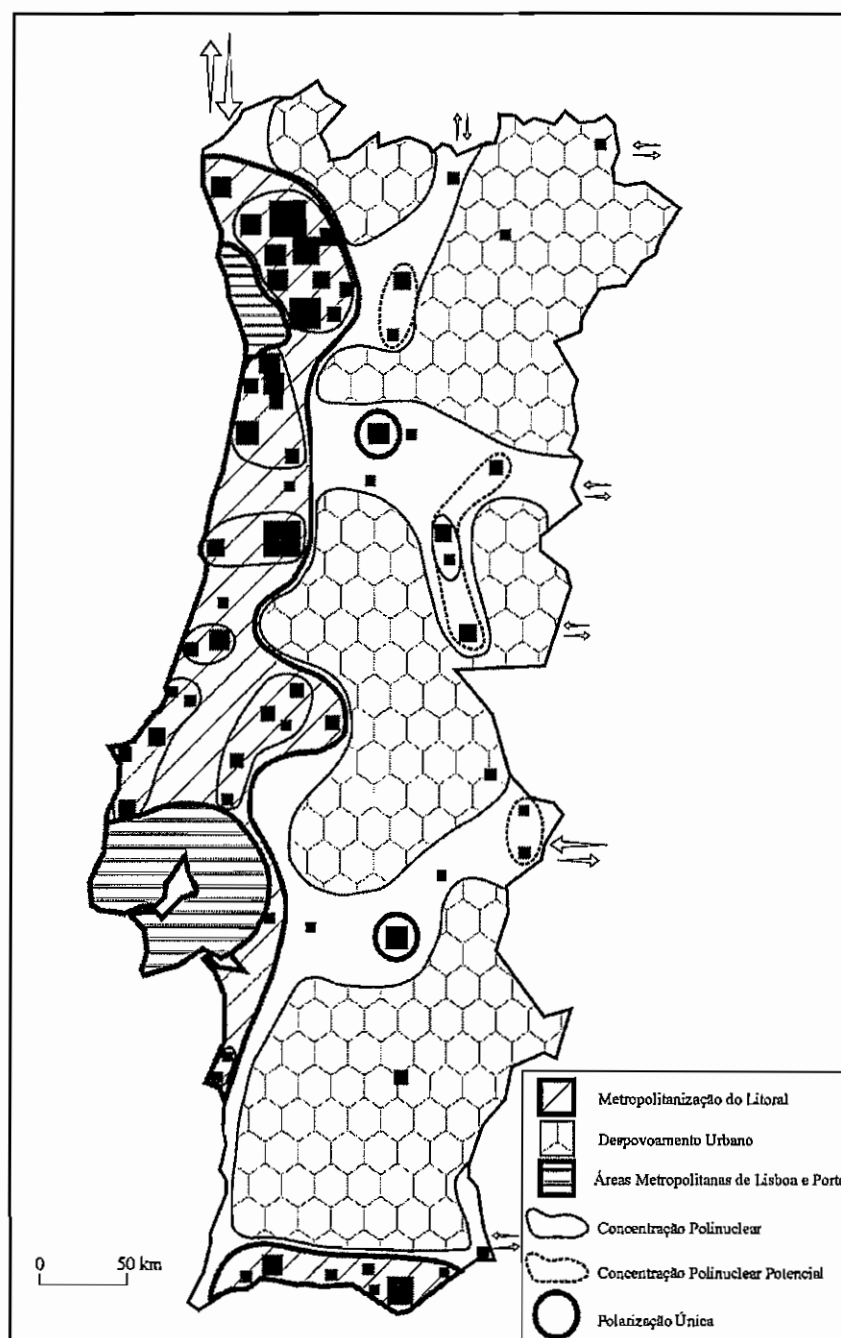
- “Urbanização e Coesão Social em Portugal” (MEPAT- GAERE, 1996) bem como no “HABITAT II - Portugal” (MEPAT, 1996), documento apresentado em Junho de 1996 em Istambul na “Conferência sobre Estabelecimentos Humanos”;
- “Sistema Urbano Nacional – Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais” (DGOTDU, 1997) e que consta igualmente no “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006” (PNDES) (MEPAT, 1998);
- e as propostas das Comissões de Coordenação apresentadas em planos de desenvolvimento regional ou nos documentos prospectivos do PNDES regionais (CCRN, 1998, CCRC, 1998, CCRLVT, 1998, CCRAAlentejo, 1998 e CCRAAlgarve, 1998)¹⁰.

Na primeira, para além das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, enquadram-se um vasto número de cidades que desenvolvem entre elas relações de interdependência configurando “concentrações polinucleadas” e que definem a “metropolitanização” do território litoral. Para além desta área, conta-se o litoral algarvio, cuja ocupação do território assenta num sistema de ocupação urbana *quasi-contínua*, que permitiu o desenvolvimento de vários pólos com uma forte especialização funcional.

¹⁰ Documentos apresentados pelas Comissões de Coordenação Regional:

- CCRN (1998) – “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006, Diagnóstico Prospectivo da Região Norte”, Porto, 163 p.
- CCRC (1998) – “Diagnóstico Prospectivo da Região Centro. Contribuição para o PNDES”, Documento de trabalho, Coimbra, 114 p.
- CCRLVT (1998) – “Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006,, Diagnóstico Estratégico”, Lisboa, 115 p.
- CCRAAlentejo (1998) – “Programa de Desenvolvimento Económico e Social do Alentejo (2000 a 2006) Diagnóstico Prospectivo”, Évora, 163 p.
- CCRAAlgarve (1998) – “Diagnóstico da Região do Algarve. Contributo para o PNDES”, CCRAAlgarve, Faro.

Figura 5. 10. - Síntese do Sistema Urbano Continental
Grupo de Trabalho do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Europeu, 1996



Fonte: CEDRU (1996) in MEPAT (1996)

Para além destas cidades, reconhece-se a existência de outras que definem faixas de ligação entre o litoral e a fronteira espanhola. Casos de Lamego e Vila Real (potencial eixo) até Chaves; Viseu (e cidades envolventes) até à Guarda, o potencial eixo de Castelo Branco-Fundão-Covilhã-Guarda e a sul, Évora a Elvas - Campo Maior e Vila Real de

Santo António. Apenas quatro cidades se enquadram num contexto de despovoamento urbano (Bragança, Mirandela, Portalegre e Beja).

Esta leitura do sistema urbano é favorável às cidades não metropolitanas, quer no Litoral, onde beneficiam particularmente da melhoria da acessibilidade e do processo de desconcentração produtiva das grandes aglomerações, quer no Interior, onde se desenvolveram ao longo das vias de comunicação estratégicas e, assim, conseguiram potenciar as suas vocações produtivas e territoriais (casos de Viseu, Évora, Elvas).

Na segunda leitura do sistema urbano (DGOTDU, 1997) as cidades não metropolitanas surgem numa posição um pouco distinta da anterior. O quadro de “metropolitanização” que definia o litoral é substituído pela identificação de “espaços dinâmicos” cujos limites conduzem a três áreas:

- o espaço litoral de Viana do Castelo até Aveiro-Ílhavo-Ovar;
- o espaço que compreende Leiria-Marinha Grande até ao limite sul da AML, mas que exclui o triângulo Abrantes-Tomar-Torres Novas;
- e o litoral algarvio.

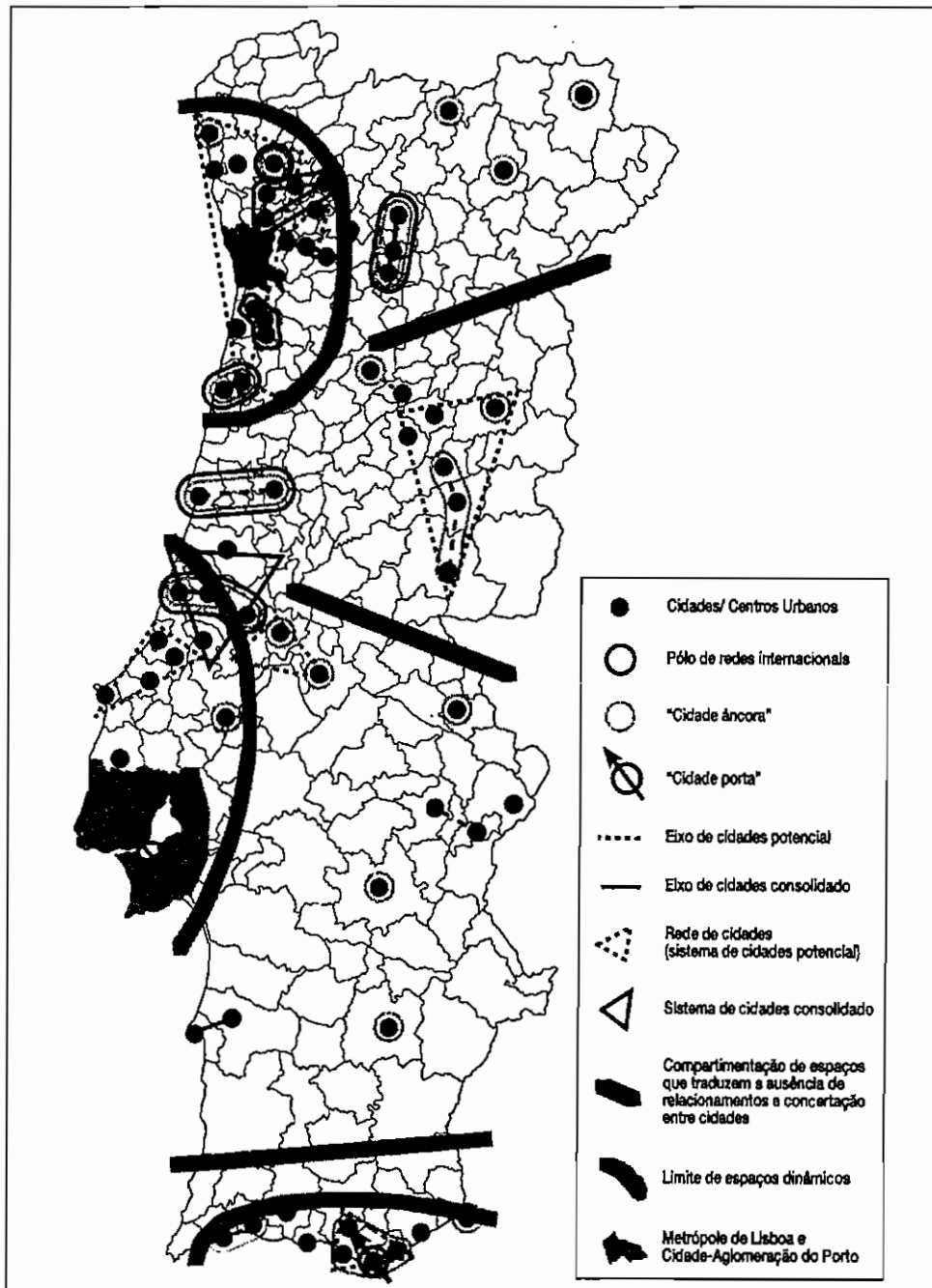
Assim, com excepção de Coimbra e da Figueira da Foz, as restantes cidades do litoral aparecem enquadradas pelas aglomerações metropolitanas.

As "cidades âncora" e as "cidades porta" são apontadas neste trabalho como cidades que desenvolvem funções de intermediação e, portanto, como cidades médias. Mirandela, Chaves, Bragança, Viseu, Guarda, Portalegre, Évora e Beja, entre outras, são classificadas como “cidades âncora”, o que significa “centros estruturadores e indutores do desenvolvimento de territórios alargados” (DGOTDU, 1997, pp.417) e, como tal, cidades com um papel de intermediação.

Por outro lado, Faro é considerada “cidade-porta”, definida como uma “cidade com forte relacionamento internacional, com acesso a redes de transferência de *know-how* e de inovação, inserida em espaços potenciadores de competitividade ou que assumem posição importante em segmentos de mercado internacionais, envolvendo nestes processos o território que polarizam”, o que significa que são cidades com protagonismo nos processos de internacionalização urbanos e territoriais” (DGOTDU, 1997, pp.417-8). Esta função confere igualmente um grau de intermediação. Quanto a Viana do Castelo, Braga, à conurbação polinucleada de Guimarães, Famalicão, Santo Tirso, Trofa e Fafe e a sul, as cidades de S. J. Madeira, Feira, Oliveira de Azeméis, o eixo

Marinha Grande-Leiria, entre outras, surgem como “pólos de redes internacionais”, outro critério importante para as eleger como cidades com funções de intermediação.

Figura 5.11. - Síntese do Sistema Urbano Nacional - DGOTDU, 1997



Fonte: DGOTDU (1997)

Confrontando estas duas visões com as perspectivas regionais descritas em vários documentos divulgados pelas Comissões de Coordenação Regionais, encontramos algumas diferenças, naturalmente explicadas pelo facto de se confrontarem duas escalas

de análise distintas. Enquanto as duas primeiras incidem sobre a escala nacional, as visões das Comissões de Coordenação traduzem a perspectiva regional e, como tal, valorizam o papel de algumas aglomerações que à escala nacional não assumem tal relevância.

A Região Norte (CCRN, 1998), para além das cidades classificadas segundo os critérios do MEPAT, considera igualmente relevantes pequenos aglomerados que, em alguns casos, não têm o estatuto de cidade, mas que desempenham funções com capacidade de polarização supra-concelhia: Amarante; Barcelos; Vila Nova de Foz Côa-Torre de Moncorvo; Mogadouro-Miranda do Douro; Ponte de Lima-Ponte da Barca-Arcos de Valdevez e Valença.

A Região Centro (CCRC, 1998) privilegia uma leitura do sistema urbano em sistemas sub-regionais mais alargados que os anteriormente apontados:

- Viseu e a constelação envolvente que inclui Mangualde, São Pedro do Sul e Tondela;
- o eixo Castelo Branco-Belmonte-Fundão-Covilhã-Guarda;
- o sistema Aveiro-Ílhavo-Vagos-Albergaria-Águeda-Oliveira do Bairro;
- o eixo Coimbra (incluindo Lousã, Mealhada, Cantanhede e Miranda do Corvo) -Figueira da Foz;
- o eixo Leiria-Marinha Grande,

Podemos concluir que na leitura da CCR Centro, as cidades médias, reforçadas pela configuração de sistemas ou eixos, ganham protagonismo, assumindo-se como elementos estratégicos para a afirmação da região no contexto nacional e internacional, em termos económicos, sociais e culturais. É neste contexto que se insere o caso de estudo apresentado nos capítulos seguintes (o Eixo Castelo Branco-Belmonte-Fundão-Covilhã-Guarda) cujas primeiras referências remontam a 1990 (CCRC, elab. Por CEDRU/ADIRA, 1990).

Quanto à Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT, 1998), para além da AML identificam-se três sub-sistemas: o Oeste, o Médio Tejo e a Lezíria do Tejo, cuja organização interna, permite valorizar um conjunto de pequenos aglomerados que desenvolvem funções de intermediação. São os casos do triângulo Tomar, Torres Novas e Abrantes, que integram Ourém e Vila Nova da Barquinha, no Médio Tejo e do Cartaxo e Almeirim, que não sendo contemplados no PROSIURB, são parte integrante do sistema de Santarém (AVELINO, 1998).

A perspectiva apresentada pela Comissão de Coordenação do Alentejo (CCRAAlentejo, 1998) reafirma também a necessidade de incluir na análise algumas pequenas aglomerações que são importantes na estruturação do seu território. São os casos de Moura, Castro Verde, Santiago do Cacém e Estremoz, aglomerados que complementam os níveis superiores da rede regional definida por Portalegre, Elvas, Évora e Beja.

A leitura do sistema urbano regional da Região do Algarve (CCRAAlgarve, 1998) baseia-se em critérios relacionados com as pequenas distâncias entre os centros urbanos e com o aumento dos movimentos pendulares. Estes dois factores desenham um “eixo urbano litoral, globalmente pouco estruturado, onde é possível identificar duas redes com expressão significativa: Faro-Olhão-Loulé-S. Brás de Alportel e Portimão-Lagos-Lagoa-Silves” (CCRAAlgarve, 1998, pp. 12). O sistema Faro-Olhão, também identificado no PROSIURB, sai aqui reforçado pela presença de Loulé e São Brás de Alportel, que se integra na estrutura de relações da capital algarvia.

5.4. As cidades médias nas políticas regionais e urbanas em Portugal

5.4.1. As cidades médias nas políticas regionais e urbanas dos anos sessenta aos anos oitenta

Até à aprovação do PROSIURB, não houve nas políticas nacionais referência explícita às cidades de média dimensão. Contudo, os modelos de desenvolvimento regional delineados em finais dos anos sessenta contavam com as cidades não metropolitanas para obter um território mais equilibrado, tanto em termos demográficos como económicos.

As primeiras referências ao desenvolvimento regional remontam ao III Plano de Fomento (PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, 1968b) preparado para 1968 a 1973. À semelhança de outros países da Europa Ocidental constava-se, nesse período, um aumento das desigualdades regionais no nosso país, espelhadas em diferentes dinâmicas de crescimento do litoral, em particular em Lisboa e Porto, e do interior do país. Atingir a

“harmonização do crescimento à escala regional” era assim o objectivo fundamental a atingir sendo para tal necessário promover¹¹:

- “o equilíbrio da rede urbana, com a finalidade de dotar as populações de equipamentos socio-económicos mínimos, concentrados a distâncias razoáveis”;
- “a expansão descentralizada da indústria e dos serviços, concretizada pela utilização de pólos de crescimento”; e a “progressiva especialização da agricultura regional, de acordo com as aptidões dos solos e as influências climáticas, numa óptica de concentração do investimento”¹²;

Embora no documento não fosse feita qualquer referência directa às cidades médias, reconhecia-se a necessidade de reforçar a funcionalidade de outras cidades não metropolitanas, para o que se propunha o desenvolvimento ou a criação de centros urbanos com equipamentos socio-económicos compatíveis com a hierarquia da rede urbana (das cidades capitais aos centros de menor dimensão em territórios rurais).

Outro instrumento que marcou a evolução de algumas cidades médias portuguesas, foi o Plano Geral de Urbanização (D.L. Nº 24 802, de 21 de Dezembro de 1934¹³) posteriormente alterado em 5 de Setembro de 1944 (DL. Nº 33 921) (OLIVEIRA, L., 1991), sendo que em algumas cidades, estes planos mantiveram-se até muito recentemente como o único instrumento de planeamento aprovado.

A Revolução de Abril marcou o início de um novo período na política regional e urbana do país. JACINTO (1993) aponta-o como o primeiro momento de ruptura na evolução da Política Regional em Portugal, sendo que o segundo momento, deu-se com a adesão à Comunidade Europeia ocorrida em 1986. Ao nível local, as autarquias chamaram a si novas atribuições e competências, no âmbito das quais intervieram em variados domínios, desde a habitação às infra-estruturas básicas, passando pelos equipamentos sociais e culturais e, posteriormente, na economia, ambiente e território. Assim, os municípios assumiram um papel fundamental na condução dos processos de desenvolvimento local e regional.

¹¹ Para que se estes objectivos fossem atingidos, pressupunha a criação de novas condições e novas formas de regulamentação, as chamadas “regiões-plano ou regiões-programa”. Previam-se a criação de quatro no Continente (Norte, Centro, Lisboa e Sul), mais a Madeira e os Açores.

¹² III Plano de Fomento, Capítulo I, Parte III, “Evolução recente e situação actual dos desequilíbrios regionais na metrópole”, 1968

¹³ Reforçado pelo D.L. Nº 35 931, de 4 de Novembro de 1946.

Contudo, devido ao reduzido número de instrumentos legais e à escassez de recursos financeiros, os municípios não conseguiram dar total resposta às fortes pressões na procura de habitação, de infra-estruturas e de equipamentos. Apesar de ter crescido a produção privada de habitação, assistiu-se à expansão de bairros clandestinos em terrenos localizados dentro e fora do perímetro urbano e o caos urbanístico deixou de ser uma característica exclusiva das grandes cidades, repetindo-se nas pequenas e médias aglomerações. Por outro lado, aumentaram as exigências de equipamentos e infra-estruturas públicas.

Os Planos Directores Municipais (Lei N° 79/77, de 25 de Outubro e desenvolvida no DL. N° 208/82), a revisão da legislação relativa aos Planos Gerais de Urbanização e a regulação dos Planos de Pormenor no DL. N° 560/71 de 17 de Dezembro (OLIVEIRA, L, 1991), foram instrumentos que de forma indirecta, marcaram a evolução das pequenas e médias cidades portuguesas. A revisão da legislação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) segundo o D.L. N°69/90, de 2 de Março, simplificou o processo de elaboração e aprovação, tornando mais facilmente exequível a sua concretização.

Nesse período, para além da regulamentação da legislação sobre os planos municipais e reforçou-se o protagonismo dos planos regionais. A elaboração de Planos Regionais (D.L. N° 176/88, de 18 de Maio) beneficiou também a posição das cidades médias pois, naturalmente preconizavam para estas um reforço do seu papel de pólos estruturantes das regiões em que se inseriam (caso do Algarve ou da Região de Lisboa e Vale do Tejo).

5.4.2. A influência da Comunidade Europeia

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia marcou o início de um novo período nas políticas de planeamento e desenvolvimento regional e das cidades. Os programas e iniciativas enquadrados nos I e II Quadros Comunitários de Apoio de 1989-93 e 1994-99 respectivamente, ao mesmo tempo que reforçaram a componente sectorial dos investimentos, reorientaram a política regional e urbana.

Tal como reconhecia a Comissão Europeia (1997b) as intervenções não eram directamente dirigidas às cidades, mas estas foram as principais beneficiárias das

intervenções sectoriais e regionais. No I Quadro Comunitário de Apoio, os casos mais evidentes foram os investimentos efectuados nos Eixos 1, 2 e 6 do Objectivo 1 e nos Objectivos 3 e 4.

O estudo de avaliação ex-post do I Quadro Comunitário de Apoio 1989-93 mostra que dos sete casos de estudo considerados (Ponte de Lima, Chaves, Idanha-a-Nova, Leiria, Santarém, Beja e Lagos), cinco correspondiam a concelhos com uma cidade média. Em qualquer um destes concelhos, a população e os agentes locais quando inquiridos acerca da evolução do seu concelho e sobre qual o papel dos investimentos comunitários para essa evolução, consideraram que os principais impactes positivos da aplicação do QCA I foram: a melhoria das acessibilidades e dos transportes, da habitação e equipamentos sociais e culturais, infra-estruturas básicas e a preservação do ambiente e património (OQCA-DGDR, 1998, pp. 98). Será então lícito concluir que os investimentos contribuíram para a melhoria na qualidade de vida da populações e aumentaram a competitividade económica das cidades. Com o II Quadro Comunitário de Apoio reforçam-se as atenções nos domínios do emprego, formação, exclusão social e ambiente, problemáticas que têm também incidência urbana (OQCA - DGDR, 1998).

Com uma dimensão significativamente inferior, deve-se citar ainda o RECITE, programa comunitário que tinha como objectivo a criação de redes de cidades, onde se comparam problemáticas e modelos de intervenção político-institucional usados em outras cidades e países. Contudo, o RECITE envolveu um número limitado de entidades¹⁴.

Quadro 5.5. - Participantes Nacionais na Carta de Alborg, 1997

Concelhos	Localização
Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa	Almada, Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras
Concelhos com Cidades Médias	Abrantes, Alcobaça, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Vila Nova de Famalicão.
Outros concelhos	Nelas

Fonte: Informação cedida pela DGOTDU, 1998

Paralelamente aos instrumentos e às políticas regionais e locais, as cidades, personalizadas nos municípios, desenvolveram estratégias próprias. É neste âmbito que se enquadra a participação e adesão de 13 municípios do território continental à Carta de

¹⁴ "Estratégias para as Cidades Médias", rede em que participou Évora e que tinha como objectivo principal o desenvolvimento de estratégias de aproveitamento das potencialidades locais e a rede "Dyonisos", que envolveu dez regiões vinícolas de França, Itália, Espanha e Portugal, que tem como objectivo a transferência de tecnologia entre as várias regiões.

Aalborg, cinco dos quais pertencem à Área Metropolitana de Lisboa, um corresponde a uma pequena localidade (Nelas) e os restantes sete, são municípios com cidades com uma posição intermédia no *ranking* nacional.

Tal evolução mostra que embora de forma incipiente, os municípios e as cidades portuguesas têm vindo a aumentar a sua participação em redes sectoriais ou regionais.

5.4.3. As iniciativas de base nacional desenvolvidas nos anos noventa

Os anos noventa revelaram uma valorização das cidades nas políticas de ordenamento e desenvolvimento regional e local no território nacional, visível quer na sua incidência nos estudos nacionais, regionais e urbanos, quer na criação de instrumentos legais, directa e indirectamente associados às cidades.

Com a aprovação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei Nº 48/98, de 11 de Agosto), foi dado um passo para o processo de ordenamento do território português e para a consolidação de um sistema urbano mais equilibrado e competitivo. A referida lei enumera como objectivo principal “assegurar uma adequada organização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmoniosos e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos “ (Artigo 1º).

Esta lei é importante para as cidades médias na medida em que, tal como é referenciado no Artigo 3º, procura "reforçar a coesão nacional, organizando o território, corrigindo as assimetrias regionais e assegurando a igualdade de oportunidade dos cidadãos no acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas".

No referido artigo cita-se ainda a importância de "racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos e promover a coerência dos sistemas em que se inserem" (alíneas a) e f)). Estes objectivos serão complementados por outros que incidem nos domínios rural, ambiental, social e cultural¹⁵.

¹⁵ Artigo 3º - Outros fins da política de ordenamento do território e de urbanismo:

(...)

b) "Promover a valorização integrada das diversidades do território nacional;

Outro passo foi dado com a aprovação, em 1994, do *Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos PDM* (genericamente designado por PROSIURB, Despachos MPAT 6/94 e 7/94), que vigorou até finais de 1999.

Os objectivos do PROSIURB eram o de promover o crescimento e consolidação de centros urbanos que desempenhavam um papel estratégico no sistema urbano. Subdividido em dois sub-programas, no sub-programa 1 foram eleitas quarenta cidades médias baseadas nos seguintes critérios: "uma população superior a 10 000 habitantes; um nível de equipamentos, no mínimo, supraconcelhio; centros que desempenham um papel estratégico na organização do território nacional, ou seja, sejam susceptíveis de actuar como catalizadores de áreas envolventes, de estruturar espaços sub-regionais e desempenham (ou possam vir a desempenhar) um papel significativo no âmbito das redes internacionais". Por outro lado, foi dada uma atenção particular "aos centros urbanos que se articulem em redes ou sistemas, potenciando assim iniciativas e sinergias de forma concertada e articulada" (LOBO, 1997, pp. 79).

Num seminário realizado em Coimbra, em 1995, o então coordenador nacional do programa PROSIURB apresentou-o como "um instrumento de política que visará ampliar efeitos de mudança, acelerar processos dinâmicos em curso, otimizar os resultados económico-funcionais pela integração ampla de projectos na cidade", e afirmando ainda que "desenvolvimento regional, gerar emprego e coesão social vai querer dizer sobretudo políticas urbanas" (MAGALHÃES, 1995, pp. 21). Neste âmbito, mais que um instrumento de política urbana, o PROSIURB era também um instrumento de política regional.

O PROSIURB introduziu algumas inovações em matéria de política urbana. A primeira foi a "materialização" do conceito de "sistema" e de "eixo urbano", alertando para a importância das relações de complementaridade entre as cidades. Outro aspecto inovador do PROSIURB, consistiu na introdução de um novo instrumento de

-
- c) Assegurar o aproveitamento racional dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a humanização das cidades e a funcionalidade dos espaços edificados;
 - d) Assegurar a defesa e valorização do património cultural e natural;
 - e) Promover a qualidade de vida e assegurar condições favoráveis ao desenvolvimento das actividades económicas, sociais e culturais;
 - f) Racionalizar, reabilitar e modernizar os centros urbanos e promover a coerência dos sistemas em que se inserem;
 - g) Salvaguardar e valorizar as potencialidades dos espaço rural, contendo a desertificação e incentivando a criação de oportunidade de emprego;
 - h) Acautelar a protecção civil da população, prevenindo os efeitos decorrentes de catástrofes naturais ou da acção humana" (Art. 3º).

planeamento com incidência à escala urbana - o Plano Estratégico, de elaboração obrigatória para todas as cidades candidatas a verbas no Sub-Programa 1 (Despacho 7/94, de 26 de Janeiro). Outro elemento a assinalar foi a criação da figura do "Gabinete da Cidade", nos quais participam várias entidades locais.

O quarto aspecto foi o estabelecimento de contratos-programa, distribuídos nos cinco eixos de actuação¹⁶ do programa. Contudo, face à amplitude de objectivos definidos pelo programa, o PROSIURB não mobilizou montantes financeiros proporcionais aos que se exigiam para cumprir os objectivos preconizados, carecendo de capacidade de intervenção em vários domínios. No caso francês, os "Contratos das Cidades Médias", foram também criticados pela sua insuficiência e pelo reduzido impacto que tiveram no desenvolvimento das cidades médias e dos territórios envolventes. A preponderância de investimentos de carácter urbanístico em relação a outros domínios estratégicos, foi também apontada como uma falha da política das cidades médias francesas (LAJUGIE, 1979).

Quadro 5.6. - PROSIURB - Sub-Programa 1 - Estruturas dos investimentos aprovados entre 1994 e 1997

		Infra-estruturas básicas	Infra-estruturas e equipamentos de apoio act. econ	Equipamentos de utilização colectiva	Reabilitação e Renovação Urbana	Planos de Pormenor	Total Participação Contratada
Cidades do Litoral		48,3	3,6	21,7	22,9	3,5	100,0
Cidades do Interior		24,9	14,2	16,5	42,9	1,6	100,0
Total	(%)	38,1	8,2	19,4	31,6	2,6	100,0
	Contos	1 583 397	341 366	808 752	1 316 364	110 193	4 160 072

Fonte: MEPAT, 1997

A distribuição regional dos investimentos mostra que as intervenções do PROSIURB nas cidades do litoral incidiram em infra-estruturas básicas, para colmatar as carências que ainda existiam neste domínio. A grande fatia dos investimentos realizados no interior destinou-se à reabilitação e renovação urbana, o que demonstra por um lado, um esforço de reabilitar o património histórico mas também, a renovação dos centros históricos, que envolve a recuperação do parque habitacional dos grupos que residem no centro da cidade.

Embora de natureza distinta do anterior, encontramos o *Programa das Cidades Digitais*, criado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em 1997, cujos objectivos principais são: a melhoria da qualidade de vida urbana, o combate à interioridade, o reforço da competitividade económica e do emprego e o apoio à integração social dos cidadãos com necessidades especiais. Nos critérios de selecção das cidades privilegiam-se aspectos que caracterizam as cidades médias: “uma significativa percentagem de jovens em idade escolar, uma significativa percentagem de activos no sector secundário e terciário, incidência de agências bancárias, ATM’s e POS’s por 1 000 habitantes, um tecido empresarial dinâmico, a presença de recursos educacionais e de I&D e a existência de infra-estruturas no domínio das TIC’s” (MCT, 1997).

Entre 1998 e 1999, o programa desenvolveu acções piloto, tendo para tal sido eleitas as cidades da Guarda, Bragança (ambas com acções de combate à interioridade), Aveiro (com acções para melhorar a vida urbana), a Marinha Grande (com acções de reforço da competitividade económica), as regiões de Trás-os-Montes e Alto Douro e Alentejo. Em 2000, Castelo Branco juntou-se ao grupo de cidades e territórios anteriormente eleitos. As acções desenvolvidas foram diversas¹⁷ e serviram de ensaio para um futuro programa, já consignado no III Quadro Comunitário de Apoio, na *Intervenção Operacional Sociedade da Informação*.

Outra medida com incidência nas pequenas e médias cidades portuguesas é o *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades*, abreviadamente *Programa POLIS* (Despacho N° 47/A/MAOT/99). Este, tem como objectivo principal “melhorar a qualidade de vidas nas cidades, através de intervenções na vertente urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional” (MA, 1999, pp. 1). Este instrumento permitirá aos municípios, através de parcerias com o Governo, desenvolver projectos de requalificação urbana, contemplando a multifuncionalidade, a melhoria do ambiente urbano e novas formas de circulação pedonal e viária. As acções exequíveis estão sintetizadas em dez princípios orientadores dos quais

¹⁶ Eixos de intervenção do PROSIURB: infra-estruturas básicas, equipamentos de apoio à actividade económica, equipamentos de utilização colectiva, reabilitação e renovação urbana e na valorização da imagem e do *marketing* urbano.

¹⁷ Domínios das Acções: Autarquia *on-line*; Reforço do programa *internet* na escola; Rede digital comunitária; Acessibilidade à Sociedade de Informação; Bibliotecas digitais; Inserção de cidadãos com necessidades especiais; Promover os cuidados de saúde; Comércio Electrónico; Os Médias na cidade digital; Gestão de transportes.

se destacam dois que, pela sua especificidade em relação às cidades médias, devem por isso ser referenciados:

- a "requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica mas com uma vida urbana de pouca qualidade";
- e a "valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional" (MA, 1999, pp. 2).

Um aspecto a salientar no Programa Polis relaciona-se com a sua estrutura organizativa e a sua forma de financiamento. O Programa está estruturado em quatro componentes, sendo que a 1ª e a 4ª, possuem várias linhas de intervenção.

Quadro 5.7. - Estrutura do Programa POLIS

<i>Componente</i>	<i>Linha</i>
<i>Componente 1 – Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental</i>	<i>Linha 1</i> – Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar
	<i>Linha 2</i> - Outras intervenções a identificar
<i>Componente 2 – Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial</i>	-
<i>Componente 3 – Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento</i>	-
<i>Componente 4 – Medidas Complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades</i>	<i>Linha 1</i> – Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano
	<i>Linha 2</i> - Apoio à instalação de sistemas de informação e gestão ambiental
	<i>Linha 3</i> - Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino
	<i>Linha 4</i> – Apoio a acções de educação ambiental no espaço urbano
	<i>Linha 5</i> - Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade de vida urbana

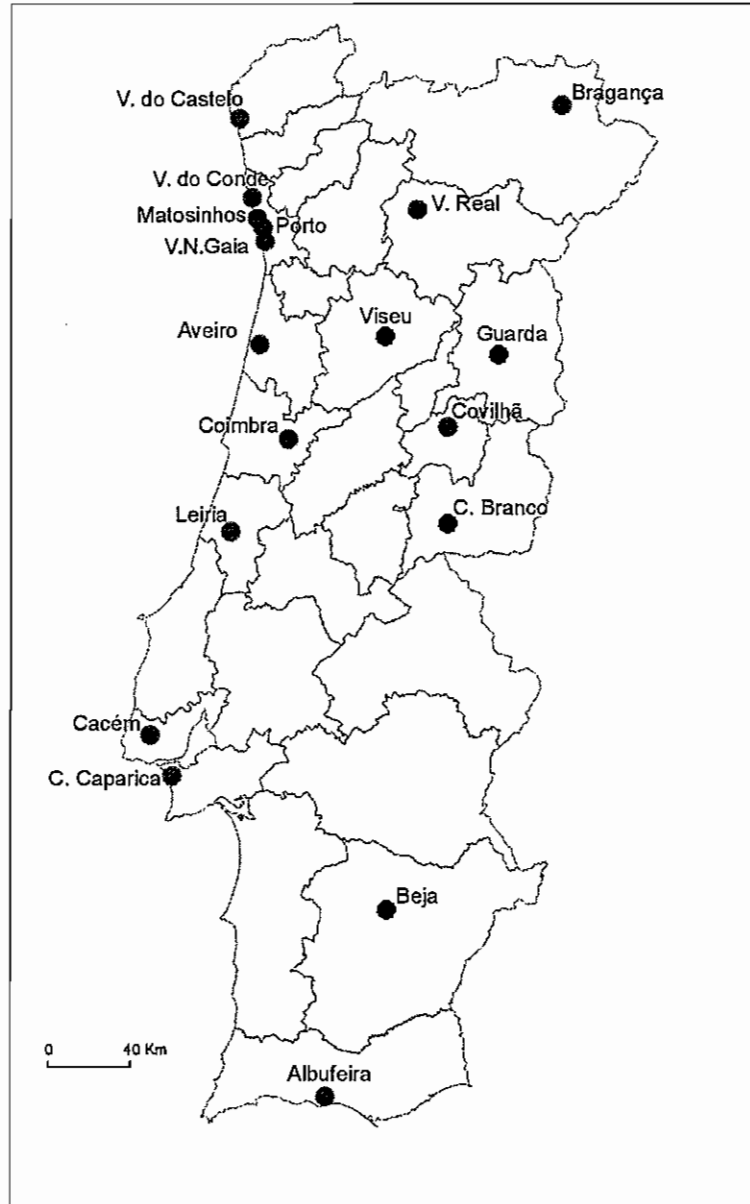
Fonte: MA, 1999

A estrutura do Programa mostra que este procurará servir de enquadramento a um conjunto de acções com vista à consolidação do sistema urbano nacional. "..., o Programa Polis constitui um quadro de referência importante para assegurar uma coordenação e um propósito comum para as acções de requalificação e valorização ambiental no espaço urbano, a apoiar no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III" (MA, 1999, pp. 1).

Neste âmbito, as principais fontes de financiamento são os fundos da comunidade, em particular da Intervenção Operacional do Ambiente (Medida "Melhoria do Ambiente Urbano") e das Intervenções Operacionais Regionais. O financiamento do programa não se restringe à Administração Central e às autarquias mas sai bastante reforçado pelos

fundos comunitários, permitindo assim desenvolver iniciativas de maior impacto local e regional.

Figura 5.12. - Aglomerações contempladas no Programa POLIS - COMPONENTE 1, 1999



Fonte: MA, 1999

Este programa conta ainda com a possibilidade de financiamento empresarial público ou privado, sendo os níveis de comparticipação diferenciados consoante as linhas de intervenção (na Linha 1, da Componente 1, prevê-se uma comparticipação de 60% a 70% dos Fundos Comunitários).

Outro aspecto a salientar, é o facto de cada projecto a apresentar no âmbito da Componente 1 deva ter por base um Plano Estratégico, garantindo que as iniciativas a considerar tenham um carácter integrado e eficaz. Esta, é a tónica que caracteriza as políticas urbanas e regionais actuais, ou seja o fomento de programas e opções que integrem vários domínios, agentes e financiamentos, potenciando os seus efeitos.

Há contudo um aspecto que não é contemplado no Programa Polis; nenhuma das componentes e linhas de intervenção está vocacionada para a formação e consolidação de eixos ou de sistemas urbanos, identificados como unidades dinâmicas do sistema urbano nacional e, apesar da amplitude dos montantes envolvidos (160 milhões de contos), a grande maioria das verbas estão comprometidas na Componente 1, restringindo desde já as acções a desenvolver.

Efectivamente considerando que entre os objectivos do Polis se contam a melhoria da atractividade e da competitividade dos pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional, parecia importante contemplar acções que fomentassem a apresentação de projectos que, não só contribuíssem para o desenvolvimento das cidades mas, também, para o desenvolvimento de complementaridades funcionais e territoriais

5.4.4. As Cidades Médias no Sistema Urbano Nacional - a visão dos Planos Nacionais e Regionais

Para além da legislação que enquadra os novos instrumentos de política urbana e regional, as preocupações em reforçar as pequenas e médias cidades transparecem também em vários documentos estratégicos.

O *Contributo de Portugal para o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário* (MEPAT-GAERE, 1996) bem como o documento em que participaram a França, Espanha e Portugal sobre as *Potencialidades e Estrangulamentos do "Sudoeste Europeu"* (DATAR- DGOTDU, elab. QUATERNAIRE, 1995) referem a importância das cidades médias para o desenvolvimento económico e social do país.

No primeiro documento, as pequenas e médias cidades são apontadas como a "base de sustentação das estratégias de reequilíbrio e policentrismo que se pretendem implementar" e, para tal, "importará avaliar as relações funcionais, as interdependências

e as complementaridade existentes, e equacionar as formas de as reforçar, na implantação de equipamentos e no reforço das acessibilidades, completando o esforço que tem vindo a ser feito no incremento das acessibilidades internacionais e inter-regionais". Ainda segundo o documento, "haverá que aprofundar o tema das redes e mecanismos de cooperação e concertação entre centros urbanos, condição indispensável para o aproveitamento das sinergias e a valorização conjunta de potenciais comuns, com vista à criação das necessárias economias de escala" (GAERE, 1996), perspectiva que está em consonância com os fins da política de ordenamento do território e urbanismo.

O *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006) - Visão Prospectiva* (MEPAT) identifica também os problemas e estrangulamentos causados pela ausência de cidades médias na rede urbana portuguesa. Os baixos níveis de prestação de serviços às populações e actividades são apontados como obstáculos para os processos de desenvolvimento regional do país pois não só, são um entrave à difusão de informação e à possibilidade de participação nas redes europeias, como impossibilitam as cidades de se afirmarem como pólos alternativos às duas áreas metropolitanas.

Por outro lado, reconhece-se que a pequena dimensão das cidades médias tem sido um obstáculo à sua afirmação como pólos regionais; "as cidades médias são demasiado pequenas para seguramente reterem o seu lugar e papel no sistema urbano", limitação que seria ultrapassada se as cidades se organizassem em rede ou desenvolvessem parcerias de forma a "aumentar fortemente a atractividade do conjunto" (MEPAT, 1999, pp. 54).

Assim, no futuro, perspectivam-se objectivos de desenvolvimento do sistema urbano nacional que permitam o seu reposicionamento no contexto europeu:

- O reforço e a reorganização das AM's em áreas policêntricas;
- A qualificação e estruturação dos contínuos urbanos do litoral que contrariem os efeitos de polarização das AM's ;
- A dinamização dos centros urbanos em áreas em perda e a criação e a consolidação de eixos de cidades no interior do país, organizados em função das vias de comunicação;
- Avanço das redes de concertação e de cooperação transfronteiriça, redes que podem constituir um factor de dinamismo da actividade do interior do país
- Obter um sistema urbano mais coeso onde os centros de dimensão média se articulem com as AM's.

Neste contexto, o *III Plano de Desenvolvimento Regional - 2000-2006* (MEPAT, 1999), para além da *Intervenção Operacional do Ambiente* (cujo um dos objectivos é a "Melhoria do Ambiente Urbano"), nas *Intervenções Operacionais Regionais* apontam-se orientações estratégicas que visam a "Qualificação e Competitividade das Cidades Médias"¹⁸, intervindo nos domínios económico, territorial e social, no sentido de evitar a segregação e a exclusão.

Por fim, a valorização das cidades e, particularmente, das cidades médias é também visível nas acções dos actores locais, nomeadamente os municípios, as associações e núcleos empresariais regionais, as associações de desenvolvimento local, as universidades e, mais recentemente, as agências de desenvolvimento regional. A sua acção alarga-se a vários campos e tem vindo a ganhar um crescente protagonismo, demonstrando a importância das políticas territorializadas.

As políticas presentes e futuras das cidades médias terão por base os *Esquema de Desenvolvimento Espaço Comunitário* (orientações de nível comunitário), o *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006) - Visão Prospectiva* e os respectivos Planos Regionais. Como instrumentos de intervenção estão o III QCA, o INTERREG III e, mais especificamente, o POLIS.

¹⁸ Os objectivos prioritários são:

- garantir o acesso a determinados serviços e padrões de qualidade de vida e de ambiente;
- organizar o território, promovendo a competitividade dos nós estratégicos para a estruturação dos espaços em termos regionais e nacionais,
- reforçando a sua posição ao nível europeu; combater a segregação funcional e social dos territórios urbanos;
- e o apoio a estratégias concertadas de qualificação e de desenvolvimento urbano;

CAPÍTULO VI - AS CIDADES MÉDIAS EM PORTUGAL

"Actualmente as principais áreas metropolitanas tendem a estabilizar demograficamente, embora com intensos movimentos no seu interior, particularmente no caso de Lisboa. Mas a maior parte das cidades de pequena e média dimensão, tanto no litoral como no interior, continuam a crescer, embora a um ritmo mais lento do que no último quarto de século."

J. Gaspar, (2000a), *"Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal"*, pp. 128

6.1. Metodologia de trabalho

a) O quadro conceptual de análise – O binómio cidade intermédia-cidade sustentável

Os vários trabalhos e leituras anteriormente referidos identificam um conjunto de cidades não metropolitanas com distintas funções e importância regional e local mas não permitem apontar de forma directa para o que são as cidades médias em Portugal. A única excepção corresponde ao PROSIURB, que enumera quarenta aglomerações designadas por "cidades de média dimensão".

Sendo este capítulo sobre as cidades médias no sistema urbano nacional, uma hipótese de trabalho possível seria partir da rede identificada pelo PROSIURB e assim, caracterizar essas várias cidades. Contudo, com as novas condições de competitividade

económica e a emergência de novas problemáticas sociais e ambientais, a curto prazo, colocar-se-ão novos desafios às cidades portuguesas e nomeadamente às cidades médias.

As políticas e os instrumentos de desenvolvimento deverão responder às preocupações recentes em matéria da insustentabilidade do desenvolvimento urbano (exclusão social, problemas ambientais, problemas económicos, entre outros), à necessidade de reforçar o ordenamento do território (como transparece no EDEC) e ao objectivo da convergência nominal e real das várias regiões da União Europeia, garantindo a “Competitividade Económica” e a “Coesão Económica e Social” destas.

Por outro lado, a adesão de vários municípios portugueses à “Carta Europeia das Cidades Sustentáveis”, reforça a vontade das cidades serem entidades capazes de gerar economias sustentáveis, justiça social e sustentabilidade ambiental (equilíbrio do património construído, cultural e ambiental).

As cidades médias devem assim, ser capazes de se afirmar como entidades com dinâmicas próprias, mobilizadoras de recursos e agentes locais, concertando actores e desenvolvendo formas de regulação económica, social e ambiental que lhes garantam, a sustentabilidade do seu processo de desenvolvimento, dependendo igualmente da sua inserção no sistema regional, nacional e global, ou seja, a sua capacidade de intermediação.

A intermediação depende assim, da sua capacidade relacional e da sua interactividade com os espaços regional, nacional e global, o que exige necessariamente quadros de desenvolvimento sustentável do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental. As cidades médias devem assim, enquadrar-se no binómio de “intermediação-sustentabilidade” e as políticas de desenvolvimento urbano e de ordenamento territorial, devem conciliar essas vertentes.

Neste contexto, no presente capítulo considerou-se relevante estudar a rede de cidades não metropolitanas e ver qual a posição relativa destas no binómio intermediação-sustentabilidade.

As cidades “bem posicionadas” nesse binómio são cidades capazes de potenciar dinamismo económico e social à escala local, regional, nacional e internacional, podendo ser designadas “cidades intermédias e sustentáveis” “. A metodologia seguida procura identificar estas cidades.

b) A rede de aglomerações urbanas estudadas

No presente trabalho foram considerados aglomerados urbanos todos os aglomerados com estatuto de cidade e todas as sedes de concelho que não tendo estatuto de cidade, eram sede de concelho e possuíam mais de 5 000 habitantes¹.

Contudo, por razões que se prendem com as limitações de informação estatística à escala do aglomerado, e à semelhança de outros trabalhos, a unidade de análise será o concelho, sendo considerados “concelhos urbanos” aqueles onde existe:

- pelo menos um aglomerado com estatuto de cidade
- um aglomerado, que não sendo cidade, seja sede de concelho e possua mais de 5 000 habitantes.

Assim, no presente trabalho são consideradas as oitenta e cinco cidades não metropolitanas, inseridas em oitenta e um concelhos, a que se juntaram os concelhos da Batalha, Benavente, Nazaré, Alpiarça, Campo Maior, Reguengos de Monsaraz, Vila Viçosa, Grândola e Aljustrel (cujas sedes não sendo cidades, possuem mais de 5 000 habitantes), totalizando assim, noventa concelhos urbanos não metropolitanos (onde se contam noventa e quatro aglomerações consideradas urbanas).

Quadro 6.1. - Unidades de análise e critérios de definição no presente trabalho

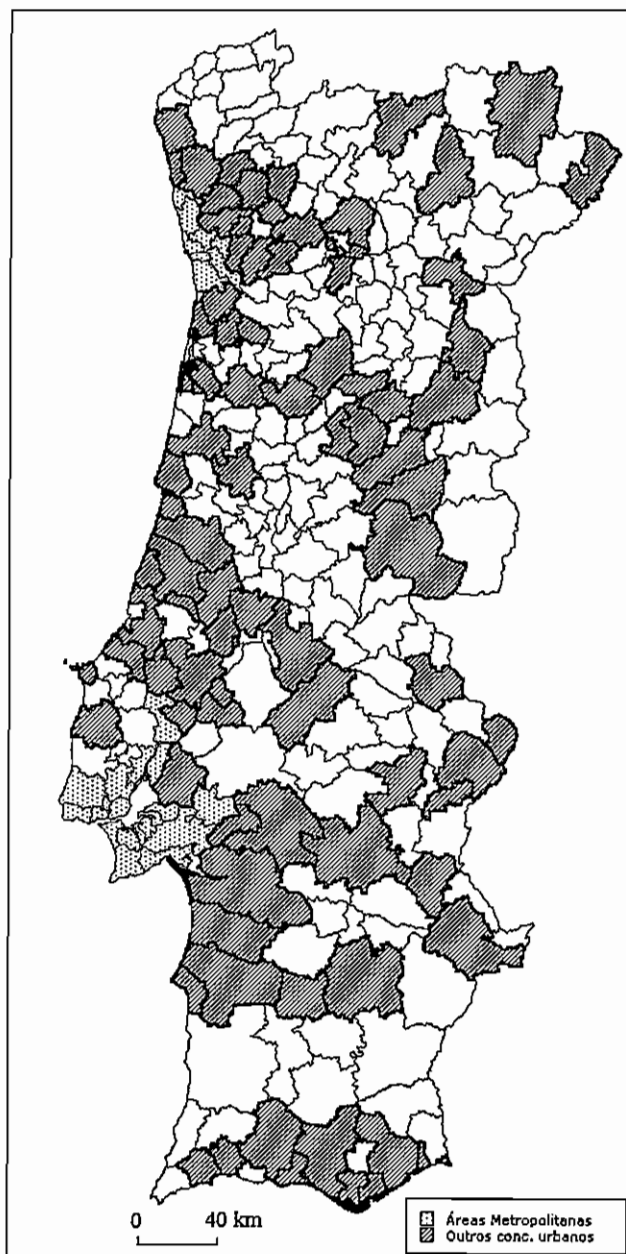
Unidades de análise	Crítérios	Nº
<i>Concelhos urbanos não metropolitanos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Concelhos onde existe pelo menos um <i>aglomerado urbano não metropolitano</i>: <ul style="list-style-type: none"> • Aglomerações não metropolitanas com o título de cidade (85 cidades) • Outras aglomerações não metropolitanas, sedes de concelho, com mais de 5 000 habitantes (9 aglomerados) <p>O que totaliza 94 <i>Aglomerados não metropolitanos</i></p>	90
<i>Concelhos rurais</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Restantes concelhos do país (excluindo os concelhos que compõem as Áreas Metropolitanas) 	158

Contudo, na análise efectuada não se consideraram apenas os concelhos urbanos não metropolitanos mas todos os restantes concelhos (o que inclui os restantes 158

¹ A população destes lugares é a população residente nas freguesias que se encontram num raio de 5 km, ou seja foi aplicado o critério do GEPAT (BRUXELAS, 1987) a todas as aglomerações urbanas que se enquadravam no critério assente neste trabalho.

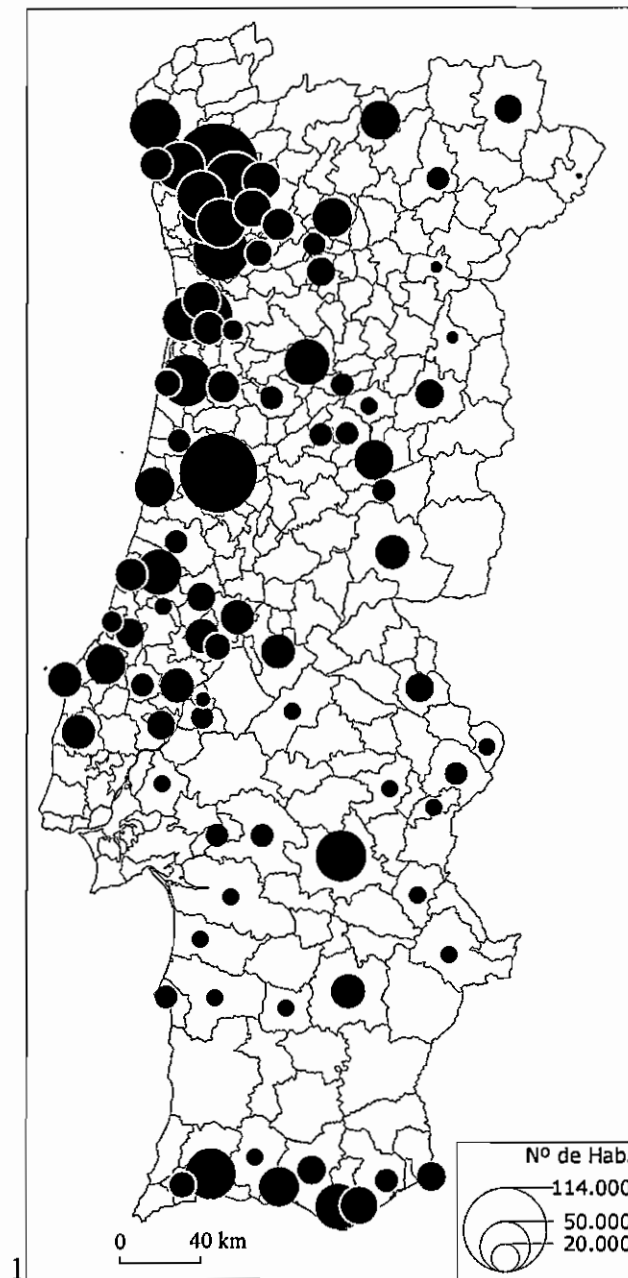
concelhos rurais), por forma a contextualizar territorialmente os processos e as dinâmicas de mudança dos "concelhos urbanos" no quadro do país.

Figura 6.1. - Concelhos Urbanos considerados no Estudo



Assim, a sua análise terá por base de comparação, o "todo" nacional permitindo compreender "como" e "onde" emergem as cidades com maior capacidade de intermediação e com quadros de desenvolvimento mais sustentável.

Figura 6.2. – População Residente nas Aglomerações consideradas no Estudo,
1991



Fonte: elaborado a partir do RGP, INE, 1991

c) O Modelo de Análise

A metodologia de trabalho utilizada foi no sentido de avaliar da capacidade de intermediação e de sustentabilidade económica, social e ambiental, dos territórios urbanos. Assim, para se saber o posicionamento de cada uma das aglomerações urbanas relativamente aos conceitos anteriores (“intermediação” e “sustentabilidade”) e em que

medida é que estes permitiam atingir os três objectivos de desenvolvimento consignados pela União Europeia, considerou-se necessário avaliar as características das cidades não metropolitanas segundo cinco dimensões:

1. Dinamismo demográfico;
2. Centralidade;
3. Competitividade económica – o que compreende a análise da estrutura produtiva, o grau de internacionalização e de inovação;
4. Coesão social – o que integra as questões do emprego/desemprego, educação, cultura, saúde e outras questões sociais;
5. Existência de um ambiente urbano sustentável – o que inclui questões como a habitação e o ambiente.

Estas cinco dimensões são representadas por variáveis, umas estáticas, outras dinâmicas, tendo-se procedido à sua análise em duas fases. Na primeira, recorreu-se a informação estatística, caracterizando-se cada uma destas dimensões, evidenciado o comportamento das cidades não metropolitanas por contraponto às AM's e aos concelhos rurais.

Quadro 6.2. - Modelo de análise

Objecto de análise	Componente a analisar	Dimensões dominantes
Cidades Médias	Intermediação Sustentabilidade	Dinamismo Demográfico
		Centralidade
		Competitividade Económica
		Coesão Social
		Ambiente Urbano Sustentável

Na segunda fase, procurou-se identificar as relações existentes entre as várias dimensões, no sentido de identificar as cidades que respondem, de forma mais ou menos completa, ao binómio intermediação-sustentabilidade.

d) As dimensões em análise

A primeira dimensão contempla variáveis que retratam a estrutura demográfica e do povoamento, citando-se a taxa de urbanização em 1991², a taxa de variação da

² Relembre-se que foram considerados como urbanos, todos os aglomerados com estatuto de cidade e outros, que não tendo estatuto de cidade, eram sedes de concelho com mais de 5 000 habitantes.

população concelhia entre 1981 e 1991, a densidade populacional em 1991, o índice de dependência total (1991) e as taxas brutas de natalidade e mortalidade (1995-96).

Quadro 6.3.- Dimensões e vectores de análise com vista à identificação da Cidade que responde ao binómio Intermediação - Sustentabilidade

Dimensões	Vectores
1. Dinâmica demográfica e do povoamento	População e povoamento Indicadores demográficos
2. Centralidade	Atracção e centralidade
3. Competitividade Económica	Diversificação/Especialização da Estrutura Produtiva Internacionalização da base económica
4. Coesão Social	Exclusão Social Saúde Educação e Cultura Urbanidade e Consumo
5. Ambiente Urbano Sustentável	Dotação de infra-estruturas e serviços básicos Habitação

A segunda dimensão - centralidade - é medida a partir da matriz de deslocações casa trabalho e do grau de atracção cada concelho em relação aos restantes. Assim, foram consideradas as variáveis relativas à atracção geral, atracção de trabalhadores e atracção de estudantes.

A terceira dimensão -a competitividade económica- representa, tal como a dimensão anterior, a capacidade de intermediação das cidades, ou seja, a sua interactividade com os níveis regional, nacional e global. A análise desta dimensão assenta em três vectores:

- a especialização/diversificação da estrutura produtiva
- o grau de integração no sistema económico nacional e internacional
- a capacidade de inovação (medida pela presença de infra-estruturas e equipamentos com esta relacionadas).

O vector especialização da estrutura produtiva é representado pela percentagem de população activa no sector da indústria transformadora, do comércio, dos serviços privados e dos serviços públicos e sociais³ e a variação da população activa nestes quatro sectores entre 1981 e 1991.

³ Ramos 3, 6, 8 e 9, segundo a CAE-REV. 1, INE, 1991

Para além destas variáveis, foram consideradas outras que pretendem medir a presença e a importância dos serviços de apoio à produção, estes um indicador de competitividade urbana. São elas, a distribuição das pessoas aos serviços nos ramos de:

- “aluguer de máquinas e de equipamentos”;
- “actividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria; consultoria fiscal; estudos de mercado e sondagens de opinião; consultoria empresarial e de gestão; gestão de sociedades de participação sociais (*holdings*)”;
- *catering*;
- e outros serviços de apoio à produção onde se contam as “actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins”, “actividades de ensaios e análise técnicas”, “publicidade”, “selecção e colocação de pessoal”, “actividades de investigação e segurança”, “actividades de limpeza industrial” e “outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas”⁴.

O segundo vector da competitividade económica, relaciona-se com a capacidade de integração na estrutura económica internacional, o que remete para variáveis que representem o grau de internacionalização da estrutura produtiva, quer pela via industrial, quer pela via do comércio e dos serviços financeiros:

- distribuição concelhia das 500 maiores empresas;
- pessoal ao serviço em empresas industriais com capital estrangeiro;
- pessoal ao serviço em empresas do sector terciário com capital estrangeiro;
- distribuição concelhia das 2 000 maiores empresas exportadoras;
- volume de exportações intracomunitárias e extracomunitárias;
- realização de feiras internacionais;
- número de turistas por habitante;
- e a capacidade de alojamento.

⁴ Códigos da CAE-REV.2: “aluguer de máquinas e de equipamentos”(código 713), “actividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria; consultoria fiscal; estudos de mercado e sondagens de opinião; consultoria empresarial e de gestão; gestão de sociedades de participação sociais (*holdings*)”(código 741), cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio (código 555) e outra variável corresponde ao somatório do pessoal ao serviços num conjunto de actividades dos códigos 742 a 748. São elas: “actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins” (código 742), “actividades de ensaios e análise técnicas” (código 743), “publicidade” (código 744), “selecção e colocação de pessoal” (código 745), “actividades de investigação e segurança” (código 746), “actividades de limpeza industrial” (código 747) e “outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas” (código 748).

O terceiro vector em que assenta a "Competitividade Económica" diz respeito à presença de infra-estruturas de inovação e conhecimento. Para tal, considerou-se como variável representativa o número de estabelecimentos de ensino superior.

A quarta dimensão de análise, relaciona-se com o objectivo da coesão social, o que engloba a situação da educação, da saúde e da cultura dos habitantes das cidades. Assim, consideraram-se variáveis que representam não só as condições (ou potenciais condições) de exclusão de alguns sectores da sociedade (a taxa de desemprego, a estrutura etária e o peso dos idosos, a taxa de analfabetismo e valor monetário médio das pensões de reforma e invalidez), como também foram consideradas variáveis que espelham as condições de oferta de equipamentos e infra-estruturas relevantes para a qualidade de vida das populações:

- o número de médicos especialistas por cada 1 000 habitantes;
- o número de bibliotecas e de sessões de espectáculos por cada mil habitantes, a percentagem de despesas municipais em actividades socio-culturais;
- e os levantamentos efectuados nas caixas multibanco e pagamentos de serviços (montantes por habitante) efectuados nas caixas multibanco.

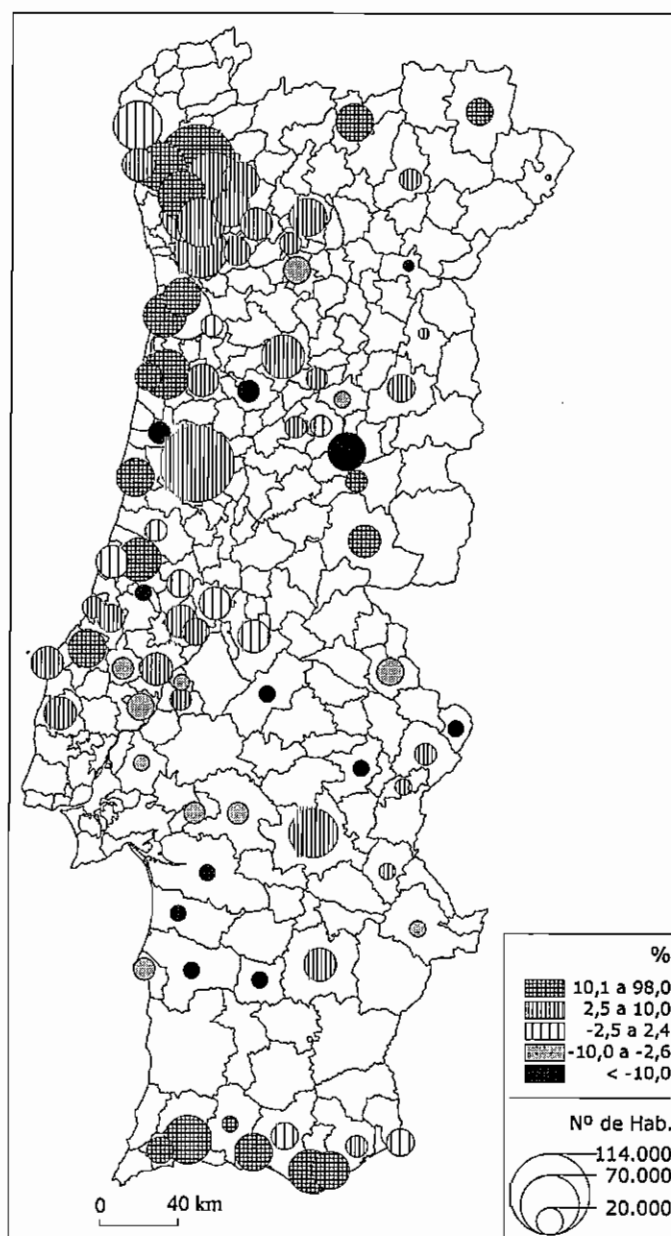
Em relação às duas últimas variáveis, estas tiveram como objectivo constituir um indicador de urbanidade no sentido que simbolizam o modo de vida urbano. As variáveis foram escolhidas por duas razões: em primeiro lugar porque a localização de caixas multibanco têm um padrão territorial eminentemente urbano (cidades ou sedes de concelho com uma dimensão populacional que justifique a sua implantação) e em segundo, porque o seu grau de utilização relaciona-se com a capacidade de adesão a inovações técnicas.

A quinta e última dimensão, procura medir a existência de um ambiente urbano sustentável. Esta, está representada por variáveis que retratam as preocupações concelhias em matéria de serviços de saneamento básico e as condições de habitabilidade das famílias (nomeadamente a idade do parque habitacional e a importância da habitação com ocupação sazonal).

6.2. Dinâmica demográfica e de crescimento urbano

A evolução do sistema urbano-nacional mostra que a dinâmica demográfica e de povoamento foi, nas últimas duas décadas, favorável às cidades não metropolitanas, em particular do Litoral, contrariamente à década de sessenta, onde as fortes correntes de emigração, afectaram de forma geral todos os concelhos não metropolitanos. Este quadro de dinâmicas diferenciadas que caracterizou as décadas de sessenta e setenta contrastou com a estabilidade demográfica da década seguinte.

Figura 6.3. - Variação da População nas Aglomerações em Estudo, 1981-1991



Fonte: elaborado a partir do RGP, INE, 1981 e 1991

Vários factores se conjugaram para explicar esta situação: o decréscimo da emigração, o aumento da imigração e a diminuição das taxas de mortalidade, mortalidade infantil e natalidade. Consequentemente, verificou-se um envelhecimento da população portuguesa, motivado quer pela fragilização dos escalões em idade activa quer pela diminuição dos escalões jovens, por redução da natalidade. Este facto é particularmente visível em cidades como Bragança, Chaves, Guarda, Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Portalegre, Elvas, Évora, Beja, cidades do interior, verificando-se igualmente em cidades do Médio Tejo (Abrantes, Torres Novas, Tomar), Lezíria (Santarém e Rio Maior) e no Algarve, em Silves e Tavira.

No caso de cidades como Coimbra e Faro, a presença da mulher no mercado de trabalho, a forte escolarização dos descendentes e o modo de vida urbano, condicionaram o declínio da natalidade para valores que rondam a média nacional (11,1‰ e 11,3‰, para Coimbra e Faro respectivamente).

Quanto ao índice de envelhecimento da população nos concelhos urbanos apresenta-se bastante diferenciado, sendo contudo mais baixo que nos concelhos rurais da sua envolvente.

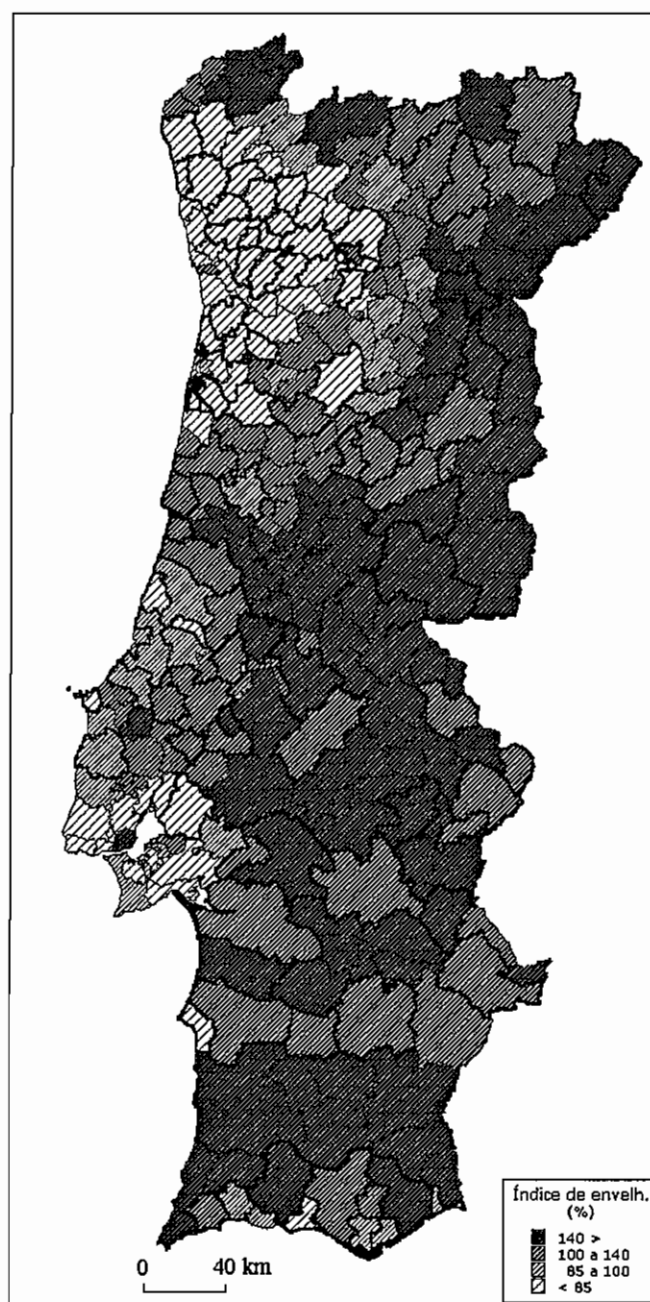
Quadro 6.4. - Alguns Indicadores Demográficos

Escalação de dimensão	Variação População Concelho 1981-1991	Densidade Populacional (Hab/Km ²) (1996)	Superfície Média Freguesias (Km ²) (1996)	Estrutura Etária 1996			
				0-14	15-24	25-64	65+
<2000	-12,6	16,8	30,5	12,8	14,2	50,0	23,0
5-10000	-2,2	33,1	49,0	15,1	14,6	49,8	20,5
10-20000	-2,1	57,2	29,7	16,3	15,5	50,6	17,6
20-30000	2,1	129,6	19,7	17,5	16,1	51,6	14,9
30-40000	4,4	195,5	13,9	18,4	16,5	52,0	13,1
40-50000	5,7	192,8	11,6	19,4	17,7	51,2	11,7
50-100000	5,9	495,6	5,8	20,0	17,3	52,4	10,3
>100000	12,6	815,9	3,0	20,5	18,0	51,9	9,6
<i>PROSIURB</i>	3,5	154,7	14,8	18,2	16,7	51,8	13,3
AML	1,3	818,3	14,9	15,8	15,3	54,9	14,1
AMP	4,5	1458,7	6,3	17,7	15,9	54,6	11,9
Concelhos Rurais	-6,7	38,6	24,8	16,4	16,0	47,8	19,9
Total	0,4	106,2	22,1	17,0	15,9	52,0	15,0

Fonte: INE (1991)

Paralelamente à evolução das estruturas demográficas, existem outras transformações que se prendem com o povoamento e o crescimento das cidades, globalmente sintetizadas nos dois quadros seguintes. A ocupação urbana das cidades não metropolitanas estendem-se muito para além dos limites administrativos, configurando uma expansão suburbana e periurbana.

Figura 6.4. - Índice de Envelhecimento por concelho, 1996



Fonte: INE (1996)

Quadro 6.5. – Dinâmica demográfica das aglomerações, 1981-1991

Variação da População	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	GRUPO E
Lugar	+	+	+	-	-
Aglomerado num raio de 5km	+	+	-	+	-
Concelho	+	-	-	+	-

+ Crescimento Populacional - Decréscimo Populacional

Quadro 6.6. - Dinâmicas de Evolução da População Residente nas aglomerações em estudo, 1981-91 (%)

GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D	GRUPO E
1. Braga	42. Vila Real	60. Lamego	81. Viana	90. Vila Nova
2. Fafe	43. Bragança	61. Peso da Régua	Castelo	de Foz Côa
3. Esposende	44. Chaves	62. Cantanhede	82. Barcelos	91. Alpiarça
4. Guimarães	45. Miranda do	(quase 0, na	83. Peniche	92. Alcácer do
5. Santo Tirso	Douro	cidade)	84. Alcobaça	Sal
6. Famalicão	46. Mirandela	63. Tondela	(quase 0 no	93. Vendas
7. Amarante	47. Pombal	64. Gouveia	centro	Novas
8. Felgueiras	48. Ol. Hospital	65. Covilhã (quase	urbano)	94. Estremoz
9. Lixa	49. Seia	0 no centro	85. Albufeira	
10. Trofa	50. Guarda	urbano)	86. Portimão	
11. Marco	51. Castelo Branco	66. Nazaré		
Canavezes	52. Ourém	67. Cartaxo		
12. Paços de	53. Fátima	68. Portalegre	0;+;-	
Ferreira	54. Pinhel	69. Montemor-o-	87. Beja	
13. Paredes	55. Fundão	Novo	88. Aljustrel	
14. Penafiel	56. Santarem	70. V. R. de S.	89. Moura	
15. Feira	57. Tomar (+0-)	António		
16. Ol. Azemeis	58. Abrantes (+0-)	71. Ponte de Sôr		
17. S.J. Madeira	59. Reguengos de	72. Grândola		
18. Águeda	Monsaraz	73. Campo Maior		
19. Esmoriz		74. Elvas		
20. Ílhavo				
21. Aveiro				
22. Ovar		+-+		
23. Coimbra				
24. Figueira Foz		75. Santiago		
25. Leiria		Cacém		
26. Marinha Grande		76. Vale de		
27. Mangualde		Cambra		
28. Viseu		77. Benavente		
29. Caldas da		78. Rio Maior		
Rainha		79. Sines		
30. Batalha		80. Loulé		
31. Torres Vedras				
32. Entroncamento				
33. Torres Novas				
34. Almeirim				
35. Évora				
36. Vila Viçosa				
37. Faro				
38. Lagos				
39. Olhão				
40. Silves				
41. Tavira				

Esse fenómeno não podia ser avaliado apenas pela taxa de crescimento populacional das lugares correspondentes às cidades e daí que se tenha considerado a população residente nas freguesias localizadas num raio de 5 Km do centro. Assim, foi cruzada a informação relativa às dinâmicas de variação populacional do lugar⁵, da sua envolvente num raio de 5 Km, e do concelho, entre 1981 e 1991, o que permitiu confrontar cinco grande tipos de evolução das cidades portuguesas.

O Grupo A é constituído por aglomerações cujas dinâmicas de crescimento se estendem para além do limite administrativo da cidade. Assim, para além da suburbanização das suas periferias imediatas (crescimento da população residente nas freguesias num raio de 5 Km) cresce a população do território concelhio, traduzindo uma das vertentes do processo de metropolização, anteriormente identificado (MEPAT, 1996). Encontram-se neste grupo cidades do litoral norte, desde Braga até Lisboa, estendendo-se para o interior nas regiões de Viseu e do Ribatejo, particularmente reforçada nas cidades do Ave, Vouga, da região de Coimbra, do Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Algarve, onde a evolução da natalidade, mortalidade e o saldo migratório foram favoráveis ao crescimento urbano.

As cidades do Grupo B e C cresceram por polarização dos territórios rurais, crescimento esse que no caso do Grupo B, se estendeu para além do limite administrativo da cidade para a envolvente correspondente às freguesias localizadas num raio de cinco quilómetros.

No Grupo C, composto por cidades como Lamego, Tondela, Abrantes, Nazaré e Portalegre, as cidades consolidaram o seu crescimento, enquanto a população residente na envolvente dos 5 Km decresceu. Este decréscimo deve-se ao facto de ao considerarmos as freguesias num raio de 5 km, incluirmos freguesias de cariz rural e/ou de grande dimensão, onde ocorreu um decréscimo populacional. No caso de Lamego, a cidade cresceu (embora a freguesia urbana da Sé tenha decrescido, a freguesia de Almacave, registou um crescimento populacional) mas, no seu conjunto, as freguesias que se incluem num raio de 5 km (Vila Nova de Souto D'El Rei, Cepões, Avões, Britiande, entre outras) registam um ligeiro decréscimo. O mesmo se passa em Gouveia, cuja cidade, repartida pelas freguesias de São Julião e São Pedro, regista crescimento ao contrário das freguesias envolventes (Aldeias, Nespereira, São Paio, Vinhó) que têm um cariz rural e perderam população.

⁵ Segundo os limites definidos pelo INE

O Grupo D, inclui cidades cujo lugar perdeu população mas que viram as suas envolventes e o seu concelho crescerem (Portimão, Albufeira, Alcobaça). O Grupo D inclui também cidades que sofrem o efeito de polarização de outros centros (caso de Peniche e Batalha).

Os casos de Portimão, Albufeira, Alcobaça, retratam uma suburbanização das periferias, face à terciarização dos seus centros urbanos e à dispersão suportada por uma melhoria das acessibilidades e no desenvolvimento de um *continuum* de funções residenciais e de actividades.

Nos casos de Beja, Aljustrel e Moura o processo é diferente, sendo que o declínio populacional da cidade ocupada pelos mais idosos, foi contrabalançado pelo crescimento da periferia (para onde foram os mais jovens).

No Grupo E, encontramos as cidades em declínio populacional, inseridas em regiões também em decréscimo demográfico.

A evolução demográfica descrita tem expressão territorial em quatro grandes grupos:

- as cidades inseridas em contextos regionais em declínio demográfico (interior do país);
- a faixa litoral compreendida entre Viana do Castelo e Setúbal, retomada no litoral algarvio, com dinâmicas de crescimento populacional favoráveis;
- uma área de dinâmica intermédia que se estende do litoral para o interior ao longo do Douro e do Vouga;
- uma área de dinâmica intermédia, que se prolonga para norte da AML e se estende ao Médio Tejo e Lezíria.

6.3. Centralidade, pendularização e a configuração de sistemas urbanos e regionais

A outra dimensão que retrata o papel de intermediação e de afirmação de cidades com quadros de desenvolvimento sustentável relaciona-se com a sua centralidade e a sua capacidade de geração de emprego e atracção de mão-de-obra dos territórios envolventes.

Da análise conjunta dos índices de geração e de interdependência concelhia⁶ resultam as figuras onde se podem identificar os territórios com maior capacidade de polarização e aqueles onde se verificam fortes relações de interdependência. Para além disso ressalta a relação com o sistema de povoamento.

No Norte Litoral, para além da Área Metropolitana do Porto, área de forte capacidade polarizadora, destacam-se Braga, Guimarães, Viana do Castelo, Valença e um conjunto de concelhos dependentes do Porto em termos de emprego, a sua maioria a sul do Douro, penetrando para o interior, como Paredes, Marco de Canavezes, Cinfães, entre outros.

Braga atrai mão-de-obra de um vasto território, onde se inclui Guimarães, sendo, contudo, a sua influência particularmente sentida nos concelhos a norte e nordeste como Vila Verde, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso. Quanto a Guimarães, este polariza um conjunto de concelhos a sul e este, sendo que com os concelhos que estão mais próximos da AMP, as relações sejam de troca e não tanto de polarização. Assim, estamos perante dois sistemas, encabeçados por Braga e Guimarães que concorrem entre si no que diz respeito à captação de mão-de-obra.

No caso de Guimarães, embora tenha um forte efeito polarizador nos concelhos de Póvoa de Lanhoso, Fafe, Felgueiras, Famalicão, Cabeceiras de Basto e Amarante, vê deslocar uma parte dos seus activos para Felgueiras e Famalicão. Este último concelho, encontra-se numa posição intermédia, pois estabelece fortes relações com Guimarães, e Santo Tirso, este último a sofrer a influência da AMP e a concorrência da Trofa.

Valença e Viana do Castelo lideram outros territórios de dependência, no entanto a uma escala muito inferior à de Braga e Guimarães.

- ⁶ Índice de geração:

$$\frac{(\text{total de activos que saem do concelho } x)}{(\text{total de activos no concelho } x)} \times 100$$

para este índice apenas foram considerados relevantes os valores superiores a 15%, uma vez que o valor médio do país cifra-se aproximadamente em 15%. Assim, foram considerados os valores que superam a média nacional.

- Índice de interdependência concelhia:

$$\frac{(\text{total de activos que saem do concelho } x \text{ para o concelho } y)}{(\text{total de activos que saem do concelho } x)} \times 100$$

No Norte Interior, as deslocações pendulares são mais reduzidas mas, no entanto, é possível identificar alguns pólos de atracção, correspondentes às cidades de maior importância regional. Caso de Chaves, que polariza Vila Pouca de Aguiar, Boticas e Valpaços; de Bragança, que enquadra Vinhais e Macedo de Cavaleiros no seu território de dependência; Miranda do Douro que atrai de forma significativa activos de Mogadouro; e o caso de Mirandela que atrai activos de Vila Flor e Macedo de Cavaleiros.

Para além dos pólos anteriormente referidos, existe um sistema composto por Vila Real-Régua-Lamego, que atrai activos de um vasto território envolvente: Alijó, Vila Pouca de Aguiar, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Mesão Frio, Tabuaço e Tarouca.

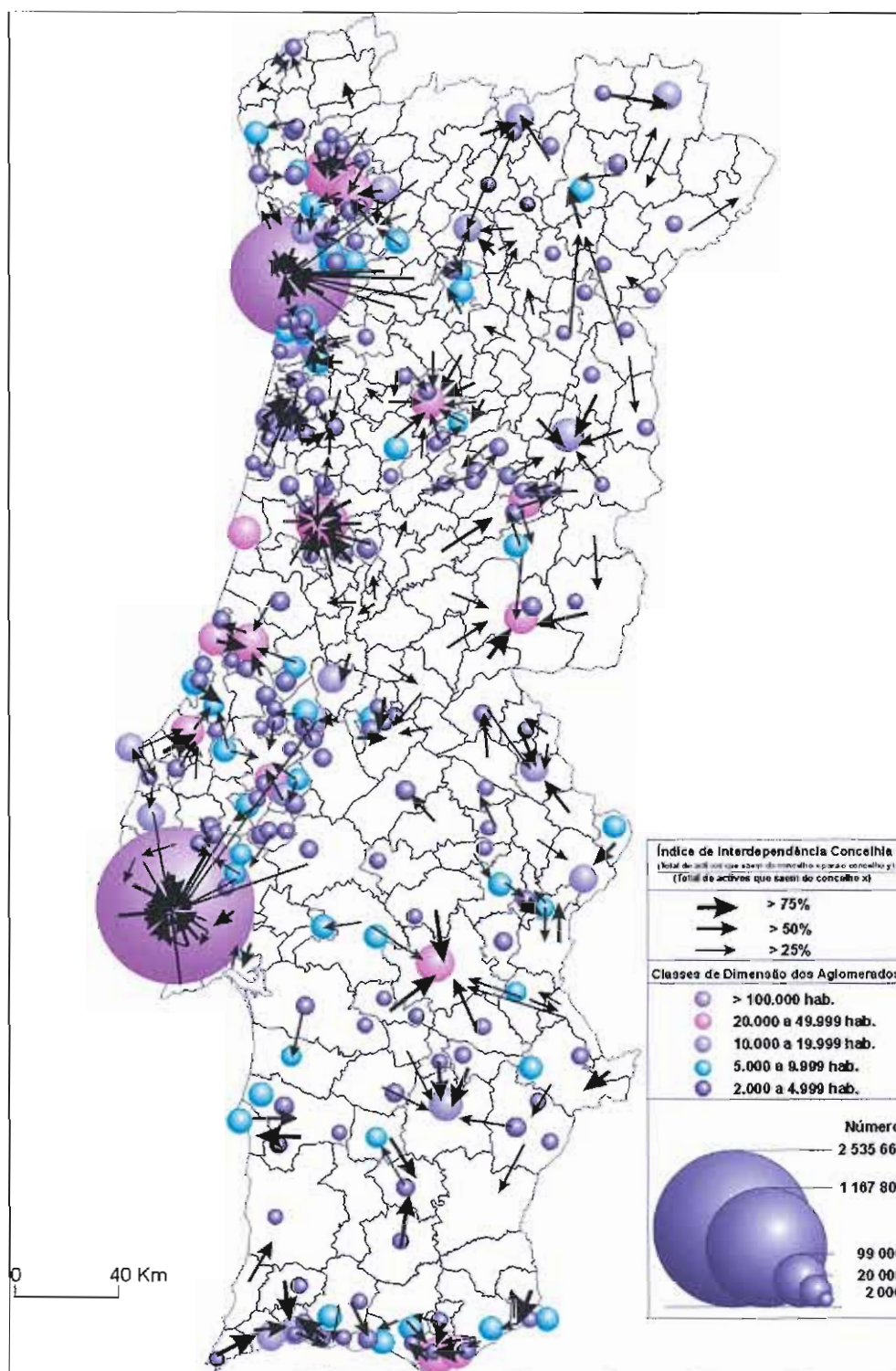
Na Região Centro, identifica-se um território de dependência encabeçado por Coimbra, que polariza os concelhos de Cantanhede, Mealhada, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Penela, V. N. Poiares, Lousã, Condeixa-a-Nova, estendendo-se até à Figueira da Foz e um território de dependência em relação a Viseu, concelho que recebe mais de 25% dos activos que saem de Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Sátão, V.N. Paiva, Castro Daire, São Pedro do Sul e Vouzela. No entanto, são já visíveis relações de dependência em relação a Mangualde por parte dos concelhos vizinhos de Penalva do Castelo e Nelas, relacionadas com o seu desenvolvimento industrial.

Para além destes dois pólos, é possível encontrar sistemas onde as relações de interdependência são significativas:

- um sistema tripolar constituído por Feira, S. J. Madeira e Oliveira de Azeméis, que envolvem ainda Arouca, Vale de Cambra e Ovar;
- um sistema bipolar constituído por Aveiro e Águeda, que envolvem a Murtosa, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Anadia, Oliveira do Bairro, Vagos, Mira e Ílhavo (muito embora, Ílhavo, Estarreja e Anadia, estabeleçam atracção de outros concelhos envolventes);
- e um sistema bipolar definido por Leiria-Marinha Grande, que para além da interacção mútua, atraem população de Ourém, Pombal e Batalha.

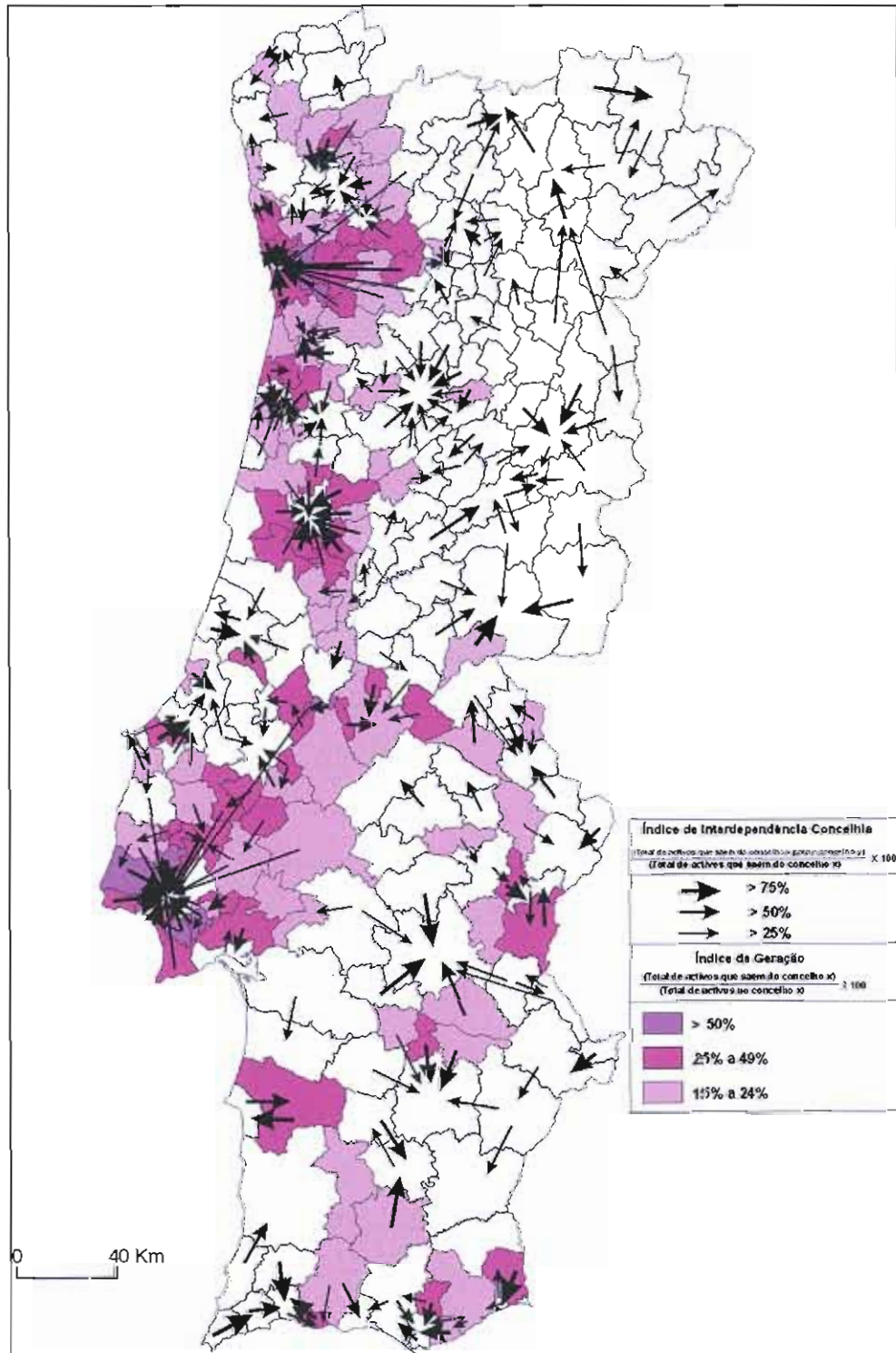
relativamente a este índice, apenas foram consideradas as deslocações (saída de x para y) que representassem mais de 25% do total de saídas do concelho x, ou seja, pelo menos um quarto das saídas estão adestradas a um concelho.

Figura 6.5 – Índice de de Interdependência Concelhia, 1991



Fonte: I.N.E. (1991)

Figura 6.6 – Índice de Geração, 1991



Fonte: I.N.E. (1991)

No centro interior a situação é um pouco diferente do litoral, identificando-se quatro grupos distintos:

- Guarda;
- Castelo Branco;
- o sistema de Oliveira Hospital-Gouveia-Seia;
- o sistema formado pela Covilhã-Fundão-Belmonte.

Em relação à Guarda, esta estende a sua influência aos concelhos de Pinhel, Almeida, Celorico da Beira, Sabugal e Manteigas. Quanto a Idanha-a-Nova, Vila Velha de Rodão, Proença-a-Nova, Oleiros e também o Fundão, uma parcela significativa dos seus activos vai trabalhar a Castelo Branco, onde se assistiu a um reflorescimento da actividade industrial.

Contudo, apesar do Fundão ter alguma dependência em relação a Castelo Branco, as suas relações são fundamentalmente com os concelhos da Covilhã e Belmonte. No caso de Belmonte, existe também um fluxo de mão-de-obra proveniente da Guarda e do Sabugal, enquanto a Covilhã atrai, igualmente, activos da Pampilhosa da Serra, configurando um sistema de forte interdependência.

Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, a área de influência de Lisboa estende-se para além dos concelhos que compõem a AML, particularmente em relação aos concelhos situados a norte. São os casos de Torres Vedras, onde é já visível uma ligação a Lisboa, Benavente e Coruche, ambos com uma forte percentagem de saídas (sendo uma parte significativa para Lisboa), o Entroncamento, cuja ligação a Lisboa se intensificou na década de oitenta, o Cartaxo, Salvaterra de Magos, Alpiarça, Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço.

Paralelamente, encontram-se outros sistemas de interdependência:

- Santarém, que recebe activos de Rio Maior, Almeirim, Alpiarça e Alcanena;
- Abrantes, que surge como outro centro polarizador e cujo território de dependência inclui Constância, Alandroal, Mação e Gavião;
- o eixo definido pelas Caldas da Rainha e Alcobaça, sendo que Peniche, Óbidos, e Bombarral gravitam em torno das Caldas da Rainha, enquanto a Nazaré, Rio Maior têm fortes relações de dependência a Alcobaça;
- e o sistema definido por Alcanena-Torres Novas-Entroncamento, mais consistente entre Torres Novas e o Entroncamento.

Há ainda outras relações que não se sobrepondo às anteriores têm um significado importante: Alpiarça-Almeirim e o Cartaxo-Azambuja.

Na Região do Alentejo destacam-se os pólos de Portalegre, que gera dependência em Marvão, Castelo de Vide, Nisa e Arronches; Elvas que enquadra Campo Maior e Monforte; Grândola, que emprega activos de Alcácer do Sal; Évora que polariza todos os concelhos envolventes; Odemira que emprega activos de Aljezur e Beja, cujo território de dependência é partilhado com outros concelhos. Efectivamente, mais de 25 % das saídas de Ferreira do Alentejo, Alvito, Cuba e Vidigueira, vão para Beja, enquanto que Serpa, Castro Verde e Aljustrel apresentam outras dinâmicas; de Serpa para além de Beja, para Mértola, enquanto entre Aljustrel e Castro Verde apresentam relações mais fortes do que as estabelecidas com Beja.

Na Região do Alentejo, apenas é possível encontrar conjuntos de dois ou mais concelhos que definem quadros de interdependência mais fortes, no entanto a baixa densidade populacional não permite que se configurem eixos ou sistemas urbanos. São os casos de Borba-Vila Viçosa-Alandroal, que estendem a sua influência a Sousel e Estremoz, e Santiago do Cacém-Sines, que embora com fortes relações de interdependência, não definem um *continuum urbano*, como é possível identificar no norte e centro do país.

A Região do Algarve, é polinucleada reflectindo a presença de várias cidades e sistemas de cidades:

- Lagos que atrai mais activos de Vila do Bispo;
- Portimão que polariza Monchique, Lagos e Lagoa;
- Lagoa que define um sistema com Silves e Portimão;
- o sistema de Faro-Olhão-Loulé e São Brás de Alportel, alargando a sua acção a Tavira, que por sua vez se integra com Olhão e Faro;
- e o eixo de Vila Real de Santo António-Castro Marim, que face ao crescimento da parte ocidental do concelho de Castro Marim, estende a sua influência a Tavira.

Este quadro de interdependências de mão-de-obra, traduzem as dinâmicas de crescimento urbano e económico, ao mesmo tempo que permitem uma nova leitura sobre o sistema urbano, económico e social. Efectivamente estas dinâmicas estão interrelacionadas com as dinâmicas de emprego e da actividade económica e, simultaneamente, com a melhoria das acessibilidades e o aumento da mobilidade das famílias.

6.4. Estrutura produtiva e competitividade económica das cidades

As alterações ocorridas na estrutura produtiva nacional nos últimos trinta anos foram particularmente visíveis nas cidades, que desenvolveram economias de natureza industrial, comercial ou na base da prestação de serviços sociais, pessoais e de apoio à produção.

A estrutura da população activa por ramo de actividade dos concelhos urbanos⁷ era consideravelmente diferente da dos concelhos rurais onde, em 1991, o primário permanecia como fonte de ocupação de cerca de 30% dos activos (valor muito superior à média nacional, que era de 10%).

Quadro 6.7. - Estrutura da população activa por ramo de actividade, em 1991, nos aglomerados urbanos (%)

Escalão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
AML	1,8	0,1	19,3	0,8	8,2	21,6	7,5	8,8	32,0	100,0
AMP	2,4	0,1	34,4	0,7	9,1	19,7	4,8	5,9	22,9	100,0
<2.000 hab.	38,2	0,2	6,9	2,7	9,6	15,1	1,7	2,5	23,1	100,0
2-5.000 hab.	26,6	0,6	8,0	0,5	13,3	24,2	4,2	2,9	19,7	100,0
5-10.000 hab.	22,9	2,9	17,7	0,7	11,6	15,2	2,8	2,7	23,6	100,0
10-20.000 hab.	18,9	0,4	19,9	0,6	12,4	18,6	3,8	2,9	22,6	100,0
20-30.000 hab.	10,4	0,5	32,5	0,6	12,3	16,5	3,2	2,8	21,2	100,0
30-40.000 hab.	7,7	0,5	38,0	0,5	11,0	15,6	3,6	3,1	20,1	100,0
40-50.000 hab.	8,0	0,3	41,6	0,5	10,4	13,6	2,5	2,7	20,5	100,0
50-100.000 hab.	2,4	0,1	18,5	0,7	7,1	17,4	4,4	4,9	44,7	100,0
>100.000 hab.	2,5	0,4	36,0	0,7	10,3	16,9	2,7	3,8	26,7	100,0
Concelhos urbanos (s/AM's)	10,9	0,6	33,7	0,6	11,2	15,9	3,1	2,8	21,4	100,0
Concelhos rurais (s/ AM's)	29,8	0,8	17,5	0,5	14,2	13,0	3,3	1,9	19,0	100,0
Continente	10,5	0,4	26,8	0,6	10,6	17,5	4,6	4,8	24,2	100,0

1 - Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas; 2 - Indústria Extractiva; 3 - Indústria Transformadora; 4 - Electricidade, Água e Gás; 5 - Construção Civil e Obras Públicas; 6 - Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis; 7 - Transportes, Armazenagem e Comunicações; 8 - Bancos e Outras Instituições Financeiras; Seguros, Operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas; 9 - Serviços Prestados à Colectividade, Serviços Sociais e Serviços Pessoais

Fonte: INE, RGP (1991) com tratamento próprio

Contudo, não são apenas os concelhos não urbanos que registam valores elevados de população activa no primário mas igualmente os concelhos onde existem aglomerados

⁷ Face à impossibilidade de obter informação coerente e actualizada sobre a produção nas cidades ou nos concelhos a que estas pertencem, a análise centrou-se na estrutura da população activa por ramos de

urbanos com dimensão inferior a 20 000 habitantes, onde persiste uma forte componente rural que envolve mais de 20% dos activos. Estão neste grupo, aglomerados do interior Norte, Centro e Alentejo e ainda algumas localidades da Região de Lisboa e Vale do Tejo, como sejam as localizadas nas NUTE III do Médio Tejo e da Lezíria do Tejo.

A vocação industrial é mais visível nas cidades com mais de 20 000 habitantes, nomeadamente entre 20 000 a 50 000 habitantes, grupo que compreende as cidades do Norte e Centro Litoral, com extensão até à margem norte da Área Metropolitana de Lisboa, e algumas cidades do interior do país (casos da Covilhã e de Castelo Branco). Nas cidades do Ave e Entre Douro-e-Vouga, a percentagem de activos na indústria transformadora ascende a 60% e nas cidades do Cávado e Tâmega representam cerca de 40% do total. Ao grupo dos concelhos urbanos mais industrializados junta-se a Serra da Estrela, onde Seia e Gouveia possuem cerca de 37% dos activos na indústria transformadora. O Oeste e o Pinhal Litoral são outras regiões onde 20% dos activos residentes estão empregados no sector industrial.

Os activos nos ramos da construção civil e obras públicas, comércio e transportes e comunicações, apresentam um padrão de distribuição similar, demonstrando que a sua dinâmica e importância no total dos activos não depende directamente da dimensão da cidade. Contudo, estes ramos são mais importantes nos concelhos urbanos nas regiões do Algarve (ligação ao turismo), Alentejo (associação ao comércio e construção civil e obras públicas), em algumas áreas de Lisboa e Vale do Tejo (Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo, comércio e construção civil) e em alguns concelhos do Norte Litoral. É significativo o peso que o ramo da construção civil atinge em algumas localidades, nomeadamente em localidades não metropolitanas com menos de 30 000 habitantes

O mesmo não se passa com os serviços privados e público-sociais (Bancos e Outras Instituições Financeiras; Seguros, Operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas e os Serviços Prestados à Colectividade, Serviços Sociais e Serviços Pessoais) que envolvem maior percentagem de activos nos concelhos onde existiam cidades com mais de 50 000 habitantes (a população activa nos serviços sociais e públicos, que no país rondava os 25%, nos de 50 000 a 100 000 habitantes representava cerca de 50%) e nos concelhos urbanos localizados em regiões com estruturas produtivas menos diversificadas.

actividade (1991, INE) e na análise do emprego (1996, MESS), apesar de esta informação possuir características distintas.

Figura 6.7 – Percentagem de População Activa no Terciário, 1991

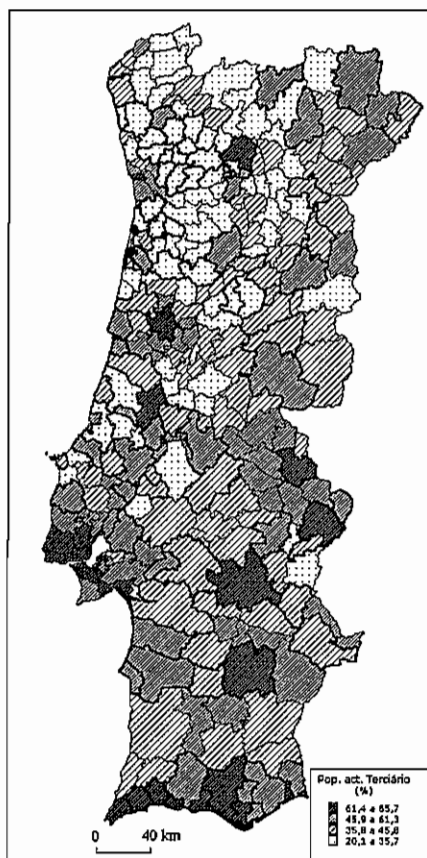
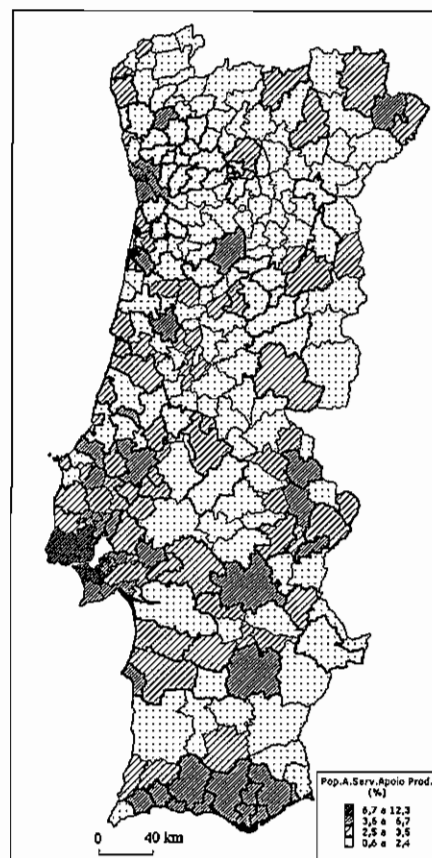


Figura 6.8 – Percentagem de População Activa nos Serviços de Apoio à Produção, 1991



Fonte: INE (1991)

Quanto aos serviços de apoio à produção, traduzidos no ramos que inclui "Bancos e Outras Instituições Financeiras; Seguros, Operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas", embora estes tenham vindo a expandir a sua esfera de actuação, continuam a verificar-se diferenças territoriais assinaláveis que decorrem do elevado nível de concentração dos serviços, nomeadamente nas cidades do topo da hierarquia urbana. Neste contexto, verifica-se que as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto concentram cerca de 40% dos activos residentes (28,4% na AML e 13,6% na AMP), valor que para os serviços financeiros e afins ascende a 69,3% do total nacional. De facto, enquanto o comércio, os serviços pessoais e os serviços públicos cresceram de forma clara por todo o território, os serviços de apoio à produção apresentam um padrão de crescimento menos disperso, devido não só à concentração dos serviços em geral nas AM's de Lisboa e do Porto mas, também, pelo facto de nestas se concentrarem outras actividades produtivas.

A integração na Comunidade Europeia veio qualificar a centralidade que Lisboa já detinha inerente à sua dimensão populacional e económica que, assim, reforçou o seu papel de centro de decisão (GASPAR, 1990 e GASPAR e JENSEN-BUTLER, 1992). Por outro lado, marcou posições no processo de internacionalização do capital e das trocas, pela absorção de uma parcela muito significativa do investimento directo estrangeiro realizado no país (os sectores imobiliário e financeiro foram aqueles que mais se destacaram, nomeadamente pela aquisição de empresas já existentes, DUARTE, 1993).

Quadro 6.8. - Repartição regional da população activa por ramo de actividade segundo o escalão de dimensão dos aglomerados urbanos, 1991

Escalão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	Total
AML	5,0	6,7	20,4	34,9	22,0	35,0	46,1	52,3	37,6	28,4
AMP	3,2	3,7	17,4	14,0	11,7	15,3	14,1	17,0	12,9	13,6
<2.000 hab.	0,3	0,0	0,0	0,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1
2-5.000 hab.	1,4	0,7	0,2	0,4	0,7	0,7	0,5	0,3	0,4	0,5
5-10.000 hab.	3,9	12,8	1,2	1,8	1,9	1,5	1,1	1,0	1,7	1,8
10-20.000 hab.	15,7	8,6	6,4	7,8	10,1	9,2	7,1	5,2	8,1	8,7
20-30.000 hab.	10,1	12,6	12,4	10,2	11,9	9,7	7,0	6,0	9,0	10,2
30-40.000 hab.	3,3	5,3	6,4	3,9	4,7	4,1	3,5	2,9	3,8	4,5
40-50.000 hab.	4,8	4,3	9,8	4,5	6,2	4,9	3,4	3,6	5,4	6,3
50-100.000 hab.	2,1	10,9	13,3	5,6	6,1	5,0	3,2	3,2	4,4	6,7
>100.000 hab.	0,4	1,7	2,2	1,7	1,6	1,6	1,0	1,3	1,8	1,6
Concelhos urbanos (s/ AM's)	42,0	55,6	50,7	36,1	42,7	36,6	27,2	23,8	35,7	40,4
Concelhos rurais (s/ AM's)	49,9	34,1	11,4	15,1	23,5	13,0	12,6	6,9	13,8	17,5
Continente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

1 - Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas; 2 - Indústria Extractiva; 3 - Indústria Transformadora; 4 - Electricidade, Água e Gás; 5 - Construção Civil e Obras Públicas; 6 - Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis; 7 - Transportes, Armazenagem e Comunicações; 8 - Bancos e Outras Instituições Financeiras; Seguros, Operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas; 9 - Serviços Prestados à Colectividade, Serviços Sociais e Serviços Pessoais

Fonte: INE, RGP (1991) com tratamento próprio

Sendo os serviços de apoio à produção um elemento de competitividade e inovação no domínio económico, procurou-se analisar com maior detalhe a sua composição e padrão regional, identificando-se as cidades não metropolitanas onde estes têm maior expressão, no sentido de verificar quais as situações em que estes serviços surgem associados às dinâmicas da base produtiva local (caso da industrialização ou desenvolvimento do turismo). Esta leitura contribuirá para conhecer as cidades e

territórios com capacidade de intermediação, pois estes corresponderão a territórios com capacidade de gerar e crescer actividades de natureza produtiva⁸.

Quadro 6.9. - Repartição regional do emprego em alguns serviços de apoio à produção, segundo o escalão de dimensão dos aglomerados, em 1996

Escalão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
AML	55,1	48,2	38,9	70,8	49,4	64,1	50,5	75,2	60,0	69,4	62,9	67,2
AMP	16,8	15,2	4,8	17,3	13,5	16,6	15,3	11,8	16,3	16,5	18,3	11,7
< 2 000 hab.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2 - 5 000 hab.	0,2	0,4	0,6	0,0	0,3	0,5	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
5 - 10 000 hab.	0,9	0,3	6,5	0,1	0,8	1,0	2,0	0,2	2,9	0,1	0,3	0,4
10 - 20 000 hab.	5,0	17,0	12,3	1,1	7,5	4,6	6,8	2,0	4,2	1,5	3,1	3,6
20 - 30 000 hab.	5,3	6,9	5,8	1,8	7,6	3,0	7,0	2,5	9,5	3,3	5,3	5,7
30 - 40 000 hab.	2,9	2,8	3,9	2,2	3,6	2,4	2,5	2,0	2,1	3,0	2,9	2,3
40 - 50 000 hab.	3,4	2,6	3,3	1,7	4,6	3,1	6,3	2,1	1,6	1,0	2,0	1,9
50 - 100 000 hab.	3,2	2,9	0,2	1,8	3,7	1,7	2,8	1,1	0,2	3,3	3,1	2,9
> 100 000 hab.	1,0	1,7	2,9	2,0	1,2	0,7	1,2	1,6	0,9	1,7	0,4	1,0
Conc. Urb.(s/ AM's)	21,9	34,6	35,5	10,7	29,4	17,1	28,4	11,6	21,3	13,9	17,9	17,2
Conc. N/ Urb.(s/ AM's)	6,6	5,4	20,7	1,2	7,7	2,3	5,8	1,4	2,5	0,2	1,6	3,2
Continente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MESS, 1996

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> 1- Bancos, seguros e outras instituições de intermediação financeira 2- Actividades Imobiliárias 3- Aluguer de máquinas e de equipamentos 4- Actividades informáticas e conexas 5- Serviços de apoio jurídico, contabilidade e auditoria, consultoria fiscal, estudos de mercado e sondagens de opinião, consultoria empresarial e de gestão, gestão de sociedades de participação sociais (holdings) | <ul style="list-style-type: none"> 6- Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins 7- Actividades de ensaios e análise técnicas 8- Publicidade 9- Selecção e colocação de pessoal 10- Actividades de investigação e segurança 11- Actividades de limpeza industrial 12- Cantinas e outros estabelecimentos de fornecimento de refeições ao domicílio |
|---|--|

O emprego em serviços de segurança, limpeza industrial, *catering* e actividades informáticas e conexas apresenta um padrão fortemente concentrado nas Áreas Metropolitanas. Segundo o RGP de 1991, mais de 80% do emprego nestas actividades estava localizado nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, sendo que os restantes 20% tinham uma localização eminentemente urbana (situação idêntica em 1996, segundo o MESS). Situação semelhante se passa com o emprego em actividades de publicidade e apoio informático e actividades a esta conexas, bem

⁸ Conciliou-se a informação relativa à população activa residente (INE, 1991) e ao emprego (MESS, 1996), havendo o cuidado da sua distinção.

como no grupo dos serviços de apoio jurídico, contabilidade e auditoria, consultoria fiscal, estudos de mercado e sondagens de opinião, consultoria empresarial e de gestão, gestão de *holdings*, actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins e actividades de ensaios e análise técnicas. A informação do MESS referente a 1996, vem confirmar este padrão de concentração destas actividades.

Entrevistas realizadas a algumas empresas de publicidade, *marketing* e consultoria financeira mostram a sua estratégia de concentração nas aglomerações do topo da hierarquia urbana, sofrendo as alterações necessárias para se adaptarem às novas exigências de competitividade. A *MKM*, empresa de *marketing* e imagem instalada em Lisboa desde 1973, apenas possui uma filial que se localiza em Ponta Delgada, estabelecimento que abriu em 1991.

Outro exemplo é o da *JC DECAUX*, empresa de mobiliário urbano e publicidade, de capital francês, cuja sede é em Lisboa e possui filiais na Maia, Coimbra e Olhão. Estas aglomerações, ora são capitais regionais (caso de Coimbra), ora se encontram próximas de outras de dimensão elevada (casos da filial da Maia e de Olhão), comprovando a sua ligação a lugares do topo da hierarquia urbana. O terceiro caso inquirido foi a *Business Directions*, empresa de consultoria, cujo percurso reflecte claramente a intensificação dos processos de internacionalização e de terciarização da economia. Esta empresa com uma parcela de capital inglês, instalou-se em Lisboa em 1989 e, em 1991, abriu uma filial no Porto. No seu universo de clientes estão maioritariamente multinacionais ou empresas de capital estrangeiro e só muito raramente são contactados por pequenas e médias empresas.

Outro exemplo interessante e que vem reforçar os anteriores é a evolução da empresa *Cineponto/Leo Burnett - Publicidade, Lda*. A *Cineponto* iniciou a sua actividade no Porto em 1982 e posteriormente, em 1987, abriu em Lisboa uma filial. Em 1990, associa-se à *Leo Burnett*, multinacional do ramo sediada em Chicago e que detém hoje 75% do capital. A última grande mudança foi em 1992, aquando do encerramento do escritório no Porto, passando a actividade a ser conduzida de Lisboa. Este percurso aponta no sentido de associar os serviços de apoio à produção de nível hierárquico superior aos níveis mais altos da hierarquia urbana (COSTA, 1997).

O estudo da localização dos balcões de uma instituição bancária demonstram que embora haja maior número de balcões nas Áreas Metropolitanas, a capitação por cada 10 000 habitantes favorece os aglomerados de menor dimensão. O menor número de balcões por cada 10 000 habitantes regista-se na cidade do Porto.

Figura 6.9 - Rede de Balcões do "Banco Comércio e Indústria", 1997

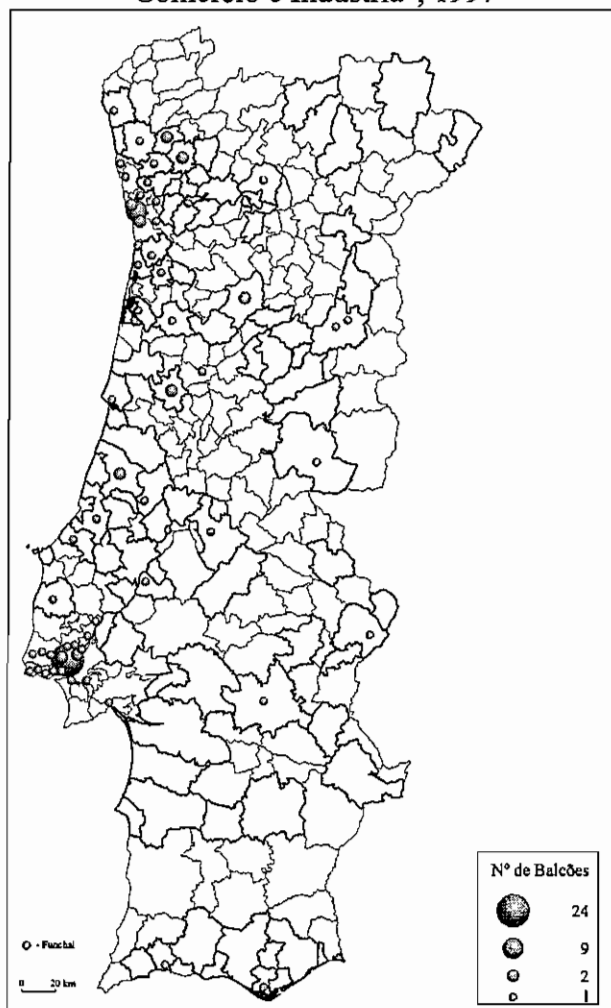
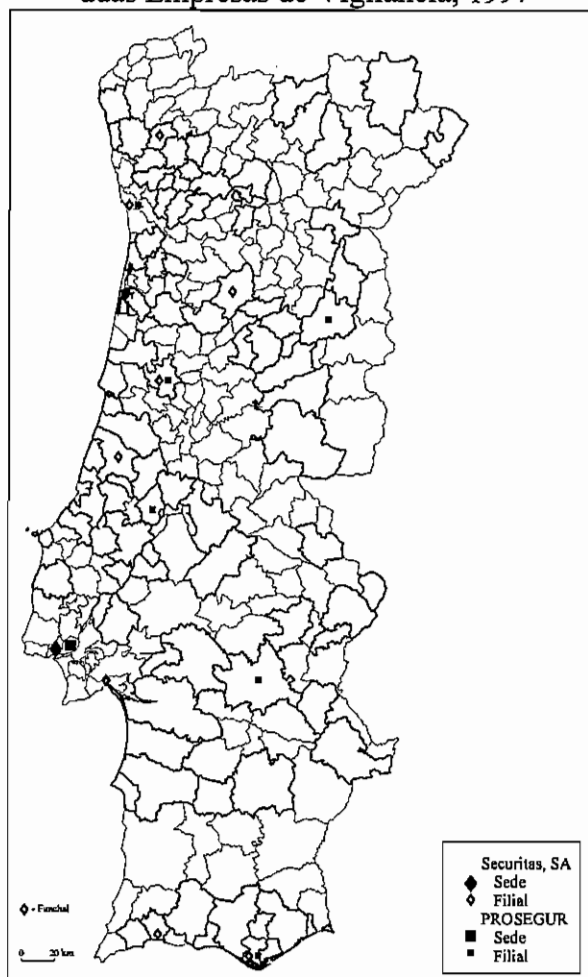


Figura 6.10 – Rede de Estabelecimentos de duas Empresas de Vigilância, 1997



Fonte: Entrevistas, Agosto de 1997 (in COSTA, 1997)

Podemos concluir que apesar dos serviços de apoio à produção possuírem um padrão fundamentalmente metropolitano, existem outras cidades onde estes são prestados, sendo a sua localização não apenas função da posição da cidade na hierarquia urbana mas revelando uma base territorial interessante de analisar. Assim, paralelamente à localização de serviços segundo uma organização hierárquica, encontra-se uma articulação entre alguns serviços de apoio à produção e o nível de especialização produtiva de algumas cidades portuguesas (e respectivas regiões envolventes).

Concelhos como Braga, Guimarães, Famalicão, Feira, Viseu, Aveiro, Coimbra, Leiria, Santarém, Faro e Olhão, são concelhos que se destacam pelo volume de emprego em estabelecimentos que prestam serviços de apoio jurídico,

contabilidade e auditoria, consultoria fiscal, estudos de mercado e sondagens de opinião, consultoria empresarial e de gestão, gestão de sociedades de participação social. Embora em menor grau, estes têm igualmente incidência em concelhos industrializados do Norte e Centro Litoral, no eixo urbano do Centro Interior (Guarda a Castelo Branco) e em alguns concelhos do Algarve.

Actividades desenvolvidas no domínio da arquitectura, de engenharia e técnicas afins tem igualmente representatividade nos concelhos de Braga, Guimarães, Famalicão, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Faro mas também na Figueira da Foz e em Sines. Com menor expressão, estão algumas capitais de distrito e cidades do interior como Vila Real, a Guarda, Beja e a Covilhã.

No caso específico das empresas de vigilância, que tendo uma forte implantação em Lisboa e no Porto, apresentam uma estratégia de abertura de filiais que responde simultaneamente a critérios de hierarquia urbana e às necessidades decorrentes da especialização produtiva regional. Vejamos o exemplo de duas das maiores empresas do ramo - a *Securitas, SA* e a *PROSEGUR*. A *Securitas, SA*, que iniciou actividade em Lisboa em 1966, e tem hoje a sede em Linda-a-Velha, concelho de Oeiras, possui já 9 filiais implantadas no Porto, Setúbal, Faro, Coimbra, Braga, Funchal, Leiria, Portimão e Viseu. Relativamente ao grupo *PROSEGUR*⁹, em actividade em Portugal desde 1980 e com sede em Lisboa, possui delegações em Coimbra e Torres Novas (abertura em 1985), Porto, Évora e Faro (abertura em 1986) e na Guarda (abertura em 1987) (COSTA, 1997).

A localização das filiais destas duas empresas permite destacar dois aspectos: por um lado relaciona-se com a frequência da sua utilização e daí a forte concentração ao longo da faixa litoral do país, mais urbanizada e industrializada; por outro lado, indicia uma ligação à actividade produtiva regional dominante. No caso do Algarve são as funções turísticas (vigilância de empreendimentos turísticos, serviços públicos, espaços comerciais, de recreio e lazer) enquanto nas Regiões Norte e Centro do país, o serviço de vigilância é fortemente requisitado pelas empresas industriais e de distribuição.

Padrão semelhante têm os ramos da limpeza industrial e das refeições com expressão em áreas de especialização industrial e de forte actividade turística, mas

⁹ O grupo PROSEGUR compreende 4 empresas: PROSEGUR - Companhia de Segurança, LDA, PROSEGUR - Transportes de Segurança, LDA, PROSEGUR - Distribuição e Serviços, LDA e a

também onde existem concentrações de jovens ou grupos de activos passíveis de utilizar este tipo de serviços (escolas, serviços públicos e sociais). Neste contexto, destacam-se as cidades do Norte e Centro Litoral, estendendo-se pelo Médio Tejo, Lezíria e Oeste, passando por Sines e, igualmente, o Algarve. Todavia, no caso das empresas de refeições e de limpeza industrial, pela necessidade de se localizarem junto aos clientes e também pelo facto de não exigirem mão-de-obra altamente qualificada, permitem a sua localização fora das cidades, em concelhos vizinhos (caso das empresas de refeições em Cantanhede, Mealhada, Estarreja e Santa Comba Dão) onde os custos de funcionamento e logística são inferiores.

Outro exemplo a referir, são as empresas de logística e que efectuam o transporte de mercadorias. Para além da concentração metropolitana (Carregado, Vila Franca de Xira, Azambuja, Benavente, Loures, Lisboa,...), estas têm alguma incidência em áreas industrializadas e/ou com forte tradição comercial como Guimarães, Leiria, Marinha Grande, Viseu, Guarda, Covilhã, Torres Novas, Santo Tirso e Santarém.

Um outro serviço de apoio à produção que apresenta uma lógica territorializada é o “aluguer de máquinas e equipamento”. A distribuição dos activos mostra uma menor concentração nas AM's de Lisboa e do Porto, evidenciando-se concelhos como os de Leiria, Aveiro, Covilhã, Guarda e Tomar, pela sua ligação à actividade industrial ou os casos de Montemor-o-Novo e Alcobaça, cuja presença se liga à actividade agrícola, ou no caso de Loulé, ligado à construção civil e obras públicas.

A presença de instituições de Formação Profissional e Investigação e Desenvolvimento ligadas aos sectores de especialização produtiva regional (casos do Centro de Formação Profissional para a Indústria da Cerâmica das Caldas da Rainha ou do Centro da Indústria Têxtil e do Vestuário na Covilhã) confirmam a presença de serviços de base territorial, que neste caso estão relacionados com a política de inovação e modernização da Administração Central.

Embora o padrão de localização das actividades seja o anteriormente exposto, há no entanto dois aspectos importantes que convém frisar. Por um lado, a oferta de serviços de apoio à produção nas áreas não metropolitanas não é muito diversificada, querendo isto dizer que com excepção de algumas cidades como Braga, Guimarães,

PROSEGUR - Sistemas de Segurança, LDA. Com excepção da empresa dos Sistemas de Segurança, cuja sede é no Porto, as restantes têm sede em Lisboa.

Feira, Aveiro e algumas capitais de distrito, a oferta de serviços depende da estrutura da procura e do grau de especialização da estrutura produtiva. Por outro lado, o recurso a serviços de apoio é basicamente reduzido, especialmente por parte das empresas não metropolitanas. FEIO (1994), a propósito das empresas do sector da cerâmica refere que apenas 20% das empresas recorrem a serviços localizados fora da região. Estes correspondem a serviços de nível hierárquico superior, como o financeiro, *marketing*, concepção e *design*, ou seja aqueles que determinam a competitividade do sector. Em trabalho anterior (COSTA, 1992) verificou-se a mesma situação para as empresas industriais do concelho de Castelo Branco onde os empresários para além de recorrerem com pouca frequência a serviços externos locais, quando o fazem limitam-se a funções como o aluguer de equipamento, os serviços de limpeza, a contabilidade e o transporte de mercadorias. A concepção de novos produtos, a consultoria técnica, a prospecção de mercado e o apoio à gestão são providenciados por empresas externas à região ou pelas sedes ou empresas do grupo que possuem estabelecimentos em Castelo Branco. Quer isto dizer que o recurso a serviços externos ainda é reduzido, e que a desqualificação dos serviços de apoio às empresas em áreas não metropolitanas também não incentiva a sua utilização.

Um outro indicador interessante é o número de feiras internacionais realizadas em cada concelho, variável utilizada como uma forma de medir o grau de inserção do territórios nas redes internacionais e globais. As feiras sectoriais de renome internacional, realizam-se tradicionalmente em Lisboa e Porto servindo os empresários dos vários sectores a nível nacional. É o caso do Salão Internacional de Vinhos, as mostras de calçado ou o Salão Português das Marcas Europeias, realizados no Porto e da Bolsa de Turismo de Lisboa, do Salão Internacional de Confecção e do Salão Internacional de Artes Decorativas e Domésticas, realizados também em Lisboa, onde participam empresários de todo o país.

Contudo, segundo o Calendário das Feiras Internacionais do ICEP de 1998, é possível identificar outras cidades e vilas onde se realizam estes eventos. Nesse ano, realizaram-se eventos na Região Norte (Braga, Santo Tirso e Famalicão) e no Algarve (Lagos, Loulé e Olhão), o que constituiu uma diferença significativa em relação ao ano anterior, em que praticamente os eventos de carácter internacional enumerados no Calendário Internacional de 1997, tiveram uma localização quase exclusivamente metropolitana (dados do ICEP, 1997 e 1998). Esta diferença de 1998 em relação ao ano anterior, poderá traduzir uma nova perspectiva dos agentes locais (autarquias e

associações empresariais e de desenvolvimento) actuantes nas cidades e nas vilas, que qualificaram algumas iniciativas tradicionais, promovendo-as como eventos internacionais de forma a dinamizar o tecido económico e social local e, assim, proporcionar novas oportunidades à sua integração nas economias regional, nacional e internacional.

Neste contexto, as feiras realizadas nas aglomerações urbanas não metropolitanas têm relação com a estrutura produtiva local, como se pode verificar pelos exemplos seguintes: Aveiro (AgroVouga - a Feira Internacional do Bovino Leiteiro, Mostra Agrícola, Industrial e de Artesanato), em Braga (uma Exposição Internacional de Máquinas de Construção), bem como nas feiras internacionais de menor projecção realizadas em Alpiarça (a Feira Internacional do Vinho), em Torres Novas (a Feira Internacional de Frutos Secos), em Santarém (as Feiras de Gastronomia e de Exposição de Maquinaria), em Grândola (a Feira do Turismo, Ambiente e Desenvolvimento), em Lagos (Feiras de Coleccionismo) e os vários eventos internacionais de promoção de artesanato (Guimarães, Famalicão, Aveiro, Barcelos e Ponte da Barca). Para além das feiras enumeradas no Calendário de Feiras Internacionais, existem outras feiras com tradição e que servem para a afirmação produtiva local e regional. Caso do mobiliário em Paços de Ferreira e de outros eventos de raiz cultural e religiosa com a Feira de São Mateus em Viseu e de São João em Évora, eventos que mobilizam visitantes e contribuem para a divulgação das cidades e da região.

6.5. A Integração Económica das Cidades

Outra característica que retrata o papel de intermediação das cidades é o seu grau de integração económica no sistema nacional e internacional que pode ser medido através de três vectores: o investimento estrangeiro, a presença de estabelecimentos de empresas multinacionais e o grau e tipo de exportações realizado por cada cidade.

6.5.1. O Investimento Directo Estrangeiro como factor de competitividade das Cidades

Um aspecto importante na análise de competitividade e do processo de intermediação das cidades relaciona-se com o investimento directo estrangeiro (IDE) e o seu contributo para a internacionalização das economias regionais e locais.

Desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, a estrutura sectorial do IDE modificou-se consideravelmente. No início da década de oitenta, a indústria transformadora representava mais de 50% do investimento realizado, enquanto em inícios da década de noventa esse valor decaiu para cerca de 30%. Os ramos de actividade onde a penetração de capital estrangeiro produziu maior crescimento do emprego foram os serviços de apoio à produção, com destaque para o sector financeiro, imobiliário, as empresas de vigilância, de limpeza industrial, confecção e distribuição de refeições, as telecomunicações e a actividade grossista (DUARTE, 1993).

Relativamente ao sector industrial, os ramos mais «internacionalizados» são os da fileira automóvel (componentes para veículos automóveis, componentes electrónicos, fios e cabos, matérias plásticas, equipamento eléctrico, veículos automóveis), produtos alimentares, bebidas, malhas, calçado, produtos químicos (sabonetes, detergentes, produtos de higiene, farmacêutica) e vidro.

Apesar das dinâmicas globais de crescimento do investimento estrangeiro no sector terciário e em alguns segmentos do sector industrial, o padrão regional do investimento estrangeiro em Portugal é bastante diferenciado.

Em 1995, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto concentravam um elevado número de sedes das maiores empresas que representavam mais de 75% dos activos a operar em empresas estrangeiras (62% na AML e 14.7% na AMP). Os restantes 25% do emprego repartiam-se por empresas sediadas em concelhos de cariz eminentemente urbano com especial incidência para as regiões urbano-industriais do norte e centro litoral e, ainda, o Algarve. Em termos urbanos, estas regiões caracterizam-se pela existência de um elevado número de pequenas cidades com dimensão compreendida entre os 10 000 e os 50 000 habitantes.

Quadro 6.10. - Distribuição do pessoal ao serviço em empresas de capital social com origem estrangeira, segundo a actividade económica, 1995 (%)

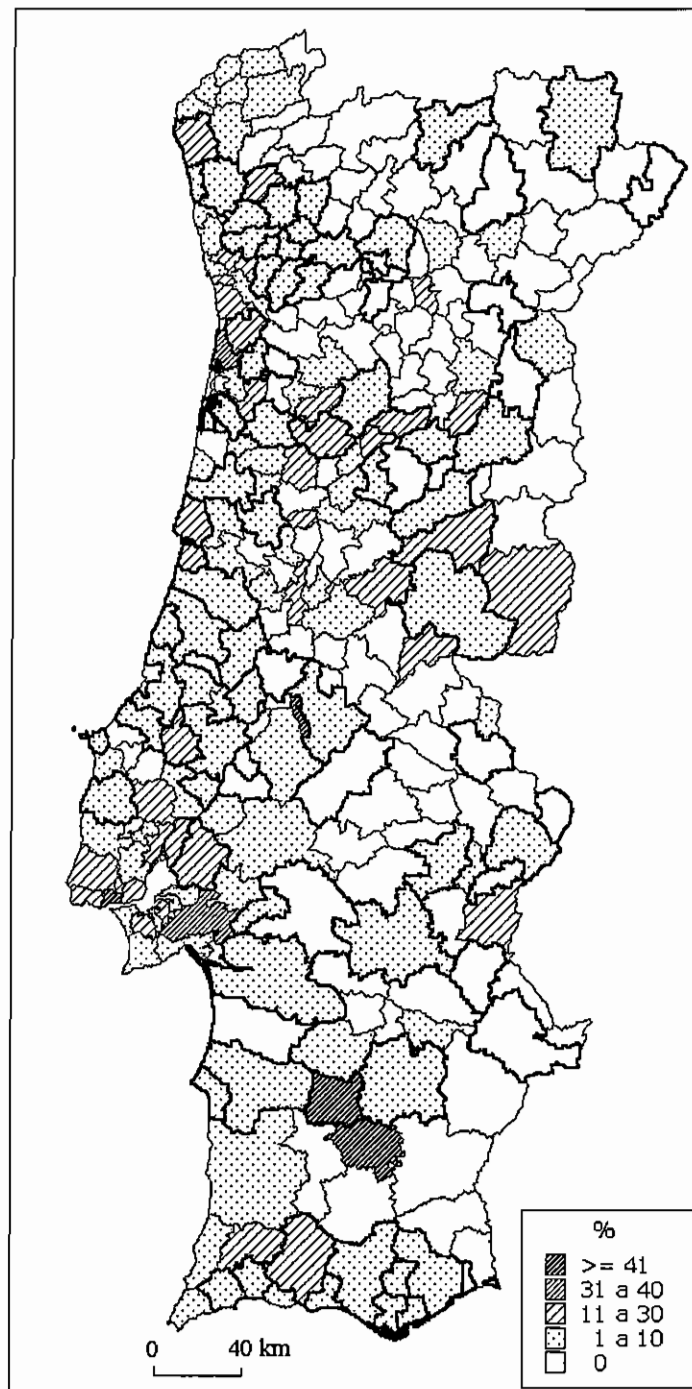
Escalação	Primário		Secundário			Terciário					Total
	Agric.	Extra-ctiva	Transfor-madora	Elec.Gás e Agua	Constru-ção e Ob Públicas	Distribui-ção	Produ-ção	Pessoais	Sociais	Total	
AML	0,1	0,2	33,8	0,1	5,2	30,3	25,5	4,4	0,3	60,5	100,0
AMP	0,4	0,1	51,6		1,7	7,4	37,8	0,9	0,0	46,2	100,0
<2000											
2-5000							2,2	97,8		100,0	100,0
5-10000			99,4		0,3	0,3	0,0	0,0		0,3	100,0
10-20000	1,4	0,1	61,6	0,1	0,9	1,7	7,2	26,9	0,2	35,9	100,0
20-30000	0,1	1,6	89,3	1,3	0,8	1,5	2,1	3,3	0,1	7,0	100,0
30-40000			94,5		0,3	2,6	1,7	0,8	0,2	5,2	100,0
40-50000			95,8	0,3	0,4	2,7	0,9			3,6	100,0
50-100000			96,5		2,2	1,1	0,3			1,4	100,0
>100000			96,5		2,2	1,1	0,3			1,4	100,0
Conc.Urb.(s/ AM's)	1,4	1,1	88,3	0,3	0,7	1,8	1,9	5,6	0,1	9,3	100,0
Conc. N/ Urb.(s/ AM's)	2,1	11,9	78,4	0,0	1,6	3,4	0,3	2,3	0,0	56,0	100,0
Continente	0,2	0,9	48,8	0,1	3,7	20,3	21,7	4,0	0,2	46,3	100,0

MESS, 1995

Paralelamente à repartição do emprego por concelho, traduzida nas figuras seguintes, é interessante notar qual a importância do emprego associado a empresas de capital estrangeiro no total do emprego. Aljustrel, Castro Verde, Palmela, Benavente, Ílhavo, Constância, são concelhos onde o emprego em empresas estrangeiras assume um peso significativo no total do emprego. Este, está fundamentalmente associado a empresas do sector secundário: em Aljustrel e Castro Verde o emprego na indústria extractiva tem grande peso no emprego total do concelho, nos concelhos de Benavente, Constância, Fundão, Celorico da Beira, Nelas, Vouzela, Aveiro, Ílhavo ou Rio Maior, o emprego em unidades transformadoras de capital estrangeiro representam mais de 30% do emprego industrial total.

Em termos sectoriais as diferenças também são bastante acentuadas. Assim, enquanto nas AM's a estrutura sectorial das empresas de capital estrangeiro é bastante diversificada, nas restantes áreas do país, é eminentemente industrial (representam valores superiores a 75% do total do emprego estrangeiro). Efectivamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto estão sediadas empresas que representam cerca de 50% do emprego na indústria transformadora e 95% do emprego em empresas de construção civil.

Figura 6.11. – Importância do emprego associado ao IDE no total do emprego do concelho, 1995

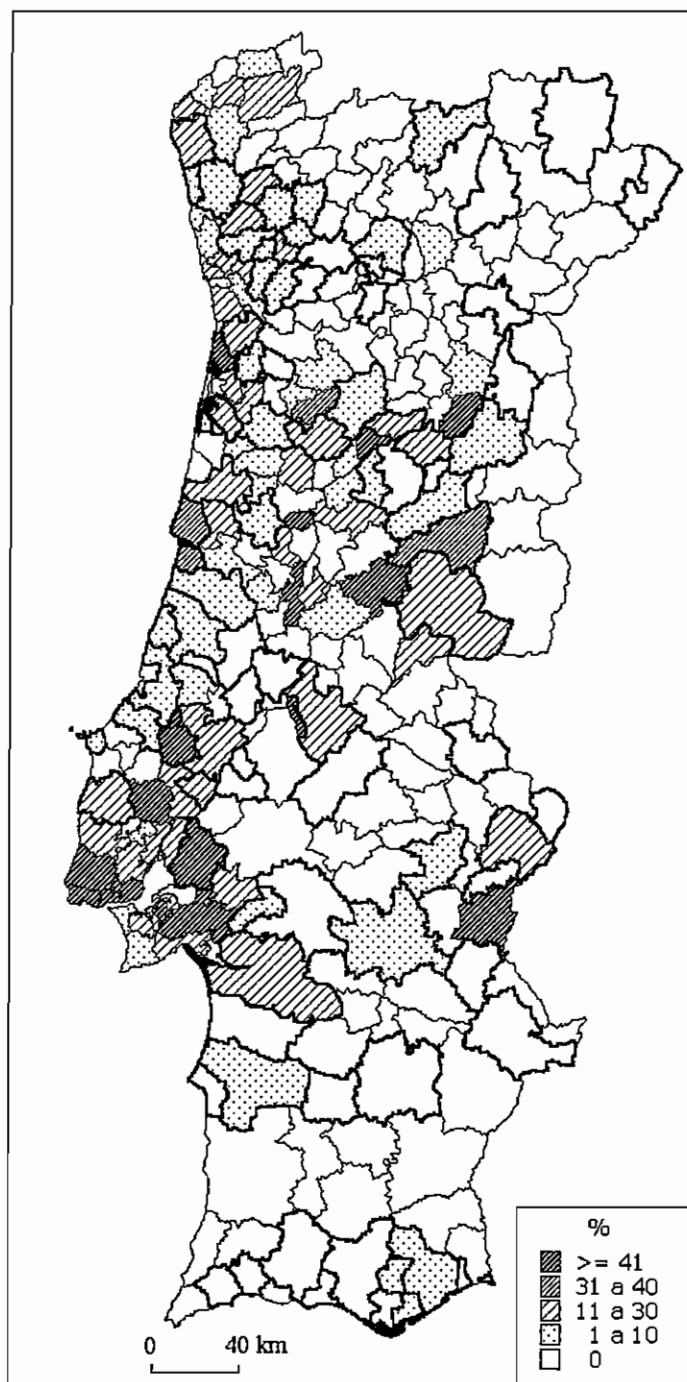


Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1995

No entanto, existem especificações que importa sublinhar. Enquanto na Área Metropolitana de Lisboa, os ramos que têm mais peso em termos de emprego são as alimentares, as químicas, o material eléctrico e o material de transporte, na Área

Metropolitana do Porto, as maiores concentrações verificam-se ao nível do sector das bebidas, vestuário, calçado, material eléctrico e, em menor grau, material transporte.

Figura 6.12. – Importância do emprego industrial associado ao IDE no total do emprego industrial do concelho, 1995



Fonte: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1995

No sector terciário a concentração ainda é mais elevada, chegando a 98% da distribuição (comércio por grosso, retalho, transportes e comunicações) e um valor

igualmente elevado nos serviços de apoio à produção (banca, seguros, imobiliário, serviços de vigilância, publicidade, *marketing*, consultoria, entre outros). Recentemente, tem-se assistido à expansão das grandes cadeias internacionais de distribuição, que se instalaram massivamente em Lisboa. Destaque para as grandes cadeias espanholas de distribuição que aproveitaram a falta de especialização do comércio português (desde o sector alimentar, passando pelo vestuário e material óptico, onde a expansão foi muito rápida).

Nos concelhos rurais, têm maior peso as actividades ligadas à produção e transformação de produtos primários.

Destacam-se assim as actividades agrícolas, as indústrias extractivas (caso de Castro Verde) ou as ligadas à transformação de produtos primários. Estas unidades desenvolvem actividades bastante distintas, que vão desde a agro-indústria (matadouro no Alandroal) ao calçado e curtumes (Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo) (MESS, 1996).

Quadro 6.11. - Repartição do emprego em empresas de capital estrangeiro nos vários ramos de actividade, 1995 (%)

Escalação	Primário		Secundário			Terciário					Total
	Agric.	Extra-ctiva	Transf.	Elec.Gás e Agua	Construção C.+Ob Púb.	Distri-buição	Produ-ção	Pessoais	Sociais	Total Terciário	
AML	22,4	16,1	42,9	46,9	87,7	92,2	72,7	67,5	91,9	80,9	61,8
AMP	23,6	2,1	15,6	0,0	6,8	5,4	25,6	3,4	0,0	14,7	14,7
<2000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2-5000	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,2	0,0	0,5	0,2
5-10000	2,0	16,5	1,2	0,0	0,0	0,1	0,0	2,0	0,0	0,2	0,8
10-20000	13,5	0,4	2,9	1,0	0,6	0,2	0,8	15,2	2,1	1,8	2,3
20-30000	1,3	8,0	7,9	44,7	0,9	0,3	0,4	3,6	2,8	0,7	4,3
30-40000	0,0	0,0	7,1	0,0	0,3	0,5	0,3	0,7	3,2	0,4	3,7
40-50000	0,0	0,0	6,8	7,4	0,4	0,5	0,1	0,0	0,0	0,3	3,4
50-100000	0,0	0,0	4,6	0,0	1,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	2,3
>100000	0,0	0,0	4,4	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1
Conc.Urb.(s/AM's)	13,5	24,9	34,9	53,1	3,7	1,7	1,6	26,7	8,1	3,9	19,3
Conc. N/ Urb.	37,2	57,0	6,7	0,0	1,8	0,7	0,1	2,4	0,0	0,5	4,2
Continente	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Corresponde a empresas onde mais de 50% do capital social tem origem estrangeira
MESS, 1995

Para além das indústrias anteriormente referidas, instalaram-se outras unidades que procuram aproveitar outro tipo de recursos endógenos locais: a disponibilidade de mão-de-obra, pouco qualificada e, portanto, de baixo custo salarial e a localização

geográfica (que não sendo central, não é desfavorável para indústrias utilizem o transporte rodoviário). Assim, vamos encontrar empresas de produção de vestuário em Celorico da Beira, Vila Nova de Poiares e Figueiró dos Vinhos, bem como de produção de componentes e acessórios para veículos automóveis em Ponte de Sôr, assumindo-se estas unidades de grande importância para estas áreas, pois representam uma parte substancial do emprego local.

As actividades que podemos encontrar nas pequenas e médias cidades são muito diversificadas e estão, igualmente, ligadas às estruturas produtivas locais. Assim, nas pequenas e médias cidades algarvias, surgem empresas ligadas aos sectores do turismo, restauração, ao sector imobiliário e à prestação de serviços pessoais. Cerca de 1/4 do emprego estrangeiro no sector da hotelaria está concentrado nas pequenas cidades algarvias como Albufeira, Lagoa, Lagos e Olhão, enquanto em Loulé, reflectindo a proximidade a Faro, podemos encontrar serviços de vigilância e em Portimão a Albufeira também empresas imobiliárias. Outro sector que, nos últimos anos, tem crescido no Algarve é a construção civil, cujo interesse se estendeu a empresários internacionais.

Os investimentos realizados nas cidades de pequena dimensão do norte e centro do país têm uma clara vocação industrial para os sectores têxtil, do vestuário, do calçado, material eléctrico, componentes e acessórios para veículos automóveis, fios, cabos e produção de artigos em cerâmica. Esta especialização tem dois significados: uma forte articulação com as estruturas produtivas locais (têxtil e calçado no norte litoral e cerâmicas no centro litoral) ou um aproveitamento das bolsas de emprego (vestuário, fios e cabos, componentes e acessórios para veículos automóveis). No primeiro caso estão as cidades de Ovar, Famalicão, Gouveia, Viana Castelo e no segundo, contam-se Elvas, Vila Real, Guarda, Fundão, Tondela ou Mangualde. Pelo exposto anteriormente, verifica-se que estas cidades apresentam uma forte ligação a indústrias de vocação exportadora, configurando funções de intermediação.

No entanto, nas pequenas cidades do norte e centro do país podemos encontrar algumas empresas estrangeiras ligadas aos sectores do comércio e serviços (exemplo de Oliveira de Azeméis, área de tradição industrial, onde surgiram investimentos estrangeiros em empresas de serviços de limpeza industrial).

As actividades que se encontram nas cidades que estão nos escalões intermédios da hierarquia urbana nacional, demonstram a relação entre os níveis da

procura e a presença de serviços de nível hierárquico superior. Neste grupo encontram-se cidades como Gondomar, Aveiro, Leiria, Marinha Grande, Figueira da Foz, Caldas da Rainha, Faro e do interior como Viseu, Castelo Branco, Covilhã e Évora, que atraíram alguns pequenos investimentos nos sectores comercial e nos serviços de apoio à produção. É o *catering* em Faro, a venda por correspondência em Leiria, a revenda de máquinas e de equipamento em Aveiro.

No campo industrial, a estrutura sectorial das empresas estrangeiras também é mais diversificada que a das cidades de dimensão inferior. Encontram-se empresas dos ramos alimentar, artigos de malha, papel, plásticos, borrachas, artigos cerâmicos, equipamento não eléctrico, equipamento de transporte e metalurgia de base, reforçando a componente de intermediação quer pela exportação, quer pela integração no mercado nacional. Efectivamente, as bolsas de emprego de cidades como Viseu, Aveiro ou Leiria, apresentam um nível de qualificação médio mais elevado, o que permite a instalação de outro tipo de empresas. Por outro lado, estas cidades estão localizadas junto a importantes eixos rodoviários, bem como servidas por outros modos, como o ferroviário e o portuário. Um terceiro factor, é a existência de uma maior oferta de serviços de apoio à produção, que obviamente se concentra em cidades de dimensão média superior. Esta situação não se restringe às cidades do litoral, mas estende-se a cidades do interior como Castelo Branco e Viseu, que nos últimos anos têm atraído capital estrangeiro.

Quanto às cidades não metropolitanas de maior dimensão (Coimbra, Braga e Guimarães), o investimento estrangeiro apresenta uma clara especialização no sector industrial, o que poderá ser devido ao facto de as cidades com esta dimensão se localizarem em regiões de tradição industrial ou serem centros de comércio e serviços em geral. As grandes cadeias de distribuição optam por se instalar na capital e o que surge nestas cidades são filiais destas empresas.

6.5.2. Outros indicadores do nível de integração económica das Cidades

A competitividade económica e o grau de integração no sistema económico pode igualmente ser avaliado pela presença de grandes empresas/grupos económicos e pela capacidade exportadora das empresas.

Tal como o investimento estrangeiro, as maiores empresas a operar em Portugal apresentam um padrão geográfico muito concentrado nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto (em 1993, 60% na AML e 15% na AMP) mas no que diz respeito às restantes cidades não metropolitanas, surgem novamente as pequenas e médias cidades do Norte e Centro Litoral do país, onde entre as empresas com maiores volumes de vendas existe uma elevada percentagem de multinacionais do sector automóvel, material eléctrico e de precisão, agro-indústria, distribuição alimentar e metalomecânica.

Quadro 6.12. - Empresas e emprego das 500 maiores empresas (segundo o volume de vendas) a operar em Portugal, 1993

	Empresas				Emprego			
	Total		Estrangeiras		Total		Estrangeiras	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Cidade de Lisboa	184	36,8	66	41,5	180 225	51,1	25 705	33,2
Resto AML Norte	79	15,8	44	27,7	40 428	11,5	22 118	28,6
AML Sul	29	5,8	11	6,9	18 431	5,2	53 69	6,9
AMP	75	15,0	11	6,9	50 770	14,4	98 96	12,8
Resto do País	133	26,6	27	17,0	108 302	30,7	14 316	18,5
Total País	500	100,0	159	100,0	352 463	100,0	77 404	100,0

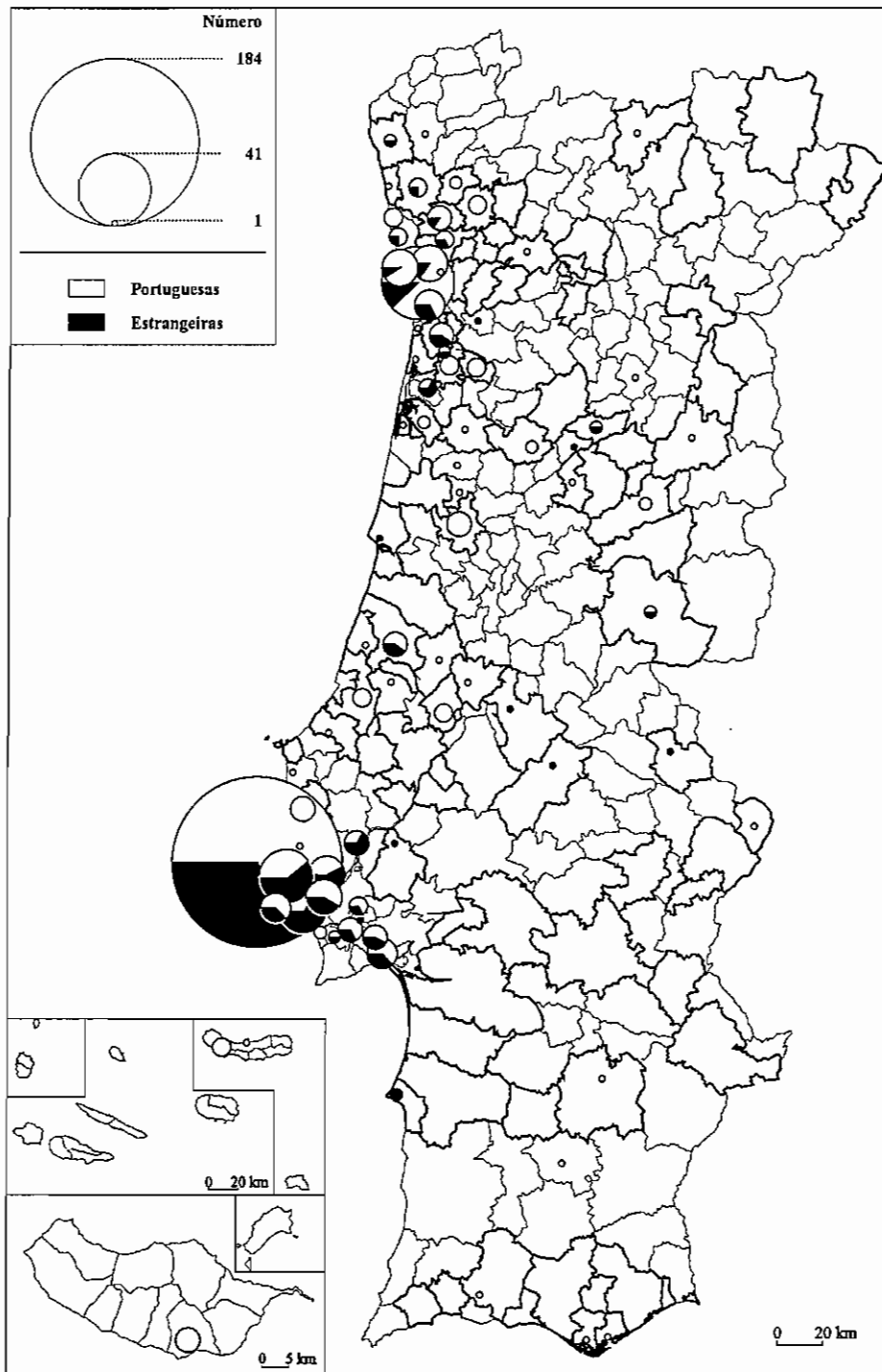
Fonte: Revista EXAME, 1994

Fora das aglomerações metropolitanas a presença de grandes empresas tem uma componente territorial que reflecte igualmente uma forte articulação com as redes urbanas e acessibilidades regionais. Assim, identificam-se claramente os eixos:

- de Aveiro até à Guarda, aproveitando o IP5, a ligação à fronteira e a presença de um conjunto de aglomerados de pequena e média dimensão;
 - a Guarda, Covilhã e Castelo Branco, onde imperam factores como a tradição industrial (têxtil na Covilhã) e a iniciativa de empresários locais;
 - e o conjunto de concelhos que vão desde o limite da AML até Leiria.

Neste conjunto incluem-se as Caldas da Rainha, Alcobaça, Porto de Mós, Tomar, Torres Novas, Abrantes e Vila Nova de Ourém. O crescimento do Oeste e Médio Tejo, espelha o processo de desconcentração produtiva de Lisboa sendo que os empresários aproveitam factores como a melhoria da acessibilidade, a proximidade a grandes mercados consumidores, a disponibilidade de mão-de-obra e a existência de incentivos locais para a localização de novas empresas.

Figura 6.13. - Localização das 500 maiores empresas (em volume de vendas) segundo a origem do capital, 1993

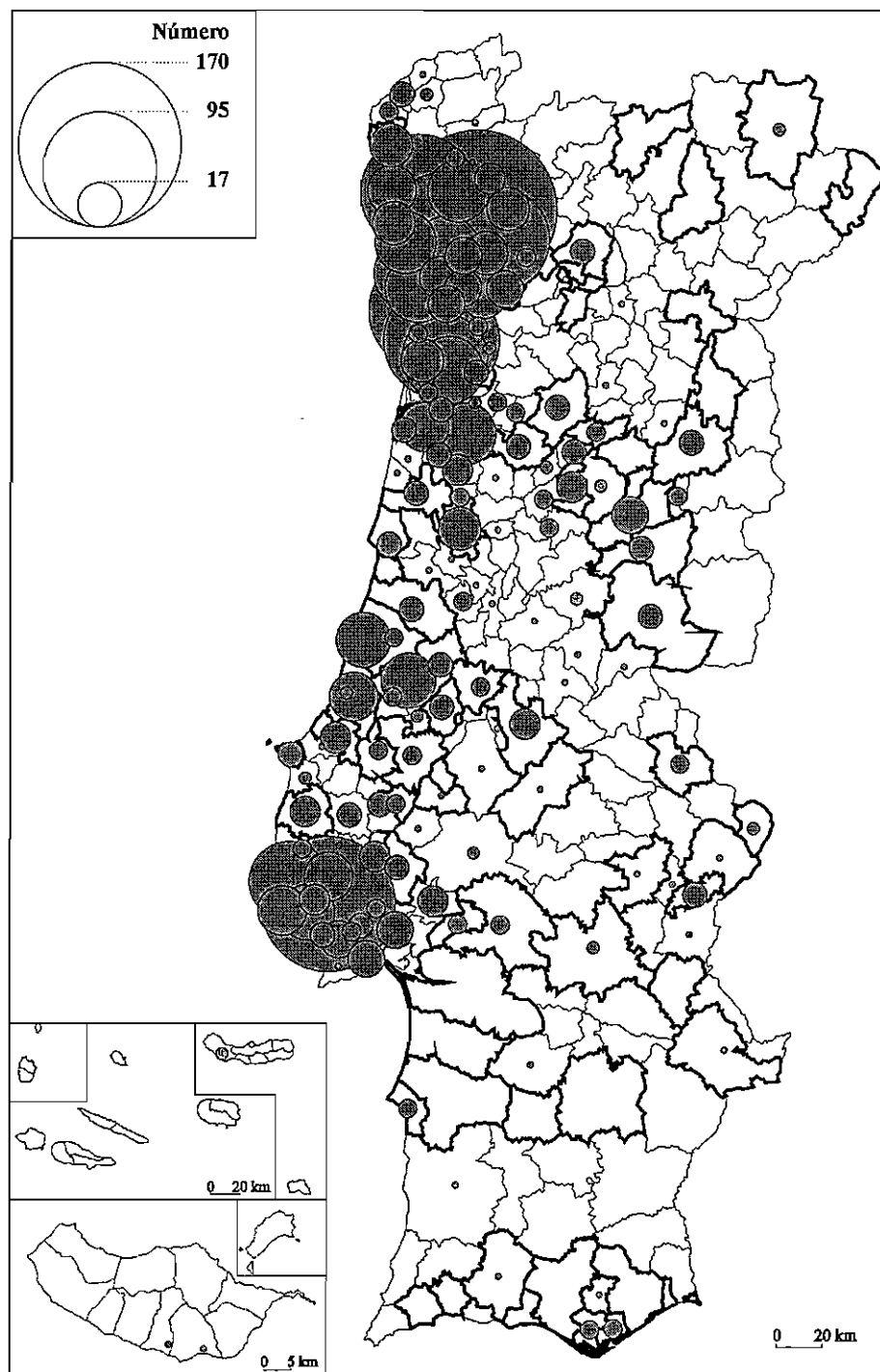


Fonte: Revista Exame, 1994

Um outro indicador do nível de integração económica das cidades é a distribuição geográfica das maiores empresas exportadoras. O seu padrão é menos concentrado que o dos indicadores analisados anteriormente (distribuição do investimento estrangeiro e das grandes empresas), o que permite realçar o papel das

As cidades médias como plataformas de empresas exportadoras, nomeadamente as pequenas e médias cidades do Norte e Centro Litoral, representam cerca de 50% das maiores exportadoras do país. Como comprovam os valores, a internacionalização da estrutura produtiva do Algarve não se faz pela exportação de bens mas sim de serviços.

Figura 6.14. - Localização das 2000 maiores empresas exportadoras, 1997



Fonte: ICEP, 1997

Esta distribuição permite-nos inferir duas conclusões. A estrutura de Lisboa e da Área Metropolitana, demarcam-se pela presença de grandes empresas nacionais vocacionadas para o mercado interno. Por outro lado, o processo de desconcentração produtiva começa a visualizar-se com clareza no crescimento do Médio Tejo e Oeste, bem como na AML Sul.

Quer no caso de Lisboa, quer no do Porto, há uma forte articulação com as redes urbanas regionais. No caso do Porto a sua estrutura produtiva depende de uma vasta região envolvente que se estende desde Aveiro até Viana do Castelo e, que para o interior, já se prolonga até Amarante.

A análise conjunta permite-nos identificar territórios com diferentes graus de intermediação. Em primeiro lugar, a integração na Comunidade Europeia veio reforçar a centralidade que Lisboa já detinha inerente à sua dimensão populacional e económica. Por um lado, a região de Lisboa atraiu uma parte substancial do investimento estrangeiro realizado em Portugal, concentrando as iniciativas nos sectores da distribuição, imobiliário e financeiro, por outro, os grandes grupos económicos internacionais também reforçaram as suas posições na economia nacional (o número de grandes empresas estrangeiras aumentou no conjunto das grandes empresas nacionais) situação que, mais uma vez, beneficiou Lisboa e a região envolvente.

O segundo conjunto territorial com maior capacidade de integração económica e como tal, capaz de ter um papel de intermediação, é o conjunto urbano-industrial do Norte Litoral do país, encabeçado pela Área Metropolitana do Porto.

As grandes empresas estrangeiras coexistem com pequenas e médias empresas exportadoras ligadas à produção de vestuário, malhas, calçado, madeiras, tecidos e produtos em algodão, entre outros. As pequenas e médias cidades têm aqui um papel fundamental, pois no seu conjunto definem um sistema polinucleado, mobilizador da população e do investimento, que permite manter a especialização produtiva do norte do país.

Outra região do país onde as pequenas e médias cidades portuguesas desempenham o papel de agentes integradores e promotores do desenvolvimento regional, é a Região Centro. A internacionalização dos sistemas produtivos de Aveiro, Ílhavo, Leiria, Marinha Grande ou da Figueira da Foz é facilmente comprovada pela presença de empresas estrangeiras e pela internacionalização de empresas

portuguesas. A estrutura sectorial é mais diversificada e, nos últimos anos, têm surgido empresas com capacidade inovadora e competitiva.

No caso do interior do país, a Região Centro constitui uma excepção muito positiva, pois afirma-se claramente em relação ao Norte Interior e Alentejo. Muito embora as Beiras tenham sido igualmente afectadas pelo envelhecimento e declínio demográfico, as pequenas e médias cidades da Região Centro têm conseguido manter dinâmicas de crescimento, constituindo pólos de concentração de emprego e de actividades. Vejam-se os casos de Viseu – Mangualde – Tondela e as vilas de Nelas e S. Pedro do Sul, e o caso da Guarda – Covilhã – Fundão - Castelo Branco.

A integração do Algarve decorre da sua especialização produtiva. O desenvolvimento das actividades turísticas não se pode desligar do comércio e dos serviços pessoais, actividades que se concentram nas cidades que se localizam ao longo da costa algarvia.

6.6. Alguns indicadores de coesão social das cidades

A evolução rápida da economia, as exigências em matéria de emprego e qualificações e a criação de outras necessidades de consumo, deram lugar a novos grupos sociais e a novas formas de exclusão com incidência nos activos desqualificados, nos trabalhadores rurais, nos analfabetos, nos idosos e nos imigrantes rurais e estrangeiros.

a) Desemprego e o desajustamento na estrutura de qualificações

Dois fenómenos que surgem associados à exclusão social são o desemprego e a concentração de população com um baixo nível de qualificação. Para além das aglomerações metropolitanas, algumas cidades portuguesas atravessaram um período menos favorável, só amortecido pela prática de formas de agricultura para consumo doméstico e pelo recurso à economia informal. Veja-se o caso da Covilhã, cuja crise e posterior reestruturação do sector dos lanifícios, gerou elevados níveis de desemprego extensíveis aos concelhos envolventes. Contudo, o crescimento da Universidade permitiu o desenvolvimento de uma nova fileira de serviços, alguns de carácter

informal (aluguer de casas e a prestação de serviços domésticos) que constituíram uma alternativa de rendimento e de emprego. O mesmo se passou em Beja, Vila Real e Évora, onde a presença de estabelecimento de ensino superior, veio reforçar a componente pública do emprego e do rendimento, mas igualmente a prestação de serviços privados banais (comércio e restauração).

Em 1991, a taxa de analfabetismo atingia o valor máximo de 37,4% no concelho de Idanha-a-Nova mas os valores registados em concelhos urbanos com cidades de pequena dimensão (menos de 10 000 habitantes) eram igualmente elevados. Inversamente, é nas cidades com mais de 40 000 habitantes que se registavam taxas de analfabetismo mais baixas (Coimbra, 7,1% e Braga, 6,9%), indiciando a situação menos favorável no que diz respeito à instrução e qualificação da mão-de-obra nas cidades de menor dimensão. Assim, compreende-se que algumas cidades sejam centros de produção industrial associados a ramos intensivos em trabalho.

b) A migração para as cidades médias

Associado à exclusão social encontramos a presença de imigrantes. Paralelamente à imigração de quadros superiores e médios, a maioria incluem-se em grupos com baixo nível de instrução e qualificação a desempenhar funções desqualificadas e mal remuneradas, com relações contratuais precárias ou mesmo informais, que limitam o seu acesso à assistência médica, habitação social e educação, para além de gerar outras formas de exclusão social e residencial. Este fenómeno afecta sobretudo as áreas metropolitanas, caso de Lisboa, onde mais de 50% dos imigrantes residem nas zonas envelhecidas da cidade e em bairros de lata na cidade e periferia (Amadora, Loures, Moita) (MEPAT-GAERE, 1996).

Em relação às cidades não metropolitanas, a imigração não apresenta a mesma intensidade e perfil que a que se dirige às grandes aglomerações. Os imigrantes, em menor número, correspondem a quadros médios e superiores de empresas de capital estrangeiro ou prestação de serviços (caso de médicos, enfermeiros e professores), integrados em circuitos formais de emprego e auferindo de rendimentos médios elevados.

Apenas um número reduzido de imigrantes desempenham funções desqualificadas, estando normalmente associados à presença de empresas de

construção civil e obras públicas ou à prestação de serviços pessoais em áreas turísticas. Enquanto no primeiro caso, os imigrantes permanecem na cidade até a empresa de construção civil com que têm vínculo laboral até à conclusão da obra, no segundo caso podem-se determinar alguns efeitos negativos associados à sazonalidade do emprego que não garante um emprego e um rendimento constante aos imigrantes. Cite-se o caso do Algarve e das cidades de maior dimensão (caso de Coimbra), onde surgem alguns imigrantes ligados comércio, hotelaria e serviços pessoais e que sofrem naturalmente os efeitos da sazonalidade e da instabilidade do emprego (EFILWC, 1996a). Contudo, a imigração para cidades de pequena e média dimensão não têm associadas as problemáticas que caracterizam as grandes cidades.

c) A problemática dos idosos

Outro aspecto revelador da situação de coesão económica e social das cidades, relaciona-se com os idosos e com as possibilidades destes possuírem um quadro de vida sustentável. Naturalmente que as áreas onde existe maior envelhecimento da estrutura demográfica são áreas onde a problemática dos idosos tem relevância, pois possuem maiores problemas de inserção social, de assistência médica, familiar e onde se colocam com maior acuidade os problemas de coesão social.

O padrão geográfico do índice de envelhecimento ilustra claramente as diferenças regionais manifestadas numa oposição entre o litoral mais jovem e um interior fortemente envelhecido mas, quando analisamos o mesmo indicador segundo o escalão de dimensão da cidade constatamos que existe uma relação inversa entre a dimensão da cidade e o grau de envelhecimento da estrutura etária, ou seja, quanto maior for a dimensão da cidade menor é o índice de envelhecimento. Se relacionarmos o comportamento destes dois indicadores com a evolução da população dos concelhos urbanos, percebemos que quanto maior for a dimensão das cidades maior é a dinâmica de crescimento populacional dos concelhos em que se inserem e menor é o envelhecimento da estrutura etária. Restam como excepções as áreas metropolitanas, cuja estrutura etária, reflecte a queda da natalidade e a menor dinâmica de crescimento populacional (o índice de envelhecimento é mais elevado que o registado nas cidades com mais de 40 000 habitantes).

Quadro 6.13. - Índice de Envelhecimento e Valores das Pensões de Reforma por Idoso nos concelhos urbanos, 1996

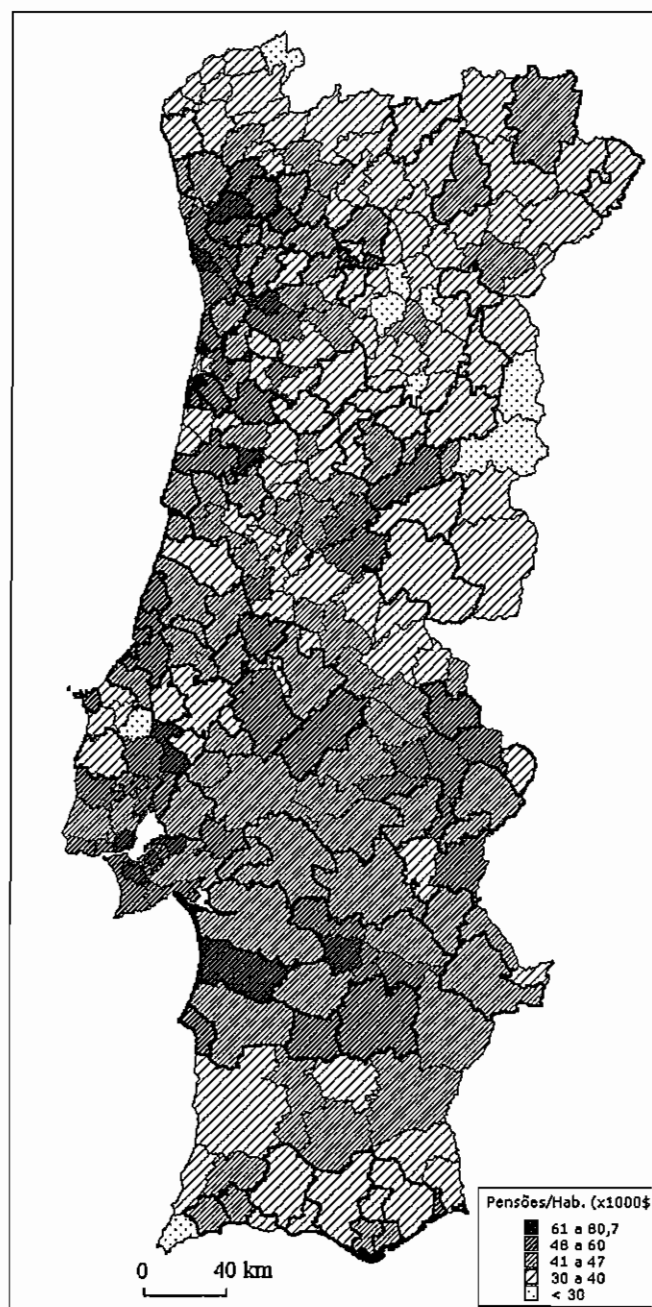
Escalão	Índice de Envelhecimento	Pensão idoso (1000. esc/ano)
<2000	180,0	465,6
5-10.000	136,0	514,1
10-20.000	107,4	558,3
20-30.000	85,0	536,6
30-40.000	71,3	703,8
40-50.000	60,2	611,6
50-100.000	51,5	661,8
>100.000	46,8	599,9
<i>PROSIURB</i>	<i>73,2</i>	<i>596,1</i>
<i>AML</i>	<i>89,4</i>	<i>659,3</i>
<i>AMP</i>	<i>67,3</i>	<i>671,4</i>
<i>Concelhos Rurais</i>	<i>121,0</i>	<i>540,6</i>
<i>Continente</i>	<i>88,2</i>	<i>600,0</i>

Fonte: INE

Outra componente importante relacionada com a problemática dos idosos é a pobreza. Os idosos são dos grupos mais afectados pela pobreza sendo responsáveis por situações de insustentabilidade urbana e rural com negativos impactes sociais. A análise do indicador "valor médio anual das pensões por habitante com mais de 65 anos" permite evidenciar que apenas uma parte das áreas metropolitanas (casos de Lisboa, Cascais, Oeiras, Mafra, Almada) e algumas cidades da faixa litoral, como Aveiro, Coimbra, Nazaré, Alcobaça, Óbidos, Marinha Grande e do Interior Centro e sul (Covilhã, Beja) registam valores anuais de pensões mais elevados. No restante território há um grande contraste entre as áreas onde há proletarização agrícola e industrial e as restantes áreas do país, cujos valores médios são muito baixos, o que reproduz a herança das estruturas assentes numa base de trabalho familiar não remunerado (no Interior Norte e Centro, a agricultura, e numa parte do Algarve, a pesca).

O Alentejo e o Ribatejo, desde cedo com níveis de proletarização agrícola elevados, possuem reformas médias mais altas e as áreas de proletarização industrial, como a Serra da Estrela, Cova da Beira (têxteis), o Alto Alentejo (extracção e transformação de pedra), a região de Aveiro e todo o norte litoral, possuem valores intermédios.

Figura 6.15 - Valor Médio Mensal das Pensões por Idoso, em 1996



Fonte : INE (1996)

Paralelamente, encontramos algumas bolsas de reformados do sector terciário público na região de Coimbra, Bragança e Vila Real. Assim, o Interior Norte e Centro surge num contexto muito desfavorecido no que diz respeito ao rendimento dos idosos e, por outro lado, o Norte e Centro Interior é fortemente envelhecido, o que agudiza a situação social.

Há, no entanto, outros aspectos que importa considerar nesta análise e que jogam de forma contraditória em relação à posição das aglomerações do interior do país; por um lado, existem outros rendimentos de emigrantes que retornaram que acrescem o rendimento médio dos idosos; por outro, um grande número de destes, continua a praticar a actividade agrícola, o que contribui para aumentar os rendimentos médios; em terceiro lugar, o apoio familiar e social é mais coeso em cidades ou aglomerações de menor dimensão, amortecendo alguns dos graves problemas que afectam os idosos.

d) As desigualdades regionais nos sectores da saúde e educação

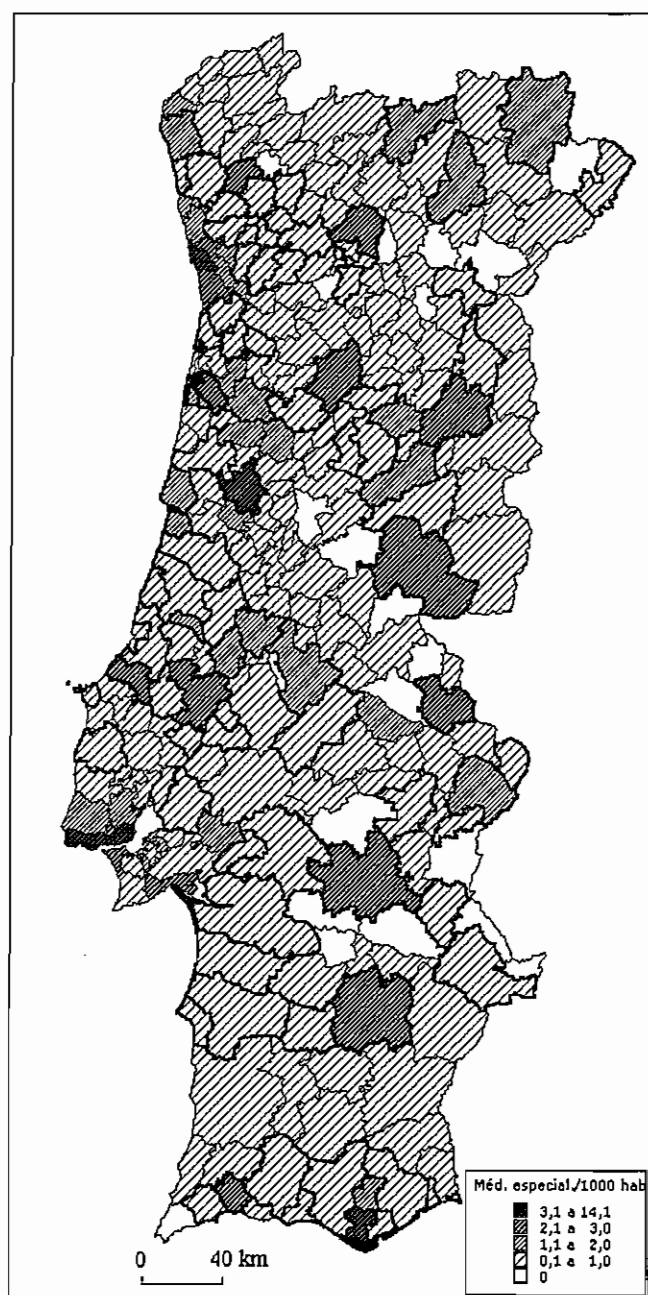
Os equipamentos e serviços de saúde são outro elemento a ter em conta na melhoria na qualidade de vida das populações. Este último aspecto pode ser medido pela variável número de médicos especialistas por cada 1000 habitantes (1996).

A distribuição de médicos especialistas, apresenta um padrão directamente relacionado com as áreas de maior concentração demográfica, reforçado pela presença de unidades hospitalares de dimensão regional e sub-regional, em cidades como Faro, Portimão, Beja, Évora, Portalegre, Castelo Branco e Vila Real.

Situações menos favoráveis têm as cidades do Alentejo e do Interior Norte junto à fronteira com Espanha (Miranda do Douro, Vila Nova de Foz Côa e Elvas) mas, também, as cidades algarvias de Silves, Tavira, Loulé e Albufeira onde de uma maneira geral a acessibilidade a equipamentos de nível supra-concelhio é classificada, pelo MEPAT-GAERE (1996), como “péssima” (superior a 45 minutos). A baixa capitação de especialistas em cidades como Bragança, Mirandela, Chaves, Covilhã e Elvas, Seia e Gouveia, demonstra os efeitos do despovoamento e envelhecimento populacional que condiciona a viabilidade de serviços públicos e privados no domínio da saúde.

Igualmente pouco favorável é a situação de cidades como Guimarães, Santo Tirso, Famalicão, Fafe, Ovar, Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Leiria, Marinha Grande, Alcobaça e Peniche, embora aqui as menores capitações se prendam com a elevada densidade demográfica e o crescente aumento da pressão sobre a oferta de serviços.

Figura 6.16. - Número de Médicos Especialistas por 1000 habitantes, em 1996



Fonte: INE

No domínio da educação, é visível o esforço de infra-estruturação e de dotação de equipamentos levado a cabo pela Administração Central e Local nos concelhos e cidades do interior do país, nomeadamente de ensino superior onde houve uma clara política de expansão e desconcentração (BARRETO *et al.* 1996).

A rede de estabelecimentos de ensino superior alargou-se muito para além das capitais de distrito pela criação de pólos em concelhos vizinhos. Paralelamente ao ensino superior público, as instituições privadas abriram delegações regionais em várias cidades do país (Marinha Grande, Figueira da Foz, Portimão, Castelo Branco, Fundão, Caldas da Rainha, Leiria, Vila Nova de Famalicão, Guimarães, Fafe, entre outros) aumentando a oferta do serviço e contribuindo para a expansão das economias locais.

e) Cultura, recreio e lazer nas cidades médias

Outra dimensão relaciona-se com o acesso da população a serviços de cultura, recreio e lazer. Este aumentou significativamente nos últimos vinte anos quer pela intervenção pública das administrações central e local, quer pela dinâmica social das famílias que possuem maior poder de compra.

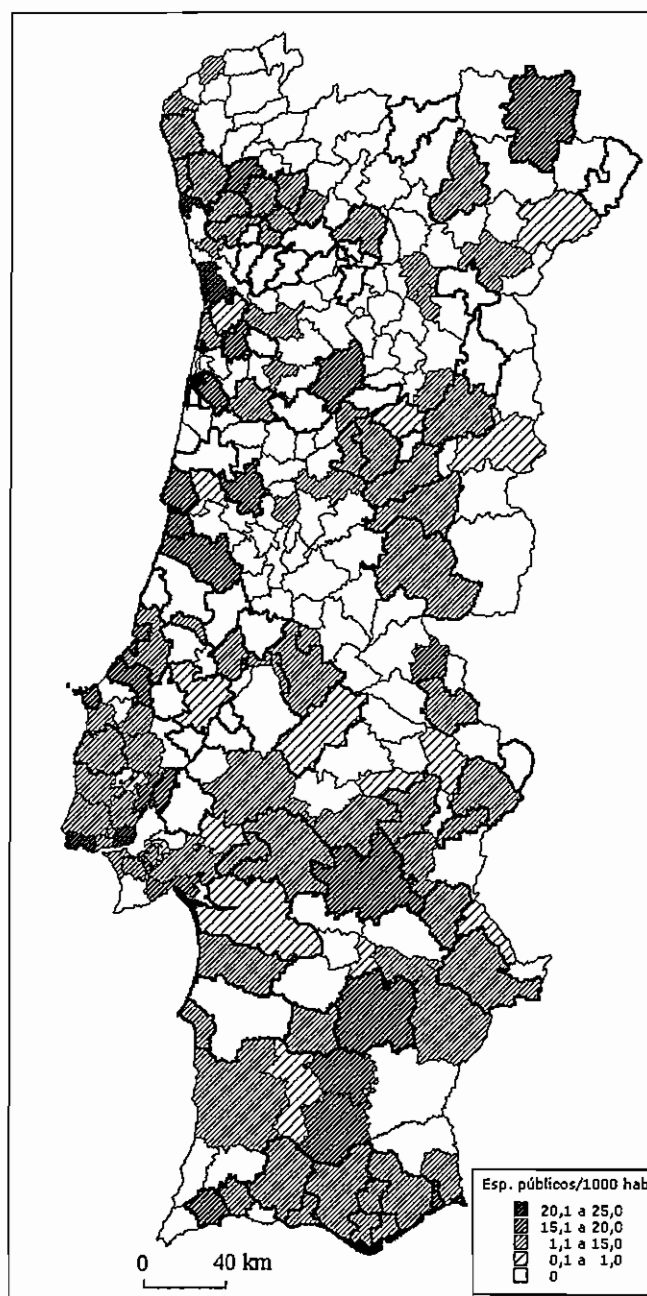
A análise da oferta de espectáculos públicos (cinema, teatro entre outros) é reveladora de grandes contrastes territoriais. Para além de Lisboa, Cascais, Porto, Vila Nova de Gaia, Póvoa de Varzim, Espinho, que possuem a maior capitação de espectáculos públicos, as taxas de oferta mais elevadas verificam-se nas cidades de Bragança, Coimbra, Figueira da Foz, Nazaré, Peniche, Portalegre, Évora, Beja, Lagoa.

Este indicador permite evidenciar as carências ao nível da oferta destes serviços, o que conjuntamente com a falta de investimentos nos domínios socio-cultural, permite-nos apontar para uma situação pouco favorável das cidades não metropolitanas (restando as excepções das aglomerações que se encontram em áreas turísticas).

Esta carência de infra-estruturas, equipamentos e eventos culturais, foi apontada pelas populações das cidades de Aveiro, Viseu, Santarém-Cartaxo-Almeirim, Torres Novas-Entroncamento e Beja (GASPAR *et al.*, 1998).

As cidades e, de uma maneira geral, o interior do país apresentam uma capitação de investimento municipal no domínio socio-cultural mais elevada que no interior decorre, naturalmente, dos reduzidos quantitativos populacionais.

Figura 6.17. - Número de Espectáculos Públicos por 1 000 habitantes, em 1996

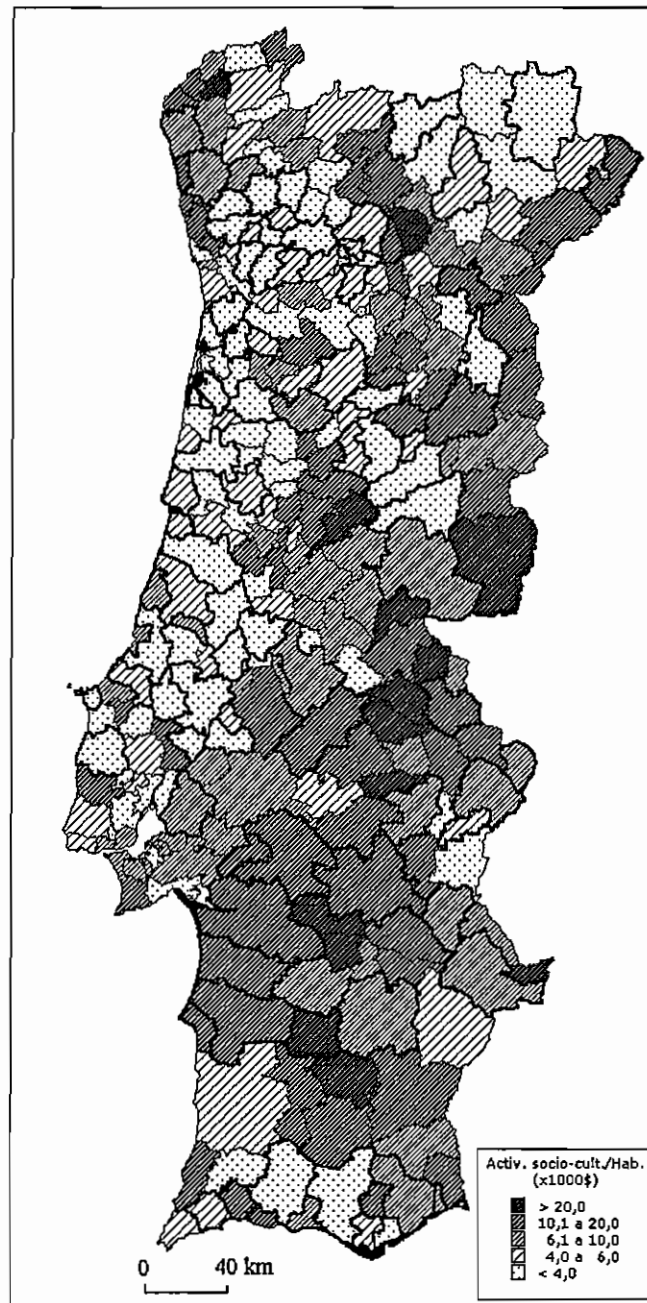


Fonte: INE (1996)

No Litoral, a situação é mais desfavorável, o que se explica pela concentração demográfica e por outro lado, sendo estes concelhos populosos, com carências de infra-estruturas básicas e de equipamentos, é normal que as prioridades dos

municípios se orientem para outros domínios, dando lugar a captações de investimento muito baixas.

Figura 6.18. – Despesas Municipais em Actividades Sócio-Culturais por Habitante, em 1996



Fonte: INE (1996)

São excepção cidades como Viana do Castelo, Barcelos, Esposende, Braga, Marinha Grande, Batalha, Peniche, Torres Vedras, Portimão, Lagoa, Albufeira, Tavira e Vila Real de Santo António e igualmente os concelhos não urbanos de Óbidos e São Pedro do Sul, o que permite associar o investimento municipal no domínio socio-cultural à actividade turística, claramente importante no Algarve, mas também em outras cidades do litoral.

f) O consumo e as novas sociabilidades nas cidades médias

A dinâmica social e urbana é igualmente visível na adesão a novas formas de consumo e a novas práticas de sociabilidade. O primeiro aspecto relaciona-se com o consumo das famílias das pequenas e médias cidades, nomeadamente nos consumos de bens diários e de equipamento para o lar, que se aproximaram dos praticados nas grandes cidades.

A expansão da oferta comercial e a banalização na aquisição de bens e serviços pessoais traduzem uma nova mentalidade que se reflecte no aumento da aquisição de electrodomésticos, consumo de vestuário, produtos e serviços pessoais.

As lojas franqueadas e as grandes superfícies, substituem-se ao comércio tradicional e à feira, mesmo em cidades de pequena dimensão. Por outro lado, difundiram-se novas práticas de sociabilidade, demonstradas num declínio da ida ao cinema e teatro e numa ascensão da frequência da discoteca. Estes aspectos foram estudados num trabalho que sobre a evolução dos quotidianos e as novas formas de urbanidade em algumas cidades médias portuguesas (GASPAR *et al*, 1998).

Quadro 6.14. - Local onde efectuam as compras diárias e não diárias do lar em algumas cidades médias (%)

Cidades médias	Compras diárias (%)			Compras não diárias (%)		
	Mercearia	Super/Hipermercado	Outro	Mercearia	Super/Hipermercado	Outro
Aveiro	78	20	2	12	83	5
Viseu	76	23	1	21	76	3
Beja	39	48	13	23	64	13
Santarém-Cartaxo-Almeirim	79	20	1	16	81	3
Torres Novas-Entroncamento	40	59	1	14	86	1

Fonte: GASPAR *et al*, 1998

O estudo demonstra que as mudanças de comportamentos não se explicam apenas por factores de natureza económico-social (mobilidade profissional com ascensão social) mas também por novos valores e comportamentos sociais induzidos pela globalização e uniformização da informação e do consumo. Efectivamente, as práticas culturais e sociais das famílias modificaram-se entre o período correspondente à sua residência anterior e a actual, apontando no sentido de uma crescente “interiorização” (em casa ou nos novos espaços públicos fechados).

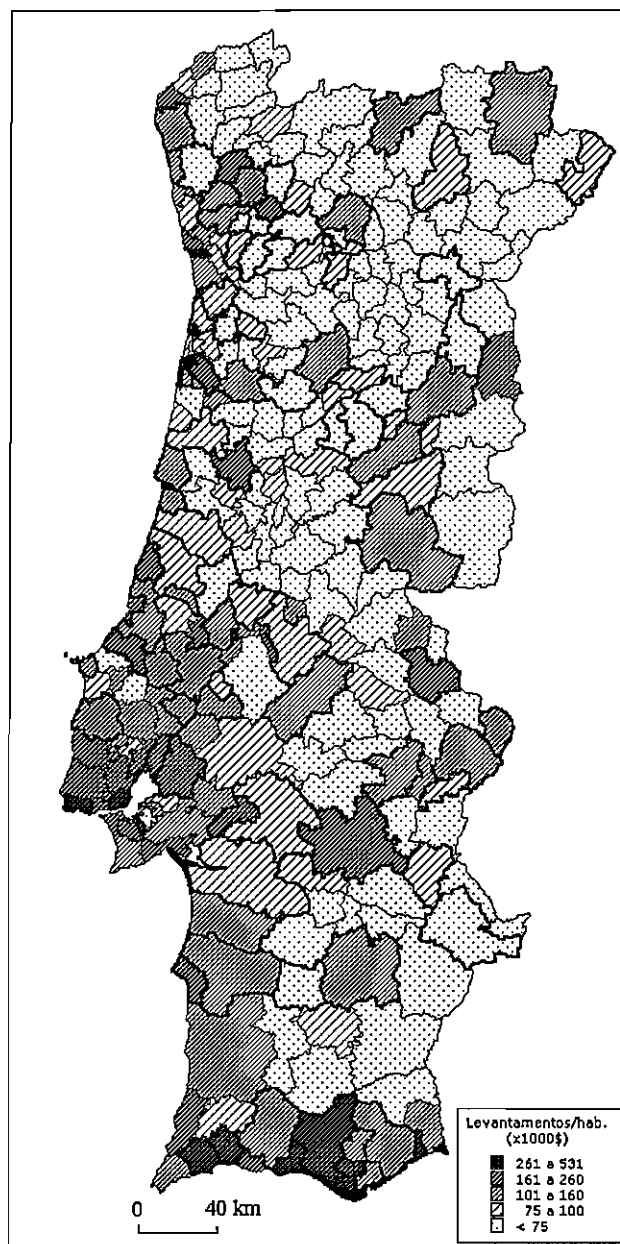
Outro aspecto que retrata a mudança de comportamentos pode ser observado na evolução na utilização de novos serviços e novas formas de pagamento.

A incidência regional do recurso a novos serviços e formas de pagamento através dos “levantamentos” e “outras operações” efectuadas em caixas multibanco, traduz outra componente interessante da mentalidade e comportamento urbano. A utilização da rede multibanco para efectuar levantamentos de dinheiro e para efectuar pagamentos de forma automática, tem crescido nos últimos anos, sobretudo nos concelhos e cidades do interior do país. As figuras são expressivas e permitem destacar o comportamento das aglomerações urbanas.

As cidades na órbita das áreas metropolitanas, cidades do litoral algarvio, cidades em concelhos turísticos das Regiões de Turismo da Costa Verde e de Prata, cidades onde se verificam concentrações de jovens associadas à presença de centros universitários e cidades de nível regional e sub-regional como Viseu, Vila Real, Guarda, Castelo Branco, Braga, Coimbra, são cidades onde é mais frequente o recurso ao serviço multibanco para efectuar levantamentos, registando-se assim montantes por habitantes mais elevados.

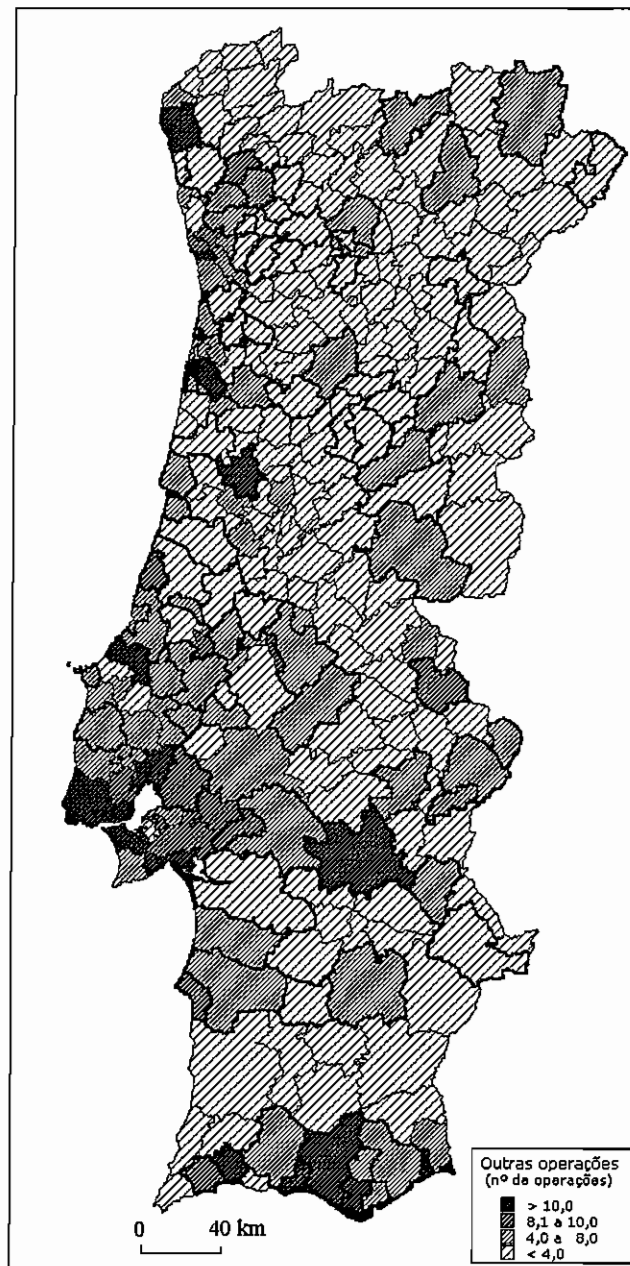
Quanto ao padrão de comportamento “do pagamento automático de serviços”, este é mais selectivo que o anterior e aí destacam-se cidades de fronteira, turísticas e centros como Coimbra, Aveiro, Viana do Castelo, Évora e Caldas da Rainha, onde se registam um número de operações/1000 habitantes mais elevado.

Figura 6.19. – Levantamentos em Caixas de Multibanco por habitante, 1996 (contos)



Fonte: INE (1996)

Figura 6.20. – Número de Outras Operações* efectuadas em Caixas Multibanco (Nº de operações/1000 habitantes), 1996



* Exclui os levantamentos

Fonte: INE (1996)

6.7. O Ambiente Urbano

A última dimensão de análise do binómio intermediação-sustentabilidade relaciona-se com a existência de ambiente urbano sustentável. Este compreende

aspectos relacionados com a preservação e protecção dos recursos naturais e outros relacionados com a qualidade de vida das populações: a poluição industrial e urbana, as taxas de cobertura de serviços básicos e as condições de habitação e de gestão urbanística e municipal.

A densidade habitacional, a dispersão da actividade industrial, a intensificação da mobilidade da população e o aumento do congestionamento de tráfego automóvel são factores de degradação da qualidade de vida das populações urbanas, particularmente visíveis nas aglomerações do litoral.

As cidades da costa algarvia sofrem hoje de grandes problemas de congestionamento de tráfego e de poluição, de pressão sobre os espaços públicos e alguns problemas de saneamento básico.

As cidades inseridas em territórios de vocação industrial sentem também com alguma acuidade os problemas de poluição de ar e da água (COSTA, E.; COSTA, N., 1997b)¹⁰.

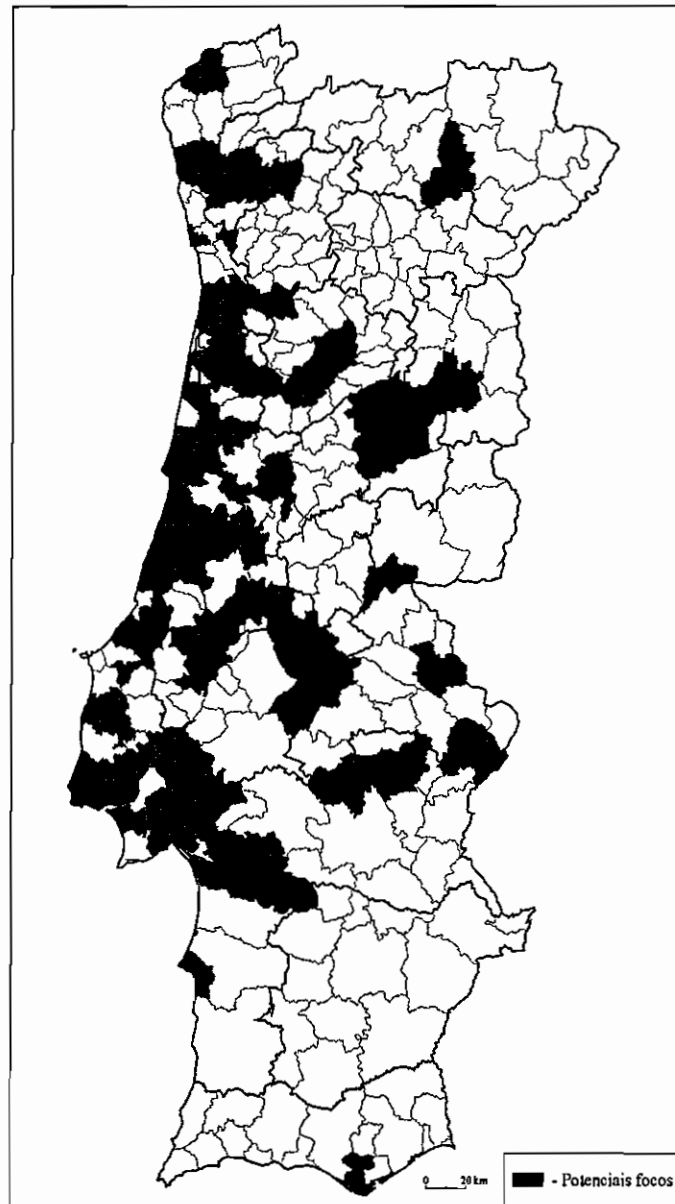
São os municípios localizados na faixa litoral a norte de Setúbal que surgem como potenciais centros de poluição industrial. Esta corresponde igualmente à faixa mais urbanizada e densamente ocupada, o que reforça a posição desfavorável destas cidades, em termos ambientais.

Alguns concelhos do Interior registam também fortes concentrações de indústrias poluentes, ligadas a actividades tradicionais como os lanifícios (com grande concentração na Serra da Estrela e Cova da Beira), as peles (com incidência no Médio Tejo), a pasta de papel (Beira Interior Sul) ou às químicas (caso de Sines) e cimenteiras (caso de Loulé).

Os investimentos realizados no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio vieram reduzir estes impactes. Estes tiveram maior expressão nas áreas onde existia maior concentração de indústrias de produção de papel (incidência no Baixo Mondego, Beira Interior Sul, AML e Médio Tejo), químicas (AML e AMP e Sines), fileira têxtil (Ave e Cávado), peles (Entre-Douro-e-Vouga) e minerais não metálicos (Baixo Vouga, Pinhal Litoral, Médio Tejo, Oeste e Península de Setúbal) (COSTA, E.; COSTA, N., 1997b).

¹⁰ A metodologia utilizada para o cálculo dos municípios com poluição industrial baseou-se no cálculo dos quocientes de localização (QL superiores a 3) para os ramos industriais apontados pela OCDE, como geradores de maior impacte ambiental. No presente caso, o ramo alimentar foi excluído, tendo sido considerados o têxtil, as peles, o papel, as químicas, os produtos metálicos e o

Figura 6.21. - Potenciais Focos de Poluição Industrial



Fonte: COSTA, E; COSTA, N. (1997b)

Paralelamente aos investimentos realizados na vertente empresarial e industrial, contam-se outros investimentos em infra-estruturas de saneamento básico, maioritariamente financiados pelos I e II Quadro Comunitário de Apoio, da responsabilidade das autarquias municipais. Os dados relativos ao abastecimento de água registam índices de atendimento mais baixos nos distritos do norte e centro litoral (Braga, 43,8%, Porto, 62% e Aveiro, 53,3% de população abastecida) e os mais elevados nos distritos de Bragança, 99,6%, Guarda, 98,6%, Portalegre e Évora,

equipamento eléctrico e electrónico. Foram ainda excluídos da análise todos os municípios com menos de 300 pessoas ao serviço na indústria transformadora.

94,7%, Lisboa, 98,1% e Setúbal, 97,8%. A rede de drenagem de águas residuais urbanas tem valores de atendimento igualmente desfavoráveis nos distritos do norte e centro litoral (Braga, 24,1%, Porto, 38,7%, Viana do Castelo, 26% e Aveiro, 25,8%) (MEPAT- GAERE, 1996).

Outra forma de avaliar são as despesas municipais *per capita* realizadas no domínio ambiental. Estas englobam as despesas com o tratamento da água (no tratamento e controle da qualidade para o abastecimento e em sistemas de drenagem), com a gestão de resíduos (recolha e tratamento e para a construção de infra-estruturas de tratamento e deposição de resíduos) e com a protecção da biodiversidade e das paisagens.

Entre os municípios com maior capitação de gastos por habitante no domínio do ambiente contam-se os municípios algarvios, alguns municípios do Alto Alentejo, cidades do Médio Tejo, Lezíria, Oeste, Pinhal Litoral e Baixo Mondego (valores médios de 1995-96-97, acima dos vinte mil escudos/ano/habitante). Grosso modo estes valores reproduzem as despesas com o tratamento e controle da qualidade para o abastecimento e os sistemas de drenagem de água, relacionando-se com os níveis de atendimento verificados.

Quanto aos montantes *per capita* gastos com a recolha e tratamento de resíduos sólidos registam-se (valores médios de 1995, 1996 e 1997) valores mais elevados, quer nas áreas mais desertificadas (caso do Alentejo), quer na costa algarvia, estes justificam-se tanto pela existência de uma população flutuante que não é contabilizada para a capitação, quer pelos custos mais elevados inerentes à maior dispersão da população e das actividades. Situação favorável têm igualmente os concelhos do centro interior enquanto no litoral, os gastos mais elevados coincidem com concelhos com cidades de média dimensão. Destaque para Braga, Guimarães, Viana do Castelo, Esposende, Santo Tirso, Coimbra, Figueira da Foz e concelhos periféricos, Leiria, Marinha Grande e Ourém, e as cidades da Lezíria, Médio Tejo e Oeste.

Os gastos em protecção da biodiversidade e das paisagens assumem alguma expressão nos concelhos do litoral algarvio sujeitos a áreas protegidas e com terrenos de valor agrícola, bem como na região de floresta ao longo do Pinhal até Dão-Lafões, visto nesta rubrica e estarem incluídas as despesas com a protecção aos incêndios.

Outra vertente que traduz a existência de um ambiente urbano sustentável é a habitação e as condições com esta relacionadas. Entre 1981 e 1991, o número de

alojamentos aumentou 21,9%, enquanto a população apenas cresceu 0,3%. Barcelos, Penafiel, Fafe, São João da Madeira, Aveiro, Viseu, Mangualde, Leiria, Portimão, Lagos, registaram crescimentos do número de alojamentos entre os 27 e os 30% enquanto em Braga, Esposende, Vila Real, Faro, Lagoa e Albufeira a variação ultrapassou os 30%.

Nalgumas destas cidades, o parque habitacional do centro é bastante envelhecido, encontrando-se um elevado número de residências sem casa de banho e com uma área reduzida, correspondentes a edifícios construídos antes de 1945. Nas cidades de Viana do Castelo, Aveiro, Viseu, Caldas da Rainha e Faro, estes representam cerca de 20%, mas em Ílhavo, Fafe, Miranda do Douro, Albufeira e Guimarães, ultrapassam os 20%. Quer isto dizer, que em algumas das nossas cidades, paralelamente a um parque habitacional recente, existe um património bastante antigo que se exige reabilitado.

Outro aspecto a assinalar é o aumento do consumo de espaço e o aumento da pressão sobre o solo urbano, que aliada à ausência ou fragilidade do sistema de controle e de planeamento urbanístico, conduziram a processos de crescimento urbano desordenado, com carências de equipamentos e espaços públicos, falta de espaço para estacionamento, problemas de acessibilidade (GASPAR, 1993c e GASPAR *et al.*, 1998). As cidades onde se verificaram dinâmicas de crescimento populacional mais acelerado, sofreram de alguma forma a falta de planeamento e de instrumentos, que só surgem muito tardiamente.

Um último aspecto a considerar nesta análise, são os problemas de trânsito e de estacionamento que, embora não assumam as proporções verificadas nas áreas metropolitanas, são já uma realidade das pequenas e médias cidades portuguesas.

Quadro 6.15. - População residente e população servida por sistemas de transporte urbano por classe de dimensão do centro urbano (1991 e 1993)

Dimensão	População			Nº Núcleos Servidos
	Residente	Servida		
		Nº	%	
5.000 - 10.000	615.994	27.784	4,5	4
10.000 - 50.000	1.692.694	509.447	30,1	21
50.000 - 100.000	393.011	327.477	83,3	4
> 100.000	1.112.764	965.782	86,8	2
Total	9.379.017	1.830.490	19,5	31

Fonte: INE, Censo de 1991 e Estatísticas dos Transportes 1993 in SILVA e COSTA (2000)

Apenas vinte cidades não metropolitanas possuem sistemas de transporte público urbano. SILVA e COSTA (2000), identificam uma relação directa entre a dimensão das cidades portuguesas e a existência de sistemas de transporte público. São as cidades com mais de 50 000 habitantes que registam maior cobertura de transportes públicos ou seja a dimensão demográfica constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento de sistemas de transporte público, estes um factor de desenvolvimento sustentável das cidades.

Caracterizadas as cinco dimensões de partida, procurar-se-á de seguida identificar as relações entre estas e a sua expressão geográfica.

6.8. As cidades médias em Portugal

6.8.1. Intermediação e Sustentabilidade. Princípios para a definição das cidades médias

Da análise das cinco dimensões de partida, evidenciar-ser alguns aspectos relativos à evolução do sistema urbano nacional e, em particular, das cidades médias portuguesas. Vejamo-los com algum detalhe.

a) A insuficiência da análise à escala urbana

A primeira evidência analítica é a insuficiência de proceder a análises à escala da cidade. O aumento da mobilidade e a dispersão do povoamento e das actividades económicas no território, alargou o âmbito de análise da cidade para além do limite urbano a territórios mais alargados que são lidos numa lógica de sistema. Não é possível compreender a dinâmica da cidade sem compreender a região em que se insere e o sistema urbano e regional em que se integra. Assim, a análise das cidades passa, necessariamente, pela análise de sistemas regionais, que não seguem apenas as lógicas de organização funcional-hierárquica mas que se enquadram em contextos territoriais próprios e que consideram as relações do local ao global.

Esse aspecto é particularmente visível na análise das migrações pendulares e da base produtiva, dimensões que retratam a atractividade das cidades e a sua inserção nos sistemas urbanos e regionais. A urbanização assume formas variadas o que exige novas formas de medir o fenómeno. Mais importante que medir a relação entre a população urbana e a total é compreender as mudanças no sistema de povoamento e no padrão de mobilidades, decorrente da dispersão induzida pela melhoria das vias de comunicação e pela banalização da utilização do automóvel (ASCHER, 1998; HALL, 1998; GASPAR, 1993c).

b) Dinâmica populacional, produtiva e social - um triângulo de relações

O segundo aspecto que se destaca da análise efectuada é a relação entre as dinâmicas populacional, produtiva e social.

Numa primeira leitura, verifica-se existir uma relação entre as funções sociais e económicas de nível hierárquico superior e a dimensão populacional, ou seja, realçam-se os critérios demográfico e funcional. É neste contexto que as cidades capitais de distrito de Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Viana Castelo, Braga, Aveiro, Santarém, Évora, Beja, Coimbra, concentram funções produtivas e sociais de nível hierárquico superior.

Contudo, a posição dos concelhos da Figueira da Foz, Batalha, Entroncamento, Caldas da Rainha e Torres Vedras, reflectem as dinâmicas locais de desenvolvimento, nalguns casos resultantes de processos fundamentalmente endógenos, noutros como produto de forças simultaneamente exógenas e endógenas, que são independentes da dimensão da cidade. O Entroncamento destaca-se como um centro de funções terciárias, as Caldas da Rainha, a Figueira da Foz e Torres Vedras são tradicionais centros de prestação de serviços e entrepostos comerciais importantes, funções que desde há muito lhes conferiram centralidade. Daqui decorre o terceiro aspecto.

c) Intermediação - uma característica independente da dimensão da cidade

O terceiro aspecto surge particularmente retratado na análise das migrações pendulares e na análise do desempenho económico e da capacidade competitiva das cidades no domínio da industrialização e da internacionalização das suas estruturas

produtivas. Aqui, evidenciam-se tanto pequenas, como médias ou grandes cidades, demonstrando que a competitividade económica não decorre directamente da dimensão demográfico-funcional das cidades mas, estas duas componentes apenas permitem sublinhar a importância do território e das estratégias endógenas nos processos de afirmação das estruturas económico-produtivas locais.

Entre os concelhos urbanos que desenvolveram uma vocação comercial e turística destacam-se:

- a faixa algarvia e a costa alentejana, que aproveitaram o produto “praia”, mais importante na faixa que vai de Loulé até Lagos, a que se junta Grândola, com a área balnear de Tróia;
- concelhos do interior cujas cidades valorizaram o seu património histórico (Évora) e natural (Manteigas) para fins turísticos;
- concelhos onde se desenvolveram cidades com uma vocação termal (caso de Chaves);
- concelhos cujas cidades têm uma vocação comercial (Viseu, Fundão, Torres Vedras, Caldas da Rainha);
- e concelhos do interior junto da fronteira, onde se desenvolveram cidades assentes na actividade comercial e turística (Elvas, Chaves, Vila Real de Santo António).

Relativamente às cidades cuja intermediação económica decorre do sector industrial (produção vai para além dos mercados local e regional, estendendo-se aos mercados nacional e internacional) destacam-se as bacias do Cávado, Ave e Entre Douro e Vouga e as áreas no prolongamento para norte da Área Metropolitana de Lisboa (Pinhal Litoral e Oeste), onde se contam cidades com dimensões demográficas muito heterógeneas.

d) O ambiente - um vector pouco discriminante na caracterização das cidades portuguesas

Da análise anterior ressaltaram dois aspectos: em primeiro lugar, a "independência" da questão ambiental em relação às dimensões demográfica, produtiva e social e em segundo a heterogeneidade de atitudes dos municípios neste domínio.

Em relação ao primeiro aspecto, verifica-se que tanto as áreas de maior concentração populacional e industrial, como as áreas menos povoadas do Interior, evidenciam carências e reduzidos investimentos por habitante no domínio ambiental. As problemáticas das áreas são distintas; enquanto no Litoral os problemas se associam à poluição e à elevada pressão populacional por infra-estrutura, no interior, os problemas relacionam-se com a falta de equipamentos e infra-estruturas ao nível do saneamento básico.

Contudo, este quadro heterógeneo de situações explica também as diferentes atitudes dos municípios em matéria ambiental. Assim, enquanto Leiria, Caldas da Rainha, Alcobaça e Espinho, registam valores de investimento por habitante mais elevados, outras cidades, de maior dimensão, como Castelo Branco, Beja, Bragança, Aveiro, entre outras, registam baixos investimentos per capita quer no tratamento e controle da qualidade da água, quer em infra-estruturas de drenagem, quer ainda em infra-estruturas para a recolha de resíduos sólidos urbanos. Inversamente, algumas pequenas cidades como Mirandela, Lagoa, Montemor-o-Velho registam capitações mais elevadas¹¹. Não existe assim, uma relação entre a dimensão demográfica e funcional das cidades e a qualidade do ambiente urbano e natural das aglomerações.

e) A sustentabilidade do ponto de vista económico, social e ambiental exige capacidade de intermediação mas a intermediação pode ocorrer sem sustentabilidade ambiental e social

A dificuldade em encontrar indicadores que permitam identificar as cidades sustentáveis é reforçada pela heterogeneidade de formas de avaliar a sustentabilidade nas suas diferentes dimensões.

Cabe aqui justificar o caminho tomado para avaliar a "sustentabilidade" das cidades estudadas neste trabalho. Considerou-se que a sustentabilidade pode ser avaliada em diferentes domínios: o demográfico, o económico, o social, o cultural e o ambiental.

A análise anterior permite-nos encontrar cidades que possuem estruturas demográficas e económicas favoráveis, bem como um conjunto de infra-estruturas e

¹¹ É de sublinhar que os valores tratados dizem respeito apenas aos investimentos com origem nos orçamentos municipais e não incluem os investimentos que poderiam ter sido realizados no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio.

equipamentos que conferem quadros de vida sustentável. Estas são cidades que respondem ao binómio intermediação-sustentabilidade e que podem constituir pólos estruturantes dos territórios envolventes. Não significa que estas cidades não apresentem alguns sinais de insustentabilidade urbana (desemprego, tendência para o envelhecimento populacional, ...), significa sim, que estas cidades sofrendo de problemas como muitas outras, possuem forças que lhes conferem a oportunidade de oferecerem melhor qualidade de vida às populações.

Diferentes das anteriores, estão as entidades urbanas a que se atribui apenas a capacidade de intermediação, estas correspondem a cidades/sistemas/eixos que sendo dinâmicos do ponto de vista demográfico e económico, possuem carências sociais, culturais e ambientais mais marcantes que as anteriores.

As considerações anteriores permitem-nos compreender que o binómio intermediação-sustentabilidade exige uma performance positiva nas várias dimensões de análise, havendo, cidades que pela sua estrutura produtiva são sustentáveis do ponto de vista económico mas não o são do ponto de vista social e ambiental. Assim, não respondem ao binómio intermediação-sustentabilidade pois este, para além de exigir uma dinâmica demográfica positiva, um quadro económico competitivo e uma capacidade de intermediação no domínio produtivo, exige um quadro social e ambiental sustentável. Senão vejamos, algumas cidades do Norte Litoral e Algarve são atractivas do ponto de vista do emprego e da base produtiva virada para os mercados nacional e internacional (indústria e turismo), mas do ponto de vista social e ambiental, nomeadamente na prestação de serviços às populações e nos níveis de desemprego registados, apresentam deficiências pelo que condicionam a sua sustentabilidade.

6.8.2. As cidades médias portuguesas

Tendo por base as referências anteriores, a posição relativa dos concelhos nas várias dimensões de análise podemos identificar quatro grupos que desenvolvem quatro tipos de *funções*.

O *primeiro grupo* integra as cidades que *melhor respondem aos quadros de intermediação-sustentabilidade* e, como tal, constituem cidades capazes de

desempenhar funções de intermediação, sendo sustentáveis do ponto de vista económico, social e ambiental. Quer isto dizer que estas cidades para além de registarem capacidade de atracção em relação às envolventes e estruturarem esses mesmos territórios, têm registado capacidade de integração no sistema global.

O *segundo tipo*, integra as cidades que desenvolvem *funções de intermediação* mas que registam desempenhos sociais (grau de infra-estruturas e equipamentos) e ambientais (poluição, fraca dotação de infra-estruturas básicas, ...) menos favoráveis. São cidades que desempenham funções de intermediação do ponto de vista económico mas que apresentam carências que condicionam a sustentabilidade do seu desenvolvimento do ponto de vista social e ambiental.

Enquadram-se no *terceiro grupo*, cidades cujas estruturas produtivas e sociais não têm projecção nacional e internacional mas que desenvolvem funções de intermediação entre os territórios rurais e os centros de cariz e influência regional. Estas são *pólos locais* importantes.

O *último grupo* correspondem a cidades que se encontram *na influência directa das áreas metropolitanas* e, como tal, não são consideradas para a análise das cidades médias não metropolitanas.

Considerando as capacidades relacionais entre os níveis local e global e o papel demográfico, económico e social das cidades podemos encontramos cinco tipos de territórios urbanos.

As *cidades íman*, cidades que atraem população e actividades, estruturam os territórios envolventes, exercendo o seu papel de intermediação entre os níveis local-regional (nomeadamente a prestação de serviços) e os níveis nacional e internacional. Refiram-se os casos de Bragança, Chaves, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja.

As *cidades pólo local*, cidades mais pequenas que se afirmam como pólos locais (Miranda do Douro, Vila Nova de Foz Côa, Moura, entre outras) e cujas funções desempenhadas têm um carácter local ou regional.

Os *sistemas urbanos*, entidades territoriais que retratam as relações de interdependência entre territórios com contiguidade física. Para além das relações de complementaridade que estabelecem entre si, estes sistemas exercem funções de intermediação na região em que se inserem. Cite-se o sistema urbano formado por Santa Maria da Feira - São João da Madeira - Oliveira de Azeméis, que estabelecem relações de interdependência entre si. Este sistema tripolar, atrai um território mais

vasto que compreende Ovar, Vale de Cambra e Arouca. Outro exemplo é o sistema urbano formado por Aveiro e Águeda, que envolve os concelhos de Estarreja, Murtosa, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Anadia, Oliveira do Bairro, Vagos, Ílhavo e Mira.

Os *eixos urbanos*, entidades territoriais que resultam da existência de interdependência entre pares de cidades imediatamente próximas, sem que se estabeleçam, necessariamente, interrelações entre todas as unidades. Casos de Viseu-Mangualde, onde cada um destes exerce a sua atractividade em relação à envolvente e de Vila Real-Peso da Régua-Lamego, onde Vila Real e Lamego, exercem a sua atractividade aos concelhos envolventes. O eixo configura-se pela contiguidade geográfica de centros que polarizam outros da sua envolvente e não porque os centros que definem o eixo se interrelacionem fortemente entre si, configurando-se nessa situação um sistema urbano.

Os *sistemas de interdependências*, correspondem a cidades que estabelecem relações entre si mas que pela baixa densidade urbana e funcional que possuem, não definem um eixo ou sistema urbano. São os casos de Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia, Borba-Vila Viçosa-Alandroal, Sines-Santiago do Cacém, sistemas que estabelecem relações de interdependência funcional entre si, mas cujos territórios compreendidos possuem uma baixa densidade populacional e como tal não configuram um contínuo urbano.

As *cidades na órbita das áreas metropolitanas*, onde se incluem Marco de Canavezes, Paredes e Penafiel em relação à Área Metropolitana do Porto e as cidades do Cartaxo, Benavente, Alpiarça e Torres Vedras, cidades não metropolitanas que se encontram já na órbita da Área Metropolitana de Lisboa.

Esta conjugação de elementos permite eleger 33 cidades com características que as permitem identificar como cidades intermédias-sustentáveis:

- as *cidades íman* de Barcelos, Braga, Chaves, Coimbra, Santarém, Évora, Beja, Lagos, Guarda, Castelo Branco;
- os *eixos urbanos* de Vila Real-Peso da Régua-Lamego; Viseu-Mangualde;
- e os *sistemas urbanos* de São-João da Madeira-Santa Maria da Feira - Oliveira de Azeméis; Aveiro-Águeda; Leiria-Marinha Grande; Caldas da Rainha-Alcobaça, Covilhã-Belmonte-Fundão; Portimão-Lagoa, Faro-Olhão-Loulé, Vila Real-Castro Marim.

Quadro 6.16. - Síntese - uma proposta de tipologia de territórios urbanos

<i>Tipo</i>	<i>Entidade Urbana</i>	<i>Peso cidade /NUTE III (%)</i>	<i>Territórios de dependência associados</i>	<i>Actividade produtiva dominante na cidade/sistema</i>	<i>Tipo de função</i>
Cidade	<i>Viana do Castelo</i>	18,1	Ponte de Lima, <i>Esposende</i>	Comércio Serviços públicos e sociais	Intermédia
Cidade	<i>Barcelos</i>	12,6	<i>Esposende</i>	Indústria, Comércio e Turismo	Intermédia - Sustentável
Cidade	<i>Braga</i>	32,4	Vila Verde, Vieira do Minho, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro	Indústria para o mercado nacional e exportador Comércio, Serv. Públicos, Serv. de apoio à produção e pessoais	Intermédia - Sustentável
Sistema Urbano	<i>Guimarães - Famalicão - Santo Tirso - Paços de Ferreira</i>	45,9	Póvoa de Lanhoso, <i>Fafe, Felgueiras, Celorico de Basto, Amarante, Lousada</i>	Indústria para o mercado nacional e exportador	Intermédia
Cidade	<i>Felgueiras</i>	6,6	Lousada, Celorico de Basto	Indústria para o mercado nacional e exportador	Intermédia
Cidade	<i>Bragança</i>	7,8	Vinhais, Macedo de Cavaleiros	Serviços Públicos	Intermédia
Cidade	<i>Chaves</i>	13,5	Boticas, Vila Pouca de Aguiar, Valpaços	Serviços Públicos Serviços Distribuição	Intermédia - Sustentável
Cidade	<i>Miranda do Douro</i>		Mogadouro	Comércio	Polo Local
Cidade	<i>Mirandela</i>	4,3	Vila Flor, Macedo de Cavaleiros	Comércio Serviços públicos	Intermédia
Cidade	<i>Vila Nova de Foz Coa</i>	1,3		Serviços	Polo local
Eixo Urbano	<i>Vila Real - Peso da Régua - Lamego</i>	25,7	Vila Pouca de Aguiar, Alijó, Sabrosa, S, M, Penaguião, Mesão Frio, Tabuaço, Tarouca	Serviços Públicos Agricultura e agro-indústria	Intermédia - Sustentável
Sistema Urbano	<i>S.M.Feira - S.J.Madeira - Oliveira de Azemeis</i>	46,2	<i>Ovar, Vale de Cambra, Arouca</i>	Indústria para o mercado nacional e exportador Comércio Serviços de apoio à produção e pessoais	Intermédia - Sustentável
Sistema Urbano	<i>Aveiro - Águeda</i>	20,3	Estarreja, Murtoza, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Anadia, Oliveira do Bairro, Vagos, <i>Ílhavo, Mira</i>	Indústria para o mercado nacional e exportador Comércio Serviços Públicos Serviços de apoio à produção e pessoais	Intermédia- Sustentável
Eixo Urbano	<i>Viseu - Mangualde</i>	20,7	Vila Nova de Paiva, Castro Daire, São Pedro do Sul, Vouzela, <i>Tondela, Carregal do Sal, Nelas, Penalva Castelo</i>	Indústria Comércio Serviços Públicos	Intermédia - Sustentável

Nota: As designações a *itálico* referem-se a *concelhos urbanos* e os restantes são não urbanos

Quadro 6.16. - Síntese - uma proposta de tipologia de territórios urbanos

<i>Tipo</i>	<i>Entidade Urbana</i>	<i>Peso da cidade na NUTE III (%)</i>	<i>Territórios de dependência associados</i>	<i>Actividade produtiva dominante na cidade/sistema</i>	<i>Tipo de função</i>
Cidade	<i>Coimbra</i>	30,6	<i>Figueira da Foz, Cantanhede, Mealhada, Montemor-o-Velho, Penacova, Soure, Penela, V, N, Poiares, Lousa, Condeixa-a-Nova</i>	Serviços Públicos Comércio Serviços de Apoio à Produção Serviços Pessoais	Intermédia Sustentável -
Sistema Urbano	<i>Leiria - Marinha Grande</i>	30,9	<i>Pombal, Ourém e Batalha</i>	Indústria, Comércio, Serv. Públicos, Serv. de apoio à produção e pessoais	Intermédia Sustentável -
Interdependência	<i>Oliveira Hospital-Seia-Gouveia</i>	47,9		Indústria para o mercado nacional e exportador indústria	Polos Locais
Cidade	<i>Guarda</i>	17,4	<i>Sabugal, Almeida, Pinhel, Celorico da Beira, Manteigas, Sabugal</i>	Comércio Serviços Públicos Serviços de apoio à produção e pessoais	Intermédia Sustentável -
Sistema Urbano	<i>Covilhã, Belmonte, Fundão</i>	45,5 (Valor das cidades da Covilhã e Fundão)	<i>Sabugal, Pampilhosa e Guarda</i>	Indústria para o mercado nacional e exportador Serviços Públicos	Intermédia Sustentável -
Cidade	<i>Castelo Branco</i>	33,7	<i>Fundão, Vila Velha de Rodão, Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova, Oleiros,</i>	Indústria para o mercado nacional e exportador Serviços Públicos Serviços de apoio à produção e pessoais	Intermédia Sustentável -
Sistema Urbano	<i>Caldas da Rainha-Alcobaça</i>	14,1	<i>Nazaré, Rio Maior, Peniche, Óbidos, Lourinhã, Bombarral</i>	Comércio Serviços de apoio à produção e pessoais	Intermédia Sustentável -
Cidade	<i>Tomar</i>	10,5	Ferreira do Zêzere	Serviços de apoio à produção e pessoais	Intermédia
Sistema Urbano	<i>Torres Novas-Alcanena-Entrocamento</i>	18,7 (Valor das cidades de Torres Novas e Entrocamento)	<i>Golegã, Vila Nova da Barquinha</i>	Indústria Serviços distribuição	Intermédia
Cidade	<i>Abrantes</i>	10,5	<i>Gavião, Mação, Sardoal, Constância</i>	Serviços Sociais	Intermédia
Cidade	<i>Santarém</i>	11,3	<i>Rio Maior, Alpiarça, Almeirim e Alcanena</i>	Serviços Sociais Serviços de Apoio à produção Comércio	Intermédia Sustentável -
Cidade	<i>Ponte de Sôr</i>	7,1			Pólo Local
Cidade	<i>Portalegre</i>	13,7	<i>Niza, Castelo de Vide, Marvão e Arronches</i>	Indústria exportadora Serviços públicos, e comércio	Intermédia
Cidade	<i>Elvas</i>	11,1	<i>Campo Maior e Monforte</i>	Comércio e Serviços Pessoais	Intermédia

Nota: As designações a *italico* referem-se a *concelhos urbanos* e os restantes são não urbanos

Quadro 6.16. - Síntese - uma proposta de tipologia de territórios urbanos

<i>Tipo</i>	<i>Entidade Urbana</i>	<i>Peso da cidade na NUT III (%)</i>	<i>Territórios de dependência associados</i>	<i>Actividade produtiva dominante na cidade/sistema</i>	<i>Tipo de função</i>
Interdependência	<i>Borba-Vila Viçosa-Alandroal</i>	4,1 (Valor da cidade de Vila Viçosa)	<i>Estremoz, Sousel</i>	Indústria extractiva para o mercado nacional e exportador Comércio e Serv, Pessoais	Intermédia
Cidade	<i>Évora</i>	26,1	<i>Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Arraiolos, Reguengos de Monsaraz, Portel, Mourão</i>	Serviços Públicos Serviços de Apoio à produção, Turismo e Serviços Pessoais	Intermédia - Sustentável
Cidade	<i>Reguengos de Monsaraz</i>	3,8	<i>Mourão</i>	Serviços	Polo Local
Cidade	<i>Vendas Novas</i>	6,0		Indústria para o mercado nacional e exportador	Polo Local
Cidade	<i>Grândola</i>	9,5	<i>Alcácer do Sal</i>	Turismo	Intermédia
Interdependência	<i>Sines-Santiago Cacém</i>	19,1		Indústria para o mercado nacional e exportador	Intermédia
Cidade	<i>Moura</i>	6,0	<i>Barrancos</i>		Polo Local
Cidade	<i>Beja</i>	16,3	<i>Serpa, Vidigueira, Cuba, Alvito, Ferreira do Alentejo</i>	Serviços Públicos, pessoais e de apoio à produção	Intermédia - Sustentável
Cidade	<i>Lagos</i>	5,5	<i>Sagres</i>	Turismo, comércio e serviços privados	Intermédia - Sustentável
Sistema Urbano	<i>Portimão-Lagoa</i>	14,6 (valor da cidade de Portimão)	<i>Silves, Monchique e Lagos</i>	Serviços Públicos Turismo, comércio e serviços pessoais e de apoio à produção	Intermédia - Sustentável
Cidade	<i>Albufeira</i>	8,3	<i>Silves, Loulé</i>	Turismo, comércio e serviços pessoais e de apoio à produção	Intermédia
Sistema Urbano	<i>Faro-Olhão-Loulé</i>	25,8	<i>Tavira, Alportel e Albufeira</i>	Serviços Públicos Turismo, comércio e serviços pessoais e de apoio à produção	Intermédia - Sustentável
Sistema Urbano	<i>Vila Real-Castro Marim</i>	5,2 (Valor da cidade de V. R. S. António)	<i>Tavira</i>	Turismo, comércio e serviços privados	Intermédia
AM	AMP		<i>Marco Canavezes, Paredes, Penafiel, Baião, Cinfães, Castelo de Paiva</i>		Relações com AMP
AM	AML		<i>Cartaxo, Salvaterra de Magos, Alpiarça, Torres Vedras, Coruche, Benavente, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço</i>		Relações com a AML

Nota: As designações a *itálico* referem-se a *concelhos urbanos* e os restantes são não urbanos

Para além destas entidades urbanas, encontramos outras cidades/sistemas/eixos que desempenham funções de intermediação, revelando quadros de sustentabilidade social e ambiental menos favoráveis.

São os casos de Viana do Castelo, o sistema urbano Guimarães-Famalicão-Santo Tirso e Paços de Ferreira, capitais de distrito como Bragança, Portalegre e Vila Real, ou ainda cidades como Elvas, entidades urbanas que embora tenham revelado uma dinâmica de crescimento produtivo assinalável, no que diz respeito às condições sociais e infra-estruturais registam carências que a curto prazo se impõe ultrapassar.

Um elemento que decorre da interpretação desta tipologia, é a de que as características físicas e demográficas das cidades dependem do contexto regional em que se inserem.

As entidades urbanas localizadas no litoral possuem uma dimensão superior à suas congéneres no interior do país. As primeiras possuem dimensões que oscilam entre os 20 000 e os 100 000 habitantes, enquanto as cidades que desempenham funções semelhantes no interior menos povoado e urbanizado possuem entre os 10 000 (Fundão e Mirandela) e os 30 000 a 40 000 habitantes (Chaves, Viseu e Covilhã). Exceção para Évora que regista aproximadamente 50 000 habitantes.

Há, contudo, outro elemento relacionado com a dimensão demográfica que importa reter. Podemos constatar que as cidades que respondem ao binómio intermediação-sustentabilidade possuem um limiar mínimo de dimensão superior ao das cidades que apenas desenvolvem funções de intermediação, o que permite falar numa dimensão crítica para se atingir a sustentabilidade nas suas várias dimensões. Esta dimensão crítica está associada não só à existência de emprego, mas também à presença de serviços e equipamentos que garantem a qualidade de vida das populações.

Esta relação remete novamente para a discussão da insuficiência ou suficiência do critério demográfico e quantitativo. De facto, as cidades bem posicionadas possuem uma dimensão diversificada, mas há que realçar que aquelas que respondem de forma mais positiva aos parâmetros em análise são cidades com um limiar mínimo de 20 000 habitantes, valor necessário para a viabilidade económica e funcional dos equipamentos e serviços de apoio à produção, pessoais e sociais. Este valor parece reduzido, mas devemos atender a que as cidades que possuem 20 000 habitantes, ora se localizam no Interior e portanto, constituem pólos importantes em contextos regionais recessivos, ora se localizam em áreas fortemente urbanizadas e próximas de

outras cidades de maior dimensão, às quais recorrem quando necessário. No caso de Alcobaça relaciona-se com as Caldas da Rainha, cidade com uma dimensão superior, e a Marinha Grande, cidade que tem relações estreitas com Leiria.

Quadro 6.17. – Características das cidades médias

Cidades	Litoral	Interior	Interior integrado em eixos rodoviários de nível internacional
Intermédias-Sustentáveis	20 000 (-Marinha Grande, Alcobaça) 100 000 (Braga e Coimbra)	20 000 (Bragança) – 30 000 (Covilhã)	20 000 (Guarda) – 50 000(Évora)
Intermédias	20 000 (Vila Real de Santo António, Abrantes) –50 000 (Guimarães)	10 000 (Mirandela) – 20 000	15 000 (Elvas-Mangualde)
Pólos locais	< 10 000	<15 000	-

Outro aspecto a salientar desta análise, decorre da comparação entre as cidades médias emergentes na presente tipologia com as cidades eleitas no PROSIURB. A comparação permite evidenciar que algumas cidades desempenham funções semelhantes às cidades eleitas e, como tal, poderiam igualmente ser abrangidas pelo Programa.

São os casos de Felgueiras, Elvas, Lagos e Vila Real de Santo António, cidades que desempenham funções de intermediação nos territórios em que se inserem. Por outro lado, há outras cidades que por fazerem parte de sistemas ou eixos urbanos, deveriam ser igualmente classificadas como "cidades médias":

- Águeda, que desenvolve estreitas relações com Aveiro;
- Mangualde, que apesar de ser ainda um pequeno núcleo, exerce uma acção polarizadora em relação aos concelhos envolventes;
- Alcobaça, que em conjunto com Caldas da Rainha configuram um pólo da região Oeste;
- Vila Viçosa, que associada ao Alandroal e a Borba, desenvolvem funções de intermediação no quadro do Alentejo Interior;
- Loulé, que, naturalmente, se integra no sistema de Faro-Olhão.

Para finalizar, uma pequena nota sobre as cidades que serão escolhidas como caso de estudo: Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco. O estudo das relações

funcionais mostra que Guarda e Castelo Branco são cidades com uma forte capacidade de polarização demográfica ao mesmo tempo que são fornecedoras de emprego, bens e serviços de nível hierárquico superior. Quanto à Covilhã e ao Fundão, a sua estrutura de relações mostra uma grande interdependência entre estas e com Belmonte. Embora as relações dominantes sejam as anteriormente referidas, as relações entre as várias cidades têm vindo a crescer de importância e não deixam de ser relevantes, nomeadamente entre as cidades que beneficiaram da melhoria de algumas ligações rodoviárias, justificando-se assim, o interesse na sua escolha.

UMA SÍNTESE

Ao longo dos Capítulos V e VI, identificaram-se as principais características e transformações ocorridas no sistema urbano nacional e qual a posição das cidades não metropolitanas neste sistema urbano. Simultaneamente, reflectiu-se sobre o conceito de cidade média e, num âmbito mais alargado, na evolução do conceito de urbano (do centro urbano do INE, ao concelho urbano e freguesias urbanas da DGOTDU-INE) como uma necessidade para retratar a realidade portuguesa.

No território continental, fora das Áreas Metropolitanas, existem apenas três cidades com mais de 100 000 habitantes: Braga, Coimbra e Funchal. Contudo, nos últimos vinte anos, é inegável que as pequenas e médias cidades têm reforçado a sua importância no contexto da rede urbana portuguesa, muito embora, um largo número desses aglomerados se localize na faixa litoral do país, o que contribui para o continuado processo de litoralização da população e das actividades económicas.

A litoralização do povoamento remonta ao período anterior à formação da nacionalidade, devendo ser encarada como um facto e uma tendência pesada difícil de inverter. A localização oceânica conferiu a Lisboa uma posição privilegiada, transformando-a na capital do reino e quanto ao Porto, a sua emergência é mais tardia, associada ao comércio de vinho iniciado na segunda metade do século XVIII, data a partir da qual se configura a estrutura bicéfala do sistema urbano português.

A instauração de um regime democrático após 1974, a chegada de população providas das ex-colónias e a contenção da emigração para os países da Europa Ocidental, a crise internacional e o atenuar dos movimentos migratórios, traduziram-se num crescimento populacional e conduziram a uma aceleração do processo de urbanização. Paralelamente ao crescimento das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, desenvolveram-se as pequenas e médias cidades, cujo processo de urbanização assumiu características distintas, consoante estas se localizam no litoral ou no interior do país.

Se em termos demográficos a sua dinâmica foi clara, em termos económicos existem igualmente aspectos a sublinhar. A integração na Comunidade Europeia veio reforçar a centralidade que Lisboa já detinha inerente à sua dimensão populacional e económica. Por um lado, a região de Lisboa atraiu uma parte substancial do investimento estrangeiro realizado em Portugal, concentrando as iniciativas nos

sectores da distribuição, imobiliário e financeiro, por outro, os grandes grupos económicos internacionais também reforçaram as suas posições na economia nacional (o número de grandes empresas estrangeiras aumentou no conjunto das grandes empresas nacionais) situação que, mais uma vez, beneficiou Lisboa e a região envolvente.

O segundo conjunto territorial com maior capacidade de integração nas redes globais é o conjunto urbano-industrial do norte litoral do país, encabeçado pela Área Metropolitana do Porto. As grandes empresas estrangeiras coexistem com pequenas e médias empresas exportadoras ligadas à produção de vestuário, malhas, calçado, madeiras, tecidos e produtos em algodão, entre outros. As pequenas e médias cidades têm aqui um papel fundamental, pois no seu conjunto definem um sistema polinucleado, mobilizador de populações e investimentos, que permitem manter a especialização produtiva do norte do país.

Contudo, para além das AM's, há outros territórios que registaram capacidade de afirmação. Uma região do país onde as pequenas e médias cidades portuguesas desempenham o papel de agentes integradores e promotores do desenvolvimento regional, é a Região Centro. A internacionalização dos sistemas produtivos de Aveiro, Ílhavo, Leiria, Marinha Grande ou da Figueira da Foz é facilmente comprovada pela presença de empresas estrangeiras e pela internacionalização de empresas portuguesas. A estrutura sectorial é mais diversificada e, nos últimos anos, têm surgido empresas com capacidade inovadora e competitiva.

No caso do interior do país, a Região Centro constitui uma excepção muito positiva, pois afirma-se claramente em relação ao Norte interior e Alentejo. Muito embora as Beiras tenham sido igualmente afectadas pelo envelhecimento e declínio demográfico, as pequenas e médias cidades da Região Centro têm conseguido manter dinâmicas de crescimento, constituindo pólos de concentração de emprego e de actividades. Vejam-se os casos de Viseu – Mangualde – Tondela – Nelas - S. Pedro do Sul, bem como, da Guarda – Covilhã – Fundão - Castelo Branco.

A integração do Algarve decorre da sua especialização produtiva. O desenvolvimento das actividades turísticas não se pode desligar do comércio e dos serviços pessoais, actividades que se concentram nas cidades que se localizam ao longo da costa algarvia.

No campo social, cultural e ambiental, as cidades médias são apontadas como uma alternativa de vida às grandes cidades. A possibilidade de desenvolver quadros

de vida com maior qualidade, como usufruir de mais tempo livre, de efectuar deslocações casa-trabalho mais curtas, na existência de maior intimidade na relação escola-família e a maior facilidade na aquisição de casa própria, nomeadamente de residências unifamiliares, que persistem como um ideal de vida e consumo, são argumentos apontados por técnicos, investigadores e políticos, a favor das cidades médias.

Contudo, estudos realizados em algumas cidades médias portuguesas permitem questionar ou reinterpretar alguns destes pressupostos tidos como verdadeiros. Efectivamente, as vivências e os quotidianos das famílias das cidades médias revelam uma aproximação aos comportamentos da grande cidade, quer pela estrutura dos consumos, quer pelas vivências e quotidianos dos seus habitantes, nomeadamente, a utilização do tempo livre e a prática de actividades de cultura, recreio e lazer.

Da caracterização das cidades não metropolitanas nas suas várias dimensões (demográfica, económica, social, cultural e ambiental) chegou-se a uma tipologia de territórios urbanos que reflecte, não só o protagonismo económico e social das cidades nos contextos regionais em que estas se inserem, como traduz algumas mudanças globais, como o aumento da mobilidade da informação, das pessoas e do capital:

- *cidades íman*, cidades que ao mesmo tempo que atraem população e actividades, têm um efeito estruturante nos territórios envolventes (níveis local-regional). Por outro lado, estas cidades registam capacidade de se interrelacionar com os níveis nacional e internacional, nomeadamente pela integração da sua base produtiva (Guarda, Castelo Branco, Évora, Beja);
- *cidades pólo local*, cidades de dimensão inferior às anteriores, cujas funções desempenhadas têm um carácter local ou regional (Miranda do Douro, Vila Nova de Foz Côa, Moura, entre outras);
- *sistemas urbanos*, entidades territoriais que retratam as relações de interdependência entre territórios com contiguidade física. Cite-se o sistema urbano formado por Aveiro e Águeda, que envolve os concelhos de Estarreja, Murtoza, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Anadia, Oliveira do Bairro, Vagos, Ílhavo e Mira.
- *eixos urbanos*, entidades territoriais que resultam da existência de interdependência entre pares de cidades imediatamente próximas, sem que

se estabeleçam, necessariamente, interrelações entre todas as unidades. Casos de Vila Real-Peso da Régua-Lamego, onde Vila Real e Lamego, exercem a sua atractividade aos concelhos envolventes;

- *sistemas de interdependências*, correspondem a cidades que estabelecem relações entre si mas que pela baixa densidade urbana e funcional que possuem, não definem um eixo ou sistema urbano. São os casos de Oliveira do Hospital-Seia-Gouveia, Borba-Vila Viçosa-Alandroal, Sines-Santiago do Cacém, sistemas que estabelecem relações de interdependência funcional entre si, mas cujos territórios compreendidos possuem uma baixa densidade populacional e como tal não configuram um contínuo urbano;
- e as *cidades na órbita das áreas metropolitanas*, onde se incluem Marco de Canavezes, Paredes e Penafiel em relação à Área Metropolitana do Porto e as cidades do Cartaxo, Benavente, Alpiarça e Torres Vedras, cidades não metropolitanas que se encontram já na órbita da Área Metropolitana de Lisboa.

CAPÍTULO VII - A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS NA BEIRA INTERIOR

"Da Guarda a Castelo Branco desenha-se um eixo funcional apoiado em centros urbanos com algum dinamismo e diferentes especializações, que facilmente poderiam promover uma estratégia conjunta no sentido de explorarem complementaridades e sinergias: Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, além de globalmente terem uma diversificada base industrial, têm razoável equipamento comercial, actividades (públicas e privadas) de apoio à agricultura, além de uma universidade e dois politécnicos (públicos), o que é suficiente para evidenciar as vantagens da estratégia conjunta."

J. Gaspar (1993a), *As Regiões Portuguesas*, pp. 87

7.1. O Eixo Urbano da Beira Interior - justificação para a sua escolha

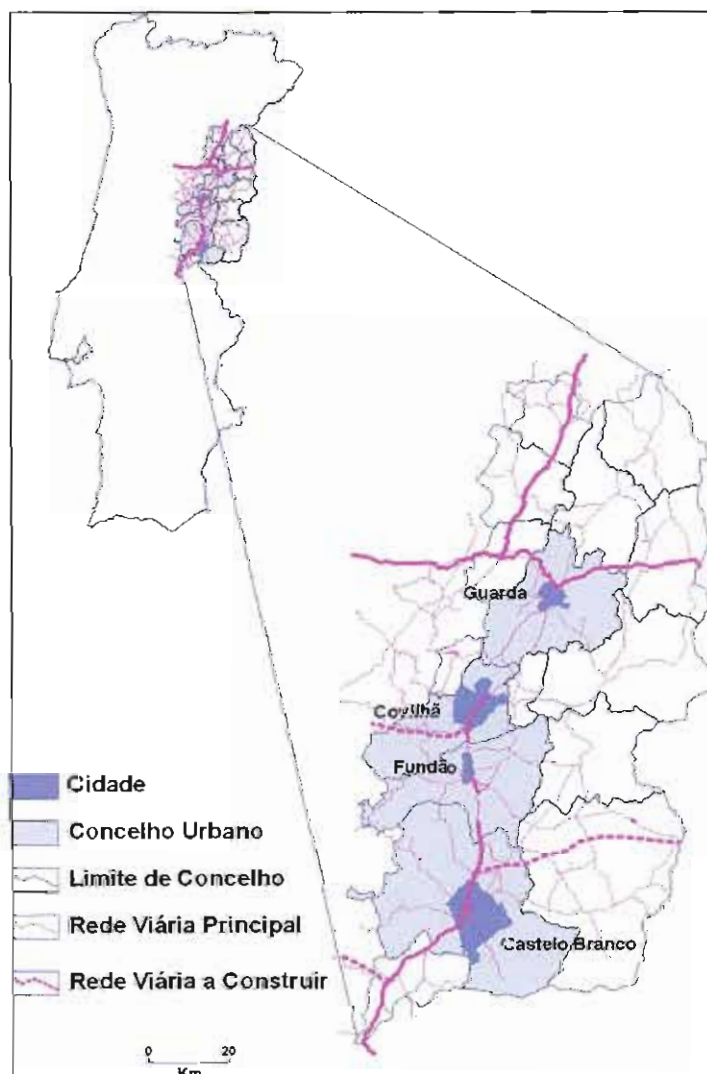
Segundo a análise efectuada nos dois últimos capítulos, no interior do país destacam-se dois eixos urbanos; um a norte, constituído pelas cidades de Vila Real, Peso da Régua e Lamego e outro no Centro Interior, que envolve as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco (GASPAR, 1992, 1993b e 2000b; DGOTDU, 1997; CCRC, 1990 e 1999; BAPTISTA, 1999).

Nesta dissertação estudar-se-á o Eixo Urbano da Beira Interior sendo diversas as razões subjacentes à sua escolha. Em primeiro lugar, as quatro cidades que o compõem encontram-se em contextos de interioridade geográfica e debilidade demográfica e

económica. Estas, não só constituem cidades localizadas em regiões periféricas do ponto de vista da organização do território nacional, como são cidades raianas e, como tal, sofrem, de forma acrescida, os problemas das cidades e territórios localizados em regiões marginais.

Outra razão subjacente à escolha do presente caso de estudo prende-se com as características das cidades e o quadro de relações de concorrência que se estabelecem entre elas. Das quatro cidades que compõem o Eixo Urbano da Beira Interior, três possuem uma dimensão semelhante e uma capacidade de atracção e organização dos territórios envolventes idêntica, o que explica que estas tenham concorrido entre si.

Figura 7.1. - Área de Estudo



Em terceiro, no contexto de evolução do sistema urbano nacional verificou-se que, nos últimos anos, estas cidades sofreram evoluções positivas; Castelo Branco cresceu apoiada no sector industrial, a Covilhã na Universidade e a Guarda não esqueceu o seu papel de pólo de comércio e serviços.

É neste contexto que o estudo destas quatro cidades, poderá proporcionar um conhecimento dos impactes da urbanização em contextos regionais mais desfavorecidos, ao mesmo tempo que permitirá relevar o papel dos agentes de desenvolvimento e das formas de governância para os processos de desenvolvimento regional.

A configuração do eixo urbano composto por estas quatro cidades (e às quais, pela sua posição geográfica ao longo da via rodoviária que estrutura o eixo, se junta também a vila de Belmonte) há mais de dez anos que tem sido apontado como fundamental para o desenvolvimento da Beira Interior. As primeiras referências à existência do “Eixo Urbano da Beira Interior” constam do “Estudo Preparatório do Programa Operacional da Raia Central” (CCRC, elaborado por CEDRU/ADIRA, 1990). No referido documento sublinhava-se a importância da constituição de “um centro urbano de dimensão regional no quadro da Península Ibérica, capaz de suportar o desenvolvimento dos serviços avançados, a dinamização das actividades culturais e a criação de um quadro de vida atraente, estimulante e competitivo” (pp. 10).

Para tal, era fundamental o reforço das acessibilidades da região ao resto do país e ao estrangeiro e o aumento da mobilidade intra-concelhia, objectivos que pressupunham a modernização da linha da Beira Baixa, nomeadamente da ligação Castelo Branco-Guarda, a organização do transporte ferroviário intra-regional de passageiros e a construção do Itinerário Principal N°2. Com estas acções assegurava-se a “criação de uma aglomeração urbana multipolar de dimensão regional num espaço inferior a uma hora” (pp.11).

Volvidos cerca de 10 anos, apesar das melhorias verificadas na base económica e social da região (crescimento industrial, diversificação e reforço dos serviços públicos e privados), mantém-se o quadro de estrangulamentos e fraquezas inerentes às regiões de baixa densidade demográfica e produtiva. Os atrasos na execução das infra-estruturas de transporte ferroviário e rodoviário que permitiriam a estruturação urbana sub-regional, conferiram à região, acessibilidades nacionais e internacionais limitadas.

O presente caso de estudo permite identificar quais as dificuldades com que se debatem estes territórios e quais os caminhos seguidos no avanço das estratégias para o seu desenvolvimento.

7.2. Metodologia de trabalho

Este capítulo tem como objectivo principal identificar o papel das pequenas e médias cidades na Beira Interior caracterizando-se, para tal, a região em vários domínios: evolução demográfica, povoamento e urbanização, evolução da base económica e respectivo grau de internacionalização, acessibilidades, saúde, educação, acção social e saneamento básico; e, por fim, aspectos relativos à cultura e lazer das famílias. Esta análise, centrar-se-á nos quatro concelhos urbanos, Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, mas terá como enquadramento os restantes municípios da Raia, nomeadamente o concelho de Belmonte, que pela sua proximidade geográfica à infra-estrutura rodoviária e pelas relações de complementaridade que estabelece com os concelhos envolventes, assume uma posição privilegiada no contexto do IP2 e na configuração do eixo urbano da Beira Interior.

Para além da informação estatística, realizaram-se questionários e entrevistas¹ à população, aos estudantes universitários residentes nas cidades, às empresas e aos vários agentes de desenvolvimento local. Os resultados permitiram avaliar a capacidade competitiva das cidades médias e as respostas por estas encontradas relativamente às mudanças verificadas no sistema produtivo e social.

O inquérito realizado às actividades económicas dirigiu-se a empresas industriais com mais de 10 pessoas ao serviço e a empresas dos ramos do comércio grossista e dos serviços de apoio à produção (com mais de 5 pessoas ao serviço) localizadas tanto nos concelhos que compõem o eixo urbano em estudo como nos restantes doze concelhos da Beira Interior.

No caso dos inquéritos realizados às empresas industriais, para além dos dezasseis concelhos, foram igualmente realizados inquéritos em Gouveia, Seia, Proença-a-Nova e

¹ Numa primeira fase, foi lançado um inquérito postal. Posteriormente, para reforçar a amostra, foram realizados inquéritos no local.

Oleiros, municípios que se mostraram relevantes para o estudo do sistema produtivo local da região. No total, foram realizados 128 inquéritos, sendo 110 a estabelecimentos industriais e os restantes a estabelecimentos dos sector grossista e de prestação de serviços de apoio às empresas². Dos 110 inquéritos a estabelecimentos industriais, 89 correspondem a empresas da região e, destas, 78 localizam-se nos quatro concelhos urbanos.

Quadro 7.1 - Inquéritos realizados às empresas, 1999

Concelhos	Estabelecimentos			Pessoas ao Serviço Sector II		
	Sector II	Sector III	Total	Amostra	MESS	%
	Amostra			1999	1997	Inquiridos/Total
<i>Concelhos Urbanos</i>						
Guarda	13	9	22	2974	3601	82,6
Covilhã	29	3	32	2719	5900	46,1
Fundão	18	1	19	1018	2222	45,8
Castelo Branco	18	5	23	1332	4969	26,8
Total dos Concelhos Urbanos	78	18	96	8043	16692	48,2
<i>Concelhos Rurais</i>						
Belmonte	4	-	4	390	1923	20,3
Celorico da Beira	1	-	1	60	313	19,2
Figueira de Castelo Rodrigo	1	-	1	21	268	7,8
Pinhel	2	-	2	32	896	3,6
Sabugal	2	-	2	155	556	27,9
Trancoso	1	-	1	0	210	0,0
Total dos Concelhos Rurais	11	-	11	658	4166	15,8
<i>Total da Beira Interior</i>	89	18	107	8701	21982	39,6
<i>Outros concelhos*</i>	21	-	21	1279	-	-
<i>Total Inquéritos</i>	110	18	128	9980	-	-

* Gouveia, Seia, Proença-a-Nova e Oleiros.

Fonte: Inquéritos (1999) e MESS (1997)

No caso do sector industrial, os 89 estabelecimentos inquiridos na região representam cerca de 8 700 postos de trabalho, o que corresponde aproximadamente a 40% do universo de pessoas ao serviço na região (MESS, 1997). Dos 89 inquéritos, 78 foram realizados nos quatro concelhos urbanos sendo que estes totalizam 8043 postos de trabalho, 48,2 % dos 16 692 registados pelos quatro concelhos urbanos (MESS, 1997). Os restantes 11 inquéritos distribuem-se pelos concelhos de Belmonte, Celorico da Beira,

² Os inquéritos efectuados aos estabelecimentos de comércio grossista e de serviços têm como objectivo complementar os realizados ao sector industrial, nomeadamente identificar as complementaridades no recurso a serviços de apoio à produção, sendo por isso a amostra de dimensão inferior.

Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Sabugal e Trancoso. A amostra inclui ainda 21 estabelecimentos localizados em concelhos limítrofes à região, correspondendo a 1 279 postos de trabalho.

Dos 128 inquéritos, 76 foram realizados nas cidades, 10 em sedes de concelho e 42 em freguesias rurais.

Este inquérito teve como objectivo caracterizar um conjunto de aspectos relativos ao sistema produtivo e às relações que neste se estabelecem: relacionar a dinâmica produtiva com factores como a natureza endógena das empresas e dos empresários; identificar as respostas encontradas ao aumento da competitividade e às necessidades de inovação; medir o grau de internacionalização da economia local e regional; identificar a existência de um *saber-fazer* e de uma *cultura empresarial local*; e identificar as relações de concorrência e complementaridade entre empresas e entre as empresas e outros agentes locais (associações empresariais, centros de formação e os estabelecimentos de ensino superior bem como, os respectivos centros de investigação).

Outro aspecto que se procurou analisar e avaliar relaciona-se com o impacto do ensino superior nas cidades de média dimensão e as relações que os estudantes estabelecem com as cidades.

Quadro 7.2. – Naturalidade dos estudantes do ensino superior na Beira Interior, 1998

Naturalidade dos estudantes	Nº	%
Localidade onde estuda	22	7,8
Outra localidade da região	33	11,7
AML	36	12,7
AMP	21	7,4
Cidades não metropolitanas	79	27,9
Litoral	33	11,7
Interior	34	12,0
Ex-colónias	6	2,1
Estrangeiro	17	6,0
Ilhas	2	0,7
Total inquiridos	283	100,0
Total de Alunos do Ensino Superior Público na Beira Interior (INE, 1996)	8886	
Amostra	3,2%	

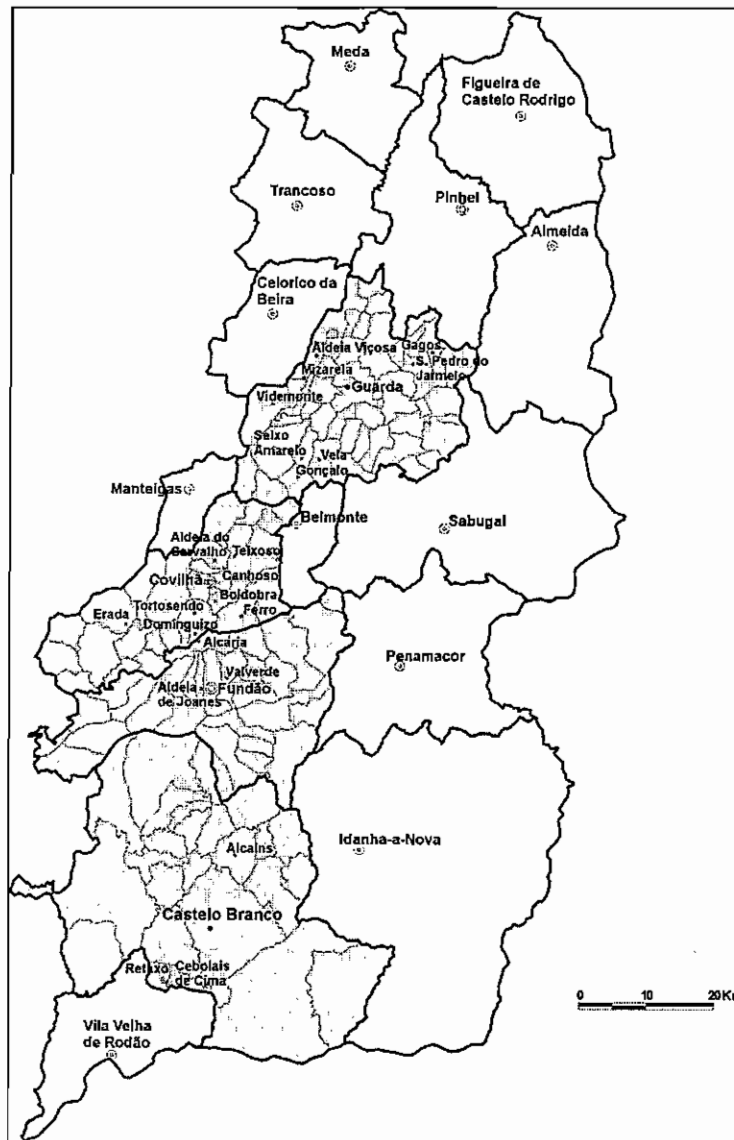
Fonte: Inquérito (1998) e Anuário Estatístico da Região Centro (INE, 1996)

Para tal, para além das entrevistas aos responsáveis por estabelecimentos de ensino superior regional (Instituto Politécnico de Castelo Branco, Instituto Politécnico da Guarda e Universidade da Beira Interior), foram inquiridos estudantes de diferentes anos,

que correspondem a um diferente número de anos de residência nas cidades, de diferentes licenciaturas, abrangendo tanto alunos naturais da região, como de fora desta.

Para além dos inquéritos às unidades produtivas e aos estudantes universitários, realizaram-se inquéritos à população. Este, permitiu caracterizar as componentes demográfica, social e urbana das quatro cidades em estudo e, igualmente, de outras freguesias desses concelhos. No total, foram realizados 827 inquéritos, dos quais 203 em Castelo Branco, 194 na Covilhã, 155 na Guarda e 96 no Fundão, totalizando 2600 indivíduos³.

Figura 7.2. - Localidades onde foram realizados inquéritos à população residente



³ Amostra: Castelo Branco, Covilhã e Guarda, 2,2% da população e no caso do Fundão, corresponde a 4,5%. Esta é significativa para um nível de significância de 95% e para um erro máximo de 4,4%.

Os critérios subjacentes à escolha das freguesias foram a sua proximidade a cada uma das cidades, a existência de uma tradição produtiva local e, em terceiro lugar, usufruírem de uma posição estratégica face às vias de comunicação e, em particular, em relação ao IP2/EN18, infra-estrutura que serve de suporte à configuração do eixo urbano.

Assim, para além das freguesias urbanas consideraram-se:

- freguesias cujas sedes se encontram a menos de 5 km de distância da cidade (no caso do Fundão e da Covilhã);
- um segundo nível, correspondente a freguesias cuja sede dista entre 5 e 10 km da cidade;
- um terceiro nível, em que foram consideradas as freguesias cuja sede está localizada entre 10 e 15 km da cidade;
- um último nível, correspondente a freguesias que distam mais de 15 km da sede de concelho.

As diferentes distâncias, medidas por estrada, procuram retratar diferentes realidades; o primeiro nível, representa o processo de suburbanização das cidades (casos de Fundão e Covilhã) e, nos segundo, terceiro e quarto níveis de distâncias, revelam-se as relações que se estabelecem entre a cidade e o resto do concelho, ao mesmo tempo que se pode avaliar a difusão de modos de vida urbanos em meio rural.

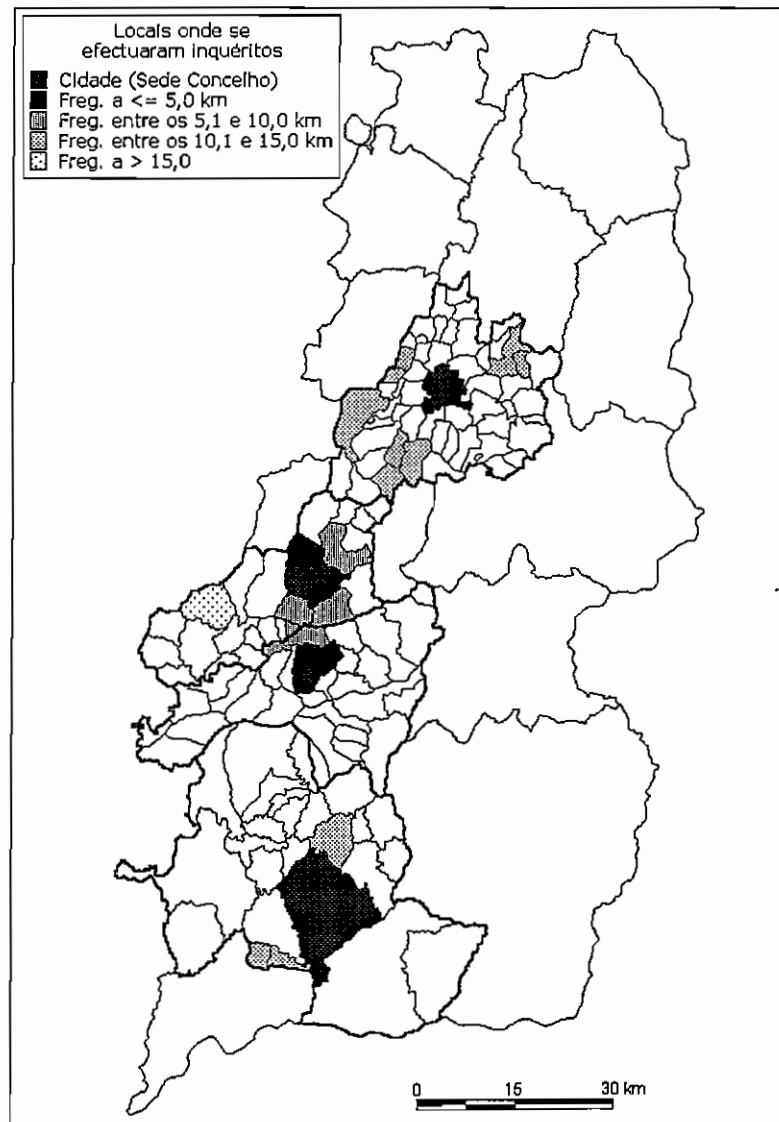
Na Guarda, para além dos inquéritos realizados na cidade, inquiriram-se famílias nos lugares de Seixo Amarelo, Gonçalo, Vela, Videmonte, Gagos, Aldeia Viçosa, Mizarela e São Pedro de Jarmelo.

No caso da Covilhã, privilegiaram-se os lugares mais próximos da cidade, tais como a localidade da Alâmpada (a menos de 5km da cidade), o Tortosendo, o Teixoso e o Dominguiso, que distam 6 a 10 km da cidade. A sua escolha prendeu-se com o facto de estes lugares, embora fora do limite da cidade da Covilhã, associarem actividades urbano-industriais a um povoamento do tipo rural. Foram ainda inquiridas famílias da Erada e Ferro, localidades a maior distância da cidade da Covilhã.

No Fundão, para além dos inquéritos realizados na cidade, foram ainda inquiridas famílias nas freguesias de Aldeia de Joanes, freguesia em processo de suburbanização em relação à cidade, Valverde, freguesia num contexto periurbano da cidade, bem como em Alcaria, freguesia localizada no eixo em estudo e próxima da cidade da Covilhã. No concelho de Castelo Branco, foram inquiridas famílias residentes na cidade e também nas sedes de freguesia de Alcains (10 km de Castelo Branco), Cebolais de Cima e Retaxo (15

km de Castelo Branco), localidades que detêm uma posição importante na rede de lugares do concelho.

Figura 7.3. – Distância à sede de concelho das freguesias onde foram realizados inquéritos



O último apontamento metodológico prende-se com a forma como serão designados os conjuntos estudados neste capítulo e nos dois seguintes. Os concelhos onde se localizam as cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, serão designados "concelhos urbanos", os restantes serão designados como "concelhos rurais" ou "outros concelhos da região".

Quadro 7.3. - Inquéritos realizados à população dos quatro concelhos urbanos, 1999

Concelho	Distância à cidade	Km	Localidade	Nº Individuos			%	
				Homens	Mulheres	Total	H	M
Castelo Branco	Cidade	0	Castelo Branco	296	329	625	47,4	52,6
	5-10Km	10	Alcains	24	30	54	44,4	55,6
	11-15Km	15	Cebolais de Cima e Retaxo	22	21	43	51,2	48,8
	Total Castelo Branco			342	380	722	47,4	52,6
Fundão	Cidade	0	Fundão	160	159	319	50,2	49,8
	<=5 km	1	Aldeia de Joanes	39	34	73	53,4	46,6
		3	Valverde					
	6-10 km	9	Alcaria	12	14	26	46,2	53,8
	Total do Fundão			211	207	418	50,5	49,5
Covilhã	Cidade	0	Aldeia do Carvalho	13	15	28	46,4	53,6
		0	Boidobra	46	37	83	55,4	44,6
		0	Cantargalo	24	22	46	52,2	47,8
		0	Freg. Conceição	57	53	110	51,8	48,2
		0	Freg. S. Martinho	55	90	145	37,9	62,1
		0	Freg. S. Pedro	40	33	73	54,8	45,2
		0	Freg. Sta. Maria	60	59	119	50,4	49,6
	Cidade Total			295	309	604	48,8	51,2
	<=5Km	4	Boidobra – Lugar da Alâmpada	35	34	69	50,7	49,3
	6-10Km	6	Tortosendo	26	26	52	50,0	50,0
		7	Teixoso	42	42	84	50,0	50,0
		8	Dominguiso	10	5	15	66,7	33,3
		10	Ferro					
	Total 6-10 Km			113	107	220	51,4	48,6
	>= 11 Km	20	Erada	4	4	8	50,0	50,0
Total da Covilhã			412	420	832	49,5	50,5	
Guarda	Cidade	0	Freg. São Miguel	49	57	106	46,2	53,8
		0	Freg. São Vicente	146	140	286	51,0	49,0
		0	Freg. Sé	60	65	125	48,0	52,0
		0	Cidade Total	255	262	517	49,3	50,7
	11-15Km	13	Mizarela	9	7	16	56,3	43,7
		15	São Pedro do Jarmelo					
		15	Vela					
	>=16Km	16	Aldeia Viçosa	57	38	95	60,0	40,0
		23	Gonçalo					
		16	Seixo Amarelo					
		17	Videmonte					
		19	Gagos					
	Total da Guarda			321	307	628	51,1	48,9
Total dos quatro concelhos			1286	1314	2600	49,5	50,5	

Fonte: Inquérito, 1999

7.3. O Sistema Urbano Regional da Beira Interior

7.3.1. As cidades na Beira Interior

A rede urbana do interior da Região Centro retrata o seu quadro de despovoamento e de fraco desenvolvimento da estrutura produtiva. Embora existam sete aglomerados (Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Guarda, Seia, Gouveia e Pinhel) com o estatuto de cidade, apenas 3 possuem mais de 20 000 habitantes: Castelo Branco, Covilhã e Guarda, aglomerados que o GEPAT e o INE consideram urbanos e são classificados como "cidades médias", segundo o PROSIURB. Fundão, Gouveia e Seia só muito recentemente adquiriram o estatuto de cidade (1988, 1988 e 1991 respectivamente), ao contrário dos restantes aglomerados que são cidade há longo tempo, a Guarda desde 1200, Pinhel desde 1770, Castelo Branco desde 1771 e a Covilhã em 1870.

O Marquês de Pombal criou as fábricas-escola na Covilhã, Fundão e Portalegre, o que permitiu renovar a produção industrial na região que, em 1863, chegou a empregar 6 000 a 7 000 pessoas. Este crescimento da indústria foi determinante para o desenvolvimento da Covilhã que ultrapassou Castelo Branco em população. Entre 1801 e 1911, cresceu de 6 619 habitantes para 14 760 habitantes e a cidade passou assim do 17º lugar na hierarquia nacional, posição que detinha em 1801, para o 8º lugar em 1911.

Quadro 7.4. - Evolução da população residente nas cidades do Eixo Urbano da Beira Interior, 1940-91 (%)

Unidade Territorial		1940	1960	1970	1981	1991	Taxa de Variação			
							40-60	60-70	70-81	81-91
Guarda	Concelho	48 033	48 994	39 741	40 360	38765	2,0	-18,9	1,6	-4,0
	Cidade*	11 152	14 433	15 010	19 506	20633	29,4	4,0	30,0	5,8
Beira Interior Norte		196 683	187 501	137 700	130 104	118513	-4,7	-26,6	-5,5	-8,9
Covilhã	Concelho	60 434	72 957	62 014	60 945	53999	20,7	-15,0	-1,7	-11,4
	Cidade*	28 233	35 982	35 342	35 258	30856	27,4	-1,8	-0,2	-12,5
Fundão	Concelho	46 732	47 593	34 958	32 089	31687	1,8	-26,5	-8,2	-1,3
	Cidade*	10 137	11 259	9 826	10056	11525	11,1	-12,7	2,3	14,6
Cova da Beira		116 729	129 659	103 494	99 799	93097	11,1	-20,2	-3,6	-6,7
C. Branco	Concelho	56 984	63 091	55 195	54 908	54310	10,7	-12,5	-0,5	-1,1
	Cidade*	12 763	17 616	20 792	23 570	27267	38,0	18,0	13,4	15,7
Beira Interior Sul		116 474	118 207	95 111	86 138	81015	1,5	-19,5	-9,4	-5,9
Beira Interior		429 886	435 367	336 305	316041	292625	1,3	-22,8	-6,0	-7,4

* Segundo o GEPAT Fonte: INE e GEPAT

O quadro seguinte mostra que dos quatro centros urbanos em questão, Castelo Branco e Guarda firmaram posições no contexto da rede urbana nacional, ao contrário da Covilhã e do Fundão que perderam posições. Contudo, comparativamente a outros centros urbanos do Interior, nomeadamente capitais de distrito como Portalegre e Bragança, Castelo Branco e Covilhã, possuem uma posição favorável.

Em qualquer dos casos, a dinâmica de crescimento das cidades que compõem o eixo urbano da Beira Interior foi superior à dinâmica demográfica da Beira Interior, da Região Centro e do Continente.

Quadro 7.5. - População residente das quatro cidades do Eixo Urbano da Beira Interior e sua posição na hierarquia urbana do Continente, 1940-91

Aglomerado	1940		1960		1970		1981		1991	
	Pop.	Lugar	Pop.	Lugar	Pop.	Lugar	Pop.	Lugar	Pop.	Lugar
Grande Lx	961 519	1º	1 354 872	1º	1 660 107	1º	2 257 164	1º	2 275 465	1º
Grande Porto	608 392	2º	784 253	2º	879 109	2º	1 051 010	2º	1 102 927	2º
Guarda	11 152	52º	14 433	50º	15 010	47º	19 506	45º	20 633	44º
Covilhã	28 233	10º	35 982	12º	35 342	12º	35 258	20º	30 856	26º
Fundão	10 137	56º	11 259	55º	9 826	59º	10 056	58º	11 525	59º
C. Branco	12 762	48º	17 616	39º	20 792	30º	23 570	35º	27 267	30º
Outros centros do Interior										
Évora	26 416	15º	34 145	14º	34 954	13º	41 102	13º	45 177	15º
Viseu	26 679	13º	34 999	13º	34 643	14º	42 458	12º	44 164	17º
Chaves	15 323	39º	19 649	32º	16 416	43º	19 628	48º	31 643	25º
Vila Real	21 110	22º	23 517	24º	23 511	25º	26 913	26º	28 746	27º
Beja	14 145	43º	18 040	36º	18 364	39º	22 193	38º	23 256	41º
Lamego	21 212	21º	20 970	28º	19 024	36º	20 692	42º	19 088	46º
Bragança	7 764	60º	9 847	60º	11 143	55º	15 576	52º	18 412	49º
Portalegre	14 404	41º	16 170	45º	14 978	48º	18 152	47º	17 573	52º
Elvas	11 442	51º	11 935	52º	10 819	56º	13 366	56º	14 239	55º
Mirandela	5 388	61**	7 513	61**	7 513	61**	9 744	60º	10 152	60º
Estremoz	10 015	57º	10 122	58º	9 413	60º	9 375	61**	8 205	61**

Fonte: GEPAT

* Último lugar

Entre 1960 e 1970, a população da Beira Interior decresceu 23% e nas duas décadas seguintes, 6% e 7,4%, respectivamente, enquanto as cidades cresciam e reforçavam o seu peso demográfico na região. O envelhecimento e a emigração, particularmente durante a década de sessenta, afectaram de forma mais acentuada as áreas rurais, evidenciando-se o contraste entre a dinâmica dos núcleos urbanos e estas áreas.

Quadro 7.6. - Importância da População Urbana na População Total (na Beira Interior e na Região Centro), 1940-1991 (%)

Concelho	Peso na Beira Interior (%)					Peso na Região Centro (%)				
	1940	1960	1970	1981	1991	1940	1960	1970	1981	1991
Guarda	2,6	3,3	4,5	6,2	7,1	0,6	0,8	0,9	1,1	1,2
Covilhã	6,5	8,3	10,5	11,2	10,5	1,6	1,9	2,1	2,0	1,8
Fundão	2,3	2,6	2,9	3,2	3,9	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7
Castelo Branco	2,9	4,0	6,2	7,5	9,3	0,7	0,9	1,2	1,3	1,6

Fonte: GEPAT

A taxa de urbanização destes concelhos mostra não só a importância das cidades no concelho, como o nível de polarização concelhio. No caso da Covilhã, cerca de 60% da população do concelho reside na cidade e, em Castelo Branco e na Guarda, esse valor ultrapassa os 50%.

Quadro 7.7. - Taxa de Urbanização da Beira Interior, 1940-1991 (%)

Concelho	1940	1960	1970	1981	1991
Castelo Branco	21,7	27,9	37,7	42,9	50,2
Covilhã	46,6	49,3	57,0	57,9	57,1
Fundão	21,3	23,7	28,1	31,3	36,4
Guarda	23,3	29,5	37,8	48,3	53,2
<i>Beira Interior</i>	<i>29,0</i>	<i>34,1</i>	<i>42,2</i>	<i>46,9</i>	<i>50,5</i>

Fonte: GEPAT

No seu conjunto, os quatro aglomerados urbanos reúnem cerca de 90 000 habitantes mas, se a este valor se juntar ainda Alcains (3 922 habitantes em 1981 e 4 478 habitantes, em 1991) e Belmonte (1 771 habitantes em 1981 e 2 314 habitantes, em 1991), sedes de freguesia e concelho respectivamente, que se encontram geograficamente integradas no eixo definido pelas quatro cidades supracitadas, então os valores atingem cerca de 100 000 habitantes (97 973 habitantes, em 1991). Considerando a população total dos concelhos, população que pela sua proximidade está naturalmente integrada no eixo urbano, o valor ascende a 200 000 habitantes.

7.3.2. Urbanização *versus* despovoamento rural

A evolução demográfica da região permite realçar características locais que foram determinantes para a sua situação actual. A sua evolução por freguesias, entre 1911 e 1991, mostra dois aspectos: por um lado, as diferenças entre a Beira Interior Norte, que registou variações populacionais negativas mais acentuadas, e a Beira Interior Sul e a Cova da Beira, onde os decréscimos populacionais foram menos acentuados; por outro, a dinâmica de variação menos negativa das sedes de concelho ou de outras freguesias com melhor acessibilidade regional.

Entre 1911 e 1940, a maioria das freguesias da Beira Interior Sul e Cova da Beira registavam variações positivas, contrastando com a Beira Interior Norte, onde Trancoso, Celorico da Beira, Almeida, Sabugal e uma parte significativa das freguesias da Guarda, perdiam população.

Esta diferença explica-se pelo diferente grau de industrialização e de emprego das várias regiões; na Beira Interior Sul e, especialmente, na Cova da Beira, as unidades industriais dispersavam-se nas freguesias urbanas e rurais, oferecendo emprego e fixando residentes. No caso do concelho da Covilhã, em finais do século XIX, existiam 73 fábricas dispersas pelos lugares da Degoldra, Carpinteira, Água Alta, Covilhã, São Domingos, Aldeia, Teixoso, Unhais, Chapa e Santa Marinha, unidades que no seu conjunto empregavam 2 713 pessoas. O mesmo se passava em Manteigas, cujas fábricas ligadas ao ramo dos lanifícios localizam-se em lugares como Ponte Frades, São Gabriel, Outeiro e Engenho do Rei (INE, 1881).

Entre 1940 e 1960, destacam-se situações como Vilar Formoso, Freineda, estes pela proximidade à fronteira, a Guarda, Fundão e Castelo Branco, como aglomerados urbanos, Lousa e Ladoeiro, povoações importantes pela produção agrícola, Monfortinho pelas termas e, ainda, outras freguesias onde existia uma actividade industrial significativa (Alcains, Cebolais de Cima, Retaxo e em freguesias da Covilhã).

O período de 1960 a 1981 correspondeu aos decréscimos populacionais mais elevados, coincidindo com o auge do êxodo para Lisboa e para fora do país.

As sedes de concelhos de fronteira perderam população e o mesmo se verificou em Pinhel, Trancoso, Belmonte e Manteigas, esbatendo-se assim as diferenças entre a Beira Interior Norte e as duas NUTE a sul, a Beira Interior Sul e a Cova da Beira. As

diferenças mais significativas, passaram a verificar-se entre as freguesias urbanas e o resto do território, ou as sedes de concelho e o restante território.

Esta situação explica-se pela mudança nos fluxos migratórios verificada no início da década de setenta. A população rural que, durante as décadas de quarenta a sessenta, emigrava para Lisboa ou para fora do país, a partir desse período procurou as sedes de concelho e de distrito e portanto, o crescimento e a concentração da população nos aglomerados de pequena e média dimensão fez-se, assim, à custa dos espaços rurais envolventes.

A este movimento de rurais, juntou-se o retorno das ex-colónias, dos países europeus e outras áreas urbanas do país. As cidades, mesmo não tendo registado um crescimento populacional, como no caso da Covilhã, reforçaram, a sua posição no contexto da Beira Interior e, também, no contexto da Região Centro.

Entre 1981 a 1991, o ritmo de decréscimo populacional diminuiu, em grande parte como consequência do envelhecimento e o declínio populacional atingido por alguns concelhos, que condicionou, ele mesmo, o ritmo de decréscimo populacional. O Índice de Envelhecimento dos concelhos mais rurais da raia atinge valores muito elevados, como demonstra a evolução sentida entre 1990 e 1996.

Quadro 7.8. – Evolução do Índice de Envelhecimento, 1960-1996

Concelho	1960	1980	1990	1996
Guarda	30,1	66,0	90,9	129,9
Covilhã	23,1	54,0	84,3	110,2
Fundão	33,0	95,6	123,9	164,6
Castelo Branco	36,5	83,7	117,6	153,0
<i>Concelhos Urbanos</i>	30,0	71,2	102,0	136,5
<i>Restantes concelhos</i>	32,9	107,6	163,9	218,3
Total da região	31,4	85,2	124,4	165,6

Fonte: INE, RGP e Anuário Estatístico

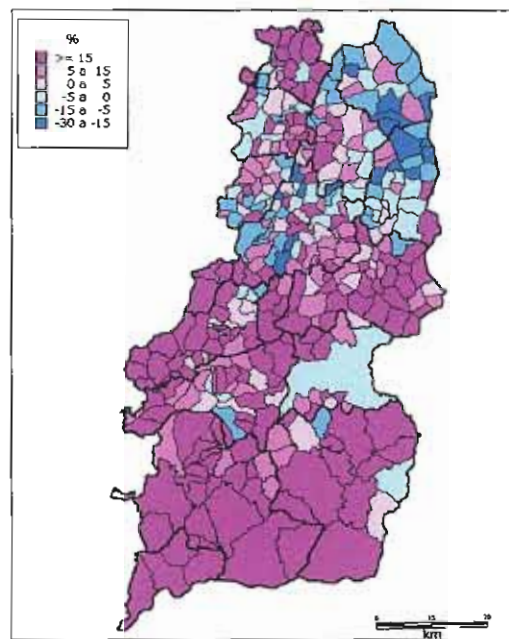


Figura 7.4.b) - Variação da população residente por freguesia, 1940-1960 (%)

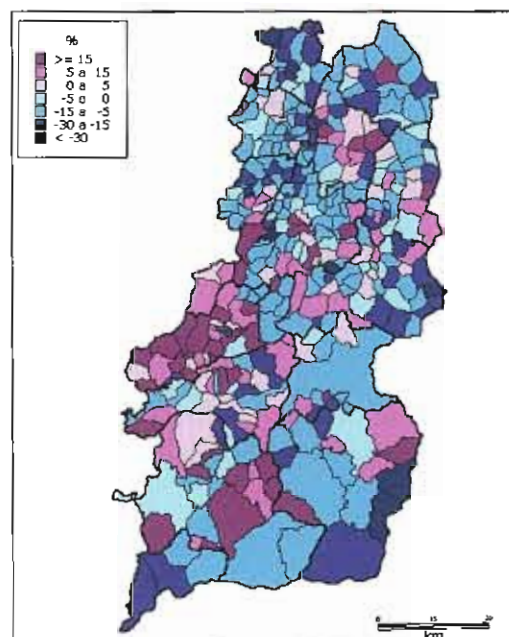


Figura 7.4.c) - Variação da população residente por freguesia, 1960-1981 (%)

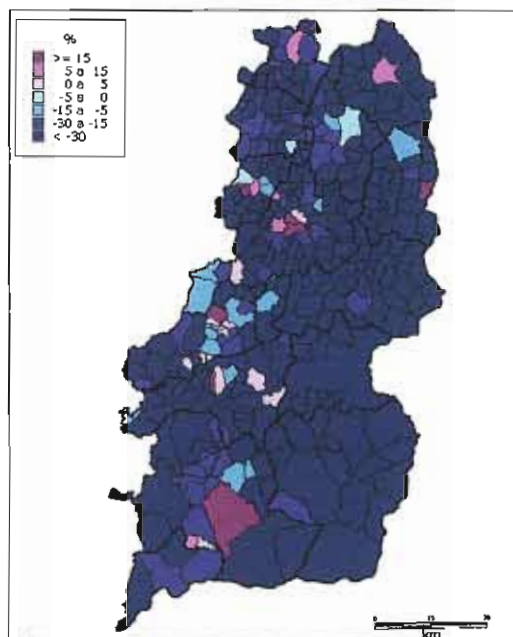
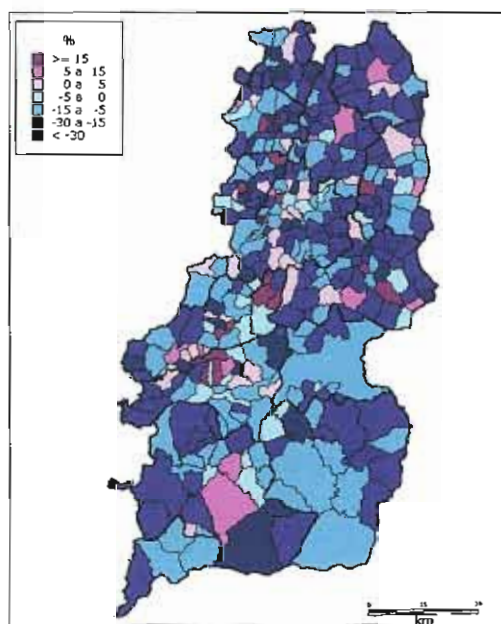


Figura 7.4.d) - Variação da população residente por freguesia, 1981-1991 (%)



Fonte: INE

CAVACO (1990), num estudo sobre os campos da Beira Interior, referindo-se aos concelhos de Idanha-a-Nova, Almeida, Penamacor e Sabugal, afirma que "no seguimento do despovoamento rural, muitas freguesias tornaram-se insignificantes em termos demográficos e as suas sedes reduziram-se a modestos lugarejos habitados por gente bastante idosa" (pp. 119). A autora cita os exemplos de Aldeia Nova (91 habitantes em 1981), Senouras (90), Vale da Coelha (68), Ruivos, (89), Ruvina (118), Vale d'Éguas 889), Idanha-a-Velha (121), entre outras.

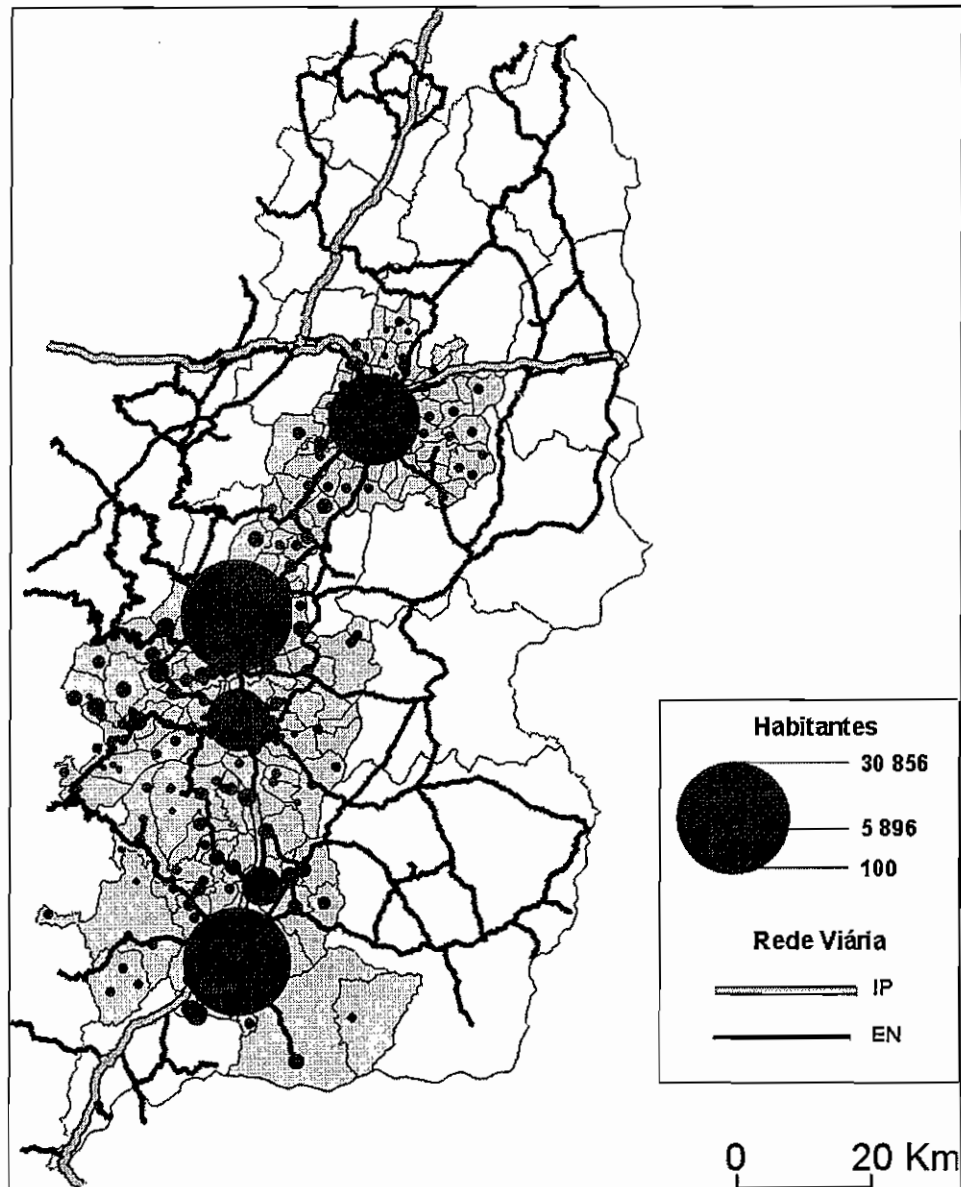
Há, contudo, algumas freguesias que registaram mudanças positivas entre 1981 e 1991. No concelho da Guarda, Vila Cortez do Mondego, Benespera, Cavadoude, Pero do Moço, Pero Soares e Vale de Estrela registaram dinâmicas de crescimento positivas, o que se pode relacionar com a sua posição face às vias rodoviárias; Vila Cortez do Mondego, pela proximidade ao IP5 e as restantes freguesias, pela sua proximidade à EN 18, o que permitiu a melhoria da acessibilidade à cidade da Guarda.

No concelho da Covilhã, para além das freguesias de cariz suburbano é possível identificar um outro conjunto de quatro freguesias (Dominguiso, Peso, Vales de Rio e Paúl) que viram aumentada a sua população.

Em Castelo Branco, foi também evidente a concentração do crescimento em freguesias com uma posição geográfica favorável em relação aos eixos rodoviários com ligação à cidade e/ou com uma actividade produtiva com importância sub-regional e regional. Assim, para além da cidade de Castelo Branco, foram as freguesias do Retaxo e de Alcains que registaram variação populacional positiva.

Em termos demográficos, para além do crescimento das cidades, constata-se que as restantes áreas que registam dinâmicas de crescimento demográfico e habitacional positivas correspondem a freguesias servidas por eixos rodoviários de carácter nacional ou regional sendo que, algumas destas freguesias se localizam na coroa periurbana das cidades.

Figura 7.5.- População Residente em Lugares com mais de 100 habitantes, nos quatro concelhos urbanos, 1991



Fonte: INE, 1991

7.3.3. Estrutura demográfica e social da população das cidades

Uma das potencialidades apontadas às pequenas e médias cidades localizadas em regiões periféricas é o facto de possuírem recursos humanos mais jovens e qualificados que as regiões envolventes.

A análise dos resultados dos inquéritos realizados nas quatro cidades, permitiu evidenciar essa característica. A população das cidades é mais jovem, como se pode verificar pela importância dos escalões de idade dos activos (representam cerca de 80% dos inquiridos) e pelo menor peso dos idosos. Segundo informação do INE, em 1996, cerca de 65% da população dos concelhos urbanos estava em idade activa (sendo que 50% encontrava-se no escalão etário dos 45-64 anos) e mais de 20%, possuía mais de 65 anos, valores mais elevados que nas cidades.

A estrutura mais jovem tem associada um nível médio de habilitações mais elevado e uma menor incidência de analfabetismo que, apesar de tudo, atinge maior expressão nas cidades da Guarda e de Castelo Branco).

Quadro 7.9. - Estrutura etária da população residente nas quatro cidades e nos concelhos a que pertencem, 1999 (%)

Concelho	Fonte:	Grupo Etários			Total	
		<15 anos	15-64 anos	>65 anos		
Castelo Branco	Cidade	Inquérito	15,8	75,9	8,3	100,0
	Concelho	INE	14,1	64,5	21,4	100,0
Fundão	Cidade	Inquérito	16,0	79,7	4,3	100,0
	Concelho	INE	15,3	61,5	23,2	100,0
Covilhã	Cidade	Inquérito	12,4	80,8	6,8	100,0
	Concelho	INE	15,6	67,3	17,1	100,0
Guarda	Cidade	Inquérito	15,8	77,3	6,9	100,0
	Concelho	INE	16,7	64,1	19,2	100,0

Fonte: Inquérito, 1999 e INE (1997), Anuário Demográfico

Outra característica que distingue as cidades é o grau de participação da mulher no mercado de trabalho. A percentagem de domésticas é menor nas cidades que nas freguesias envolventes, sendo a Covilhã a que regista menor peso relativo. A industrialização da Covilhã e a sua forte ligação a ramos intensivos em trabalho, introduziram, desde cedo, as mulheres da região no mercado de trabalho, quando comparadas com outras áreas rurais do país. Quanto ao desemprego, nas freguesias onde

existia um forte grau de industrialização em sectores tradicionais os valores de desemprego são dos mais elevados e correspondem a situações de desemprego à mais de um ano.

Actualmente, qualquer uma das freguesias inquiridas regista uma baixa percentagem de activos no sector primário, actividade que passou a ser exercida a tempo parcial ou por reformados, não sendo por isso contabilizada como actividade económica.

O crescimento urbano foi acompanhado por uma mudança na situação socio-profissional e na estrutura de actividades. A diminuição da agricultura e a entrada das mulheres no mercado de trabalho, traduziu-se numa redução dos trabalhadores familiares não remunerados ao mesmo tempo que se reforçou o emprego nos sectores secundário e terciário, nomeadamente nos serviços sociais e no comércio. Esta última actividade, explica o aumento dos trabalhadores por conta própria, bem como, o aumento dos patrões.

Quadro 7.10. - Estrutura da população activa por sector de actividade, 1999

	Primário	Secundário		Terciário	Total
		Indústria Transformadora	Total		
Castelo Branco					
Cidade	1,3	13,2	23,6	75,1	100,0
Outras freguesias	1,1	16,8	27,2	71,7	100,0
Concelho (INE)	9,7	24,1	35,6	54,7	100,0
Fundão					
Cidade	0,6	9,1	16,4	83,0	100,0
Outras freguesias	0,4	15,2	24,1	75,5	100,0
Concelho (INE)	23,0	21,5	33,0	44,0	100,0
Covilhã					
Cidade	1,5	17,4	22,4	75,1	100,0
Outras freguesias	0,9	30,2	33,0	66,1	100,0
Concelho (INE)	8,7	43,3	52,0	39,3	100,0
Guarda					
Cidade	1,0	15,8	20,2	78,2	100,0
Outras freguesias	2,5	19,1	24,2	73,3	100,0
Concelho (INE)	12,5	22,5	32,6	54,9	100,0
Continente					
	10,9	26,8	38,1	51,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999 e INE, RGP (1991)

A maior alteração registou-se na Covilhã onde há 30 anos atrás, 50% dos inquiridos afirmavam trabalhar na actividade industrial. No caso da população que

imigrou para a cidade antes de 1970, 70% trabalhou nesse sector, estando, actualmente, muitos deles, a trabalhar no comércio e nos serviços públicos (50% dos trabalhadores do comércio estavam ligados ao sector transformador e cerca de 25% dos serviços públicos vieram também do sector transformador).

Em Castelo Branco, a mobilidade profissional também foi significativa. Cerca de 1/3 dos actuais trabalhadores no comércio e nos serviços públicos e sociais desempenhavam anteriormente funções na indústria (correspondendo maioritariamente à população que veio para a cidade entre 1960 e 1985).

Esta mobilidade do sector industrial para o comércio e serviços resultou do encerramento das unidades industriais ligadas à fileira da lã, que obrigou a procurar novos empregos, em actividades onde foi possível a incorporação de mão-de-obra com um baixo nível de qualificação profissional. Recentemente, o crescimento industrial verificado na cidade tem por base mão-de-obra recém chegada e, também, mão-de-obra residente em outras freguesias e concelhos da região, muitos deles com uma idade média mais jovem e que, na maioria dos casos, constitui o primeiro emprego remunerado.

Quadro 7.11. - Estrutura da população activa por sector de actividade nas cidades da Beira Interior - Situação na Residência Actual e Anterior (%)

Cidades	Primário	Secundário		Terciário			Total
		Indústria Transformadora	Total	Comércio	Serviços sociais	Total	
Castelo Branco							
Residência actual	1,3	13,2	23,6	20,7	29,4	75,1	100,0
Residência anterior	6,2	20,6	26,8	13,4	18,6	67,0	100,0
Fundão							
Residência actual	0,6	9,1	16,4	16,4	30,3	83,0	100,0
Residência anterior	3,2	10,5	14,5	15,3	29,0	82,3	100,0
Covilhã							
Residência actual	1,5	17,4	22,4	27,2	24,7	76,1	100,0
Residência anterior	3,4	42,5	47,3	13,7	16,4	49,3	100,0
Guarda							
Residência actual	1,0	15,8	20,2	32,0	19,6	78,8	100,0
Residência anterior	3,6	14,3	19,4	32,1	17,3	77,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

As situações do Fundão e da Guarda são um pouco diferentes, pois a maioria dos inquiridos reflecte menor mobilidade nas actividades exercidas; os actuais trabalhadores industriais, já anteriormente desempenhavam funções no mesmo sector de actividade; o

mesmo se verifica no comércio e nos serviços sociais e públicos, sectores de especialização das cidades do Fundão e da Guarda.

7.4. A capacidade de atracção das cidades médias como factor de urbanização da região

Outra característica das pequenas e médias cidades é a sua capacidade de atrair população dos territórios envolventes. Este fenómeno identificado por vários autores a propósito do crescimento das pequenas e médias cidades no interior do país (GASPAR, 1993c; GASPAR *et al*, 1998; ALVES, COSTA e PIRES, 1998; AVELINO, 1998, BAPTISTA, 1999, entre outros), pode igualmente constituir-se como exemplo na Beira Interior.

Quadro 7.12. - Naturalidade da população residente em localidades dos concelhos urbanos, 1999 (%)

Localidade	A mesma localidade de residência	Da Região			De Fora da Região				Total	
		Da sede concelho	Do resto do concelho	De concelho vizinho	De Outros concelho	AM's	Das Ex-colónias	Do Estrangeiro		
Castelo Branco										
Cidade	51,7		10,8	14,9	11,6	4,5	3,9	2,7	100,0	
5-10Km	Alcains	52,7	20,0	5,5	10,9	1,8	1,8	7,3	100,0	
10-15Km	Ceb. de Cima	53,6	21,4	14,3	7,1	3,6			100,0	
	Retaxo	54,5	18,2	9,1	18,2				100,0	
Fundão										
Cidade	47,6		15,0	16,3	10,7	5,9	2,8	1,6	100,0	
<=5Km	Aldeia Joanes Valverde	41,1	20,5	16,4	6,8	8,2	1,4	5,6	100,0	
6-10Km	Alcaria	40,8	3,8	7,7	19,2	11,5	7,7	9,2	100,0	
Covilhã										
Cidade	62,9		8,7	6,7	12,3	4,9	1,5	3,0	100,0	
<=5Km-	Alâmpada (Boidobra)	8,7	59,4	13,0	8,7	4,3	2,8	2,9	100,0	
6-10Km	Dominguiso	71,4		21,4		7,1			100,0	
	Teixoso	38,1	34,5	14,3	6,0	2,4	1,2	3,6	100,0	
	Tortosendo Ferro	39,2	43,1	2,0	2,0	9,8	3,9		100,0	
>11Km	Erada	62,5		37,5					100,0	
Guarda										
Cidade	46,0		11,0	17,3	15,9	3,0	3,6	3,2	100,0	
10-15Km	Mizarela; Vela S.P. Jarmelo	68,7	14,7		16,7				100,0	
>=16Km	Gagos; Gonçalo Videmonte Seixo amarelo	55,1	13,5	3,4	6,7	7,9	4,5	4,5	100,0	
Total das Areas Estudadas		50,7	4,8	11,2	14,9	12,0	4,1	2,7	2,9	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Este processo ocorreu em diferentes épocas e com diferentes intensidades consoante as cidades desenvolviam a sua base económica e ofereciam emprego e serviços aos habitantes da região. No que diz respeito à cidade da Guarda, esta exerceu, e exerce, uma forte atracção sobre a população natural do próprio concelho (ex. Mizarela, Marmeleiro, Arrifana e Vela) e dos concelhos vizinhos, particularmente dos concelhos de Almeida, Celorico da Beira, Pinhel e Sabugal.

Quadro 7.13. - Local de residência anterior da população residente em localidades dos concelhos urbanos, 1999 (%)

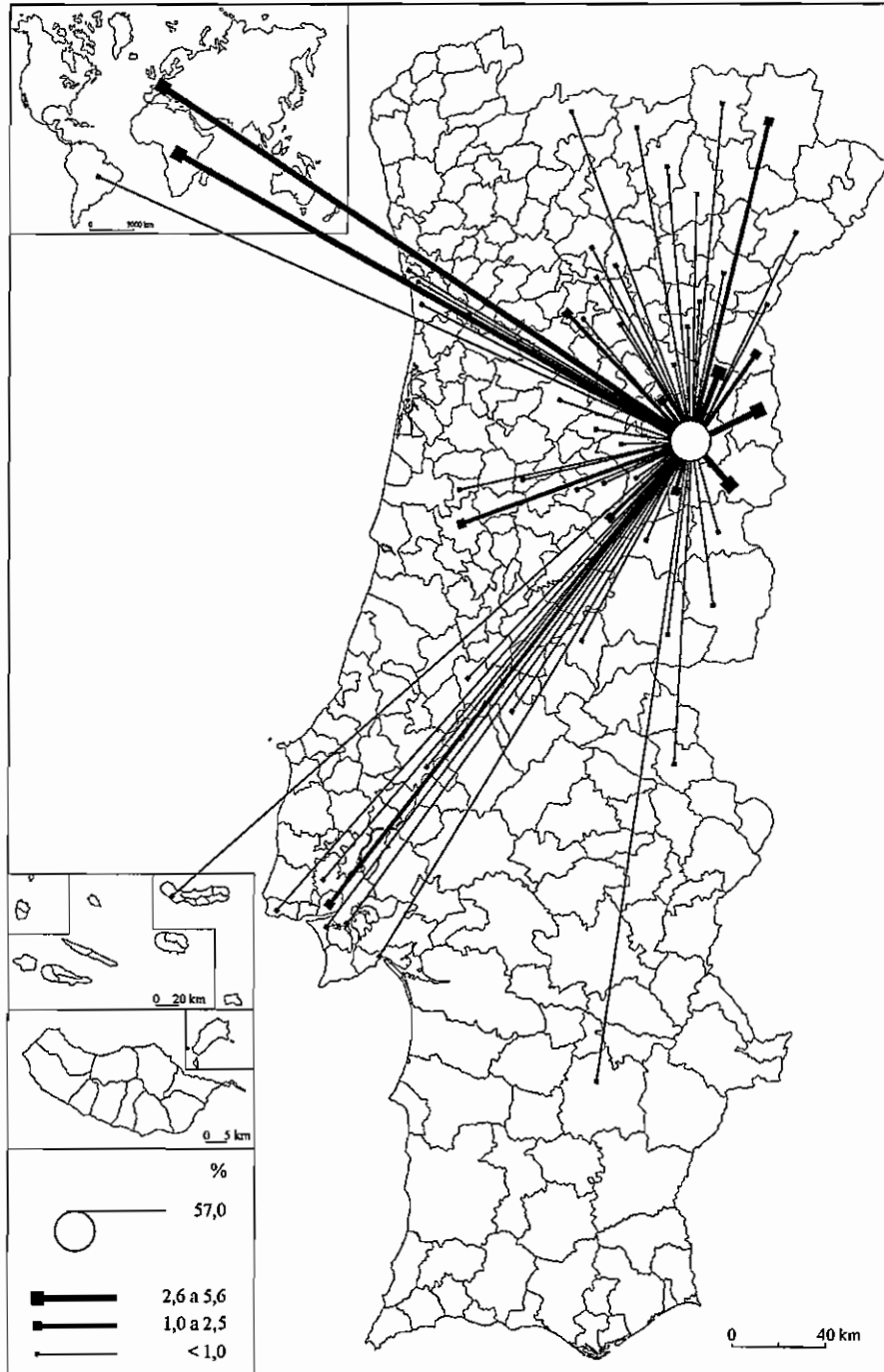
Concelho	Localidade	A mesma Que a anterior	Da Região			De Fora da Região				Total
			Sede concelho	Resto do concelho	Conc. vizinho	AML	Outros	Ex-colónias	Estrangeiro	
Castelo Branco										
	Cidade	63,5		16,4	7,2	3,1	6,7		3,1	100,0
5-10Km	Alcains	83,3	5,6	2,8		2,8			5,6	100,0
10-15Km	C. de Cima Retaxo	53,8	15,4	15,4	7,7			7,7		100,0
Fundão										
	Cidade	57,9		11,1	15,8	5,3	7,0		2,9	100,0
<=5Km	Aldeia Joanes e Valverde	61,9	11,9	12,1	4,6				9,5	100,0
6-10Km	Alcaria	43,3		13,3	20,0				23,3	100,0
Covilhã										
	Cidade	75,8		6,3	1,8	6,2	5,1	1,8	3,0	100,0
<=5Km	Boidobra – Alâmpada	22,9	65,7	5,7		5,7				100,0
6-10Km	Teixoso	61,2	20,4	8,2	4,1				6,1	100,0
	Tortosendo	45,8	54,2							100,0
Guarda										
	Cidade	69,1		8,2	3,5	6,4	6,0	2,5	4,3	100,0
10-15Km	Mizarela; S.Pedro Jarmelo; Vela	33,3		16,7		16,7		15,0	18,3	100,0
>=16Km	Gagos; Seixo Amarelo; Videmonte; Gonçalo	54,0	6,0	2,0	10,0	8,0	4,0	4,0	12,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

A cidade da Guarda atraiu, igualmente, um significativo número de imigrantes oriundos de concelhos mais distantes localizados a norte e a oeste. Assim, cerca de 3,4% dos actuais residentes provêm de concelhos do distrito e 12,5% de outros concelhos do país como Bragança, Valpaços, Vinhais e outros do distrito de Viseu, como São Pedro do Sul ou Lamego. Entre os habitantes da cidade conta-se também um significativo número de indivíduos naturais de países europeus e da ex-colónias. A naturalidade dos actuais

residentes mostra o efeito do retorno de emigrantes, como ainda a presença do politécnico, que explica a presença de estudantes oriundos de várias áreas do país.

Figura 7.6. - Naturalidade da população residente na cidade da Guarda, 1999

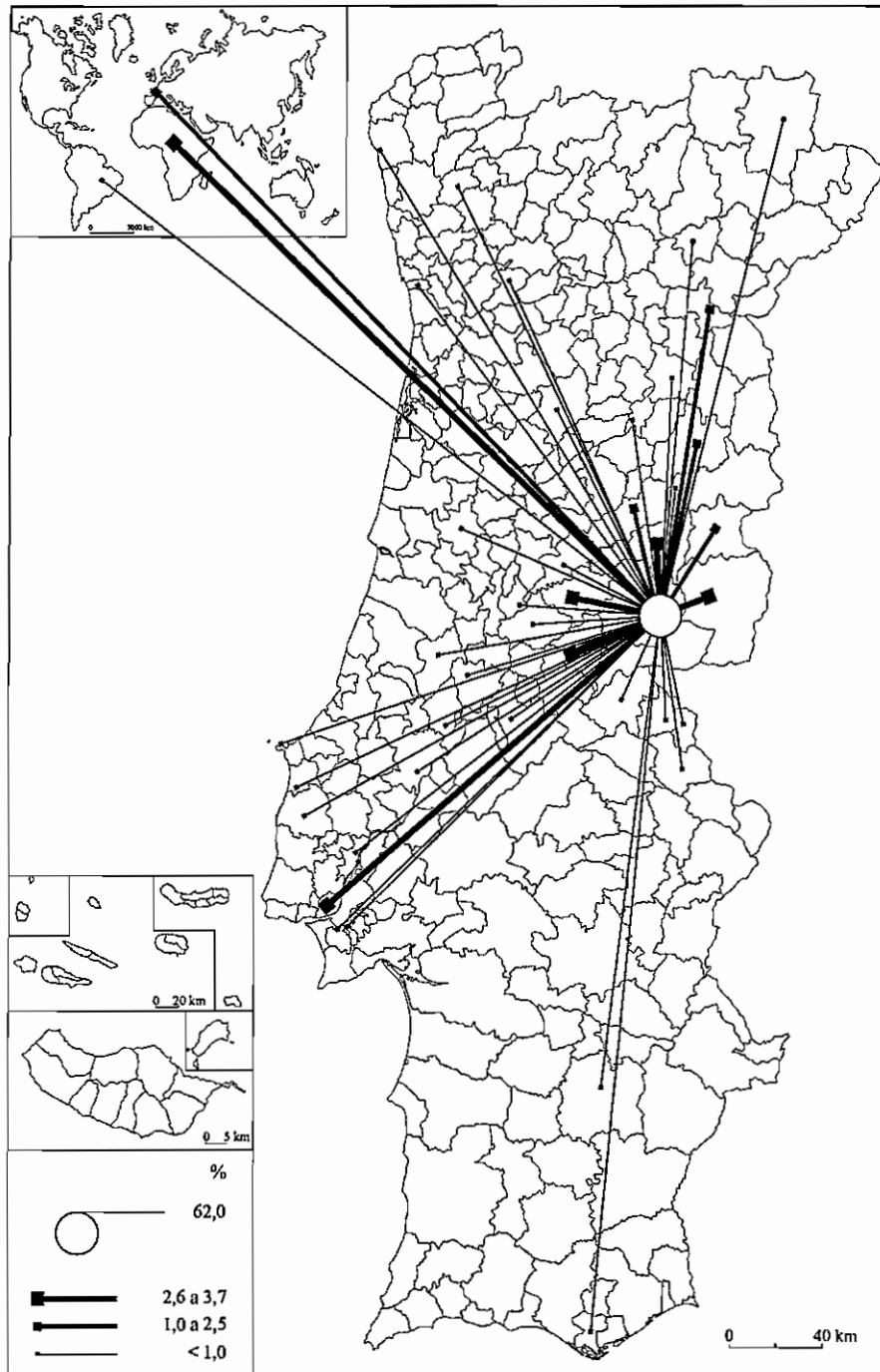


Fonte: Inquérito, 1999

O novo parque habitacional da Guarda não serve apenas os recém-chegados à cidade mas está, também, associado a uma grande mobilidade das famílias naturais ou a outras famílias residentes na cidade há mais anos. Dos inquiridos, 30,1% mudou de

residência após 1995 e 27% entre 1990 e 1994, e cerca de 70% dos residentes na cidade da Guarda afirma que anteriormente à mudança para a residência actual, já residia na cidade. Estes dois aspectos, sugerem que existe uma mobilidade residencial recente, nomeadamente de indivíduos que tendo emigrado para a cidade da Guarda há 20-40 anos, mudaram recentemente de residência.

Figura 7.7. - Naturalidade da população residente na cidade de Castelo Branco, 1999



No que diz respeito a Castelo Branco, o seu processo de urbanização fez-se à custa de migrantes que vieram do próprio concelho e dos concelhos vizinhos como Oleiros, Idanha-a-Nova, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Rodão, sendo que um número significativo destes veio para a cidade já nos anos noventa.

No caso de Castelo Branco, não foram apenas as localidades rurais que alimentaram o crescimento de Castelo Branco mas, registou-se também um forte movimento da população residente nas vilas e nas sedes de freguesia em direcção à cidade. Entre os motivos que levaram indivíduos que residiam em sedes de freguesia ou vilas, situadas a 15-20 km da cidade (casos do Retaxo e de Cebolais de Cima) a mudarem-se para esta cidade, contam-se questões relacionadas com a procura de emprego, casamento e o estudo dos filhos. Ou seja, enquanto os agregados familiares sem filhos ou com filhos a frequentar o ensino básico, vão trabalhar à cidade e continuam a residir na localidade rural, os agregados familiares com descendentes a frequentar os níveis de ensino secundário e profissional (e, em certos casos, superior), acabam por se mudar para a cidade, de forma a melhorar as condições de acesso dos filhos ao ensino e a qualidade de vida do agregado familiar.

A cidade da Covilhã, tendo por motor a actividade industrial, cresceu significativamente nos anos quarenta, cinquenta e sessenta, sendo que, entre 1981 e 1991, tal como anteriormente referido, não só decresceu a população, como o número de alojamentos para residência habitual registou um declínio (cerca de 4%).

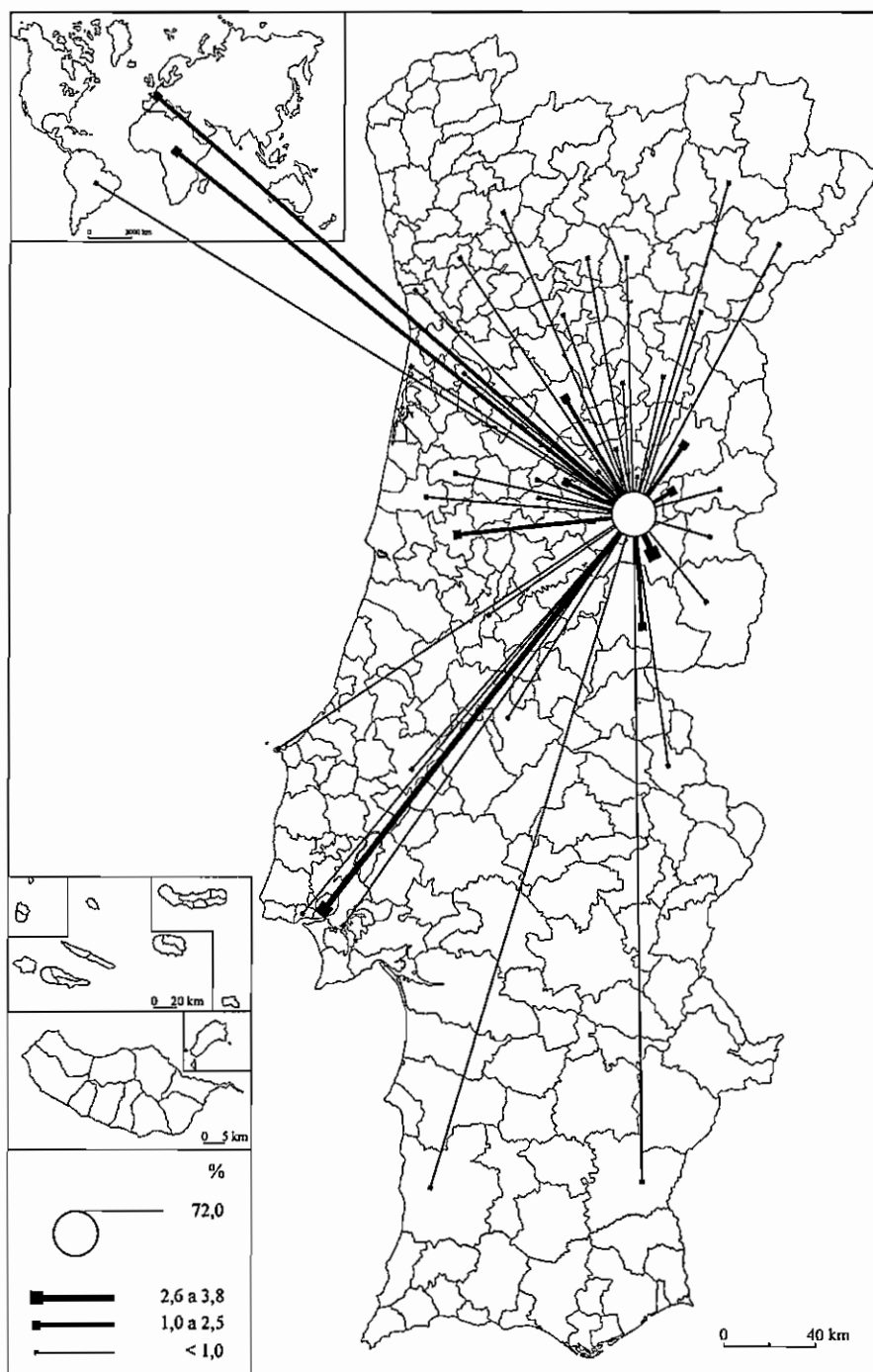
Quadro 7.14. - Evolução do número de alojamentos nas cidades, 1981-1991

Cidades	População		Alojamentos							
	Variação	Densidade	Alojamento habitual				Pessoas /Aloj.	Pessoas /Aloj.	Aloj. não habitual	% Não habitual/habitual
			Nº	Nº	Variação	Nº				
	81-91	1991	1981	1991	1981-91	1981	1991	1991	1991	
C. Branco	14,6	138,9	7 033	8 844	25,8	3,4	3,1	2 079	23,5	
Covilhã	-12,5	344,4	10 356	9 957	-3,9	3,3	3,0	2 164	21,7	
Fundão	22,1	323,4	1 750	2 320	32,6	3,3	3,0	843	36,3	
Guarda	5,0	492,1	5 014	5 855	16,8	3,6	3,2	1 398	23,9	
Freguesias urbanas do país (INE)	3,4	376,7	1 748 054	1 991 983	14,0	3,5	3,2	331 900	20,0	

Fonte: INE (1999), Indicadores Urbanos e INE (1991), RGP

Há outro aspecto que diferencia a urbanização da Covilhã do processo da Guarda e de Castelo Branco, que é o facto da "bacia de atracção" ser geograficamente mais limitada. Como se pode verificar, a percentagem de indivíduos que são naturais do concelho ou de concelhos vizinhos é superior à verificada nas cidades de Castelo Branco e da Guarda e, por outro lado, a percentagem de naturais da cidade é também mais elevada.

Figura 7.8. - Naturalidade da população residente na cidade da Covilhã, 1999



Fonte: Inquérito, 1999

No caso da Covilhã, uma parte da população é natural de concelhos próximos como Belmonte e Sabugal mas também de localidades rurais da Guarda ou de Castelo Branco. São ainda de considerar Coimbra, Oliveira do Hospital e Lisboa como outras origens significativas⁴.

Tais factos sugerem que a urbanização da Covilhã foi anterior à das duas capitais de distrito, cujo crescimento actual tem ainda um grande componente de polarização (especialmente em Castelo Branco) e não tanto, de crescimento natural.

Como demonstram os resultados dos inquéritos, o grande afluxo populacional deu-se durante as décadas de sessenta e setenta. Em sessenta, vieram os habitantes das localidades rurais do concelho (40%) e na década seguinte, vieram também em largo número de outros concelhos da região e de outras áreas do país.

Na segunda metade da década de oitenta, a diminuição do emprego industrial na Covilhã e a expansão do vestuário em Belmonte, Sabugal e nos restantes concelhos envolventes, retiraram uma parte da atracção à cidade. Embora tenham sido criados novos empregos no sector dos serviços e, também, na actividade comercial, estes exigem um perfil de idades e qualificações um pouco distinto. Por outro lado, o comércio, a restauração e outros serviços ligados às actividades turísticas expandiram-se significativamente em meio rural, criando novas alternativas de emprego para a população diversificando-se os pólos de atracção.

Outra razão que distingue o crescimento da Covilhã das restantes é que esta possui uma dinâmica de crescimento e de mobilidade urbana semelhante à das cidades de maior dimensão. Nas freguesias de Aldeia do Carvalho e Boidobra (que em parte se inclui na cidade da Covilhã), a sua dinâmica de crescimento positiva demonstra a extensão da cidade, assente na compra de casa própria e na utilização do automóvel. Na Alâmpada, localidade a cerca de 5 km da cidade da Covilhã, regista-se uma mobilidade residencial recente correspondente a antigos residentes na cidade que, por via do casamento, mudaram de casa e de localidade de residência. Por outro lado, existe um bairro social onde reside um significativo número de pessoas que são naturais da cidade da Covilhã (assim se explica, a reduzida percentagem de naturais da localidade e a elevada percentagem de população natural da cidade da Covilhã).

⁴ No caso das duas cidades da Cova da Beira, são ainda de sublinhar as ligações ao Brasil, país de onde são naturais alguns dos actuais residentes do Fundão e da Covilhã.

Este processo, explica também as transformações que se verificam nas freguesias do Teixoso e Tortosendo (cujos resultados do censo de 1991 apontam para um decréscimo populacional) onde hoje é visível o reforço da construção associada à procura de habitação. Essa procura está também associada a uma população que anteriormente residia na cidade da Covilhã e que procurou casa nas novas áreas de expansão urbana (as principais motivações para a compra de casa nestas áreas são a aquisição de habitação própria, a melhoria da habitação ou o casamento). As relações e características destes territórios, conferem-lhes um carácter suburbano e periurbano, distinto da Guarda e de Castelo Branco pois, enquanto na envolvente da Covilhã se encontra uma percentagem de habitantes que anteriormente residiu na cidade da Covilhã, nos casos da Guarda e de Castelo Branco, a maioria da população sempre residiu nessas localidades (casos de Gonçalo, Cebolais de Cima, Retaxo e Alcains).

A cidade do Fundão cresceu também pela atracção de população exógena à cidade. Também neste caso, uma percentagem significativa dos actuais residentes da cidade vieram das restantes localidades do concelho e dos concelhos envolventes (cerca de metade são naturais da cidade, 16% vieram de outras localidades do concelho tais como, Soalheira, Fatela, Atalaia do Campo, Castelejo, enquanto mais de 14% vieram de concelhos vizinhos).

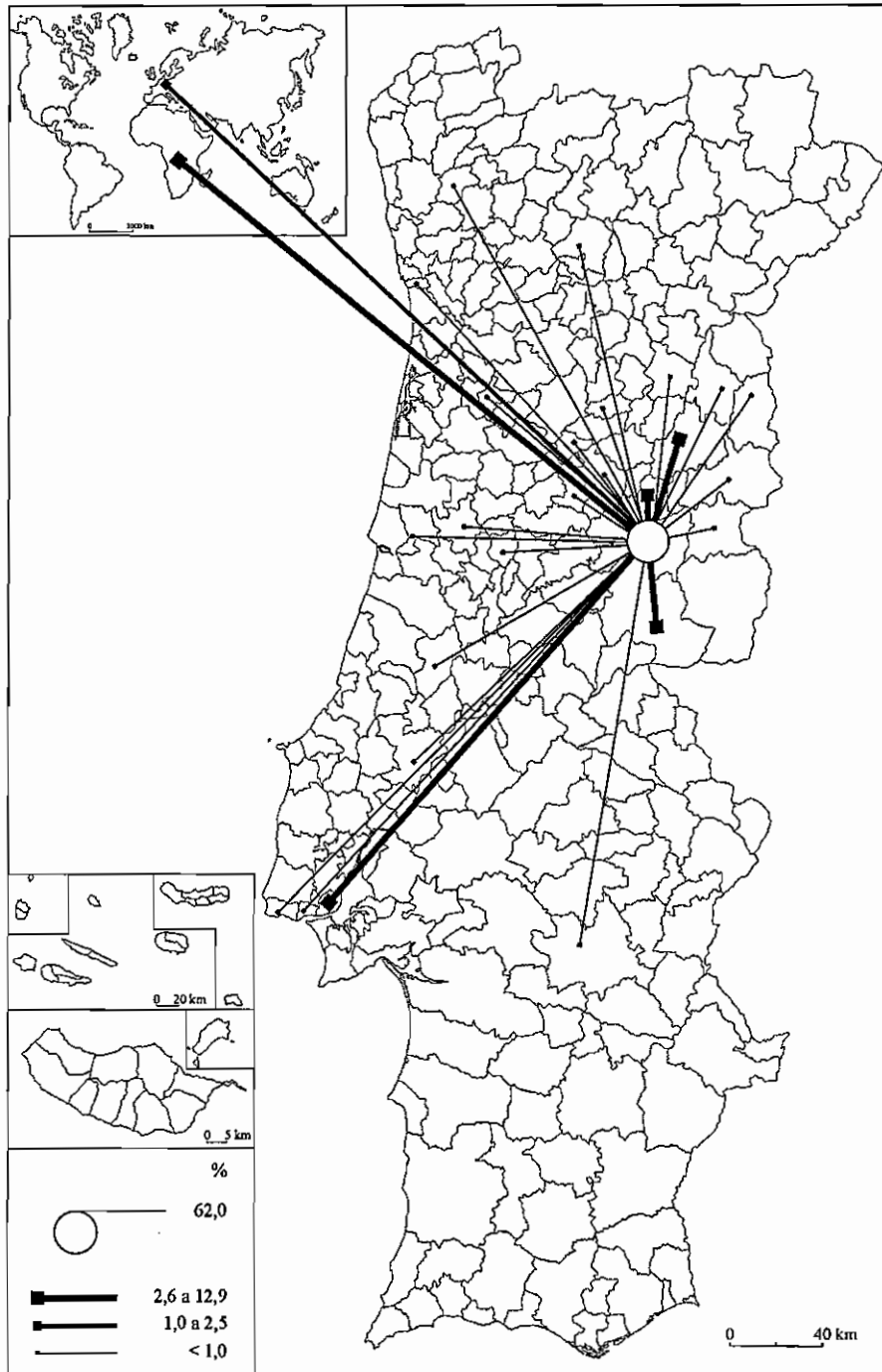
Recentemente, o Fundão tem registado grandes transformações no parque habitacional, associando uma dinâmica de mudança de residência mais intensa em relação à população que nasceu e sempre viveu na cidade do Fundão.

O crescimento desta cidade ultrapassa também o seu limite administrativo, estendendo-se para as freguesias envolventes de Aldeia Nova do Cabo, Aldeia de Joanes e Valverde. Cerca de 11% dos inquiridos nas freguesias de Aldeia de Joanes e Valverde, referem ter residido anteriormente na cidade do Fundão, continuando a deslocar-se diariamente para cidade por motivos de trabalho ou estudo, o que permite inferir da suburbanização do Fundão.

Outra das áreas de expansão da cidade é a que se localiza no prolongamento da saída do Fundão no sentido da Covilhã, ao longo da Estrada Nacional e que revela uma densidade de ocupação muito significativa. No caso de Alcaria, os inquéritos revelam que muitos dos seus residentes são naturais de concelhos vizinhos, casos de Paúl e São Jorge da Beira, freguesias do concelho da Covilhã e de outras localidades rurais como Lavacolhos ou Ninho do Açor.

O crescimento da Covilhã, para sul, no sentido do Dominguiso e a expansão de localidades contíguas do concelho do Fundão, configura um eixo de desenvolvimento onde se misturam as funções residencial, industrial e de prestação de serviços de variada ordem.

Figura 7.9. - Naturalidade da população residente na cidade do Fundão, 1999



Fonte: Inquérito, 1999

Dados relativos à naturalidade dos pais dos actuais residentes activos demonstram que o efeito de atracção exercido pelas cidades não é recente. Efectivamente, só uma reduzida percentagem destes eram naturais das quatro cidades da Beira Interior, sendo que quase metade era oriunda de fora dos quatro concelhos encabeçados por estas cidades.

No caso da cidade de Castelo Branco, só 17,7% dos pais dos residentes activos são naturais da cidade enquanto os restantes 40,3% e 42,0% vieram, respectivamente, de localidades rurais do concelho e de outros concelhos. O mesmo se passa nas restantes cidades, sendo que na Guarda, os naturais da cidade eram em menor número (5,7%). Estes valores, vêm mais uma vez reforçar a ideia que a "bacia de atracção" da cidade é mais ampla que a das restantes cidades da Beira Interior.

Quadro 7.15. - Naturalidade dos Residentes e dos Pais dos Residentes em idade activa, nas cidades da Beira Interior, 1999

Cidades		Cidade	Resto do Concelho	Outros lugares	Total
Castelo Branco	Residentes Actuais	55,2	7,4	37,4	100,0
	Pais dos Residentes Activos	17,7	40,3	42,0	100,0
Fundão	Residentes Actuais	48,3	16,0	35,7	100,0
	Pais dos Residentes Activos	25,8	25,3	48,9	100,0
Covilhã	Residentes Actuais	62,7	8,7	28,6	100,0
	Pais dos Residentes Activos	22,5	36,4	41,1	100,0
Guarda	Residentes Actuais	46,0	11,0	43,0	100,0
	Pais dos Residentes Activos	5,7	33,0	61,3	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Pela análise anterior, verificou-se que as quatro cidades têm manifestado uma capacidade de atracção que ultrapassa a região. Parece então interessante analisar qual a expressão do fenómeno da contraurbanização, discutido no segundo capítulo e apontado por vários autores (BERRY, 1976 in CHAMPION, 1989, CHAMPION, 1989, 1998, FIELDING, 1982, entre outros) como explicativo para o dinamismo das pequenas e médias cidades durante as décadas de setenta e oitenta.

Assim, se considerarmos a população actualmente residente nas cidades, verificamos que entre 20 a 30% ou é "natural de fora da região", ou "já residiu fora da região"⁵. Esta percentagem aparentemente elevada tem uma explicação. Esta população

⁵ Entendam-se como exteriores à região, todos os lugares que não pertencem aos 16 concelhos que compõem a região em estudo. Corresponde assim, a população, natural ou anteriormente residente nas

corresponde a retornados das ex-colónias e emigrantes que regressam, a estudantes que se deslocam para os estabelecimentos de ensino superior da região (a maioria é natural de fora da região), reformados que viveram em outras áreas do país (nomeadamente em Lisboa) e que retornam à terra natal, jovens que estudaram fora de região e agora regressaram, e população que veio para as cidades em busca de emprego e melhor qualidade de vida.

A estes juntam-se ainda, os descendentes de emigrantes que, durante os anos cinquenta e sessenta, foram para África e para os países da Europa Ocidental e, que em muitos casos não têm naturalidade portuguesa e outros (maioritariamente mulheres) que tendo residido em Lisboa e após o casamento com indivíduos naturais da região, depois de reformados, vêm viver para a terra natal do parceiro.

Quadro 7.16. - População com naturalidade ou residência anterior exterior à região, 1999

Localidades	Naturalidade ou residência exterior à região (Nº)	Com naturalidade ou residência anterior exterior à região (%)				
		Naturalidade nas AM's	Residência anterior nas AM's	Naturalidade ou Residência em outros locais	% pop. Exógena /Total	
Cidades	C. Branco	130	4,5	1,3	15,0	20,8
	Fundão	64	5,9	1,3	12,9	20,1
	Covilhã	198	4,9	2,0	25,7	32,6
	Guarda	142	3,0	2,6	22,9	28,5
Restantes freguesias	96	2,7	0,7	14,0	17,4	
Total	659	4,1	1,2	20,0	25,3	

Fonte: Inquérito, 1999

Entre 3 a 6% dos inquiridos são naturais das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, e 1 a 2,6% viveu numa destas áreas, mas a maioria, viveu ou nasceu em outras localidades.

A estrutura demográfica desta população é diferente da população residente; destacam-se os grupos etários dos 15-24 anos, sendo uma grande parte, jovens que vieram estudar para a universidade e o politécnico e o grupo dos activos jovens (25 aos 44 anos), correspondente a migrações por motivos profissionais ou para melhoria da qualidade de vida.

No caso da Guarda, são sobretudo os idosos correspondendo ao regresso de reformados. A elevada percentagem de jovens entre os 15 e os 24 anos que afirma ter

Áreas Metropolitanas ou qualquer outra região do país, a emigrantes regressados e a naturais das ex-

vivido nas áreas de Lisboa e Porto, correspondem a estudantes que tendo tirado o curso superior nestas cidades, regressaram à suas terras.

Quadro 7.17. - Situação socio-profissional da população natural ou com residência anterior nas Áreas Metropolitanas, 1999

Cidade:	Activo	Doméstica	Estudante	Reformado	Total
C. Branco	54,5	9,1	27,3	9,1	100,0
Fundão	47,6	9,5	42,9	0,0	100,0
Covilhã	52,5	7,5	32,5	7,5	100,0
Guarda	63,0	7,4	18,5	11,1	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Atendendo, especificamente, aos inquiridos que afirmaram ser naturais ou que residiram anteriormente nas Áreas Metropolitanas (maioritariamente na Área Metropolitana de Lisboa), pode reconhecer-se um movimento recente de indivíduos que vem trabalhar para a região. Cite-se o caso de Castelo Branco cuja imigração de população das AM's em direcção à cidade é sobretudo por razões de trabalho.

A estrutura de habilitações desta população é mais elevada, nomeadamente indivíduos que possuem graus de ensino médio ou superior e que vieram para estas cidades para os serviços públicos e sociais. Os níveis de escolaridade mais baixos associados aos idosos reformados. O regresso de população reformada constitui um aspecto a considerar nas políticas urbanas e regionais, nomeadamente na programação de equipamentos e infra-estruturas de apoio e no desenvolvimento de novos mercados de consumo para este grupo.

Este movimento de população com naturalidade ou residência anterior exógena à região teve efeitos na base económica e social que não são negligenciáveis. Durante a década de setenta, vários retornados de África montaram os seus negócios e ganharam notoriedade no círculo empresarial da região (destaque-se o caso de Castelo Branco no domínio industrial e da Guarda no comércio). Mais recentemente, o ensino superior e a abertura de filiais de empresas de Lisboa ou Porto, trouxeram também novos habitantes para estas cidades, nomeadamente quadros médios e superiores dos serviços públicos e para alguns serviços privados como a banca e os seguros. Por outro lado, alguns dos

colónias, a estudantes universitários e a reformados que regressam à terra natal.

líderes dos movimentos associativos locais e regionais são indivíduos que já viveram fora da região.

Todavia, apesar da tendência positiva, a região permanece carenciada de recursos humanos qualificados e de população jovem.

7.5. A importância das cidades na evolução do emprego e da base económica regional

O segundo aspecto em que assenta o sistema urbano e regional é a base económica da região. As transformações ocorridas reflectem, por um lado, a evolução geral da economia, que aponta no sentido da terciarização, por outro, aspectos específicos decorrentes da evolução demográfica e industrial da região.

A estrutura produtiva da região sofreu grandes transformações que apontam no sentido de um decréscimo do sector primário e de um reforço do sector industrial e terciário, em particular, associado à actividade comercial e aos serviços públicos. Entre 1981 e 1991, o número de activos ligado ao sector primário viu reduzir o seu peso de 35,2% para 20,6%, enquanto o sector secundário atingiu os 34,4% e o sector terciário, cresceu 13% (de 32,0% em 1981 para 45,0% em 1991).

Quadro 7.18. - Estrutura da população activa por sector de actividade nos concelhos urbanos da Beira Interior, 1981 e 1991 (%)

Concelho	Primário		Secundário				Terciário			
			Ind. Transf.		Total		Comércio		Total	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Guarda	28,7	12,5	19,4	22,5	30,9	32,6	10,8	16,7	40,4	54,9
Covilhã	15,2	8,7	43,4	43,3	53,6	52,0	10,4	14,2	31,1	39,3
Fundão	41,8	23,0	13,3	21,5	27,6	33,0	10,5	16,4	30,6	44,0
Castelo Branco	18,7	9,7	20,0	24,1	36,0	35,6	13,0	17,1	45,2	54,7
Concelhos Urbanos	23,5	12,1	26,6	29,3	39,4	39,6	11,2	16,0	37,0	48,3
Restantes	54,0	36,2	8,9	13,3	22,2	24,8	7,1	12,4	23,9	39,0
Total da Beira Interior	35,2	20,6	19,8	23,6	32,8	34,4	9,6	14,7	32,0	45,0
Continente	19,3	10,9	26,8	26,8	38,9	38,1	13,3	17,5	41,8	51,1

Fonte: INE, 1981, 1991

Nas cidades, as mudanças foram mais evidentes. Em 1991, a estrutura da população activa nos quatro concelhos urbanos era muito semelhante à registada no país, o que representa uma melhoria significativa relativamente a 1981, onde o sector primário assumia um peso superior à média do país. Os concelhos de Castelo Branco e da Guarda, pela presença dos vários serviços administrativos e sociais inerentes à sua posição de sede de distrito, apresentavam valores de activos no terciário superiores aos restantes concelhos (urbanos e rurais) e, mesmo, superiores à média nacional.

Segundo outra fonte, os Quadros de Pessoal do Ministério do Emprego, entre 1985 e 1997, o emprego cresceu cerca de 35% e os estabelecimentos mais que duplicaram em número, tendo verificado-se o maior crescimento entre 1985 e 1991. Este, resultou de uma conciliação de dinâmicas de base endógena e exógena, particularmente expressivas não só no crescimento do sector industrial, da construção civil e obras públicas mas, também, no comércio e dos serviços em geral.

Quadro 7.19. – Evolução do número de estabelecimentos e das pessoas ao serviço, 1985 a 1997

Concelhos	Estabelecimentos				Pessoas ao serviço			
	1985	1991	1996	1997	1985	1991	1996	1997
Guarda	495	726	1 003	1 151	5 531	8 029	8 852	9 127
Castelo Branco	771	1 199	1 365	1 506	8 017	11 867	11 582	11 875
Covilhã	703	898	1 075	1 198	13 088	13 327	11 417	11 057
Fundão	328	537	734	802	3 196	4 313	5 371	5 630
Concelhos Urbanos	2 297	3 360	4 177	4 657	29 832	37 536	37 222	37 689
Restantes	820	1 366	1 725	1 928	7 593	11 020	12 372	13 184
Total	3 117	4 726	5 902	6 585	37 425	48 556	49 594	50 873
Peso dos concelhos urbanos na região (%)	73,7	71,1	70,8	70,7	79,7	77,3	75,1	74,1

Fonte: MESS

Outro aspecto que permite sublinhar a importância económica das cidades na região é a concentração do emprego e dos estabelecimentos que aí se verifica. Em 1985, estavam registados 3 117 estabelecimentos que empregavam 37 425 pessoas ao serviço e destes, 73,7% e 79,7%, respectivamente, concentravam-se nos quatro concelhos urbanos (na Covilhã e Castelo Branco, só a indústria transformadora possuía cerca de 12 000 pessoas ao serviço).

Quadro 7.20. – Evolução do peso do pessoal ao serviço nos 4 concelhos urbanos no total de emprego da Beira Interior, por ramo de actividade (%), 1985 a 1997

Ano	Indústria transf.	Construção Civil e Ob.Públicas	Comércio, Hotelaria e Restauração	Transportes e Comunicações	Serviços de produção	Serviços sociais e pessoais	Total
1985	81,7	68,2	83,3	74,2	72,7	74,6	79,7
1991	80,3	72,5	81,3	75,1	69,4	74,2	77,8
1997	75,9	68,6	79,2	77,5	77,2	69,4	74,1

Fonte: MESS

Contudo, nos últimos anos, tem-se verificado igualmente um crescimento do emprego nos concelhos não urbanos, nomeadamente nas sedes dos concelhos de Belmonte, Sabugal, Trancoso e Celorico da Beira, associado ao aproveitamento da mão-de-obra disponível⁶, fundamentalmente feminina, fenómeno que contribui para a dinâmica dos territórios não urbanos.

Esta tendência atingiu a indústria transformadora, o comércio, a hotelaria e restauração e os serviços sociais e pessoais, ramos que cresceram nos concelhos rurais. Em particular, entre 1985 e 1991, o emprego nos restantes concelhos rurais da Beira Interior ligado ao turismo (hotelaria e restauração), quase duplicou, tendo continuado a crescer entre 1991 e 1997.

Ao contrário, nos transportes e comunicações e nos serviços de apoio à produção, houve um reforço da posição dos concelhos urbanos como centros empregadores nestes ramos de actividades, tendência que reflecte a rehierarquização dos serviços privados (concentração nos níveis superiores da hierarquia). Entre 1991 e 1997, o emprego na banca, seguros e outros serviços de apoio à produção, cresceu cerca de 30% mas, no entanto, nos concelhos rurais verificou-se um decréscimo de 13,4%. Daí que, em 1991, os quatro concelhos urbanos que concentravam 69,4% do emprego, em 1997, viram o seu peso reforçado, atingindo os 77,2% do emprego deste ramo na região.

A distribuição do emprego por lugares mostra, assim, uma relação com o sistema de povoamento e com as acessibilidades.

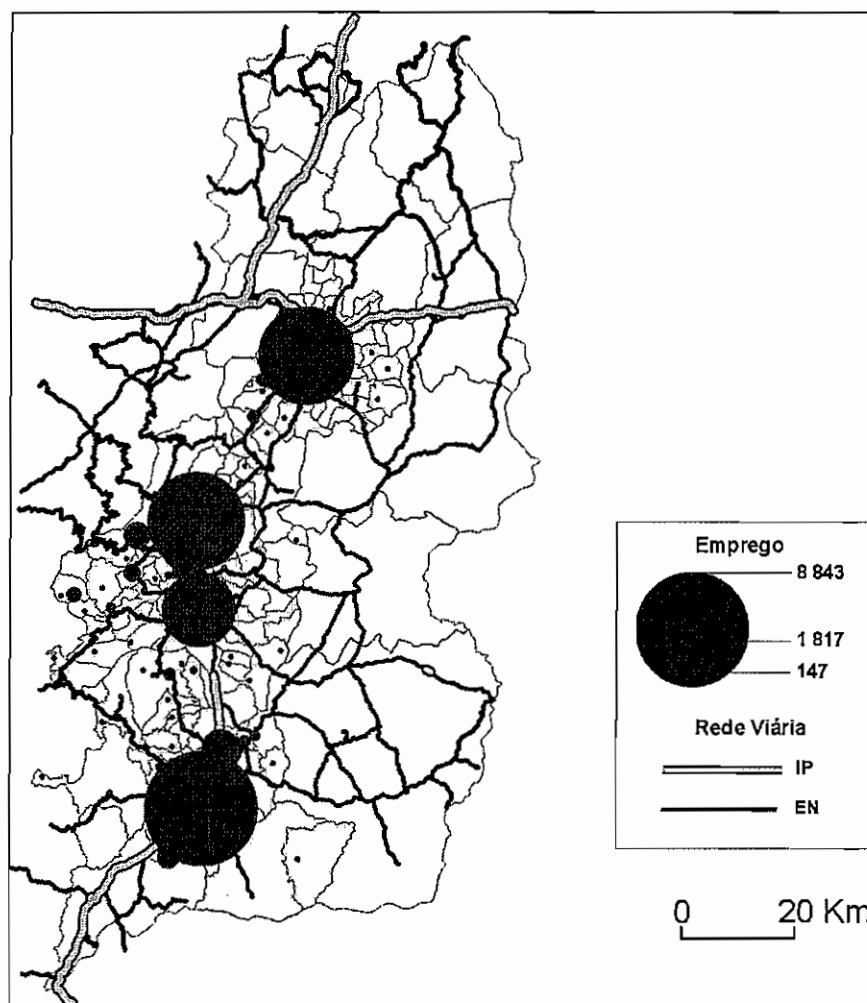
O crescimento de emprego na região tem-se associado às pequenas empresas que, nos últimos anos, têm aumentado (em 1997, a percentagem de estabelecimentos com

⁶ A formalização do emprego familiar não remunerado contribuiu também para o acréscimo verificado nos concelhos rurais.

menos de 10 pessoas ao serviço, atingia os 86,4%, enquanto estes em 1985, representavam 77,6% do total de estabelecimentos).

Do conjunto de concelhos, Covilhã e Belmonte, são os concelhos que registam maior expressão de emprego em estabelecimentos com dimensão superior a 100 efectivos, o que se relaciona com a importância da produção da produção de fios, tecidos e de vestuário. O grande crescimento dos estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço registou-se já na década de noventa, entre 1991 e 1997.

Figura 7.10. – Pessoas ao Serviço por lugar nos quatro concelhos urbanos, 1997



Fonte: Ministério do Trabalho e Solidariedade, 1997

O aproveitamento de factores como a disponibilidade de mão-de-obra e a acessibilidade relativamente aos mercados do Litoral, espanhol e europeu (proximidade ao IP5, como eixo de ligação aos mercados nacional, ibérico e europeu) têm também

favorecido o crescimento do emprego na Beira Interior Norte, nomeadamente o emprego industrial em novas unidades intensivas em trabalho ligadas à produção de vestuário.

Considerando o volume de vendas por pessoa ao serviço, verifica-se que são as actividades ligadas ao comércio e à distribuição que geram volumes de vendas por efectivo mais elevados. Em Castelo Branco e na Guarda, esse valor está associado ao comércio por grosso, na Covilhã, ao comércio a retalho de combustíveis para veículos a motor e, apenas no Fundão, se reporta à actividade industrial de produção de “óleos e de gorduras animais e vegetais” (azeite).

Quadro 7.21. – Importância dos estabelecimentos e do emprego em unidades de pequena dimensão, 1985, 1991 e 1997 (%)

Concelho	% de estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço			% de Pessoas ao serviço em estabelecimentos com					
				0-9 pessoas	10-99 pessoas	0-9 pessoas	10-99 pessoas	0-9 pessoas	10-99 pessoas
	1985	1991	1997	1985		1991		1997	
Guarda	77,4	80,6	85,9	24,7	44,5	25,7	44,2	34,4	42,8
Belmonte	82,0	82,9	87,9	17,5	16,6	14,3	24,1	19,5	19,1
Covilhã	73,4	77,2	85,0	13,1	31,8	17,2	36,9	26,8	39,7
Fundão	77,4	83,1	87,6	29,4	59,7	33,3	48,9	34,6	46,1
Castelo Branco	77,4	83,0	84,1	25,0	48,5	27,0	41,8	34,3	33,5
Concelhos Urbanos	76,2	80,9	85,8	20,2	41,6	24,0	41,4	32,2	39,5
Restantes	81,7	85,7	87,7	30,4	41,3	34,8	41,7	40,9	34,9
Total	77,6	82,3	86,4	22,2	41,6	26,4	41,4	34,4	38,3

Fonte: MESS

7.6. A importância da indústria na base económica da região

7.6.1. A estrutura sectorial da indústria transformadora

A evolução demográfica e produtiva da região tem estado, desde sempre, ligada à presença da actividade industrial. Passada a primeira fase de industrialização da região, associada aos lanifícios e à produção de panos na Serra da Estrela, Cova da Beira e na região de Castelo Branco, com prolongamento até Portalegre, teve lugar outra fase da industrialização da região, com maior expressão nos concelhos de Castelo Branco, Belmonte, Sabugal e Celorico da Beira.

Segundo informação do MESS, em 1982, estavam registadas cerca de 19 000 pessoas na indústria transformadora, sendo que aproximadamente 15 500 estavam concentradas nos quatro concelhos urbanos.

O grande salto de crescimento verificou-se entre 1988 e 1991, ano em que se atingiu perto dos 25 000 postos de trabalho. Destes, 19 602 localizavam-se nos concelhos urbanos, nomeadamente em Castelo Branco que, em 1991, registou um máximo de 5 706 efectivos. Quanto ao concelho da Covilhã, tem vindo a perder postos de trabalho (8 442, em 1982, 6 512, em 1996, 5 900 em 1997), o que significa que alterou a sua posição relativa face aos restantes concelhos urbanos, onde se verificaram acréscimos. O Fundão quase duplicou os efectivos (1 114, em 1982, para 2 193, em 1997) e a Guarda viu crescer o emprego industrial de 2 217, em 1982, para 3 601, em 1997.

Quadro 7.22. - Emprego na Indústria Transformadora, 1982-1997 (%)

Concelho	1982	1997	Variação				
			1982-85	1985-88	1988-91	1991-96	1996-97
Guarda	2 217	3 601	0,0	7,9	41,3	5,0	1,6
Belmonte	887	1 923	40,9	22,7	40,0	-16,3	7,0
Covilhã	8 442	5 900	1,2	-0,8	1,6	-24,4	-9,4
Fundão	1 114	2 222	29,2	3,0	28,7	15,0	1,3
Castelo Branco	3 791	4 969	-7,2	7,6	50,7	-12,2	-0,9
Concelhos Urbanos	15 564	16 692	1,0	2,7	21,5	-11,9	-3,3
Restantes	3 259	5 290	8,1	14,1	19,2	3,8	6,3
Total região	18 823	21 982	2,2	4,8	21,0	-8,8	-1,2
Continente	850 891	823 646	-0,3	3,9	6,1	-14,8	3,4

Fonte: MESS

Entre os principais ramos da região contam-se as confecções, que por si só representam 33,6% do emprego industrial da Beira Interior (dos 7 462 postos de trabalho, 1 510, 1 759 e 1 913 localizam-se em Castelo Branco, Belmonte e Covilhã, respectivamente) (MESS, 1997). Outras actividades importantes na região em estudo são a tecelagem, com 2 675 postos de trabalho, a preparação e a fiação de fibras têxteis, com 2 177 empregados, os produtos alimentares com 2 086 pessoas ao serviço (caso dos congelados), a produção de cabos eléctricos, que envolve 2 086 postos de trabalho em apenas dois concelhos (Guarda e Castelo Branco), os lacticínios com 793 empregos e ainda, o calçado, com 708 pessoas ao serviço (MESS, 1997). Estes sub-ramos, em

conjunto com as confecções, totalizam 16 619 postos de trabalho, o que representa 77,7% do emprego na indústria transformadora na região.

Contudo, apesar do domínio do têxtil, vestuário e calçado, verifica-se que o grau de concentração tem vindo a diminuir. O quociente de localização para o ramo 3.2.- Têxtil, Vestuário e Calçado - nos concelhos urbanos, entre 1985 e 1997, mostra que nestes, os valores decresceram de 2,1 para 1,6, enquanto nos concelhos rurais, o quociente manteve-se sensivelmente o mesmo (1,6 em 1985 para 1,8 em 1997).

No conjunto, os acréscimos de emprego mais expressivos verificaram-se nos ramos 3.2. e 3.8.⁷ - da CAE-Rev. 1. mas há algumas diferenças e especializações regionais que introduzem um padrão mais diferenciado. A estrutura industrial dos concelhos urbanos é mais diversificada que a dos concelhos rurais. Nos quatro concelhos urbanos, onde se concentra mais de 70% do pessoal ao serviço, encontram-se empresas cuja produção se destina ao mercado local e regional como a panificação, até outras, cujos mercados são mais alargados, que incluem unidades de produção de leite e derivados (queijo, iogurtes, gelados e sobremesas), produtos congelados, confecções, mobiliário, artes gráficas, tintas, metalurgia de base, equipamento de refrigeração, produtos metálicos, produção de toldos, entre outros.

Em meio rural, para além das unidades de extracção e transformação de rochas e minerais, encontramos outras empresas que aproveitam matérias-primas locais ligadas à produção de lacticínios (caso dos queijos no Sabugal, em Figueira de Castelo Rodrigo e em Idanha-a-Nova), à conservação de frutos e produtos hortícolas (caso de Sobral do Campo em Castelo Branco), produtos derivados da madeira e a cestaria (Gonçalo, na Guarda).

Em meio rural, encontram-se também outras empresas cuja localização se relaciona com o aproveitamento da mão-de-obra disponível. São as empresas de vestuário que se têm expandido nos concelhos de Celorico da Beira, Pinhel, Belmonte e Sabugal e que, segundo dados de 1996, são a principal actividade empregadora em vários concelhos da região. Em Celorico da Beira, o emprego no vestuário passou a representar cerca de 65% do emprego industrial no concelho, no Sabugal, 47,5%, em Pinhel, 75,4% e em Belmonte, mais de 90%.

⁷ O ramo 3.8. corresponde à fabricação de produtos metálicos e de máquinas, equipamento e material de transporte.

Em alguns casos, nos concelhos urbanos, as empresas ligadas à fileira do têxtil e vestuário localizam-se muitas vezes em freguesias fora das cidades; no caso da Guarda destacam-se as empresas localizadas em Vila Cortez do Mondego e Trinta, na Covilhã, em Unhais da Serra e em Castelo Branco, em Alcains e Cebolais de Cima.

Quadro 7.23. – Três principais actividades empregadoras de cada concelho, 1997

Concelho	Actividade	Nº Pessoas	Actividade	Nº Pessoas	Actividade	Nº Pessoas	% Total
Concelhos Urbanos							
Guarda	Fabr. de fios e cabos	1 021	Construção Civil	672	Com. a retalho n. espec.	669	25,9
Covilhã	Vestuário e acessórios	2 034	Prep. e fiação de fibras têxteis	1 384	Tecelagem de têxteis	1 253	42,2
Fundão	Vestuário e acessórios	1 210	Construção Civil	463	Com. a retalho n. espec.	303	35,1
Castelo Branco	Vestuário e acessórios	1 599	Construção Civil	1 141	Fabr. Fios e cabos	1 084	32,2
Restantes Concelhos							
Almeida	Restauração	110	Com. a retalho n. espec.	88	Construção Civil	75	34,9
Belmonte	Vestuário e acessórios	1 886	Construção Civil	79	Act. acção social	72	79,6
C. Beira	Vestuário e acessórios	2 04	Construção Civil	154	Restauração	52	42,9
F.C. Rodrigo	Construção Civil	68	Indústria de Lacticínios	68	Act. acção social	58	30,6
Idanha-a-Nova	Agricultura	544	Prod. Agrícola e animal associada	130	Serviços(inclui o termalismo)	106	52,8
Manteigas	Prep. Fiação fibras têxteis	362	Construção Civil	110	Act. acção social	48	65,1
Meda	Construção Civil	168	Transp. Terrestes (ex. c-f)	53	Act. acção social	35	53,8
Pcnamacor	Act. de acção social	102	Construção Civil	94	Ens. Básico e secundário	39	38,7
Pinhel	Indústria de calçado	645	Construção Civil	170	Serragem, corte, acabamento pedra	67	54,5
Sabugal	Vestuário e acessórios	262	Construção Civil	196	Act. de acção social	168	42,8
Trancoso	Construção Civil	275	Act. acção social	107	Ensino adultos e outras activ. Educativas	63	37,8
V. V. Rodão	Fab. Pasta de papel e cartão	317	Act. acção social	70	Com. retalho combustíveis p/ veículos a motor	24	64,7

Fonte: MTS, 1997

7.6.2. A indústria em meio rural e urbano - estruturas, dinâmicas e competitividades diferenciadas

A evolução da indústria tem características e perfis próprios que permitem, não só distinguir os tecidos empresariais localizados nos concelhos rurais e urbanos, como, no seu conjunto, permitem distinguir esta região de outras regiões do interior do país. No sentido de identificar essas especificidades locais, tal como foi explicitado anteriormente, foi realizado um inquérito às empresas industriais que permitiu não só conhecer a génese e estrutura organizativa das empresas da região, como os seus graus de competitividade e inserção no sistema económico nacional e internacional.

A partir dos resultados dos inquéritos realizados a 110 unidades produtivas, apuraram-se 89 variáveis que traduzem aspectos da sua estrutura organizativa e produtiva. Com estas elaborou-se uma matriz de correlações, no sentido de identificar as variáveis que mais se relacionam e que explicam a dinâmica industrial rural e urbana. Consideraram-se relevantes as variáveis que registam um coeficiente de correlação superior a 0,5⁸ e a partir destas, identificaram-se quatro grandes conjuntos de variáveis que possuem valores de correlação mais significativos e cuja análise mais detalhada permitiu caracterizar o sistema produtivo da região, fazendo sobressair as especificidades e os diferentes perfis que assumem os concelhos urbanos e rurais.

O primeiro aspecto a salientar relaciona-se com a génese das empresas, o segundo com o grau de integração nos mercados nacional e internacional, o terceiro, destaca a importância da mão-de-obra e a estrutura de qualificações, nomeadamente da mão-de-obra feminina em meio rural e o quarto, e último aspecto, permite identificar variáveis que se relacionam com as formas de gestão e de organização empresarial.

Assim, o primeiro conjunto de variáveis que regista coeficientes de correlação entre si mais elevados são a naturalidade, a idade e as habilitações dos empresários/membros da direcção, bem como a sua estrutura jurídica. O segundo aspecto reúne variáveis que retratam a estrutura comercial e a capacidade de integração nos mercados, o terceiro incide sobre variáveis de emprego e da estrutura de qualificações enquanto, o quarto e último aspecto evidencia variáveis que descrevem a utilização de

⁸ Atenda-se a que este valor de correlação é muito significativo, tendo em atenção a dimensão da população estatística (99%).

serviços e os investimentos efectuados. Estes aspectos serão então analisados com maior detalhe.

Quadro 7.24. - Características da indústria transformadora com importância para a configuração do sistema produtivo regional

Mecanismos de base territorial	Variáveis onde ocorrem coeficientes de correlação mais elevados	Coefficientes de Correlação
Génese e Cultura Empresarial	<ul style="list-style-type: none"> • Naturalidade dos empresários/membros da direcção • Idade dos empresários/membros da direcção • Habilitações dos empresários/membros da direcção • Integração ou não num grupo económico • Ser ou não filial de outra empresa 	0,60 a 0,80
Internacionalização dos sistemas locais de produção	<ul style="list-style-type: none"> • % de produtos provenientes da região • % de produtos que provêm de Lisboa ou Porto • % de produtos importados do exterior do país • % de produção para exportação; • % de produção para o mercado nacional • % de produção com destino a Lisboa e Porto • Tipo de fornecedor (empresa subcontratante ou outra) • Tipo de clientes (empresa industrial, comercial) • Subcontratação de outras empresas 	0,50 a 0,90
Emprego e Estrutura de Qualificações	<ul style="list-style-type: none"> • Número de pessoas ao serviço • Estrutura de qualificações das pessoas ao serviço • Número de pessoas ao serviço à cinco anos atrás • % de Mão-de-obra feminina no sector da produção • % de Mão-de-obra masculina no sector da produção 	0,90 a 0,98
Formas de Gestão e de Organização	<ul style="list-style-type: none"> • Recurso a serviços de segurança • Recurso a serviços de limpeza • Recurso a serviços para fornecimento de refeições • Tipo de investimentos realizados nos últimos 10 anos 	0,50 a 0,60

a) Alguns aspectos da génese e cultura empresarial da região

Um dos aspectos que caracteriza a região e, em particular, as cidades em estudo, é a recente expansão de empresas de capitais de origem exógena à região. Assim, paralelamente à criação de pequenas empresas de raiz local, foram surgindo empresas de capital estrangeiro, ligadas aos ramos do vestuário (nos vários concelhos da região), calçado (em Castelo Branco e Pinhel), produção de cabos eléctricos (Castelo Branco e Guarda) e outros componentes para automóveis (Guarda), globalmente, ramos intensivos em trabalho. Contudo, surgiram também capitais estrangeiros em ramos menos intensivos em trabalho, como os plásticos (Castelo Branco), os compressores (Castelo Branco), as embalagens (Covilhã) e alguns outros, localizados nas quatro cidades, que apesar de

gerarem menor volume de emprego, geram maior valor acrescentado, contribuindo para a internacionalização da produção regional.

Existem assim, diferenças entre os concelhos urbanos (com uma estrutura produtiva mais diversificada e maior concentração de investimentos exógenos) e os concelhos rurais, cuja internacionalização se liga, fundamentalmente, à presença de empresas de capital estrangeiro no ramo do vestuário.

Para além da estrutura de capitais, há outros aspectos que caracterizam a génese e a estrutura empresarial da região nos últimos anos: a naturalidade, estrutura etária e grau de habilitações dos empresários.

Quanto à naturalidade dos empresários, cerca de 40% dos corpos dirigentes e de gestão das empresas localizadas nos concelhos urbanos, são naturais da mesma localidade onde está implantada a empresa, no caso dos concelhos rurais, esse valor é de apenas 7%. Por outro lado, cerca de 34% dos membros dirigentes ou de gestão são provenientes de localidades rurais da região, 4% das Áreas Metropolitanas, 7% de outras regiões do país, 4% do estrangeiro e 5% das ex-colónias.

Quadro 7.25. - Naturalidade dos sócios e de outros membros da direcção das empresas

Concelhos	Natural da Região			Natural de fora da Região				Total
	Da mesma localidade da empresa	De outra cidade da região	De uma localidade rural	Da AML	De outra área do país	Do Estrangeiro	Das Ex-colónias	
Guarda	42,1	0,0	36,8	0,0	21,1	0,0	0,0	100,0
Covilhã	46,2	5,1	25,6	7,7	2,6	7,7	5,1	100,0
Fundão	38,2	2,9	55,9	0,0	2,9	0,0	0,0	100,0
C. Branco	38,5	7,7	23,1	5,2	7,7	5,1	12,8	100,0
C. Urbanos	41,2	4,6	34,4	3,9	6,9	3,8	5,3	100,0
Outros Conc. da Região	7,7	15,4	61,5	7,7	7,7	0,0	0,0	100,0
Outros conc. limítrofes	26,2	21,4	21,4	9,5	9,5	11,9	0,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Em relação às empresas localizadas nos concelhos rurais, há uma larga percentagem de empresários dos concelhos rurais que é natural de outras localidades rurais, nomeadamente de aldeias de pequena dimensão (61%).

Outro aspecto que caracteriza a cultura empresarial regional é o facto de uma percentagem significativa dos dirigentes, independentemente de serem ou não naturais da região, já terem residido e exercido profissão fora dela. Essa percentagem é mais elevada

nos concelhos urbanos, cerca de 40% (19% residiu em outras localidades do interior do país, 12% nas ex-colónias e 7% nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto) do que nas empresas localizadas em meio rural, em que apenas 18% residiu alguma vez fora da região. Tal situação, revela uma menor mobilidade dos empresários em meio rural e, por outro lado, revela a capacidade das cidades em atraírem investimentos exógenos à região.

Os empresários dos concelhos urbanos são mais jovens e mais qualificados que os instalados nos restantes concelhos. Cerca de 10,6% dos membros da direcção das empresas dos quatro concelhos urbanos possuem menos de 35 anos e 50% estão entre os 35 e os 54 anos, enquanto nos concelhos rurais, os valores registados nesse escalão são, respectivamente, 6,7% e 60%.

A estrutura de habilitações mostra também as diferenças entre os empresários em meio urbano e rural; cerca de 20% dos membros possuem um curso médio ou superior (quer em meio urbano, quer rural) mas, é nos concelhos urbanos que se regista uma percentagem de indivíduos com cursos técnicos (7%) e com o ensino superior ao 9º ano (14%) mais elevada. À semelhança de outras regiões do país, verifica-se que a formação por via empírica domina sobre a formação escolarizada.

Quadro 7.26. - Percentagem de sócios e outros membros da direcção que já residiram e exerceram profissão fora da região, 1999

Concelhos	Tem naturalidade ou residência exógena à região								Relações de parentesco	
	Não	AML	AMP	Litoral	Interior	Ex-Colónias	América Sul	Total	Não	Sim
Guarda	81,8	-	-	-	9,1	9,1	-	100,0	37,5	62,5
Covilhã	68,4	5,3	-	-	10,5	15,8	-	100,0	27,3	72,7
Fundão	41,7	-	8,3	-	41,7	8,3	-	100,0	29,4	70,6
Castelo Branco	53,3	6,7	6,7	-	20,0	13,3	-	100,0	28,4	71,6
Concelhos Urbanos	61,4	3,5	3,5	-	19,3	12,3	-	100,0	29,7	70,3
Resto Beira Interior	90,0	-	-	10,0	-	-	-	100,0	60,0	40,0
Outros concelhos limítrofes à região	55,0	5,0	-	-	10,0	20,0	10,0	100,0	47,6	52,4
Total	63,2	3,4	2,3	1,1	14,9	12,6	2,3	100,0	36,8	63,2

Fonte: Inquérito, 1999

Outro aspecto que marca a cultura empresarial local são as relações de parentesco entre sócios e elementos da empresa, que nos concelhos urbanos têm uma expressão mais forte que nos concelhos rurais (70,3% dos membros dirigentes das empresas dos concelhos urbanos têm relações de parentesco, contra 40,0% em meio rural). Se analisarmos a origem dos quadros técnicos e encarregados, verificamos que cerca de 30% é integrado por ser sócio ou familiar de algum sócio, 30% fá-lo por evolução dentro da empresa, cerca de 25% é proveniente de outras empresas e traz, portanto, uma experiência e um conhecimento importante para a definição de um enquadramento e, apenas 9%, é proveniente da Universidade ou do Centro de Formação.

b) Os mercados e a internacionalização da produção

O segundo aspecto que se evidencia da análise da matriz de correlações, é a relação entre as variáveis relativas à origem das matérias-primas, às exportações e o estabelecimento de relações de subcontratação, com empresas locais ou internacionais.

Quando inquiridos sobre a origem geográfica dos três principais produtos usados como matérias-primas verificamos a existência de diferenças entre as empresas localizadas nos quatro concelhos urbanos e os restantes concelhos da região. Cerca de metade das empresas dos concelhos rurais afirmam utilizar frequentemente matérias-primas provenientes da região, o que se relaciona com o tipo de produção e de produtos produzidos; transformação de produtos agrícolas, hortícolas e pecuários, as madeiras e a produção de aglomerados e telhas, são ramos com expressão nos concelhos rurais e que utilizam matérias-primas locais.

Todavia, a outra metade das empresas dos concelhos rurais referem que não utilizam, ou utilizam pouco, matérias-primas oriundas da região; estão nesta situação as empresas de confecções, cujos tecidos são, muitas vezes, fornecidos pelas empresas contratantes ou provêm maioritariamente de fora da região.

No caso das empresas localizadas nos concelhos urbanos, os mercados de compra são mais alargados naturalmente para responder a uma estrutura industrial mais diversificada. Cerca de metade das empresas dos quatro concelhos urbanos utilizam frequentemente matérias primas provindas das regiões de Lisboa e Porto e as restantes, recorrem ao estrangeiro.

A tipologia dos fornecedores mostra que aproximadamente metade das empresas adquire os seus produtos a outras empresas industriais enquanto as restantes são fornecidas por empresas do mesmo grupo ou de empresas subcontratantes. Quanto às empresas localizadas nos concelhos rurais da Beira Interior, estas são, maioritariamente, abastecidas por outras empresas industriais e apenas 20% referem que são fornecidas por empresas do grupo ou outras subcontratantes (associado ao caso das confecções e afins).

Assim, uma parte da produção tem como destino essas mesmas empresas subcontratantes (11,1% no caso dos concelhos urbanos e 15,4% nos concelhos rurais), havendo outra parcela que tem como destino empresas do mesmo grupo (cerca de 15% em ambos os casos). Cerca de 56% da produção das empresas localizadas nos quatro concelhos urbanos vai para consumo final, sendo que nos concelhos rurais essa percentagem é de 46%. O restante da produção destina-se a outras empresas industriais.

Quadro 7.27. - Tipo de fornecedor das empresas, 1999 (%)

Concelhos	Outras Indústrias	Empresas do Grupo	Outras empresas (que)		Total
			a subcontratam	Retalho/Grosso	
Concelhos Urbanos	50,0	25,0	25,0	0,0	100,0
Resto Beira Interior	80,0	10,0	10,0	0,0	100,0
Outros concelhos limítrofes à região	72,2	16,7	5,6	5,5	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Estas empresas subcontratantes, não são apenas empresas estrangeiras ou exógenas à região mas são também empresas locais, situação particularmente evidente na Covilhã e em Castelo Branco, onde se estabelecem relações entre empresas de fiação e vestuário. Nos lanifícios, PIRES (1996) refere a existência de pequenas empresas que trabalham por subcontrato para outras empresas de maior dimensão, "não raras vezes tratando-se da empresa onde já estiveram como assalariados. Por vezes, a sua saída é estimulada pelos patrões que aproveitam, assim, para vender equipamento mais antigo e reduzir os custos com a mão-de-obra, passando a dispor de uma rede de pequenas empresas que utilizam para aumentar a sua capacidade de produção sempre que encomendas pontuais a isso o obrigam" (pp. 120)

A integração da produção no mercado nacional e internacional tem também uma base urbana, quer pelo número de empresas exportadoras, quer pelo valor expedido, quer ainda pelo tipo de produção. Segundo informação do Anuário Estatístico de 1997, os

concelhos de Castelo Branco e da Covilhã, são os principais exportadores da Beira Interior, seguidos da Guarda, Sabugal e Belmonte⁹.

Efectivamente, embora algumas empresas dos concelhos rurais ligadas ao vestuário e à produção de fio e panos apresentem um forte grau de integração nos mercados não locais (cerca de 30% das empresas responderam que exportam todos os produtos produzidos enquanto 54,5% responde que envia todos os seus produtos para o mercado nacional), são as empresas localizadas nos concelhos urbanos que mais contribuem para a internacionalização da região pelo volume de vendas realizado. A estrutura sectorial das exportações é mais diversificada, sendo que, para além do vestuário e da produção têxtil, se conta a fileira do frio, das componentes eléctricas e dos produtos alimentares.

Quadro 7.28. - Internacionalização da base produtiva da região -
Exportações e Importações, 1997

Concelho	Comércio Intracomunitário				Comércio Extracomunitário			
	Chegada		Expedição		Importação		Exportação	
	Empresas	Valor	Empresas	Valor	Empresas	Valor	Empresas	Valor
	Nº	10 ⁶ esc.	Nº	10 ⁶ esc.	Nº	10 ⁶ esc.	Nº	10 ⁶ esc.
Guarda	18	6076	35	6360	12	270	18	554
C. Branco	19	-	34	7295	15	874	17	331
Covilhã	30	20079	49	13412	25	3041	35	1886
Fundão	9	3729	20	2151	9		14	1365

- Não disponível

Fonte : INE (1997), Anuário Estatístico da Região Centro

Entre os mercados externos, o mercado espanhol é, de algum modo, um mercado importante, com o qual cerca de 60% das empresas inquiridas têm relações que vão desde o abastecimento de matérias-primas à exportação. No caso das empresas localizadas nos concelhos rurais, as relações estabelecidas com as empresas espanholas assumem um âmbito mais lato, destacando-se a troca de informações do foro produtivo ou tecnológico (5,2%).

De salientar que nas empresas rurais, a exportação ganhou peso na década de noventa, enquanto nos concelhos urbanos, algumas empresas de natureza local criadas durante a década de sessenta e setenta, enviavam já a sua produção tanto para o mercado

⁹ É de referir que a taxa de cobertura de concelhos como a Covilhã, Belmonte e Guarda, demonstram o grande peso que detêm as importações de panos e fios relativamente às exportações.

nacional como internacional (caso da Dielmar, na produção de vestuário, empresas de produção de fio e pano de lã e produtos alimentares, como as farinhas).

Os produtos da fileira do têxtil e vestuário, a produção de cabos eléctricos e de produtos na fileira do frio são assim, um vector da internacionalização da região, quer pelo investimento directo realizado, pela importação de matérias-primas, pela integração em grupos económicos internacionais e nas redes de subcontratação, quer ainda, por via da exportação do produto final.

c) A mão-de-obra feminina - uma componente importante do sistema de produção da região

As unidades de média e grande dimensão ligadas a ramos intensivos em trabalho presentes na região, empregam na produção um elevado número de mulheres. As diferenças entre os concelhos urbanos e rurais são claras. Nos urbanos, a estrutura do pessoal ao serviço está associada a funções mais qualificadas, representando os membros da direcção 5,5% do pessoal ao serviço, ao contrário dos concelhos rurais, em que apenas são 2,1%.

O mesmo se verifica com os quadros técnicos, que nos concelhos urbanos representam 5,7% do pessoal ao serviço e nos concelhos rurais apenas 2,6%, os funcionários administrativos e do sector comercial, 6,8% nos concelhos urbanos e 3,2% nos rurais e os encarregados de produção que nos concelhos urbanos são 6,2% do total de efectivos e nos rurais representam apenas 2,8% do total. Naturalmente que, o peso do pessoal dedicado à produção é mais elevado nos concelhos rurais que nos urbanos, acentuando-se ainda mais a diferença pelo facto de, nos concelhos rurais, esse pessoal ser predominantemente do sexo feminino (14,8% são homens e 64,2% são mulheres).

Enquanto nos concelhos urbanos, a existência de uma estrutura industrial mais diversificada permite um maior equilíbrio entre o número de mulheres e de homens (na fase da produção) bem como uma maior exigência em termos de qualificações, nos concelhos rurais, a predominância das alimentares, das confecções e outros ramos ligados à fileira têxtil, explicam o peso das mulheres e a maior simplicidade da estrutura organizativa. De realçar que nos restantes concelhos onde foram também realizados inquéritos (Sertã, Oleiros, Proença-a-Nova) a estrutura é muito semelhante à verificada nos concelhos rurais da Beira Interior.

Quadro 7.29. - Estrutura do emprego segundo o nível de qualificação (%)

Nível	Sexo	Concelhos urbanos					Outros concelhos da Raia	Outros concelhos limítrofes à região
		Guarda	Covilhã	Fundão	C.Branco	Total		
Direcção	Homens	0,7	14,9	7,1	3,2	5,4	1,5	2,2
	Mulheres	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,6	0,2
Quadros técnicos	Homens	1,1	11,3	9,9	3,0	5,1	1,7	1,7
	Mulheres	0,6	0,4	0,7	0,8	0,6	0,8	0,2
Sector comercial e administrativo	Homens	0,8	10,4	11,6	4,4	5,3	2,4	3,3
	Mulheres	0,7	0,9	4,3	1,9	1,5	1,7	3,4
Encarregados da produção	Homens	0,9	11,1	10,7	1,7	4,8	2,0	2,2
	Mulheres	0,3	0,3	0,4	5,3	1,4	0,8	0,8
Produção	Homens	46,8	34,1	21,2	22,7	35,0	14,8	26,9
	Mulheres	47,6	12,4	21,1	52,4	36,9	64,2	53,2
Motoristas	Homens	0,5	3,7	12,5	3,6	3,5	5,3	4,8
	Mulheres	0,0	0,1	0,2	0,9	0,4	4,2	1,1
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

A importância das mulheres no sector da produção nas áreas rurais explica que nestas áreas mais de metade do pessoal ao serviço tenha menos de 35 anos e apenas 10% possua mais de 45 anos de idade. Nos concelhos urbanos, a situação é um pouco diferente e a idade média dos trabalhadores é mais elevada (17,4% possui mais de 45 anos).

É no ramo do têxtil, vestuário e calçado que existe maior concentração de mão-de-obra com menos de 35 anos (cerca de 75%) ao contrário do sector das madeiras e mobiliário, bem como, o da transformação de minerais não metálicos, onde predomina a mão-de-obra com idade compreendida entre os 35 e os 45 anos (no caso das madeiras e mobiliário, 30% tem idade superior a 45 anos).

Ainda segundo os resultados do inquérito verifica-se que enquanto nos concelhos rurais cerca de 59% das empresas afirmam que, nos últimos cinco anos, aumentaram o número de mulheres ao serviço (36,4% manteve o mesmo número), 40% das empresas dos concelhos urbanos afirmam terem reduzido, nos últimos cinco anos, os seus efectivos femininos, tendo-se reforçando assim, a componente do aproveitamento da mão-de-obra feminina em meio rural.

d) *O predomínio de formas tradicionais de gestão e de organização*

O primeiro indicador relaciona-se com a utilização de serviços por parte das empresas. A sua utilização varia consoante o tipo de actividade e a dimensão da empresa mas tem, também, uma componente relacionada com a cultura local.

Assim, existem alguns serviços a que as empresas não recorrem ou recorrem com menor frequência; a segurança é pouco utilizada por pequenas empresas; o recurso a escolas ou centros de formação profissional, revelando que a formação é feita por via empírica, habitualmente dentro da empresa; a contratação de empresas que forneçam refeições, confinada às empresas de maior dimensão; as análises laboratoriais e ambientais, não necessárias em todas as actividades industriais. Contudo, há serviços, que não tendo as especificidades dos anteriores (limitações pela dimensão da empresa ou pela actividade), são pouco utilizados. São o caso dos estudos económicos e de mercado, bem como as acções de *marketing* e de publicidade.

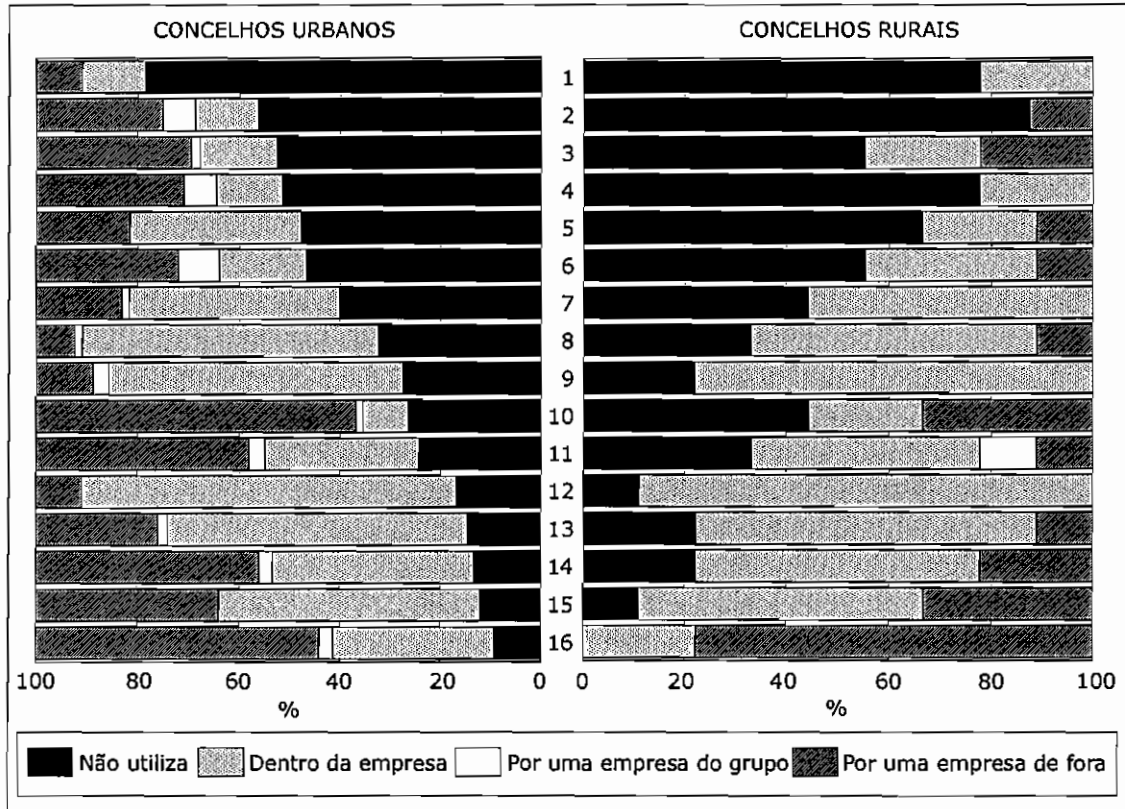
Existem algumas funções que são executadas dentro da empresa. As funções de contabilidade e assistência fiscal, o transporte do produto final, a limpeza, o recrutamento de pessoal e o controle de qualidade são funções frequentemente desenvolvidas pela própria empresa, não sendo, por isso, contratadas empresas exteriores.

O padrão de recurso a serviços exógenos é muito similar, quer se fale de empresas dos concelhos urbanos, quer rurais, muito embora a percentagem de empresas que refere que não utiliza os serviços atrás considerados seja mais elevada nos concelhos rurais que no caso das empresas localizadas nos concelhos urbanos. Contudo, destacam-se as empresas localizadas na Covilhã e Castelo Branco, que recorrem a serviços mais raros como os estudos de viabilidade económica e de mercado, o *marketing* e a publicidade, o recrutamento de pessoal (com maior expressão em Castelo Branco), a limpeza e o fornecimento de refeições (igualmente mais expressivo em Castelo Branco). Estas são geralmente empresas de capital estrangeiro, geridas por profissionais contratados.

Os serviços mais frequentemente contratados a empresas externas são a manutenção e reparação de equipamento, o apoio ao sector da informática (manutenção de *hardware* e *software*), a assistência jurídica, o transporte de matérias-primas e as análises laboratoriais. O apoio informático, a consultoria, a assistência jurídica e financeira, são particularmente utilizadas pelas empresas de capital estrangeiro de pequena e média dimensão (as grandes unidades, como a *Delphi Packard*, ora possuem

estruturas internas que respondem às suas solicitações, ora recorrem à "casa-mãe" ou outra empresa do grupo).

Figura 7.11. - Nível de utilização dos serviços de apoio à produção das empresas industriais nos concelhos urbanos da Beira Interior (%)



Fonte: Inquérito, 1999

- | | |
|------------------------------------|---|
| 1. Fornecimento de refeições | 9. Controle de qualidade |
| 2. Análises Ambientais | 10. Assistência Jurídica |
| 3. Análises Laboratoriais | 11. Transporte de matérias-primas |
| 4. Estudos económicos e de mercado | 12. Limpeza |
| 5. Formação Profissional | 13. Transporte do produto final |
| 6. Marketing/Publicidade | 14. Informática |
| 7. Segurança | 15. Contabilidade e Assistência Fiscal |
| 8. Recrutamento pessoal | 16. Manutenção e reparação de equipamento |

Este padrão já foi identificado em outros estudos realizados anteriormente nesta área (COSTA, 1992, COSTA e PIRES, 1998) e em outras regiões do país (DELGADO, 1997). Num estudo sobre as pequenas e médias empresas do Norte Litoral, DELGADO (1997) apresenta valores muito similares aos verificados nos concelhos urbanos da Beira Interior; por exemplo cerca de 39,9% das empresas inquiridas não recorrem aos serviços de segurança, valor igual ao apurado na região; 28% das empresas do Norte Litoral não

recorrem a assistência jurídica, valor similar os concelhos urbanos da região; no caso da publicidade, cerca de 40% não recorre.

Este padrão de contratação de serviços tem duas componentes; por um lado, reflecte um nível de oferta reduzido e, como tal, uma fraca concorrência que se traduz em preços elevados, nem sempre apelativos para o utilizador; por outro, a falta de tradição na utilização de serviços, como se demonstra pelo facto de serem as empresas de maior dimensão e as empresas de capitais exógenos, as que mais recorrem aos serviços externos.

Entre as razões que levam os empresários a contratar empresas de serviços da região contam-se a maior facilidade de contactar (metade das respostas das empresas dos concelhos urbanos e 38,5% das respostas das empresas dos concelhos rurais) e a existência de relações ou conhecimentos pessoais, razão que é apontada especialmente pelas empresas localizadas em meio urbano (30% das respostas). No caso da contratação de empresas de fora da região, a principal razão apontada é a inexistência (cerca de 40% das respostas) de empresas que prestem o serviço, enquanto outros empresários justificam a contratação de empresas externas à região, pelo facto de as empresas locais praticarem preços mais elevados.

Quanto aos investimentos efectuados, verifica-se que as empresas localizadas nos concelhos rurais, realizam menores investimentos que as localizadas no eixo urbano. Essa situação tem que ver não só com os ramos industriais e com as estratégias a estes associadas mas, também, com os empresários que, como referido anteriormente, têm um perfil distinto. Nos últimos dez anos, a maior parte dos investimentos foram efectuados em ampliação de instalações e na renovação e aquisição de equipamento, para responder ao aumento da procura (16,6% dos investimentos nos concelhos urbanos e 20% nos concelhos rurais).

Contudo, nos concelhos urbanos foram efectuados investimentos em equipamentos que permitiram introduzir alterações tecnológicas (14,4%), a automatização de algumas fases da produção (11%) e a produção de novos produtos (6,1%), tipo de investimentos que nos concelhos rurais têm pouca expressão. As empresas do ramo do frio e de refrigeração, a fiação e as empresas de lacticínios, são exemplos de ramos localizados nos concelhos da Guarda, Covilhã e Castelo Branco, que efectuaram investimentos que permitiram a reestruturação empresarial, situação claramente distinta das empresas de confecções, alimentares ou de madeiras e mobiliário,

onde o alcance dos investimentos foram ampliar instalações, renovar ou ampliar a frota de veículos e equipamentos para aumentar a capacidade de produção.

Também nos lanifícios foram efectuados investimentos que visaram sobretudo a melhoria da qualidade do produto e a libertação de mão-de-obra, o que demonstra a evolução dos lanifícios para um ramo progressivamente intensivo em capital (PIRES, 1996).

A formação e a qualificação profissional, bem como o controle de qualidade e a segurança, têm um peso muito reduzido em toda a região. De facto, as empresas da região revelam um certo atraso no que diz respeito à certificação e ao registo de patentes industriais. Apenas 1/4 das empresas inquiridas são empresas certificadas e, somente 10% das empresas inquiridas tem registo de patente industrial, a maioria dos casos registados depois de 1990.

Quadro 7.30. Estrutura dos investimentos efectuados pelas empresas industriais nos últimos dez anos, 1999 (%)

Concelhos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Guarda	0,0	24,1	13,8	17,2	6,9	10,3	13,8	0,0	0,0	0,0	3,4	0,0	10,5	100,0
Covilhã	0,0	19,4	19,4	9,7	6,5	16,1	19,4	1,6	3,2	1,6	3,2	0,0	0,0	100,0
Fundão	0,0	21,6	18,9	13,5	0,0	5,4	18,9	2,7	2,7	2,7	13,5	0,0	0,1	100,0
C. Branco	1,9	17,0	13,2	18,9	9,4	9,4	15,1	3,8	3,8	1,9	1,9	1,9	1,9	100,0
Concelhos Urbanos	0,6	19,9	16,6	14,4	6,1	11,0	17,1	2,2	2,8	1,7	5,0	0,6	2,0	100,0
Resto Beira Interior	6,7	13,3	20,0	10,0	0,0	3,3	10,0	6,7	10,0	6,7	13,3	0,0	0,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

- | | |
|--|--|
| 1 Não fez investimentos | 7 Informatização da administração/gestão |
| 2 Ampliação ou mudança de instalações | 8 Formação e qualificação profissional |
| 3 Equipamentos com vista ao aumento da produção (sem mudança tecnológica) | 9 Segurança e promoção e controle de qualidade |
| 4 Equipamentos que introduziram alterações tecnológicas no processo de produção, para produção do mesmo tipo de produtos | 10 Estratégias de internacionalização |
| 5 Equipamentos que permitiram a produção de outros produtos | 11 Veículos |
| 6 Equipamentos que permitiram a automatização de fases do processo produtivo | 12 Outros investimentos |
| | 13 Não responderam |
| | 14 Total |

Um outro indicador de competitividade das empresas é a sua capacidade de colocar novos produtos no mercado, de forma a poder ajustar-se rapidamente às

mudanças na procura. As poucas empresas que afirmam fazê-lo, têm como objectivo penetrar em novos mercados ou fazem-no por sugestão dos distribuidores. Esta situação coloca-se com o vestuário, embora as mudanças no produto não condicionem uma modificação do processo organizativo e produtivo. No entanto, no caso da fição, tinturaria e tecelagem, as mudanças impõem-se para que se possa penetrar em mercados diferentes ou, mesmo, para não perder os mercados habituais obrigando, em muitos casos, a uma grande reestruturação tecnológica.

Por fim, as fontes de informação utilizadas. Para obter informação sobre as novas tecnologias a utilizar, as empresas recorrem à associação empresarial (22%) ou a feiras e exposições (17%). Todavia, enquanto as empresas dos concelhos rurais recorrem com alguma frequência a outras empresas (11%), as empresas dos concelhos urbanos valorizam mais o recurso ao centro tecnológico (15%).

Paralelamente ao sector transformador, tem-se desenvolvido o sector terciário que, naturalmente, tem uma expressão mais significativa nos concelhos urbanos.

7.7. A importância das cidades como centros de serviços

Face ao envelhecimento e despovoamento verificado na Beira Interior, os serviços têm-se concentrado nos concelhos urbanos. Em 1985, o MESS registava 12 681 pessoas ao serviço em actividades terciárias num total de 1 931 estabelecimentos. Destes, 9 940 empregados e 1 457 estabelecimentos concentravam-se nos quatro concelhos urbanos. Doze anos depois, o número de pessoas ao serviço no sector terciário atingiu os 20 824 distribuídas por 4 162 estabelecimentos, estando nos concelhos urbanos, 15 869 pessoas em 3 066 estabelecimentos (MESS, 1997).

Este acréscimo, embora significativo, não alterou a posição da região no contexto nacional. Em 1985, o emprego da região representava apenas 1,7% do emprego do país no sector terciário, situação que praticamente não se alterou em 1997, onde o emprego terciário da região passou a representar 1,8%.

O comércio a retalho e os serviços sociais e pessoais, são as actividades que atingem maior expressão e que se expandiram de forma similar nos concelhos urbanos e rurais. A hotelaria e restauração cresceu nos concelhos rurais como Idanha-a-Nova,

Almeida e Celorico da Beira, constituindo uma importante fonte de emprego. O ramo dos transportes e comunicações perdeu importância absoluta e relativa, evolução natural face ao envelhecimento e despovoamento que caracterizam a região, bem como pela reestruturação que se tem vindo a processar neste ramo.

Os serviços de apoio à produção relocizaram-se, reforçando o seu peso nos concelhos urbanos em desfavor dos concelhos rurais. Excepção para Belmonte que viu aumentar o número de estabelecimentos e pessoas ao serviço, como uma forma de responder ao crescimento industrial. Em 1985, representavam 5,3% do emprego terciário, valor que em 1997 ascendia a 14,2%. Reflectindo a hierarquia funcional das quatro cidades, o Fundão é o concelho onde os serviços de apoio à produção detêm menor importância relativa.

Os serviços de intermediação financeira, onde se incluem os bancos e instituições e as actividades jurídicas, serviços de contabilidade, auditoria e consultoria, são do conjunto de serviços de apoio à produção os que apresentam o padrão menos concentrado. Os restantes, como vimos anteriormente, têm incidência particular nas cidades da Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

Quadro 7.31. - Número de freguesias e percentagem de população servida por alguns serviços nos quatro concelhos urbanos da Beira Interior, 1994 e 1998

Serviços	Castelo Branco			Covilhã			Fundão			Guarda		
	Nº	Nº	%Pop	Nº	Nº	%Pop	Nº	Nº	%Pop	Nº	Nº	%Pop
	1994	1998	1998	1994	1998	1998	1994	1998	1998	1994	1998	1998
Ag. Bancária	5	5	68,5	8	8	36,8	3	3	30,6	3	4	51,6
Multibanco	2	4	65,1	5	8	48,0	1	3	30,6	2	3	48,6
Agência Seguros	2	2	58,1	9	8	51,6	2	3	30,6	2	2	36,7
Escr. Advogacia	2	1	49,7	5	6	44,4	3	1	22,3	2	2	36,7
A.Contabilidade	6	5	66,1	9	11	59,7	4	4	34,3	3	4	49,2
Hipermercado	1	1	49,7	1	-	-	-	1	22,3	-	-	-
Supermercado	2	4	60,6	10	10	46,2	3	4	33,6	3	3	48,6
Mini-mercado	25	25	100,0	30	31	100,0	31	30	98,0	50	45	94,4
Vestuário	6	6	69,1	22	19	84,0	10	12	54,2	8	8	55,8
Calçado	7	6	68,8	11	16	69,6	6	7	41,3	9	13	65,2
Eq. Informático	1	-	-	4	4	30,4	1	2	24,7	3	3	48,6

Fonte: INE (1994, 1998) - Inventário Municipal

A concentração dos serviços é ainda mais expressiva se considerarmos a análise por freguesias. Estes serviços dão apoio aos sectores industrial e terciário mas, também,

ao sector agrícola, nomeadamente na Cova da Beira e na Beira Interior Sul (ALVES, 1994, 1995).

O comércio a retalho alargou a sua área de intervenção, tendo aumentado o número de freguesias servidas nos quatro concelhos urbanos. Tal facto, relaciona-se não só com a extensão da mancha urbana para as freguesias limítrofes (Fundão, Guarda e Covilhã) mas, também, com o reforço populacional das sedes de concelho que induziram o aparecimento de novos estabelecimentos comerciais.

7.8. O crescimento do desemprego de longa duração na região

A evolução do desemprego na região retrata a sua situação demográfica e económica da região. Em primeiro lugar, o encerramento das unidades de lanifícios lançou no desemprego um elevado número de mulheres com uma idade média elevada e com um baixo grau de instrução. Por outro lado, o envelhecimento populacional e o fraco baixo nível de habilitações e qualificações, limitou as oportunidades, causando grandes desajustes entre a oferta e a procura de emprego.

Quadro 7.32. - Desemprego nos quatro concelhos urbanos, 1994-98

Concelho	3º trim. 1994			3º trim. 1998			Variação 94-98
	H	M	Total	H	M	Total	
Castelo Branco	788	1078	1866	840	1362	2202	18,0
Fundão	344	371	715	335	439	774	8,3
Covilhã	1 279	1651	2930	1205	1512	2717	-7,3
Guarda	738	949	1687	466	814	1280	-24,1
Total dos 4 concelhos	3 149	4049	7198	2846	4127	6973	-3,1
% Continente	1,9	1,9	1,9	1,8	1,9	1,8	-
Continente	165 549	212 291	377 840	156 516	221 928	378 444	0,2

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional, DPE-DSE, 1998

Os índices de desemprego regional são bastante elevados, sendo Castelo Branco e Covilhã, os concelhos que registam valores de desemprego mais elevados. Contudo, entre 1995 e 1998, registaram evoluções diferentes; enquanto na Covilhã o número de desempregados decresceu (associado à expansão do comércio e serviços e à mobilidade da mão-de-obra para outros concelhos), em Castelo Branco aumentou.

Quadro 7.33. – Índice de desemprego nos quatro concelhos urbanos, 1998

Concelhos	Pessoas ao serviço	Desempregados registados	Total de Activos	Índice de desemprego
	1997	1998		
	A	B	Total A+B	
Castelo Branco	11 875	2 202	14 077	15,6
Fundão	5 630	774	6 404	12,1
Covilhã	11 057	2 717	13 774	19,7
Guarda	9 127	1 280	10 407	12,3
Quatro Concelhos Urbanos	37 689	6 973	44 662	15,6

Fonte: MESS (1997) e IEFP (1998)

Apesar do dinamismo registado no concelho, Castelo Branco sofreu, tardiamente, os efeitos do encerramento e da reestruturação das unidades de produção que se foram mantendo nas freguesias de Cebolais e do Retaxo. Por outro lado, não só diminuiu o número de pessoas ao serviço, como a idade média dos trabalhadores, contribuindo para aumentar o número de desempregados com idade superior a 50 anos. Veja-se o exemplo da empresa "M. Carmona e Irmãos", empresa do concelho de Castelo Branco, cuja idade média do pessoal empregado era, no início da década de noventa, cerca de 50 anos e, actualmente, depois de reduzir os seus efectivos a mais de metade, ronda os 40 anos.

A estrutura do desemprego por sexos e idades mostra essa realidade. O desemprego feminino, tal como na Região Centro e no País, é mais elevado que o desemprego masculino (uma relação de 60%-40%, IEFP, 1998), havendo concelhos onde essa diferença é mais desfavorável para as mulheres; casos da Guarda e Sabugal (concelhos da Área de Intervenção da Guarda) e todos os concelhos que definem a Área de Intervenção de Castelo Branco¹⁰. Nos concelhos da Covilhã e do Fundão, a percentagem de mulheres ronda os 55%, valores inferiores aos anteriormente citados¹¹.

Nos concelhos de Castelo Branco e da Guarda, as mulheres com mais de 50 anos de idade, representam 8 a 9% do total de homens e mulheres desempregados e no caso de Manteigas, esse valor atinge os 12,5% do total. Relativamente ao total de mulheres desempregadas, mais de 60%, possuem entre 25 e 49 anos e entre 10 a 20% têm mais de 50 anos.

¹⁰ Área de Intervenção da Guarda - Concelhos de Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Guarda, Manteigas e Sabugal

Área de Intervenção de Castelo Branco - Concelhos de Castelo Branco, Vila Velha de Rodão e Idanha-a-Nova

¹¹ Para a Área de Intervenção da Covilhã, só foi possível obter o valor do desemprego total.

Quadro 7.34. - Estrutura etária dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, 2º-3º trimestre de 1998

Concelhos	Homens				Mulheres			
	<25 anos	25 a 49 anos	50 e + anos	Total	<25 anos	25 a 49 anos	50 e + anos	Total
Concelho da Guarda	24,9	53,1	22,0	100,0	21,7	65,8	12,5	100,0
Outros	18,9	56,2	24,9	100,0	24,6	62,4	13,0	100,0
Total Área Intervenção Guarda ⁹	22,0	54,6	23,4	100,0	22,9	64,4	12,7	100,0
Concelho de C. Branco	25,8	42,6	31,5	100,0	24,4	60,4	15,3	100,0
Outros	28,8	39,4	31,8	100,0	29,1	48,2	22,7	100,0
Total da Área Intervenção C. Branco ⁹	26,3	42,1	31,6	100,0	25,2	58,3	16,5	100,0

Fonte: Centro Regional de Emprego e Segurança Social da Guarda,
Centro Regional de Emprego e Segurança Social de Castelo Branco, 1998

Tal facto está associado à situação de desemprego de longa duração que tem afectado a região nos últimos anos. Entre 35 e 40% do desemprego é de longa duração, agudizando-se em concelhos como Manteigas e Sabugal, onde ronda os 50%¹².

Outro factor que condiciona a evolução do desemprego da região é o facto de algumas das empresas de confecções instaladas no concelho, estarem a exigir um perfil de mão-de-obra mais jovem e com alguma escolaridade, de forma a permitir a introdução de sistemas de automatização e ritmos de produção distintos dos até agora praticados.

Quadro 7.35. - Estrutura do desemprego por sexo e por tempo de inscrição nos Centros de Emprego, 2º - 3º trimestre de 1998

Concelhos	Sexo			Homens				Mulheres			
	H	M	Total	<3 meses	3-12 meses	≥12 meses	Total	<3 meses	3-12 meses	≥12 meses	Total
Concelho da Guarda	35,5	64,5	100,0	38,0	33,3	28,7	100,0	28,4	35,7	35,9	100,0
Outros concelhos	43,2	56,8	100,0	35,5	28,2	36,3	100,0	31,1	26,0	42,9	100,0
Total da Área Intervenção da Guarda	38,8	61,2	100,0	36,8	30,8	32,3	100,0	29,5	31,8	38,7	100,0
Concelho de C. Branco	35,2	64,8	100,0	23,1	28,5	48,4	100,0	24,8	32,2	43,0	100,0
Outros concelhos	38,3	61,7	100,0	14,0	42,7	43,3	100,0	30,4	36,6	33,0	100,0
Total da Área da Intervenção C. Branco	35,7	64,3	100,0	21,4	31,2	47,4	100,0	25,8	33,0	41,3	100,0

Fonte: Centro Regional de Emprego e Segurança Social da Guarda,
Centro Regional de Emprego e Segurança Social de Castelo Branco, 1998

¹² A título de comparação refira-se que, em finais de 1997, os valores de desemprego de longa duração mais elevados da Região Centro, foram registados em Coimbra, 43.6%, Marinha Grande, 44.4% e Sertã, 52.8% (IEFP - Delegação do Centro, 1998).

Quer isto dizer que embora as confecções sejam uma fonte de emprego determinante nos concelhos da região, há diferenças que se relacionam com o grau de inovação das empresas, diferenças estas mais visíveis nos concelhos de Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda, concelhos onde este factor tem condicionado também a oferta de emprego.

Paralelamente aos desempregados com um baixo nível de qualificação, as cidades registam também uma elevada percentagem de desempregados com habilitações superiores, reflectindo a falta de serviços de apoio à produção e a fraca incorporação nas empresas industriais de técnicos e outros funcionários com formação superior.

Quadro 7.36.- Desemprego segundo o grau de instrução, 2º - 3º trimestre de 1998

Concelhos	Não sabe ler	Lê e escreve	4 anos esc.	6 anos esc.	9 anos esc.	11 anos esc.	12 anos esc.	Bach e superior.	Total
Guarda	1,6	3,7	31,3	18,8	14,1	8,0	13,7	8,8	100,0
Castelo Branco	2,9	3,6	29,5	20,6	15,0	7,8	12,4	8,2	100,0

Fonte: Centro Regional de Emprego e Segurança Social da Guarda,
Centro Regional de Emprego e Segurança Social de Castelo Branco, 1998

Mas, esta oferta não tem correspondência na procura dos empresários e, portanto, regista-se um desajustamento entre a procura e oferta de técnicos com formação superior. Os empresários e as associações económicas referem a falta de licenciados em engenharias de produção, lacuna que poderá vir a ser colmatada com as licenciaturas providenciadas pelas escolas superiores de tecnologia da região. Dados relativos ao Instituto Politécnico de Castelo Branco mostram que, do total de alunos registados no ano lectivo de 1998-99 (2879 alunos), 979 frequentavam a Escola Superior de Tecnologia. Destes, 32,5% são naturais de concelhos da Beira Interior e, mais concretamente, 18,2% do concelho de Castelo Branco (Instituto Politécnico de Castelo Branco, 1999), valores que sugerem que, num futuro próximo, aumentará a oferta deste tipo de capacitações entre a população local.

Outra razão que explica a evolução do desemprego na área de intervenção de Castelo Branco resulta da tardia formalização da entrada no mercado de trabalho de um significativo número de mulheres com mais de 30 anos de idade. Estas vieram recentemente para as cidades e procuram emprego pela primeira vez, nomeadamente nos sectores do comércio e serviços. As médias e grandes superfícies absorveram uma parte desta procura. Este factor é também importante na Guarda, mas aí existe uma oferta de

emprego está associada à recente instalação de empresas de grande dimensão, que têm ajudado a absorver uma parte significativa da procura regional.

Entre as principais profissões inscritas nos centros de emprego estão os empregados administrativos (maioritariamente mulheres), os serviços pessoais e domésticos e as funções não qualificadas do comércio e serviços. No caso do concelho da Guarda, 14,2% dos desempregados estão inscritos como funcionários administrativos, 21,4%, nos serviços pessoais e domésticos e 14,6% em funções não qualificadas do comércio e serviços. Em Castelo Branco registam-se valores muito similares. Nos concelhos rurais, destacam-se os desempregados do sector agrícola, sector onde existem actividades de carácter sazonal (caso do tabaco na Beira Interior Sul) e que fazem oscilar ao longo do ano os valores do desemprego.

O trabalho ao domicílio não assume grande expressão na Beira Interior, podendo referir-se um dos poucos exemplos da região, associado a uma unidade de produção de calçado em Castelo Branco que contrata trabalhadoras do Louriçal e de São Vicente da Beira (Centro Regional de Emprego e Segurança Social de Castelo Branco, 1998).

7.9. As acessibilidades - a posição favorável das cidades num contexto regional periférico

Outro elemento que permite caracterizar o sistema produtivo local e avaliar a importância das quatro cidades no contexto regional é o nível de infra-estruturas e a oferta de serviços de transporte.

As infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias da Beira Interior são apontadas desde há vários anos como um dos principais estrangulamentos ao processo de desenvolvimento da região. Em 1999, a rede de estradas fundamental e complementar está hierarquizada em função dos Itinerários Principais 2¹³ e 5¹⁴. Para além destes dois, a região é ainda servida pelo IP6, que liga Peniche a Castelo Branco, passando pelas Caldas

¹³ O IP2 é uma via com aproximadamente 655 km, que liga Bragança a Faro, passando pela Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja. Na Raia Central a sua extensão será 120 km.

¹⁴ O IP5 é uma via rápida que liga Aveiro a Vilar Formoso, de 199 km, dos quais 55 atravessam a Raia Central.

da Rainha, Santarém, Torres Novas e Abrantes, e que entronca no IP2, aumentando a acessibilidade à Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Para além destas vias, está previsto que a região seja atravessada por três Itinerários Complementares, que permitirão a melhoria das ligações entre os eixos principais e os centros supra-concelhios, beneficiando mais uma vez as cidades da raia, casos do IC6 (Coimbra-Covilhã), IC8 (Figueira da Foz-Castelo Branco) e do IC31 (Castelo Branco-Termas de Monfortinho), itinerários que aumentarão a acessibilidade ao litoral e à fronteira e criam condições para melhorar a competitividade regional.

Do conjunto de estradas Nacionais e Regionais, destacam-se a EN18 e a EN102, que ligam os centros urbanos. Na generalidade, as sedes de concelho apresentam uma fraca conectividade entre si, contribuindo para o aumento da perifericidade e da dependência face aos centros mais importantes (CCRC, 1990).

A situação actual é desfavorável, quer nas ligações nacionais, quer nas ligações regionais. Contudo, nos últimos anos, o avanço e a conclusão de algumas obras previstas no âmbito do IP2, introduziram mudanças significativas, particularmente visíveis entre Castelo Branco e o Fundão.

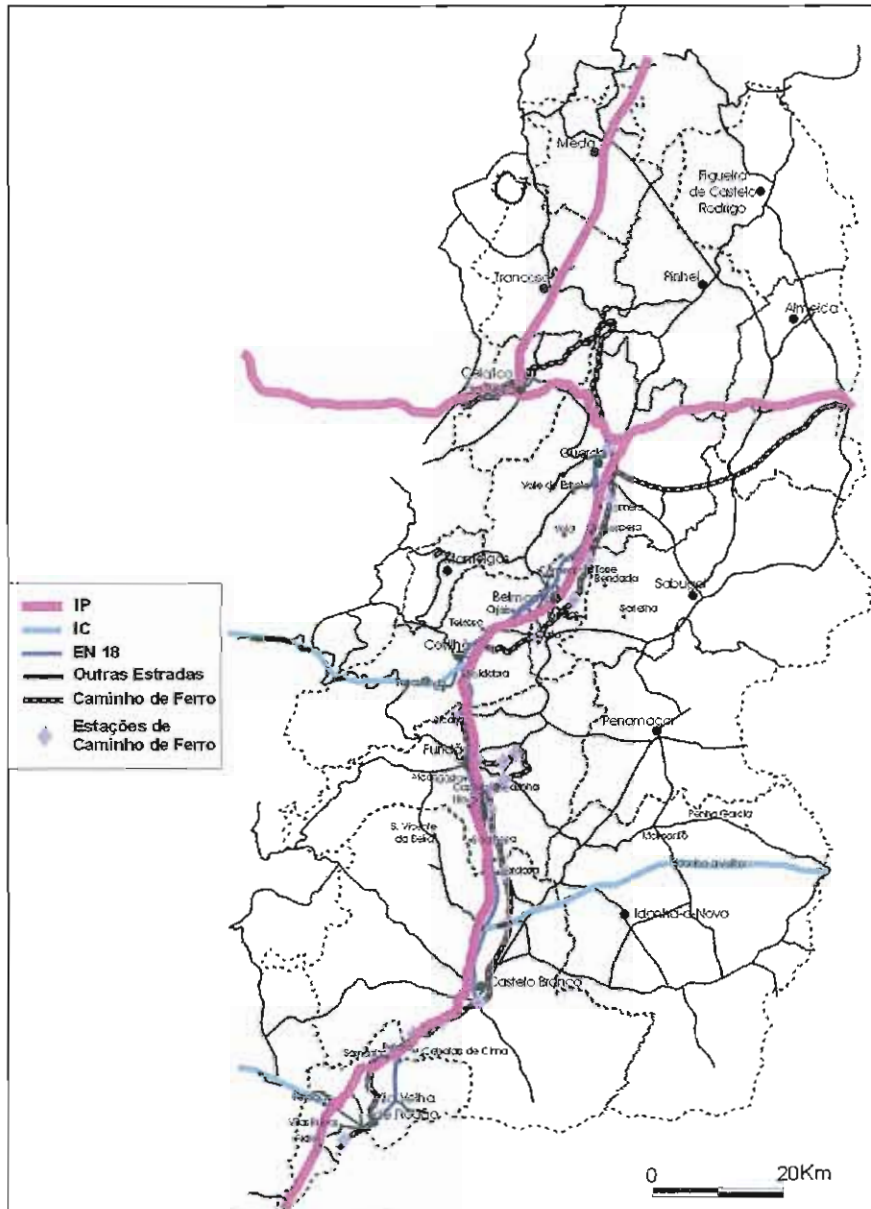
Relativamente às infra-estruturas ferroviárias, a rede é constituída pelos troços das linhas da Beira Baixa e da Beira Alta. Em Castelo Branco, há cinco freguesias cuja sede está a menos de 2 km de distância da estação ou apeadeiro, na Covilhã, são apenas duas, no Fundão, 10 e na Guarda são sete. Contudo, as más condições confere-lhe grandes restrições de circulação (a maior parte dos carris da linha da Beira Baixa, foram assentes antes de 1957, *in* CCRC, 1990), o que tem condiciona a sua utilização para o transporte de mercadorias e de passageiros.

Por fim, refira-se que existem na região dois aeródromos: um localizado na cidade da Covilhã, de gestão municipal e outro privado, em Monfortinho, apto para aeronaves de pequena dimensão, cuja utilização se relaciona directamente com a actividade turística.

Quanto à oferta de serviços, os concelhos onde se verifica uma maior cobertura de serviço diário de transporte público rodoviário são para além dos quatro concelhos urbanos, os concelhos de Belmonte, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Rodão. Durante a primeira metade da década, aumentou o número de freguesias e população servidas, situação mais evidente nos concelhos de Sabugal e Pinhel onde, em 1998, perto da totalidade da população passou a ter acesso ao serviço carreira diário e em Almeida e Meda, que estando ainda longe da situação ideal, viram aumentar significativamente o

número de freguesias servidas (de 20,9% para 58,6% de população servida em Almeida e 9,8% para 55,4% de população servida na Meda).

Figura 7.12. –Redes Ferroviária e Rodoviária (Actual e Prevista)



Fonte: CCRC, 2000

No que diz respeito aos sistemas de transporte público urbano, as quatro cidades possuem diferentes níveis de serviço. No caso de Castelo Branco, privilegiaram-se as ligações entre a cidade e o Parque Industrial mas, nos casos da Covilhã e da Guarda, os percursos respondem à procura gerada pelas áreas de expansão das cidades. As doze

carreiras efectuadas pelos transportes colectivos urbanos da Covilhã¹⁵ servem não só as freguesias urbanas mas, também, os outros lugares na coroa suburbana e periurbana da cidade (parte da Boidobra, o Teixoso e o Tortosendo) enquanto na Guarda, as seis carreiras urbanas¹⁶ ficam-se pelo limite urbano mais distante correspondente a Sequeira.

7.10. Educação, saúde e acção social - factores da qualidade de vida das populações

A cobertura de infra-estruturas e equipamentos mostra, mais uma vez, a posição privilegiada dos quatro concelhos e, em particular, das cidades, onde se localizam os serviços de nível superior. Na saúde, a prestação de cuidados e serviços primários é assegurada por dezasseis centros de saúde e suas cento e cinquenta e sete extensões (INE, 1998)¹⁷. Destes dezasseis centros de saúde, cinco possuem internamento e estão localizados fora dos quatro concelhos urbanos; Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Manteigas, Pinhel e Trancoso. Quanto aos cuidados de saúde diferenciados são assegurados por quatro hospitais localizados nas cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco e por um hospital privado (Covilhã)¹⁸.

Já em termos de recursos humanos, nomeadamente pessoal médico, a situação da região é mais desfavorável. Concelhos como Vila Velha de Rodão, Idanha-a-Nova, Sabugal e Meda têm as capitações mais baixas (0,4 a 0,6 médicos/1 000 habitantes) e mesmo os concelhos urbanos, possuem níveis de cobertura mais baixos que a média nacional (3 médicos por cada 1000 habitantes, sendo 70% médicos especialistas). O Fundão e a Covilhã possuem 1,1 médicos/1000 habitantes e a Guarda e Castelo Branco, 2,8 e 2,6 médicos/1000 habitantes.

¹⁵ Consórcio entre a Auto-Transportes do Fundão, LDA e a JOALTO - Rodoviária das Beiras, LDA, que assegura as seguintes carreiras: *Carreira 1* - Estação; *Carreira 2* - Rodrigo; *Carreira 3* - Penedos Altos; *Carreira 4* - Penedos Altos; *Carreira 5* - Biquinha; *Carreira 6* - Santo António; *Carreira 7* - Teixoso; *Carreira 8* - Santo António; *Carreira 9* - Vila do Carvalho; *Carreira 10* - Aeródromo; *Carreira 11* - Boidobra. Há algumas carreiras que possuem dois percursos. A extensão ao Teixoso e ao Tortosendo é recente e ocorreu com a renegociação do contrato de concessão.

¹⁶ As seis carreiras asseguradas pela Rodoviária da Beira Interior, SA são: *Carreira 1* - Dorna - Sequeira; *Carreira 1-A* - Sequeira - Dorna; *Carreira 2* - Liceu - Estação; *Carreira 3* - Caixa Geral Depósitos - Instituto Politécnico da Guarda; *Carreira 4* - Alfárizes - Liceu; *Carreira 5* - Liceu - Parque Industrial.

¹⁷ Relativamente a 1988, não houve alterações significativas, contabilizando-se 16 centros de saúde e 159 extensões (INE, Estatísticas da Saúde).

¹⁸ Recentemente, abriu uma nova unidade hospital na Covilhã que para além de hospital regional, será um hospital universitário de apoio à nova Faculdade de Medicina da Universidade da Beira Interior.

A situação do ensino é semelhante à da saúde. Enquanto o número de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo e de ensino dos 10º e 11º anos, nos quatro concelhos urbanos, se manteve mais ou menos constante, o número de estabelecimentos do 2º ciclo, as creches e os estabelecimentos de ensino pré-primário decresceram.

No ensino superior, a região possui treze estabelecimentos (quatro privados) e apenas um está localizado fora dos quatro concelhos urbanos, em Idanha-a-Nova (pólo do Instituto Politécnico de Castelo Branco) (INE, 1996). As escolas profissionais existem em número de 11, sendo que 6 estão localizadas em Castelo Branco, Fundão e Covilhã (2 em cada um destes concelhos).

A Faculdade de Medicina e a integração das Escolas Superiores de Enfermagem da Guarda e de Castelo Branco, no sistema do ensino superior, são mudanças que contribuirão largamente para aumentar a oferta da região e para o estabelecimento de complementaridades funcionais entre as quatro cidades do eixo urbano.

A evolução dos equipamentos de acção social para a terceira idade reflecte igualmente o envelhecimento demográfico; o número de lares de 3ª idade e de centros de dia tem aumentado, mas atingem melhores coberturas por freguesia nos concelhos de Castelo Branco e Covilhã, que no Fundão e na Guarda.

7.11. Ambiente e Saneamento Básico

No domínio das infra-estruturas de saneamento, apesar do esforço de construção, continuam a manifestar-se várias debilidades, particularmente, no que diz respeito à qualidade da água e dos sistemas de tratamento de águas residuais e de lixo. Existem redes de abastecimento, mas os sistemas de captação e de tratamento são ainda deficientes. Quanto aos resíduos sólidos, na maioria dos casos não se verifica selecção, nem tratamento, sendo o lixo armazenado em lixeiras a céu aberto.

No entanto, Castelo Branco e a Guarda apresentam um panorama bastante mais favorável. Em Castelo Branco, o abastecimento de água atinge 96% da população e cerca

de 85% desta é servida pela rede de esgotos, sendo 80% canalizada para as ETAR's percentagem que atinge a média comunitária¹⁹.

O mesmo não se passa no Fundão e na Covilhã, cujas ribeiras, recebem os esgotos domésticos e industriais e só cerca de 20% da população da Cova da Beira (30% do concelho da Covilhã) é que beneficia das infra-estruturas de tratamento de esgotos. Para além dos efluentes domésticos, existe uma grande concentração de efluentes industriais ligados aos lanifícios e às indústrias alimentares e ainda às Minas da Panasqueira²⁰. Como as empresas industriais da região, salvo raras excepções (em Castelo Branco existe uma Estação de Tratamento de Efluentes Industriais ligada à empresa Danone), não efectuem pré-tratamento e a situação é bastante desfavorável.

Na recolha e tratamento dos lixos, Castelo Branco integra-se na Associação de Municípios da Raia Pinhal²¹, que utilizam o aterro sanitário de S. Martinho enquanto a Associação de Municípios da Cova da Beira procura levar a cabo a construção de uma central de compostagem e um aterro sanitário²².

7.12. Novos consumos e quotidianos das famílias na região

Outro aspecto que permite avaliar a importância das cidades na região são os consumos e as residências que estas permitem usufruir. A mobilidade geográfica e socio-profissional das famílias (diminuição do número de trabalhadores familiares não remunerados e aumento da taxa de actividade feminina) foi acompanhada, não só por um aumento do rendimento familiar, como por uma transformação na estrutura dos consumos das famílias e das formas de lazer das famílias.

¹⁹ O concelho é servido por duas ETAR's - a norte e a sul - sendo que a segunda recebe os efluentes da zona industrial. Existem ainda pequenas estações de tratamento em Alcains, Lardosa, Juncal e Lourical. Na Guarda, são as ETAR's de S. Miguel, Torrão e Alfarazes que garantem o tratamento dos esgotos e asseguram o tratamento em 12 freguesias e servem 61% da população.

²⁰ Aguarda-se a execução do projecto de despoluição do Zêzere, tendo para tal sido criada uma empresa de capitais mistos designada "Sistema Multimunicipal de Abastecimento do Alto Zêzere e do Côa", que explorará o sistema durante 30 anos. Participam na empresa o IPE - *Águas de Portugal* (51% do capital) e a *Associação de Municípios da Cova da Beira*.

²¹ Constituída pelos municípios de Castelo Branco, Vila Velha de Rodão, Idanha-a-Nova, Oleiros, Sertã e Proença-a-Nova

²² O projecto, engloba actualmente 10 municípios estendendo-se à Beira Interior Norte (Almeida, Pinhel, Meda, Trancoso, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo)

Estas mudanças, mais visíveis nas cidades, não deixaram de se fazer sentir em outros territórios da região, nomeadamente as sedes concelho ou sedes de freguesias, como Alcains, Alcaria, Dominguiso e outras freguesias onde se realizaram inquéritos.

No domínio do consumo, a banalização de alguns bens e a expansão de novas formas de venda e de prestação de serviços possibilitadas pelo comércio franqueado, "trouxeram" às cidades médias, bens e serviços que antes se confinavam às grandes cidades. O "número de estabelecimentos comerciais/100 habitantes" é bastante favorável nas quatro cidades da região, nomeadamente no Fundão onde existem 6,2 por 100 habitantes.

No que diz respeito ao equipamento do lar, o inquérito realizado permitiu apurar que uma larga maioria das famílias possui máquina de lavar roupa e vídeo-gravador, enquanto um crescente número, possui máquina de lavar louça e computador.

Embora, os valores das cidades sejam superiores aos registados nas restantes freguesias, a percentagem de famílias inquiridas fora das cidades da Guarda e da Covilhã que possui máquina de lavar roupa, vídeo e máquina de lavar louça, aumentou significativamente, testemunhando a melhoria dos índices de qualidade de vida e a difusão do consumo e do modo de vida urbana pelo território.

Quadro 7.37. - Evolução da taxa de cobertura de equipamentos do lar, 1999

Situação na residência actual e na residência anterior

Localidades em estudo	Máq. lavar roupa		Máq. lavar louça		Vídeo		Computador	
	Resid. Actual	Resid. Anterior	Resid. Actual	Resid. Anterior	Resid. Actual	Resid. Anterior	Resid. Actual	Resid. Anterior
C. Branco								
Cidade	95,1	68,9	43,8	22,8	68,5	39,9	39,4	13,0
Outras loc. do conc.	91,2	65,6	35,3	18,8	58,8	15,6	41,2	6,3
Fundão								
Cidade	97,9	76,1	52,6	23,3	83,2	40,9	61,1	18,2
Outras loc. do conc.	96,6	80,0	32,1	10,0	71,4	38,5	34,5	3,8
Covilhã								
Cidade	97,4	70,3	46,4	32,7	67,7	33,3	41,7	15,8
Outras loc. do conc.	89,0	74,6	46,9	25,9	64,1	27,6	29,7	7,0
Guarda								
Cidade	94,3	82,3	37,6	20,7	75,8	43,9	40,8	10,6
Outras loc. do conc.	80,6	56,5	25,8	13,0	61,3	13,6	27,5	0,0

Fonte: Inquérito, 1999

Excepção para a posse de computador, menos importante que os restantes equipamentos, cujo padrão rural-urbano, mais diferenciado, pode-se relacionar com o

menor grau de habilitações e a idade mais avançada da população residente nas freguesias não urbanas. Quanto à aquisição de bens, verifica-se um aumento de importância das médias e grandes superfícies nas compras do dia, de higiene e limpeza e até do vestuário.

Quadro 7.38. - Aquisição das compras do dia e de higiene e limpeza, 1999 (%)

Cidades	Compras diárias				Compras de higiene e limpeza			
	Mercearia/ Mini-mercado	Super/ hiper-mercado	Outro (mercado/ feira)	Total	Mercearia/ Mini-mercado	Super/ hiper-mercado	Outro	Total
C. Branco								
Cidade	37,0	55,0	8,0	100,0	17,7	70,7	11,6	100,0
Outras loc. do concelho	69,7	27,3	3,0	100,0	18,7	69,3	12,0	100,0
Fundão								
Cidade	29,7	58,0	12,3	100,0	13,7	78,6	7,6	100,0
Outras loc. do concelho	48,6	48,6	2,7	100,0	15,6	77,8	6,6	100,0
Covilhã								
Cidade	62,0	32,8	5,2	100,0	17,9	70,5	11,6	100,0
Outras loc. do concelho	47,9	47,9	4,2	100,0	16,6	71,9	11,5	100,0
Guarda								
Cidade	56,4	33,4	10,2	100,0	15,1	70,9	14,0	100,0
Outras loc. do concelho	38,2	30,9	30,9	100,0	14,9	70,6	14,5	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

No vestuário, embora o comércio tradicional continue a ser o local preferido para a sua aquisição, verifica-se também uma ascensão das lojas franqueadas, cuja frequência não parece relacionar-se com a origem rural ou urbana da clientela mas sim, com a idade. Verifica-se uma grande incidência na população com idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos, o que compreende, não só população estudantil mas também activos jovens, quer urbanos, quer residentes em outras localidades dos concelhos.

Quadro 7.39. - Aquisição do vestuário, 1999 (%)

Cidades	Comércio		Hiper/ Supermercado	Mercado /Feira	Modista	Outros	Total
	Tradicional	Franquizado					
C. Branco							
Cidade	62,7	13,7	8,6	11,0	0,8	3,1	100,0
Outras loc. do concelho	61,5	17,9	5,1	12,8	2,6	0,0	100,0
Fundão							
Cidade	59,4	16,4	3,0	13,3	5,5	2,4	100,0
Outras loc. do concelho	46,0	12,0	4,0	30,0	4,0	4,0	100,0
Covilhã							
Cidade	53,1	19,2	7,4	9,6	9,2	1,5	100,0
Outras loc. do concelho	54,0	18,8	7,2	11,2	6,9	1,9	100,0
Guarda							
Cidade	68,2	13,3	3,6	11,3	1,5	2,1	100,0
Outras loc. do concelho	66,5	13,3	4,4	11,7	1,2	2,8	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

O padrão é similar, nas compras por catálogo, que representam entre 0 e 4% do total. Com esta evolução, o mercado e a feira perderam importância, resistindo como locais de venda de vestuário fundamentalmente para a população mais idosa, que continua a deslocar-se semanalmente ou mensalmente à cidade para vir à feira ou, então, a pequenas feiras que se realizam em algumas localidades.

A uniformização de padrões de consumo nos territórios urbanos e rurais, não é tão claramente visível nas práticas culturais. A análise das práticas de recreio e lazer das famílias parece ficar aquém das expectativas tidas para as pequenas e médias cidades, uma vez que as cidades médias apresentam carências nas actividades culturais e sociais.

Considerando algumas actividades de lazer e recreio, como o cinema, o teatro e a discoteca, verificamos que estas fazem parte das actividades culturais da população, embora com intensidades diferentes das esperadas. Enquanto a discoteca se reforça como prática cultural mais corrente, facto que se verificou igualmente em outras cidades médias (GASPAR *et al*, 1998), o cinema ou o teatro têm perdido importância como forma de lazer. Cerca de metade dos inquiridos afirma nunca ir ao cinema, um terço refere que vai de vez em quando e, mais de 3/4, afirma não ir ao teatro.

Essa mudança relaciona-se fundamentalmente com a alteração de comportamento dos indivíduos que no passado possuíam o hábito de ir semanalmente ou mensalmente ao cinema e ao teatro. Assim, por exemplo, na cidade de Castelo Branco, dos inquiridos que iam *todas as semanas* ao cinema, só cerca de 18% é que continuam a ir, e os restantes passaram a ir *de vez em quando* ou *nunca*. No caso do Fundão, os que iam *mensalmente* ou *de vez em quando*, hoje, ou *não vão*, ou passaram a ir *ocasionalmente*.

Também a visita a exposições tem uma expressão reduzida, se considerarmos que uma percentagem muito elevada de inquiridos afirma não visitar exposições. Ressalve-se o Fundão, onde a percentagem de frequentadores semanais ou mensais de cinema e de teatro é superior, o mesmo se passando com as visitas a exposições.

No entanto, uma análise mais cuidada permite verificar uma "segmentação" de comportamentos associada à idade e ao grupo socio-profissional. Enquanto os mais jovens, trocam o teatro e o cinema pela discoteca e pelo vídeo, os mais idosos, aderem definitivamente à televisão. Nos grupos de idade intermédia, são os mais qualificados que consomem mais produtos culturais e fazem-no com mais frequência, ao contrário dos

outros que "se fecham" cada vez mais em casa ou canalizam uma parte significativa do seu tempo livre para as compras.

Quadro 7.40. - Modificação no padrão de frequência do teatro e cinema, 1999 (%)

TEATRO						
Cidade	Tipo de frequência na Residência Anterior	Tipo de frequência na Residência Actual				
		Mensal	De vez em quando	Nunca	Quando há	Total
Castelo Branco	Mensal	-	-	100,0	-	100,0
	De vez em quando	-	21,4	78,6	-	100,0
Covilhã	Mensal	50,0	50,0	-	-	100,0
	De vez em quando	3,7	77,8	14,8	3,7	100,0
Fundão	Mensal	63,6	36,4	-	-	100,0
	De vez em quando	-	78,9	15,8	5,3	100,0
Guarda	De vez em quando	-	77,8	19,4	2,8	100,0
CINEMA						
Cidade	Tipo de frequência na Residência Anterior	Tipo de frequência na Residência Actual				Total
		Semanal	Mensal	De vez em quando	Nunca	
Castelo Branco	Semanal	18,8	6,3	43,8	31,1	100,0
	Mensal	-	46,7	13,3	40,0	100,0
Fundão	Semanal	31,3	18,8	37,5	12,4	100,0
	Mensal	-	75,0	20,8	4,2	100,0
Covilhã	Semanal	53,3	13,3	13,3	20,1	100,0
	Mensal	5,3	36,8	31,6	26,3	100,0
Guarda	Semanal	30,8	7,7	30,8	30,7	100,0
	Mensal	13,3	20,0	66,7	-	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Este padrão revela vários aspectos da evolução da região. Por um lado, retrata as limitações na oferta de actividades culturais. A maioria das sessões de espectáculos públicos correspondem a sessões de cinema, revelando a pouca importância do teatro e de outros espectáculos, nomeadamente pela ausência de equipamentos.

Outro aspecto a sublinhar na oferta de espectáculos e outras iniciativas de cultura é a sazonalidade da oferta. Com excepção dos concelhos urbanos e de Idanha-a-Nova, a oferta de espectáculos concentra-se entre Julho e Setembro, limitando quaisquer tentativas de "rotinizar" as práticas culturais. Repare-se que existe uma percentagem de indivíduos que optaram por responder "quando há" e não "de vez em quando", sinal que revela que a oferta é uma condicionante importante para a rotinização dos hábitos.

Contudo, a pouca frequência das actividades de cultura, não tem apenas que ver com a oferta mas, retrata outros dois aspectos que caracterizam a região; por um lado, o

envelhecimento de uma população com pouca mobilidade, baixo rendimento e baixo nível de habilitações e, por outro, um "déficit" cultural, inerente às áreas periféricas onde se desenvolveram processos de urbanização recentes.

Embora as Câmaras Municipais, os estabelecimentos de ensino superior e outras entidades da região tenham organizado várias exposições, cerca de metade dos inquiridos revela nunca as frequentar. Efectivamente, a evolução verificada nos últimos três anos foi muito positiva, havendo por parte das autarquias, das instituições de ensino superior e das associações, um manifesto empenho na organização de eventos culturais.

Este recente incremento das actividades culturais revela duas mudanças na região. O reorientar dos interesses do agentes de desenvolvimento para actividades que, ao mesmo tempo que permitem salvaguardar e valorizar o património e a cultura local, se assumem como formas de promoção e desenvolvimento económico das localidades (a organização de festas, certames, concursos, festivais entre outras iniciativas, atraem visitantes, contribuindo para alargar o potencial turístico das regiões).

O segundo aspecto, relaciona-se com a possibilidade de alguns destes eventos terem sido financiados por programas comunitários (situação mais comum no II Quadro Comunitário de Apoio) reforçando as possibilidades de intervenção no domínio social e cultural. Neste âmbito, algumas autarquias desenvolveram iniciativas; cite-se o caso da Câmara do Fundão, que assinou um protocolo de cooperação com o GICC - Teatro das Beiras com vista à realização de dezasseis espectáculos teatrais no concelho do Fundão levando, assim, o teatro às várias localidades do concelho

Outro indicador que retrata os quotidianos das famílias nas cidades médias são as formas de ocupação dos tempos livres. Casa e café ocupam a maior parte do tempo livre durante os dias da semana, sendo a casa mais importante para as mulheres e o café, para os elementos do sexo masculino. Ao fim-de-semana, a casa continua a ser um local de permanência importante mas, os passeios (na cidade e fora desta), bem como, as visitas a casa dos pais e dos avós, constituem outras formas de ocupação do tempo livre ao fim-de-semana.

Os resultados mostram também que não se registam grandes diferenças de comportamento entre as famílias residentes nas cidades e nas restantes localidades alvo de inquérito, com excepção do Fundão, que tem demonstrado maior mobilização e propensão ao consumo de produtos culturais.

Quadro 7.41. - Formas de utilização do tempo livre durante os dias da semana, 1999 (%)

Localidades	Casa	Café	Centro Comercial	Clube	Desporto	Agric./ Jardim	Passear	Outros	Total
Castelo Branco									
Cidade	49,8	24,7	2,6	1,4	5,7	2,2	11,0	2,6	100,0
Outras loc. Do concelho	48,7	29,6	1,7	-	4,3	2,6	8,7	4,4	100,0
Fundão									
Cidade	26,9	39,7	22,1	-	4,8	-	4,6	1,9	100,0
Outras loc. Do concelho	46,7	38,3	6,5	3,7	2,8	0,9	0,0	1,1	100,0
Covilhã									
Cidade	44,3	32,8	5,0	3,2	5,9	0,5	6,1	2,2	100,0
Outras loc. Do concelho	47,3	29,5	5,5	3,0	7,6	1,3	3,4	2,4	100,0
Guarda									
Cidade	50,0	31,3	4,4	0,7	2,0	-	6,7	4,9	100,0
Outras loc. do concelho	52,6	20,5	-	-	9,0	-	2,6	15,3	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Embora as famílias residentes em localidades rurais permaneçam longos períodos de tempo em casa (especialmente as mulheres), no café (em particular os homens) ou a desenvolver a actividade agrícola, existem referências a hábitos eminentemente urbanos. É o caso do aproveitamento do fim de semana para se deslocarem à cidade e fazerem as compras do lar de carácter não diário que, tal como nas grandes e médias cidades, são efectuadas nos hipermercados (entre 60 e 70% dos inquiridos). A banalização do hipermercado estendeu-se aos estratos mais idosos da população, que não tendo transporte próprio aproveitam os circuitos de autocarro gratuitos disponibilizados pelas grandes superfícies.

Durante o verão, as famílias procuram outras áreas para passar férias, recorrendo à casa de familiares e amigos, a alojamento hoteleiro e outras formas similares. Há contudo alguns que vão para as localidades de onde são naturais (cerca de 25% nas cidades da Guarda e Castelo Branco e 12-18% nas cidades do Fundão e da Covilhã).

Esta análise permite evidenciar quatro tendências importantes a considerar na definição de estratégias de desenvolvimento sustentável das cidades médias e dos territórios envolventes.

A primeira é que uma parte significativa (30-50%) do tempo livre ao fim-de-semana é utilizado em passeios pela cidade e pela região. Tal quadro, mostra a possibilidade de desenvolver projectos para o aproveitamento do tempo livre de forma a que estes contribuam para oferecer às famílias quadros de vida sustentáveis.

Quadro 7.42. - Formas de utilização de tempo livre ao fim-de-semana, 1999 (%)

Cidades	Casa	Res. Secundária	Pais/Avós	Viajar	Café/Compras	Passear na cidade	Passear Fora cidade	Desporto	Outros	Não tem	Total
C. Branco											
Cidade	27,5	8,0	26,5	1,1	1,8	16,2	14,3	2,6	1,1	0,9	100,0
Outras loc. do conc.	29,5	4,1	18,0	1,6	0,0	28,7	11,5	0,0	4,9	1,7	100,0
Fundão											
Cidade	14,3	7,8	19,0	6,5	5,5	22,0	23,5	1,0	0,3	0,1	100,0
Outras loc. do conc.	13,1	0,8	11,5	0,0	3,3	25,4	38,5	6,6	0,0	0,8	100,0
Covilhã											
Cidade	23,1	6,6	12,4	4,7	6,1	19,2	19,5	4,0	4,2	0,2	100,0
Outras loc. do conc.	22,4	1,7	12,1	5,5	3,4	22,8	19,7	8,6	3,8	0,0	100,0
Guarda											
Cidade	24,2	11,2	26,9	1,2	2,4	16,1	16,1	1,2	0,6	0,1	100,0
Outras loc. do conc.	46,8	8,9	0,0	0,0	7,6	17,7	13,9	5,1	0,0	0,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

A segunda tendência é que o tempo livre (10-20%) é também utilizado em visitas aos pais e avós. Sabendo que uma parte significativa dos familiares residem em meio rural, podemos considerar estas visitas como um indicador de coesão territorial ou seja, atenuar o efeito de ilha que estas cidades possam exercer nos territórios envolventes, pela manutenção de ligações à terra natural ou dos seus progenitores através da recuperação de casas e da sua utilização como residência secundária.

Aliás, essa é a terceira tendência evidenciada pelos inquéritos, é que cerca de 10% possui residência secundária, para onde se desloca ao fim-de-semana, contribuindo assim, para um reavivar dos territórios rurais. A maior parte das residências secundárias ou residências dos pais, localizam-se nos arredores e/ou nas localidades de onde são naturais, muito embora haja algumas famílias que têm uma residência secundária em Lisboa, no Algarve ou em áreas balneares da Região Centro. Neste último caso, só as utilizam em férias, por motivo de estudo dos filhos, ou ocasionalmente aos fins-de-semana.

A quarta tendência relaciona-se com o perfil da população residente nas sedes de freguesias estudadas, que apresentam um padrão de actividades, mobilidade e consumos, muito próximos dos verificados nas cidades médias da região.

Dos vários indicadores anteriormente analisados, em vários é possível identificar algumas diferenças entre as famílias com residência e/ou naturalidade exterior à região, das famílias naturais da região. No caso dos equipamentos do lar, a taxa de cobertura da população que veio de Lisboa ou do Porto é mais elevada que, em termos médios, a da

população residente; todos possuem máquina de lavar roupa, metade máquina de lavar louça e 75% vídeo-gravador²³. O mesmo se verifica com a frequência do cinema (8,2% vai uma vez por semana e 28,6% uma vez por mês, enquanto os valores médios dos inquiridos na cidade apontam para 6,5% e 7,8%) e o teatro ou a leitura de um jornal diário nacional, registam também valores de frequência mais elevados. Outra tendência revelada por estas famílias é a da aquisição de casas nos arredores para fim-de-semana, aproveitando as melhorias na dotação de infra-estruturas e equipamentos que vão surgindo nas freguesias rurais.

Estas novas relações de parceria entre a cidade e o campo, devem ser consideradas na definição de novas políticas de desenvolvimento sustentável para estas regiões.

²³ Quanto ao computador, os valores são muito semelhantes (42%).

CAPÍTULO VIII - COMPLEMENTARIDADES TERRITORIAIS: A FORMAÇÃO DO EIXO URBANO DA BEIRA INTERIOR

"Pense-se no que pode ser uma noção de cidade em "mancha" que valorize o facto de, com o IP2 totalmente construído, a Guarda estar a vinte minutos da Covilhã, esta a cinco minutos do Fundão e este a vinte minutos de Castelo Branco. Para além da pequena distância tempo que separa cada um dos aglomerados mais afastados, é também relevante o facto de a uma pequena distância de cada um deles residir população que diariamente aí vem trabalhar, estudar, consultar o médico, servir-se do hospital ou dos serviços administrativos, fazer compras ou alugar vídeos".

J. Reis, (1998), "Interior, Desenvolvimento e Território" *in Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*

Após a caracterização das cidades e reconhecida a sua importância na região, procurou-se identificar as relações que se estabelecem entre elas, das quais decorre a constituição do Eixo Urbano da Beira Interior. A análise das complementaridades entre as quatro cidades assentou, em três dimensões:

- as deslocações pendulares por motivos de trabalho e estudo;
- a aquisição de bens e a prestação de serviços,
- as relações interempresariais.

Esta análise foi suportada pelos inquéritos realizados e complementada por informação estatística.

8.1. O alargamento das bacias de emprego e a reconfiguração do sistema urbano e regional da Beira Interior

a) O período de 1981 a 1991

Como foi possível verificar no capítulo anterior, nos últimos vinte anos, o crescimento das actividades económicas e a concentração do povoamento nos lugares de maior dimensão reforçou o papel das quatro cidades no contexto regional. Contudo, a melhoria nas acessibilidades e o aumento da utilização de transporte individual, acompanhados por um processo de desconcentração da produção industrial para freguesias dos concelhos rurais, são factores que conduziram à reorganização do sistema urbano e regional da Beira Interior. Os valores referentes às deslocações diárias por motivo de trabalho e estudo retratam, de alguma forma, estas transformações.

Quadro 8.1. - Importância das deslocações diárias* para fora do concelho de residência, 1981 e 1991

Concelho	Variação nos fluxos casa-trabalho	% de saídas para fora do concelho		Importância dos concelhos urbanos no conjunto das saídas para outros concelhos	
		1981-91	1981	1991	1981
Almeida	7,1	2,2	8,1	29,9	41,8
Belmonte	20,2	9,3	11,5	95,2	82,4
Castelo Branco	16,0	2,5	4,1	22,8	17,1
Celorico da Beira	-5,5	5,0	11,7	59,9	57,0
Covilhã	-3,2	2,1	6,0	87,6	39,6
F. C. Rodrigo	-10,8	3,7	5,9	11,8	9,5
Fundão	2,2	4,0	9,5	83,0	71,4
Guarda	4,9	3,4	6,0	38,9	9,9
Idanha-a-Nova	-22,1	4,9	8,4	58,1	57,1
Manteigas	3,1	1,4	9,7	73,1	70,6
Meda	-17,7	3,3	10,9	3,3	12,6
Penamacor	-26,7	2,9	9,1	35,6	40,1
Pinhel	-3,0	3,8	10,6	64,1	60,1
Sabugal	-15,6	2,3	6,1	70,2	41,3
Trancoso	-12,1	2,5	3,1	16,8	36,2
V.V. Rodão	-4,8	23,9	25,8	91,4	85,1
Concelhos Urbanos	4,8	2,8	6,0	* Por motivo de trabalho e estudo	
Resto da Região	-8,9	4,4	9,2		

Fonte: INE (1981 e 1991), RGP

Entre 1981 e 1991, enquanto os concelhos urbanos de Castelo Branco, Fundão e Guarda aumentaram os fluxos diários por motivos de trabalho ou estudo, os concelhos rurais, registaram um decréscimo do número de viagens, quer em termos absolutos, quer em termos relativos. Casos de Idanha-a-Nova, Penamacor, Meda, Sabugal, cujo decréscimo nos fluxos (absolutos e relativos) reflecte o envelhecimento da estrutura etária e a diminuição da população activa. A Covilhã, embora seja um concelho urbano, viu também decrescer o número absoluto de fluxos diários. No entanto, se considerarmos o número de fluxos por 1000 habitantes, registou-se um acréscimo.

Outra tendência que se evidenciou durante a década de oitenta foi o aumento do número de deslocações para fora do concelho. Mesmo nos concelhos rurais, onde se verificou uma diminuição no número absoluto de deslocações, aumentou o peso relativo das saídas para o exterior do concelho (veja-se o reforço do número de fluxos por cada 1000 habitantes verificado nos concelhos rurais).

Quadro 8.2. – Deslocações diárias* por 1000 habitantes, 1981 e 1991 (%)

Concelho	Deslocações para for a do concelho/1000 hab.	Total das Deslocações / 1000 hab.	Deslocações para fora do concelho/1000 hab.	Total das Deslocações / 1000 hab.
	1981	1981	1991	1991
Almeida	8,3	382,7	34,8	429,8
Belmonte	40,1	431,5	54,5	473,6
Castelo Branco	10,2	403,9	19,3	473,6
Celorico da Beira	17,7	353,7	45,3	386,7
Covilhã	9,4	438,0	28,6	478,7
F. C. Rodrigo	13,0	350,7	20,7	352,9
Fundão	15,8	396,3	38,9	409,9
Guarda	15,0	441,6	29,1	482,1
Idanha-a-Nova	15,4	315,6	24,4	290,5
Manteigas	5,8	400,2	42,9	442,3
Meda	13,4	405,6	43,8	402,2
Penamacor	10,6	363,9	28,6	313,0
Pinhel	16,5	431,3	49,9	472,4
Sabugal	9,4	404,9	23,2	382,4
Trancoso	9,5	389,0	12,0	390,0
V.V. Rodão	76,9	321,1	89,1	345,6
Conc. Urbanos	11,9	421,7	27,7	465,7
Resto da Região	16,6	379,7	35,6	387,9

* Por motivo de trabalho e estudo

Fonte: INE (1981 e 1991), RGP

Nalguns casos, o movimento fez-se em direcção às cidades da região, noutros reforçaram-se as deslocações para outros concelhos. No primeiro caso está Almeida, cujas deslocações para fora do concelho cresceram de 2,2%, em 1981, para 8,1%, em

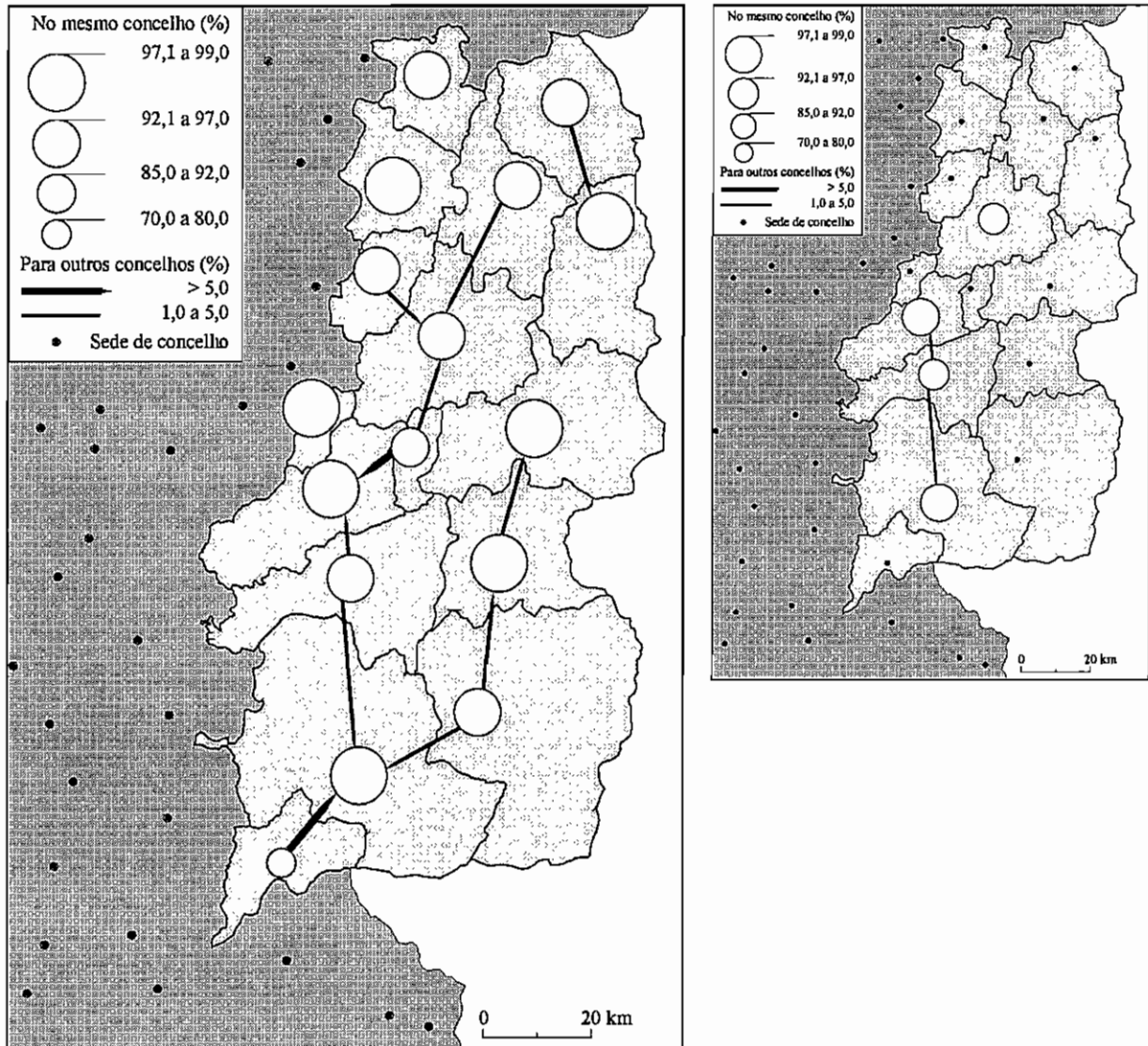
1991, movimento que se fez maioritariamente em direcção à Guarda. Situação semelhante passou-se na Meda, Trancoso, Manteigas, Pinhel e Celorico da Beira (estes dois últimos mantendo o seu peso relativo). No segundo caso, estão vários concelhos, nomeadamente os urbanos, onde as deslocações para os quatro concelhos do eixo perderam importância relativa face ao total das saídas para fora do concelho. É o caso do Sabugal, que reforçou as suas ligações com Belmonte, e de Penamacor que aumentou as suas deslocações em relação à Idanha-a-Nova.

Pelas figuras seguintes, podemos verificar o aumento de interações entre os vários concelhos da região, segundo dois níveis de análise.

Figura 8.1. - Deslocações Casa-Trabalho, 1981*

a) Na Beira Interior

b) Com origem nos Concelhos Urbanos



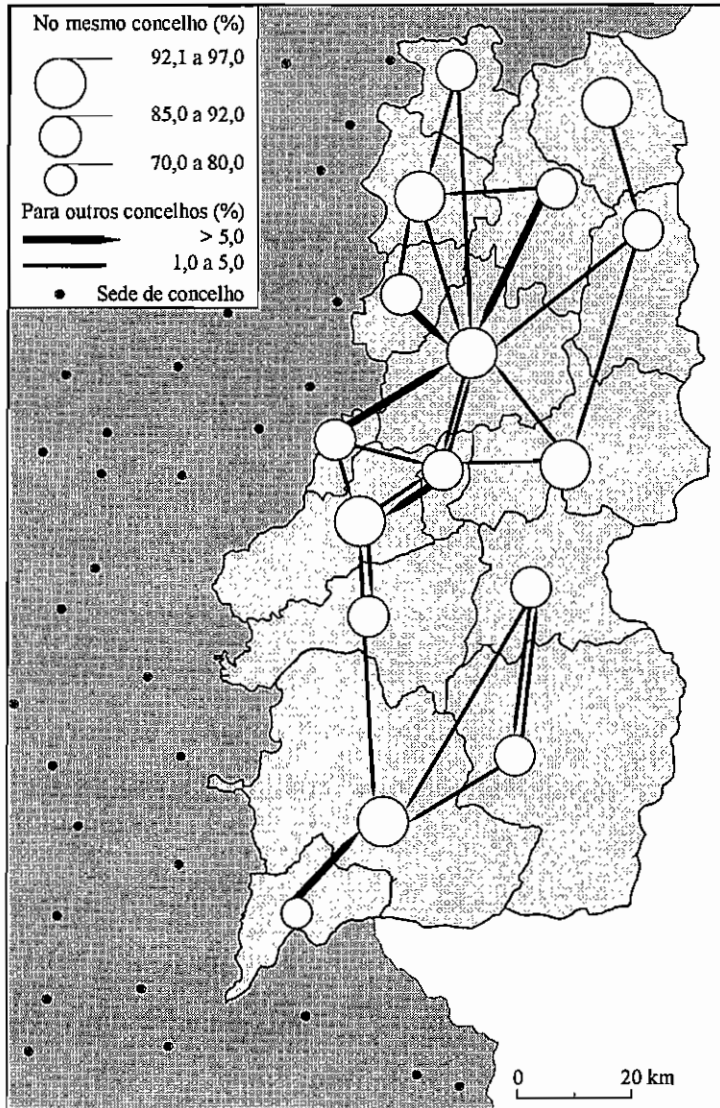
* Deslocações superiores a 1% do total da geração

Fonte: INE, 1981, RGP

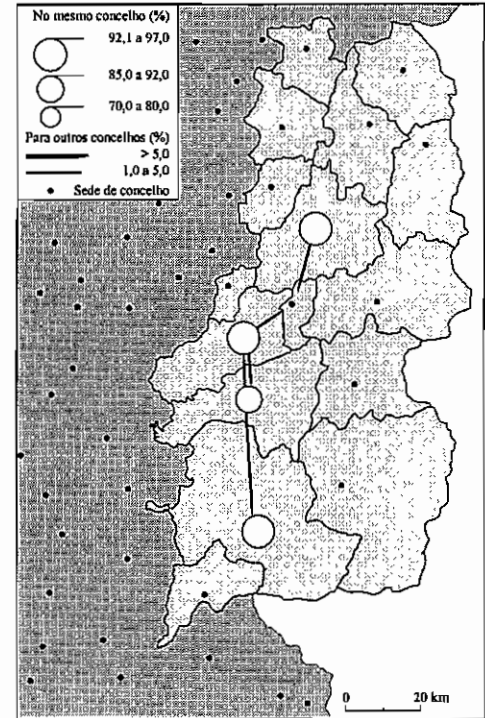
Os concelhos cujas deslocações por motivo de trabalho, para outros concelhos representam 1 a 5% do total dos fluxos e um segundo nível, onde estas correspondem a mais de 5%. As Figuras a) e b) representam respectivamente os fluxos verificados nos dezasseis concelhos da região e os fluxos com origem nos quatro concelhos urbanos.

Figura 8.2. - Deslocações Casa-Trabalho, 1991*

a) Na Beira Interior



b) Com Origem nos Concelhos Urbanos



* Deslocações superiores a 1% do total da geração

Fonte: INE, 1991, RGP

Segundo o Censo de 1991, dos cinco concelhos que se estendem ao longo do eixo, Castelo Branco, Belmonte e Guarda possuíam maior capacidade de atracção e, como tal,

registaram uma relação entre a "Atracção"/"Geração"¹ superior a 1,0. Ao contrário, Fundão e Covilhã, registaram valores inferiores à unidade, o que significa que o número de saídas do concelho foi superior ao número de entradas.

Assim, a estrutura das deslocações casa-trabalho permite identificar três sub-sistemas: o sub-sistema da Guarda; o sub-sistema da Covilhã-Fundão-Belmonte; e o sub-sistema de Castelo Branco.

Castelo Branco, para além do Fundão (cidade do eixo), atraía activos de Vila Velha de Rodão, Idanha-a-Nova, Proença-a-Nova e Oleiros, fluxos que no seu conjunto representavam 63% do total de entradas no concelho.

Quadro 8.3. - Atracção-geração de trabalhadores, 1991

Fluxos	Movimentos Intra Concelho (a)	Entradas Outros Concelhos (b)	Saídas para Outros Concelhos (c)	Atracção Total d=(a+b)	Geração Total e=(a+c)	Atracção/Geração (d/e)
C. Branco	19545	1331	919	20876	20464	1,02
Fundão	9573	590	926	10163	10499	0,97
Covilhã	19247	889	1353	20136	20600	0,98
Belmonte	2713	1108	285	3821	2998	1,27
Guarda	13720	1550	905	15270	14625	1,04

Fonte: INE, 1991

A Guarda assentava a sua bacia de emprego nos concelhos envolventes; Pinhel, Celorico da Beira, Almeida, Sabugal e Covilhã. Contudo, a bacia de emprego da Guarda, é "mais diversificada" que a dos restantes concelhos, pois como se pode verificar, os cinco principais concelhos de origem apenas representavam 45,3% das entradas, correspondendo os restantes 54,7% a vários outros concelhos, tais como Manteigas e Trancoso.

Quanto ao sub-sistema composto por Belmonte, Covilhã e Fundão, entre 1981 e 1991, reforçaram-se as relações entre estes (nomeadamente da Covilhã para o Fundão e da Covilhã para Belmonte), ganhando Belmonte uma posição de maior relevância no quadro sub-regional. Tal como foi frisado anteriormente, este concelho reforçou também as suas relações com a Guarda e o Sabugal. O crescimento do emprego nas confecções em Belmonte e o encerramento das empresas têxteis na Covilhã e Guarda, levaram a uma

¹ **Atracção** – (Total de deslocações por motivos de trabalho ou estudo originadas no concelho X e cujo destino é o concelho X) + (Total de deslocações com origem em outros concelhos com destino ao concelho X); **Geração** – Total de deslocações por motivos de trabalho ou estudo originadas no concelho

reorganização desta bacia de emprego. É também o encerramento das empresas têxteis na Covilhã e Manteigas que explica o aumento dos fluxos destes concelhos para a Guarda e Celorico da Beira.

Quadro 8.4. - Cinco principais concelhos de origem dos trabalhadores que se dirigem para os concelhos urbanos, 1991

Fluxos para:	Cinco principais concelhos de origem:					Importância dos 5 principais concelhos de origem no total de entradas de outros concelhos
	1º	2º	3º	4º	5º	
C. Branco	Fundão	V. V. Rodão	Proença	Idanha	Oleiros	63,0
Fundão	Covilhã	C. Branco	Belmonte	Penamacor	Pampilhosa	85,9
Covilhã	Fundão	Belmonte	Pampilhosa	Guarda	C. Branco	73,7
Belmonte	Covilhã	Guarda	Sabugal	Fundão	Penamacor	95,8
Guarda	Pinhel	Celorico B.	Covilhã	Almeida	Sabugal	45,3

Fonte: INE, 1991, RGP

A maior mobilidade verificada no Fundão e na Covilhã é visível no indicador que mede a distribuição da população segundo o local de trabalho. Enquanto no Fundão e na Covilhã, respectivamente, 67,2% e 45,5% da população trabalha na mesma localidade onde reside, no caso de Castelo Branco, de Belmonte e da Guarda, esse valor é superior, chegando a atingir em Belmonte, os 79%. Este padrão de mobilidades mostra a configuração do sub-sistema urbano constituído pelo Fundão, Covilhã e Belmonte, sub-sistema que se reforçou durante a década de oitenta.

Quadro 8.5. - Destino das deslocações dos activos residentes nos concelhos urbanos da Beira Interior, 1991 (%)

Concelhos	Para a freguesia em que reside	Para outra freguesia do concelho.	Sub-Total do concelho	Saídas para outros concelhos	Total
Guarda	59,8	34,0	93,8	6,2	100,0
Belmonte	79,0	11,5	90,5	9,5	100,0
Covilhã	45,5	48,0	93,5	6,5	100,0
Fundão	67,2	24,0	91,2	8,8	100,0
C. Branco	77,9	17,6	95,5	4,5	100,0

Fonte: INE, RGP, 1991

X, o que corresponde a: (total de deslocações com origem no concelho X e que ficam no concelho X) + (total de deslocações com origem no concelho X que saem do concelho X para outros concelhos).

No que diz respeito ao Eixo Urbano, as relações entre os vários concelhos evoluíram positivamente, verificando-se uma perfeita integração de Belmonte neste sistema. Se atendermos a Castelo Branco, verificamos que este possuía relações mais fortes com o Fundão, verificando-se um movimento insignificante para a Covilhã, Belmonte e Guarda. Quanto ao Fundão, este tinha relações mais intensas com Castelo Branco, Belmonte e Covilhã.

Guarda, Covilhã e Belmonte, intensificaram também a sua malha de relações. Entre 1981 e 1991, aumentaram as deslocações da Guarda para a Covilhã (em 1981, apenas tinham significado as deslocações da Covilhã para a Guarda) e da Covilhã para Belmonte.

O padrão de deslocações dos estudantes reproduzia o evidenciado pelos activos traduzindo, por um lado, a especificidade do sub-sistema regional da Cova da Beira, por outro, a importância regional das cidades na prestação de serviços. Em 1991, cerca de 12% das deslocações por motivo de estudo realizadas no concelho do Fundão tinham como destino outros concelhos, destacando-se destes a Covilhã (134 em 307 deslocações) e Castelo Branco (96 das 307 deslocações).

Quadro 8.6. - Cinco principais destinos das deslocações por motivos de trabalho e estudo, 1981 e 1991 (%)

Concelho	Ano	Cinco Principais Destinos				
		1º	2º	3º	4º	5º
C.Branco	1981	V.V. Rodão	Idanha	Fundão	Covilhã	Penamacor
	1991	V.V. Rodão	Idanha	Fundão	Covilhã	Penamacor
Fundão	1981	Covilhã	C.Branco	Penamacor	Guarda	Belmonte
	1991	Covilhã	C.Branco	Belmonte	Penamacor	Guarda
Covilhã	1981	Belmonte	Fundão	C. Branco	Guarda	Sabugal
	1991	Belmonte	Fundão	Guarda	C. Branco	Penamacor
Belmonte	1981	Covilhã	Guarda	Fundão	Sabugal	C.Branco
	1991	Covilhã	Guarda	Fundão	Sabugal	Manteigas
Guarda	1981	Belmonte	Covilhã	Sabugal	Celorico B.	Pinhel
	1991	Belmonte	Celorico B.	Pinhel	Covilhã	Sabugal

Fonte: INE, 1981 e 1991

 Alteração de posição

Esse valor era ainda mais elevado no concelho de Belmonte, onde 23% das deslocações por motivo de estudo eram efectuadas para fora do concelho, nomeadamente para a Covilhã e a Guarda (correspondendo a 105 das 119 deslocações para o exterior do concelho).

Quadro 8.7. - Deslocações por motivo de estudo, 1991 (%)

Concelhos	Para a freguesia em que reside	Para outra freguesia do concelho	Sub-Total do concelho	Saídas para outros concelhos	Total
C. Branco	71,9	25,6	97,5	2,5	100,0
Fundão	45,9	41,8	87,7	12,3	100,0
Covilhã	33,1	63,1	96,2	3,8	100,0
Belmonte	44,3	32,4	76,7	23,3	100,0
Guarda	45,6	48,8	94,4	5,6	100,0

Fonte: INE, RGP, 1991

Pelo contrário, na Covilhã, Castelo Branco e na Guarda, sendo as cidades possuidoras de maior cobertura de estabelecimentos, níveis e especialidades de ensino, o número de saídas, por motivo de estudo, efectuadas para fora do concelho foram mais reduzidas (assumindo apenas expressão para Lisboa e Coimbra, tradicionais centros de ensino superior).

b) Tendências recentes na configuração do Eixo Urbano

Comparando os valores de 1991 com os resultados obtidos num inquérito realizado aos quatro concelhos urbanos, em 1999, verifica-se um novo reforço das deslocações para outros concelhos que não o de residência.

Quadro 8.8. - Deslocações por motivo de trabalho nos concelhos urbanos da Beira Interior, 1991 e 1999 (%)

Concelhos	1991			1999		
	No concelho	Para outros concelhos	Total	No concelho	Para outros concelhos	Total
Guarda	93,8	6,2	100,0	89,7	10,3	100,0
Covilhã	93,5	6,5	100,0	89,7	10,3	100,0
Fundão	91,2	8,8	100,0	82,7	17,3	100,0
C. Branco	95,5	4,5	100,0	86,2	13,8	100,0

Fonte: INE (1991), RGP e Inquérito, 1999

Esse aumento foi mais expressivo nos concelhos de Castelo Branco e do Fundão, onde as deslocações para outros concelhos cresceram de 4,5% (em 1991) para 13,8% (em 1999) e de 8,8% (em 1991) para 17,3% (em 1999). No caso dos concelhos da Covilhã e da Guarda, esse aumento também não deixou de ser relevante; de 6,5% para 10,3% e 6,2% para 10,3%, respectivamente.

Uma análise mais detalhada ao nível das freguesias permite verificar que houve igualmente uma aumento da mobilidade intra-concelhia, visível no reforço das deslocações das freguesias não urbanas para as cidades e, também, num aumento das deslocações de freguesias eminentemente rurais para outras onde se localizam unidades industriais.

Quadro 8.9. - Local de trabalho da população activa nos concelhos urbanos, 1999 (%)

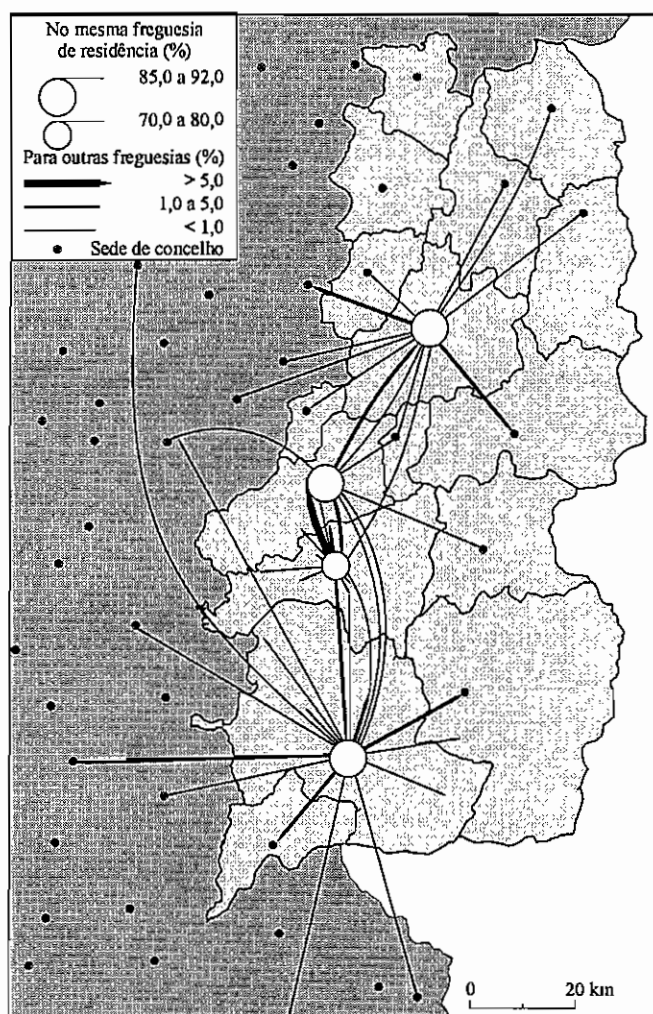
Destino das deslocações	Concelho de C. Branco	Concelho do Fundão	Concelho da Covilhã	Concelho da Guarda	Total Inquiridos
Concelho					
Localidade onde reside	79,9	66,8	73,3	81,6	987
Na sede de concelho	2,5	10,3	12,1	5,6	98
Outra localidade concelho	3,8	5,6	4,3	2,5	59
Total do concelho	86,2	82,7	89,7	89,7	1144
Outros					
Outros concelhos	9,6	15,4	9,0	10,3	142
Em casa	-	-	0,3	-	4
Vários	4,2	1,9	1,0	-	23
Total fora do concelho	13,8	17,3	10,3	10,3	169
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	1313

Fonte: Inquérito, 1999

As figuras seguintes retratam a situação apurada por inquérito em 1999: fluxos com origem nas quatro cidades (Fig. 8.3.) e fluxos com origem em outras freguesias dos quatro concelhos urbanos (Fig. 8.4. e Fig. 8.5.). Embora não se possa fazer uma comparação directa com as figuras que retratam as interacções casa-trabalho em 1981 e 1991 (a informação do RGP está organizada por concelho e está disponível para os 16 concelhos da região, enquanto a informação obtida por inquérito refere-se a freguesias, urbanas e não urbanas, e apenas se refere aos quatro concelhos urbanos), é possível constatar um aumento das interacções inter-concelhias. Da cidade de Castelo Branco, destacam-se as deslocações para Alcains e para outros concelhos como Idanha-a-Nova, Vila Velha de Rodão, Proença-a-Nova e Fundão. No caso do Fundão, a população residente na cidade, desloca-se para freguesias vizinhas onde se localizam unidades

industriais de média e grande dimensão e, como anteriormente, para a Covilhã, cidade de onde provém também um fluxo significativo com direcção ao Fundão. O movimento da Guarda para o Sabugal e para Celorico da Beira é outro aspecto a salientar na matriz de interacções com origem nas quatro cidades.

Figura 8.3. - Deslocações Casa-Trabalho com origem nas cidades de Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda, 1999



Fonte: Inquérito, 1999

Relativamente às restantes freguesias (freguesias não urbanas dos quatro concelhos estudados) verifica-se um menor peso das deslocações intra-freguesia, revelando a sua dependência em relação às cidades onde as oportunidades de emprego são maiores (Figs. 8.4. e 8.5.). Na Fig. 8.5. podem destacar-se alguns movimentos como: Cebolais de Cima e Alcains para a cidade de Castelo Branco; da Aldeia de Joanes e Alcaria (Fundão) para a cidade da Covilhã; de Gonçalo e Seixo Amarelo (Guarda) para

Belmonte; do Teixoso (Covilhã) para a Guarda e para Belmonte; sinais de que se intensificaram os fluxos e aumentou a complexidade da matriz de origem-destino.

Veja-se a Covilhã, cujo crescimento e urbanização têm estado relacionados com o Teixoso e Tortosendo, freguesias a menos de 10 quilómetros daquela cidade, que embora permaneçam como centros-sede de empresas industriais, foram afirmando novas relações no sistema regional. Destes núcleos residenciais partem fluxos migratórios distintos. O mais tradicional, com destino à Covilhã, caracterizado por uma população empregada no sector terciário e, um outro mais recente, com destino a Belmonte, atraído pela emergência das indústrias de confecções.

A uma distância superior a 10 quilómetros da cidade da Covilhã, encontram-se Dominguiso, Erada e Ferro. A relação que estas estabelecem com a cidade é de menor dependência que a verificada em localidades mais próximas, mas ainda assume valores significativos. Cerca de metade dos inquiridos deslocam-se para outras localidades, sendo que 21,1% vai para a cidade da Covilhã.

Quadro 8.10. - Local de trabalho da população activa nas várias freguesias do concelho da Covilhã, 1999 (%)

Local de Trabalho	Local de residência			
	Cidade da Covilhã	Localidades <5 Km	Localidades 5-10 Km da cidade	Localidades >10 Km da cidade
No Concelho				
Localidade onde reside	86,7	35,7	38,9	50,0
Na sede concelho		50,0	38,9	33,3
Outra localidade do concelho	3,9		6,9	16,7
Total do concelho	90,6	85,7	84,7	100,0
Outros	9,2	14,3	13,9	0,0
Não Responde	0,2		1,4	
Total de inquiridos (Nº 832)	100,0	100,0	100,0	100,0

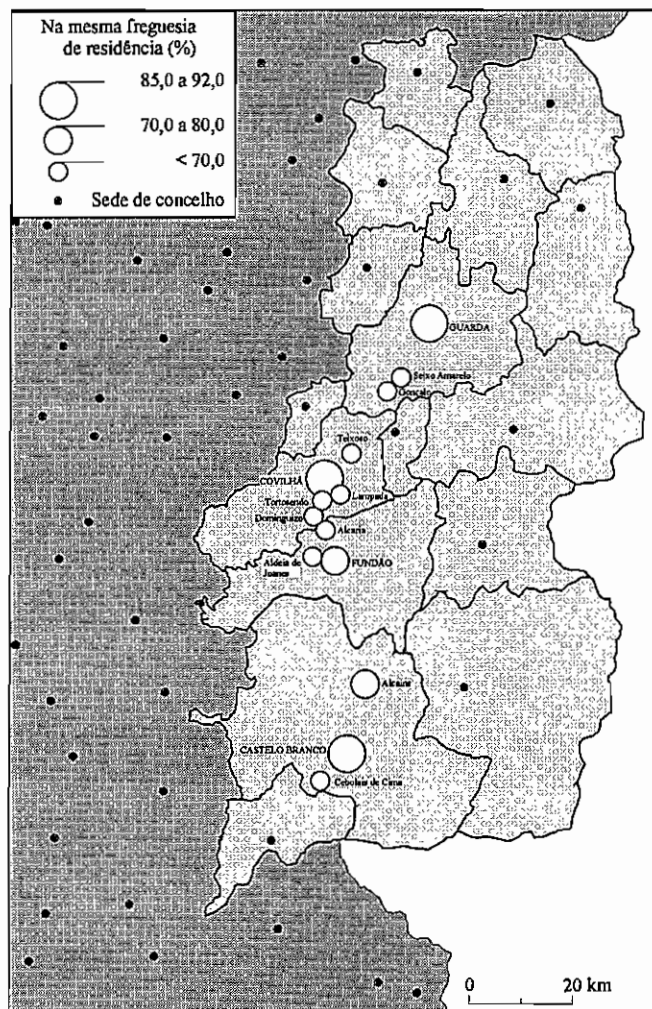
Fonte: Inquérito, 1999

De igual modo, a Guarda mostra que nas localidades mais distantes da cidade existe uma parcela significativa de residentes que vêm trabalhar para aquela cidade, número que se reforçou relativamente a 1991. São os casos de Gonçalo e Seixo Amarelo, que distam mais de 15 km da Guarda, mas onde cerca de 21% dos activos participam destas deslocções. De Gonçalo e Seixo Amarelo, há também um significativo número de activos que vão para Belmonte, nomeadamente mulheres que trabalham nas confecções.

No caso do Fundão, à semelhança de 1991, cerca de 10% vão para os concelhos de Belmonte e Covilhã, mas é de sublinhar o aumento das deslocções para Castelo

Branco e outros concelhos da Beira Interior Sul. Para além dos funcionários da administração local e regional, existe um crescente número de profissionais nos ramos do comércio, hotelaria e restauração, que residindo no Fundão, vem trabalhar a Castelo Branco, tirando partido da melhoria da via e da diminuição do tempo de deslocação, que aproximou estas duas cidades

Figura 8.4. - Importância relativa das Deslocações Casa-Trabalho intra-freguesia, 1999



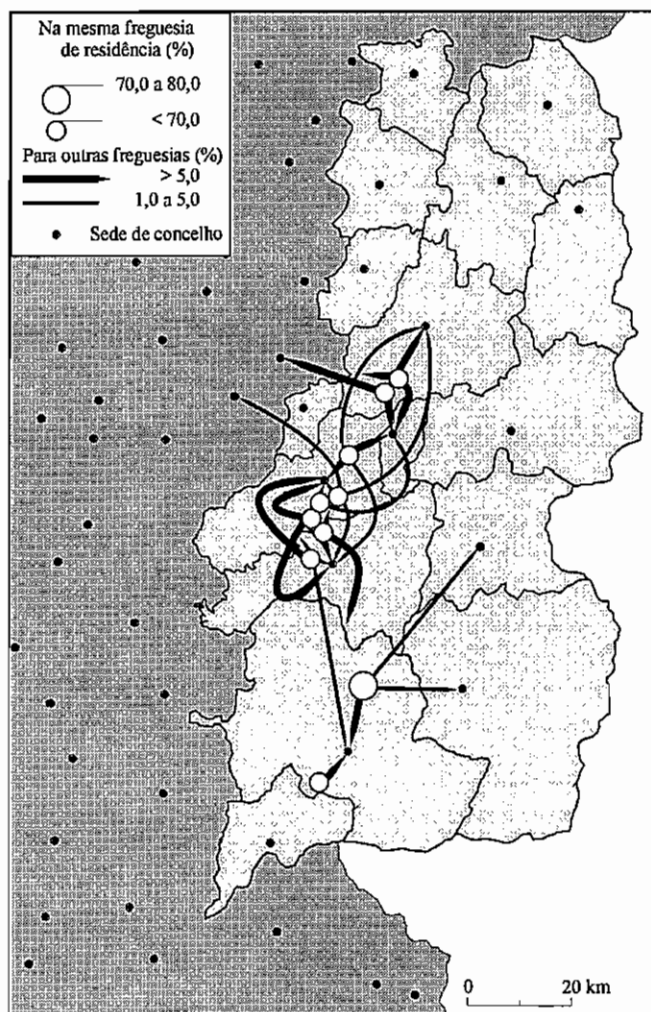
Fonte: Inquérito, 1999

No caso das freguesias periféricas à cidade do Fundão, Aldeia de Joanes e Valverde, a sua população desloca-se não só para a cidade do Fundão, mas também para outras localidades do concelho (caso de Telhado e Alcaria) ou de concelhos vizinhos, como Dominguiso, Tortosendo, Covilhã e Castelo Branco, complexificando as relações que se estabelecem no sistema urbano e regional raiano

Em Castelo Branco, cerca de 83% dos activos, trabalha na mesma freguesia de residência, havendo 3,6% dos activos que vão trabalhar a outras freguesias do concelho e

outros que vão para fora do concelho. São os casos de Proença-a-Nova (concelho fora da região em estudo), Idanha-a-Nova e Vila Velha de Rodão que de emissores de mão-de-obra, são hoje também receptores de activos, que vêm de Castelo Branco trabalhar na indústria e nos serviços públicos.

Figura 8.5. - Deslocações Casa-Trabalho com origem nas freguesias não urbanas, 1999



Fonte: Inquérito, 1999

Durante a década de noventa, para além dos serviços sociais, houve uma expansão das actividades turística e industrial, gerando-se um aumento da sua atractividade para alguns segmentos de mão-de-obra. Por exemplo, alguns técnicos superiores de Vila Velha de Rodão, residem em Castelo Branco, enquanto um número muito significativo de residentes em Vila Velha de Rodão, vão trabalhar a Castelo Branco.

Nos casos das freguesias de Cebolais de Cima, Retaxo e outras freguesias que distam mais de 15 km do concelho, a falta de emprego obriga à deslocação para a cidade, nomeadamente para trabalhar na actividade industrial. Alcains, revela alguma autonomia

(73,1% dos inquiridos reside e trabalha em Alcains) embora tenha relações fortes com Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor. Quanto aos estudantes, em 1999, revelavam um padrão de mobilidade semelhante ao verificado em 1991.

Quadro 8.11. - Local de trabalho da população residente nas várias localidades dos concelhos da Guarda, Fundão e Castelo Branco, 1999 (%)

Local de Trabalho	Local de residência: Guarda		
	Cidade da Guarda	Localidades a 5-15Km da cidade	Localidades a +15Km da cidade
No Concelho			
Localidade onde reside	85,5	28,6	49,0
Na sede concelho	-	71,4	21,6
Outra localidade do concelho	2,5	-	2,0
Total do Concelho	88,0	100,0	72,6
Outros	8,0	-	21,6
Não Responde	4,0	-	5,8
Total de inquiridos (Nº 628)	100,0	100,0	100,0
Local de trabalho	Local de residência: Fundão		
	Cidade do Fundão	Localidades < 5 Km da cidade	Localidades a 5-15Km da cidade
No Concelho			
Localidade onde reside	77,8	39,5	11,8
Na sede concelho	-	39,4	41,2
Outra localidade do concelho	4,3	10,5	5,9
Total do concelho	82,1	89,4	58,9
Outros	17,3	10,6	29,5
Não Responde	0,6	-	11,6
Total de inquiridos (Nº 418)	100,0	100,0	100,0
Local de Trabalho	Local de residência: Castelo Branco		
	Cidade Castelo Branco	Localidades a 5-10Km da cidade	Localidades a +11Km da cidade
No concelho			
Localidade onde reside	83,3	73,1	38,1
Na sede concelho	-	7,7	33,3
Outra localidade do concelho	3,6	-	9,5
Total do concelho	86,9	80,8	80,9
Outros	13,1	19,2	19,0
Não Responde	-	-	-
Total de inquiridos (Nº722)	100,0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

c) A importância do transporte individual para a configuração do Eixo Urbano

Para além da melhoria das vias, o aumento da mobilidade está associado à utilização do transporte próprio, verificado quer nas áreas urbanas, quer nas rurais.

Na Covilhã, destacam-se as deslocações em carro próprio, não sendo de negligenciar as deslocações em transporte público por parte da população que reside em

localidades a menos de 5 quilómetros de distância da cidade. Esta utilização, associa-se à população estudantil e, sobretudo ao facto da rede de transportes públicos urbanos se estender para fora dos limites da cidade até estas áreas. As deslocações a pé são pouco importantes, pois factores como a topografia acidentada da cidade e o estado do tempo durante os meses de inverno, são factores que condicionam os percursos a pé.

Situação idêntica regista a Guarda, cujo crescimento e densificação da malha urbana da cidade, em particular no sentido da estação, não são suportados pelo transporte colectivo mas sim pelo transporte individual. Quanto ao Fundão, a sua dimensão favorece os percursos a pé, como demonstram os valores registados pelo inquérito.

O quadro seguinte mostra que, em qualquer dos casos de estudo, a percentagem de indivíduos que utiliza o transporte individual é menos elevada nas cidades que nos restantes territórios, onde o automóvel tem sido fundamental para as deslocações casa-trabalho efectuadas das freguesias não urbanas tanto para a cidade como para outros locais da região.

Quadro 8.12. - Modo de transporte utilizado nas deslocações diárias (trabalho e estudo), 1999 (%)

Localidade de residência	Pé	Transporte público	Transporte Individual		Da Empresa	Outro	Total
			Carro	Moto			
Castelo Branco							
Cidade	37,9	9,6	48,3	0,3	3,2	0,7	100,0
Localidades 5 a 10 Km	53,3	13,3	33,4	-	-	-	100,0
Localidades 10 a 15 Km	28,6	14,3	57,1	-	-	-	100,0
Fundão							
Cidade	51,6	1,4	42,5	1,3	2,7	0,5	100,0
Localidades a menos de 5 Km	29,1	14,5	43,6	1,9	7,3	3,6	100,0
Localidades 6 a 10 Km	14,3	14,3	57,1	-	4,8	9,5	100,0
Covilhã							
Cidade	26,3	16,4	54,3	0,3	2,4	0,3	100,0
Localidades a menos 5 Km	20,5	30,8	48,7	-	-	-	100,0
Localidades 6 a 10 Km	13,1	17,2	68,7	-	1	-	100,0
Localidades a mais 11 Km	12,5	-	87,5	-	-	-	100,0
Guarda							
Cidade	35,9	8,6	54,9	-	0,3	0,3	100,0
Localidades 10a 15 Km	20,0	20,0	50,0	-	-	10,0	100,0
Localidades a mais de 16 Km	19,4	17,7	58,1	3,2	1,6	-	100,0
Total	33,5	11,4	51,8	0,5	2,2	0,6	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Esta tendência pode ser avaliada pelo aumento do tráfego de veículos ao longo do eixo urbano. Considerando a informação recolhida nos postos de contagem localizados no IP2², no ano de 1999, foi possível verificar que entre o Fundão e a Covilhã, circularam nos dois sentidos, 8 043 automóveis ligeiros/dia e 420 pesados/dia, sendo que 2 475 são veículos de mercadorias. Entre Castelo Branco e Fundão, o número de veículos a circular diariamente é de 7 175 veículos/dia, sendo 6021 ligeiros de passageiros e 751 de pesados (1 083 são veículos de mercadorias).

O inquérito O/D realizado em 1998 no posto de contagem 451-A no troço, Fundão-Castelo Branco, revelou que dos 1 439 veículos, 904 eram ligeiros de passageiros e 183 eram pesados, 13 autocarros. O motivo da viagem apontado por 906 dos inquiridos eram "serviço" e 173, apontam como motivo a "deslocação casa-trabalho". Este facto, reflecte por um lado, a importância das relações funcionais entre os dois concelhos e, em particular, entre as duas cidades, por outro, a dependência da distribuição e dos serviços de apoio à produção relativamente a outras áreas, nomeadamente em relação à Grande Lisboa, onde estão sediadas várias empresas fornecedoras das localizadas na Beira Interior (CCRC, 2000).

No modo ferroviário, a análise da matriz origem-destino do tráfego de passageiros em comboios intercity, permite verificar que cerca de 3/4 do tráfego proveniente da Beira Interior tem como destino Lisboa. Existem algumas relações da Covilhã e Fundão com Castelo Branco, todavia de Castelo Branco para as referidas cidades, desloca-se um número reduzido de indivíduos. Castelo Branco e a Covilhã, pelo facto de possuírem estabelecimentos de ensino superior e, até ao início dos anos noventa, uma instalação militar (em Castelo Branco), atraem a maioria dos passageiros provenientes da Região de Lisboa e Vale do Tejo e de outras áreas do país, através do nó do Entroncamento³.

² Posto de contagem 451-A (Km 88) entre Castelo Branco e Fundão e o posto automático AVC 100 N° 27 (Km 44,8), entre o Fundão e a Covilhã.

³ As estações da CP que servem as cidades de Castelo Branco, Fundão e Covilhã, aumentaram a sua importância no conjunto das viagens iniciadas na Beira Interior. Em 1990, representavam cerca de 77% e em 1994, o seu valor atingiu os 86%, sendo que 42,3% são iniciadas em Castelo Branco, 22% no Fundão e 21,5% na Covilhã (a Lardosa cresceu igualmente). Alcains decresceu de 7 044 títulos em 1991 para 6 228 em 1993 mas Fatela, Vale de Prazeres, Tortosendo e Belmonte, foram as estações que perderam, em termos absolutos e relativos, mais passageiros. Em Vale de Prazeres as reduções foram de um terço

8.2. Complementaridades na aquisição de bens e na prestação de serviços

O segundo aspecto que permite avaliar da importância das relações de complementaridade existentes ao longo do eixo urbano, resulta da análise do padrão de aquisição de bens e serviços. Neste domínio a centralidade das cidades é evidente, tanto nas compras banais, como nos serviços mais especializados, o que contraria a existência de uma relação de complementaridade entre as várias cidades.

Quadro 8.13. - Localidade onde se efectuam as compras do dia, 1999 (%)

Localidade de residência		Local de aquisição						Total
		Onde reside	Cidade de				Outra localidade	
			C. Branco	Fundão	Covilhã	Guarda		
Castelo Branco	Cidade	99,0	-	0,5	-	-	0,5	100,0
	Alcains	82,4	17,6	-	-	-	-	100,0
	Cebolais de Cima; Retaxo	58,5	41,5	-	-	-	-	100,0
Fundão	Cidade	76,7	4,8	0,7	-	-	0,5	100,0
	Aldeia Joanes; Valverde	48,4	4,8	48,4	3,2	-	-	100,0
	Alcaria	55,6	-	22,2	11,1	-	11,1	100,0
Covilhã	Cidade	98,9	-	-	-	0,6	0,5	100,0
	Boidobra	35,3	-	5,9	58,8	-	-	100,0
	Dominguoso; Teixoso; Tortosendo; Ferro	34,8	2,2	-	63,0	-	-	100,0
	Erada	50,0	-	-	50,0	-	-	100,0
Guarda	Cidade	98,7	-	-	-	0,7	0,6	100,0
	Mizarela; Vela; S. P. Jarmelo; Gagos	-	-	-	-	-	-	-
	Gonçalo Videmonte; Seixo Amarelo	37,5	-	-	3,1	40,6	18,8	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

No que diz respeito às compras do dia, de higiene e limpeza, a quase totalidade da população das cidades de Castelo Branco, Covilhã e da Guarda, adquire os diversos produtos na própria localidade onde reside. O Fundão regista um comportamento distinto com cerca de 27% a deslocar-se à Covilhã e 5% a Castelo Branco. Enquanto no primeiro caso, as deslocações relacionam-se fundamentalmente com a deslocação às médias e grandes superfícies da Covilhã, no segundo, estão associadas às migrações pendulares. Nas restantes freguesias inquiridas, existe um comportamento diferenciado relacionado

(9 360 em 1990 para 3 312 em 1993) e em Belmonte e no Tortosendo, cerca de metade (5 376 para 2 100 em Belmonte e 6 384 para 3 024 no Tortosendo).

com o padrão das migrações pendulares; as compras do dia são feitas no local de trabalho.

As compras de higiene e limpeza dependem da localização das médias e grandes superfícies. De facto, a abertura das médias e grandes superfícies nas cidades, veio reforçar a sua capacidade de atracção no que diz respeito a estes bens e, em alguns casos, de vestuário, electrodomésticos e outro equipamento para o lar.

Quadro 8.14. - Localidade de aquisição das compras de higiene e limpeza, 1999 (%)

Localidade de Residência		Local de aquisição						Total
		Onde reside	Cidade de				Outra localidade	
			C.Branco	Fundão	Covilhã	Guarda		
Castelo Branco	Cidade	99,4	-	-	-	-	0,6	100,0
	Outras freguesias	35,7	64,3	-	-	-	-	100,0
Fundão	Cidade	70,5	2,9	-	26,6	-	-	100,0
	Outras freguesias	18,6	2,3	60,5	18,6	-	-	100,0
Covilhã	Cidade	97,9	-	1,1	-	0,5	0,5	100,0
	Outras freguesias	14,6	1,2	3,7	80,5	-	-	100,0
Guarda	Cidade	99,3	-	-	-	-	0,7	100,0
	Outras freguesias	15,0	-	-	15,0	52,5	17,5	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

No caso do vestuário, 80% a 90% da compras são, também, efectuadas na localidade de residência, muito embora, no Fundão, mais uma vez se salientem algumas aquisições em Castelo Branco e na Covilhã. A compra de vestuário em "outras localidades" está associada às feiras que ainda detêm algum papel na oferta de bens nos concelhos rurais. Quanto à população residente nas restantes freguesias, esta desloca-se frequentemente às sedes de concelhos mas, em alguns casos, fá-lo a outras cidades do eixo: no Fundão há quem se desloque a Castelo Branco e Covilhã; e na Covilhã há quem opte por ir comprar o vestuário ao Fundão.

Quadro 8.15. - Localidade de aquisição de vestuário, 1999 (%)

Localidade onde reside		Local de aquisição						Total
		Onde reside	Cidade de				Outra localidade	
			C.Branco	Fundão	Covilhã	Guarda		
Castelo Branco	Cidade	87,0	-	0,5	0,5	-	12,0	100,0
	Outras freguesias	37,1	51,4	-	-	-	11,4	100,0
Fundão	Cidade	71,8	3,7	-	4,9	1,8	17,8	100,0
	Outras freguesias	5,9	3,9	78,4	7,8	-	3,9	100,0
Covilhã	Cidade	89,6	0,5	1,5	-	1,5	6,9	100,0
	Outras freguesias	9,5	-	4,8	75,0	1,2	9,5	100,0
Guarda	Cidade	93,0	-	-	-	-	7,0	100,0
	Outras freguesias	9,3	-	-	9,3	62,8	18,6	100,0
Total		68,8	2,7	5,2	9,1	3,6	10,6	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

No caso das actividades lúdicas, como o cinema, a polarização exercida pelas cidades ainda é mais acentuada, pois a oferta está concentrada. Nas cidades, a larga maioria vai à localidade onde reside, enquanto que nas restantes freguesias, optam pelas sedes de concelho. No caso do Fundão, há uma predisposição para frequentar o cinema da Covilhã, enquanto na Guarda, verificam-se algumas deslocações a Fornos de Algodres, Celorico da Beira e outras localidades próximas, onde existem exposições em salas polivalentes durante o fim-de-semana.

Quadro 8.16. - Localidade onde vão ao cinema, 1999 (%)

Localidade onde reside	Localidade onde reside	Cidade de				Outra localidade	Total
		C.Branco	Fundão	Covilhã	Guarda		
Castelo Branco	Cidade	92,5	-	-	-	7,5	100,0
	Outras freguesias	-	79,5	-	2,5	17,9	100,0
Fundão	Cidade	59,3	5,3	-	19,5	15,9	110,0
	Outras freguesias	-	3,2	61,3	19,4	16,1	100,0
Covilhã	Cidade	93,1	-	0,8	-	0,4	100,0
	Outras freguesias	-	-	4,6	93,8	1,5	100,0
Guarda	Cidade	91,1	-	-	2,2	6,7	100,0
	Outras freguesias	-	-	-	18,4	65,8	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Quanto à frequência de exposições, mesmo sabendo que esta é pouco frequente, surge associada às férias (ou seja a frequência é sobretudo fora da região), não se registando complementaridades entre as cidades do eixo urbano neste domínio.

No caso da consulta do médico especialista, verifica-se que mais de 50% da população inquirida encontra médico especialista nos concelhos urbanos, particularmente nas cidades de Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda. No entanto, no caso do Fundão, existe uma percentagem significativa de residentes que recorre a médicos especialistas em Castelo Branco e na Covilhã, enquanto um reduzido número de habitantes da Covilhã, recorre a Castelo Branco e à Guarda (4,3% e 3,4%, respectivamente), padrão que se relaciona com a distribuição geográfica das especialidades.

Quanto às restantes freguesias, revela-se uma natural dependência em relação aos centros urbanos e, em particular, a Castelo Branco. Cerca de 33% dos inquiridos residentes nestas localidades, para obter uma consulta de um médico especialista deslocam-se a Castelo Branco.

É ainda de sublinhar que existe uma procura assinalável de médico nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, que no seu conjunto, representam cerca de 20 a 30% da procura.

Quadro 8.17. - Localidade onde vão ao médico especialista, 1999 (%)

Concelho residência	Onde reside	Cidades				Outros				Total
		C.Branco	Fundão	Covilhã	Guarda	Lisboa	Porto	Coimbra	Outro	
C. Branco	78,3	-	0,4	-	-	10,8	0,4	9	1,1	100,0
Fundão	50,6	9	-	10,2	2,4	13,9	0,6	12,7	0,6	100,0
Covilhã	56,1	4,3	0,9	-	3,4	9,3	1,5	22,6	1,9	100,0
Guarda	67,9	0,4	-	0,8	-	5,9	3	16,5	5,5	100,0

Fonte: Inquérito, 1999-2000

Este padrão poderá vir a alterar-se, pois com a entrada em funcionamento da Faculdade de Medicina e do novo hospital da Covilhã, e com a consequente reorganização geográfica das especialidades médicas, possivelmente aumentarão as relações de complementaridade entre as várias cidades.

8.3. As complementaridades territoriais entre empresas

O terceiro vector de análise das complementaridades ao longo do eixo são as relações estabelecidas pelas empresas. Para medir estas complementaridades, tomou-se como indicador, o consumo de serviços de apoio à produção e a respectiva localização dessas empresas.

A análise parece indiciar a existência de relações intersectoriais locais mais fortes que as de complementaridade entre as cidades. Segundo os resultados dos inquéritos efectuados às empresas industriais, de comércio e serviços localizadas nas quatro cidades, verificamos que cerca de metade dos serviços contratados são prestados por empresas localizadas na mesma localidade da empresa contratante, traduzindo uma forte articulação dos sistemas locais. Contudo, é possível identificar algumas relações de complementaridade entre as quatro cidades que definem o eixo urbano. Estas, são mais ou menos intensas, dependendo do tipo de serviço requisitado.

Quadro 8.18. - Localidade onde são contratadas as empresas de serviços de apoio à produção, 1999 (%)

Serviço de apoio	Na mesma Localidade	Recrutamento de empresas localizadas no Eixo Urbano					Recrutamento de empresas localizadas em outros concelhos			
		C. Branco	Fundão	Covilhã	Guarda	Total	AML	AMP	País	Total
Assistência Jurídica	53,2	8,5	4,3	17,0	2,1	31,9	10,6		4,3	100,0
Informática	55,9	8,8	5,9			14,7	11,8	5,9	11,7	100,0
Estudos ec. e de mercado	56,3		6,3	6,3		12,6		18,8	12,3	100,0
Marketing/ Publicidade	45,8	8,3	12,5	4,2	4,2	29,2	12,5	4,2	8,3	100,0
Controle de qualidade	42,9	14,3	14,3	14,3		42,9	14,2			100,0
Análises Laboratoriais	47,1	5,9		17,6		23,5	11,7	5,9	11,8	100,0
Manutenção e reparação de equip.	40,0	8,6	11,4	2,9		22,9	11,3	5,7	20,1	100,0
Recrutamento de pessoal	50,0	12,5	6,3	6,3		25,1	12,5	6,2	6,2	100,0
Formação Profissional	41,7	8,3		4,2		12,5	16,7	8,3	20,8	100,0
Transporte de matérias-primas	48,0			16,0		16,0	8,0		28,0	100,0
Segurança	25,0	25,0				25,0		12,5	37,5	100,0
Transporte do produto final	60,0			20,0		20,0	10,0		10,0	100,0
Limpeza	66,7					0,0	33,3			100,0
Fornecimento de refeições	80,0	20,0				20,0				100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Os serviços de apoio à produção onde se identificam relações de complementaridade mais fortes entre as quatro cidades são: o marketing/publicidade; o recrutamento de pessoal; as análises laboratoriais; a manutenção e reparação de equipamento; a segurança e o transporte do produto final. Citem-se algumas especializações mais evidentes:

- os serviços de segurança em Castelo Branco;
- as análises laboratoriais, o controle de qualidade e transporte de produto final na Covilhã;
- a publicidade em Castelo Branco e Fundão.

Em muitos casos, estes estabelecimentos são filiais de outros sediados nas cidades de Lisboa e Porto (caso da segurança). Assim, com alguma frequência, empresas industriais do Fundão, contratam empresas de serviços de Castelo Branco ou da Covilhã, e empresas de Castelo Branco, contratam outras da Covilhã.

Quanto às empresas localizadas nos restantes concelhos, reconhece-se a sua dependência em relação às quatro cidades na prestação de serviços. As empresas de

Idanha-a-Nova ou Penamacor recorrem a Castelo Branco e Fundão, enquanto as empresas de Belmonte, ora recrutam empresas de serviços da Covilhã e da Guarda e as Pinhel e Celorico da Beira, recorrem à Guarda.

Quadro 8.19. - Número de pessoas ao serviço nos principais serviços de apoio à produção na Beira Interior, 1996

Serviços de Apoio à produção	Nº de pessoas ao serviço							%		
	Nos Concelhos Urbanos					Nos Res-tantes	Total da Região	Eixo Urbano	Outros Região	Total
	Castelo Branco	Covilhã	Fundão	Guarda	Total					
Intermediação Financeira	286	174	114	224	798	330	1128	70,7	29,3	100,0
Actividade jurídica, contabilidade, auditoria, consultoria	102	80	41	104	327	70	397	82,4	17,6	100,0
Seguros	65	37	17	92	211	3	214	98,6	1,4	100,0
Limpeza industrial	33	21	20	31	105	24	129	81,4	18,6	100,0
Arquitectura, engenh ^a e afins	10	48	8	20	86	5	91	94,5	5,5	100,0
Aluguer de máquinas e de equipamentos	2	2	2	12	18	55	73	24,7	75,3	100,0
Imobiliárias	23	12		24	59	3	62	95,2	4,8	100,0
Segurança	16	5		18	39	2	41	95,1	4,9	100,0
Publicidade	5	17	4		26	7	33	78,8	21,2	100,0
Ensaio e análise Técnicas	5	3	6	10	24	6	30	80	20	100,0
Seleção e colocação de Pessoal	2	2	4		8	0	8	100	0	100,0
Consultoria e programação informática	5				5	1	6	83,3	16,7	100,0
Processamento de dados	1			2	3	0	3	100	0	100,0
Total	555	401	216	537	1709	506	2215	77,2	22,8	100,0

Fonte: MESS, 1996

A procura é também condicionada pela oferta de serviços que, como foi possível verificar no capítulo anterior, tem um padrão muito concentrado, nomeadamente em serviços como a consultoria e a programação, as imobiliárias, a selecção e colocação de pessoal, os ensaios e as análises técnicas ou a segurança, em particular, nas cidades da Guarda, Covilhã e Castelo Branco. Os quatro concelhos urbanos possuem a maior parte dos serviços mas há especializações: a venda de imóveis e as empresas de segurança existem na Guarda, Covilhã e Castelo Branco; o Fundão e a Covilhã, a par com Castelo Branco, fazem selecção e colocação de pessoal; e a consultoria está concentrada em

Castelo Branco (e Belmonte) (MESS, 1996). Nos concelhos não urbanos, encontramos alguns serviços com uma génese local:

- a publicidade em Almeida e Belmonte;
- aluguer de máquinas e equipamento em Belmonte, Pinhel, Trancoso, Penamacor, Idanha-a-Nova, particularmente associadas à actividade agrícola;

Quadro 8.20.- Principais serviços de apoio à produção nos concelhos rurais, 1996

Concelho	1ª actividade	Nº	2ª actividade	Nº	3ª actividade	Nº	Outras activ.	Nº	Total
Almeida	Intermediação financeira	53	Activ. jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	8	Publicidade	4	Outras activ.	3	68
Belmonte	Intermediação financeira	32	Aluguer de máquinas e equipamentos	21	Activ. Jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	4	Outras activ.	11	68
Celorico da Beira	Intermediação financeira	27	Activ. jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	8	Limpeza Industrial	2	Outras activ.	2	39
F. C. Rodrigo	Intermediação financeira	21	Limpeza Industrial	4	Activ. Jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	3	Outras activ.	1	29
Idanha-a-Nova	Intermediação financeira	23	Limpeza Industrial	3	Aluguer de máquinas e de equipamentos	1	Outras activ.	0	27
Manteigas	Intermediação financeira	10	Activ. jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	4	Limpeza Industrial	1	Outras activ.	0	15
Meda	Intermediação financeira	17	Activ. jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	2	-		Outras activ.	0	19
Penamacor	Intermediação financeira	19	Aluguer de máquinas e de equipamentos	9	Activ. Jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	3	Outras activ.	0	31
Pinhel	Intermediação financeira	28	Aluguer de máquinas e de equipamentos	12	Activ. Jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	9	Outras activ.	1	50
Sabugal	Intermediação financeira	44	Activ. jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	19	Limpeza Industrial	4	Outras activ.	1	68
Trancoso	Intermediação financeira	42	Aluguer de máquinas e de equipamentos	11	Activ. Jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	8	Outras activ.	12	73
V. V. Rodão	Intermediação financeira	14	Activ. jurídicas, contabilidade, auditoria e consultoria	2	Limpeza Industrial	2	Outras activ.	1	19
Total da Beira Interior		1128		430		266	Outras activ.	391	2215

Fonte. MESS, 1996

- as análises técnicas em Trancoso (associado à produção de queijo e outros derivados do leite);

- a limpeza industrial em Figueira de Castelo Rodrigo, Idanha-a-Nova, Celorico da Beira, Manteigas, Sabugal e Vila Velha de Rodão, associada à actividade industrial e turística.

Concluimos então que, nos últimos vinte anos, enquanto a mobilidade da mão-de-obra permite apontar no sentido da constituição do eixo urbano e de um reforço das relações com outros concelhos, no padrão de aquisição de bens e serviços, as relações são menos importantes. A larga maioria da população adquire bens e recorre a serviços, na localidade onde reside ou, no caso das freguesias rurais, naquela que estando mais próxima, está habilitada a prestar esse serviço.

Por outro lado, o quadro de complementaridades empresariais ainda é bastante reduzido. Em primeiro lugar, porque o recurso a serviços externos por parte das empresas industriais ainda é relativamente baixo, em segundo, porque as empresas pela proximidade e por relações de conhecimento, preferem contratar empresas locais que empresas de outras cidades e, em terceiro lugar, porque muitas vezes procuram empresas credenciadas de Lisboa ou Porto, em vez de recorrerem a empresas locais.

CAPÍTULO IX - ACTORES E POLÍTICAS – COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA BEIRA INTERIOR

"A primeira ideia em que se insiste, como ponto de partida para uma política eficaz de desenvolvimento do interior, é na recusa de considerar estes espaços como espaços marginais a cargo do País e na necessidade de uma nova visão destes territórios como espaços de oportunidades. Oportunidades que radicam nos "recursos do território", nos recursos humanos e nos "recursos de conhecimento" ... e são potenciadas por um novo quadro estratégico em que se destacam a sua inserção no espaço ibérico e nas grandes vias de estruturação e internacionalização do espaço nacional e as novas condições de competitividade abertas pelas novas tecnologias de comunicação e informação."

A. J. Mendes Baptista (1999), *Políticas para o Desenvolvimento do Interior*, pp.1

O presente capítulo tem como objectivos principais apresentar as políticas que incidiram na região nos últimos anos, verificando em que medida é que estas contribuíram para a configuração do eixo urbano, analisar o papel dos actores (empresários, a população em geral e as instituições) para os processos de desenvolvimento local e regional da região e, por fim, propôr algumas orientações para o território em estudo.

Procurar-se-á assim, compreender a especificidade dos processos de desenvolvimento através da identificação do papel das instituições, das formas de

valorização dos recursos locais, consubstanciadas em políticas inovadoras capazes de produzir quadros de desenvolvimento sustentável.

O capítulo estrutura-se em três partes distintas: a primeira de caracterização e avaliação dos instrumentos e políticas desenvolvidos na região nos últimos 10 anos; a segunda parte, de caracterização dos vários modelos de desenvolvimento, identificando-se o papel dos actores e a sua ligação ao território; e na terceira parte, incorporando as reflexões anteriores, enumera-se um conjunto de potencialidades e estrangulamentos que caracterizam a região, apresentando-se algumas sugestões para a sua potenciação e superação e para o conseqüente desenvolvimento da região.

Para tal, para além dos inquéritos aos empresários, realizaram-se 35 entrevistas às associações de desenvolvimento regional e local, municípios e outras entidades, de forma a inventariar as suas iniciativas e o seu envolvimento na rede de relações territoriais. Foram ainda utilizados os inquéritos realizados à população residente e aos estudantes do ensino superior universitário e politécnico, residentes nas cidades em estudo.

Tal como no capítulo anterior, a análise centra-se nos quatro concelhos urbanos, mas tem como base de referência, os dezasseis concelhos da região.

9.1. As Políticas Regionais e Locais na Beira Interior

Os objectivos e as políticas definidas pela Administração Central para a região encontram expressão nos Programas Regionais, instrumentos que enquadraram uma grande parte dos investimentos efectuados na Beira Interior. Entre 1994 e 1999, vigorou o "Programa Operacional da Região Centro" (CCRC, 1995), programa que tinha como objectivos estratégicos:

- "melhorar as infra-estruturas e equipamentos locais;
- fomentar as iniciativas de impacte regional;
- apoiar as actividades económicas e o desenvolvimento endógeno", (CCRC, 1995, pp. 7).

O caso específico da Raia Central, quer pela sua posição periférica no contexto nacional e europeu, quer pela sua situação demográfica, produtiva e social, foi alvo de uma linha acção específica, que previa como condição fundamental para a atracção de

investimentos produtivos e para a fixação de recursos humanos com qualificação, uma melhor dotação em infra-estruturas.

Neste âmbito, considerou-se prioritário "melhorar os níveis de acessibilidade interna e externa, potenciar os recursos endógenos e reforçar a centralidade dos núcleos urbanos, através de equipamentos e serviços de apoio tanto às populações como aos agentes económicos e às empresas" (CCRC, 1995, pp. 39).

Por outro lado, a perifericidade da região e as carências existentes, impuseram a convergência de outras políticas e instrumentos nacionais e comunitários, que garantissem a concretização de objectivos estratégicos para a região. Considerava-se prioritário:

- melhorar a acessibilidade regional através da conclusão dos principais eixos viários (IP2, IC7 e IC8);
- construir infra-estruturas de saneamento básico para abastecimento de água e tratamento de efluentes domésticos e industriais;
- a instalação de serviços que colmatassem as carências da região.

As medidas preconizadas no PROCENTRO beneficiaram de investimentos provindos dos programas do QCA II e de outras iniciativas comunitárias como o INTERREG I, II e o LEADER. No seu conjunto, o investimento foi elevado mas foram os quatro concelhos urbanos (40% dos investimentos foram realizados nos quatro concelhos urbanos) que encetaram um maior número de projectos, em domínios mais diversificados que os efectuados nos concelhos rurais.

Na impossibilidade de apresentar a totalidade dos projectos e do investimento efectuado no QCA II, utilizou-se a informação disponível para a primeira metade do período (1994-96), assumindo-se que a sua estrutura por sector e a distribuição por concelho serão representativas da estrutura dos investimentos realizados no período de 1994 a 1999.

O investimento *per/capita* aprovado para a primeira metade do QCA II na Covilhã rondava os 315 mil escudos, na Guarda, 245 mil escudos, no Fundão, 151 mil escudos e em Castelo Branco, 103 mil escudos.

Quadro 9.1. - Repartição do investimento total aprovado na Beira Interior no QCA II, segundo o tipo de programa, 1994-96

Concelho	Estrutura		Investimento				Total	Investimento 1000 esc.	
	Indústria	Comércio	PPDR	Turismo	PO	Outros		Total	Per/capita
C.Branco	24,3	5,2	11,6	8,1	34,1	16,7	100,0	5 567 038	102, 865
Covilhã	54,9	1,8	3,3	1,2	7,4	31,4	100,0	16 216 136	314, 815
Fundão	42,7	3,9	17,0	13,8	9,2	13,4	100,0	4 635 258	150, 495
Guarda	30,2	0,8	7,2		45,0	16,8	100,0	9 453 670	245, 158
Concelhos urbanos	42,1	2,3	7,4	3,6	21,7	22,9	100,0	35 872 101	204, 995
Restantes Concelhos	7,6	0,2	4,9	2,7	10,3	74,3	100,0	53 525 582	504, 911
Total	21,4	1,1	5,9	3,1	14,9	53,6	100,0	89 397 683	318, 141

Fonte:DGDR,1997

No caso do sector industrial, os maiores montantes foram investidos na Covilhã, Guarda e Fundão, enquanto no sector comercial, foram o Fundão, a Covilhã e Castelo Branco, que assumiram valores mais elevados tanto em valor absoluto como em capitação. O turismo foi um dos sectores que beneficiou mais os concelhos rurais, destacando-se Belmonte, Idanha-a-Nova e Celorico da Beira com os montantes mais elevados.

Quadro 9.2. - Repartição regional do investimento total aprovado na Beira Interior nos principais Programas do QCA II, 1994-96

Investimento	Comércio	Indústria	PPDR	Turismo	Programa Operacional	Total
C. Branco	30,5	7,1	12,3	16,6	4,8	6,2
Covilhã	31,2	46,4	10,2	7,4	19,7	18,1
Fundão	19,2	10,3	15	23,4	5,5	5,2
Guarda	7,9	14,9	12,9	0	6,9	10,6
Concelhos urbanos	88,8	78,7	50,4	47,4	36,9	40,1
Restantes Concelhos	11,2	21,3	49,6	52,7	63,1	59,9
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1000 esc.	942 112	1 917 2718	5 242 520	2 737 816	13 280 107	
Per /capita -1000 esc.	3, 353	68, 230	18, 657	9, 743	47, 260	

Fonte:DGDR,1997

Os maiores investimentos em infra-estruturas e equipamentos efectuados no âmbito dos vários programas, em cada um dos quatro concelhos urbanos foram: na Covilhã, o projecto de tratamento e valorização de resíduos sólidos da Cova da Beira (2,7 milhões de contos); em Castelo Branco, a ampliação da Zona Industrial (1,4

milhões de contos); na Guarda, a Via de Cintura Externa (2,2 milhões de contos); e no Fundão, a Escola Básica do Fundão (423 mil contos).

A integração de diferentes programas e fontes de financiamento é um aspecto a salientar. Veja-se o caso do ambiente, cujos projectos foram financiadas ora pelo Programa Ambiente, ora pelo Programa Operacional (o Projecto de "Tratamento e Valorização dos resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira" foi aprovado no âmbito do programa ambiente, enquanto a ETAR de S. Miguel na Guarda, foi financiada pelo Programa Operacional). Por outro lado, no Programa Ambiente, não foram apenas aprovados projectos que se relacionavam directamente com a construção de infra-estruturas mas também, vários projectos que promoveram a valorização económica dos recursos locais, nomeadamente a construção de praias fluviais¹.

Quadro 9.3. - Principais Instrumentos de Intervenção na Beira Interior na Segunda Metade da Década de Noventa

Natureza da Intervenção		Programa	Área Geográfica
Comunitária	Sectorial	<ul style="list-style-type: none"> Vários Programas do QCA II 	16 concelhos
	Regional	<ul style="list-style-type: none"> Programa Operacional da Região Centro Inic. Comunitárias: INTERREG II, LEADER e outras 	
Nacional	PROSIURB		<ul style="list-style-type: none"> Guarda Covilhã C. Branco
	Cidades Digitais - Combate à interioridade		<ul style="list-style-type: none"> Guarda Castelo Branco (só a partir de 2000)
	Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas	Tejo Internacional	<ul style="list-style-type: none"> Parte dos concelhos de Castelo Branco e Vila Velha de Rodão
		Serra da Estrela	<ul style="list-style-type: none"> Parte dos concelhos da Guarda, Covilhã, Manteigas, Seia, Gouveia, Celorico da Beira
Local	Planos Directores Municipais (Fundão e Covilhã estão em fase de ratificação, estando os restantes aprovados e ratificados)		<ul style="list-style-type: none"> 16 concelhos
	Planos Estratégicos		<ul style="list-style-type: none"> Cidade da Guarda Cidade de Castelo Branco

¹ Praia Fluvial da Azenha dos Gaviões, em Vila Velha de Ródão; Praia Fluvial de Alcaria, no Fundão; Recuperação e Requalificação das Ribeiras Históricas da Covilhã, Covilhã, Praia Fluvial do Dominguiso, na Covilhã; Praia Fluvial da Lageosa do Mondego, em Celorico da Beira; Praia Fluvial do Rio Ocreza, em Castelo Branco; Praia Fluvial de Belmonte, em Belmonte (CCRC, 1998).

Para além dos programas comunitários, a região beneficiou de outros programas nacionais e locais. Refira-se o PROSIURB, ao qual estiveram habilitadas a concorrer as cidades de Castelo Branco, Guarda e Covilhã e o Programa das Cidades Digitais, criado em 1997, onde se integrou a cidade da Guarda e, mais recentemente, Castelo Branco (em 2000).

9.2. Os actores e o seu envolvimento nos processos de desenvolvimento local e regional

Os processos de desenvolvimento têm profundas raízes institucionais e culturais, associadas a actores dos territórios com formas e mecanismos próprios de organização, que explicam os distintos processos de desenvolvimento das quatro cidades.

As entidades municipais da Raia e, em particular, dos concelhos da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, têm tido desempenhos distintos, revelando diferentes níveis de envolvimento nos processos de desenvolvimento local. Enquanto os municípios urbanos procuraram desenvolver estratégias de afirmação económica, de melhoria das condições de acessibilidade regional e providenciar infra-estruturas e equipamentos à sua população, os municípios rurais, debatiam-se com problemas de desertificação e isolamento, ao mesmo tempo que procuravam solucionar as carências em infra-estruturas básicas.

a) Castelo Branco

Dos quatro concelhos urbanos, Castelo Branco foi o único que assumiu claramente um modelo de desenvolvimento com base na expansão do emprego industrial e, para tal, construiu um espaço industrial com condições mais atractivas que os das restantes cidades. A Zona Industrial de Castelo Branco, para além de maior dimensão, oferecia lotes com uma dimensão média mais elevada ao preço simbólico de 1\$/m².

A estratégia do município incluía ainda a criação das pequenas Zonas Industriais de Alcains e do Cebolais/Retaxo ("Triângulo Industrial de Castelo

Branco/Alcains/Cebolais-Retaxo", *Plano de Pormenor da Zona Industrial de Castelo Branco*, 1990), que no seu total, deveria criar cerca de 11 000 postos de trabalho (7 000 previstos para a Zona Industrial de Castelo Branco e 4 000 para as restantes duas Zonas Industriais do concelho). A estratégia foi complementada com a criação do Gabinete de Apoio à Zona Industrial, cujo objectivo era incentivar e facilitar os processos de captação de novos investimentos. O espaço industrial previsto para as Cebolais-Retaxo não foi construído e o de Alcains, com algumas empresas instaladas, não foi infra-estruturado, contudo a Zona Industrial de Castelo Branco tem já aprovado um plano de expansão.

Quadro 9.4. - Características dos Espaços Industriais de Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Guarda

Características	C. Branco	Covilhã	Fundão	Guarda
Área Total m ²	2 600 000	300 000	547 700	189 000
Nº de lotes	94	36	156	54
Área lotes m ²	900/20 000	1 350/2 000	390/1 800	1 000/6 000
Preço/m ²	1\$	100/ 2000\$	250\$	100/600\$

Fonte: Adaptado de AUGUSTO, A., SANTOS, V., MARTINS, V. (1990) - "Os Parques Industriais no Eixo Viário IP2 entre Guarda e Castelo Branco, no contexto dos incentivos locais", UBI

Empresários do concelho e membros das associações empresariais da região reconhecem a acção desenvolvida pelo município, na construção de equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade produtiva e no desenvolvimento industrial do concelho.

O modelo de desenvolvimento, assente na criação de emprego industrial, foi complementado pela presença do ensino politécnico que, para além de trazer à cidade um elevado número de jovens de fora da região, contribuiu para a constituição de um corpo docente local. Assim, nos últimos anos, Castelo Branco tem reforçado os serviços públicos mas também os privados, que têm surgido naturalmente associados ao crescimento da actividade produtiva local.

Recentemente, o executivo camarário tem vindo a apostar nos domínios social, cultural e urbanístico. Tendo-se consolidado o crescimento económico da cidade e a sua posição no contexto regional, havia que iniciar a fase da "qualificação social" e de "afirmação da cidade e da região no contexto nacional e internacional".

Quadro 9.5. - Agentes de desenvolvimento local -
A perspectiva dos empresários, 1999

Quem mais contribuiu para a melhoria das acessibilidades no concelho							
Concelho	Agentes locais			Agentes exógenos			Total
	Município	Empresários Locais	Associações Empresariais	Estado	UE	Inv. Estrangeiro	
Guarda	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Covilhã	66,7	0,0	0,0	33,3	0,0	0,0	100,0
Fundão	22,2	0,0	18,5	33,3	14,8	11,1	100,0
Castelo B.	19,0	0,0	14,3	33,4	19,0	14,3	100,0
Concelhos Urbanos	23,1	0,0	15,4	34,6	15,4	11,5	100,0
Resto Beira Interior	26,9	0,0	15,4	26,9	30,8	0,0	100,0
Quem mais contribuiu para a dotação de equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade produtiva do concelho							
Concelho	Agentes locais			Agentes exógenos			Total
	Município	Empresários Locais	Associações Empresariais	Estado	UE	Inv. Estrangeiro	
Guarda	23,8	4,8	14,3	28,6	28,6	0,0	100,0
Covilhã	31,4	17,1	2,9	22,9	25,7	0,0	100,0
Fundão	18,2	27,3	13,6	13,6	27,3	0,0	100,0
Castelo B.	37,0	14,8	3,7	3,7	18,5	22,2	100,0
Concelhos Urbanos	28,6	16,2	7,6	17,1	24,8	5,7	100,0
Resto Beira Interior	41,7	8,3	0,0	33,3	16,7	0,0	100,0
Quem mais contribuiu para o desenvolvimento industrial do concelho							
Concelho	Agentes locais			Agentes exógenos			Total
	Município	Empresários Locais	Associações Empresariais	Estado	UE	Inv. Estrangeiro	
Guarda	0,0	27,3	36,4	12,1	9,1	15,2	100,0
Covilhã	18,9	27,0	32,4	2,7	16,2	2,7	100,0
Fundão	9,7	35,5	29,0	3,2	12,9	9,7	100,0
Castelo Branco	28,6	26,2	9,5	4,8	16,7	14,3	100,0
Concelhos Urbanos	15,4	28,7	25,9	5,6	14,0	10,5	100,0
Resto Beira Interior	11,8	41,2	17,6	17,6	11,8	0,0	100,0
Quem mais contribuiu para a evolução dos serviços no concelho							
Concelho	Agentes locais			Agentes exógenos			Total
	Município	Empresários Locais	Associações Empresariais	Estado	UE	Inv. Estrangeiro	
Guarda	18,5	25,9	7,4	25,9	18,5	3,7	100,0
Covilhã	27,6	24,1	17,2	10,3	20,7	0,0	100,0
Fundão	11,5	38,5	11,5	3,8	23,1	11,5	100,0
Castelo Branco	23,5	35,3	14,7	14,7	5,9	5,9	100,0
Concelhos Urbanos	20,7	31,0	12,9	13,8	16,4	5,2	100,0
Resto Beira Interior	41,7	25,0	0,0	16,7	8,3	8,3	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Quadro 9.5. - Agentes de desenvolvimento local -

A perspectiva dos empresários, 1999

Quem mais contribuiu para a internacionalização da base económica do concelho							
Concelho	Agentes locais			Agentes exógenos			Total
	Município	Empresários Locais	Associações Empresariais	Estado	UE	Inv. Estrangeiro	
Guarda	19,6	19,6	13,0	0,0	4,3	43,5	100,0
Covilhã	19,6	17,9	21,4	3,6	0,0	37,5	100,0
Fundão	21,7	30,4	19,6	2,2	0,0	26,1	100,0
Castelo B.	32,0	24,0	18,0	2,0	0,0	24,0	100,0
Concelhos Urbanos	23,2	22,7	18,2	2,0	1,0	32,8	100,0
Resto Beira Interior	17,4	17,4	17,4	4,3	0,0	43,5	100,0
Quem mais contribuiu para a criação de novo emprego							
Concelho	Agentes locais			Agentes exógenos			Total
	Município	Empresários Locais	Associações Empresariais	Estado	UE	Inv. Estrangeiro	
Guarda	13,0	30,4	13,0	17,4	13,0	13,0	100,0
Covilhã	14,3	42,9	7,1	10,7	21,4	3,6	100,0
Fundão	13,6	45,5	9,1	9,1	13,6	9,1	100,0
Castelo Branco	14,6	36,6	2,4	2,4	22,0	22,0	100,0
Concelhos Urbanos	14,0	38,6	7,0	8,8	18,4	13,2	100,0
Resto Beira Interior	7,1	50,0	0,0	21,4	21,4	0,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

As estratégias implementadas pelo actual executivo, eram já reconhecidas como fundamentais, pelo anterior Presidente da Câmara de Castelo Branco em 1992 (Entrevista ao Presidente da Câmara de Castelo Branco, 1992 *in* COSTA, 1992). O Plano Estratégico, elaborado na segunda metade da década de noventa, foi agora operacionalizado no projecto "Castelo Branco - 2020", um projecto emblemático, que concilia as vertentes urbanística e do desenvolvimento regional, ao mesmo tempo, que se constitui como um ensaio à concertação de objectivos, agentes, financiamentos e estratégias locais e regionais.

Em Castelo Branco há unanimidade em considerar que, nos últimos anos, a cidade se tornou mais competitiva, quer pelo desenvolvimento industrial, quer pelo desenvolvimento dos serviços. A imagem de mudança e do dinamismo industrial de Castelo Branco, transparece igualmente na opinião dos estudantes universitários presentes na região, que consideram que Castelo Branco é, das quatro cidades estudadas, a mais desenvolvida do ponto de vista industrial.

Quadro 9.6. - Nos últimos 10 anos a cidade tornou-se mais competitiva ?

A perspectiva dos empresários, 1999

Origem do empresário	Não	Sim	Total
Guarda	64,7	35,3	100,0
Covilhã	40,9	59,1	100,0
Fundão	63,6	36,4	100,0
Castelo Branco	0	100,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

b) Covilhã

A Covilhã teve um percurso distinto do de Castelo Branco. As opções do município, foram no sentido de reforçar o modelo de desenvolvimento baseado na presença da Universidade, já que a crise industrial mostrou os perigos de possuir estruturas produtivas com um elevado grau de especialização. O reforço da universidade constituía a oportunidade de desenvolver uma nova "fileira" alternativa à base económica local.

Neste contexto, compreende-se a diversidade de opiniões apuradas relativamente ao grau de competitividade da cidade. As respostas negativas aparecem associadas à crise industrial, enquanto as respostas positivas atribuem relevância à Universidade e à possibilidade que esta trouxe para a reconversão da base económica local.

A Universidade, atraíu população e animou o mercado da habitação, sendo uma importante fonte de rendimento para algumas famílias. Por outro lado, animou o sector da construção civil local. A construção de grandes infra-estruturas envolveu empresas locais, que alimentaram a fileira da construção; as metalomecânicas, o transporte de materiais, o consumo de granitos e outras pedras e toda uma actividade grossista de produtos de revestimento e de construção (cozinhas, casas de banho, ...).

A expansão da universidade explica a capacidade da Covilhã, que a braços com uma crise no sector produtivo e, num contexto de acessibilidade desfavorável face às outras cidades da Raia, manteve alguns sinais de dinamismo².

² Esta opinião foi manifestada pelos empresários e os membros das associações locais. Efectivamente quando questionados "sobre quem mais contribuiu para a dotação de infra-estruturas e equipamentos de apoio à actividade produtiva", a avaliação do papel do município é favorável, tendo 31,4% dos inquiridos considerado relevante a acção do município.

Outro aspecto que importa sublinhar no processo de desenvolvimento da Covilhã relaciona-se com a fileira têxtil, muito forte em toda a Cova da Beira, mas cabendo à cidade o papel de "liderança" regional. É na Covilhã que estão localizadas as empresas mais importantes do ramo³ sendo igualmente na cidade que se localiza a ANIL - Associação Nacional de Têxteis e Lanifícios, conduzida por uma elite empresarial com tradição na região.

Pela dimensão física (elevado número de pessoas ao serviço) e económica (volume de vendas), as empresas de fiação, tecelagem, tinturaria e acabamento, são empresas líder com uma boa posição no *ranking* nacional, com um forte grau de filiação em associações de carácter nacional (havendo casos de empresas que são membros da associação nacional e não são membros da associação distrital). Por outro lado, o mercado das empresas de lanifícios é o mercado nacional e de exportação, situação para a qual a associação nacional tem melhor capacidade de resposta que a associação regional. A presença de uma delegação do Instituto do Comércio Externo Português na Covilhã, reforçou esta posição. Para além das empresas laneiras, existem na Covilhã empresas de vestuário igualmente importantes, cujo destino da produção é também o mercado nacional ou exportador.

Assim, o grau de integração e internacionalização da cidade, está fundamentalmente ligado à malha de relações empresariais, manifestando-se como uma característica importante do sistema produtivo local da Covilhã. GERRY (1998), a propósito das relações entre as empresas as instituições, destaca o comportamento das elites locais nos processos de afirmação territorial e afirma a importância de identificar e caracterizar os "interesses" locais e não locais que cada uma das instituições representa e como é que eles se articulam. No caso da Covilhã (e, também em Castelo Branco) a elite empresarial assume um claro protagonismo no processo de desenvolvimento local, destacando-se as relações exteriores às relações locais.

Contudo, não pode deixar de ser referido que o município tem procurado conciliar as suas vocações industriais com uma nova dinâmica de inovação, citando-se a ampliação do Parque Industrial do Tortosendo e o estabelecimento de um protocolo

³ A *Paulo de Oliveira* (produção de tecidos penteados de lã e misturas), fundada em 1936 e implantada na Boidobra, com cerca de 500 pessoas ao serviço, foi considerada, em 1999, a maior empresa da Península Ibérica no sector laneiro; a *Nova Penteação e Fiação da Covilhã*, com 667 pessoas posicionada no rank das 500 maiores empresas nacionais e a *Penteadora Sociedade Industrial de Penteação e Fiação de Lãs, SA*, com 577 pessoas ao serviço.

de cooperação com a Universidade de Oulu - Finlândia, para apoio ao funcionamento de um futuro Centro Tecnológico.

Quadro 9.7. - Factores que, nos últimos dez anos, contribuíram para o aumento da competitividade das cidades da Beira Interior, 1999 - A perspectiva dos empresários

Concelho	Base produtiva				Mudança na Gestão Camarária	Acessibilidade	Tudo	Total
	Indústria	C.Civil	Comércio e Serviços	Ensino Superior				
Guarda	16,7	33,3	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Covilhã	8,3	0,0	16,7	58,3	8,3	0,0	8,3	100,0
Fundão	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Castelo Branco	64,3	7,1	14,3	7,1	0,0	7,1	0,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

c) A Guarda

No caso da Guarda, as opções dos Planos Director e Estratégico, iam no sentido de aproveitar a tradição da cidade no domínio comercial e da prestação de serviços, beneficiando da posição de charneira face a Espanha, ao litoral e ao interior raiano do norte e centro do país.

Ao contrário de Castelo Branco, o desenvolvimento industrial não parece ter sido assumido como uma estratégia prioritária. A capacidade do pequeno parque industrial existente esgotou-se muito rapidamente e, durante os últimos 10 anos, embora a Guarda tenha registado crescimento no emprego industrial, não foram criados espaços industriais alternativos⁴. Este crescimento do emprego esteve, em grande medida, associado a empresas de capital estrangeiro, que se instalaram na região para aproveitar a presença de mão-de-obra (esgotada na Beira Interior Sul) e a sua estratégica posição geográfica no quadro das acessibilidades nacional e internacional.

⁴ Segundo os empresários, quem mais contribuiu para o desenvolvimento industrial do concelho foi o Núcleo Empresarial da Região da Guarda (NERGA) e as outras associações empresariais locais (36.4%), relegando para segundo plano a acção municipal. Por consequência, segundo os empresários, não tendo havido por parte do município uma explícita política de apoio ao desenvolvimento industrial, o crescimento do emprego industrial e o processo de internacionalização da região (exportações de produtos) esteve eminentemente associado às empresas estrangeiras que se instalaram na Guarda para aproveitarem condições como uma acessibilidade favorável e a disponibilidade de mão-de-obra.

As empresas locais que possuíam maior vocação exportadora eram empresas do sector têxtil, hoje com pouca expressão na economia local e regional. Isto confere alguma debilidade ao sistema industrial da Guarda, que vê hoje a sua competitividade e integração económica cada vez mais dependente de capitais exógenos à região. De forma a contrariar a tendência, as associações empresariais e económicas regionais (particularmente o NERGA e a Associação Comercial e Industrial do Distrito da Guarda) têm, nos últimos anos, apostado no sector comercial e turístico.

A partir da segunda metade da década de noventa ocorreram algumas mudanças na acção municipal. A elaboração do Plano Estratégico, em 1994-95, relembrou as potencialidades da cidade e reafirmou as suas carências, nomeadamente no domínio urbanístico, ambiental e produtivo. Suportadas por investimentos comunitários, efectuaram-se algumas acções de reabilitação urbana e de infra-estruturação. Na Guarda, devem ainda referir-se os movimentos associativos locais (ao nível do bairro e da freguesia) que não podem deixar de ser apontados como actores do desenvolvimento urbano da cidade, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das populações.

d) Fundão

No caso do Fundão, a análise sugere maior fragilidade entre os agentes locais e um menor envolvimento na "trama " de relações territoriais. O Fundão é das quatro cidades, a de menor dimensão, sofrendo a concorrência da Covilhã e de Castelo Branco, cidades com dimensão demográfica-económica superior e com um dinâmica institucional mais forte.

Contudo, a posição do Fundão relativamente a Castelo Branco e à Covilhã, tem também um aspecto positivo. Ao longo da Estrada Nacional foram-se localizando actividades produtivas e alguma habitação (junto às saídas da cidade), que tem vindo a consolidar o eixo urbano que já há muito desenhava entre o Fundão e a Covilhã.

O município e a Santa Casa da Misericórdia são dois dos agentes locais mais citados pela sua acção, embora a sua acção seja avaliada de forma diferenciada. A Santa Casa da Misericórdia tem vindo a desenvolver iniciativas de acção social, educação e cultura com impacto na qualidade de vida das populações mas, relativamente à acção municipal, há alguns aspectos menos positivos. A tardia aprovação do Plano Director Municipal e o insuficiente aproveitamento da zona

industrial com uma localização estratégica no eixo urbano podem, segundo os inquiridos, retratar o menor envolvimento do município na "malha de relações territoriais".

e) Os restantes concelhos da região

Nos restantes concelhos da Raia Central, é possível identificar algumas diferenças nos caminhos traçados para o desenvolvimento local. A menor densidade de actores e as debilidades nos tecidos social e produtivo, criaram, por um lado grandes desafios aos executivos camarários mas, por outro, ressaltaram o seu protagonismo na acção territorial, nomeadamente na construção de infra-estruturas e equipamentos básicos e nos domínios turístico e cultural onde, muitas vezes, trabalharam em colaboração com as associações de desenvolvimento rural e local.

Relativamente a estas últimas, tem-se questionado a efectividade e o impacte das acções que desenvolvem, contudo, mais do que criar emprego ou promover a valorização económica dos valores e do património local, estas têm tido o papel de manter vivo o tecido social destas áreas demograficamente envelhecidas.

No caso de Idanha-a-Nova, a conciliação da acção municipal com o trabalho da associação de desenvolvimento local - *EGITÂNIA* e ainda o voluntarismo da administração central, que canalizou para o concelho um conjunto de verbas elevado, permitiu que o concelho se afirmasse no domínio turístico (Termas de Monfortinho) e cultural (o Centro Cultural Raiano). Outros exemplos a apontar são os de Vila Velha de Rodão, cujo *Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Rodão* tem desenvolvido várias acções sociais, culturais e desportivas e de Trancoso, Belmonte e Almeida, que possuem uma agenda cultural em expansão.

9.3. Novas características da intervenção pública no desenvolvimento local

A aceleração do processo de globalização, desde o início dos anos noventa, afectou directamente a competitividade das empresas e economias locais exigindo novas abordagens ao desenvolvimento local e regional.

É visível uma mudança de orientação dos municípios e dos restantes agentes. Estes compreenderam a importância de encontrar novas formas de responder aos

problemas de marginalização económica e geográfica que a globalização veio acentuar. As políticas e as acções levadas a cabo nos últimos anos mostram:

- o reconhecimento da necessidade de promover a competitividade e a inovação, visível no incremento de feiras, mostras e acções de formação profissional, levadas a cabo pelas autarquias e associações empresariais;
- a importância da coesão social, nomeadamente a solução do desemprego estrutural e dos problemas de exclusão, associados ao envelhecimento populacional, ao despovoamento e à desqualificação/analfabetismo da população;
- as exigências em matéria de qualidade de vida e de desenvolvimento sustentável;
- a relevância para as áreas do ambiente e património, quer pela implementação de acções de preservação, quer de valorização económica;
- a necessidade da cooperação interregional, transfronteiriça e transnacional, com uma via de integração no sistema regional, nacional e global.

Cabe aqui salientar o aumento da cooperação interregional. Segundo um estudo da Comissão de Coordenação da Região Centro (1999), entre 1994 e 1999, para além dos projectos materiais realizados no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG II, desenvolveram-se 166 iniciativas de carácter imaterial de cooperação interregional com entidades de outros países⁵. A maioria das acções de cooperação realizaram-se com a vizinha Espanha, país no domínio empresarial, deve ser encarado como um mercado para as empresas da região. Nos domínios da inovação, conhecimento, social e cultural, constituiu-se como uma oportunidade de trocar experiências, com possibilidade de valorizar economicamente a região.

A cooperação transnacional, mais limitada que a transfronteiriça, foi conduzida sobretudo pelas instituições de ensino superior, apurando-se apenas 59 iniciativas, das quais 32 se desenvolveram entre 1997 e 1999.

⁵ A cooperação foi mais intensa a partir de 1997, nomeadamente através de projectos nas áreas do turismo, património e cultura, na indústria e inovação e no domínio do conhecimento (por via da universidade).

Quadro 9.8. - Evolução no número de iniciativas imateriais de cooperação interregional (transfronteiriça e transnacional) na Beira Interior 1994 a Junho de 1999

Domínios	1994	1995	1996	1997	1998	1999*	Sem data	Total
Educação				2	3	1	1	7
Desporto e Juventude					2	3		5
Agricultura	1		2	7	3	3		16
Desenvolvimento Rural e Local	2	3	1	4	8	6	1	25
Turismo, Património e Cultura	1			2	5	1	4	13
Ambiente						1		1
Indústria, Investigação, Ciência e Tecnologia			3	8	11	7	1	30
Universidade	4	4	7	7	11	6		39
Administração Local				1		1		2
Geminações							18	18
Outros	1			2	1	1	5	10
Total	9	7	13	33	44	30	30	166

* Os valores correspondem apenas ao primeiro semestre do ano

Fonte: CCRC (1999), pp. 52

Se esta evolução pode ser tomada como um sinal positivo nos processos de intermediação deve-se, contudo, sublinhar algumas fraquezas desta cooperação. Estas acções raramente envolvem mais do que dois países e mais do que um parceiro local. Quanto aos projectos estabelecidos entre entidades da região raiana, entre 1994 e 1999 contaram-se apenas 29, incluindo-se a constituição das duas Agências de Desenvolvimento Regional: a *Estrela-Côa - Agência de Desenvolvimento* (cuja área de intervenção é coincidente com o distrito da Guarda) e a *Agência de Desenvolvimento Territorial Beira Lusa* (cuja área de intervenção é coincidente com o distrito de Castelo Branco). A sua constituição representou um passo em frente no processo de cooperação de agentes e poderes locais mas a ausência de projectos/acções, demonstram a dificuldade de concertar os objectivos e protagonismos locais.

Das duas razões anteriores, decorre que maioria dos projectos teve uma dimensão reduzida, perdendo-se parte dos efeitos positivos que estas acções poderiam ter na região. Por outro lado, a pulverização de actores, na ausência de um quadro de concertação de objectivos de desenvolvimento bem definidos, traduziu-se numa dispersão de projectos e investimentos e, mais uma vez, não se aproveitaram as potencialidades na sua totalidade.

Relativamente à existência de relações de complementaridade entre as quatro cidades que formam o eixo urbano, a opinião manifestada pelos vários agentes valoriza a concorrência entre as cidades. As carências de infra-estruturas e as dificuldades em captar investimentos e recursos humanos (nomeadamente recursos qualificados) não favorece a política de concertação, antes pelo contrário, impulsiona a concorrência, exacerbando os protagonismo locais. Nas entrevistas realizadas aos empresários e agentes institucionais, a larga maioria, ora afirma a não existência de Eixo Urbano, ora reconhece, a existência de algumas relações entre as cidades. Ou seja, reconhecem as relações funcionais mas estas não são assumidas do ponto de vista político-institucional, campo onde prevalece a perspectiva de "concorrência" e não de "complementaridade". Mas não são apenas os agentes institucionais que reflectem esta perspectiva, a população, por razões de natureza cultural, também.

Perante tal quadro, a constituição do Eixo Urbano dependerá não só da evolução das relações económicas e funcionais mas, também, das orientações em matéria de política urbana e regional tomadas para a região.

9.4. Potencialidades e Estrangulamentos da Beira Interior: os domínios estratégicos de intervenção política

9.4.1. Demografia e recursos humanos

A concentração da população mais jovem com um grau de habilitação mais elevado, nas cidades é sem dúvida uma potencialidade a salientar. Outra potencialidade que deve ser apontada à região é a concentração populacional nas sedes de concelho e em algumas freguesias da região com melhor acessibilidade aos centros urbanos regionais. Este é outro aspecto positivo a salientar, porque contribui para atenuar os efeitos de marginalização induzidos pela atracção das quatro cidades face ao território envolvente.

Contudo, o quadro de estrangulamentos que caracteriza tanto as cidades como a região poderá condicionar o seu desenvolvimento. As cidades, e sobretudo o resto da região, têm manifestado dificuldades em atrair recursos humanos qualificados (nomeadamente a população universitária, que concluídos os seus estudos não se fixa

na região), apesar de nos últimos anos, ser visível a chegada de activos provenientes das AM's (especialmente de Lisboa) para trabalhar para os serviços qualificados.

Segundo os resultados do inquérito efectuado aos estudantes do ensino superior local, verificamos que metade dos estudantes inquiridos, afirma querer voltar para casa, 27% pretende ir para outra cidade e, apenas 15% ficaria na cidade onde estuda (esse valor é um pouco mais elevado no caso dos estudantes do Politécnico de Castelo, atingindo os 17,5%). Cerca de 8%, considera que é indiferente o lugar para onde irá no futuro, sendo sim relevante, haver ou não emprego.

Quadro 9.9. - Intenções dos estudantes do Ensino Superior local em permanecer na cidade onde estudam, 1999 (%)

Naturalidade da população estudantil	Voltar para casa	Ficar na cidade onde estuda e arranjar emprego	Ir para outra cidade diferente	Indiferente	Não resp.	Total
Da Região						
Onde estuda	-	63,7	31,8	4,5	-	100,0
Outra localidade da região	53,9	19,2	15,4	11,5	-	100,0
Fora da Região						
AML	33,3	19,4	33,3	8,4	5,6	100,0
AMP	47,6	19,0	19,0	9,6	4,8	100,0
Cidades não metropolitanas do litoral	58,0	8,0	26,0	4,0	4,0	100,0
Cidades não metropolitanas do interior	72,4	6,9	17,2	3,5	-	100,0
Outras áreas do país	50,5	8,8	27,5	9,9	3,3	100,0

Fonte: Inquérito (1998-1999)

Todavia, esta opinião é um pouco diferenciada consoante os estudantes são naturais ou não da Raia Central. Enquanto 20% de estudantes naturais das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto afirmam o seu interesse em ficar na cidade onde estão actualmente a estudar (estes valores mostram uma predisposição dos estudantes naturais das grandes cidades para procurarem emprego e formarem vida noutros locais, ou seja, nas pequenas e médias cidades do país), os estudantes naturais de outras áreas do país, preferem voltar para casa.

Relativamente aos alunos que responderam que gostariam de ir para uma cidade diferente, apuraram-se as suas preferências. Lisboa e Porto reuniram respectivamente 18,7% e 8,9% das respostas mas, a larga maioria das respostas, apontam para outras cidades de média dimensão, como Coimbra, Aveiro, Leiria e Viseu.

Quadro 9.10. – Futuro local de residência

Preferências manifestadas pelos estudantes do ensino superior da região, 1999 (%)

Lugar	Cidades escolhidas pelos estudantes	%
1º	Lisboa	18,7
2º	Coimbra	14,7
3º	Porto	8,9
4º	Aveiro	7,3
5º	Évora	3,7
6º	Leiria	6,3
7º	Viseu	5,2
8º	Braga	4,2
-	Outras	31,0
	Total	100,0

Fonte: Inquérito (1998-1999)

Contudo, nos resultados obtidos importa sublinhar que cerca de 54% dos estudantes que são naturais da região pensam ficar em casa. Este facto, poderá ser considerado um indicador positivo para a região, nomeadamente para as sedes dos concelhos não urbanos, contribuindo para que se fixem quadros superiores na região, conferindo uma maior coesão territorial entre as áreas urbanas e rurais.

Outro aspecto que constitui um entrave à sustentabilidade dos processos de desenvolvimento das cidades e da região é o envelhecimento populacional, que sendo mais elevado nos concelhos rurais, não deixa de ser significativo nos concelhos urbanos. As cidades e alguns concelhos da região, têm conseguido manter ou aumentar os níveis de emprego, basicamente associados a sectores intensivos em trabalho. Se não se inverter a tendência de declínio populacional, num período de vinte anos, aquele que hoje é um factor de competitividade regional (a presença de mão-de-obra, nomeadamente feminina, a baixo custo), poderá deixar de o ser, pois haverá uma redução dos estratos populacionais em idade activa.

No campo social, outro sinal menos positivo que caracteriza as cidades e o resto da região, é desemprego de longa duração, que afecta particularmente as mulheres, com um baixo nível de instrução e uma idade média avançada. A globalização e o aumento da competitividade acentuaram os efeitos negativos do envelhecimento populacional e da presença de recursos humanos com um baixo nível habilitações e qualificações, "excluindo" do mercado laboral os menos jovens e menos qualificados. Já hoje se pode reconhecer essa tendência, quando os empregadores preferem mão-de-obra mais jovem e mais flexível à introdução de novo equipamento e de novos ritmos de trabalho.

Por outro lado, nas cidades, verifica-se uma incidência de desempregados com um grau de instrução médio ou superior, aspecto revelador de desajustamentos entre a oferta e a procura de emprego. Enquanto os empresários apontam a falta de quadros e mão-de-obra qualificada, em saberes que não correspondem às ofertas de emprego, o fraco desenvolvimento tecnológico das empresas industriais e a baixa densidade de serviços de nível hierárquico superior, constituem entraves à criação de emprego em áreas qualificadas.

9.4.2. Economia, inovação e conhecimento

Entre os principais estrangulamentos ao nível da competitividade económica e do tecido económico e empresarial das cidades e do resto da região, estão a falta de mão-de-obra qualificada, o fraco grau de inserção nos mercados nacional e internacional e a tradicionalidade das formas de gestão e de produção, que conduzem a uma incapacidade de se adaptarem à procura. Estes três aspectos conferem um quadro de dificuldades e de baixa competitividade ao sector industrial, reforçando a atracção de ramos intensivos em trabalho.

Paralelamente, a baixa densidade de serviços de apoio à produção, limita a localização de empresas com maior grau de desenvolvimento tecnológico e organizativo.

Quadro 9.11. - Principais dificuldades apontadas pelos empresários, 1999

	Não têm	Recrutar Mão - de - obra				Mercados			Total
		Especializada	Não Especializada	Qualif. (Quadros Super.)	Praticar os níveis salariais	Angariar novos clientes	Adaptação procura	Conhº do mercado	
Guarda		25,7	20,0	5,7	2,9	25,7	8,6	11,4	100,0
Covilhã	1,7	30,5	8,5	8,5	8,5	23,7	15,3	3,3	100,0
Fundão		30,3	6,1	6,1	12,1	21,2	21,2	3,0	100,0
Castelo Branco		33,3	14,6	16,7	4,2	12,5	14,6	4,1	100,0
Concelhos Urbanos	0,6	30,3	12	9,7	6,9	20,6	14,9	5,0	100,0
Resto dos concelhos	5,2	25,9	12,1	8,6	6,9	20,7	12,1	8,5	100,0
Total da Região	1,5	30,8	12,1	9,9	7	18,7	13,6	6,4	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Este quadro de problemas e estrangulamentos é reconhecido pelos empresários, que sublinham ainda a dificuldade em recrutar mão-de-obra não especializada (consiste na quarta dificuldade apontada pelos empresários) que é recrutada em localidades cada vez mais distantes das sedes das empresas.

Por outro lado, a presença de capital estrangeiro em ramos intensivos em trabalho não contribuiu para o aumento da formação e qualificação profissional da mão-de-obra da região. O encerramento da fábrica "Renault" e a abertura de uma outra unidade ligada à produção de componentes não foi penalizante em termos de postos de trabalho criados, mas alterou consideravelmente o perfil de recrutamento, formação e qualificação profissional de operários, uma vez que a "Renault" fazia formação, ao contrário da actual empresa (Núcleo Empresarial da Região da Guarda, Entrevista, 1999). Por outro lado, existe uma dependência do investimento estrangeiro concentrado no vestuário e em outros ramos intensivos em trabalho, que criam vulnerabilidade ao crescimento do emprego e da base exportadora regional.

Contudo, a região possui alguns pontos fortes do ponto de vista produtivo que importa salientar. A existência de fileiras com um forte grau de internacionalização constitui uma das potencialidades da região e, em particular, das quatro cidades. Mesmo havendo alguns sectores comuns como a construção civil, é possível desenhar complementaridades produtivas entre as várias cidades do eixo, complementaridades que importa futuramente potenciar.

Quadro 9.12. - Principais vocações produtivas e grau de internacionalização das cidades na Beira Interior, 1999

Concelho	Vocações Produtivas	Grau de Internacionalização mais forte
Guarda	<ul style="list-style-type: none"> • Construção Civil • Comércio/Distribuição • Turismo • Ensino Superior - I. Politécnico 	<ul style="list-style-type: none"> • Extracção e transformação de granitos
Covilhã	<ul style="list-style-type: none"> • Indústrias ligadas ao têxtil e vestuário • Construção Civil • Ensino Superior - Universidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Têxtil e vestuário • Ensino Superior e Investigação por ligação à Universidade
Fundão	<ul style="list-style-type: none"> • Sector Agrícola • Comércio/Distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio/Distribuição
Castelo Branco	<ul style="list-style-type: none"> • Indústrias do frio, vestuário e alimentares • Ensino Superior - Instituto Politécnico 	<ul style="list-style-type: none"> • Indústrias do frio, vestuário e alimentares • Ensino Superior e Investigação por ligação à Universidade

Por outro lado, é nas cidades que se localizam as três instituições de ensino superior público (um universitário e dois politécnicos), o CITEVE (Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal), o CIVEC (Centro de Formação Profissional da Indústria do Vestuário e Confecção) e do CILAN (Centro de Formação Profissional para o Sector dos Lanifícios). As empresas localizadas nos concelhos da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, afirmam a vantagem de estabelecer relações com estas instituições, muito embora esta seja uma área a desenvolver. Outro aspecto a salientar é a presença dos Núcleos Empresariais de Castelo Branco e da Guarda, que tendo uma área de intervenção distrital, têm uma componente urbana mais forte, visível quer no número de empresas sediadas, quer pela dimensão económica das empresas que aí se encontram.

Outra potencialidade da região e das quatro cidades em particular, é a proximidade a Espanha e a possibilidade de encontrar novos mercados, apesar de um largo número de empresários ainda considerar a Espanha como um concorrente⁶.

A posição geográfica das quatro cidades face ao IP2/EN18, vias que estruturam a dorsal urbana da Beira Interior é também um factor importante para o desenvolvimento urbano e regional, pois tem favorecido o crescimento das cidades mas igualmente de outras áreas de intervenção.

9.4.3. Ambiente, turismo, património e cultura

A carência de equipamentos e iniciativas de âmbito cultural é unanimemente reconhecida como um estrangulamento das cidades e do conjunto da região. Por outro lado, registam-se ainda grandes carências em termos de infra-estruturas no âmbito da protecção ambiental (poluição industrial das águas e saneamento básico) o que compromete a qualidade de vida das populações e a valorização económica dos seus recursos. A poluição das águas é apontada pela população residente em Alcains, Fundão, Covilhã e Guarda, como um factor negativo.

6

Importância da Espanha na opinião dos empresários

	Um Concorrente	Como um Novo Mercado	Um ponto de Passagem para a Europa	Total
Concelhos Urbanos	38,2	51,3	10,5	100,0
Restantes concelhos	40,0	30,0	30,0	100,0

Fonte: Inquérito, 1999

Outro problema com que se debatem as cidades e a região em geral, é a falta de infra-estruturas, equipamentos e eventos culturais. Contudo, há alguns indícios positivos. As instituições de ensino superior, em colaboração com os municípios tem organizado vários eventos culturais (exposições, concertos, provas desportivas) que têm aumentado a oferta cultural das cidades e da região.

A universidade/politécnico, tem desempenhado também um papel relevante no processo de integração das cidades e da região nas redes nacionais e internacionais, quer por via do ensino, quer por via da investigação, através do desenvolvimento de projectos conjuntos com outras universidades.

No domínio do consumo e da qualidade de vida, a presença de lojas franqueadas e a banalização do novas formas de consumo conferem às cidades médias padrões de consumo semelhantes aos das grandes cidades. Por outro lado, com o aumento da mobilidade, as populações residentes nas vilas e freguesias rurais dos concelhos (jovens que estudam na cidade e os activos que se deslocam por motivos de trabalho) beneficiam da localização destes serviços nas cidades, contribuindo para uma "convergência" nos consumos e nos hábitos culturais das famílias.

Outra potencialidade a considerar no desenvolvimento das cidades e da sua relação com os territórios envolventes, relaciona-se com a ocupação dos tempos livres ao fim-de-semana e a valorização do património natural, paisagístico, histórico e cultural.

9.4.4. O modelo territorial e as acessibilidades da Região

A proximidade das quatro cidades e o seu alinhamento ao longo do IP2/EN18, tem um efeito de vertebração territorial importante para a definição de estratégias de complementaridade entre as cidades e entre as cidades e os territórios envolventes. É inegável o papel das cidades como centros de emprego e de prestação de serviços mas a melhoria da acessibilidade e a expansão das actividades em meio rural, reflectiram-se na reconfiguração das relações casa-trabalho e na reorganização das bacias de emprego, nomeadamente traduzidas no aumento das saídas para fora dos locais de residência. Este aumento da mobilidade foi suportado fundamentalmente pelo transporte individual e não tanto pelo transporte público, cuja qualidade do serviço continua a constituir um estrangulamento da região.

Outro estrangulamento importante relaciona-se com as infra-estruturas de transporte e a acessibilidade local e regional. Essa perspectiva, patente nas orientações e objectivos estratégicos de desenvolvimento da Região Centro para o período 2000 a 2006, vem reafirmar a necessidade de concluir o IP2, com o nível de serviço de auto-estrada, sublinhando-se não só a importância de cada uma destas quatro cidades mas, sobretudo a sua capacidade de interacção e as relações que podem estabelecer com os espaços rurais.

Assim, a constituição e consolidação do eixo urbano do Interior depende em larga medida da melhoria da acessibilidade, estruturada a partir do IP2, mantendo-se a tendência de mobilidade baseada no transporte rodoviário e, em particular, no transporte individual.

Efectivamente, a abertura dos túneis do Fundão, reduziu a distância tempo a Castelo Branco, favorecendo o reforço das migrações pendulares. Outro aspecto implícito na política ou orientação seguida é a construção do IP2 com o nível de serviço de auto-estrada, em regime de concessão que não envolve custos para o utilizador (SCUT).

Todavia a construção do IP2 tem alguns inconvenientes que importa considerar e ultrapassar através novas orientações nas políticas urbanas e regionais. A primeira questão prende-se com a problemática do "efeito túnel" induzido por estas infra-estruturas. Se a auto-estrada surge como um elemento fundamental para a ligação entre as várias cidades do centro-interior, ela pode também aumentar os efeitos de marginalização dos territórios envolventes, pois vem reforçar o efeito de polarização dos centros urbanos. RODRIGUEZ (1999), construindo as curvas da iso-acessibilidade nodal da Rede Rodoviária, demonstrou a diferenciação que estas infra-estruturas induzem entre as sedes de freguesia de concelhos urbanos por essas servidas e as que se encontram afastadas destas infra-estruturas.

A acessibilidade proporcionada pela futura auto-estrada, sendo «nodal» e não linear, conferirá diferentes graus de oportunidades ao território⁷, dependendo naturalmente do número e da localização dos nós. Esta é uma condicionante a ter em conta na hierarquização da rede regional e local, que deve ser organizada de forma a diminuir os efeitos de marginalização induzidos pela acessibilidade nodal do IP2. Neste contexto, a construção da auto-estrada da Beira, sendo um projecto fundamental

⁷ Segundo a empresa concessionário, em 2003 estará concluída a auto-estrada entre Gardete e Guarda, havendo ao longo desta, 23 nós.

para a região e para a consolidação do eixo urbano, deve integrar-se numa estratégia mais ampla que acautele os efeitos negativos induzidos pela construção da infraestrutura (CCRC, 2000).

9.4.5. O Quadro Institucional Local

Um ponto forte da região e, em particular das cidades, é a existência de uma cultura empresarial local que permitiu, mesmo em períodos de crise, que as cidades reforçassem a sua posição em alguns ramos produtivos (frio, têxtil, granitos), ao nível nacional e internacional. Outra potencialidade dos actores institucionais é a capacidade de mobilização de investimentos registada tanto pelos municípios como por outros actores regionais.

Contudo, o elevado número de agentes intervenientes não deve ser encarado apenas como um sinal positivo, pois estes representam também uma pulverização de acções, que incidem muitas vezes nos mesmos domínios de intervenção e nas mesmas áreas geográficas. Por outro lado, o elevado número de actores, tem fomentado a concorrência e não a complementaridade, assumindo-se como um bloqueio ao estabelecimento de redes de concertação locais e regionais.

Perante o quadro de expectativas locais e considerando as potencialidades e estrangulamentos da região é possível delinear algumas propostas que consolidam as cidades como meios inovadores, sustentáveis e capazes de desenvolver funções de intermediação social e económica.

9.5. O Eixo Urbano como a base da política de desenvolvimento regional

Face ao quadro evolutivo que caracterizou as cidades e perante os sinais de intervenção por parte dos agentes locais, parece pertinente retomar a frase de abertura do capítulo. "A primeira ideia em que se insiste, como ponto de partida para uma política eficaz de desenvolvimento do interior, é na recusa de considerar estes espaços como espaços marginais a cargo do País e na necessidade de uma nova visão destes territórios como espaços de oportunidades. Oportunidades que radicam nos "recursos do território", nos recursos humanos e nos "recursos de conhecimento" ... e são

potenciadas por um novo quadro estratégico em que se destacam a sua inserção no espaço ibérico e nas grandes vias de estruturação e internacionalização do espaço nacional e as novas condições de competitividade abertas pelas novas tecnologias de comunicação e informação” (BAPTISTA, 1999, pp. 1).

Efectivamente, a sustentabilidade do desenvolvimento da região passa pela definição de estratégias que incorporem as potencialidades e estrangulamentos locais, que respondem às expectativas da população e conciliam as orientações da administração central e local.

Segundo as opções e orientações do *III Plano de Desenvolvimento Regional* (2000) assume-se, claramente, um novo papel para as cidades, afirmando-se a importância do reforço das redes e a sua organização em eixos ou sistemas territoriais. BAPTISTA (1999) apontou novas directivas para o futuro do interior. Segundo este autor, colocam-se hoje quatro grandes desafios ao interior:

- "criar emprego e qualificar recursos humanos;
- desenvolver actividades sobre as infra-estruturas e equipamentos e "pôr" a render as condições materiais e os "recursos do território";
- ganhar dimensão e competitividade urbana;
- promover a criatividade do meio e do espírito empresarial" (BAPTISTA, 1999, pp. 5).

Para se atingirem estes objectivos, para além das políticas para estes direccionados, é necessário o "suporte territorial" favorável, onde interagem recursos e actores.

No caso da Raia, parece clara a importância das cidades e a constituição do eixo urbano para o processo de desenvolvimento desta região. Neste contexto, parece reforçar-se a ideia de que as políticas de desenvolvimento regional, particularmente em regiões periféricas, devem assentar na valorização das cidades e das suas relações com a região. Por outro lado, a evolução da região demonstra a importância das estratégias e dos actores locais na condução desses processos.

A estratégia de desenvolvimento da região deve assim, ser encarada segundo quatro objectivos:

- o desenvolvimento sustentável das cidades (cidades sustentáveis em termos populacionais, económicos, ambientais, culturais, de conhecimento e saber);

- a consolidação do eixo urbano e das complementaridades entre as cidades que o estruturam;
- a integração dos territórios envolventes, diminuindo o efeito de marginalização induzido pelo crescimento das cidades, através do estabelecimento de novas parcerias com as cidades;
- a integração da região à escala nacional e global.

Quadro 9.13. - Estratégia de desenvolvimento

Relações	Objectivos
Concorrência	O desenvolvimento sustentável das cidades (cidades sustentáveis em termos populacionais, económicos, ambientais, culturais, de conhecimento e saber)
Complementaridade	A consolidação do eixo urbano e das complementaridades entre as cidades que o estruturam;
	A integração dos territórios envolventes, diminuindo o efeito de marginalização induzido pelo crescimento das cidades, através do estabelecimento de novas parcerias com as cidades
	A integração da região à escala nacional e global

Assim, enquanto o primeiro objectivo assenta sobretudo no desenvolvimento de cada uma das cidades, os restantes três objectivos baseiam-se no estabelecimento de complementaridades e sinergias territoriais e sectoriais:

1. Complementaridades que assentam na proximidade geográfica, o que inclui:
 - relações de complementaridade estabelecidas entre as cidades e que permitem a consolidação do eixo urbano;
 - relações de complementaridade entre as cidades e os territórios envolventes;
 - relações de complementaridade entre as cidades e outros territórios ao nível nacional e internacional;
2. Complementaridades e Sinergias sectoriais (caso do frio e do têxtil) à escala local e internacional.

Atingir estes objectivos, depende da concertação das orientações e das políticas de carácter nacional com outras de base local, da melhoria da acessibilidade e do reforço das infra-estruturas e equipamentos sociais e produtivos mas também, da capacidade de atrair recursos humanos e oferecer quadros de vida sustentáveis.

Daqui é possível apresentar uma proposta de análise do papel das cidades nos territórios em que se inserem e quais as relações de complementaridade que estabelecem.

a) O desenvolvimento sustentável das cidades

O primeiro objectivo, constitui na afirmação da sustentabilidade das cidades. Para além da criação de emprego, deve haver uma aposta no sector da cultura como forma de reencontrar identidades, mobilizar recursos e vontades locais e na valorização das estratégias de transformação do espaço urbano, pela implementação de projectos emblemáticos.

Estes aspectos estão interligados e assim devem ser encarados, pois a aposta no sector cultural beneficia e atrai, particularmente, os mais jovens, contribuindo de forma directa para a fixação de recursos humanos. Por outro lado, parece fundamental reforçar as actuações que intervêm ao nível urbano e que contribuem directamente para a melhoria das condições de vida e de habitabilidade dos cidadãos. A construção ou reabilitação de edifícios para equipamentos de cultura e recreio, a melhoria das condições de circulação e de estacionamento, o aumento dos espaços verdes, são acções que respondem às expectativas das populações, contribuindo para que se desenvolvam novos laços entre as cidades e os seus habitantes.

A implementação de projectos "emblemáticos", semelhantes ao "Castelo Branco 2020", contribuem para melhorar a qualidade de vida das populações e reforçam a identidade local, dando um novo prazer ao "viver na cidade". Neste domínio, estão a criar-se condições para fixar recursos humanos e uma população mais jovem.

b) A consolidação do eixo urbano e das complementaridades entre as cidades que o estruturam

No que diz respeito ao segundo objectivo - estruturação do sistema urbano regional, desenvolvendo complementaridades entre as cidades que o estruturam - este depende largamente da melhoria da acessibilidade e da conclusão do IP2. Contudo, a constituição do eixo urbano, não deverá assentar apenas num aumento da mobilidade por transporte individual mas deve ser complementada por uma melhoria dos

transportes públicos rodoviário e ferroviário, de forma a que se reduza o efeito canal que a construção da infra-estrutura pode trazer.

Por outro lado, se cada uma das cidades desenvolver a suas especificidades produtivas, quer em termos industriais, quer na prestação de serviços, surgirão novas complementaridades. É o caso do sector da saúde, onde se repartem especializações pelas cidades da Covilhã (Faculdade de Medicina), da Guarda e Castelo Branco (estas duas últimas, no sector da enfermagem e outras valências de apoio).

c) A integração dos territórios envolventes, diminuindo o efeito de marginalização induzido pelo crescimento das cidades, através do estabelecimento de novas parcerias

O reforço das relações entre as cidades e o meio envolvente, é fundamental para contrariar o efeito de marginalização que as cidades induzem nesses territórios.

Estas dependem da construção do IP2 e da melhoria da acessibilidade regional. Em primeiro lugar, a melhoria da acessibilidade ao longo do IP2 não deve inverter a actual tendência de localização das actividades em meio rural. Por outro lado, o aumento da mobilidade da população, permite perspectivar novos cenários para os territórios com uma acessibilidade aceitável aos centros urbanos, reforçando as relações entre esses territórios e as cidades.

Por outro lado ainda, a afirmação de novos valores e novos modos de vida, é já hoje visível na recuperação de habitações para residência de fim-de-semana ou no desenvolvimento de novas práticas culturais e de ocupação de tempos livres (caça, pesca, praias fluviais, ...), que contribuem para a valorização económica dos territórios envolventes às cidades e para o estabelecimento de um novo quadro de relações entre os territórios urbanos e rurais.

d) A integração da região à escala nacional e global

O último objectivo, prende-se com a definição de estratégias de integração da região à escala nacional e global. Também aqui, as cidades assumem um papel fundamental, pois sendo os centros económicos e de conhecimento são por excelência quem mais pode contribuir para essa inserção. Aqui, há que realçar o papel dos agentes locais como os empresários e as associações empresariais (estabelecimento de

redes empresariais que contribuam para a internacionalização da base produtiva), da Universidade (estabelecimento de redes de conhecimento e inovação), dos municípios e associações de desenvolvimento local e regional (estabelecimento de parcerias e participação em redes internacionais que permitam a implementação de práticas inovadoras).

Qualquer um destes objectivos e metas a atingir, vem realçar a importância das cidades médias como factores de desenvolvimento local e regional, nomeadamente em regiões periféricas. Por outro lado, este quadro de concertações e complementaridades deverá permitir a consolidação do eixo urbano. O eixo urbano deve ser mais do que uma rede de cidades, devendo assumir-se como uma única cidade em rede, sendo cada um dos pólos urbanos um elemento estrutura do sistema urbano regional.

UMA SÍNTESE

Nos capítulos VII, VIII e IX, foi possível explicar a importância das quatro cidades no contexto da região não só para a criação de emprego e de produto, mas como centros de conhecimento e de prestação de serviços privados e sociais. No domínio produtivo, ao declínio da agricultura correspondeu uma expansão da actividade industrial e do sector terciário, nomeadamente a actividade comercial e a prestação de serviços públicos.

Estas transformações têm sido acompanhadas por um aumento da interdependência e das mobilidades da população activa e dos estudantes. A oferta de emprego mais volumosa nos concelhos urbanos, não deixa de ser significativa em alguns concelhos rurais, como Belmonte, Sabugal, Celorico da Beira, Pinhel e Trancoso que, nos últimos dez anos, viram crescer o emprego industrial, no comércio e serviços.

Assim, nas duas últimas décadas, assistiu-se a um reforço das relações entre os vários concelhos da região, nomeadamente entre os concelhos urbanos que configuram o Eixo Urbano da Beira Interior. Estas transformações assentaram sobretudo no aumento da mobilidade da mão-de-obra e numa reconfiguração das bacias de emprego e do sistema urbano e regional, traduzidas por vários indicadores:

- declínio dos fluxos com origem nos concelhos rurais e aumento dos fluxos com origem nos concelhos urbanos;
- aumento da mobilidade intra-concelhia (entre freguesias do mesmo concelho) e da mobilidade inter-concelhia;
- reforço das ligações dos concelhos rurais aos quatro concelhos urbanos;
- reforço das ligações entre os concelhos que formam o eixo;
- o alargamento da bacia de emprego para além dos concelhos que compõem a Beira Interior, estendendo-se no caso de Castelo Branco, a Oleiros, Proença-a-Nova e no caso de concelhos do norte da Raia, Aguiar da Beira e Fornos de Algodres, entre outros.

Esta evolução permite destacar a importância da acessibilidade na definição de novas relações entre espaços rurais e urbanos. Efectivamente, existe uma relação entre as dinâmicas de crescimento das freguesias/lugares destes concelhos e a

acessibilidade aos centros principais. Estas relações, evidenciam a consolidação do eixo urbano assente nas quatro cidades da Beira Interior como também, significam um novo quadro de mobilidades entre os vários concelhos da região e, portanto, um novo de quadro de relações entre os territórios urbanos e rurais.

Contudo, enquanto a mobilidade da mão-de-obra permite apontar no sentido da constituição do eixo urbano e de um reforço das relações com outros concelhos, no padrão de aquisição de bens e serviços as relações são menos importantes. A larga maioria da população adquire bens e recorre a serviços, na localidade onde reside ou, no caso das freguesias rurais, naquela que estando mais próxima, está habilitada a prestar esse serviço.

Por outro lado, o quadro de complementaridades empresariais ainda é bastante reduzido. Em primeiro lugar, porque o recurso a serviços externos por parte das empresas industriais ainda é relativamente baixo, em segundo, porque as empresas pela proximidade e por relações de conhecimento, preferem contratar empresas locais que empresas de outras cidades e, em terceiro lugar, porque muitas vezes procuram empresas credenciadas de Lisboa ou Porto, em vez de recorrerem a empresas locais. Outro domínio onde as relações de complementaridade ainda são muito incipientes, são as relações que se estabelecem entre as associações empresariais ou entre os vários estabelecimentos de ensino superior.

A evolução da região e, em particular, das quatro cidades estudadas, resultou da acção concertada de factores exógenos e endógenos. A entrada de capital estrangeiro através das empresas industriais e a difusão de “consumos globais” providenciados pelas lojas franqueadas e pelas novas formas de comércio, sendo exógenos à região têm sido importantes na condução do seu desenvolvimento. Paralelamente, factores endógenos como a existência de uma cultura empresarial com tradição (nas fileiras têxtil e do frio), a existência de bolsas de mão-de-obra com baixo nível salarial e a afirmação das instituições locais e das autarquias, foram também fundamentais para a evolução da região e dos concelhos urbanos, em particular.

No Capítulo IX, foi possível verificar os diferentes caminhos seguidos pelas autarquias e pelas várias instituições locais (associações empresariais, associações de desenvolvimento local e rural) e de que maneira é que estas se articularam. Enquanto Castelo Branco, assumiu um política de desenvolvimento industrial, a Covilhã, acompanhou o movimento de reestruturação dos lanifícios (penalizante para o emprego) e apostou no ensino superior como uma forma de diversificar a sua base

produtiva e social. A Guarda, procurou não perder a sua vocação comercial e o Fundão é das quatro cidades aquela onde os agentes locais têm revelado mais fragilidades na condução do seu desenvolvimento. Nos concelhos rurais, destaca-se a acção municipal e a de algumas associações de desenvolvimento local e rural. Assim, a análise da acção dos vários agentes e da forma que estes contribuíram para o processo de desenvolvimento local das quatro cidades e para o reforço da relações territoriais locais mostra os diferentes caminhos encontrados.

Neste contexto, as políticas de desenvolvimento local devem contemplar a crescente emergência destes fenómenos e como resposta devem incorporar:

- uma visão integradora dos espaços rurais e urbanos;
- a tendência de urbanização e dispersão, estando atentas ao processo de migração/dependência dos territórios rurais em relação às principais cidades;
- as novas exigências da população, que apesar de viver em meio rural assume cada vez mais valores urbanos;
- a necessidade de preservação de valores culturais e patrimoniais locais que se vão diluindo perante a assimilação de valores globais;
- reconhecer o aumento da participação da sociedade civil no processo de escolha de novos modelos de crescimento e desenvolvimento local.

A conciliação destas tendências pode ser conseguida com a definição de políticas que assumam um carácter integrador, perspectiva que tem vindo a ganhar peso quer pelos técnicos e investigadores, quer pelas entidades responsáveis pelo processo de ordenamento do território nacional e europeu. É neste âmbito que se enquadra a concepção do desenvolvimento das zonas rurais em estreita relação com as zonas urbanas e vice-versa, apontada no Relatório do EDEC de Noordwijk (CE 1999).

A urbanização e o reforço das cidades de média dimensão em áreas menos desenvolvidas, devem assim ser encaradas como vectores fundamentais para o estabelecimento de um novo quadro de relações entre o espaço urbano e rural, sendo portanto uma via para o desenvolvimento rural e regional. A definição de estratégias locais incorporando a lógica urbano-rural, poderá assim, ser uma forma de enfrentar desafios que se colocam ao desenvolvimento de regiões marginais.

1

REFLEXÕES FINAIS

REFLEXÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho foi possível verificar a importância das cidades médias para o processo de desenvolvimento local e regional. Quer ao nível europeu, quer nacional e, em particular, no eixo urbano da Beira Interior, evidenciou-se a sua relevância ao nível demográfico e económico, bem como, na difusão da cultura e do conhecimento. Contudo, a dinâmica das cidades médias foi diferenciada, havendo cidades que aproveitaram os seus recursos e potencialidades e evoluíram positivamente, enquanto outras foram bastante afectadas pelo processo de reestruturação e de internacionalização da economia e perdem importância nos sistemas urbanos e regionais em que se integravam. No contexto das cidades que evoluíram positivamente estão cidades que conseguiram aproveitar os recursos e as potencialidades locais, incluindo as cidades médias que beneficiaram da localização em territórios metropolitanos, ou com proximidade a grandes vias de transporte rodó e ferroviário.

A demonstração da importância das cidades médias como elementos estruturantes dos territórios, dependia do desenvolvimento das três hipóteses colocadas em paralelo, como ponto de partida deste trabalho.

A primeira relacionava-se com o novo papel das cidades médias no contexto regional, a segunda procurava avaliar se a melhoria das acessibilidades e o aumento da utilização do transporte individual contribuiu para reforçar a sua importância ao nível regional, favorecendo a constituição de eixos urbanos e a integração dos territórios rurais envolventes e, a terceira, prendia-se com a avaliação dos efeitos da globalização nestas cidades.

Um aspecto que foi possível verificar no presente trabalho relaciona-se com a nova posição das cidades médias no contexto regional. Estas afirmaram-se como pólos alternativos às grandes cidades, constituindo-se como um factor de sustentabilidade do desenvolvimento urbano e regional. No caso nacional, nos últimos vinte anos, as cidades não metropolitanas registaram dinâmicas de crescimento demográfico superiores às áreas

metropolitanas (DGOTDU, 1997, MEPAT, 1996, GASPAR, 1993c, 1996, 1998b). O seu crescimento fez-se, não só por absorção da população residente nas áreas rurais envolventes, mas esteve também associado ao retorno de emigrantes e à recepção de habitantes provenientes das grandes cidades. A mudança de população das grandes cidades para as cidades médias tendo uma reduzida expressão é potenciada nas áreas despovoadas e envelhecidas (J. GASPAR *et al*, 1998, ALVES, COSTA e PIRES, 1998, AVELINO, 1998).

Outro aspecto a assinalar relaciona-se com a importância da formação de eixos ou sistemas urbanos onde se estabelecem relações de complementaridade funcional e cultural, que potenciam o papel das cidades no contexto regional, nacional e internacional. O estudo de caso permitiu avaliar a sua importância nas áreas periféricas, onde a constituição de eixos, ou sistemas de cidades, contribui para atenuar o efeito de desertificação populacional e económica que caracterizam as regiões de baixa densidade. O caso do Eixo Urbano definido pelas quatro cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco salienta-se no quadro nacional pois, para além de constituírem quatro aglomerados urbanos com impactes assinaláveis nos territórios envolventes, a sua proximidade física, permite perspectivar o desenvolvimento de um eixo urbano, onde se afirmam relações de complementaridade funcional, contribuindo para o aumento da competitividade regional.

Outro aspecto que se relaciona com a segunda hipótese de trabalho é a emergência de um novo quadro de relações entre as áreas urbanas e as áreas rurais envolventes. A desconcentração produtiva acompanhada por um aumento da mobilidade induziu uma reorganização das bacias de emprego e do padrão locativo das funções económicas e sociais (reforço da terciarização das cidades médias e uma dispersão das actividades industriais e turísticas em meio rural) revelando novas valorizações deste. Por outro lado, têm vindo a verificar-se mudanças nas relações entre as cidades e as envolventes, associadas à função habitacional e recreativa. O aumento da mobilidade permite "trabalhar na cidade" e "viver, com hábitos urbanos, no campo", tendência que não se restringe às áreas de povoamento disperso mas é, também, visível em outras áreas, como demonstrado pelo estudo de caso.

De assinalar, ainda, outras funções associadas à compra de residências secundárias e à recuperação de património familiar em pequenas aldeias por parte da

população que trabalha e vive nas cidades de pequena e média dimensão. Em áreas densamente ocupadas, o seu efeito tem sido avaliado como negativo para o ordenamento do território mas, em áreas marginais, como analisado no caso de estudo, remete-nos para outros aspectos com raízes locais mais profundas, relacionados com a identidade cultural e a valorização económica do património natural e histórico.

O caso de estudo evidenciou essas mudanças nas relações urbano-rural e permitiu salientar algumas tendências relevantes para a definição de estratégias de desenvolvimento sustentável das cidades médias e dos seus territórios de influência. A primeira é que uma parte significativa (30-50%) do tempo livre ao fim-de-semana é utilizado em passeios pela cidade, no resto do concelho e nos concelhos vizinhos, o que pode significar uma valorização do espaço rural como espaço de lazer e de "identidades" dos urbanos.

A segunda tendência é que uma parte do tempo livre das famílias (10-20%) é utilizado em visitas a familiares e amigos. Sabendo que uma parte significativa dos familiares residem em meio rural, podemos considerar estas visitas como um indicador de coesão territorial ou seja, pode revelar-se como uma forma de atenuar o efeito de sucção-desertificação que estas cidades possam exercer nos territórios envolventes. Há uma manutenção das ligações à sua terra natal (ou dos seus progenitores) através da recuperação de casas e da sua utilização como residência secundária.

A terceira tendência é que, segundo o inquérito, cerca de 10% dos residentes possui residência secundária, para onde se desloca ao fim-de-semana, contribuindo assim, para um reavivar dos arredores ou das localidades de onde são naturais. Estas tendências de evolução poderão significar um "reperspectivar" do rural, dos seus valores e identidades.

Outra tendência que se evidencia relaciona-se com o perfil da população residente nas sedes de freguesias que apresentam um padrão de actividades, mobilidade e consumos, muito próximos dos verificados nas cidades médias da região. Tal, revela uma uniformização dos padrões urbanos e rurais, invalidando a clássica divisão entre urbano e rural.

Há, assim, indícios de que a desertificação e a desestruturação social dos territórios rurais poderá, a curto prazo, ganhar um novo contorno. Enquanto nos anos cinquenta e sessenta, a população abandonou as aldeias em direcção às grandes cidades e aos países europeus e as suas ligações à terra natal tinham um carácter pontual (nas férias e nas festas) a partir de setenta, a saída das aldeias fez-se em direcção às cidades de

pequena e média dimensão mais próximas. Esta proximidade, é hoje um factor importante no estabelecimento de relações entre as cidades onde reside a população e os lugares de onde esta é natural. Por outro lado, o aumento da mobilidade das famílias facilitada pela expansão do transporte individual, contribui também para reforçar as ligações entre as áreas urbanas e rurais. Por outro lado ainda, o quadro de consumos de valores das famílias apontam para o ressurgir dos valores, identidades e patrimónios locais, factor que favorece também o estabelecimento de um novo quadro de relações entre as áreas urbanas e rurais. Assim, é natural que hoje as relações entre a cidade e os territórios rurais sejam diferentes das que se estabeleciam quando a emigração tinha destinos mais distantes.

Essa tendência está contemplada nas novas orientações em matéria de ordenamento do território europeu. O próximo esquema de desenvolvimento do território comunitário prevê o estabelecimento de novas formas de gestão do património natural e cultural e a promoção de novas parcerias entre as áreas urbanas e rurais que privilegiem, não só a diversidade e especificidade das áreas rurais, como considerem o património natural e cultural como factores de desenvolvimento local, conduzindo à sua integração e valorização (CE, 1999).

Outra das hipóteses analisada ao longo deste trabalho relaciona-se com os efeitos da acessibilidade e do uso do transporte privado e como é que este deu lugar ao desenvolvimento de novas relações e formas de ocupação do território. Efectivamente, tal como anteriormente explanado, este conferiu às cidades médias uma nova posição no contexto regional, nomeadamente pela separação entre a função residencial e de trabalho. Contudo, há também um crescente número de habitantes, que "vivendo na cidade", "trabalham no campo" nas várias unidades ligadas ao sector industrial, logístico e turístico.

Por outro lado, o aumento da mobilidade é, em si, um factor que favoreceu a configuração de eixos ou sistemas de cidades onde se desenvolvem complementaridades e potenciam sinergias na criação e manutenção de emprego e fornecimento de serviços. Ao nível do sistema urbano nacional foi possível verificar a sua importância na consolidação dos sistemas de Faro-Olhão-Loulé, Leiria-Marinha Grande, Guimarães-Famalicão-Santo Tirso-Paços de Ferreira, São João da Madeira-Santa Maria da Feira-Oliveira de Azeméis ou, mesmo no interior do país, em localidades como Estremoz-

Borba-Vila Viçosa-Alandroal, Vila Real-Régua-Lamego e no caso de estudo retratado neste trabalho.

Contudo, conforme foi possível verificar pela análise do caso de estudo, os seus efeitos são diferenciados consoante o tipo de povoamento e a base produtiva regional. Enquanto na Covilhã e Fundão, o crescimento da cidade estendeu-se para além dos seus limites em territórios contíguos, nos casos da Guarda e de Castelo Branco, manteve-se a tendência de concentração na cidade e reforçaram-se outros pólos secundários correspondentes às sedes de freguesia mais importantes.

Assim, o efeito de dispersão acentuou-se nos territórios que possuíam um sistema de povoamento "pulverizado" em pequenos lugares com acessibilidade às cidades e que detinham já uma base produtiva industrial. É o caso da Covilhã e do Fundão, que organizam um território urbano que vai do Teixoso ao Dominguiso, passando também por Alcaria até ao Fundão, onde se misturam a função produtiva e habitacional, ao mesmo tempo que se estabelecem fortes relações de interdependência laboral. Nesta malha de relações integra-se ainda o concelho de Belmonte, que tem polarizado mão-de-obra de concelhos próximos, nomeadamente da Covilhã.

Na Covilhã, o declínio da função industrial e o crescimento dos serviços, nomeadamente dos serviços ligados à presença da Universidade, foram determinantes na modificação das relações estabelecidas com os concelhos envolventes. A cidade reforçou o seu papel de centro de emprego e de prestação de serviços, enquanto as actividades industriais dispersas em meio rural, vão imprimindo características urbanas a esses territórios.

No caso de territórios onde existe uma tendência de concentração do povoamento, face à desertificação humana e produtiva de outros lugares (casos de Castelo Branco e da Guarda), a melhoria das acessibilidades e o uso do transporte individual veio permitir o reforço da posição das cidades no contexto regional, reafirmando-as como centros de emprego e serviços.

Em Castelo Branco, com excepção de Alcains, Cebolais de Cima e Retaxo (freguesias de maior dimensão) que detiveram uma importância assinalável na base produtiva regional, o restante território é rural. Neste contexto, a cidade constitui o principal centro de emprego e serviços para essa população, o que tem como consequência o alargamento da bacia de emprego de Castelo Branco (que se estende a Proença-a-Nova e Oleiros) associada a uma migração recente para a cidade. Foi possível encontrar famílias que residindo em localidades relativamente próximas da cidades de

Castelo Branco, optaram por mudar para a cidade, no sentido de melhorarem o acesso ao emprego e aos serviços.

Na Guarda, para além dos que vieram viver para a cidade, há alguma população residente nas áreas rurais, que tendo abandonado a actividade agrícola e as actividades industriais de pequena dimensão por estas não proporcionarem rendimento suficiente às famílias, se desloca diariamente para a cidade para trabalhar na indústria, no comércio e nos serviços. Esta situação verificou-se em Gonçalo, onde existia uma indústria artesanal de cestaria de forte implantação local que perdeu os seus “artesãos” para as fábricas das redondezas.

A mobilidade pendular da população rural para a cidade, está na base da diversificação da base económica familiar e na “assunção de valores urbanos” por parte de quem vai trabalhar à cidade. As referências das famílias são outras, obviamente alargadas pelos *media* e pela sociedade de informação mas, também, pela própria proximidade à cidade que assim reafirma a sua importância como centro de difusão da cultura e de novos valores. Estas modificações são indicativas de melhoria na qualidade de vida e como tal, um caminho para o processo de desenvolvimento regional.

Outro aspecto que se procurou analisar na presente dissertação, foram os efeitos da globalização e do aumento da competitividade nas cidades médias. Estes fenómenos tiveram impactes diversos consoante falamos na base produtiva, de inovação, ambiental ou social das cidades e das regiões.

Verificando a evolução das quatro cidades estudadas e das restantes que compõem o sistema urbano nacional, podemos dizer que a globalização tem conduzido a uma modificação das suas estruturas produtivas. A internacionalização das suas bases económicas tem estado associada ao aumento das exportações e ao crescimento do investimento estrangeiro. Contudo, esta possui duas componentes distintas:

- a internacionalização associada à presença de capital estrangeiro, sendo que aí distinguem-se dois tipos de cidades: cidades onde o investimento tem uma base industrial e está ligado à produção intensiva em trabalho (grande incidência no interior e no norte litoral do país) e cidades onde o investimento está ligado ao sector terciário, nomeadamente no turismo (caso do Algarve);

- a internacionalização associada a especializações ou recursos locais lideradas por empresários locais, integrados na malha de relações locais (base industrial e turística) ou seja com uma natureza endógena.

Naturalmente que, estas duas componentes se interligam de forma diferenciada dando lugar a distintas formas de regulação local face ao sistema global, conferindo assim, uma especificidade aos processos de desenvolvimento territorial.

Outra vertente da globalização e do aumento da competitividade, são os seus efeitos no domínio do emprego e, conseqüentemente, no domínio social. Nas grandes cidades, verificou-se um aumento da dualidade social causada pela exclusão de grupos com menos capacitação técnica no mercado de trabalho (SASSEN, 1994, 1995).

Como foi possível avaliar pela análise do caso de estudo, esse efeito começa a notar-se também nas pequenas e médias cidades, nomeadamente em áreas demograficamente envelhecidas e frágeis do ponto de vista económico, onde os menos jovens e os menos qualificados são "empurrados" para fora do mercado laboral. Na Beira Interior, já hoje, se pode reconhecer essa tendência, quer no têxtil (que libertou mão-de-obra com idade média mais elevada, hoje com dificuldades em encontrar outro emprego), quer em outros ramos, como o vestuário, onde os empregadores preferem mão-de-obra mais jovem, mais flexível à introdução de novo equipamento e de novos ritmos de trabalho, levando a aumento das taxas de desemprego de longa duração.

Nos domínios dos valores e dos consumos bem como da cultura e lazer, a globalização aproximou as pequenas e médias cidades das grandes cidades. Os *media* e a presença de "símbolos" da globalização (as marcas franqueadas) asseguram a sua expansão. Todavia, há algumas contradições interessantes de sublinhar.

A compra em hipermercados e a deslocação aos *shopings* é uma prática banal das famílias associada ao uso do transporte individual (ou dependente dos circuitos efectuados pelos autocarros das empresas que percorrem as aldeias recolhendo clientes), sendo que os lugares menos acessíveis e a população mais idosa, são de certa maneira excluídos deste processo, pela menor mobilidade ou pelo analfabetismo que condiciona a capacidade de absorver novas formas de consumo.

No domínio cultural, no seu conjunto, a tendência é para uma diminuição da frequência de actividades culturais e de lazer, apontando para um "fechar em casa". No entanto, uma análise mais cuidada permite verificar uma "segmentação" de comportamentos associada à idade e ao grupo socio-profissional. Enquanto os mais jovens, trocam o teatro e o cinema pela discoteca e pelo vídeo, os mais idosos, aderem

definitivamente à televisão. Nos grupos de idade intermédia, são os mais qualificados que consomem mais produtos culturais e que o fazem com mais frequência, ao contrário dos outros que "se fecham" cada vez mais em casa ou canalizam uma parte significativa do seu tempo livre para as compras.

Para além das transformações e tendências evidenciadas anteriormente, ao longo do presente trabalho, foi também possível compreender os processos que estão na base dessas transformações e tendências. Assim, verificou-se que as cidades médias que responderam de forma positiva às mudanças sociais e produtivas são, para além de pólos de emprego e actividades, centros com recursos próprios e um quadro socio-institucional favorável cujas formas de governância definem um sistema territorial com capacidade de integração nos sistema global, intitulados "sistemas produtivos locais" (CREVOISER e MAILLAT, 1991; VAZQUEZ BARQUERO, 1993, GAROFOLI, 1994, MAILLAT, 1995, in HALLIN e MALMBERG, 1996, entre outros).

Considerando o caso de estudo, verificámos que a "conciliação" de recursos e agentes foi mais visível nas cidades de Castelo Branco e da Covilhã, sendo "menos coesa" na Guarda e "mais frágil" no Fundão. Em primeiro lugar, a capacidade de responder ao aumento da competitividade económica possui uma forte relação com os recursos imateriais e com o nível de interacção dos vários agentes institucionais. Em Castelo Branco, o município em conjunto com alguns líderes do meio empresarial, tem aproveitado as oportunidades dadas pelos financiamento comunitários e pelo investimento estrangeiro. Por outro lado, a existência de uma cultura empresarial local, associada às fileira têxtil, do frio e das cantarias, tem também conferido um grau de intermediação económica à cidade.

No caso da Covilhã, a crise internacional que afectou sectores tradicionais, como a produção têxtil, e a globalização dos mercados, constituiu a oportunidade de reestruturar um sector que, de intensivo em trabalho, foi ganhando características de intensividade em capital. De facto, embora existam unidades do ramo em Castelo Branco e em outros concelhos da Cova da Beira, é a Covilhã que detém o papel de intermediação nesse sector, pois possui as empresas de maior dimensão, com maior capacidade exportadora, ao mesmo tempo que lidera o corpo associativo regional e nacional (ANIL) e concentra instituições de formação e investigação nesse domínio (CITEVE, UBI).

Nos casos da Guarda e do Fundão, a internacionalização e as modificações nas relações de produção, deu lugar a uma desintegração do sector agrícola tradicional e ao encerramento das unidades ligadas à produção têxtil, que têm sido "substituídas" por

outras unidades intensivas em trabalho. No entanto, mantém-se actividade comercial e prestação de serviços para a região.

Contudo, embora as quatro cidades estudadas registassem uma evolução positiva nos processos de intermediação, o quadro de estrangulamentos e ameaças da região, mostra que existem alguns aspectos que permanecem como bloqueios à sustentabilidade dos seus processos de desenvolvimento e à sua identificação como "meios inovadores".

Se em termos individuais os agentes têm tido uma activa participação nos processos de desenvolvimento das cidades, em termos intermunicipais, a cooperação é incipiente, revelando o distanciamento em relação à importância das relações de complementaridade territoriais e sectoriais. O domínio ambiental é claramente uma área onde as complementaridades territoriais poderão beneficiar estas quatro cidades. Situação idêntica se verificará na saúde, com a instalação da Faculdade de Medicina e as Escolas de Enfermagem nas cidades de Castelo Branco e da Guarda, pelas quais se repartem especialidades.

Paralelamente à comprovação das hipóteses de trabalho, evidenciaram-se outros aspectos. Em primeiro lugar, ficou clara a dificuldade em definir cidade média. A insuficiência dos critérios demográfico-funcionais não é colmatada quando se incorporam critérios qualitativos associados à qualidade de vida. A sua avaliação pressupõe a identificação do seu papel nos vários níveis de organização económica e territorial (à escala regional, nacional e internacional), ou seja, a sua capacidade de intermediação.

A classificação de cidades proposta no capítulo VI reflecte esta perspectiva. A "sustentabilidade" das cidades estudadas foi avaliada segundo vários domínios: demográfico, económico, social e cultural, ambiental e institucional, demonstrando-se a importância das cidades responderem às exigências de "intermediação" e "sustentabilidade".

Neste sentido, quando se apresentam neste trabalho cidades/sistemas/eixos que respondem ao binómio intermediação-sustentabilidade, apresentam-se cidades que podem constituir pólos estruturantes com potencialidades para eliminar os factores de insustentabilidade que as poderão afectar. Quanto às entidades urbanas a que se atribui a capacidade de intermediação, correspondem as cidades/sistemas/eixos que sendo dinâmicos do ponto de vista demográfico e económico, possuem carências sociais, culturais e ambientais mais marcantes que as anteriores, o que pode condicionar a

sustentabilidade dos seus processos de desenvolvimento. Os resultados mostram assim, a importância de analisar as cidades em vários domínios: a sustentabilidade demográfica, a centralidade, a competitividade económica, a sustentabilidade social, a sustentabilidade ambiental e o quadro institucional e de concertações locais.

Quadro 1. - Aspectos a ter em conta na análise da sustentabilidade das cidades da Beira Interior

Domínio	Aspectos a ter em conta
Sustentabilidade Económica	Acessibilidade intra e interregional
	Tempo de deslocação
	Emprego
	Diversificação da base produtiva
	Fileiras com internacionalização
	Existência de estruturas inovação e conhecimento
	Articulação das estruturas de inovação e conhº ao sistema produtivo
Sustentabilidade Ambiental	Saneamento básico
	Sistemas de reciclagem
	Controle da poluição (água, ar, ...)
	Utilização do transporte público
Sustentabilidade Social	Identidade local
	Equipamentos e serviços educação
	Equipamentos e serviços de saúde
	Delinquência
	Desemprego de longa duração
	Desemprego em não jovens
	Índice de envelhecimento
Qualidade de Vida, Urbanidade e Consumo	Estética e imagem urbana
	Qualidade do ambiente construído
	Equipamentos desporto, recreação e lazer
	Condições de habitação e equipamento do lar
	Habitação ilegal (barracas)
	Poder de Compra
	Novas formas de consumo
Quadro Institucional	Participação pública nos processos de decisão, nomeada/ eleições locais
	Nº de actores locais
	Cooperação intraregional e interregional

Ao longo do trabalho e, em particular através do caso de estudo, foi possível avaliar a importância deste último aspecto para os processos de desenvolvimento local das cidades, o que se insere nas interpretações recentes que atribuem às redes de actores e à governância, papéis de destaque.

STORPER e HARRINSON (1994) desenvolveram esses conceitos associando-os às mudanças dos sistemas produtivos locais mas, ao longo dos anos noventa, estes conceitos têm-se estendido a outros domínios que têm por base o território e os seus agentes (GILLY e PECQUEUR, 1995, BENKO, 1999). Para outros autores, a governância de um território caracteriza-se por uma estrutura composta por diferentes actores e instituições que permitem apreciar as suas estratégias, as capacidades locais de

adaptação do território às lógicas exógenas dos vários sectores e aos processos de aprendizagem. Dito de outra forma, trata-se não só de identificar as estruturas de governância mas, também, de se interrogar sobre o que faz a sua coesão e o seu sucesso ao longo do tempo (COROLLEUR, 1994 *in* GILLY e PECQUEUR, 1995).

É neste contexto, que o estabelecimento de novas formas de parceria e de gestão é igualmente sublinhado na Carta de Aalborg (ICLEI, 1995a). Segundo esta, a sustentabilidade das cidades depende do desenvolvimento de estratégias de natureza local, baseadas em agentes, recursos e meios de natureza endógena, encaradas como um processo criativo, resultante da concertação de actores, políticos e habitantes, onde se conciliam as necessidades locais com as respostas ao sistema global.

Esta relação entre o global e o local, não deixa de ser conflituosa em alguns domínios mas, é necessariamente inevitável, tendo cada cidade, pequena, média ou grande, de encontrar dinâmicas próprias através da mobilização dos seus recursos e agentes locais e desenvolvendo formas de regulação económica e social que lhes garantam a sustentabilidade dos seus processos de desenvolvimento. A constituição de eixos de cidades, assentes em relações de complementaridade e sinergia, reforçam estas dinâmicas e relações de concertação locais.

As estratégias de desenvolvimento poderão assim, ser encaradas segundo três objectivos:

- a afirmação das cidades como entidades sustentáveis (em termos populacionais, económicos, ambientais, culturais, de conhecimento e saber);
- promoção das complementaridades entre as cidades;
- a integração dos territórios envolventes, diminuindo o efeito de marginalização, através do estabelecimento de novas parcerias com as cidades.

Enquanto o primeiro objectivo assenta sobretudo no desenvolvimento de cada uma das cidades, os outros dois objectivos baseiam-se no estabelecimento de complementaridades territoriais e sectoriais:

- complementaridades que assentam na proximidade geográfica:
 - relações de complementaridade entre as cidades;
 - relações de complementaridade entre as cidades e as suas envolventes;
- complementaridades sectoriais:

- relações de complementaridade entre as cidades/região e outros territórios, nacional e internacional.

Do exposto ao longo deste trabalho, podemos verificar que a urbanização e o reforço das cidades de média dimensão em áreas menos desenvolvidas deve assim ser encarado como um vector fundamental para o estabelecimento de um novo quadro de relações entre o espaço urbano e rural, sendo uma via para o desenvolvimento rural e regional. A definição de estratégias locais incorporando a lógica urbano-rural poderá, assim, ser uma forma de enfrentar os desafios que se colocam ao processo de desenvolvimento de regiões marginais, designadamente em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERGARIA, H. e CARRIERE, J.P. (1990) - "Investissements étrangers et dynamique littoral-interieur", *Revue d'Economie Regionale et Urbaine*, nº 4, pp. 489-501.
- ALVES, T. (1994) - *Serviços e Reestruturação Produtiva. Utilização de serviços pelas explorações agrícolas da Raia Central e desenvolvimento regional*, Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- ALVES, T. (1995) - "Serviços de Apoio à Produção na Agricultura: a Raia Central de Portugal", *As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu*, coord. CAVACO, C., Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 169-185.
- ALVES, T; COSTA, E.; PIRES, I. (1998) - "O Quotidiano nas Cidades Médias - os casos de Aveiro e Viseu", *I Congresso de Sociologia Económica*, 4 a 6 de Março de 1998, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- AMIN, A. (1992) – "Big Firms Versus the Regions", *Cities and Regions in the New Europe: the Glocal-Local interplay and spatial development strategies*, DUNFORD, M e KAFKALAS, G. (ed.), Londres, Belhaven Press, pp. 127-149.
- ANIMAR (1998) - *Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local*, Tondela, ANIMAR.
- ARIAS, Félix (2000) – "Políticas de sostenibilidade en Espana. Las ciudades medias", *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, BELLET, C e LLOP. J. (ed.), Lleida, Ed. Milenio, pp. 269-286.
- ARISTÓTELES, (1977) – *Tratado da Política*, original de 330-325 a.c., Lisboa, tradução e edição da Europa-América.
- ASCHER, F. (1998) - *Métapolis: Acerca do futuro da cidade*, Oeiras, Celta.
- ASHWORTH, BURTENSHAW, BATEMAN (1991) – *The European City. A Western Perspective*, Londres, David Fulton Publishers.
- ASSOCIATION BUREAUX-PROVINCES (1979) – *Villes Moyennes et développement des activites tertiaires*, Actes du Colloque d'Angers, 25-26 de Outubro, Paris, Association Bureaux-Provinces.
- ASSOCIATION DES MAIRES DE FRANCE (1991) – *Villes et Développement Économique*, Actes du Colloque de Cambrai, 6-7 Février 1991, Paris, AMF.
- AUGUSTO, A; SANTOS, V.; MARTINS, V. (1990) – *Os Parques Industriais no Eixo Viário IP2 entre Guarda e Castelo Branco, no contexto dos incentivos locais*, Covilhã, UBI
- AVELINO, J. L. (1998) – *O protagonismo territorial das cidades intermédias. O sistema urbano local de Santarém/Almeirim/Cartaxo*, EPRU, Nº48, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- BAGNASCO, A. (1977) - *Tre Italie. La Problematica Territoriale dello sviluppo economico italiano*, Bolonha, Il Mulino.
- BAILLY, Antoine; JENSEN-BUTLER, Chris; LEONTIDOU, Lila (1996) – "Changing cities: Restructuring, marginality and policies in urban europe", *European Urban and Regional Studies*, 3 (2), pp161-176.
- BAIROCH, P. (1977) - *Taille des Villes, Conditions de Vie et Développement Économique*, Paris, Librairie Touzot.
- BAKER, Jonathan (2000) – "What role do small and intermediate urban settlements play in the development of Sub-Saharan Africa", *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, BELLET, C e LLOP. J. (ed.), Lleida, Ed. Milenio, pp 47-60.
- BALTAZAR, V. (1999) - *Acessibilidades e Sistemas Urbanos na Região Centro*, Coimbra, CCRC.

- BAPTISTA, A. J. (1995a) - "Rede Urbana Nacional: Problemas, Dinâmicas, Perspectivas", in SEALOT/MPAT, *Ciclo de Colóquios: A Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Lisboa, MPAT, pp. 20-41
- BAPTISTA, A. J. (1995b) - "A Rede Urbana Nacional no Contexto Europeu", Lisboa, MPAT.
- BAPTISTA, A. J. (1999) - *Políticas para o Desenvolvimento do Interior. Um contributo para o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. 2000-2006*, CCRC, Coimbra.
- BARRAS, Richard (1987) - "Technical Change, and the Urban Development Cycle", *Urban Studies*, Vol. 24, pp.5-30.
- BARRETO, António *et al* (1996) - *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, BARRETO (org.), Lisboa, Instituto Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- BARTHÉLÉMY, André (1995) - *Un avenir pour la ville. Face à la crise urbaine*, Paris, Éditions Esprit.
- BASSETT, Keith (1996) - "Partnerships, business elites and urban politics: New forms of governance in an english city?", *Urban Studies*, Vol. 33, No. 3, pp. 539-555.
- BATTEN, David F. (1995) - "Network cities: creative urban agglomerations for the 21st Century", *Urban Studies*, Vol. 32, Nº2, pp. 313-327.
- BEALE, C.L. (1975) - *The revival of population growth in non-metropolitan America*, Economic Research Service, US Department of Agriculture, ERS 605.
- BEAUCHARD, J. (1996) - "La constitution d'une Ville-Pays a partir de la Région Centre-Portugal", *Norois*, nº 171, Poitiers, pp. 587-593.
- BECATTINI, G. (1975) - "Dal settore industriale al distrito industriale."Alcune considerazioni sull'unità di indagine dell'economia industriale", *Rivista di Economia e Política Industriale*, Vol. 5, Nº1, 7-21.
- BECATTINI, G. (1979) - "Dal settore industriale al distrito industriale."Alcune considerazioni sull'unità di indagine dell'economia industriale", *Rivista di Economia e Política Industriale*, Vol. 5, Nº1, pp. 7-21.
- BECATTINI, G. (1994) - "O Distrito Marshalliano", *As Regiões Ganhadoras*, BENKO, G. e LIPIETZ A. (ed.), Oeiras, Celta, pp. 19-31.
- BENEVOLO, Leonardo (1994) - *A Cidade na História da Europa*, Lisboa, Ed. Presença.
- BENKO, G.(1999) - *A Ciência Regional*, Oeiras, Celta.
- BENKO, G.; DUNFORD, M. (1992) - "Changement structurel et organisation spatiale du systeme productif", *Revue d'economie régionale et urbaine*, Nº2, pp. 213-239.
- BENKO, G; LIPIETZ, A. (1994) - "O Novo Debate Regional. Posições em confronto", *As Regiões Ganhadoras*, BENKO, G. e LIPIETZ A. (ed.), Oeiras, Celta, pp. 3-15.
- BERRY, B. J. L. (1976) - "The counterurbanization process: urban America since 1970", *Urbanization and counterurbanization*, BERRY (ed.), Beverly Hills, California: Sage Publication, pp. 17-30.
- BERTRAND, I; ROBERT, B (1991) - "Une Approche Européenne de la Notion de Réseau de Villes", *En Europe, Des Villes en Réseaux*, Paris, La Documentation Française, pp. 9-12.
- BLITZER, S. *et al* (1988) - *Outside the large Cities: Annotated Bibliography and Guide to the Literature on Small and Intermediate Urban Centres in the Third World*, Londres, Human Settlements Programme, International Institute for Environment and Development.
- BLOTEVOGEL, Hans H.; KING, Russell (1996) - "European economic restructuring: demographic responses and feedbacks", *European Urban and Regional Studies*, 3 (2), pp. 133-159.
- BOISER, Sergio (1994) - "Postmodernismo territorial y globalización: regiones pivotaes y regiones virtuales", *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, Vol. II, Nº102, pp. 597-608.
- BONAVERO, P.; DANSERO, E. (1998) - *L'Europa Delle Regioni e Delli Reti*, Torino, UTET Libreria.

- BONNEVILLE, M. (1994) – “Une Revue des Recherches sur les Villes et l'internationalisation”, *RERU II*.
- BORJA, Jordi (1992) - “Políticas de Europa y de los estados para las ciudades”, *Estudios Territoriales*, Nº 39, pp. 221-243.
- BOUCHERON, Agnès; BELAUD, Jean-François (1993) - *La Nouvelle Politique Regionale de la CEE*, Bruxelles, Club de Bruxelles.
- BOUIER, A. (1996) – “Le réseau de villes de la Galice”, *Norois*, Poitiers, nº 171, pp. 623-645.
- BOVAIRD, T. (1992) - “Local economic development and the city”, *Urban Studies*, Vol. 29, Nº 3/4, pp. 343-368.
- BOYER, R. (1995a) - "Aux origines de la Théorie de la Régulation", *Théorie de la Régulation L'état des Savoirs*, BOYER e SAILLARD (ed.), Paris, Éditions La Découverte, pp. 21-30.
- BOYER, R. (1995b) - "Vers une théorie originale des institutions économiques?", *Théorie de la Régulation L'état des Savoirs*, BOYER e SAILLARD (ed.), Paris, Éditions La Découverte, pp. 530-38.
- BOYER, R.; LIPIETZ, A (1995c) - "De la Régulation des Espaces aux Espaces de Régulation ", *Théorie de la Régulation L'état des Savoirs*, BOYER e SAILLARD (ed.), Paris, Éditions La Découverte, pp. 293-303.
- BREATHNACH, P. (1982) – “The Demise of Growth-centre Policy: The Case of the Republic of Ireland”, *Regional Planning in Europe*, HUDSON, R. e LEWIS, J.R. (ed), Londres, Pion Limited.
- BRIGGS, A. (1968) – *Victorian Cities*, Londres, Penguin.
- BRUNET, Roger (2000) – “Cities like Lleida: What is the role of medium-sized cities in Europe?”, *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, BELLET, C e LLOP, J. (ed.), Lleida, Ed. Milenio, pp. 109-124.
- BRUXELAS, M. (1987) - *Indicadores de Caracterização e Evolução dos Sistema Urbano*, Estudo Nº 4DSOT, GEPAT – E4, Lisboa, GEPAT.
- C. M. CASTELO BRANCO (1996) - *Plano Estratégico de Castelo Branco*, elaboração de A. O. Neves, Castelo Branco, Câmara Municipal de Castelo Branco.
- C. M. GUARDA (1995) - *Plano Estratégico da Guarda*, Câmara Municipal da Guarda, elaboração de MANUAL - Estudos de Habitação, Urbanismo e Arquitectura, Lda, Guarda.
- CAETANO, L. (1996) - "Diffusion Spatiale de la Croissance Industrielle dans les Villes Moyennes au Portugal", *Nouveaux Espaces et Systèmes Urbains*, WACKERMANN (ed.), Editions SEDES, pp. 323-333.
- CAMAGNI, R. (1991) - *Innovation Networks. Spatial Perspectives*, Londres, Belhaven Press.
- CAMAGNI, R. (1993) - "Réseaux de Coopération et Réseaux des Villes: éléments pour une théorisation et une taxonomie", *Métropoles en Déséquilibre?*, LACAZE, J. P. (ed.), DATAR, Paris, Economica, pp. 65-85.
- CAMAGNI, R.; GIBELLI, M. C. (1997) - *Développement Urbain Durable: Quatre Métropoles Européennes à l'épreuve*, CAMAGNI, R. e GIBELLI, N. C. (ed.), DATAR, Éditions de L'Aube.
- CAPPELLIN; R. (1991) - "International Networks of Cities", *Innovation Networks. Spatial Perspectives*, CAMAGNI, R. (ed.), Londres, Belhaven Press, pp. 230-244.
- CARRIERE, J. P. e REIX, V. (1989) - "Investissements étrangers et disparités regionales: le cas du Portugal", *Estudos de Economia*, Vol. X, Nº1, Out-Dez, pp.51-73.
- CASTELLS, M. (1989) - *The Informational City. Information technology, economic restructuring and the urban-regional process*, Oxford, Blackwell.
- CATTAN, N. (1993) – “La dynamique des échanges aériens internationaux entre les grandes villes européennes”, *RERU*, Nº4.

- CATTAN, N.; PUMAIN, D.; ROZENBLAT, C.; SAINT-JULIEN, T. (1994) – *Le Système des Villes Européennes*, Paris, Ed. Economica.
- CAVACO, C. (1990) - "Os campos da Raia Central na Perspectiva do Desenvolvimento Rural", *FINISTERRA*, Volume XXV, Nº 49, Lisboa, CEG, pp. 87-142.
- CCRALentejo (1998) – *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006. Diagnóstico Prospectivo da Região do Alentejo*, Évora, CCR Alentejo.
- CCRALgarve (1998) – *Diagnóstico da Região do Algarve. Contributo para o PNDES*, Faro, CCRALgarve.
- CCRC (1990) - *Estudos Preparatórios do Programa Operacional da Raia Central*, elaborado por CEDRU/ADIRA, Coimbra, CCR Centro.
- CCRC (1995) – *Programa Operacional da Região Centro*, Coimbra, CCR Centro.
- CCRC (1996) - *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região Centro*, Coimbra, CCR Centro.
- CCRC (1998) – *Diagnóstico Prospectivo da Região Centro. Contribuição para o PNDES*, Documento de trabalho, Coimbra, CCR Centro.
- CCRC (1999) - *Diagnóstico Prospectivo da Cooperação Interregional no Território de Fronteira*, Relatório Final, elab. por CEDRU, Coimbra, CCR Centro.
- CCRC (2000) – *Valorização económica dos grandes eixos viários em zonas interiores de baixa densidade – uma estratégia de ordenamento e de desenvolvimento para valorizar o efeito de auto-estrada*, 1º Relatório, elab. CEDRU, Coimbra, CCR Centro.
- CCRLVT (1998) – *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006. Diagnóstico Estratégico*, Lisboa, CCRLVT.
- CCRN (1998) – *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006. Diagnóstico Prospectivo da Região Norte*, Porto, CCR Norte.
- CE (1983) - "Charte Européenne de l'Aménagement du Territoire - Charte de Torremolinos", *Conférence Européenne des Ministres Responsables de l'Aménagement du Territoire*, 20 de Maio de 1983, Torremolinos - Espanha.
- CE (1990) - *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, Com (90), 218 final de 27 de Junho de 1990, Nº catálogo CB - CO - 90 - 276 - C.
- CE (1991) – *Europe 2000. Les perspectives de développement du territoire communautaire*, Luxemburgo, CCE-Direcção Geral das Políticas Regionais.
- CE (1992) – *Urbanisation and the Functions of Cities in the European Community*, European Institute of Urban Affairs, Liverpool John Moores University (Ed.).
- CE (1994a) - *Cidades Europeias Sustentáveis. Primeiro Relatório*, Berlin, Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano.
- CE (1994b) – *Europe 2000+. Coopération pour l'aménagement du territoire européen*, Luxemburgo, CE-Politiques Regionales de la Communauté Européenne.
- CE (1994c) – *Guide-line for the realization of strategic development plans in medium-sized cities*, Lisboa, CE.
- CE (1994d) - *Network strategy for medium-sized cities. Summary report of works*, Lisboa, CE.
- CE (1997a) - *The EU Compendium of Spatial Planning Systems and Policies*, Luxemburgo, CE.
- CE (1997b) – *Para uma Agenda Urbana da União Europeia*, Comunicação da Comissão, COM (97)197 final.
- CE (1997c) – *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário*, Reunião de Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território dos Estados-Membros da União Europeia, Noodwijk, 9 e 10 de Junho.

- CE (1997d) – *A Europa das Cidades. Acções comunitárias em meio urbano*, Luxemburgo, Comissão Europeia.
- CE (1999) - *European Spatial Development Perspective. Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the EU*, Potsdam-May of 1999.
- CE (1999) – *European Spatial Development Perspective. Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the EU*, Potsdam, Committee on Spatial Development-EC.
- CE (s/ data) - *Improving Urban Transport in Medium-Sized Cities, SITE TR 1050, Study for Implementing Transport Telematics Solutions to Mobility Problems in Medium-Sized Cities*, Home Page.
- CE (s/ data) - *Programa RECITE II*, CE, Home page: [Http://europa.eu.int/en/comm/dg16/art10/call9613/cop00.htm](http://europa.eu.int/en/comm/dg16/art10/call9613/cop00.htm).
- CE (s/ data) - *Urban Pilot Projects - Phase I Urban Pilot Projects. Article 10° European Regional Development Fund*, CE, Home page.
- CE (s/ data) - *Urban Pilot Projects - Phase II Urban Pilot Projects. Article 10° European Regional Development Fund*, CE, Home page.
- CHAMPION, A. G. (1981) - "Counterurbanization and rural rejuvenation in Britan: an evaluation of population trends since 1971", Seminar Paper, Newcastle upon Tyne: Department of Geography, Un. Newcastle upon Tyne.
- CHAMPION, A. G. (1989a) - "Introduction: Counterurbanization experience", *Counterurbanization. The Changing Pace and nature of Population Deconcentration*, CHAMPION, A. G. (ed), Londres, Edward Arnold, pp. 1-18.
- CHAMPION, A. G. (1989b) - "Conterurbanization: the conceptual and methodological challenge", *Counterurbanization. The Changing Pace and Nature of Population Deconcentration*, CHAMPION, A. G. (ed), Londres, Edward Arnold, pp. 19-33.
- CHAMPION, A. G. (1991) - "Population Deconcentration in Europe: The research challenge", comunicação apresentada na *Primeira Conferência Geral da ESF RURE*, Lisboa, 17-20 Fevereiro.
- CHAMPION, A. G. (1992) - "Urban and Regional Demographic Trends in the Developed World", *Urban Studies*, Vol. 29, N° 3/4, pp. 461-482.
- CHAMPION, A. G. (1998) - "Population trends of small and medium-sized towns in non-metro regions", *Revue de Geographie de Lyon*, Vol. 73, 1/98, pp. 5-16.
- CHARLES, D. (1996) - "Information Technology and Production Systems ", *The Global Economy in Transition*, DANIELS, P.; LEVER, W. (ed.), Essex, Addison Wesley Longman Limited, pp. 83-102
- CHESHIRE, P. (1990) – "Explaining the recent performance of the European Community's major urban regions", *Urban Studies*, N°27, pp. 311-333.
- CHESHIRE, P. (1995) - "A New Phase of Urban Development in Western Europe? The Evidence for the 1980s", *Urban Studies*, Vol. 32, N° 7, pp. 1045-1063.
- CHESHIRE, P. *et al* (1986) – "Problems of urban decline and growth in EEC countries", *Urban Studies* N°23, pp. 131-149.
- CHESHIRE, P. *et al* (1988) – *Urban Problems and Regional Policy in the European Community*, Luxemburgo, EC.
- CHESHIRE, P.; HAY, D. (1989) – *Urban Problems in Western Europe: An Economic Analysis*, Londres, Unwin Hyman.
- CHEVRANT-BRETON, M. (1997) - "Selling the World City: a Comparision of Promotional Strategies in Paris and London", *European Planning Studies*, Vol. 5, N° 2, Jounal Oxford, Ltd., pp. 137-161.
- CHRISTALLER, W. (1966) – *Central Places in Southern Germany*, Englewood Cliffs, Prentice-Hall.

- CIUFFINI, Fabio M. (1994) – Per una mobilitat sostenible a les ciutats mitjanes, Seminário Internacional *Les ciutats mitjanes en el context regional europeu*, 28 e 29 de Abril de 1994, org. Ajuntament de Sabadell-CCE, Sabadell, pp. 30-31.
- COMMERÇON, N (1996) - “Les villes moyennes”, *Noréis*, 43, nº 171, pp.487-493.
- CONSEIL ECONOMIQUE ET SOCIAL (1991) – *Le développement des villes françaises de dimension européenne et les réseaux de villes*, Relatório apresentado por M. Jacques FABRE, Paris, Direction des Journaux Officiels.
- CONTRIBUTION AU DEBAT SUR L’AMENAGEMENT DU TERRITOIRE EN FRANCE (1994) - “Contribution au debat sur l’amenagement du territoire en France”, *L’Espace Géographique*, Vol.23, Nº 1, pp. 45-60.
- CONZEN, M. P. (1986) - *World patterns of modern urban change*, Research paper of Department of Geography of University of Chicago, Nº 212-218.
- COOKE, P. (1988) – “Flexible Integration, Scope Economies and Strategic Alliances: Social and Spatial Mediations”, *Society and Space*, Vol. 6 Nº 3, pp. 281-300.
- COOKE, P. (1990) - *Back to the Future. Modernity, Postmodernity and Locality*, Londres, Unwin Hyman.
- CORADE, Nathalie; LACOUR, Claude (1995) – *La métropolisation*, Institute d’Économie Régionale du Sud-Ouest, Cahier Nº95.04, Bordeaux, Université Montesquieu-Bordeaux IV.
- CORIAT; B.; GIOVANNI, D (1995) - “Évolutionnisme et Régulation: différences et divergences”, *Théorie de la régulation. L’état des savoirs*, BOYER, R e SAILLARD, Y. (dir.), Paris, La Découverte, pp. 500-510
- COROLLEUR, F. (1994) - *Dynamiques industrielles et institutionnelles localisées*, Grenoble, IREPD.
- COSTA, E. M. (1992) - *Reestruturação Económica e Desenvolvimento Local. O caso de Castelo Branco*, Dissertação de Mestrado em Geografia e Planeamento Regional e Local, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- COSTA, E. M. (1997) – “Serviços e Competitividade nas Cidades Médias em Portugal”, *INFORGEO*, Nº 12/13, pp. 281-294.
- COSTA, E. M. (1998) - “Integração Económica das Cidades Médias em Portugal”, *Actas do V Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*, 18 a 20 de Junho de 1998, Coimbra, *Actas do V Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional*, pp. 347-364.
- COSTA, E. M. (1998) - “Geography of foreign direct investment in Portugal”, em *Consequências da Integração Europeia: aspectos regionais e económicos - o caso Português*, GASPAS, J., KULKE, E. e SCHATZL, L (org.), EPRU, Relatório Nº 46, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, pp. 39-64.
- COSTA, E. M. (1999) - “Urbanização e acessibilidades, factores chave no processo de integração dos espaços rurais – os casos da Guarda e da Covilhã”, *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, CAVACO, C. (coord.), EPRU, Relatório Nº 50, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, pp. 87-97.
- COSTA, E. M. *et al* (1996) - “A Universidade e a Rede Urbana Europeia”, *INFORGEO*, Nº11, pp.79-95.
- COSTA, E. M.; COSTA, N. M. (1997a) - “Reflexos territoriais do processo de reestruturação industrial em Portugal Continental na década de oitenta”, *Finisterra*, Vol. XXXI, Nº 62, Lisboa, pp. 69-95.
- COSTA, E. M.; COSTA, N. M. (1997b) - “Industrial restructuring in Portugal and EC regional incentives. A geographical approach”, comunicação apresentada na Conferência *“Industry, Innovation and Territory. Experience from European regions and policy outlook”*, org “European Network on Industry Innovation and Territory”, 20 a 22 de Março, Lisboa.

- COSTA, E. M.; COSTA, N. M. (1999) - "Globalisation Processes, Urban and Regional Dynamics in Portugal", *International Conference Regional Studies Association*, University of the Basque Country, Bilbao, Spain, 18-20th Sept. 1999, http://212.140.137.100:8080/out/da_costa.pdf.
- COSTA, E. M.; PIRES, I. (1998) - "Industry and Development in Beira Interior", *Actas do Seminário Internacional Desenvolvimento Industrial e Território*, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa e Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, pp. 75-102.
- COSTA, Pedro (1996) - "A indústria no contexto do desenvolvimento das cidades médias em Portugal: os casos de Aveiro e Coimbra", Comunicação apresentada no *IV Encontro Nacional da APDR*, UBI, Covilhã, 25 págs.
- COUTURIER, T; MADORÉ, F. (1996) - "La Roche –sur-Yon: ville atypique ou ville moyenne de l'ouest français?", *Norois*, n° 171, pp. 495-512.
- CREVOISIER, O.; MAILLAT, D. (1991) - "Milieu, industrial organization and territorial production system: towards a new theory of spatial development", in *Innovation Networks. Spatial Perspectives*, CAMAGNI, R. (ed), Londres, Belhaven Press, pp. 13-34.
- DAFU (Groupe d'étude et de recherche, Ministère de l'Équipement) (1972) - *Eléments de réflexion sur les villes moyennes*, Paris, DAFU.
- DANIELS, P. (1996) - "The lead role of developed economies", *The Global Economy in Transition*, DANIELS, P., LEVER, W. (ed.), Essex, Addison Wesley Longman Limited, pp. 196-214
- DANIELS, P.; LEVER, W. (1996) - *The Global Economy in Transition*, Essex, Addison Wesley Longman Limited.
- DATAR - DGOTDU (1995) - *Potencialidades e Estrangulamentos do "Sudoeste Europeu"*, elor. Por Quatenaire, Lisboa.
- DATAR - QUATENAIRE (1995) - *Le Systeme Urbain du SW Europeén*, Rapport final, Paris, DATAR.
- DATAR (1971) - *Synopsis de la France des villes moyennes*, Oct. 1971, Paris, DATAR.
- DATAR (1989) - *Les Villes Europeenes*, Montpellier, Maison de Geographie.
- DATAR (1991) - *En Europe, Des Villes en Réseaux*, DELEBARRE, M. (apresentação), Paris, La Documentation Française.
- DATAR-DIRECTION DE L'ARCHITECTURE ET DE L'URBANISME - COMMISSARIAT GÉNÉRAL DU PLAN (1993) - *Mutations Économiques et Urbanisation*, Paris, La Documentation Française.
- DE ROO, P. (1994) - "Chapitre 1 - La Métropolité", *Les Villes, Lieux d'Europe*, SALLEZ, A. (ed.), DATAR, Mouchy.
- DEAN, K, et al (1986) - *Conterurbanization*, Norwich, Geobooks.
- DEGERMANN; J. (1991) - "La Notion de «Réseaux de Villes»", *En Europe, des Villes en Réseaux*, DELEBARRE, M. (apresentação), Paris, La Documentation Française, pp. 13-51.
- DELGADO, A. (1997) - "Les PME locales et les flux externes de services: quelles opportunités pour le développement des centres urbains de dimension moyenne?", *RERU*, n°1, pp.23-48.
- DEMATTEIS, G. (1988) - "The Weak Metropolis", *World Cities and the Future of the Metropolis*, MAZZA, L. (ed.), Milão, Electra.
- DEMATTEIS, G. (1998) - "Il Sistema Metropolitano Europeo tra Centralità Concentrata e Centralità Distribuita", *L'Europa Delle Regioni e Delli Reti*, BONAVERO, P. e DANSERO, E. (ed.), Torino, UTET Libreria, pp. 263-272.
- DGOTDU (1994) - *Dinâmicas da Rede Urbana. Áreas em Perda*, Lisboa, DGOTDU-MEPAT, 90 páginas.
- DGOTDU (1997) - *Sistema Urbano Nacional. Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, VOL. I e II, elab. Por QUATENAIRE, Lisboa, DGOTDU.

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (2000) - *As Melhores Cidades Portuguesas- Documentos DN*, 5 de Fev.: pp. 4-7, 6 de Fev.: pp. 30-34, 7 de Fev.: pp.26 e 27-34, 8 de Fev.: pp. 30 e 32-34, 9 de Fev.: pp. 30 e 32-34, 10 de Fev.: pp. 30 e 32-34, 11 de Fev.: pp. 30 e 32-34, 12 de Fev.: pp. 4-5, Lisboa.
- DICKEN, P.; OBERG, S (1996) - "The Global Context: Europe in a World of Dynamic Economic and Population Change", *European Urban and Regional Studies*, 3 (2), pp. 101-120.
- DIELEMAN, F. (1994) - "Globalisation, regulation and the urban system", *Urban Studies*, Vol.31, Nº 3, pp. 357-364.
- DODIER, R. (1996) - "L'évolution récente de systèmes fordistes: l'exemple des villes moyennes des Pays de la Loire", *Noréis*, nº 171, pp. 545-556.
- DONNE, Marcella Delle (1979) - *Teorias sobre a Cidade*, Lisboa, Ed. 70.
- DUARTE, G. (1993) - *Investimento Estrangeiro Imobiliário na Área Metropolitana de Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- DUBOIS-TAINE, G.; CHALAS, Y. (1997) - *La Ville Emergente*, Paris, Éditions de L'Aube.
- DUNFORD, M.; KAFKALAS, G. (1992) - *Cities and regions in the new Europe: the global-local interplay and spatial development strategies*, Londres, Belhaven Press.
- DUPUY, Gabriel (1991) - *L'urbanisme des réseaux: théories et méthodes*, Paris, Armand Colin.
- DZIEWONSKI, K. (1986) - "Current Changes in Polish Cities and Urban Life", *World Patterns of Modern Urban Change*, CONZEN, M (ed.), Chicago, University of Chicago, pp. 85-99.
- EFILWC (1994) - *Visions and actions for medium-sized cities. Reports from the European Workshops of Alicante, Volos and Oviedo*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, EC.
- EFILWC (1996a) - *Intermediate cities in search of sustainability. The research and the Attica Workshop*, Lavrion, 4-6 Outubro de 1995, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, EC.
- EFILWC (1996b) - *Towards an Economic Evaluation of Urban Innovative Projects. Micro Projects for Mega Change*, Report of the workshop of Dublin, 21-22 November of 1996, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, EC.
- EFILWC (1997) - *Medium-sized cities in Europe*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, EC.
- ESTEBAN, A.; LÓPEZ, A.(1989) - "El papel de las ciudades medias em España. Presente e futuro", *Urbanismo*, Nº 6, Enero, Madrid, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, pp. 6-27.
- FANCHETTE, Sylvie (1994) - "La structuration d'un espace hydraulique par les petites et moyennes villes: Le cas du delta du Nil", *Annales de Géographie*, nº 575, Armand Colin, pp.74-98.
- FARINHA, João (1994) - "Interviews with City, State and Social Partner Representatives in Évora", *Visions and actions for medium-sized cities. Reports from the European Workshops of Alicante, Volos and Oviedo*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, pp. 113-134.
- FARRÉS, Antoni (1994) - "Les ciutats mitjanes en el context regional europeu", Seminário Internacional *Les ciutats mitjanes en el context regional europeu*, 28 e 29 de Abril de 1994, org. Ajuntament de Sabadell-CCE, Sabadell, discurso de abertura.
- FEIO, P. A. (1994) - *Território e Internacionalização das Empresas Portuguesas. Um estudo de caso no sector das cerâmicas*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional, Lisboa, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- FERNANDES, J. M. (1987) - "O lugar da cidade Portuguesa", *Povos e Culturas*, Nº2, pp. 79-112.
- FERRÃO, J. (1995a) - "Cidades Médias: superar a tirania da dimensão", *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, Org. MPAT, Coimbra, CCRC, pp.11-17.

- FERRÃO, J. (1995b) - "Que Política para as Cidades de Média Dimensão? - Uma estratégia para uma nova condição", *Ciclo de Colóquios: a Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Lisboa, MPAT, pp. 219-232.
- FERRÃO, J. (1997a) - "Meios Inovadores em Cidades de Média Dimensão: uma utopia razoável?", *Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local, Actas do encontro realizado em Évora em 23 de Novembro de 1995*, Lisboa, Instituto das Ciências Sociais-Universidade de Lisboa, pp. 31-51.
- FERRÃO, J. (1997b) - "Rede Urbana, Instrumento de equidade, coesão e desenvolvimento?", *Colóquio A Política das Cidades*, Lisboa, Série estudos e documentos, Conselho Económico e Social, pp. 21-48.
- FERRÃO, J.; BRITO HENRIQUES, E.; OLIVEIRA DAS NEVES, A. (1994) - "Repensar as cidades de média dimensão", *Análise Social*, Vol. XXIX, 1994 (5º), pp. 1123-1147.
- FERRÃO, J.; JENSEN BUTLER, C. (1986) - "Industrial development in Portuguese Regions during the seventies", *Tijdschrift Voor Economische en Social Geografie*, 77.2, pp.132-148.
- FERREIRA, J. R. (1994) - *Polis*, Coimbra, Ed. Minerva.
- FERRER REGALES. M. (1992) - *Sistemas urbanos: los países industrializados del Hemisfério Norte e Iberoamérica*, Madrid, Sínteses.
- FERRO, Caetano (1958) - "Per uno studio delle città portoghesi", *Annali di Richerche e Studi di Geografia*, Genova, 14, 2, Ab-Junho.
- FIELDING, A. J. (1982) - "Counterurbanization in Western Europe", *Progress in Planning*, 17, pp. 1-52
- FIELDING, A. J. (1994) - "Contra-urbanização: ameaça ou benção?", *Europa Ocidental. Desafios e Mudanças*, PINDER, D. (ed.), Oeiras, Celta, pp. 295-313.
- FONSECA, L. (1996) - "Caldas da Rainha", *Colóquio Internacional Cidades Médias e Desenvolvimento Sustentável*, 29 de Abril, Coimbra, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra.
- FREEMAN, C. (1991) - "The New Techno-Economic Paradigm - the 90s and the beginning of a new century", *Política Científica e Tecnológica para os Anos 90*, Lisboa, J.N.I.C.T., pp. 130-149
- FRIEDMANN, J.; WOLFF, G (1982) - "World City Formation. An agenda for research and action", *International Journal of Urban and Regional Research*, 6.3, Edward Arnold, pp. 309-344.
- FUDGE, Colin (1996) - "Cities and Sustainability", Comunicação apresentada na *Conferência Cidades Europeias Sustentáveis*, org. Academia Europeia de Ambiente Urbano, Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano da União Europeia e DG XI, Lisboa.
- G.E.P.I.E. (1992) - *Inovação, Indústria Portuguesa*. Lisboa, MIE, Observatório Inovação do MIE.
- GABINA, J. (1998) - *Prospectiva y Ordenación del Territorio*, Barcelona, Marcombo - Boixareu Editores.
- GAERE-MEPAT (1996) - *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário - Contributo de Portugal*, Lisboa, GAERE-MEPAT.
- GAERE-MEPAT (1996) - *Urbanização e Coesão Social em Portugal*, elaborado por CEDRU, Lisboa, GAERE-MEPAT.
- GAERE-MEPAT (1999) - *Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário, Relatório Nacional de Portugal*, 1 de Fevereiro de 1999, Lisboa, GAERE-MEPAT.
- GAMA, A. (1992) - "Urbanização Difusa e Territorialidade Local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº 34, pp. 161-172.
- GAROFOLI, G. (1981) - "Lo sviluppo delle aree periferiche nell'economia italiana degli anni settanta", *L'Industria*, II, Nº 3, pp. 391-404.
- GAROFOLI, G. (1983) - "Le aree-sistema in Italia", *Politica ed Economia*, Vol. XLVII, Nº 6, Nov-Dez.

- GAROFOLI, G. (1994) - "Os sistemas de pequenas empresas. Um caso paradigmático de pequenas empresas", *As Regiões Ganadoras*, BENKO, G. e LIPIETZ, A. (ed.), Oeiras, Celta, pp. 33-47.
- GASPAR, J. (1972) - *Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- GASPAR, J. (1975) - "Estudo Geográfico das Aglomerações Urbanas em Portugal Continental", *Finisterra*, Vol X, nº19, pp.107-152.
- GASPAR, J. (1980) - *Urban growth trends in Portugal*, EPRU, Relatório Nº17, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- GASPAR, J. (1984) - "Urbanization, growth problems and policies", *Southern Europe Transformed*, WILLIAMS, A. (ed), Londres, Harper and Row.
- GASPAR, J. (1987) - "Do pelourinho ao centro comercial", *Povos e Culturas*, Nº2, pp. 243-259.
- GASPAR, J. (1988) - "Réseau Urbain et Régionalisation", *Annales de Géographie*, 97 (541), Paris.
- GASPAR, J. (1990) - "The new map of Portugal", *Unfamiliar Territory. The reshaping of European geography*, HEBBERT, M. e HANSEN, Jens C (ed.), Avebury, Aldershot, pp. 101-117.
- GASPAR, J. (1992) - "Portugal: Nota breve sobre transformações e tendências", *Inforgéo*, Nº4, Jun 92, Lisboa, pp. 63-69.
- GASPAR, J. (1993a) - *As Regiões Portuguesas*, Lisboa, MPAT.
- GASPAR, J. (1993b) - "Reordenamento Urbano em Portugal". Actas do Seminário Internacional *Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança*, Coimbra, C.C.R. Centro, pp.415-421.
- GASPAR, J. (1993c) - "Geografia e Ordenamento do Território. Dos Paradigmas aos Novos Mapas", *Colóquio/Ciências*, Nº 13, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 51-56.
- GASPAR, J. (1996) - "O novo ordenamento do território: geografia e valores", *Dinamismos Sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Coimbra, IEG, pp. 707-718.
- GASPAR, J. (1997) - Comentário ao Painel "Dimensão e Função dos Centros . As Cidades Pequenas e as Cidades Intermédias", *A Política das Cidades*, Lisboa, Conselho Económico e Social, pp. 105-108.
- GASPAR, J. (2000a) - "Cidades Médias e Cidades Intermédias. Novas Funções Territoriais e Novas Formas Urbanas em Portugal", *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, BELLET, C e LLOP. J. (ed.), Lleida, Ed. Milenio, pp. 125-140.
- GASPAR, J. (2000b) - "Para além da Geografia", *Arquitectura e Vida*. Revista, Nº 6, Julho, Lisboa, pp. 28-35.
- GASPAR, J. et al (1986) - *Portugal. Os Próximos Vinte Anos. A Ocupação e a Organização do Território*, Vol.I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- GASPAR, J. et al (1998) - *Cidades Médias: Imagem, Quotidiano e Novas Urbanidades*, EPRU, Relatório Nº47, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- GASPAR, J., BRITO HENRIQUES, E.; VALE, M. (1998) - "Economic restructuring, social re-composition and recent urban changes in Portugal", *Geo Journal*, 46, pp. 63-76.
- GASPAR, J.; JENSEN-BUTLER, C. (1992) - "Social, Economic and Cultural Transformation in the Portuguese Urban System", *International Journal of Urban and Regional Research*, 16 (3), pp. 442-461.
- GAULT, M. (1989) - *Villes intermédiaires pour l'Europe*, Paris, Syros Alternatives.
- GERRY, C. (1997) - "Enterprises and Institutions at the frontier of territorial restructuring: a sceptical view of the prospects for local development in the southern european periphery", *Desenvolvimento Industrial e Território*, GASPAR, J e VALE, M (org.), Coimbra, CEG-CCRC, pp. 103-150.
- GERVAIS, Marie-Martine (1999) - "Spécialisation fonctionnelle et dynamique en emplois des villes

- moyennes”, *Emprego e Desenvolvimento Regional, Actas do V Encontro Nacional da APDR Volume 1*, APDR, Coimbra, pp.331-345.
- GILLY, J.-P.; PECQUEUR, B. (1995) - "La Dimension Locale de la Régulation ", *Théorie de la Régulation L'état des Savoirs*, BOYER, R e SAILLARD, Y (ed.), Paris, Éditions La Découverte, pp. 304-312.
- GLASSON, John (1992) - "*The fall and Rise of Regional Planning in the economically advanced nations*", *Urban Studies*, Vol. 29, N° 3/4, pp. 505-531.
- GODARD, Olivier (1996) – “Le développement durable et le devenir des villes. Bonnes intentions et fausses bonnes idées.”, *Futuribles, analyse et prospective*, N°209, pp29-35.
- GOVERNA, Francesca (1997) - *Il Milieu Urbano. L'identità territoriale nei processi di sviluppo*, Milão, Franco Angeli.
- GRAHAM, Stephen; MARVIN, Simon (1996) - *Telecommunications and the city. Electronic spaces, urban places*, Londres, Routledge.
- GUELL, J.M. Fernández (1997) - *Planificación Estratégica de Ciudades*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, S.A.
- GUICHARD (Org.) (1973) – *Instruction ministérielle portant création du contrat d'aménagement de villes moyennes*, Ministère de l'Aménagement du Territoire, de l'Équipement, du Logement et du Tourisme.
- HALL, P. (1975) - *Urban and Regional Planning*, Middlesex, Penguin Books.
- HALL, P. (1993) - "Forces Shaping Urban Europe", in *Urban Studies*, Vol. 30, N° 6, pp. 883-898.
- HALL, P. (1995) - "Towards a General Urban Theory", *Cities in Competition. Productive and sustainable cities for the 21st century*, BROTCHE, BATTY, BLAKELY, HALL, NEWTON (ed), Melbourne, Longman Australia, pp. 3-31.
- HALL, P. (2000) – “The European Urban System and the Role of Intermediate Cities”, *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*”, BELLET, C e LLOP. J. (ed.), Lleida, Ed. Milenio, pp. 93-108.
- HALL, P; HAY, D. (1980) - *Growth centres in the European Urban System*, Londres, Heinemann.
- HALLIN, G.; MALMBERG, A. (1996) – “Attraction, Competition and Regional Development in Europe”, *European Urban and Regional Studies*, Vol. 3, N° 4, pp. 323-337.
- HARDING, Alan (1997) - "Urban Regimes in a Europe of the Cities", *European Urban and Regional Studies*, Vol.4, N° 4, pp. 291-314.
- HARDOY, J.; SATTERTHWAITTE, (eds) (1986) - *Small and Intermediate Urban Centres: Their Role in National and Regional Development in the Third World*, Londres, Hodder and Stoughton in Association with the International Institute for Environment and Development.
- HAYTER, R. (1996) - "Research and Development ", *The Global Economy in Transition*, DANIELS, P. e LEVER, W. (ed.), Essex, Addison Wesley Longman Limited, pp. 164-190.
- HEALEY, Patsy (1998) - "The Place of 'Europe' in contemporary spatial strategy making", *European Urban and Regional Studies*, Vol.5, N° 2, pp. 139-153.
- HELLIER-RENAUD, E. (1996) – “Angoulême, carrefour des influences poitevine et bordelaise”, *Noréis*, n° 171, pp. 595-606.
- HERBERT, D.; THOMAS, C. (1990) - *Cities in Space: City as Place*, Londres, David Fulton Publishers.
- HOLLY, B. (1996) - "Restructuring the Production System", *The Global Economy in Transition*, DANIELS, P. e LEVER, W. (ed.), Essex, Addison Wesley Longman Limited, pp. 24-39.
- HUDSON, R.; LEWIS, J. R. ed. (1982) - *Regional Planning in Europe*, Londres, Pion Limited.
- HUIGEN, P.P.P.; VOLKERS, C.R. (1991) - "Counterurbanization: a Process of Regional Rural Development", *Le Développement Régional Rural en Europe*, Caen, Centre dc Publications de L'Université de Caen, pp. 49-59.

- IBARZ, J. V. (1996) – “Las ciudades pequeñas y medias en España”, *IV Coloquio de Geografía Urbana*, Anteguera, 23-26 junho, Grupo de Geografía Urbana, Asociación de Geógrafos Españoles.
- ICEP (1995) - *O impacto do investimento directo estrangeiro em Portugal entre 1986 e 1994*, Lisboa, ICEP, 36 páginas.
- ICEP (1997) – *Calendário de Feiras Internacionais, 1997*, Lisboa, ICEP.
- ICEP (1998) – *Calendário de Feiras Internacionais, 1998*, Lisboa, ICEP.
- ICLEI (1995a) – *Charter of European Cities and Towns. Towards Sustainability (The Aalborg Charter)*, <http://www.iclei.org/europe/echarte.htm>
- ICLEI (1995b) – *The European Sustainable Cities and Towns Campaign*, <http://www.iclei.org/europe/suscam.htm>
- INE (1994) - *Relatório Final sobre os Conceitos de Urbano e Rural*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1996a) - *Relatório sobre os Conceitos de Urbano, Semi-Urbano e Rural*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE (1996b) - *Freguesias Urbanas, Semi-Urbanas e Rurais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- INE-DGOTDU (1998) - *Tipologia das Áreas Urbanas*, Lisboa, INE-DGOTDU.
- ITO, Tatsuo; TANIFUJI, M. (1982) - “The role of small and intermediate cities in national development in Japan”, *Small Cities and National Development*, MATHUR, Om Prakash (ed.), Nagoya, UNCRD, pp. 71-100.
- JACINTO, R. (1993) - “As Regiões Portuguesas, a Política Regional e a Reestruturação do Território”, *Cadernos de Geografia*, Nº 12, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 25-39.
- JEANNEAU, J. (1996) – “Villes moyennes et grandes villes intermédiaires dans les Pays de la Loire”, *Norois*, nº 171, pp. 647-658.
- JENSEN, H. Toft (1982) – “The Role of the State in Regional Development, Planning, and Implementation: The Case of Denmark”, *Regional Planning in Europe*, HUDSON, R.; LEWIS, J.R. (ed), Londres, Pion Limited.
- JENSEN-BUTLER, C. (1995) - “Competition Between Cities, Urban Success and the Role of Urban Policy: a Theoretical Framework”, *European Cities in Competition*, Avebury.
- JESSOP, B. (1992) – “The Schumpeterian Workfare State: or ‘On Japanism and PostFordism’”, comunicação apresentada à *Conference of Europeanists*, Março, Chicago.
- JOUVE, A.; FABRIÈS-VERFAILLIE, M.; STRAGIOTTI, P. (1994) - *La France des Villes. Le temps des métropoles?*, Bréal, Paris, IME.
- KAYSER, Bernard (1996) - *Naissance de nouvelles campagnes*, Paris, DATAR/Éditions de L’Aube.
- KEEBLE, D. (1993) - “Small firm creation, innovation and growth and urban-rural shift”, *Small Firms in Urban and Rural Locations*, CURRAN, J. e STOREY, D. (ed.), Londres, Routledge, pp. 54-78
- KEWALRAMANI, Gita (2000) – “India’s Urban System and the Intermediate City”, *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, BELLET, C e LLOP. J. (ed.), Lleida, Ed. Milenio, pp. 61-89.
- KING, A. (1990) - *Global Cities*, Londres, Routledge.
- KNIGHT, Richard V. (1993) - “Desarrollo sostenible-ciudades sostenibles”, *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Nº 135, pp.41-63.
- KUNZMANN, K; WEGENER, M (1991) - *The pattern of Urbanisation in Western Europe 1960-1990*, Berichte aus dem Institut für Raumplanung 32, Dortmund, Institut für Raumplanung, Universität Dortmund.

- LABORDE, P. (1996) – “Bayonne, ville moyenne ou ville intermédiaire de l’Arc Atlantique”, *Norois*, n° 171, pp. 607-616.
- LABORIE, Jean-Paul (1990) – “La première perte de qualité des villes moyennes, de niveau modeste, est celle des avantages de la proximité rurale”, Actes du Congrès Nationale des *CAUE Petites Villes et Villes Moyennes. Questions d’identités*, Montpellier, CAUE de L’Hérault, pp. 36.
- LABORIE, Jean-Paul; RENARD, Jean (1997) – *Bourgs et petites villes*, Paris, Presses Universitaires du Mirail.
- LACAZE, Jean Paul (1995) – “L’aménagement du territoire: Faux débats et vrais enjeux”, *Futuribles, analyse et prospective*, N°199, pp. 61-73.
- LACOUR, Claude (1990) – “Le phénomène de métropolisation dans les villes moyennes s’articule en termes de redécouverte de l’environnement, d’intensité et de globalisation”, Actes du Congrès Nationale des *CAUE Petites Villes et Villes Moyennes. Questions d’identités*, Montpellier, CAUE de L’Hérault, pp. 37.
- LAJUGIE, J. (1974) – *Les Villes Moyennes*, Paris, Editions Cujas (reedição do Relatório apresentado ao Conselho Económico e Social, no dia 30 de maio de 1973).
- LAJUGIE, J. et al (1979) – *Espace régional et aménagement du territoire*, Paris, Dalloz.
- LANDA, J. A. (1995) - “Desarrollo sostenible. De lo global a lo local”, *Ciudad y Territorio. Estudios Territoriales*, III (104), pp. 267-285.
- LAVERGNE (1994) - “Autour du concept de «ville moyene» en Jordanie. Quelques réflexions sur le passage du rural à l’urbain dans l’Orient Arabe”, *Annales de Géographie*, N° 575, pp. 5-28.
- LEDO, A. P. (1990) - *La Red Urbana*, Madrid, Ed. Sintesis.
- LEONTIDOU, Lila (1993) - “Postmodernism and the city: Mediterranean versions”, *Urban Studies*, Vol. 30, N° 6, pp. 949-965.
- LEVER, W. F. (1993) - “Competition within the European urban system”, *Urban Studies*, Vol. 30, N° 6, pp. 935-948.
- LEVER, W. F. (1993) - “Desindustrialisation and the reality of the post-industrial city”, *Urban Studies*, Vol. 30, N° 6, pp. 983-999.
- LIPIETZ, Alain (1992) - "The regulation approach and capitalist crisis; an alternative compromise for the 1990s", *Cities and Regions in the New Europe: the Glogal-Local interplay and spatial development strategies*, DUNFORD e KAFKALAS (ed.), Londres, Belhaven Press, pp. 309-334.
- LOBO, Isabel Sousa (1995) - "Planeamento Urbanístico e as Cidades Médias", *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, Coimbra, Org, MPAT-CCRC, pp. 105-111
- LOBO, Isabel Sousa (1997) - "Cidades Pequenas e Cidades Médias", *Colóquio A Política das Cidades*, Lisboa, Conselho Económico e Social, pp. 61-103
- LOIS GONZALEZ, R. C.; GONZALEZ, R. R. (1996) – “Les villes moyennes de la Galice intérieure”, *Norois*, n° 171, pp. 573-585.
- LOPES, A. S. (1971) - *As Funções Económicas dos Pequenos Centros*, Centro de Economia e Finanças - Estudos e Seminários, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, A. S. (1978) - “Urbanization in Portugal”, *Geographia Polonica*, Warszawa, (39).
- LUGAN, Jean-Claude (1993) - “Les petites villes face à la métropolisation”, *Espaces et Sociétés*, N° 73, pp. 193-206.
- MA (1999) - *Programa Polis. Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades*, MA, <http://www.dga.min-amb.pt/polis/5/5.htm>
- MADIOT, Yves (1996) - *Aménagement du Territoire*, 3° ed., Paris, Armand Colin.
- MADUREIRA PIRES, Luís (1998) – *A Política Regional Europeia e Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- MAGALHÃES, R. (1995) - "PROSIURB: Um Novo Instrumento de Política Urbana", *Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, Coimbra, CCRC, pp. 19-27.
- MAILLAT, D. (1995) - "Territorial Dynamic, Innovative Milieus and Regional Policy", *Entrepreneurship and Regional Development*, 7(2), pp. 157-165
- MAILLAT, D. (1997) - "Milieux Innovateurs et Nouvelles Générations de Politiques Régionales", *Actas do Encontro Políticas de Inovação e Desenvolvimento Regional e Local*, Lisboa, Instituto Ciências Sociais, pp. 13-30.
- MALECKI, E. (1991) - *Technology and Economic Development. The Dynamics of Local, Regional and National Change*, Harlow, Longman.
- MARTÍN, A. (1994) – "Les ciutats mitjanes a Espanya: present i futur", *Les ciutats mitjanes en el context regional europeu*, 28 e 29 de Abril de 1994, Sabadell, org. Ajuntament de Sabadell-CCE, pp.6.
- MATHUR, O. (1982) – *Small Cities and National Development*, Nagoya, Centre for Regional Development - United Nations.
- MAY, N (1993) - "L'aménagement du territoire et le système national urbain: de l'armature urbaine aux réseaux de villes. Questions pour la recherche et l'action", *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, N°5, pp.823-832
- MAZZA, L.; RYDIN, Y. (1997) - "Urban Sustainability: Discourses, Networks and Policy Tools", *Progress in Planning*, Vol. 47, I parte, pp. 1-74.
- MCT (1997) – *Programa Cidades Digitais*, Lisboa, MCT.
- MEGA, Voula (1994) – "El desenvolupament socio-econòmic i ambiental a les ciutats mitjanes europees", Seminário Internacional *Les ciutats mitjanes en el context regional europeu*, 28 e 29 de Abril de 1994, Sabadell, org. Ajuntament de Sabadell-CCE, pp. 7-8.
- MEGA, Voula (2000) – "The European Archipelago of Intermediate Cities. A research journey", *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*", BELLET, C e LLOP, J. (ed.), Lleida, Ed. Milenio, pp. 247-268.
- MEPAT (1996) - *Habitat II. Relatório Nacional - Portugal, Conferência sobre Estabelecimentos Humanos*, Istambul, Junho de 1996, elaborado por CEDRU, Lisboa, Secretaria Estado da Habitação e Comunicações - Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território.
- MEPAT (1997) - *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, Lisboa, MEPAT.
- MEPAT (1998) - *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, 2000-2006. Visão Prospectiva*, Versão de 27-10-98, Lisboa, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional - MEPAT.
- MEPAT-DGDR (1997) - *Iniciativa Comunitária INTERREG II C - Programa Operacional Sudeste Europeu/Diagonal Continental*, Lisboa, DGDR.
- MEPAT-DGDR (1997) - *Programa Operacional Sudoeste Europeu/Diagonal Continental, Iniciativa Comunitária INTERREG II C - Cooperação Espanha-França-Portugal no Domínio do Ordenamento do Território*, Lisboa, DGDR.
- MEPAT-GAERE (1996) - *Urbanização e Coesão Social em Portugal*, MEPAT, Lisboa.
- MICHEL, M. (1977) – "Ville moyenne, ville-moyen", *Annales de Géographie*, n°478, LXXXVI^e année, Nov-Dez., pp. 641-685.
- MICHEL, M. (1988) - "Les politiques urbanistiques dans une ville moyenne: Chartres. Contraintes, logiques, resultats", *Annales de Géographie*, N° 544, pp.716-754.
- MILLS, Liz (1996) - "European Sustainable Cities: Main messages from the policy report", Comunicação apresentada na *Conferência Cidades Europeias Sustentáveis*, org. Academia Europeia de Ambiente Urbano, Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano da União Europeia e DG XI, Lisboa.
- MONOD, J. (1974) – *Transformation d'un pays. Pour une géographie de la liberté*, Paris, Fayard.

- MONTGOMERY, J. (1990) – “In and against the market: the crises of planning and the new economics”, *Radical Planning Initiatives*, ed. J. MONTGOMERY, J. e A. THORNLEY, Londres, Gower Publishing Company Limited, pp. 77-89.
- MORICONI-EBRARD, F. (1993) - *L'Urbanisation du Monde, depuis 1950*, Paris, Anthropos.
- MOULAERT, F.; SCOTT, A. J.; FARCY, H. (1997) - “Producer services and the formation of urban space”, *Cities, Enterprises and Society on the eve of the 21st century*, ed. F. MOULAERT e A. SCOTT, Pinter, Londres, pp. 97-112.
- MOYART, L. (1997) - “Place des services généraux aux entreprises dans le développement urbain”, *RERU*, 1997, 1, pp. 49-66.
- MP (1999) - *Portugal - III Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006*, MP, Lisboa.
- MPAT (1995) - *As cidades médias e o ordenamento do território*, Coimbra, CCRC.
- MPAT (1995) - *Relatório do Estado do Ordenamento do Território*, Lisboa, MPAT.
- MPAT - GABINETE DO PROSIURB (1995) - *As Cidades Médias Portuguesas* (1º volume), Lisboa, SEALOT/MPAT.
- MPAT-DGOTDU (1994) – *Dinâmicas da Rede Urbana. Áreas em perda*, Lisboa, Ministério Planeamento e Administração do Território-Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- MUSSO; CASTAGNINO (1997) - “Avantages compétitifs des villes: une analyse comparative dans le cadre de l'Europe du Sud”, *RERU*, N° 1, 1997, pp. 67-96.
- NEVES, A. O. (1997) - “A economia urbana: as cidades e as actividades produtivas”, Colóquio “A Política das Cidades”, 24 e 25 de Fevereiro, Conselho Económico e Social/MPAT/LNEC, Lisboa, LNEC.
- NILSSON, Jan-Evert; SCHAMP, Eike W. (1996) – “Restructuring of the european production system: Processes and consequences”, *European Urban and Regional Studies*, 3(2), pp121-132.
- OATLEY, N. (1998) - "Cities, Economic Competition and Urban Policy", in *Cities, Economic Competition and Urban Policy*, OATLEY, N. (ed.), Londres, Paul Chapman Publishing Ltd, pp. 3-20.
- OATLEY, N. (1998) - "Transitions in Urban Policy: Explaining the Emergence of the 'Challenge Fund' Model", in *Cities, Economic Competition and Urban Policy*, OATLEY, N. (ed.), Londres, Paul Chapman Publishing Ltd, pp. 21-37.
- OBADIA, Alain (1997) - *Entreprendre la Ville. Nouvelles temporalités, nouveaux services*, Paris, Éditions de l'Aube.
- OLIVEIRA, J. P. (1975) - "Estudo geográfico da Aglomerações Urbanas em Portugal Continental", *Finisterra*, Vol. 10, N° 19, Lisboa, pp. 107-153.
- OLIVEIRA, Luís P. (1991) – *Planos Municipais de Ordenamento do Território, Decreto-Lei 69/90, de 2 de Março*, Coimbra, Almedina.
- ONU (1983) - *Le Développement des Villes Moyennes en France. Monographie Nationale*, Comité de l'Habitation, de la Construction et de la Planification, Groupe d'Experts des Problèmes de l'Habitat en Europe Méridionale, 12 ème session, Grèce, 6-11 Novembre.
- ONU (1996) – *An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements, 1996*, Oxford, Oxford University Press.
- OQCA-DGDR (1996) - *Avaliação Ex-Post do QCA I. Estudo de casos. Relatório de Síntese*, Secretaria Geral do Ministério do Equipamento, Lisboa, Planeamento e Administração do Território.
- PAGETTI, F. (1998) - "La mise en réseau des villes européennes par les entreprises multinationales (1990-1996)", *Données Urbaines*, PUMAIN, D. e MATTEI, M-F (ed.), Paris, Anthropos, pp.345-352.
- PAGETTI, F. (1998) - "La rete bancaria nel sistema urbano europeo", *L'Europa Delle Regioni e Delli Reti*, BONAVERO, P e DANSERO, E. (ed.), Torino, UTET Libreria, pp. 361-373.

- PAPAYANNIS, Thymios (1994) – “Interviews with City, State and Social Partner Representatives in Kavala”, *Visions and actions for medium-sized cities. Reports from the European Workshops of Alicante, Volos and Oviedo*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, pp. 217-230.
- PEREIRA, R. S. (1966) - “Habitação e Urbanismo em Portugal. Alguns aspectos actuais”, *Análise Social*, Vol. IV, Nº 14.
- PERERA, Prudencio (1994) – “L’ambient urbà. Cinquè Programa d’Acció Comunitària”, Seminário Internacional *Les ciutats mitjanes en el context regional europeu*, 28 e 29 de Abril de 1994, org. Ajuntament de Sabadell-CCE, Sabadell, pp. 27.
- PERLIK, Manfred (1999) - "Les Alpes, les Villes Petites et Moyennes et L'Europe. Les Villes des Alpes, partie intégrante d'un système de villes européen", *Revue de Géographie Alpine*, Nº 2, Tome 87, pp. 9-21.
- PESCI, Rubén (2000) – “Ciudades intermedias en America Latina”, comunicação apresentada na *VII Setmana D’Estudis Urbans - Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial*, Lleida, 30 Março a 3 de Abril, Lleida, pp. 285-313.
- PEYON, J.P. (1996) – “Les délocalisations universitaires et leur importance pour les villes moyennes: l’exemple de Saint-Nazaire et de la Roche-sur-Yon”, *Norois*, 43, nº 171, pp.557-562.
- PHLIPONNEAU, M. (1996) - "De la métropolisation au modèle urbain éclaté", *Nouveaux Espaces et Systèmes Urbains*, WACKERMANN, G (dir.), Editions SEDES, pp. 127-137.
- PHLIPONNEAU, M. (1996) – “Le rôle de l’industrie dans les villes moyennes de Bretagne”, Poitiers, *Norois*, nº 171, pp. 545-556.
- PIHET, Christian (1996) – “Un bilan incertain: les variations démographiques et sociales des villes moyennes des Pays de la Loire”, Poitiers, *Norois*, nº 171, pp. 513-523.
- PIORE, M.; SABEL, C. (1984) - *The Second Industrial Divide: possibilities for prosperity*, Nova Iorque, Basic Books.
- PIRES, I. (1996) - "A Indústria de Lanifícios na Beira Interior: Processos e Perspectivas de Reestruturação", *Dinamismos Sócio-económicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e de reestruturação produtiva*, Coimbra, IEG, pp. 115-133.
- PORTAS, Nuno (1994) – “Planificació estratègica urbana”, Seminário Internacional *Les ciutats mitjanes en el context regional europeu*, 28 e 29 de Abril de 1994, org. Ajuntament de Sabadell-CCE, Sabadell, pp. 28-29.
- PORTUGAL (1998) - Lei Nº 48/98, de 11 de Agosto - *Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo*.
- PREEL, Bernard (1990) – “La Ville Européenne, entre le quartier et la mégapole”, Actes du Congrès Nationale des *CAUE Petites Villes et Villes Moyennes. Questions d’identités*, Montpellier, CAUE de L’Hérault, pp. 24-29.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO (1968a) - *III Plano de Fomento. Evolução recente e situação actual dos desequilíbrios regionais na metrópole*, Capítulo I, Parte III, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO (1968b) - *III Plano de Fomento. Para 1968-1973*, Volume II, Presidência do Conselho, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.
- PUMAIN, D. (1999) - "Quelle Rôle pour les Villes Petites et Moyennes des Régions Périphériques", *Revue de Géographie Alpine*, Nº 2, Tome 87, pp. 167-184.
- QUEVIT, M. (1991) - "Innovative Environments and Local/International Linkages in Enterprise Strategy: a Framework for Analysis", *Innovation Networks. Spatial Perspectives*, CAMAGNI, R. (Ed.), London, Belhaven Press, pp. 55-70.
- REGALES, M. Ferrer (1992) - *Los Sistemas Urbanos*, Madrid, Ed. Sintesis.
- REIS, J. (1998) - "Interior, Desenvolvimento e Território", *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, INCM - Debates - Presidência da República, pp. 77-86.

- RÉMY, J.; VOYÉ, L. (1992) - *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição?*, Porto, Ed. Afrontamento.
- RIBEIRO, O. (1969) - "Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesas", *Finisterra*, Vol. IV, N° 7.
- RICHARDSON, H. W. (1982) - "Policies for strengthening small cities in developing countries", MATHUR, Om Prakash (ed.), *Small Cities and National Development*, Nagoya, UNCRD, pp. 327-354.
- ROBERT, S.; RANDOLPH, W. (1983) - "Beyond decentralisation: The evolution of population distribution in England and Wales 1961-1981", *Geoforum* N° 14.
- ROCHEFORT, M (1993) - "Des Métropoles d'équilibre aux métropoles d'aujourd'hui", *Métropoles en Déséquilibre?*, LACAZE, Jean-Paul (ed.) para DATAR, Paris, Economica, pp. 3-8.
- RODRIGUEZ, J. (1999) - "O problema da acessibilidade nas áreas rurais: o caso da Beira Interior", *Desenvolvimento Rural. Desafio e Utopia*, CAVACO, C. (coord.), EPRU, Relatório N° 50, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, pp. 99-114.
- RODRIGUEZ-AVIAL, Luis (1989) - "Presente y futuro de las ciudades medias europeas", *Urbanismo*, N° 6, Enero, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, pp. 36-46.
- ROGER, Ramón (1989) - "Las ciudades medias en Cataluña", *Urbanismo*, N° 6, Enero, Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, pp. 28-35.
- RONDINELLI, Dennis A. (1982) - "A comparative analysis of demographic, social and economic characteristics of intermediate cities in developing countries", *Small Cities and National Development*, MATHUR, Om Prakash (ed.), Nagoya, UNCRD, pp.253-285.
- ROSSIGNOLO, C. (1998) - "La reti di cooperazione dell'Unione Europea: il Programma RECITE", *L'Europa Delle Regioni e Delli Reti*, BONAVERO, P. e DANSERO, E., Torino, UTET Libreria, pp. 273-281.
- ROSTOW, W.W. (1978) - *Etapas do Desenvolvimento Económico*, 6ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- ROYOUX, D (1996) - "Les villes en réseaux, nécessaires supports de l'Arc Atlantique: coopération et développement entre Poitiers, Niort, Angoulême et La Rochelle", *Norois*, n° 171, pp. 685-693.
- ROZENBLAT, C. (1993) - "L'internationalisation des villes européennes par les reseaux des entreprises multinationales", *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, N°4, pp. 661-678.
- ROZENBLAT, C. (1998) - "La rete delle grandi imprese multinazionali nella rete urbana europea", *L'Europa Delle Regioni e Delli Reti*, BONAVERO, P. e DANSERO, E. (ed.), Torino, UTET Libreria, pp. 337-360.
- ROZENBLAT, C.; PUMAIN, D. (1993) - "The location of multinational firms in the European urban system", *Urban Studies* N°30, pp. 1691- 1710.
- SALGUEIRO, T. B. (1987) - "Os transportes no desenvolvimento das cidades Portuguesas", *Povos e Culturas*, N°2, pp. 113-144.
- SALGUEIRO, T. B. (1992) - *A Cidade em Portugal. Uma geografia urbana*, Porto, Ed. Afrontamento.
- SANTOS, J.F. e CADIMA RIBEIRO, J. (1992) - "Determinants structurels de l'investissement direct étranger: le cas du Portugal", *Revue d'Économie Regionale et Urbaine*, n° 4, pp. 601-617.
- SASSEN, Saskia (1991) - *The Global City: New York, London, Tokyo*, New Jersey, Princeton University Press.
- SASSEN, Saskia (1994) - "El complejo urbano en una economía mundial", *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, N° 139, pp.55-78.
- SASSEN, Saskia (1995) - "Urban Impacts of Economic Globalisation", *Cities in Competition*, BROTHCHIE, J., HALL, P., et al, Longman, Austrália, pp.36-57.
- SATTERTHWAITE, D. (1997) - "Sustainable Cities or Cities that Contribute to Sustainable Development", *Urban Studies*, Vol. 34, N° 10, pp. 1667-1691.

- SAVY, M.; VELTZ, P. (1993) – *Les Nouveaux Espaces de l'Entreprise*, DATAR, Paris, Editions de l'Aube.
- SAYER, A.; WALKER, R. (1992) - *The New Social Economy: Reworking the Division of Labour*, Oxford, Blackwell.
- SCHOONBRODT, René (1994) – *La Ville Durable - Les PME's et la revitalisation des villes européennes*, Partie II, Fondation Européenne pour l'Amélioration des Conditions de Vie et de Travail, Luxemburgo, CE.
- SEMBOLONI, F. (1994) – “Interviews with City, State and Social Partner Representatives in Siena”, *Visions and actions for medium-sized cities. Reports from the European Workshops of Alicante, Volos and Oviedo*, Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, EC, pp. 135-164.
- SESAME (Groupe d'analyse et de synthèse) (1971) – *Eléments d'analyse et de prospective sur les villes moyennes*, Paris, DATAR.
- SIEBECK, J. E. (1995) - "The Urban Dimension in Community Policies", *Ciclo de Colóquios: a Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Lisboa, SEALOT/MPAT, pp. 295-304.
- SILVA, Álvaro Ferreira (1997) - "A Evolução da Rede Urbana Portuguesa", *Análise Social*, Vol. XXXII, 143-144, 4º e 5º, pp. 779-814.
- SILVA, N.; COSTA, N; (2000) - "Planeamento e Gestão de Sistemas de Transporte em AM e GAU", Comunicação apresentado ao Seminário Internacional *Território e Administração. Gestão de Grandes Áreas Urbanas*, 2 e 3 de Fevereiro de 2000, Lisboa, LNEC.
- SIMÕES, V. (1985) - "O envolvimento internacional da economia portuguesa: uma análise dos fluxos de investimento", *Estudos de Economia*, Vol. VI, Nº1, Out-Dez, pp. 3-28.
- SOLDATOS PANAYOTIS (1989) - *La Nouvelle Génération des Villes Internationales*, Montréal, IEVI.
- SPENCER, David (1995) - “Counterurbanization: the local dimension”, *Geoforum*, Vol. 26, Nº 2, pp. 153-173.
- STORPER, M. (1995) - "The Resurgence of Regional Economies, Ten Years Later: The Region as a Nexus of Untrated Interdependencies", *European Urban and Regional Studies*, 2 (3), pp. 191-221.
- STORPER, M. (1996) - "L'Economie de la Region: Les relations Comme Actifs Economiques", *RERU*, Nº4 (1996), pp. 655-672
- STORPER, M. J.; HARRINSON, B. (1994) - "Flexibilidade, Hierarquia e Desenvolvimento Regional", *As Regiões Ganadoras*, BENKO, G. e LIPIETZ, A.(org.) , Oeiras, Celta, pp. 171-187.
- STORPER, M. J.; HARRISON, B. (1991) - "Flexibility, hierarchy and regional development: the changing structure of industrial production systems and their forms of governance in the 1990s", *Research Policy*, 20,pp. 407-422
- STORPER, M.; SCOTT, A. J. (1989) - "The Geographical Foundations and Social Regulation of Flexible Production Complexes", *The Power of Geography. How Territory Shapes Social Life*, Londres, Unwin Hyman, pp. 21-40.
- SUEUR, J-P. (1998) - *Demain, La Ville. Rapport présenté au ministre de l'emploi et de la solidarité*, Paris, JOUVE, La Documentation Française.
- SWYNGEDOUW, E (1996) - "Production futures: Global finance as a geographical project", *The Global Economy in Transition*, DANIELS, P.; LEVER, W. (ed.), Essex, Addison Wesley Longman Limited, pp. 135-163
- TANIFUJI, M; ITO, T. (1982) – “The Role of Small and Intermediate Cities in National Development in Japan”, *Small Cities and National Development*, MATHUR, O. (ed.), Nagoya, United Nations Centre for Regional Development.
- TEITZ, Michael B.(1996) – “American planning in the 1990s: evolution, debate and challenge”, *Urban Studies*, Vol.33, Nos 4-5, pp. 649-671.

- TEIXIDOR, L. F. Alonso; HEBBERT, M. (1982) – “Regional Planning in Spain and the Transition to Democracy”, *Regional Planning in Europe*, HUDSON, R., LEWIS, J.R. (ed), Londres, Pion Limited.
- THWAITES, A.T.; ALDERMAN, N. (1994) - “Mudança tecnológica e desenvolvimento económico regional”, *Europa Ocidental - Desafios e Mudanças*, PINDER, D. (Ed.), Oeiras, Celta Editora, pp. 119-140.
- TOINARD, Stéphane (1996) - “La ville moyenne: mythe ou réalité?”, *Norois*, 43, nº 171, pp. 537-543
- TORRICELLI, G. P. (1999) - “Les Villes des Alpes Suisses”, *Revue de Géographie Alpine*, Nº 2, Tome 87, pp. 123-145.
- UIA (1998) – *Ciudades intermedias I urbanizacion mundial*, Programa de Trabajo do XX Congreso de la Union Internationale des Architectes, Lleida, Ajuntament de Lleida.
- UNITED NATIONS CENTRE FOR HUMAN SETTLEMENTS (1996) - *HABITAT - Implementing the Urban Environment Agenda*, Istambul, UN.
- VALE, M. (1994) - “Restructuring the Automobile Industry and the Southern and Eastern European Regions”, Papers, *Presented by the Human Geography Unit of the C.E.G. to I.G.U. Regional Conference in Prague*, EPRU, 41, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, pp. 51-64.
- VALLICELLI, Liana (2000) – “Un modelo de desarrollo sostenible: Curitiba (Brasil)”, *Ciudades Intermedias. Urbanización y Sostenibilidad*, BELLET, C e LLOP, J. (ed.), Lleida, Ed. Milenio, pp. 315-321.
- VAN DEN BERG, L.; DREWETT, R.; KLAASSEN, L. H.; ROSSI, A.; VIJVERBERG, C. H. T. (1982) - *Urban Europe: A Study of Growth and Decline*, for the European Coordination Centre for Research and Documentation in Social Sciences, Londres, Pergamon Press.
- VAN DEN BERG, L. et al (1985) - *Urban Europe: a Study of Growth and Decline*, Oxford, Pergamon Press.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. (1993) - *Política Económica Local. La respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo*, Madrid, Ed. Pirámide - S.A.
- VELTZ, P. (1996) – *Mondialisation Villes et Territoires, l'Économie d'Archipel*, Paris, PUF.
- VELTZ, P. (1997) - “The dynamics of production systems, territories and cities”, *Cities, Enterprises and Society on the eve of the 21st century*, MOULAERT, F. e SCOTT, A. (ed.), Londres, Pinter, pp. 78-96.
- VIEGAS, J. M. (1995) - “Mudanças nas Acessibilidades e Reestruturação da Rede Urbana”, *Política Urbana e o Ordenamento do Território*, Lisboa, MPAT, pp. 219-232.
- VIEGAS, J. M. (1995) - “Os transportes urbanos e o desenvolvimento das cidades médias”, *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, Org. MPAT, Coimbra, CCRC, pp. 57-61.
- VINING, D.R.; KONTULY, T. (1978) – “Population dispersal from major metropolitan regions: an international comparison”, *International Regional Science Review* 3, pp. 49-73
- VOOGD, H. (1982) – “Issues and Tendencies in Dutch Regional Planning” in HUDSON, R.; LEWIS, J.R. (ed) *Regional Planning in Europe*, Pion Limited, Londres.
- WEGENER, M (1995) - “The Changing Urban Hierarchy in Europe”, *Cities in Competition*, ed. por J. BROTHIE, P. HALL et al, Melbourne, Longman Australia, pp. 139-160.
- WILBERG, U. (1991) - “Medium-sized cities and renewal strategies”, *31st RSA European Congress*, Vol. I, Tomo 4, Lisbon, Regional Science Association.
- WOLFF, Jean-Pierre (1996) – “Villes moyennes et réseaux de communication. L'exemple de Cholet”, *Norois*, nº 171, pp. 695-703.
- WOLLEB, Enrico (1994) – “Les ciutats mitjanes com a centre de les polítiques europees de desenvolupament regional”, Seminário Internacional *Les ciutats mitjanes en el context regional europeu*, 28 e 29 de Abril de 1994, Sabadell, org. Ajuntament de Sabadell-CCE, pp. 3-4.

WORLD BANK (1996) - *Livable Cities for the 21st Century*, International Bank For Reconstruction and Development, Washington, The World Bank.

WOUDEN, A.A. VAN DEN (1997) – “Three Small Towns in Central Java”, *Nederlandse Geografische Studies*, NGS 221, Utrech.

FONTES ESTATÍSTICAS:**INTERNACIONAIS:**

- Annuaire Statistique de la France*, 1993, Les services Statistiques des Ministères et L'INSEE.
- Anuário Estadístico de Espana*, 1995, INE, Espana
- Anuário Estadístico Bélgica*, 1991, Ministério dos Assuntos Económicos.
- BANQUE MONDIALE (1996) - *Rapport sur le Développement dans le Monde*.
- CENSUS, 1991*, KEY STATISTICS FOR LOCAL AUTHORITIES OF GREAT BRITAN, General Register Office.
- ONU (Anos de 1963, 1964, 1970, 1971, 1973, 1974, 1980, 1983, 1987, 1992, 1993, 1994) - *Anuário Demográfico Internacional*, Nova Iorque
- SCB Befolkningsstatistik, 1996* (Suécia)
- Statistical Yearbook of Finland*, 1996.
- Statistical Yearbook of Greece, 1996*, National Statistical Service of Greece.
- Statistical Yearbook of the Netherlands*, 1996, Statistics Netherlands Publication.
- STATISTIK ARBOG, 1996*, Danmarks Statistik, Udgivet at Danmarks Statistik.
- STATISTISCHES JAHRBUCH*, 1996, Fur Die Republik Osterreich.
- Stato della Popolazione: 13ª Censimento Generale della popolazione*, 1991.
- StBA, Statistisches Jahrbuch*, 1992, 1996

NACIONAIS E REGIONAIS:

- CENTRO REGIONAL DE EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL DA GUARDA, 1998.
- CENTRO REGIONAL DE EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL DE CASTELO BRANCO, 1998.
- ICEP (1997 e 1998) - *Calendário de Ferias Internacionais*, ICEP, Lisboa.
- INE (1881) - *Inquérito Industrial ao Continente*
- INE (1940, 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991) - *Recenseamento Geral da População*.
- INE (1996 e 1997) - *Anuários Estatísticos Regionais*.
- INE (1999) - *Indicadores Urbanos do Continente*.
- INE (1994 e 1998) - *Inventário Municipal*.
- MESS (1982, 1985, 1988, 1991, 1992, 1996, 1997) - *Quadros de Pessoal*.

ÍNDICE DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

Figura 1 - Quadro conceptual de análise da Cidade Média	7
Figura 2 - Evolução dos critérios de definição de Cidade Média	9

PARTE I

CAPÍTULO II – AS CIDADES MÉDIAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA PRODUTIVO E TERRITORIAL EUROPEU

Figura 2.1. - Estádios de desenvolvimento urbano	53
Figura 2.2. - Centros económicos tradicionais e regiões de crescimento na Comunidade Europeia	60
Figura 2.3. - Redes de cidades	65
Figura 2.4. - Hierarquia urbana segundo Christaller	67
Figura 2.5. - Rede urbana em <i>hubs</i> e <i>spokes</i>	67

CAPÍTULO III - AS CIDADES MÉDIAS NO SISTEMA URBANO EUROPEU

Figura 3.1. – Evolução do Número de Cidades na Europa Ocidental por Classe de Dimensão, 1850-1970	72
Figura 3.2. – Evolução da população nas Cidades na Europa Ocidental por Classe de Dimensão, 1850-1970	72
Figura 3.3. - Rede Urbana da Europa Ocidental, 1960 (Aglomerações com mais de 100 000 Habitantes)	83
Figura 3.4. - Rede Urbana da Europa Ocidental, 1970 (Aglomerações com mais de 100 000 Habitantes)	84
Figura 3.5. - Rede Urbana da Europa Ocidental, 1980 (Aglomerações com mais de 100 000 Habitantes)	85
Figura 3.6. - Rede Urbana da Europa Ocidental, 1990 (Aglomerações com mais de 100 000 Habitantes)	86
Figura 3.7. - Variação da População 1960-1970 nas Aglomerações com 100 000 a 250 000 Habitantes	87
Figura 3.8. - Variação da População 1970-1980 nas Aglomerações com 100 000 a 250 000 Habitantes	89
Figura 3.9. - Variação da População 1980-1990 nas Aglomerações com 100 000 a 250 000 Habitantes	92
Figura 3.10. – Universidades na Europa Ocidental, 1950	97
Figura 3.11. – Universidades na Europa Ocidental, 1986	98
Figura 3.12. – Número de Filiais de Empresas Estrangeiras na Europa Ocidental - 1990	99
Figura 3.13. – Número de Filiais de Empresas Estrangeiras na Europa Ocidental - 1996	100

CAPÍTULO IV – AS CIDADES MÉDIAS E AS POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS DO PÓS-GUERRA NA EUROPA OCIDENTAL

Figura 4.1. – Planeamento Estratégico de Cidades - Metodologia de trabalho	106
Figura 4.2. - Regiões de Planeamento e as "Metrópoles de Equilíbrio" em França	122
Figura 4.3. - Política das Cidades Médias em França. Os contratos de Região - Estado em 1 de Janeiro de 1978	129
Figura 4.4. - O Princípio da “Desconcentração Concentrada” - Segundo Relatório de Planeamento Holandês	132

PARTE II

CAPÍTULO V - AS CIDADES MÉDIAS NO SISTEMA URBANO NACIONAL

Figura 5.1. - Rank-Size dos Centros Urbanos (segundo o critério do GEPAT) - Evolução 1940-91	171
Figura 5.2. - Cidades não metropolitanas no território continental	174
Figura 5.3. - População Residente em lugares com mais de 2000 habitantes, INE, 1991	175
Figura 5.4. - Rank-Size dos Centros Urbanos - Comparação dos critérios do INE e do GEPAT, 1960 e 1991	177
Figura 5.5. - Concentrações Urbanas	179
Figura 5.6. - Concelhos Urbanos segundo o relatório Habitat II	180
Figura 5.7. - Concelhos Urbanos segundo o INE-DGOTDU, 1997	181
Figura 5.8. - Níveis de equipamentos, 1994	184
Figura 5.9. - Cidades elegíveis no PROSIURB	186
Figura 5.10.- Síntese do Sistema Urbano Continental, Grupo de Trabalho do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Europeu (EDEC), 1996	188
Figura 5.11. - Síntese do Sistema Urbano Nacional - DGOTDU, 1997	190
Figura 5.12. – Aglomerações contempladas no Programa POLIS - Componente 1, 1999	201

CAPÍTULO VI - AS CIDADES MÉDIAS EM PORTUGAL

Figura 6.1. - Concelhos Urbanos considerados no estudo	208
Figura 6.2. - População residente nas aglomerações consideradas no estudo	209
Figura 6.3. - Variação da população nas aglomerações em estudo, 1981-1991	214
Figura 6.4. - Índice de Envelhecimento por concelho, 1996	216
Figura 6.5. - Índice de Interdependência Concelhia, 1991	222
Figura 6.6. - Índice de Geração, 1991	223
Figura 6.7. - Percentagem de População Activa no Terciário, 1991	228
Figura 6.8. - Percentagem de População Activa nos Serviços de Apoio à Produção, 1991	228
Figura 6.9. - Rede de Balcões do "Banco Comércio e Indústria", 1997	232
Figura 6.10. - Rede de Estabelecimentos de duas Empresas de Vigilância, 1997	232
Figura 6.11.- Importância do emprego associado ao IDE no total do emprego do concelho (% do total), 1995	239
Figura 6.12. - Importância do emprego industrial associado ao IDE no total do emprego industrial do concelho (% do total), 1995	240
Figura 6.13. - Localização das 500 maiores empresas segundo a origem do capital, 1993	245
Figura 6.14.- Localização das 2000 maiores empresas exportadoras, 1997	247

Figura 6.15. - Valor Médio Mensal das Pensões por Idoso, em 1996	252
Figura 6.16. - Número de Médicos Especialistas por 1000 habitantes, em 1996	254
Figura 6.17. - Número de Espectáculos Públicos por 1 000 habitantes, em 1996	256
Figura 6.18. - Despesas Municipais em Actividades Sócio-Culturais por Habitante, em 1996	257
Figura 6.19. - Levantamentos em Caixas de Multibanco por 1000 habitantes, 1996 (contos)	260
Figura 6.20. - Número de Outras Operações efectuadas em Caixas Multibanco por 1000 habitantes, 1996	261
Figura 6.21. - Potenciais Focos de Poluição Industrial	263

PARTE III

CAPÍTULO VII - A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS NA BEIRA INTERIOR

Figura 7.1. - Área de Estudo	286
Figura 7.2. - Localidades onde foram realizados inquéritos à população residente, 1999	291
Figura 7.3. - Distância à sede de concelho das Freguesias onde foram realizados inquéritos, 1999	293
Figura 7.4.a) - Variação da população residente por freguesia, 1911-1940 (%)	300
Figura 7.4.b) - Variação da população residente por freguesia, 1940-1960 (%)	300
Figura 7.4.c) - Variação da população residente por freguesia, 1960-1981 (%)	301
Figura 7.4.d) - Variação da população residente por freguesia, 1981-1991 (%)	301
Figura 7.5. - População Residente em Lugares com mais de 100 habitantes, nos quatro concelhos urbanos, 1991	303
Figura 7.6. - Naturalidade da população residente na Cidade da Guarda, 1999	309
Figura 7.7. - Naturalidade da população residente na Cidade de Castelo Branco, 1999	310
Figura 7.8. - Naturalidade da população residente na Cidade da Covilhã, 1999	312
Figura 7.9. - Naturalidade da população residente na Cidade do Fundão, 1999	315
Figura 7.10. - Pessoas ao serviço por lugar nos quatro concelhos urbanos, 1997	322
Figura 7.11. - Nível de utilização dos serviços de apoio à produção das empresas industriais nos concelhos urbanos da Beira Interior (%)	337
Figura 7.12. - Redes Rodoviária e Ferroviária Actual e Prevista	348

CAPÍTULO VIII - COMPLEMENTARIDADES TERRITORIAIS: A FORMAÇÃO DO EIXO URBANO DA BEIRA INTERIOR

Figura 8.1.a) - Deslocações Casa-Trabalho na Beira Interior, 1981	364
Figura 8.1.b) - Deslocações Casa-Trabalho, com Origem nos Concelhos Urbanos, 1981	364
Figura 8.2.a) - Deslocações Casa-Trabalho na Beira Interior, 1991	365
Figura 8.2.b) - Deslocações Casa-Trabalho com Origem nos Concelhos Urbanos, 1991	365
Figura 8.3. - Deslocações Casa-Trabalho com origem nas cidades de Castelo Branco, Fundão, Covilhã e Guarda, 1999	371
Figura 8.4. - Importância relativa das deslocações Casa-Trabalho intra-freguesia, 1999	373
Figura 8.5. - Deslocações Casa-Trabalho com origem nas freguesias não urbanas, 1999	374

ÍNDICE DE QUADROS

PARTE I

CAPÍTULO I - AS CIDADES MÉDIAS - CONTRIBUTOS PARA A SUA DEFINIÇÃO

Quadro 1.1. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das cidades e aglomerações, 1991 (%)	17
Quadro 1.2. - Cidades Médias em Portugal – Alguns exemplos de trabalhos realizados	19
Quadro 1.3. - As Cidades Médias em alguns países não europeus	21
Quadro 1.4. - Diversidade do conceito de "urbano" e a sua relação com as "cidades médias" em alguns países da União Europeia	25
Quadro 1.5. - Relação entre a dimensão da cidade média e a maior cidade/aglomeração em alguns países da União Europeia	26
Quadro 1.6. - Dimensão média das unidades administrativas de nível local nos países da União Europeia, em 1991	27
Quadro 1.7. - Sistemas de organização político-administrativa nos Países da União Europeia	28

CAPÍTULO II – AS CIDADES MÉDIAS E AS TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA PRODUTIVO E TERRITORIAL EUROPEU

Quadro 2.1. - Evolução da População Urbana e Rural nas Regiões da Europa, 1960-70	41
Quadro 2.2. - Formas de organização do sistema produtivo (STORPER e HARRISON, 1991)	46
Quadro 2.3. - As maiores aglomerações urbanas mundiais em 1990	49
Quadro 2.4. – Indicadores de algumas bolsas em 1990	50
Quadro 2.5. - Tendência de Urbanização e Contraurbanização nos anos 70 e 80	56
Quadro 2.6. - Taxa de crescimento médio anual da população de algumas cidades europeias	59
Quadro 2.7. - Indicadores de “metropolização” segundo a RECLUS	61
Quadro 2.8. - Estrutura das metrópoles - comparação entre os anos 60 e 90	61
Quadro 2.9. - Três lógicas de organização espacial (CAMAGNI, 1993)	64

CAPÍTULO III - AS CIDADES MÉDIAS NO SISTEMA URBANO EUROPEU

Quadro 3.1. - Evolução do número de cidades e população urbana na Europa, 1850-1970	73
Quadro 3.2. - Taxa de Urbanização na Europa Ocidental, 1960-1995 (%)	74
Quadro 3.3. - Taxa de Crescimento da População Urbana e Rural na Europa Ocidental, 1960-1990 (%)	75
Quadro 3.4. - Índice de envelhecimento nas áreas urbanas e rurais nos países da Europa Ocidental, 1960-90 (%)	77
Quadro 3.5.(1) - Distribuição da população, segundo o escalão de dimensão das unidades administrativas	78
Quadro 3.5.(2) - Distribuição da população, segundo o escalão de dimensão das unidades administrativas	80
Quadro 3.5.(3) - Distribuição da população, segundo o escalão de dimensão das unidades administrativas	80
Quadro 3.6. - Taxas médias anuais de crescimento da população das cidades da Europa (excluindo URSS) entre 1950-60 (%)	81

Quadro 3.7. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das aglomerações e cidades, em 1960 (%)	82
Quadro 3.8. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das aglomerações e cidades, em 1970 (%)	84
Quadro 3.9. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das aglomerações e cidades, em 1980 (%)	85
Quadro 3.10. - Distribuição da população urbana segundo o escalão de dimensão das aglomerações e cidades, em 1990 (%)	86
Quadro 3.11. - Variação da população residente na cidade e aglomeração entre 1960 e 1970, em algumas cidades da Europa Ocidental	93
Quadro 3.12. - Variação da população residente na cidade e aglomeração entre 1970 e 1980, em algumas cidades da Europa Ocidental	94
Quadro 3.13. - Variação da população residente na cidade e aglomeração entre 1980 e 1990, em algumas cidades da Europa Ocidental	95
Quadro 3.14. - Tipologia de Cidades Médias	96

CAPÍTULO IV - AS CIDADES MÉDIAS E AS POLÍTICAS URBANAS E REGIONAIS DO PÓS-GUERRA NA EUROPA OCIDENTAL

Quadro 4.1. - Algumas iniciativas da União Europeia no domínio do ordenamento do território, nas últimas duas décadas	111
Quadro 4.2. - Programa de Estudos do EDEC	112
Quadro 4.3. - Principais iniciativas em matéria de política urbana	115
Quadro 4.4. - Projectos Urbanos Piloto – Fase I (1989-93)	116
Quadro 4.5. - Projectos Urbanos Piloto – Fase II (1996-99)	117
Quadro 4.6. - Evolução demográfica das cidades francesas com mais de 30 000 habitantes entre 1954 e 1968	124
Quadro 4.7. - Percentagem de população com mais de 60 anos em algumas cidades médias europeias	144
Quadro 4.8. - Síntese das "Forças e Oportunidades" e das "Fragilidades e Estrangulamentos" das cidades médias	147
Quadro 4.9. - Número, população e taxa de crescimento das Cidades Médias nos países da periferia e semi-periferia, 1950, 1970 e 1980	153
Quadro 4.10. - Objectivos e Opções políticas directamente relacionadas com as cidades médias propostas no "Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário" (1999)	157

UMA SÍNTESE

Quadro 4.11. - Conceito de cidade média – evolução e significados	164
---	-----

PARTE II

CAPÍTULO V - AS CIDADES MÉDIAS NO SISTEMA URBANO NACIONAL

Quadro 5.1. - População dos três maiores centros urbanos, desde o séc. XVI	168
Quadro 5.2. - Distribuição da População Urbana (1801-1940) (%)	169
Quadro 5.3. - Evolução da População Urbana, segundo o critério do INE, 1960 a 1991	170
Quadro 5.4. - Rank-Size dos maiores centros urbanos do Continente, comparando os critérios do INE e do GEPAT, 1991	178

Quadro 5.5. - Participantes Nacionais na Carta de Alborg, 1997	195
Quadro 5.6. - PROSIURB - Sub-Programa 1 - Estruturas dos investimentos aprovados entre 1994 e 1997	198
Quadro 5.7. - Estrutura do Programa POLIS	200

CAPÍTULO VI - AS CIDADES MÉDIAS EM PORTUGAL

Quadro 6.1. - Unidades de análise e critérios de definição no presente trabalho	207
Quadro 6.2. - Modelo de análise	210
Quadro 6.3. - Dimensões e vectores de análise com vista à identificação da Cidade que responde ao binómio Intermediação – Sustentabilidade	211
Quadro 6.4. - Alguns Indicadores Demográficos	215
Quadro 6.5. – Dinâmica demográfica das aglomerações, 1981-1991	217
Quadro 6.6. - Dinâmicas de evolução da população residente nas Aglomerações em estudo, 1981-91 (%)	217
Quadro 6.7. - Estrutura da população activa por ramo de actividade, em 1991, nos aglomerados urbanos (%)	226
Quadro 6.8. - Repartição regional da população activa por ramo de actividade segundo o escalão de dimensão dos aglomerados urbanos, 1991	229
Quadro 6.9. - Repartição regional do emprego em alguns serviços de apoio à produção, segundo o escalão de dimensão dos aglomerados, em 1996	230
Quadro 6.10. - Distribuição do pessoal ao serviço em empresas de capital social com origem estrangeira, segundo a actividade económica, 1995 (%)	238
Quadro 6.11. - Repartição do emprego em empresas de capital estrangeiro nos vários ramos de actividade, 1995 (%)	241
Quadro 6.12. - Empresas e emprego das 500 maiores empresas (segundo o volume de vendas) a operar em Portugal 1993	244
Quadro 6.13. - Índice de Envelhecimento e Valores das Pensões de Reforma por idoso nos concelhos urbanos, 1996	251
Quadro 6.14. - Local onde efectuam as compras diárias e não diárias do lar em algumas cidades médias (%)	258
Quadro 6.15. - População residente e população servida por sistemas de transporte urbano por classe de dimensão do centro urbano (1991 e 1993)	265
Quadro 6.16. - Síntese - uma proposta de tipologia de territórios urbanos	273
Quadro 6.17. - Características das Cidades Médias	277

PARTE III

CAPÍTULO VII - A IMPORTÂNCIA DAS CIDADES MÉDIAS NA BEIRA INTERIOR

Quadro 7.1 - Inquéritos realizados às empresas, 1999	289
Quadro 7.2. - Naturalidade dos estudantes do ensino superior na Beira Interior, 1998	290
Quadro 7.3. - Inquéritos realizados à população dos quatro concelhos urbanos, 1999	294
Quadro 7.4. - Evolução da população residente nas cidades do Eixo Urbano da Beira Interior, 1940-91 (%)	295
Quadro 7.5. - População residente nas cidades do Eixo Urbano da Beira Interior e posição na hierarquia urbana do Continente, 1940-91, (%)	296
Quadro 7.6. - Importância da População Urbana na População Total (Beira Interior e Região Centro, 1940-91 (%)	297

Quadro 7.7. - Taxa de Urbanização da Beira Interior, 1940-91 (%)	297
Quadro 7.8 - Evolução do Índice de Envelhecimento, 1960-96	299
Quadro 7.9. - Estrutura etária da população residente nas quatro cidades e nos concelhos a que pertencem, 1999 (%)	305
Quadro 7.10. - Estrutura da População Activa por Sector de Actividade, 1999	306
Quadro 7.11. - Estrutura da População Activa por Sector de Actividade nas Cidades da Beira Interior. Situação na residência actual e anterior.	306
Quadro 7.12. - Naturalidade da população residente em localidades dos concelhos urbanos, 1999 (%)	307
Quadro 7.13. - Local de residência anterior da população residente em localidades dos concelhos urbanos, 1999	308
Quadro 7.14. - Evolução do número de alojamentos nas cidades, 1981-1991	311
Quadro 7.15. - Naturalidade dos residentes e dos pais dos residentes em idade activa nas Cidades da Beira Interior, 1999	316
Quadro 7.16. - População com naturalidade ou residência anterior exterior à região, 1999	317
Quadro 7.17. - Situação socio-profissional da população natural ou com residência anterior nas Áreas Metropolitanas, 1999	318
Quadro 7.18. - Estrutura da população activa por sector de actividades nos concelhos urbanos da Beira Interior, 1981 e 1991 (%)	319
Quadro 7.19. - Evolução do número de estabelecimentos e das pessoas ao serviço, 1985 a 97	320
Quadro 7.20. - Evolução do peso do pessoal ao serviço nos 4 concelhos urbanos no total de emprego da Beira Interior, por ramo de actividade (%), 1985, 1991 e 1997	321
Quadro 7.21. - Importância dos estabelecimentos e do emprego em unidades de pequena dimensão, 1985, 91 e 97 (%)	323
Quadro 7.22. - Emprego na Indústria Transformadora, 1982-1997 (%)	324
Quadro 7.23. - Três principais actividades empregadoras de cada concelho, 1997	326
Quadro 7.24. - Características da indústria transformadora com importância para a configuração do sistema produtivo regional	328
Quadro 7.25. - Naturalidade dos sócios e de outros membros da direcção das empresas, 1999	329
Quadro 7.26. - Percentagem de sócios e outros membros da direcção que já residiram ou exerceram profissão fora da região, 1999	330
Quadro 7.27. - Tipo de fornecedor das empresas, 1999 (%)	332
Quadro 7.28. - Internacionalização da base produtiva da região - Exportações e Importações, 1997	333
Quadro 7.29. - Estrutura do emprego segundo o nível de qualificação, 1999 (%)	335
Quadro 7.30.- Estrutura dos investimentos efectuados pelas empresas industriais nos últimos 10 anos, 1999 (%)	339
Quadro 7.31. - Número de freguesias e percentagem de população servida por alguns serviços nos quatro concelhos urbanos da Beira Interior, 1994 e 1998	341
Quadro 7.32. - Desemprego nos quatro concelhos urbanos, 1994-98	342
Quadro 7.33. - Índice de desemprego nos quatro concelhos urbanos, 1998	343
Quadro 7.34. - Estrutura etária dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, 2º-3º trimestre de 1998	344
Quadro 7.35. - Estrutura do desemprego por sexo e por tempo de inscrição, nos Centros de Emprego, 2º - 3º trimestre de 1998	344
Quadro 7.36.- Desemprego segundo o grau de instrução, 2º - 3º trimestre de 1998	346
Quadro 7.37. - Evolução da taxa de cobertura de equipamentos do lar (situação na residência actual e na residência anterior)	352
Quadro 7.38. - Aquisição das compras do dia e de higiene e limpeza, 1999 (%)	353
Quadro 7.39. - Aquisição do vestuário, 1999 (%)	353
Quadro 7.40. - Modificação no padrão de frequência do teatro e cinema, 1999 (%)	355

Quadro 7.41. - Formas de utilização do tempo livre durante os dias da semana, 1999, (%)	357
Quadro 7.42. - Formas de utilização do tempo livre ao fim-de-semana, 1999 (%)	358

CAPÍTULO VIII - COMPLEMENTARIDADES TERRITORIAIS: A FORMAÇÃO DO EIXO URBANO DA BEIRA INTERIOR

Quadro 8.1. - Importância das deslocações diárias para fora do concelho de residência, 1981 e 1991	362
Quadro 8.2. - Deslocações diárias por 1000 habitantes evolução, 1981 e 1991 (%)	363
Quadro 8.3. - Atracção-geração de trabalhadores, 1991	366
Quadro 8.4. - Cinco principais concelhos de origem dos trabalhadores, 1991	367
Quadro 8.5. - Destino das deslocações dos activos residentes nos concelhos urbanos da Beira Interior, 1991 (%)	367
Quadro 8.6. - Cinco principais destinos das deslocações por motivos de trabalho e estudo, 1981 e 1991 (%)	368
Quadro 8.7. - Deslocações por motivo de estudo, 1991 (%)	369
Quadro 8.8. - Deslocações por motivo de trabalho nos concelhos urbanos da Beira Interior, 1991 e 1999 (%)	369
Quadro 8.9. - Local de trabalho da população activa nos concelhos urbanos, 1999 (%)	370
Quadro 8.10. - Local de trabalho da população activa nas várias freguesias da Covilhã, 1999 (%)	372
Quadro 8.11. - Local de trabalho da população residente nas várias localidades dos concelhos da Guarda, Fundão e Castelo Branco, 1999 (%)	375
Quadro 8.12. - Modo de transporte utilizado nas deslocações diárias (trabalho e estudo), 1999 (%)	376
Quadro 8.13. - Localidade onde se efectuam as compras do dia, 1999 (%)	378
Quadro 8.14. - Localidade de aquisição das compras de higiene e limpeza, 1999 (%)	379
Quadro 8.15. - Localidade de aquisição de vestuário, 1999 (%)	379
Quadro 8.16. - Localidade onde vão ao cinema, 1999 (%)	380
Quadro 8.17. - Localidade onde vão ao médico especialista, 1999 (%)	381
Quadro 8.18. - Localidade onde são contratadas as empresas de serviços de apoio à produção, 1999 (%)	382
Quadro 8.19. - Número de pessoas ao serviço nos principais serviços de apoio à produção na Beira Interior, 1996	383
Quadro 8.20. - Principais serviços de apoio à produção nos concelhos rurais, 1996	384

CAPÍTULO IX - ACTORES E POLÍTICAS - COMPONENTES DO DESENVOLVIMENTO LOCAL DA BEIRA INTERIOR

Quadro 9.1. - Repartição do investimento total aprovado na Beira Interior no QCA II, segundo o tipo de programa, 1994-96	390
Quadro 9.2. - Repartição regional do investimento total aprovado na Beira Interior nos principais Programas do QCA II, 1994-96	390
Quadro 9.3. - Principais Instrumentos de Intervenção na Beira Interior na Segunda Metade da Década de Noventa	391
Quadro 9.4. - Características dos Espaços Industriais de Castelo Branco, Covilhã, Fundão e Guarda	393
Quadro 9.5. - Agentes de desenvolvimento local - A perspectiva dos empresários, 1999	394
Quadro 9.6. - Nos últimos 10 anos a cidade tornou-se mais competitiva? A perspectiva dos empresários, 1999	396

Quadro 9.7. - Factores, que nos últimos dez anos, contribuíram para o aumento da competitividade das cidades da Beira Interior, 1999. A perspectiva dos empresários	398
Quadro 9.8. – Evolução no número de iniciativas imateriais de cooperação interregional (transfronteiriça e transnacional) na Beira Interior, 1994 a Junho de 1999	402
Quadro 9.9. – Intenções dos estudantes do ensino superior local em permanecer na cidade onde estudam, 1999 (%)	404
Quadro 9.10. – Futuro local de residência. Preferências manifestadas pelos estudantes do ensino superior da região, 1999 (%)	405
Quadro 9.11. – Principais dificuldades apontadas pelos empresários, 1999	406
Quadro 9.12. – Principais vocações produtivas e grau de internacionalização das cidades na Beira Interior, 1999	407
Quadro 9.13. – Estratégia de desenvolvimento	413

REFLEXÕES FINAIS

Quadro 1 – Aspectos a ter em conta na análise da sustentabilidade das cidades da Beira Interior	432
---	-----

ANEXOS

ANEXO 1.
AGLOMERADOS URBANOS E
CONCELHOS URBANOS EM ESTUDO

Aglomerados urbanos e concelhos urbanos em estudo

<i>Concelho Urbano</i>	<i>Agglomerado Urbano</i>	<i>Estatuto</i>	<i>Pop 1991</i>
Abrantes	Abrantes	Cidade	23858
Águeda	Águeda	Cidade	23057
Albufeira	Albufeira	Cidade	28273
Alcaçer do Sal	Alcaçer do Sal	Cidade	8818
Alcobaça	Alcobaça	Cidade	18361
Aljustrel	Aljustrel	Sede concelho com + 5000 hab.	6095
Almeirim	Almeirim	Cidade	10907
Alpiarça	Alpiarça	Sede concelho com + 5000 hab.	7711
Amarante	Amarante	Cidade	24675
Aveiro	Aveiro	Cidade	48158
Barcelos	Barcelos	Cidade	44670
Batalha	Batalha	Sede concelho com + 5000 hab.	8489
Beja	Beja	Cidade	23256
Benavente	Benavente	Sede concelho com + 5000 hab.	6789
Braga	Braga	Cidade	114414
Bragança	Bragança	Cidade	18412
Caldas da Rainha	Caldas da Rainha	Cidade	32452
Campo Maior	Campo Maior	Sede concelho com + 5000 hab.	7135
Cantanhede	Cantanhede	Cidade	9813
Cartaxo	Cartaxo	Cidade	17554
Castelo Branco	Castelo Branco	Cidade	27267
Chaves	Chaves	Cidade	31643
Coimbra	Coimbra	Cidade	100673
Covilhã	Covilhã	Cidade	30856
Elvas	Elvas	Cidade	14239
Entroncamento	Entroncamento	Cidade	18911
Esposende	Esposende	Cidade	22118
Estremoz	Estremoz	Cidade	8205
Évora	Évora	Cidade	45177
Fafe	Fafe	Cidade	35082
Faro	Faro	Cidade	43733
Felgueiras	Felgueiras	Cidade	34100
Felgueiras	Lixa	Cidade	
Figueira da Foz	Figueira da Foz	Cidade	35299
Fundão	Fundão	Cidade	11525
Gouveia	Gouveia	Cidade	7840
Grandola	Grandola	Sede concelho com + 5000 hab.	9357
Guarda	Guarda	Cidade	20633
Guimarães	Guimarães	Cidade	70924
Ílhavo	Ílhavo	Cidade	15204
Lagos	Lagos	Cidade	18680
Lamego	Lamego	Cidade	19088
Leiria	Leiria	Cidade	42872
Loulé	Loulé	Cidade	16177
Mangualde	Mangualde	Cidade	14341
Marco Canavezes	Marco Canavezes	Cidade	20603
Marinha Grande	Marinha Grande	Cidade	26176
Miranda do Douro	Miranda do Douro	Cidade	1950
Mirandela	Mirandela	Cidade	10153
Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo	Cidade	10194
Moura	Moura	Cidade	8643
Nazaré	Nazaré	Sede concelho com + 5000 hab.	13577
Olhão	Olhão	Cidade	28230
Oliveira de Azemeis	Oliveira de Azemeis	Cidade	25086

Aglomerados urbanos e concelhos urbanos em estudo

<i>Concelho Urbano</i>	<i>Agglomerado Urbano</i>	<i>Estatuto</i>	<i>Pop 1991</i>
Oliveira do Hospital	Oliveira do Hospital	Cidade	11534
Ourem	Fátima	Cidade	
Ourem	Ourem	Cidade	19988
Ovar	Esmoriz	Cidade	
Ovar	Ovar	Cidade	36555
Paços de Ferreira	Paços de Ferreira	Cidade	45601
Paredes/Penafiel	Paredes/Penafiel	Cidades	60614
Peniche	Peniche	Cidade	25309
Peso da Régua	Peso da Régua	Cidade	13494
Pinhel	Pinhel	Cidade	3817
Pombal	Pombal	Cidade	12695
Ponte de Sôr	Ponte de Sôr	Cidade	9170
Portalegre	Portalegre	Cidade	17573
Portimão	Portimão	Cidade	49998
Reguengos Monsaraz	Reguengos Monsaraz	Sede concelho com + 5000 hab.	6614
Rio Maior	Rio Maior	Cidade	10424
S. João da Madeira	S. João da Madeira	Cidade	57195
S. Mª da Feira	S. Mª da Feira	Cidade	34324
S. Tirso	S. Tirso	Cidade	53709
S. Tirso	Trofa	Cidade	
Santarém	Santarém	Cidade	26344
Santiago do Cacém	Santiago do Cacém	Cidade	6557
Seia	Seia	Cidade	13574
Silves	Silves	Cidade	6048
Sines	Sines	Cidade	11253
Tavira	Tavira	Cidade	13216
Tomar	Tomar	Cidade	23974
Tondela	Tondela	Cidade	9825
Torres Novas	Torres Novas	Cidade	23674
Torres Vedras	Torres Vedras	Cidade	22346
Vale Cambra	Vale Cambra	Cidade	11721
Vendas Novas	Vendas Novas	Cidade	10476
Viana do Castelo	Viana do Castelo	Cidade	45293
Vila Nova de Famalicão	Vila Nova de Famalicão	Cidade	45825
Vila Nova de Foz Coa	Vila Nova de Foz Coa	Cidade	3108
Vila Real	Vila Real	Cidade	28746
Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António	Cidade	17630
Vila Viçosa	Vila Viçosa	Sede concelho com +5000 hab.	7114
Viseu	Viseu	Cidade	44164

ANEXO 2.
INQUÉRITO ÀS EMPRESAS
INDUSTRIAIS

Inquérito às Empresas Industriais da Beira Interior

Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade, 1699 Lisboa Codex
Tel: 01 7940218 - Fax: 01 7938690

Nota:

Eduarda Marques da Costa, assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa vem por este meio solicitar o preenchimento do presente inquérito, cuja informação será fundamental para a realização da dissertação de doutoramento "As Cidades Médias como instrumentos de desenvolvimento regional - o caso da Beira Interior". Com este inquérito pretende-se caracterizar a estrutura industrial da Beira Interior e, simultaneamente, conhecer a sensibilidade dos empresários quanto à situação e perspectivas da região. Agradecendo desde já a atenção dispensada, aguardo resposta breve. Com os meus melhores cumprimentos

Eduarda Costa

A. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

1. Nome da Empresa _____
2. Actividade _____
3. Ramo CAE _____
4. Localização do Estabelecimento (freguesia/concelho) _____
5. Localização da Sede/escritórios (caso seja diferente) _____
6. Ano de Constituição _____
7. Repartição do capital social:
Privado Nacional(%) _____ Público (%) _____ Estrangeiro (%) _____
8. É filial de outra empresa? Não Sim Qual? _____
Localização da sede _____
9. Está integrada nalgum grupo económico? Não Sim Qual? _____
Localização da sede _____
10. Tem filiais? Não Sim
Localização das filiais _____
11. Os sócios da empresa detêm posições importantes noutras empresas?
Não Sim Onde se localizam? _____
12. A direcção/gestão da empresa está a cargo de:
Sócios Gestores contratados Sócios e gestores contratados

13. Caracterização dos membros da direcção/gestão da empresa

Idade	Habilitações	Freguesia de residência	Naturalidade (freguesia)	Anterior situação profissional

14. Há alguma relação de parentesco entre os sócios/gerentes da empresa?

Sim Não

15. Algum dos actuais sócios residiu:

Fora do país? Se sim, onde? _____

Noutra região do país? Se sim, onde? _____

B. MATÉRIAS-PRIMAS, PRODUÇÃO E MERCADOS, MÃO-DE-OBRA E PROCESSO PRODUTIVO

16. Principais matérias-primas e produtos intermédios utilizados:

Principais Matérias-primas	Origem (indique a %)			
	Da Cidade mais próxima	Da Região (Onde?)	Do resto do país (Onde?)	De fora do país (indique os países)

17. Destino da produção (indique a %)

Principais Produtos	Destino da Produção (indique a %)			
	Para a Cidade mais próxima (%)	Para o mercado regional (Onde e %)	Para o mercado nacional (Onde e%)	Para exportação (indique a % e os países)

18. Produz sob contrato para outras empresas industriais?

Não Sim Se sim, regularmente Ocasionalmente

Onde se localizam as empresas que o subcontratam? _____

19. Costuma subcontratar outras empresas?

Não Sim Se sim, regularmente Ocasionalmente

Onde se localizam? _____

Por que razões subcontrata empresas? _____

20. Nº actual de pessoas ao serviço: _____ Nº de pessoas ao serviço há 5 anos atrás: _____

Idade média do pessoal da produção: _____

Sexo	Diretores	Quadros Técnicos	Área Comercial e Administração	Encarregado Produção	Pessoal na Produção	Motorista ou outros
H						
M						

21. Proveniência dos quadros técnicos e encarregados(assinale com uma cruz a opção):

Sócios ou familiares

Oriundos de outras empresas

Evolução dentro da empresa

Da Universidade ou do Centro de Formação

22. Quais as principais fontes de informação relativas a novas tecnologias?(assinale com uma cruz a(s) opção(ões)):

Visitas a feiras/exposições

Através de outras empresas

Por via do Centro Tecnológico

Núcleo/Associação empresarial

Agentes fornecedoras de equipamentos

Outro (Indique qual) _____

23. Que tipo de investimentos realizou nos últimos 10 anos?(assinale com uma cruz a(s) opção(ões)):

a) Ampliação/mudança de instalações

b) Equipamento com vista ao aumento da capacidade de produção

c) Equipamentos mas com alteração da tecnologia aplicada

d) Equipamentos com vista à adaptação a outros tipos de produtos

e) Automatização de fases do processo produtivo

f) Informatização da administração

g) Formação e qualificação profissional

h) Qualidade e segurança

i) Estratégias de internacionalização

j) Aquisição de viaturas

k) Outro(s) (Indique): _____

24. Em que ano(s) efectuou esse(s) investimento(s)? _____

25. Para tal, concorreu a algum programa comunitário? Qual? Quando? Com que fim? _____

26. A empresa está filiada em alguma associação?

Não Sim Regional Em que cidade se localiza? _____
 Nacional Em que cidade se localiza? _____

27. Que tipo de serviços gostaria que fossem prestados pelo Núcleo/Associação Empresarial da região?

28. Recurso a empresas prestadoras de serviços de apoio à produção (assinale com uma cruz):

Serviço	Não Utiliza	Executado Dentro da empresa	Executado por uma empresa Do mesmo grupo	Recorre a uma empresa externa			Indique a localidade Onde está situada a empresa a que recorre
				Poucas vezes	Frequentemente	Muitas vezes	
Assistência Jurídica							
Contabilidade/Assistência Fiscal							
Informática							
Estudos económicos e de mercado							
Marketing/Publicidade							
Controle de qualidade							
Análises laboratoriais							
Manutenção/Reparação equipamento							
Recrutamento de pessoal							
Formação Profissional							
Transporte das matérias-primas							
Transporte do produto final							
Segurança							
Limpeza							
Fornecimento de refeições							
Outro. Qual?							

29. Quais as razões que o levaram:

- a contratar empresas da cidade/região?
 - Maior facilidade de contactos
 - Conhecimentos pessoais
 - Apenas para funções banais como a contabilidade e afins
 - São filiais de empresas qualificadas e portanto garantem a qualidade do serviço
 - Outras razões _____

- a contratar empresas de fora da cidade/região?
 - Não existem na cidade/região
 - Existem na cidade mas são mais caras
 - Existem na cidade mas não possuem qualidade
 - Outras razões _____

D. PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

30. Tem sentido dificuldades em (Indique três aspectos por ordem de prioridade, do mais grave, 1º lugar, para o menos grave, 3º lugar):

- Recrutar mão-de-obra especializada
- Recrutar mão-de-obra não especializada
- Recrutar administrativos/quadros super.
- Praticar os níveis salariais da região
- Angariar novos clientes
- Adaptação às novas exigências procura
- Outra(s) (Qual(is)): _____

31. Estaria de alguma forma interessado em desenvolver programas de cooperação com a Universidade/Politécnico?

Não Se respondeu não, indique qual(is) a(s) razão(ões) da sua opção:

Sim Se respondeu sim indique que tipo de cooperação:

- Estágios 6/9 meses com remuneração compatível à experiência profissional
- Integração de mão-de-obra por via dos Programas do Fundo Social Europeu
- Encomenda de estudos (ex: de mercado) a preços mais acessíveis
- Concepção de novos produtos
- Outra opção _____

32. Que tipo de relações estabelece com Espanha (escolha no máximo três opções)?

- Nenhumas
- Abastecimento de matérias-primas
- Relações empresariais(ex.subcontratação)
- Venda da sua produção
- Informação do foro produtivo/tecnológico
- Mão-de-obra
- Outra(s) (Indique qual(is)): _____

33. Como encara a Espanha (escolha apenas uma opção)?

Um concorrente Um novo mercado Um ponto de passagem p/ os mercados da Europa

34. Qual a sua opinião acerca:

	Fraca	Razoável	Boa
a) Da acessibilidade ao concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Do nível de equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade produtiva do concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) Qualidade ambiental do concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) Do contributo da Câmara Municipal para o desenvolvimento económico do concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) Do contributo do Núcleo Empresarial da região para o desenvolvimento económico da região	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f) Variedade dos serviços existentes no concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g) Qualidade dos serviços existentes no concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h) Qualidade do parque industrial do concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

35. Ordene por ordem decrescente de importância (do 1º, mais importante para o 4º, menos importante) as cidades quanto:

Grau de desenvolvimento industrial:	À diversidade e qualidade dos serviços produtivos:	À sua acessibilidade:
Castelo Branco <input type="checkbox"/>	Castelo Branco <input type="checkbox"/>	Castelo Branco <input type="checkbox"/>
Fundão <input type="checkbox"/>	Fundão <input type="checkbox"/>	Fundão <input type="checkbox"/>
Covilhã <input type="checkbox"/>	Covilhã <input type="checkbox"/>	Covilhã <input type="checkbox"/>
Guarda <input type="checkbox"/>	Guarda <input type="checkbox"/>	Guarda <input type="checkbox"/>

36. Em sua opinião quem mais contribuiu para a evolução da cidade nos últimos 10 anos (para cada uma das alíneas, escolha três entidades e ordene da mais importante (1º lugar) para a que considera menos importante (3º lugar)):

Aspectos	Fundos da União Europeia	Investimentos do Governo Central	Ação do Município	Empresários locais	Investidores estrangeiros	Assoc. empresariais
a) Melhoria na acessibilidade ao concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) Equipamentos e infra-estruturas de apoio à actividade produtiva do concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) Internacionalização da região	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) Crescimento da indústria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) Crescimento dos serviços produtivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f) Aumento do emprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

37. Considera que nos últimos 10 anos a cidade (sede de concelho) se tornou mais competitiva?

Não

Se não, indique qual(is) a(s) razão(ões) da sua opção: _____

Sim

Se, sim indique as áreas em que pensa que assenta essa competitividade: _____

38. Em sua opinião, o que falta à cidade para esta se afirmar no contexto regional? _____

Obrigada pela colaboração

ANEXO 3.
INQUÉRITO AOS ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E
INTEGRAÇÃO REGIONAL - AS CIDADES
MÉDIAS COMO INSTRUMENTOS DE
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO O CASO
DA BEIRA INTERIOR**

**INQUÉRITO AOS ESTUDANTES DO ENSINO
SUPERIOR UNIVERSITÁRIO E
POLITÉCNICO**

Euarda Marques da Costa, colaboradora do CEG e assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras de Lisboa vem por este meio solicitar o preenchimento do presente inquérito, cuja informação será fundamental para a realização da dissertação de doutoramento "Desenvolvimento Local e Integração Regional - As Cidades Médias como instrumentos de ordenamento do território. O caso da Beira Interior". Com este inquérito pretende-se avaliar a importância dos estudantes do ensino superior como agentes dinamizadores locais e, simultaneamente, conhecer a sua opinião quanto à situação e perspectivas da região. Agradeço a atenção dispensada. Com os meus melhores cumprimentos,

Euarda Costa
Nº _____

Data: _____

Universidade/Politécnico: _____

Curso: _____

ANO/Semestre: _____

Ano da 1ª inscrição: _____

1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDANTE E AGREGADO FAMILIAR

Características	Resposta
Idade	
Sexo	
Naturalidade (Indique a freguesia e concelho onde nasceu)	
Indique o nome da localidade e concelho onde frequentou o ensino secundário	
Local de residência actual (indique a localidade onde reside em tempo escolar)	
Indique a localidade onde reside fora do período escolar (somente no caso de ser diferente da resposta anterior)	
Como se desloca para a Universidade/Politécnico (Indique se o faz a pé, de transporte público, em carro próprio ou de motorizada)	
Quanto tempo leva no percurso para a Universidade/Politécnico? (Indique o número de minutos)	
Se fôr de fora da região, indique quantas vezes por mês visita a sua casa/pais? (Todas as semanas, Duas/Três vezes por mês; Uma vez por mês; De vez em quando)	
Onde almoça? (Indique se é em casa, na cantina, no restaurante ou outra situação)	
Profissão do pai	
Naturalidade do pai (Indique a freguesia e concelho)	
Grau de Instrução do pai	
Profissão da mãe	
Naturalidade da mãe (Indique a freguesia e concelho)	
Grau de Instrução da mãe	

2. PRÁTICAS CULTURAIS (para cada alínea, assinale com uma cruz a opção escolhida)

Práticas Culturais	Todos os Dias	Todas as Semanas	Uma/Duas Vez(es) por mês	De vez Em quando	Nunca	Indique a(s) Cidade(s) onde o faz
Nº de idas ao cinema						
Nº de idas à discoteca						
Nº de idas ao teatro						
Compra de jornal local ou regional						
Compra jornal nacional						
Activ. Desportivas						

É membro de algum clube/associação ou grupo afim?

Não Sim - Em que cidade? _____

3. DIA-A-DIA (escolha no máximo três opções e ordene da mais importante (1º) para a menos importante (3º))

Práticas Culturais	Fica em casa	Está com os amigos	Café	Centro Comercial	Faz desporto	Outras actividades (Indique quais)
DIA - A - DIA						

4. HÁBITOS DE CONSUMO (escolha apenas uma opção, que deverá corresponder àquela que pratica mais frequentemente. Indique o código correspondente)

Hábitos de consumo	Indique a opção
Onde efectua as compras diárias de alimentação? (Se reside em casa dos pais, então indique onde estes efectuam as compras) Mercearia ou minimercado:1; Hipermercado:2; Supermercado:3.Outro (especifique)	
Onde efectua as outras compras de artigos de higiene e limpeza? (Se reside em casa dos pais, então indique onde estes efectuam as compras) Mercearia/minimercado:1;Hipermercado:2;Supermercado:3.Outro (especifique)	
Em que lojas compra o vestuário? Pequenas lojas de comércio tradicional: 1; Lojas de marca:2.; Na Feira:3; Hiper/Supermercado: 4; Outra (Indique)	
Em que cidade compra o vestuário?	

5. ESCALÕES DE RENDIMENTO MENSAL DO AGREGADO FAMILIAR

	Assinale com uma cruz a opção		Assinale com uma cruz a opção.
< 50contos/mês	<input type="checkbox"/>	200-500 contos/mês	<input type="checkbox"/>
50 -100 contos/mês	<input type="checkbox"/>	> 500 contos/mês	<input type="checkbox"/>
100 -200 contos/mês	<input type="checkbox"/>	Não responde	<input type="checkbox"/>

6. COESÃO TERRITORIAL E VIVÊNCIA DA CIDADE

1. Gosta de estar na cidade onde estuda? Sim Não

2. Aspectos que mais lhe agradam na cidade onde estuda (Indique 3)?

3. Aspectos que mais lhe desagradam/Principais problemas da cidade onde estuda (Indique 3)?

4. Existem locais na cidade onde tenha receio de passar/frequentar? Se sim, quais? _____

5. O que falta à cidade? (Escolha apenas três opções e ordene do mais importante (1º) para o menos importante (3º))

- | | | | |
|---|--------------------------|-----------------------------------|--------------------------|
| (a) Iniciativas culturais | <input type="checkbox"/> | (i) Equipamentos de saúde | <input type="checkbox"/> |
| (b) Espaços de lazer | <input type="checkbox"/> | (j) Habitação a preços acessíveis | <input type="checkbox"/> |
| (c) Espaços verdes | <input type="checkbox"/> | (k) Qualidade ambiental | <input type="checkbox"/> |
| (d) Emprego | <input type="checkbox"/> | (l) Qualidade urbanística | <input type="checkbox"/> |
| (e) Emprego na área dos serviços | <input type="checkbox"/> | (m) Vida Social | <input type="checkbox"/> |
| (f) Dinamismo empresarial | <input type="checkbox"/> | (n) Estacionamento | <input type="checkbox"/> |
| (g) Dinamismo do município | <input type="checkbox"/> | (o) Segurança | <input type="checkbox"/> |
| (h) Qualidade nos serviços de saúde | <input type="checkbox"/> | | |
| (p) Serviços especializados de apoio à actividade económica | <input type="checkbox"/> | | |

6. Indique três **SÍMBOLOS** que considere que identificam a cidade onde estuda (características / monumentos / lugares / costumes,):

7. Quais os lugares da cidade que mais frequenta (Indique os nomes das praças, cafés, ruas, lugares,)?

8. Indique o nome de três lugares/aldeias dos arredores da cidade que conheça bem:

9. *Responda apenas se conhecer.* Ordene por ordem decrescente (do mais importante, 1º para o menos importante, 4º) os centros urbanos quanto:

a) Ao grau de desenvolvimento industrial:

- | | |
|----------------|--------------------------|
| Castelo Branco | <input type="checkbox"/> |
| Fundão | <input type="checkbox"/> |
| Covilhã | <input type="checkbox"/> |
| Guarda | <input type="checkbox"/> |

b) À diversidade e qualidade do comércio e serviços:

- | | |
|----------------|--------------------------|
| Castelo Branco | <input type="checkbox"/> |
| Fundão | <input type="checkbox"/> |
| Covilhã | <input type="checkbox"/> |
| Guarda | <input type="checkbox"/> |

c) À sua acessibilidade:

- | | |
|----------------|--------------------------|
| Castelo Branco | <input type="checkbox"/> |
| Fundão | <input type="checkbox"/> |
| Covilhã | <input type="checkbox"/> |
| Guarda | <input type="checkbox"/> |

10. Quando acabar o curso gostaria de:

- Voltar para casa e aí procurar emprego
- Ficar nesta cidade, se conseguir arranjar emprego
- Sair para outra cidade se não conseguir arranjar emprego na cidade onde estudou? (Indique três cidades para onde gostaria de ir viver):

- É-lhe indiferente

11. Porquê (Justifique a opção escolhida anteriormente)? _____

12. Em matéria de actividades culturais o que faz falta à cidade (Indique uma ou duas iniciativas que gostaria de ver realizadas na cidade)? _____

13. Indique três acções prioritárias para a promoção do desenvolvimento da cidade: _____

Obrigada pela colaboração

ANEXO 4.
INQUÉRITO À
POPULAÇÃO

**INTEGRAÇÃO REGIONAL -
AS CIDADES MÉDIAS COMO
INSTRUMENTOS DE
ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO O CASO DA
BEIRA INTERIOR**

INQUÉRITO À POPULAÇÃO

NºInquérito: _____ Entrevistador: _____
Localidade e freguesia _____
Bairro: _____ Data: _____

CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO

1.1. Ano de Construção: _____ 1.2. Tipo de edifício: _____ 1.3. Regime Propriedade: _____
Prédio Própria
Vivenda Arrendada
Outro - Regime social

IDENTIFICAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

	Ind. 1	Ind. 2	Ind. 3	Ind. 4	Ind. 5	Ind. 6
Sexo (M / F)						
Idade (indique o valor)						
Grau de Parentesco: Conjuges: 1; Filho:2; Avós:3; Nenhum:4; Outro:5; N. responde:6						
Naturalidade (Indicar localidade, freguesia e concelho)						
Grau de Instrução						
Situação Socio-profissional principal: Activo com prof.:1 Desempregado <1 ano:2; Desempregado >1 ano:3; Doméstica: 4; Estudante:5 (se tiver menos de 6 anos indicar se está no infantário público, privado /na ama/ nos avós/ outro) ; Reformado/pensionista: 6 Outra (especificar)						
Actividade Principal Indicar a profissão não esquecendo de referir qual o sector de actividade (Agricultura:1 Indústria:2; Construção Civil:3 Comércio:4; Turismo e Restauração: 5; Serviços privados: 6; Serviços públicos: 7)						
Situação na Profissão Patrão:1; TPCP: 2; TPCO: 3; TFNR: 4; Outra (especifique)						
Actividade Secundária Não:0; Sim:1						
Local de trabalho/estudo: Cidade:1; Outra localidade do concelho ou outro local: Indique qual						
Meio de deslocação: Pé:1; Transp. Público: 2; Carro próprio:3; moto:4; Outro (Indique qual)						
Tempo de deslocação Menos 10 min.: 1;10 -20 m.: 2; 20-30 m.:3 Mais de 30 m.:4						

MOBILIDADE GEOGRÁFICA E SOCIAL

	Marido	Mulher
Ano de mudança para a residência actual		
Localidade de residência anterior I (Indicar localidade, freguesia e concelho)		
Motivo de mudança da residência anterior I para a residência actual		
Situação socio-profissional na residência anterior I: Activo com prof.:1 Desempregado <1 ano:2; Desempregado >1 ano:3; Doméstica: 4; Estudante:5; Reformado/pensionista: 6 Outra (especificar)		
Actividade económica na res. anterior I: Indicar a profissão não esquecendo de referir qual o sector de actividade (Agricultura:1 Indústria:2; Construção Civil:3 Comércio:4; Turismo e Restauração: 5; Serviços privados: 6; Serviços públicos: 7)		
Situação na profissão na res. anterior I Patrão:1; TPCP: 2; TPCO: 3; TFNR: 4; Outra (Qual)		
Ano de mudança para a residência anterior II		
Localidade de residência anterior II (Indicar localidade, freguesia e concelho)		
Motivo mudança da residência anterior I para a residência anterior II		
Situação socio-profissional na res. Anterior II: Activo com prof.:1 Desempregado <1 ano:2; Desempregado >1 ano:3; Doméstica: 4; Estudante:5; Reformado/pensionista: 6 Outra (especificar)		
Actividade económica na res. anterior II: Indicar a profissão não esquecendo de referir qual o sector de actividade (Agricultura:1 Indústria:2; Construção Civil:3 Comércio:4; Turismo e Restauração: 5; Serviços privados: 6; Serviços públicos: 7)		
Situação na profissão na res. Anterior II Patrão:1; TPCP: 2; TPCO: 3; TFNR: 4; Outra (Qual)		

Motivos de mudança de residência:

Familiares: Mudança estado civil:1.1.;
Mudança residência dos pais:1.2.;
Continuação estudos/ou dos filhos:1.3.;
Outras (especifique)

Profissionais:

Mudança de emprego/local trabalho: 2.1;
Alteração situação profissional: 2.2;
Outras (especifique)

Habitacionais:

Compra casa própria: 31
Casa Melhor: 32

Qualidade de vida: 4

Mudança forçada (expropriação, obras, ...): 5

Com que idade é que a mãe/mulher (chefe de agregado) começou a trabalhar? _____

Já alguma vez residiu em: Lisboa Quando? _____
Porto Quando? _____
Outra localidade do país (indique qual) Quando? _____
Estrangeiro Quando? _____

CARACTERIZAÇÃO DOS ASCENDENTES

	Marido		Mulher	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Naturalidade (Indique a localidade, freguesia e concelho)				
Residência actual (Indique a localidade e a freguesia)				
Profissão (actual ou antes reforma)				
Reformado (S/N/Falecido)				

EQUIPAMENTO DA HABITAÇÃO

Equipamento da habitação	Res. Actual	Res. Anterior	Equipamento da habitação	Res. Actual	Anterior
Máquina de lavar roupa (S/N)			Vídeo gravador (S/N)		
Máquina de lavar louça (S/N)			Computador (S/N)		

PRÁTICAS CULTURAIS

Práticas Culturais	Resid. Actual	Localidade	Qual o membro da família que o faz?	Resid. Anterior
Nº de idas ao cinema Todas as semanas: 1; 1 x por mês: 2; De vez em quando: 3; Nunca: 4				
Nº de idas à discoteca Todas as semanas: 1; 1 x por mês: 2; De vez em quando: 3; Nunca: 4				
Nº de idas ao teatro Todas as semanas: 1; 1 x por mês: 2; De vez em quando: 3; Nunca: 4; Quando há: 5				
Nº de visitas a exposições e museus Todas as semanas: 1; 1 x por mês: 2; De vez em quando: 3; Nunca: 4; Quando há: 5				
Nº de idas à missa Todas as semanas: 1; 1 x por mês: 2; De vez em quando: 3; Nunca: 4				
É sócio de alguma associação ou instituição afim? Não:0; Sim:1				
Compra de jornal local ou regional Diário:1; 1x por semana: 2; 1x por mês:3; De vez em quando: 4; Nunca: 5				
Compra jornal nacional Diário:1; 1x por semana: 2; 1x por mês:3; De vez em quando: 4; Nunca: 5				

TEMPOS LIVRES - onde se deslocam?

	O que faz?	Membro da família que o faz?
Dia-a-dia Fica em casa (indique o que faz); Café: 2; Centro Comercial: 3; Clube: 4; Desporto: 5; Outros locais (especifique)		
Fins-de-semana (Indique o que fazem) Fica em casa:1; Residência secundária:2; Casa dos pais na aldeia:3; Viajar com estadia em hotel: 4; Compras na cidade:5; Passa o tempo na cidade: 6; Passeia com a família fora da cidade: 7; Pratica desporto: 8; Outro (especifique)		
Ainda mantém ligações à localidade de onde é natural ou de onde são naturais os seus ascendentes? Não: 0 Sim: Quantas vezes a visita? Todas as semanas: 1; Uma vez por mês:2; Na altura das festas e férias: 3; Raramente:4		
Se tem casa nessa localidade, fez investimentos? Não fez, nem pensa fazer: 0; Não fez mas pensa fazer: 1 Fez (Indique o ano)		
Férias – Local 1 e 2 (Indique onde e de que forma) Fica em casa: 1; Residência secundária: 2 (Onde?) ; Casa de familiares (Onde?): 3; Viajar no país com estadia em hotel/casa alugada: 4; Viajar for a do país com estadia em hotel/casa alugada: 5; Na cidade: 6; Outra (Indique)		

HÁBITOS DE CONSUMO

Hábitos de consumo	Res. Actual	Localidade onde o faz?
Onde efectua as compras diárias de alimentação? Mercearia ou minimercado:1; Hipermercado:2; Supermercado:2.1.Outro (especifique)		
Onde efectua as outras compras de artigos de higiene e limpeza? Mercearia/minimercado:1;Hipermercado:2;Supermercado:2.1.Outro (especifique)		
Onde compra o vestuário? Pequenas lojas de comércio tradicional: 1; Lojas franqueadas:1.1.; Feira:2;Hiper/Supermercado: 3; Outra (Indique)		
Onde almoça durante a semana? Casa: 1; Restaurante: 2; Cantina: 3; Leva o almoço de casa: 4; Outra (Indique)		
Onde vai ao médico especialista?		

ESCALÕES DE RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR

	Actual	Anterior
Escalões (< 50contos.1; 50 -100 contos: 2; 100 -200 contos: 3; 200-500 contos: 4; > 500 contos: 5; Não resp. 6)		

COESÃO TERRITORIAL

Gosta de viver na cidade/local onde vive? Sim _____ Não _____

Aspectos que mais lhe agradam na cidade/local onde vive (Indique 3)? _____

Problemas ou aspectos que mais lhe desagradam na cidade/local onde vive (Indique 3)? _____

Existem locais na cidade/cidade mais próxima do local onde vive que tenha receio de passar/frequentar? Se sim, quais?

Aponte três símbolos/três elementos que caracterizem a cidade?

Se mudasse de residência para onde gostaria de ir morar?

- Ficar na cidade/local onde vive, na mesma área numa casa melhor
- Ficar na cidade/local onde vive, mas noutra área Indique onde? _____
- Mudar para outra cidade/local (Indique três) _____

Porquê (Indique no máximo três aspectos que mais o atraem nessas três localidades)? _____

Como pensa que evoluiu a cidade nos últimos 10 anos?

Está na mesma Melhorou Piorou

O que falta à cidade onde vive ou da qual está próximo?

Obrigada pela colaboração

ANEXO 5.
ENTREVISTAS REALIZADAS ÀS FORÇAS VIVAS DA REGIÃO

ANEXO 5.1.

Entrevistas realizadas às forças vivas da região

Entidade	Contacto
1. ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela Sul	Dr. Carlos Conceição
2. ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul	Dr. António Realinho
3. Agência de Desenvolvimento Regional Beira Lusa	Joaquim Morão Dr. António Realinho
4. Agência de Desenvolvimento Regional Estrela Côa	Engº Eduardo Baptista (Coordenador)
5. Amato Lusitano - Associação de Desenvolvimento Castelo Branco	Dr. Pedro Salvado
6. Associação Comercial e de Serviços da Guarda	Dr. Luís Fernandes
7. Associação Comercial, Industrial e Serviços de Castelo Branco, Vila Velha de Rodão e Idanha-a-Nova	Sr. César Amaro
8. Câmara Municipal da Covilhã	Presidente, Carlos Pinto Vereador da Cultura, João Esgalhado
9. Câmara Municipal da Guarda	Câmara Municipal da Guarda
10. Câmara Municipal da Meda	Vereador da Cultura, Paulo Jorge Lemos Amaral
11. Câmara Municipal de Castelo Branco	Presidente, Joaquim Mourão Engº Luís Resende
12. Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo	Responsável pelo Departamento da Cultura, Eng. António Luis Monteiro Ruas
13. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova - EGITÂNIA- Associação de Desenvolvimento das Terras de Idanha	Dr. Paulo Longo
14. Câmara Municipal de Trancoso	Presidente, Júlio Sarmento
15. Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão - Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Rodão	Dr. Levita
16. Câmara Municipal do Fundão	Vereador do Ambiente e Urbanismo, Dr. José Pina
17. Câmara Municipal do Sabugal	Presidente, António Esteves Morgado
18. Centro de Emprego da Covilhã	Dr. Chorão da Fonseca
19. CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal	Prof. José Miguel Fiadeiro
20. Comissão de Coordenação da Região Centro	Vice-Presidente, Dr. Mendes Baptista e Dr. Jui Jacinto
21. Delegação Regional do Ministério do Emprego e Segurança Social da Guarda	Dr. Maria de Lurdes Monteiro
22. Delegação Regional do Ministério do Emprego e Segurança Social da Covilhã	
23. Delegação Regional do Ministério do Emprego e Segurança Social de Castelo Branco	Manuel Romano
24. Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior	Engº Rui Salgueiro Moreira (Director Regional)
25. Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Castelo Branco	Engº Manuel Santos Marques
26. Imprensa regional - Gazeta do Interior	Directora, Teresa Antunes
27. ICEP-Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal-Delegação na Covilhã	Engº Jorge Hermenegildo
28. Imprensa Regional – Jornal do Fundão	Chefe de Redacção, Fernando Paulouro
29. Instituto Politécnico de Castelo Branco	Presidente, Dr. Valter Lemos
30. Núcleo Empresarial do Distrito da Guarda	Secretário Geral, Álvaro Manuel Estevão
31. Núcleo Empresarial do Distrito de Castelo Branco	Director, Engº Benjamim Rafael
32. PRO-RAIA - Associação de Desenvolvimento Integrado Raia Centro Norte	Engº Paulo Marques
33. Santa Casa da Misericórdia do Fundão	Director
34. TRIURBIR - Triângulo Urbano Ibérico Raiano	Sr. Joaquim Morão (PCM Castelo Branco)
35. Universidade da Beira Interior	Prof. Luís Carrilho Gonçalves

ANEXO 5.2. Actores na Beira Interior

Actores Locais	Sede	
Desenvolvimento Regional		
Estrela-Côa-Agência de Desenvolvimento	Guarda	
Agência de Desenvolvimento Territorial Beira Lusa	Castelo Branco	
Inovação e Conhecimento		
UBI - Universidade da Beira Interior	Covilhã	
Instituto Politécnico da Guarda	Guarda	
Instituto Politécnico de Castelo Branco	Castelo Branco	
CILAN-Centro de Formação Profissional para o Sector dos Lanifícios	Covilhã	
CIVEC-Centro Formação Profissional da Indústria Vestuário e Confecção	Castelo Branco	
CIVEC - Centro Formação Profissional da Indústria Vestuário e Confecção	Covilhã	
CITEVE- Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário	Covilhã	
Económico-Produtivo		
ARABBI - As. Regional de Agricultores Biológicos da Beira Interior	Castelo Branco	
Associação de Apicultores do Parque Natural da Serra da Estrela	Gouveia	
ANIL - Associação Nacional de Têxteis e Lanifícios	Covilhã	
NERGA-Núcleo Empresarial da Região da Guarda	Guarda	
NERCAB-Núcleo Empresarial da Região de Castelo Branco	Castelo Branco	
Associação Comercial Industrial do Concelho de Fundão	Fundão	
TRIURBIR- Triângulo Urbano Ibérico Raiano	Castelo Branco	
ICEP- Investimentos, Comércio e Turismo de Portugal	Covilhã	
As. Comercial e de Serviços da Guarda	Guarda	
As. Comercial, Industrial e Serviços C. Branco, V.V. Rodão e Id.-a-Nova	Castelo Branco	
As. Comercial e Industrial de Trancoso	Trancoso	
As. Comercial e Industrial Concelhos da Covilhã, Belmonte e Penamacor	Covilhã	
Municípios		
Câmaras Municipais da Região		
Outros		
Federação de Associações Juvenis do Distrito da Guarda	Guarda	
Parque Natural da Serra da Estrela	Manteigas	
Reserva Natural da Serra da Malcata	Penamacor	
Região de Turismo Serra da Estrela	Covilhã	
Associações de Desenvolvimento Rural e Local	Sede	Âmbito Geográfico de Intervenção
Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Baixa-ADIBB	Fundão	Distritos C. Branco e Guarda
Assoc. para o Desenv. da Raia Centro Sul-ADRACES (LEADER)	V.V. Rodão	Beira Interior Sul
Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela-ADRUSE(LEADER)	Gouveia	Gouveia, Seia, Fornos de Algodres, Manteigas, Celorico da Beira e Guarda
Associação Promotora do Desenvolvimento Rural Integrado - Beira Serra	Covilhã	Cova da Beira
CELFLO- Associação de Produtores Florestais	Celorico da Beira	Celorico da Beira, Guarda, Trancoso, Fornos de Algodres
Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte-PRO-RAIA(LEADER)	Guarda	Guarda, Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Sabugal
Associação de Desenvolvimento da Raia Histórica	Trancoso	Almeida, Fig. Cast. Rodrigo, Meda, Pinhel e Trancoso
RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural	Covilhã	Cova da Beira
Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado - RURIS	Paúl-	Covilhã
EGITÂNIA	Id.-a-Nova	Idanha-a-Nova
Associação Cultural e de Desenvolvimento de Penamacor	Penamacor	Penamacor
ACTT- Associação Cultural e Turística Transfronteiras	V. Formoso	Almeida
AMATO LUSITANO – Associação de Desenvolvimento	C. Branco	Castelo Branco
ADESGAR-Assoc. Defesa e Desenvolvimento da Serra da Gardunha	Fundão	Fundão
Associação Cultural Castelos da Raia	Trancoso	Trancoso
Associação de Desenvolvimento de Castelo Mendo	Almeida	Almeida
DECANO - Associação de Desenvolvimento de Castelo Novo	Fundão	Fundão
Amigos de Almeida – Associação	Almeida	Almeida
Liga dos Amigos da Sortelha	Sortelha	Sabugal
Centro Municipal de Cultura e Desenvolvimento de Vila Velha de Rodão	V.V. Rodão	Vila Velha de Rodão

Fonte: ANIMAR (1998) - *Guia das Iniciativas de Desenvolvimento Local*, ANIMAR e CCRC (1999)

